UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MANIFESTOS FABRIS:
PAUPERISMO, REFORMA SANITÁRIA E RELAÇÕES DE TRABALHO PELA ÓTICA DAS COMISSÔES REAIS DE INQUÉRITO BRITÂNICAS, 1832-1850

Volume 1

Daniel Schneider Bastos
Orientador: Luiz Fernando Saraiva

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito para a obtenção do título de Doutor em História.

Niterói-RJ / Abril de 2023

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

B327 Bastos, Daniel Schneider.
Manifestos fabris : pauperismo, reforma sanitária e relações de trabalho pela ótica das comissões reais de inquérito britânicas, 1832-1850 / Daniel Schneider Bastos. – 2023.
2 v.

Orientador: Luiz Fernando Saraiva.
Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de História, Niterói, 2023.
Bibliografia: f. 80 a 84.

1. Revolução industrial . 2. Liberalismo. 3. Capitalismo . 4. Inglaterra . I. Saraiva, Luiz Fernando. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de História. III. Título.

CDD 338.09

Bibliotecário responsável: Angela A. de Insfrán - CRB7/2318

MANIFESTOS FABRIS:

PAUPERISMO, REFORMA SANITÁRIA E RELAÇÕES DE TRABALHO PELA ÓTICA DAS COMISSÔES REAIS DE INQUÉRITO BRITÂNICAS, 1832-1850

Daniel Schneider Bastos

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito para a obtenção do título de Doutor em História.

Aprovada em: 25 de janeiro de 2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Fernando Saraiva - Orientador

UFF – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. André Guimarães Augusto

UFF – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. José Jobson de Andrade Arruda

USP – Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Luiz Carlos Soares

UFF – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Luiz Eduardo Simões de Souza

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

Niterói-RJ / Abril de 2023

Para Alexandra Elbakyan e aos que,
como ela, batalham pela ciência livre.

Nada do que está aqui seria
possível sem vocês.

Agradecimentos

Meus anos de doutorado coincidiram com os quatro anos de um governo particularmente desastroso e a ocorrência da maior pandemia desde a gripe espanhola do século passado. Há a esperança de que o início de uma nova gestão em nível federal possa reverter, ao menos parcialmente, o longo ciclo de degradação dos orçamentos dedicados à pesquisa e ao ensino superior que acompanhou a minha experiência na pós-graduação. Não há sinais no horizonte de que o sentimento de hostilidade não disfarçado, nutrido por liberais e conservadores, contra as universidades públicas brasileiras (especialmente em relação ao campo das humanidades) vá se amenizar, mas a mudança nos ocupantes das cadeiras da presidência e ministeriais deve mitigar momentaneamente os efeitos desses ataques, que foram sentidos de forma muito direta e impactante nos últimos anos. Uma série de privilégios me possibilitaram atravessar essa conjuntura conturbada de modo relativamente ameno. Minha jornada foi certamente cansativa. Contudo, foi também, em certa medida, serena, como uma extensa caminhada íngreme que se mostra desgastante, mas, simultaneamente, previsível e constante na maior parte do tempo. Os agradecimentos que seguem são dedicados àqueles que possibilitaram esta travessia razoavelmente bem afortunada.

Por razões contratuais, o primeiro agradecimento deve ser direcionado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) vinculada ao Ministério da Educação, que concedeu a este pesquisador uma bolsa de pesquisa com duração de dois anos durante meu percurso de doutoramento. Seus funcionários são pessoas honradas que, diante do pior cenário, mobilizam-se para que a ciência brasileira não seja definitivamente extinta, e não pode ser atribuída a eles a culpa pela escassez de bolsas, o decréscimo de valor real das mesmas e o risco constante de não pagamento que se tornou um temor usual entre pós-graduandos no país.

Ainda em relação a financiamentos, sou grato ao PPGH-UFF e à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX-UFF) pelo recurso disponibilizado para a assinatura da base de dados dos *Parliamentary Papers,* indispensável para viabilizar a pesquisa.

Agradeço profundamente ao meu orientador Luiz Fernando Saraiva por ter acolhido de bom grado uma pesquisa cujo objeto é estranho à formação dos pesquisadores brasileiros. Grande pesquisador, dispondo de mãos calejadas pela vasta experiência com trabalho empírico, seu papel de tutor foi essencial para que esta tese ganhasse alguma coesão e profundidade metodológica, elementos carentes em meu projeto original.

Também devo agradecimentos aos professores Luiz Eduardo Simões de Souza, Luiz Carlos Soares, José Jobson de Andrade Arruda e André Guimarães Augusto pelas arguições oferecidas, seja na banca de qualificação ou de defesa da tese, preciosas para meu amadurecimento como pesquisador.

Tenho grande dívida com todos os docentes e funcionários da Universidade Federal Fluminense cujo trabalho, de alguma forma, ajudou a pavimentar o caminho de minha formação, que desde meu ingresso na graduação em história, no ano de 2010, foi trilhado nessa instituição. As experiências proporcionadas pela UFF nestes 12 anos constituíram em mim boa parte das virtudes das quais hoje posso me orgulhar.

Ao professor Neil Davidson, alguém cuja obra me influenciou profundamente, presto não apenas agradecimento pelos conselhos dados a mim no início do doutorado, mas também as devidas homenagens diante de seu falecimento precoce em 2020. Esta tese também é dedicada à sua memória.

Poucos meses após ingressar no doutorado, passei a trabalhar na Associação Rede Unida, a qual me propiciou condição financeira e flexibilidade para conciliar meus estudos com as atividades desempenhadas dentro dela. Agradeço aos integrantes da Rede, especialmente ao professor Túlio Batista Franco, que me abriu esta e outras oportunidades na vida, e também a Daniel Fernandes e Elenise Coelho, junto aos quais realizei minhas funções dentro da entidade. Através da Rede, tive ainda a felicidade de conhecer Alessandra Allegri, excepcional tradutora e companheira que contribuiu enormemente para a finalização desta tese, com seu auxílio como revisora.

Como não apenas de labuta vive o homem, estendo meus agradecimentos aos amigos e amigas com os quais compartilhei minhas dores e alegrias durante este ciclo, como Arthur, Bruno, Gilly, Bia, Paula, Rebecca, Isa, Juan, Klausner, Ivan, Tunã e Luiza. O fato de que não é possível citar a todos nominalmente é um lembrete de que possuo mais amigos do que alguém com minha personalidade deveria esperar, fato que eleva minha gratidão para com essas amizades.

Desde que optei pela formação como historiador, recebo todo incentivo de meus familiares, para os quais não haverá jamais agradecimento grande o bastante para retribuir tudo o que me ofereceram. Sandra e Beto, meus pais. Rafael, meu irmão. Sônia e Gília, minhas tias. Obrigado por sempre terem estado comigo.

Finalmente, uma pesquisa como esta jamais seria concebível se não fosse o esforço voluntário de incontáveis pessoas ao redor do mundo, que dedicam seu tempo e energia para tornar o conhecimento científico acessível e livre de barreiras, sujeitando-se

ao perigo de represálias jurídicas. A todos esses, dedico não apenas meu mais profundo obrigado, mas também expresso sincera admiração.

Resumo

Esta pesquisa tem por objeto a atuação das comissões reais de inquérito no final da fase clássica da Revolução Industrial britânica, nas décadas de 1830 e 1840. São selecionadas especificamente as comissões que se ocuparam dos temas relativos à reforma da Lei dos Pobres, o estado sanitário das cidades e as relações de trabalho, analisando-se os discursos e encaminhamentos apresentados pelos comissários em seus relatórios. O objetivo central é identificar, dentro deste conjunto de documentos, orientações convergentes que permitam reconhecer a consolidação de uma nova mentalidade na abordagem dos assuntos públicos, refletindo as transformações decorrentes do processo de industrialização e avanço de ideias liberais. O argumento defendido neste trabalho é o de que a ação dos comissários se insere dentro da formação de uma hegemonia, na qual um modelo de sociabilidade que atendesse às expectativas das burguesias urbanas e industriais é afirmado, pela via reformista, diante de uma conjuntura marcada por atritos sociais e disputas de narrativa acerca dos rumos do liberalismo e do sistema fabril. A discussão é feita à luz do arcabouço teórico do filósofo italiano Antonio Gramsci, destacando-se os conceitos de consenso e hegemonia como ferramentas importantes para analisar o fenômeno do reformismo britânico e o papel das comissões reais de inquérito nesse movimento.

Palavras-chave: Revolução Industrial, liberalismo, Inglaterra, capitalismo.

Abstract

This research aims the performance of the royal commissions of inquiry at the end of the classical period of the British Industrial Revolution, in the decades of 1830 and 1840. Are selected, specifically, the commissions dealing with the subjects of the reform of the Poor Law, the sanitary state of urban areas and work relations, analyzing the speech and the suggestions presented by the commissioners in their reports. The main object is to identify, inside this set of documents, converging guidelines which allow to recognize the consolidation of a new mentality on the approach to public affairs, reflecting the transformations resulting from the process of industrialization and the advance of liberal ideas. The argument presented in this work is that the action of the commissioners integrates the formation of a hegemony, in which a model of sociability that attends to the expectations of the urban and industrial bourgeoisies is asserted, through the reformist route, against a context of social attrition and narrative disputes about the course of liberalism and the factory system. The discussion is conducted in the light of the theoretical framework of the Italian philosopher Antonio Gramsci, highlighting the concepts of consensus and hegemony as important tools to analyze the phenomenon of British reformism and the role of the royal commissions of inquiry on it.

Keywords: Industrial Revolution, liberalism, England, capitalism.

De onde ver o torpor em seus olhos?
Como seu século entorpeceu-os tanto?
Receberá o homem maravilhas apenas quando
estiver além da capacidade de se maravilhar?

Foi simplesmente ultrajante. Ele falou sobre
reformistas sociais como ele lutando há anos para que se
volte a atenção aos pobres de East End, apenas para que
"algum gênio anônimo" cortasse um punhado de mulheres
e resolvesse a questão da noite para o dia!
Não é sensacional?

Do Inferno (Alan Moore e Eddie Campbell, 1989-98)

Sumário

Volume 1

Introdução.....14

Capítulo 1 – Continuidades e rupturas: a Revolução Industrial e a historiografia.....26

1.1. A história econômica rumo à "lenta" Revolução Industrial.....27

1.1.2. Em busca de uma nova acepção de cultura.....32

1.2. A história social dos conservadorismos.....39

1.3. A industrialização entre dois consensos.....50

Capítulo 2 - A Era da Reforma e as comissões reais de inquérito.....57

2.1. Sentidos e dimensões do reformismo britânico.....61

2.1.1. Panorama político.....69

2.1.2. Reforma e radicalismo.....83

2.2. O papel das comissões reais de inquérito e a importância das décadas de 1830 e 1840.....92

2.2.1. Análise do quadro de comissários.....99

2.2.1.a. Origem geográfica e faixa etária.....100

2.2.1.b. Origem familiar.....107

2.2.1.c. Formação e ocupação.....115

2.2.1.d. Clubes, sociedades e associações.....128

2.2.1.e. Posicionamento político e religião.....133

2.2.1.f. Carreira.....140

2.2.1.g. Impressões gerais sobre comissários assistentes e secretários.....155

2.2.1.h. Conclusões sobre a análise do quadro de comissários.....160

2.3. Reformismo e hegemonia burguesa.....161

Capítulo 3 - Uma economia política da prática reformista**.....176**

3.1. As comissões e a economia política de seu tempo.....177

3.2. Intervenção pública em uma sociedade de *laissez-faire*:
teoria e prática no trabalho das comissões.....195
3.2.1. Liberalismo e centralização: o equilíbrio delicado.....198
3.2.2. Instituições e autoajuda na produção do trabalhador
independente.....206

Volume 2

Capítulo 4 – A trajetória das comissões em três campos: pauperismo, sanitarismo e trabalho.....235
4.1. O direito à subsistência em xeque: o problema da Lei dos Pobres.....236
4.1.1. Origens da Lei dos Pobres e debates historiográficos.....237
4.1.2. Impondo a Nova Lei dos Pobres.....254
4.2. Extinguir o germe do pauperismo: a reforma sanitária
na década de1840.....273
4.3. As comissões diante das relações de trabalho.....296
4.3.1. Crianças e adolescentes trabalhadores.....297
4.3.2. O caso dos tecelões.....328

Conclusão.....349

Anexo - Quadros de prosopografia dos oficiais nomeados para as comissões reais de inquérito.....360

Bibliografia.....411

Lista de quadros e gráficos

Quadro I: Idade e origem geográfica dos comissários.....100
Gráfico I: Comissários por idade de ingresso nas comissões.....104
Gráfico II: Comissários por idade de ingresso nas comissões (variação).....105
Quadro II: Origem familiar dos comissários.....107
Quadro III: Formação e ocupação dos comissários.....115
Quadro IV: Participação associativa dos comissários.....128
Quadro V: Posição política e religião dos comissários.....133
Quadro VI: Carreira e trajetória dos comissários.....140
Quadro VII: Distribuição dos comissários por comissão real de inquérito.....369
Quadro VIII: Distribuição dos comissários assistentes por comissão real de Inquérito.....371
Quadro IX: Distribuição dos secretários e secretários assistentes por comissão real de inquérito.....374
Quadro X: Análise prosopográfica dos comissários.....375
Quadro XI: Análise prosopográfica dos comissários assistentes.....392
Quadro XII: Análise prosopográfica dos secretários e secretários assistente.....407

Introdução

É usual que historiadores se refiram à Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra entre os séculos XVIII e XIX, como o acontecimento mais importante na história humana, ao menos desde o neolítico. O consenso entre os pesquisadores a respeito deste episódio talvez termine por aí. Tão logo esse primeiro ciclo de industrialização deixa de ser encarado somente como uma fortuita onda de dispositivos, inventados em um período próximo uns dos outros, aparecem as divergências a respeito de como interpretar esse momento. Como se equilibram, em termos de importância, fatores de ordem geográfica, demográfica ou sociais? Qual a relação entre o pioneirismo industrial inglês e sua pujança marítima e comercial, conquistada no período moderno? Devemos nos orientar por modelos voltados para a demanda, onde a mudança de hábitos entre os consumidores incentiva o aumento de produtividade, ou priorizar o olhar pela oferta, no qual os saltos tecnológicos induzem a multiplicação do consumo? Essas são apenas algumas das dúvidas que pairam sobre a historiografia, quando tentamos elucidar as engrenagens na origem dessa transição.

Toda uma nova gama de questões se apresenta conforme passamos a encarar a Revolução Industrial menos como um fenômeno estritamente econômico, apreciando-a enquanto um processo que contempla todas as esferas da sociabilidade. Começamos a nos indagar como a sociedade que concebe a fábrica é, simultaneamente, por ela remodelada. Podemos pensar o sistema fabril em seus contornos mais estreitos, enquanto um conjunto de relações produtivas circunscritas pela grande indústria, mas flertamos com duas inconveniências ao seguir por este caminho. A primeira é incorrer na arbitrária divisão entre setores modernos e tradicionais das atividades econômicas, perdendo de vista tanto as inovações fora do espaço delimitado da fábrica, quanto as imbricações entre esta e outras escalas de produção. O segundo problema é destituir do sistema fabril suas implicações mais amplas sobre o tecido social, desintegrando-o dos elementos que o transformam em um sistema social de fato, a partir do qual a sociedade não representa mais, simplesmente, uma sociedade com indústria, mas uma sociedade industrializada.

Essas reflexões são mais do que um jogo de palavras. É assumido, neste estudo, que o período clássico da Revolução Industrial inglesa (também chamado de “Primeira Revolução Industrial”) se estende de algum momento entre as décadas de 1760 e 1780 até a década de 1840, um recorte não muito preciso, mas que está em linha com a periodização costumeiramente traçada pela historiografia. Mesmo nas décadas finais desse intervalo, a fábrica representava, diretamente, uma proporção limitada da economia

britânica. A “questão fabril”, entretanto, se mostrava onipresente no debate público, ao menos desde a década de 1820. As manifestações apaixonadas, contra ou a favor das fábricas e seus desdobramentos, não podem ser explicadas apenas pelo efeito de novidade. Revelam como a industrialização era tida como um fenômeno que impactava a sociedade como um todo. A Revolução Industrial, afinal, caminhava de mãos dadas com uma teia de fatores, formando entrelaçamentos nos quais não é simples determinar correlações de causa e efeito, mas cujas consequências ampliavam em muito o sentimento de mudança e instabilidade. A expansão demográfica e a urbanização alteravam a geografia e o mercado de trabalho. Politicamente, desde o malogro na condução da crise das Treze Colônias, aumentara a pressão interna por representatividade política, notadamente por parte das classes média e trabalhadora nos centros urbanos em crescimento. As bases sobre as quais residia a estabilidade da ordem social do século XVIII demonstravam estar se erodindo em pontos importantes, reforçando a impressão de que as fábricas emergiam trazendo um mundo novo consigo.

Quando a industrialização e suas consequências sociais começam a ser uma pauta mais explicitamente discutida, a Revolução Industrial já era um processo avançado. É em sua fase final, pouco antes da metade do século XIX, que os efeitos dessa transformação dão o tom do debate público, dentro de uma conjuntura conturbada, própria das décadas de 1830 e 1840. Os escritos deixados pelos britânicos durante esses anos revelam espanto e estranhamento. Seus olhos se abriam para o cenário das cidades inchadas, infestadas de sujeira e doença, males que coabitavam as mesmas vielas nas quais se esgueiravam massas de trabalhadores pálidos, cujos hábitos soavam tão bárbaros e estrangeiros para os observadores de classes mais endinheiradas quanto os de povos nativos dos confins do Império. Na indústria têxtil, a mecanização da produção, uma realidade que até o passado recente se concentrava na fiação, agora avançava com rapidez sobre a tecelagem, empobrecendo produtores mais tradicionais que tinham a infelicidade de competir com as máquinas. O ambiente, algo fascinante, algo intimidador, de trabalho fabril, se tornou objeto de polêmica intensa, que se estendeu para outros setores, como a mineração, responsável por abastecer com carvão a indústria e suas imponentes chaminés.

O interesse dedicado a esses sintomas ligados à Revolução Industrial, expresso não somente na opinião pública, mas também no discurso do governo, traz consigo um tom de surpresa que demonstra o quanto, mesmo após várias décadas de industrialização, a mesma ainda se insinuava como algo novo. Seu impacto podia ser sentido antes, mas a consciência de que a indústria estava na essência do fenômeno social vivenciado foi mais

lenta para germinar. O despertar vinha acompanhado de assombro, dificuldade em assimilar uma presença que, subitamente, anunciou-se na forma de perturbações que não mais podiam ser ignoradas. Em carta endereçada a Richard Whately, Arcebispo de Dublin, redigida durante uma visita a Manchester em 1842, o jornalista irlandês William Cooke Taylor, em vias de se tornar um grande apologista do sistema fabril, traduziu em palavras o sentimento de novidade e contradição provocado pela fábrica:

> O sistema fabril é uma criação moderna; a história não joga luz sobre sua natureza, pois mal começou a reconhecer sua existência; a filosofia das escolas oferece ajuda muito imperfeita para estimar seus resultados, porque um poder inovador de tão imensa força jamais poderia ter sido antecipado. O engenho a vapor não possuía precedente, a *spinning-jenny*[1] não tem antepassado, a mula[2] e o tear mecânico[3] se introduziram sem nenhuma herança de onde partir; eles brotaram em existência repentina como Minerva do cérebro de Júpiter, passando tão rapidamente por seu estágio de infância que eles tinham tomado sua posição no mundo e firmemente se estabelecido antes que houvesse tempo para preparar um lugar para sua recepção. Essas potentes novidades também fizeram sua aparição em uma terra já lotada de instituições: a força e rapidez com as quais elas se desenvolveram deslocou todo o mecanismo existente da sociedade, perturbou sua própria estrutura, e deve necessariamente produzir, como elas produziram, uma considerável quantidade de confusão e sofrimento até a difícil tarefa de reajustamento estar completa. Um gigante forçando seu caminho adentro de uma multidão densamente aglomerada estende dor e perturbação até sua mais remota extremidade; os indivíduos que ele empurra para o lado empurram outros por sua vez, ainda que nenhum saiba a causa da pressão salvo aqueles com os quais o intruso está em contato imediato; e assim também o sistema fabril faz sua presença ser sentida em distritos onde não há manufaturas estabelecidas: todas as classes são pressionadas a abrir espaço para o estranho, e todas estão interessadas em saber algo do que é assim forçado à sua presença[4].

Como discutido adiante, no primeiro capítulo, o espaço ocupado pelo sistema fabril e a velocidade de sua expansão durante a Revolução Industrial são menores do que costumeiramente imaginamos. Mas Taylor não estava fugindo à realidade. Mostrou-se, ao contrário, extremamente acurado ao captar que o tremor causado pela tecnologia e pela fábrica reverberava por toda a sociedade, inclusive onde essa se encontrava, aparentemente, intocada pelas inovações. Os abalos sísmicos também eram sentidos na

---

[1] Máquina de fiar inventada na década de 1760, responsável por multiplicar a quantidade de fios que um mesmo fiandeiro poderia produzir simultaneamente.

[2] A mula de fiar (*spinning mule*) foi inventada em 1779. Era uma máquina fiandeira capaz de produzir um fio resistente que podia ser usado em qualquer tipo de têxtil, superando a principal limitação da *spinning-jenny*, que produzia fios mais fracos.

[3] *Power loom*, no original. Os primeiros teares mecânicos, movidos a energia hidráulica, surgem na década de 1780. Já na década seguinte, começam a ser inventados modelos que empregavam energia a vapor. Ainda assim, o emprego do tear mecânico permaneceu limitado no início do século XIX, expandindo-se com velocidade apenas na década de 1820.

[4] TAYLOR, W. C. *Notes on a tour in the manufacturing districts of Lancashire*; in a series of letters to His Grace the Archbishop of Dublin. Londres: 1842, p. 3-4, tradução livre.

forma de conflito social. Exigindo maior representatividade dentro do sistema político, a classe média que crescia em riqueza e importância pressionava por reformas internas, estabelecendo, com essa finalidade, alianças pontuais com o radicalismo popular. Desde o fracasso da campanha contra os colonos norte-americanos, se difundia em solo britânico a opinião de que o governo carecia de transparência perante seus contribuintes, estando o poder concentrado de forma monopolista por mãos corruptas e autoritárias. As instituições políticas estavam falhando em contentar uma sociedade que se transformava e nutria novas expectativas.

A eclosão da Revolução Francesa, as guerras contra a França que vieram em seguida e o ardor reacionário que se instaurou na ilha em virtude dessa conjuntura serviram para contrabalancear, momentaneamente, impulsos reformadores. Mas a ordem que assegurou a estabilidade social no século XVIII estava irremediavelmente defasada em relação aos anseios da população, moldados pelo cenário de industrialização e efervescência de ideais políticos. Voltamos aqui às décadas de 1830 e 1840 enquanto momento de ebulição: o temor entre os proprietários rurais, após a onda de revoltas de trabalhadores agrícolas em 1830; o movimento pela reforma eleitoral, que estende o sufrágio para parte da classe média e redistribui assentos parlamentares em 1832; a relação tensa entre os sindicatos, recém-saídos da ilegalidade, os empregadores e o governo; a ascensão e a queda do Cartismo enquanto canal para os anseios democráticos dos trabalhadores; a campanha antiprotecionista, opondo interesses do capital agrário e industrial.

A conjunção desses fatores impregnava o ambiente político com a sensação de que graves fissuras ameaçavam a ordem institucional e social. Atritos se faziam sentir verticalmente, entre capital e trabalho, mas também horizontalmente, entre facções diferentes das classes proprietárias. Mas nada despertava mais insegurança, entre as forças dominantes, do que enxergar nos trabalhadores multidões insubmissas, que não mais respondiam às formas tradicionais de controle. Um vazio de autoridade parecia se anunciar, com o distanciamento entre o topo da sociedade e uma população trabalhadora que lhe era estranha, não mais reconhecível. A partir dessa situação, podemos começar a entender a atuação das comissões reais de inquérito, que servem de objeto para este estudo.

O século XIX testemunhou o apogeu desses corpos de inquérito, tanto na frequência com que foram empregados, quanto na relevância política dos mesmos. As décadas de 1830 e 1840, em particular, são lembradas por terem concebido uma série de

comissões célebres, que incidiram sobre temas como a assistência aos pobres, a reforma dos poderes e eleições municipais, condições de trabalho e o estado sanitário das cidades. Não é por acaso que este período tenha concentrado tais iniciativas. A nomeação de comissários reais, incumbidos com poderes para investigar temas considerados de interesse público, era uma prerrogativa antiga da monarquia, mas que agora se mostrava estratégica para encaminhar respostas efetivas a problemas sociais urgentes. Mais do que oferecer pareceres na forma de relatórios, que servissem de orientação para o governo no estabelecimento de políticas públicas, as comissões permitiam ao discurso oficial se apresentar como produto de metodologia técnica e imparcial. Em uma conjuntura politicamente tensa, esses inquéritos foram instrumentais para formular, para a sociedade britânica, um projeto capaz de implementar reformas e atenuar antagonismos internos, sem com isso abdicar de uma postura firmemente alinhada aos ideais de liberalismo e preservação das instituições e da propriedade privada.

Este estudo tem por escopo a atuação de 8 comissões reais de inquérito, atuantes entre 1832 e 1850, selecionadas a partir de três eixos temáticos que compreendem temas de grande repercussão dentro desse recorte. O primeiro, referente à assistência aos pobres, abarca a comissão de inquérito que, entre 1832 e 1834, ficou responsável por investigar e apontar as mudanças necessárias para a Lei dos Pobres, como era conhecido o código legislativo referente às políticas públicas para o pauperismo[5]. O segundo eixo corresponde à pauta da reforma sanitária, envolvendo as duas comissões formadas para inquirir acerca das condições sanitárias dos grandes centros urbanos (em vigor entre 1843 e 1848) e na metrópole londrina (entre 1847 e 1850). Finalmente, no terceiro eixo, há a questão da regulação sobre as relações de trabalho, campo no qual se situam as comissões para o trabalho de crianças e adolescentes em fábricas (1833) e em diferentes setores da economia (entre 1840 e 1843), para o estado dos tecelões manuais[6] (entre 1837 e 1841), dos trabalhadores da mineração nas *Midlands* (entre 1842 e 1843) e dos *framework knitters*[7] (entre 1844 e 1845). Esses relatórios causaram forte impressão no período de sua

[5] Conforme explicado no capítulo 2 e no anexo, a Comissão da Lei dos Pobres fundada em 1834 e que perdurou até 1847 não foi incluída devido ao seu caráter distinto em relação às comissões de inquérito estudadas.

[6] O termo inglês é *handloom weavers*, que em uma tradução mais literal seria "tecelões de tear manual", ou seja, que não operam máquinas automatizadas movidas a água ou vapor.

[7] Diante da dificuldade de encontrar uma tradução adequada, optou-se por manter o termo na língua original. *Framework knitters* são tecelões que trabalham com a confecção de meias de malha, tecidos formados por um único fio, usando um equipamento específico para tal. A palavra *knitter* pode ser traduzida como "tricoteiro". Os *framework knitters* eram assim chamados por trabalharem utilizando uma pesada máquina, a *stocking frame*, valendo-se das duas mãos e pedais no processo de tecer a malha.

publicação. São documentos que, há mais de um século, seguem despertando o interesse dos historiadores. Não somente pelos relatos que trazem sobre as condições de vida, trabalho e habitação da época, mas pela forma como expressam a visão de mundo de setores reformistas e o modelo de sociedade por eles pretendido.

O presente trabalho promove a análise dessas investigações, com a preocupação de reconhecer os traços que permitem concebê-las dentro de um movimento maior: a acomodação dos interesses das classes que se fortaleceram economicamente no decurso da Revolução Industrial, e que agora buscavam, na via reformista, uma forma de assegurar que as instituições e relações sociais se mostrassem adequadas ao aprofundamento da acumulação de capital, nos novos moldes industriais. Essa hipótese se sustenta sobre um arcabouço teórico orientado pelo pensamento do filósofo marxista Antonio Gramsci, por mais que alguns de seus conceitos sejam repensados no percurso do texto. Não obstante, as elaborações gramscianas acerca de "consenso" e "hegemonia" são centrais para a interpretação defendida. As transformações sociais que acompanharam a Revolução Industrial abriram espaço para a disputa entre narrativas que explicassem as contradições experimentadas por aquela sociedade e que, a partir daí, propusessem novas direções. Neste cenário, as classes que ascenderam com a industrialização enxergavam não somente a oportunidade, mas a necessidade de difundir uma visão de mundo que avançasse sua agenda política, marcada pela defesa do liberalismo econômico e maior representatividade, dentro do *statu quo*, para a classe média.

As comissões reais de inquérito ajudaram a pavimentar esses objetivos. Através delas, a mentalidade reformista liberal, presente não apenas na classe média, mas também entre parte da classe agrária que tradicionalmente detinha os mecanismos de governabilidade, podia transpor suas concepções ideológicas para um programa social concreto. A legitimidade desse projeto junto à sociedade dependia de sua capacidade de apresentar alguma resposta aos problemas sociais urgentes, o que só seria possível com maior intervenção e regulação por parte do governo. Justificar novas atribuições para o poder público, sem abrir mão do compromisso, em última instância, com o livre mercado e a sacralidade da propriedade privada, foi o desafio encarado pelos comissários, conscientes de que a inação do governo abria margem para que outras narrativas, mais radicais, ganhassem suporte. A partir desse movimento, podemos compreender a emergência de um liberalismo mais otimista e confiante na década de 1850, seguro de que suas diretrizes mais fundamentais haviam sido assimiladas pela prática social, e de

que o sistema fabril havia garantido a existência de um arranjo favorável ao seu desenvolvimento na sociedade.

Diante das pretensões apresentadas, fica claro que não seria possível, neste trabalho, debruçar-se sobre a produção das comissões de inquérito sem concebê-las como um fruto da Revolução Industrial. Essa afirmação pode soar como uma obviedade em um primeiro momento, mas envolve, na verdade, o reconhecimento de que o processo de industrialização é acompanhando de projetos que envolvem estruturas de dominação e exploração, uma opinião menos consensual do que aparenta. Por esse motivo, o capítulo inicial deste trabalho tem por objeto não as comissões, mas o curso da historiografia referente à Revolução Industrial, na história econômica e social, nos últimos 50 anos. Trata-se de um esforço de síntese, dedicado a apontar para um direcionamento comum em ambos os campos: o relativo apagamento de aspectos conflituosos no desenvolvimento econômico britânico, sobretudo aqueles que possuem, como eixo, relações de exploração econômicas. Defende-se que, por caminhos diversos, correntes diferentes da historiografia convergiram para uma concepção da Revolução Industrial na qual o tema da dominação de classe deixou de ser um elemento problematizado, ou mesmo cognoscível. Por abranger um balanço bibliográfico extenso, apresentando obras nem sempre familiares ao público brasileiro, este capítulo pode ser de ajuda para leitores desinteressados no estudo das comissões reais de inquérito, mas ansiosos para se atualizar nos debates envolvendo a Revolução Industrial como tema geral.

No segundo capítulo, apresenta-se a conjuntura política e social na qual se insere a atuação dos comissários. Iniciamos pela reconstituição dos eventos que compuseram o período reformista entre as últimas décadas do século XVIII até a metade do século seguinte, observando as mudanças no ambiente e no sistema político no decorrer deste recorte. Destaca-se, então, a importância das décadas de 1830 e 1840 para o reformismo e o papel das comissões reais neste período. É discutida a hipótese que orienta o estudo, de que os comissários atuaram no sentido de estabelecer novos consensos favoráveis à burguesia. A discussão envolve algumas provocações acerca dos problemas relativos ao emprego convencional de algumas categorias, sobretudo a de “intelectualidade” e “burguesia”. Se analisa, ainda, a prosopografia do quadro de comissários, situando de forma mais empírica o perfil desses homens e o que ele nos conta sobre as interseções sociais que compuseram a frente oficial do reformismo.

O terceiro capítulo trabalha os relatórios dos comissários reais de inquérito de forma coletiva, comentando ideias centrais que atravessam o conjunto desses escritos e

que são pivotais para a abordagem reformista. Em um primeiro momento, o foco se dá nas aproximações entre o discurso das comissões e a economia política e outras escolas de pensamento da época, observando em que medida essas ideias imprimiram marcas perceptíveis no modo como os comissários concebem as dinâmicas sociais. Na outra seção do capítulo, argumenta-se que esses órgãos investigativos produziram o que podemos chamar de uma "economia política da prática reformista", que se manifesta na execução de um projeto ideologicamente orientado, mas que tinha por missão lidar com desequilíbrios sociais objetivos, exigindo soluções que também possuem uma face *ad hoc* e pragmática.

O capítulo final dedica-se, enfim, a uma análise segmentada de cada comissão de inquérito, agrupando-as nos respectivos eixos temáticos: amparo aos pobres, reforma sanitária e relações de trabalho. É aqui que os relatórios são destrinchados mais profundamente e de forma independente em relação aos demais, comentando-se as particularidades pertinentes a cada comissão, sem perder de vista aquilo que é comum nos relatórios voltados para objetos semelhantes. Também se encontra, no quarto capítulo, uma seção destinada à trajetória da Lei dos Pobres, de suas origens até as vésperas de sua reforma no século XIX, além de ponderar sobre as polêmicas historiográficas ligadas ao tema. A importância dessa instituição, peculiar aos britânicos, para compreendermos a relação entre Estado, sociedade e capitalismo, justifica que se dedique a ela atenção especial. Portanto, irei me deter sobre sua evolução antes de passar para a comissão de inquérito responsável por reformá-la.

Por fim, trago um punhado de considerações sobre as possibilidades e limitações da abordagem que se pretende aqui, não a título de *mea culpa*, mas para pensar a posição da pesquisa em meio a alguns aspectos que incidem sobre ela: a dimensão de seu objeto, os referenciais teóricos que reivindica, seu embasamento o empírico e o fato de ter sido conduzida à distância dos centros de pesquisa europeus.

Como se vê, o estudo compreende um leque abrangente de temáticas e, consequentemente, uma grande variedade de debates historiográficos. A Revolução Industrial em si, mesmo se nos restringirmos às obras nas quais esta é tratada como um tópico geral, já corresponde a um mar de bibliografias em constante expansão, especialmente tormentoso para os navegantes estrangeiros. Ao nos aprofundarmos em temas mais delimitados que atravessam essas águas, como o radicalismo, o intercâmbio entre religião e pensamento político e econômico, as reformas sanitárias, a Lei dos Pobres e a legislação sobre o trabalho, cada qual com sua própria historiografia especializada,

nos defrontamos como um verdadeiro oceano, impossível de ser completamente explorado no tempo de uma vida. Os primeiros limites a serem reconhecidos, portanto, dizem respeito às lacunas que advém dessa constatação.

Certamente, há obras importantes, no formato de livro ou artigo, que não foram consultados para a redação deste trabalho. Leitores mais criteriosos também irão reparar na ausência de algumas temáticas que incidem sobre o problema do reformismo. O antiescravismo é uma carência notável, dada sua relevância para fomentar a cultura militante e as estratégias que foram incorporadas pelos movimentos de reforma parlamentar e outras frentes de mobilização. Outras críticas podem ser direcionadas ao caráter demasiado insular das discussões, negligenciando os elos do reformismo com a dimensão imperial do regime britânico, ou mesmo não dando a devida importância a desdobramentos e particularidades dentro do Reino Unido, na Escócia, País de Gales e, especialmente, Irlanda. Há, ainda, o problema de se abordar o radicalismo dentro da classe média e alta, sem contemplar igualmente as manifestações radicais na classe trabalhadora, tornando menos profícuo o exercício de pensar as interlocuções e divergências entre esses campos. Procurei, nesses casos, utilizar o espaço das notas de rodapé para indicar alguma referência, a partir da qual possa se chegar a uma bibliografia mais extensa sobre o assunto em questão. Tais situações são incontornáveis quando se pretende abordar grandes questões que exigem certo nível de abstração, como a natureza de padrões de desenvolvimento e dominação.

Uma segunda limitação é de caráter metodológico, envolvendo o trato com as fontes primárias. Discute-se a produção das comissões reais a partir dos relatórios finais apresentados pelo corpo principal de comissários. Mas a mesma atenção não foi dedicada ao volume, muitas vezes maior, de relatórios locais e regionais redigidos pelos comissários assistentes (nos casos em que estes foram empregados), cujas impressões servem de base para que os comissários centrais escrevam seus pareceres definitivos. Além disso, a vastidão de correspondências internas e papéis burocráticos emitidos internamente ao longo do funcionamento das comissões não foram diretamente consultados. Contemplar de forma mais minuciosa esses materiais traria, certamente, maior luz sobre o perfil individual e posicionamento de cada nome envolvido nas comissões, além de esclarecer dinâmicas desses órgãos que não se desnudam nos relatórios finais. Essa opção, contudo, inviabilizaria abordar múltiplas comissões de inquérito, impossibilitando o objetivo de fazer leituras que salientem elementos

transversais. Comentários mais detalhados acerca das escolhas metodológicas são encontrados no anexo deste volume.

Algumas reflexões cabem aqui. Historiadores marxistas são suscetíveis ao risco de, em meio à justa campanha por uma história que não negligencie a totalidade, desprenderam os próprios pés do plano da empiria. Um deslize de tal ordem compromete a penetração de nossas ideias nos debates que permeiam o campo, uma vez que a posição do historiador se distingue de outras áreas das humanidades, entre outros fatores, pela dimensão do empirismo. Preocupar-se com esse aspecto é, portanto, não somente uma necessidade profissional, mas um movimento estratégico para demarcar a relevância das metodologias com orientação marxista na historiografia atual. Neste quesito, há uma ironia aqui. Como transparece nos dois primeiros capítulos, minhas proposições são críticas a abordagens sobre os discursos que elegem a linguagem como determinante supremo de nossos objetos, ou que nela enxergam uma suposta evidência de que leituras materialistas são incompatíveis com o reconhecimento das subjetividades. Minha própria metodologia, contudo, se fundamenta na análise de discurso dos relatórios das comissões reais de inquérito, uma constatação que incorre em certas questões.

Primeiramente, pode parecer presunçoso esperar extrair algo relevante de fontes já tão espremidas quanto os relatórios. Esses documentos permitem múltiplas interpretações e é ingênuo supor que após mais de um século de estudos irá se descobrir, em suas páginas, evidência cabal sustentando esta ou aquela corrente. Debates orientados unicamente nas leituras possíveis da obra das comissões perigam dirigir-se para um impasse, no qual cada lado enfileira passagens de modo a reivindicar o viés que julgar mais apropriado. Procurei dar maior diversidade à minha exposição por meio da análise do quadro de comissários, observando origens, trajetórias e posicionamentos. Trata-se de um esforço que, embora não seja inédito (ao menos para parte das comissões estudadas), reduz a sensação de autonomia do texto em relação às condições de sua produção. Mas é incontestável que o ponto de vista defendido neste trabalho envolve boa dose de reflexão teórica, sem se destacar por empirismo particularmente minucioso ou intrincado.

Um historiador normalmente se encontra mais blindado de críticas às suas conclusões quando mantém seu raciocínio o mais próximo possível das fontes primárias. Arcos expositivos que se desprendem dos limites da fonte no esforço de constituir proposições mais gerais, mesmo quando esta exposição parte de questões instigadas a partir da própria fonte, estão sempre muito suscetíveis ao criticismo. Seus flancos extensos oferecem margens generosas para que outros pesquisadores, munidos de seus

próprios dados, apontem para situações que parecem contradizer, em primeira instância, a narrativa apresentada. O olhar do microscópico nunca falha em revelar contradições dentro das grandes contradições que constituem a totalidade do social. Ainda assim, sem recorrer às abstrações que fomentam modelos teóricos, não podemos fazer determinadas perguntas, que não se revelam enquanto permanecemos estritamente atrelados aos nossos documentos primários. Mesmo quando se deparam com repercussão negativa, proposições dessa natureza podem ajudar a movimentar um campo na direção de interações construtivas, através das reações provocadas.

É preciso assumir, de antemão, que não se encontrarão nestas páginas provas conclusivas para encerrar velhos debates, ou mesmo formulações de grande originalidade que instiguem guinadas, com horizontes inéditos, nos estudos sobre o reformismo e o papel das comissões reais de inquérito. O que se propõe aqui é retomar o olhar sobre documentos axiais na edificação de nossa sociabilidade contemporânea, em uma aproximação de duas vias: não somente pensar essas fontes pelo prisma do historiador, ansioso por identificar nelas a presença de diretrizes ainda determinantes para a ordem liberal nas sociedades industrializadas; mas também, em sentido inverso, refletir sobre os caminhos da historiografia, a partir do modo como esta tem se relacionado com esses mesmos relatos. Em outras palavras, não se pretende um salto inovador no estudo dos relatórios das comissões, mas sim fazer um balanço das abordagens dedicadas a elas e ao reformismo, procurando, nesse esforço, retomar a defesa de algumas linhas que perderam espaço no campo historiográfico. Não se advoga por um movimento de retorno ao passado. Se trata de pensar em como essas ideias ainda têm a contribuir diante de problemas atuais levantados pelos historiadores, sem perder a consciência de que os estudos avançaram e trouxeram novas questões pertinentes.

Admitindo tais limites, creio que este trabalho pode contribuir para incentivar no Brasil as discussões sobre a Revolução Industrial e atualizar os leitores brasileiros acerca da bibliografia e dos debates em voga nas últimas décadas. Embora meu escopo seja a Inglaterra, as questões aqui trabalhadas podem interessar aos estudiosos dos processos de modernização capitalista no século XIX de modo geral, inclusive os que se ocupam com nosso país. Chamar a atenção de nossos historiadores para os desdobramentos nos campos de estudo sobre a industrialização inglesa e o processo reformista, dois temas gêmeos, já seria um resultado bastante satisfatório. Maior felicidade ainda seria ajudar a fomentar, em terras brasileiras, pesquisas a respeito das experiências de desenvolvimento britânica e europeias. Com sorte, algo das ideias aqui traçadas pode repercutir em outros pontos do

Atlântico e fortalecer pontes de intercâmbio intelectual que corram nas duas direções. Intelectuais da periferia do capitalismo estão acostumados a acolher a contribuição dos autores de nações desenvolvidas na compreensão da história de nossos próprios países. Precisamos, agora, nos habituar com colaborações que se deem em sentido contrário.

Capítulo 1 – Continuidades e rupturas: a Revolução Industrial e a historiografia

No que diz respeito à Revolução Industrial, as historiografias econômica e social assumiram, até fase avançada do século XX, posição que, embora contasse com suas interlocuções, caracterizou-se frequentemente por postura hora de estranhamento entre linguagens e metodologias muito diversas, hora de enfrentamento aberto. Nenhum episódio foi mais sintomático dessa relação de animosidade do que o debate sobre os padrões de vida nas décadas de 1950 e 1960[8]. Para além de tendências ideológicas entre historiadores e economistas, contribuíram para essa diferença de perspectiva abordagens epistêmicas muito distintas. Mesmo quando os contornos da história social pareciam se expandir, na segunda metade do século, na direção de uma infinitude de novas temáticas e objetos cada vez mais específicos, se mantinha a noção de uma fronteira diante do território muito mais delimitado da história econômica, ancorada em um viés quantitativo estranho à formação dos historiadores de maneira geral.

Os desdobramentos da historiografia nas décadas recentes, adentrando o século XXI, trazem uma constatação curiosa. Por um lado, pode-se argumentar que tendências como a micro-história e a difusão de vieses mais culturalistas tenham reduzido os espaços de diálogos entre os campos. Ao mesmo tempo, ambas as trajetórias apontam, através de linhas argumentativas distintas, para caracterizações da Revolução Industrial com um elemento em comum: o apagamento de agendas de classe conflitantes determinando o desenvolvimento desse processo.

O objetivo deste capítulo é justamente identificar os elementos consonantes na representação da experiência da Revolução Industrial nas ortodoxias construídas nessas historiografias. Ele se inicia com um olhar voltado para a disciplina da história econômica e as implicações, neste ramo, do entendimento da industrialização britânica como um processo mais vagaroso do que se estimava no passado. Discute, em seguida, como historiadores econômicos passaram a buscar modelos explicativos para a emergência da Revolução Industrial que contemplam um sentido particular de cultura. Em um segundo

[8] O núcleo do debate reside nos artigos de Hobsbawm e Hartwell. Contudo, outros autores deram contribuições de impacto dentro da polêmica, podendo se mencionar as obras de Hayek et al e E. P. Thompson. Cf. HOBSBAWM, E. J. "The British Standard of Living, 1790-1850." *Economic History Review*, n. 10, 1953, p. 47-68. HOBSBAWM, E. J. "The Standard of Living During the Industrial Revolution. A Discussion." *Economic History Review*, n. 16, 1963, p. 119-134. HARTWELL, R. M. "The Rising Standard of Living in England, 1790-1850." *Economic History Review*, n. 13, 1961, p. 397-416. HARTWELL, R. M. "The Standard of Living. An Answer to Pessimists." *Economic History Review*, n. 16, 1963, p. 135-146. HAYEK, F. A (org.). *Capitalism and the Historians*. Chicago: Pheonix Books, 1963. THOMPSON. E. P. *The Making of the English working class*. New York: Vintage Books, 1966.

momento, a análise se volta para os desdobramentos da história social, destacando seu gradual afastamento de leituras ancoradas em interesses de classe, para priorizar uma análise das mentalidades pautada em símbolos morais e religiosos. Ao final, se discute como esses movimentos, resguardadas suas diferenças, apresentam uma industrialização desatrelada de luta política em torno de projetos de sociedade nos quais relações de dominação social e exploração econômica são axiais.

1.1. A história econômica rumo à "lenta" Revolução Industrial

Foi a partir dos dados revisionistas levantados na década de 1980, sobretudo através dos trabalhos de Crafts e Harley[9], que se originou a curva decisiva rumo à presente ortodoxia que traz, para a história econômica, a perspectiva de uma Revolução Industrial de ganhos de produtividade mais lentos do que outrora se supunha. O ambiente econômico de otimismo do pós-Guerra, conciliando nos países centrais do capitalismo crescimento do produto interno com elevação dos padrões de vida para a classe trabalhadora, refletiu-se em um esforço da história econômica para identificar, na industrialização britânica, as raízes de uma nova dinâmica de produção que, em meados do século XX, estaria comprovando de forma inequívoca sua supremacia em relação a quaisquer outros projetos de organização das forças produtivas. A capacidade de promover o crescimento da acumulação mais do que compensaria as oscilações dentro desta mesma tendência, ou sua contradição na forma de desigualdades sociais persistentes[10]. Buscou-se na inovação produtiva de maneira geral e na mecanização em particular as origens do arranque do Atlântico Norte, tendo a Inglaterra como visionária, em direção às dimensões contemporâneas do capitalismo industrial. Poucos autores representaram tão fortemente essa historiografia quanto David Landes[11].

---

[9] A exposição da argumentação dos autores se construiu ao longo de numerosos escritos, mas pode se encontrar bem sintetizada no artigo redigido a quatro mãos de 1992. Cf. CRAFTS, N. F. R; HARLEY, C. K. "Output Growth and the Industrial Revolution: A Restatement of the Crafts-Harley View." In: *The Economic History Review*, New Series, v. 45. n. 4, novembro de 1992, p. 703-30. Um quadro comparativo entre os dados agregados oferecidos por Crafts e Harley em relação a outras estimativas de crescimento, bem como um balanço abrangente do entendimento dos ritmos de aumento da produção para o período da Revolução Industrial, se encontra em MOKYR, J. "Accounting the Industrial Revolution." In: FLOUD, R; JOHNSON, P (org.). *The Cambridge Economic History of Modern Britain.* Volume I: Industrialisation, 1700-1860. Cambridge: Cambridge University Press. 2004.

[10] Cannadine apresenta interessante periodização da historiografia econômica da Revolução Industrial, apontando as relações entre suas interpretações e a realidade capitalista no decorrer do século XX. CANNADINE, D. "The present and the past in the English Industrial Revolution." In: BERLANSTEIN, L. B (org.). *The Industrial Revolution and Work in Nineteenth-Century Europe*. [E-book]: Routledge, 2005, p. 10-15.

[11] LANDES, D. S. *Prometeu Desacorrentado:* Transformação Tecnológica e Desenvolvimento Industrial na Europa Ocidental, desde 1750 até Nossa Época. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

As séries quantitativas usadas para sustentar essa visão, contudo, sofreram golpe decisivo pela pena dos revisionistas nas últimas décadas do século XX, não por coincidência escrevendo em um período no qual os ares do pós-Guerra davam lugar a novo pessimismo econômico[12]. Considerou-se que, durante todo o período clássico da Revolução Industrial, o peso relativo do novo sistema fabril dentro da totalidade da produção econômica era baixo. Sua expansão gradual, mesmo que em ritmo mais acelerado do que os demais setores, saía de um patamar inicial de representatividade pequeno dentro da economia britânica. Seu desenvolvimento formidável mostrou-se insuficiente para gerar um arranque nacional nos dados agregados. Foi apenas no apagar das luzes da primeira Revolução Industrial, em fins da década de 1840, que a Inglaterra pela primeira vez se convertia em uma população de maioria urbana[13]. Se estima que o país chegou ao fim da primeira metade do século com entre um quarto e um quinto de sua população trabalhadora empregada na agricultura, a ocupação mais recorrente dentre todas as atividades econômicas[14]. O peso representativo de formas tradicionais de produção impunha ao conjunto nacional um ritmo ainda vagaroso, dentro do qual o ímpeto da fábrica não possuía o volume necessário para promover uma curva tão acentuada na velocidade da acumulação.

A reação aos dados revisionistas deu-se menos fortemente na forma de tentar atacar os índices de crescimento apresentados, concentrando-se nas incongruências que a divisão arbitrária entre setores "modernos" e "tradicionais" acarretava. Em artigo clássico, Berg e Hudson[15] apontaram para uma dinâmica de desenvolvimento onde, mesmo na esfera mais mecanizada do sistema fabril, havia uma imbricação íntima com a produção em menor escala em oficinas ou espaços domésticos utilizando mão de obra artesanal.

---

[12] Cf. CANNADINE, D. "The present and the past in the English Industrial Revolution." In: BERLANSTEIN, L. B (org.). *The Industrial Revolution and Work in Nineteenth-Century Europe*. [E-book]: Routledge, 2005, p. 10-15.

[13] Entre 1751 e 1851 o percentual da população de Inglaterra e Gales vivendo em cidades de entre 10 mil e 100 mil habitantes aumentou de 6% para 19%, enquanto a parcela residindo em cidades com mais de 100 mil habitantes cresceu de 11% para 25% no mesmo período. Considerando o total da população residindo em cidades de todos os tamanhos, a evolução no recorte foi de 23% para 54%. Conferir: WOODS, R. *The demography of Victorian England and Wales*. [E-book]: Cambridge University Press, 2004, p. 362.

[14] Os dados demográficos referentes à distribuição populacional entre ocupações foram retirados de ROYLE, E. *Modern Britain* – A Social History, 1750-2011. 3ª ed. [E-book]: Bloomsbury Academic, 2012, p. 115.

[15] BERG, M; HUDSON, P. "Rehabilitating the Industrial Revolution." In: *The Economic History Review*, New Series, v. 45, nº 1, fevereiro de 1992, p. 24-50.

A existência de relações de *putting out*[16] na indústria têxtil, por exemplo, não poderia ser explicada como mera reminiscência de unidades produtivas domésticas nos moldes do século XVIII, tal qual resquícios do passado aguardando a erradicação derradeira. Tratava-se do reconhecimento de que a maquinaria de ponta não era apropriada para determinadas tarefas, que eram realizadas com maior eficiência em ambientes menores que não empregavam a energia hidráulica ou a vapor. As unidades que não se enquadram na categoria das grandes fábricas mecanizadas não permanecerem, portanto, estagnadas. Se modernizaram à sua própria maneira para se adaptar à realidade da industrialização, seja para comportar a demanda gerada pela indústria, nos casos em que integravam a cadeia produtiva em simbiose com o sistema fabril, seja para se especializarem exatamente nas demandas que a fábrica era incapaz de suprir, como na confecção de produtos personalizados ou que exigiam perícia ainda incapaz de ser reproduzida por maquinaria. Os mesmos autores criticam, também, o uso de dados agregados nacionais como parâmetro de mensuração do desenvolvimento britânico, argumentando que esse procedimento ocultava disparidades regionais que evidenciam a forte especialização produtiva de determinadas regiões[17].

Crafts e Harley alegaram jamais terem negado o caráter fundamental da transformação econômica experimentada no século entre 1750 e 1850. Consideraram que a realocação da mão de obra agrícola para outras atividades já consistia em um feito revolucionário, mesmo que ainda insuficiente por si só para iniciar, antes de meados do século XIX, um aumento tão expressivo da aceleração do produto interno[18]. Autores que consideraram que as novas séries estatísticas invalidavam a Revolução Industrial extrapolaram a posição original revisionista. Sobre estes exageros incorreram as críticas mais duras por parte de uma reação "contra-revisionista"[19].

Uma "virada de mesa" foi também almejada pela proposição de um "capitalismo cavalheiresco" por parte de Cain e Hopkins na década de 1980. Procurou-se sustentar que a história econômica pecou ao eleger o cenário industrial como palco privilegiado.

---

[16] Relação entre produção doméstica e fabril, na qual parte das etapas produtivas é realizada pelos trabalhadores em sua oficina com os materiais fornecidos pelo proprietário industrial, depois retornando o produto acabado ou semiacabado para a fábrica.

[17] BERG, M; HUDSON, P. Op cit.

[18] CRAFTS, N. F. R; HARLEY, C. K. "Output Growth and the Industrial Revolution: A Restatement of the Crafts-Harley View." In: *The Economic History Review*, New Series, v. 45. n. 4, novembro de 1992, p. 703-30.

[19] Conferir a resposta de Landes aos que decretaram a inexistência da Revolução Industrial: LANDES, D. S. "The Fable of the Dead Horse: or, the Industrial Revolution Revisited." In: MOKYER, J (org.). *The British Industrial Revolution* – An Economic Perspective. 2ª ed. Boulder: Westview, 1999.

Atraídos pelo barulho político gerado pela "questão fabril", os historiadores perderam de vista que até a década de 1840 a renda da terra permaneceu como fonte de riqueza mais importante. Com a extinção das Leis dos Cereais em 1846, a dianteira foi assumida pela rede de finanças e serviços cujo coração era a *City* londrina, onde se produziam margens de lucro maiores do que na indústria. Esses negócios eram conduzidos por uma elite que detinha meios mais eficientes de representar seus interesses no Parlamento, constituindo uma fileira na qual os industrialistas tinham dificuldade de ingressar. A forma como esses homens buscavam reproduzir um estilo de vida nobiliárquico, no qual o ócio e frequência em salões e clubes são símbolos indispensáveis de distinção, reflete a escolha econômica racional para investimentos onde a acumulação de capital depende menos da gestão de máquinas e matérias primas, e mais da articulação de contatos privilegiados e redes internacionais[20].

Não tardou para o capitalismo cavalheiresco encontrar-se duramente criticado no campo. Teria exagerado o distanciamento socioeconômico e político entre a região metropolitana e o norte industrializado. Propôs ainda um rótulo abrangente demais e que não permitia enxergar descontinuidades políticas introduzidas com a industrialização, ao homogeneizar uma multiplicidade de interesses enquanto "cavalheirescos", inclusive expectativas partilhadas por grupos externos a esse conjunto[21]. Apesar de suas inconsistências, a tese instigava reflexões importantes, como pensar o capitalismo inglês em uma ótica que contemplasse mais a questão imperial e perceber o *ethos* aristocrático não como mero arcaísmo, mas como uma estratégia adaptada a realidade de certos negócios. Diante da expectativa de revisionismo ambicioso, eram necessárias as ressalvas para reconhecer a existência de inegáveis continuidades, mas preservando o conceito de uma Revolução Industrial.

Ao final do século XX e com a passagem para o novo milênio, era perceptível que a história econômica se encaminhava para posição conciliatória nessa querela. A síntese entre o revisionismo e sua crítica deu-se no reconhecimento do fator revolucionário da industrialização britânica na primeira metade do século XIX, adequando-o à realidade de um crescimento inevitavelmente lento para padrões contemporâneos, tendo em vista as questões estruturais impostas por seu pioneirismo. Claro estava que era incompatível com

[20] CAIN, P. J; HOPKINS, A. G. "Gentlemanly Capitalism and British Expansion Overseas I. The Old Colonial System, 1688-1850." *The Economic History Review*, v. 39, n. 4, nov. 1986, p. 501-525.
[21] Para uma avaliação crítica do capitalismo cavalheiresco apresentado nos termos de Cain e Hopkins, cf. PORTER, A. "'Gentlemanly capitalism' and empire: The British experience since 1750?" *The Journal of Imperial and Commonwealth History*, v. 18, n. 3, 1990, p. 265-295.

as bases econômicas da economia britânica, daquele momento, a suposição de uma guinada vertiginosa no ritmo de acumulação capitalista, e mais ainda pressupor que tal acontecimento se desse de forma generalizada por todo território nacional. Mais apropriado seria conceber o período como uma fase de reorganização das relações de produção, que abriria a possibilidade para, a partir de décadas futuras, se dar finalmente essa aceleração mais intensa do padrão de desenvolvimento[22].

Apreciar a natureza desta transição passava por expandir o olhar para além de uma concepção estreita sobre o sistema fabril, ampliando as lentes para perceber a pluralidade de inovações tecnológicas e organizativas[23]. Por mais que essas cadeias produtivas não tenham proporcionado a explosão de produtividade antes imaginada, elas desempenharam o feito revolucionário de, em uma conjuntura marcada por guerras contra a França, colheitas pobres e forte pressão demográfica, possibilitar um ganho *per capita* de produto interno em ritmo não mais lento do que se via até então, algo inédito e um divisor de águas na história humana[24].

Tais conclusões se fizeram sentir no infindável debate sobre os padrões de vida. Chegou-se, pelo menos momentaneamente, ao consenso dentro da história econômica de que os limites da modernização do recorte da Revolução Industrial não permitiam ganhos salariais elevados para a maioria da população, com longa fase de estagnação no mundo rural e crescimento oscilante entre os trabalhadores urbanos. Historiadores simpáticos ao capitalismo se contentaram em defender que esses ganhos modestos sinalizavam a ruptura revolucionária do processo de industrialização, sem a qual o esperado seria que a longa trajetória de aumento demográfico, iniciada em fins do século XVII, desaguasse em padrões de vida decadentes, tendência observada até então nas economias pré-industriais[25].

A história econômica chegou ao século XXI com uma posição ponderada no que diz respeito às continuidades e rupturas provocadas no campo econômico através da

---

[22] A posição ponderada entre revisionismo e contra-revisionismo no final da década de 1990 é encontrada em MOKYR, J. "Editor's Introduction: The New Economic History and the Industrial Revolution." In: MOKYER, J (org.). *The British Industrial Revolution* – An Economic Perspective. 2ª ed. Boulder: Westview, 1999.

[23] Especificamente sobre a questão tecnológica, conferir o trabalho de Bruland sobre a diversidade de inovações para além da produção fabril. BRULAND, K. "Industrialisation and technological change." In: FLOUD, R; JOHNSON, P (org.). *The Cambridge Economic History of Modern Britain.* Volume I: Industrialisation, 1700-1860. Cambridge: Cambridge University, 2004.

[24] MOKYR, J. op. cit.

[25] Cf. VOTH, H. "Living standards and the urban environment." In: FLOUD, R; JOHNSON, P (org.). op. cit. MORE, C. *Understanding the Industrial Revolution*. [E-book]: Routledge: 2000, p. 154 e 169.

Revolução Industrial, vislumbrando as primeiras sem descartar as últimas. Em paralelo a essa ressignificação do sentido de ruptura, adaptando-o à perspectiva de crescimento econômico menos acelerado, outra problemática passou a ganhar espaço. Estando assegurada a manutenção do status revolucionário da Revolução Industrial, restava ainda identificar o modelo explicativo adequado e os fatores decisivos para compreender sua ocorrência no mundo do Atlântico Norte, com pioneirismo britânico. Nessa empreitada intelectual, que veio a assumir as vias de uma espécie de busca pelo Santo Graal da história econômica, um entendimento particular sobre a cultura passou a ser abordado neste campo, como se discute a seguir.

1.1.2. Em busca de uma nova acepção de cultura

Gregory Clark afirmou em 2007 que a história humana pode ser sintetizada em um gráfico simples. Ele indica rendimentos *per capita* oscilando em torno de um mesmo patamar entre a Idade da Pedra e o começo do século XIX, iniciando-se uma subida íngreme a partir daí[26]. Clark pode ter soado provocador diante da maioria dos historiadores e antropólogos, mas estava expressando perfeitamente o pressuposto daquilo que já era referenciado como o debate da "Grande Divergência". O termo, difundido principalmente através da obra de Kenneth Pomeranz publicada originalmente em 2000[27], passou a dar conta dessa virada abrupta e a necessidade de se identificar sua causa fulcral. De que modo explicar a origem da Revolução Industrial, que veio a libertar a humanidade das amarras, até então inescapáveis, da escassez?

Em um nível mais superficial, há concordância entre os autores da Grande Divergência: o ganho de produtividade sem precedente observado a partir do século XIX é impulsionado, fundamentalmente, pela evolução tecnológica propiciada pela aplicação de conhecimentos úteis ao campo da produção. As coisas se tornam mais complexas, e bem menos consensuais, quando passamos para as tentativas de explicar a raiz dessa mudança na relação entre conhecimento e produção. Como colocou Joel Mokyr, "Tecnologia pode abrir uma porta, mas não pode forçar uma sociedade a atravessá-la[28]." É neste ponto que os historiadores econômicos se voltaram para conceitos de cultura

[26] CLARK, G. *A Farewell to Alms:* A Brief Economic History of the World. Princeton: Princeton University, 2007, p. 1 e 2.
[27] POMERANZ, K. *The Great Divergence:* China, Europe, and the Making of the Modern World Economy. Princeton: Princeton University, 2008.
[28] MOKYR, J. "Accounting the Industrial Revolution." In: FLOUD, R; JOHNSON, P (org.). *The Cambridge Economic History of Modern Britain.* Volume I: Industrialisation, 1700-1860. Cambridge: Cambridge University Press. 2004, p. 19, tradução livre.

capazes de explicar a adesão das sociedades à inovação sistemática de tecnologias produtivas.

A história econômica britânica tradicionalmente se identificou como um campo mais delimitado e centrado em séries quantitativas. Linhas explicativas para o surgimento da Revolução Industrial que se mantém dentro desse enquadramento priorizaram, via de regra, modelos integrando a disponibilidade de carvão mineral na ilha, a produtividade mais elevada da agricultura inglesa em relação ao continente[29] e a curva demográfica ascendente desde o final do século XVII[30]. Uma linha distinta, e de notável influência, passou desde a década de 1990 a enfatizar a relação entre as instituições britânicas e a cultura em função da teoria desenvolvida pela Nova Economia Institucional (*New Institutional Economics*).

A teoria institucionalista de Douglass North, em particular, emerge como resposta à dificuldade da ortodoxia econômica de incorporar uma dimensão de historicidade aos

[29] Até a década de 1980, historiadores da Revolução Industrial comumente assumiram como pressuposto lógico que a mesma só fora possível por ter sido acompanhada de uma "Revolução Agrícola", abordagem que se faz presente, por exemplo, na obra influente de Phyllis Deane. A perspectiva de crescimento econômico mais lento que recaiu sobre a Revolução Industrial, entretanto, se refletiu também sobre as interpretações acerca da elevação da produtividade na agricultura. Rejeitou-se a possibilidade de ganhos muito elevados antes do desenvolvimento dos fertilizantes químicos na segunda metade do século XIX. Daunton, em um balanço sobre os estudos do tema publicado ao final do século passado, concluiu que a verdadeira revolução na agricultura se deu no século XVII e no começo do século XVIII, graças ao aprimoramento das técnicas de cultivo, que elevaram a produtividade do solo para um patamar próximo ao limite possível em uma economia não industrializada. A segunda metade do século XVIII e o início do século XIX, celebrados pelos grandes proprietários como uma era de melhoramento agrícola possibilitada pelos cercamentos parlamentares, teria elevado relativamente pouco a produtividade, ao passo que a renda paga aos proprietários cresceu desproporcionalmente. A pressão da urbanização e aumento demográfico na forma de demanda pela produção de alimentos manteve-se, para historiadores contemporâneos, flertando com patamares perigosos durante toda a Revolução Industrial, sem desaguar em catástrofe na Inglaterra muito em função de seu nível de produtividade avançado obtido antes do início da industrialização. Cf. DEANE, P. *The First Industrial Revolution*. 2ª ed. Cambridge: Cambridge University, 1979, capítulo 3. DAUNTON, M. J. *Progress and poverty*: an economic and social history of Britain, 1700-1850. New York: Oxford University, 1995, p. 25-52. ALLEN, R. C. "Agriculture during the industrial revolution, 1700-1850." In: FLOUD, R; JOHNSON, P (org.). op. cit. CLARK, G. "Too Much Revolution: Agriculture in the Industrial Revolution, 1700-1860." In: MOKYR, J (org.). *The British Industrial Revolution* - An Economic Perspective. 2ª ed. Westview, 1999.

[30] Em seus estudos demográficos, E. A. Wrigley aponta para o sucesso da agricultura inglesa em elevar sua produtividade ao longo da Idade Moderna e como isso incentivou um processo de urbanização que, somado à pressão demográfica, incitou a procura por tecnologias baseadas em energia mineral que aliviassem a demanda por energia de fonte vegetal ou animal. Com opinião semelhante, Robert Allen compreende que a Revolução Industrial é resultante da relação entre a abundância de carvão mineral na Grã-Bretanha e os salários relativamente altos da agricultura no final do período moderno, tornando altamente recompensadora a procura por inovação tecnológica poupadora de mão de obra. Cf. WRIGLEY, E. A. *Continuity, change and change*: the character of the Industrial Revolution in England. 3ª ed. Cambridge: Cambridge University, 1998. WRIGLEY, E. A. "Coping with rapid population growth: how England fared in the century preceding the Great Exhibition of 1851." In: FELDMAN, D; LAWRENCE, J (org.). *Structures and Transformations in Modern British History*. Cambridge: Cambridge University, 2011. ALLEN, R. C. *The British Industrial Revolution in Global Perspective*. 6ª ed. Cambridge: Cambridge University, 2012.

seus modelos, maculados pela incoerência de se tomar como ponto de partida a existência de sujeitos-indivíduos naturalmente inclinados a agir de forma optimizada. North procurou historicizar o comportamento desses agentes a partir da introdução do princípio de incerteza da teoria de jogos[31], admitindo que as sociedades se apeguem a arranjos institucionais que não propiciam maximização produtiva, por identificarem como mais seguras instituições que podem não comportar modos eficientes de organizar a propriedade, do ponto de vista de produtividade[32].

O problema do desenvolvimento econômico, nesses termos, converte-se em identificar as instituições que induzem práticas eficientes e os dispositivos culturais que favorecem o aparecimento e manutenção dessas mesmas instituições. Na narrativa que se constrói rumo a este objetivo, o conceito de cultura é apresentado em uma ótica evolutiva. "Cultura", na visão institucionalista, pode ser descrita como um conjunto de práticas e crenças adotadas a partir de uma leitura do ambiente social e natural, o qual se adapta à medida em que os indivíduos interagem dentro desses sistemas complexos[33]. Em função das pressões competitivas induzidas nesse conjunto e dos incentivos para se reagir a elas por vias transacionais não violentas, há a tendência maior ou menor de se desenvolverem culturas eficientes, ou seja, nas quais atitudes que maximizam retornos econômicos são perpetuadas em detrimento de atitudes que não o fazem.

O manejo da cultura dentro do aparato institucionalista de North se apresenta como algo em estágio laboratorial. Aproximações com um leque amplo de teorias científicas, via de regra muito distantes dos domínios usuais dos historiadores, parecem não raro mais experimentações visando o levantamento de novas hipóteses do que propriamente o refinamento de uma teoria bem elaborada. Esse não é um traço exclusivo da abordagem institucionalista dentro do debate da Grande Divergência. Flertes com a genética, a psicologia comportamental e as neurociências figuram entre as tentativas de conferir maior prestígio científico às teses que descrevem o aparecimento de culturas empreendedoras enquanto estágio avançado de um longo processo evolucionista, que culminou na sociedade capitalista e industrial contemporânea[34].

---

[31] Uma síntese, realizada pelo próprio autor, da relação entre incerteza, instituições e desenvolvimento econômico, é encontrada em NORTH, D. C. *Understanding the Process of Economic Change*. Princeton: Princeton University, 2005, p. 1-8.

[32] Cf. GALA, P. "A Teoria Institucional de Douglass North." In: *Revista de Economia Política*, v. 23, n. 2 (90), abril-junho de 2003, p. 89-105.

[33] Cf. NORTH, D. C. Op. cit, p. 23-37.

[34] North se mostra particularmente disposto em ensaiar articulações com as neurociências e o behaviorismo. Clark, grande crítico da abordagem institucionalista, é mais dado a sugerir vínculos entre o evolucionismo

Encontramos influências do institucionalismo de North no trabalho de Joel Mokyr dedicado a localizar, na Idade Moderna, as mudanças que possibilitaram a passagem de um crescimento de padrão "smithiano" para um "schumpteriano" nos séculos XVIII e XIX. Ou seja, a transição de um padrão, no qual o aumento da produtividade se dá pelo aprofundamento da divisão do trabalho e redução de entraves institucionais ao livre mercado, para outro, onde a contínua inovação tecnológica promove saltos produtivos[35].

Mokyr defende que as raízes da "cultura de crescimento" contemporâneo estariam na Revolução Científica, responsável maior por, a partir do século XVI, difundir entre os europeus uma associação entre conhecimento, produção e paixão pela acumulação, distinta em relação ao restante do mundo. Particularidades geopolíticas e culturais europeias teriam evitado que impulsos reacionários sufocassem os movimentos de inovação, como seria esperado em outras regiões do globo. O resultado foi a emergência daquilo que o autor chama de "Iluminismo industrial" no século XVIII, se referindo às tendências, dentro do quadro mais geral de avanço científico e filosófico, dedicadas à aplicação dos conhecimentos úteis, isto é, saberes voltados para a produção material. Estes eram cultivados pelo estudo teórico, mas também pelo "aprender fazendo"[36].

O pioneirismo britânico nesse quesito estava vinculado à uma elite de artesãos puritanos, que combinava duas virtudes favoráveis ao desenvolvimento: a obstinação pelo enriquecimento e modo de vida laborioso, previdente e regrado do protestantismo de matriz continental; uma abordagem do conhecimento de viés fortemente empirista, atrelada à tradição britânica que remete até a obra de Francis Bacon no início do século XVII, menos voltada para o idealismo racionalista que vigorava no continente e centrada na observação direta da natureza e o domínio sobre seus fenômenos[37].

É perceptível a articulação entre o pensamento institucionalista e a ênfase no fator tecnológico de autores como Landes[38]. A teoria de jogos é tida como melhor abordagem para compreender a ação dos sujeitos dentro de um padrão smithiano, mas Mokyr a

---

cultural e genético. NORTH, D. C. *Understanding the Process of Economic Change*. Princeton: Princeton University, 2005, p. 23-37. CLARK, G. *A Farewell to Alms:* A Brief Economic History of the World. Princeton: Princeton University, 2007, p. 112-32.

[35] MOKYR, J. *A Culture of Growth*: The Origins of the Modern Economy. Princeton: Princeton University, 2017, p. 16-17 e 122-3.

[36] O autor usa repetidas vezes no original a expressão inglesa *learn by doing*, que se refere ao conhecimento adquirido a partir das próprias práticas de trabalho. Idem, passim.

[37] Idem, capítulo 13.

[38] Cabe ressaltar que a trajetória intelectual de Landes é caracterizada por uma virada brusca, na década de 1990, na direção de um evolucionismo cultural pouco sofisticado como modo de explicar o desenvolvimento europeu. Cf. ARRUDA, J. J. A. "David Landes, um historiador desacorrentado." In: *Economia e Sociedade*, v. 12, p. 87-107, junho de 1999.

considera insuficiente para explicar sozinha o salto dado pelas tecnologias produtivas[39]. A propensão à inovação tecnológica precisa advir de um fator exógeno ao comportamento condicionado pelas instituições, não é gerada espontaneamente por esse arranjo. Identifica, assim, a ação de uma minoria de empreendedores e inovadores como desencadeadora desse movimento[40].

A atuação desses indivíduos excepcionais, é verdade, também depende de fatores institucionais[41], dado que é necessária uma configuração social mínima para impedir que o aparecimento dessas figuras, que se dá de modo orgânico em maior ou menor grau em todas as sociedades complexas, não seja sufocada por contratendências conservadoras[42]. Chama a atenção, nesse ponto, o pouco crédito dado por Mokyr à contribuição de instituições de âmbito de Estado para incentivar o desenvolvimento. Aqui se incluem estruturas legislativas de natureza específica, como o surgimento de sistemas modernos de patentes, que para o autor possuíram impacto muito limitado antes de uma fase avançada do século XIX[43].

Mais impressionante é o apagamento das revoluções do século XVII enquanto indutoras de desenhos institucionais indispensáveis para o aprofundamento das relações capitalistas na ilha. O papel desses episódios seria tão somente o de anular os recursos predatórios do Estado que poderiam convertê-lo em sabotador fiscal, além de tornar o Parlamento mais responsivo às práticas da sociedade civil, desmontando as legislações anacrônicas que os agentes privados já vinham encontrando formas de contornar[44]. Aqui

---

[39] MOKYR, J. *A Culture of Growth*: The Origins of the Modern Economy. Princeton: Princeton University, 2017, p. 6-8.

[40] Conferir a análise de More sobre modelos explicativos de industrialização baseados em inovação. MORE, C. *Understanding the Industrial Revolution*. [E-book]: Routledge: 2000, p. 19-24.

[41] Mokyr apresenta uma definição de cultura semelhante à de North, e se preocupa em distingui-la das instituições de maneira clara enquanto conceito. Seguindo a antropologia evolutiva, considera cultura um conjunto de crenças e valores socialmente transmitidos e partilhados pelo conjunto ou subconjunto de uma sociedade. Trata-se de uma instância inteiramente mental, e que comporta alguma margem de liberdade na forma como é incorporada e reproduzida pelos indivíduos. Instituições, por sua vez, abarcam a estrutura de incentivos socialmente determinados. Op. cit., p. 8-11.

[42] Mokyr menciona a fragmentação do cenário político europeu, que engendra pressões competitivas entre Estados que favorecem o incentivo e proteção às mentes visionárias, ou ao menos provendo-as de opções de fuga das regiões em que se tornam mal vistas. Ao mesmo tempo, uma identidade cultural comum provida pelo cristianismo, que também ofereceu aos intelectuais uma língua padrão na forma do latim, possibilitou a existência de uma "República das Letras" internacional capaz de fomentar conhecimentos úteis. Esses seriam, em suma, os pré-requisitos institucionais que fizeram com que os arautos da inovação e do empreendimento tivessem, na Europa, espaço para agir com a continuidade necessária para que a soma de seus esforços fosse decididamente sentida. Idem, p. 170-1.

[43] MOKYR, J. "The Institutional Origins of the Industrial Revolution." In: HELPMAN, E (org.). *Institutions and Economic Performance*. Cambridge, Massachusetts, Harvard University, 2008, p. 4-7.

[44] Ibidem. Já em *A Culture of Growth*, Mokyr credita brevemente o período republicano como importante para reforçar a tolerância religiosa na Inglaterra. Além da pluralidade de ideias, a coexistência razoavelmente pacífica de diferentes religiões incentivou as mesmas a competirem no campo da educação

há uma diferenciação em relação a North, que exalta o desmonte da autonomia da Coroa, mas concebe que a capacidade ampliada de arrecadação do novo Estado que se constitui é fundamental no fortalecimento imperial, derrotando as potências rivais e garantindo a supremacia britânica[45]. Ambos os autores ainda estão distantes dos historiadores que reivindicam papel muito mais ativo do Estado no fomento da economia e que percebem, com isso, vínculos mais diretos entre o século XVII revolucionário e a Revolução Industrial, através de medidas protecionistas como os Atos de Navegação (*Navigation Acts*) e dos ganhos comerciais promovidos pela expansão imperial[46] (Império que, para Mokyr, não é mais do que um dispendioso elefante branco[47]).

Por trás dessas explicações para a industrialização britânica está a acepção de cultura, capitalismo e da relação entre ambos que orienta as obras. O capitalismo, na forma como é apresentado, se converte primordialmente em um arranjo institucional responsável por fomentar a competitividade necessária para catalisar a formação de práticas e crenças eficientes por parte dos indivíduos. Há muito pouco espaço, por esse viés, para creditar o papel do Estado e seus mecanismos que atuam na gestão dos elementos coercitivos inerentes à formação e manutenção de economias capitalistas, bem como no estabelecimento de políticas protecionistas e de incentivo ao desenvolvimento que escapam ao escopo da iniciativa privada. Destacar esses elementos implica em reconhecer tensões e interesses envolvendo classes e grupos sociais, correlacionados com as alterações no modo de produção. Sem isso, a imagem que se tem é a da passagem para o capitalismo industrial a partir da adesão voluntária dos indivíduos, conduzidos através de um longo processo competitivo de evolução racional, no qual a maior contribuição do governo é não atrapalhar essa interação.

Uma vez que se coloca que o surgimento de uma cultura voltada para o crescimento econômico moderno depende da capacidade dos indivíduos de se movimentarem, de modo mais eficiente, dentro do jogo social, fica entendido que o enraizamento bem-sucedido dessa cultura se confirma precisamente por não ser

---

e das ciências. Fora esse fator, o papel dos episódios revolucionários é ignorado. MOKYR, J. *A Culture of Growth*: The Origins of the Modern Economy. Princeton: Princeton University, 2017, p. 233-4.

[45] Cf. NORTH, D. C; WEINGAST, B. R. "Constitutions and Commitment: The Evolution of Institutional Governing Public Choice in Seventeenth-Century England". In: *The Journal of Economic History*, v. 49. n. 4. p. 803-832, dezembro de 1989.

[46] Cf. ARRUDA, J. J. A. *A Grande Revolução Inglesa, 1640-1780* - Revolução Inglesa e Revolução Industrial na Construção da Sociedade Moderna. São Paulo: Hucitec, 1996. HILL, C. *Reformation to Industrial Revolution*, 1530-1780. [E-book]: Verso, 2018.

[47] MOKYR, J. "The Institutional Origins of the Industrial Revolution." In: HELPMAN, E (org.). *Institutions and Economic Performance*. Cambridge, Massachusetts, Harvard University, 2008, p. 34.

condicionado, primordialmente, por instituições oficiais. A superioridade da cultura europeia (e britânica em particular) se afirmava pelo fato de que seu crescente dinamismo econômico estava assentado em uma cultura de cordialidade e confiança mútua entre agentes econômicos, capaz de seduzir indivíduos por sua evidente propensão a melhores retornos[48]. O Estado aqui não atua como indutor das instituições que fomentam essa convergência. Ao contrário, segue atrás dessa tendência, removendo as instituições que não mais atendem à cultura econômica vigente.

Mais uma vez, se oferece a velha exaltação de uma esfera de relações econômicas enquanto espaço social de consenso, benefícios mútuos e adesão livre. Insiste-se na concepção de que instituições eficientes dependem de uma separação entre poder político e econômico que só se sustenta em uma visão formalista do Estado. A passagem de Mokyr, na qual procura sintetizar a posição consensual dentro da Grande Divergência, é ilustrativa:

> Uma economia que cresce como resultado de instituições favoráveis requer um mundo de direitos de propriedade respeitados e bem delineados, contratos executáveis, lei e ordem, um baixo nível de oportunismo e *rent-seeking*, um alto grau de inclusão na prática de decisão política e de benefícios de crescimento, e uma organização política na qual poder e riqueza são tão separados quanto humanamente possível[49].

Relações de conflito e exploração se veem reduzidas à condição de efeitos de intromissão indevida de instituições políticas onde deveria vigorar, idealmente, uma cultura institucional marcada por espontaneidade, aperfeiçoada através da racionalidade e interação entre os indivíduos em suas atividades privadas. O esforço da história econômica para introduzir algum senso de historicidade nos modelos neoclássicos, superando seus determinismos e simplificações, não se preocupou em rever a visão da economia enquanto um campo de trocas voluntárias hermeticamente isolado das demais instâncias sociais.

---

[48] Nota-se que Mokyr usa a expressão "capitalismo cavalheiresco" (*gentlemanly capitalism*) no sentido genérico de conduta respeitável e de ostentação pública de virtudes morais na prática econômica, distanciando-se do modo como a expressão é usada enquanto conceito por Cain e Hopkings. Idem, p. 22. CAIN, P. J; HOPKINS, A. G. "Gentlemanly Capitalism and British Expansion Overseas I. The Old Colonial System, 1688-1850". *The Economic History Review*, v. 39, n. 4, nov. 1986, p. 501-525.

[49] *Rent-seeking* é a expressão em inglês, normalmente empregada no idioma original, que se refere à manipulação deliberada de políticas públicas com o intuito de elevar lucros ou rendimentos de determinados grupos. MOKYR, J. *A Culture of Growth*: The Origins of the Modern Economy. Princeton: Princeton University, 2017, p. 5, tradução livre.

1.2. A história social dos conservadorismos

Em seu debate acirrado com E. P. Thompson acerca das relações entre classes durante a Revolução Industrial[50], Anderson não poderia imaginar que o resultado seria uma vitória pírrica. Não restam dúvidas, ao se olhar para os rumos da história social britânica nas últimas quatro décadas, que a visão de que as classes média e trabalhadora permaneceram arraigadas em concepções conservadoras, distantes de uma linguagem de classe condizente com o capitalismo industrial moderno, tornou-se ortodoxia vigente.

Ficaram estigmatizadas, enquanto anacronismos ideologicamente enviesados, tanto a reconstituição de uma tradição de radicalismo popular, remontando ao menos até o século XVII, quanto a ideia de uma "longa revolução burguesa", que atingia seu zênite com a Revolução Industrial e a afirmação definitiva do interesse econômico de uma burguesia ascendente. Essas concepções, destacadas nas obras de marxistas como Thompson e Christopher Hill[51], tornaram-se tão avessas aos olhos de novas ortodoxias que, ainda no século XXI, os trabalhos de história social costumam reservar algumas páginas a desconstruir a visão desses dois autores[52], como se necessário fosse expurgar

---

[50] Em 1964, Anderson publica *Origens of the Present Crisis* na influente revista *New Left Review.* O ponto de vista defendido era o de que a incapacidade britânica em acompanhar o desenvolvimento das economias mais dinâmicas do século XX tinha suas raízes na precocidade das revoluções burguesas inglesas. Estas pariram uma burguesia imatura e mal formada, que em reflexo concebeu uma classe trabalhadora igualmente avessa à modernidade. A marca do capitalismo inglês seria sua dialética imperfeita e orientada por vieses conservadores de cima a baixo, incapaz de promover reformas estruturais com profundidade semelhante à dos países que experimentaram revoluções a partir de fins do século XVIII. Thompson criticou pesadamente esta posição no ano seguinte, acusando-a de revelar expectativas platônicas por parte de Anderson em relação ao seu objeto, que não se enquadrava nos arquétipos pré-concebidos de um marxismo althusseriano. Uma réplica foi apresentada por Anderson em 1966, seguida por uma pequena tréplica de Thompson, no qual este admitia isolamento intelectual no debate, mas sem capitular de suas convicções. ANDERSON, P. "Origins of the present crisis." *New Left Review I*, n. 23, jan.-fev, 1964, p. 26-53. ANDERSON, P. "Socialism and Pseudo-Empiricism." *New Left Review I*, n. 35, jan.-fev. 1966, p. 2-42. THOMPSON, E. P. "As peculiaridades dos ingleses." In: NEGRO, A. L; SILVA, S (org.). *As peculiaridades dos ingleses* – e outros artigos. Campinas: UNICAMP, 2001. THOMPSON, E. P. "Nota sobre 'As peculiaridades dos ingleses'." In: NEGRO, A. L; SILVA, S (org.). Idem.

[51] Thompson menciona uma revolução burguesa que se estende do século XV ao XVIII, mesmo que não se aprofunde na descrição desse extenso arco. Hill, por sua vez, não apenas enfatizou em numerosas obras o teor burguês das revoluções do século XVII e sua importância para a emergência da Revolução Industrial um século depois, como também se esforçou continuamente para mapear uma linhagem de radicalismo popular conectando do final do medievo à industrialização. Sobre a extensa revolução burguesa de Thompson, cf. "As peculiaridades dos ingleses". Op. cit., p. 95. A revolução burguesa do século XVII de Hill é reiterada em *A Revolução Inglesa de 1640*. Lisboa: Presença, 1981. *The Century of Revolution*, 1603-1714. [E-book]: Routledge, 2002. *Reformation to Industrial Revolution*, 1530-1780. [E-book]: Verso, 2018. Ainda sobre Hill, seu trabalho mais conhecido sobre o radicalismo popular se encontra em *O Mundo de ponta-cabeça,* mas o argumento mais explícito sobre a continuidade de uma tradição radical é apresentado em *The Norman Yoke*. *O Mundo de ponta-cabeça*: ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640. São Paulo, Companhia das Letras, 1987. "The Norman Yoke." In: HILL, C. *Puritanism and Revolution* - Studies in Interpretation of the English Revolution of the Seventeenth Century. New York: St. Martin's, 1997.

[52] Um exemplo está em BURGESS, G. "Introduction." In: BURGESS, G; FESTENSTEIN, M (org.). *English Radicalism,* 1550-1850. [E-book]: Cambridge University, 2007, p. 5-9.

um espectro teimoso demais para aceitar o esquecimento. Mas o modo pelo qual se consolidou a perspectiva conservadora para interpretar a natureza social da Revolução Industrial seguiu caminhos completamente afastados do marxismo de Anderson. Apesar do tom acalorado e das conclusões opostas, ele e Thompson reivindicavam o conceito gramsciano de "hegemonia"[53] para embasar suas respectivas posições. Os ataques que recaíram sobre essa referência conferem sabor amargo aos frutos de seu embate com a abordagem thompsoniana: Anderson viu o modelo conservador triunfar e virar ortodoxia, mas apenas após descartada a leitura marxista por ele defendida.

Mesmo no auge de seu prestígio, entre as décadas de 1960 e 1970, os historiadores marxistas não eram uma voz hegemônica na historiografia britânica. A partir de meados do século, o campo da história social também foi disputado por trabalhos influentes de historiadores menos preocupados com o papel da ideologia e do conflito de classe na condução dos fenômenos sociais[54].

No início da década de 1960, Kitson Clark apresentava as origens da sociedade vitoriana através de um processo social que, em um nível primordial, reagia de modo inconsciente, ou ao menos sem bússolas ideológicas, às duas grandes "forças cegas" do aumento demográfico e da industrialização[55]. Historiadores não deveriam supor que a existência de expoentes minoritários, que abraçavam identidades e linguagem classistas, possa ser um parâmetro para explicar as dinâmicas sociais do período da Revolução Industrial. O avanço da indústria, bem como seus desdobramentos na forma de um novo Estado e modo de organização social, seria mais bem compreendido se desvinculado da noção de projeto de classe. Mudanças no âmbito das mentalidades eram demoradas, e a assimilação de uma nova realidade redesenhada pela industrialização e urbanização era vagarosa ao tomar-se a sociedade britânica como um todo. O andar da história se mostra determinado por forças que escapam à percepção daqueles que a vivenciam, até que seus efeitos se mostram evidentes demais[56]. A emergência de uma ordem social vitoriana a

---

[53] Uma introdução competente às categorias de Gramsci é encontrada na obra de seu principal exegeta brasileiro. Especificamente para o conceito de hegemonia, cf. COUTINHO, C. N. *Gramsci*: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1992, p. 76-9. Conferir também os verbetes de "hegemonia", "bloco histórico", "coerção" e "consenso" presentes no "Dicionário Gramsciano", o primeiro redigido por Giuseppe Cospito, o segundo por Pasquale Voza e os dois últimos por Lelio La Porta. LIGUORI, G; VOZA, P. (org.). *Dicionário Gramsciano*. São Paulo: Boitempo, 2007.

[54] Uma análise mais completa das matrizes da historiografia social britânica não marxista e seu desenvolvimento ao longo do século XX é feita por TAYLOR, M. "The Beginnings of Modern British Social History?" In: *History Workshop Journal*, n. 43, primavera de 1997, p. 155-176.

[55] CLARK, G. K. *The making of Victorian England*: being the Ford lectures delivered before the University of Oxford. New York: Atheneum, 1976, p. 64, 112 e 278-9.

[56] Idem, p. 83-9.

partir da década de 1830 corresponde a este momento de lento despertar para as transformações que se davam desde o século anterior, quando os agentes procuram responder a um cenário desorientador articulando suas concepções tradicionais com um certo grau de improviso e adaptação.

Na mesma década, Perkin[57] definiu a Revolução Industrial enquanto triunfo daquilo que denominou por "ideal empreendedor" (*entrepreneurial ideal*), uma cultura característica da classe média, notadamente de setores profissionais, definida pelo senso de industriosidade, competitividade, meritocracia e outros elementos contrários à lógica aristocrática. O pioneirismo britânico é aqui atribuído à existência da atitude psicológica correta, somada à presença dos recursos naturais indispensáveis para a industrialização[58]. O que se tem, portanto, é uma explicação comportamental para a transição para o capitalismo industrial.

Clark e Perkin abordam o cultivo de um ideal de "respeitabilidade" (*respectability*) como um traço cultural determinante nas interações sociais do período. Entendida como uma preocupação social por parte dos indivíduos de serem reconhecidos enquanto figuras morais, detentoras de uma ética de trabalho que se aplica tanto à condição de empregado quanto à de empregador ou investidor, a noção de respeitabilidade ganharia rapidamente centralidade na história social não marxista. É fato que, para Perkin, a ascensão da linguagem de respeitabilidade é apresentada como uma conquista da classe média, que, através de seu comportamento e inserção social, "coloniza" outros grupos no âmbito das mentalidades, ressaltando que essa vitória não seguia uma agenda consciente[59]. Há margem aqui para advogar a relevância do conflito de perspectivas de classe na reconstituição do processo de Revolução Industrial. Clark, por sua vez, considera a respeitabilidade como o princípio enaltecido por aqueles que, desde o início do século, vinham sendo referenciados como "classe média", um conjunto heterogêneo e sem contornos sociais muito bem definidos, mas que tinha em comum o sentimento de marginalidade em relação aos processos políticos. Ressalta, contudo, que os mesmos valores "respeitáveis" também eram cultivados entre segmentos populares e

[57] PERKIN, H. *The Origins of Modern English Society*. 2ª ed. [E-book]: Routledge, 2005.
[58] Idem p. 12.
[59] Perkin descreve a respeitabilidade como um dos elementos-chave dentro do ideal empreendedor de classe média. PERKIN, H. Op. cit., p. 211-39.

mesmo a aristocracia[60]. A respeitabilidade recebia, portanto, maior protagonismo na explicação da experiência social do século XIX.

É importante considerar que a historiografia fora do marxismo do pós-Guerra não se mostrava radicalmente avessa ao conceito de classe. Clark admitia a existência de um antagonismo específico nas relações entre empregador e empregado, distinto da retórica pré-industrial que ainda ditava os demais embates sociais, por isso denominando-a "política de conflito de classe" (*politics of class struggle*)[61]. Perkin, por sua vez, percebia que o discurso de oposição mais veemente ao ideal empreendedor advinha não do conservadorismo aristocrático, mas de um ideal anticapitalista dos trabalhadores organizados[62].

Deve ser destacada também a existência de um campo de historiadores onde é possível observar pitadas marxistas, na forma como conferem destaque ao papel de entidades de classe na condução das disputas políticas britânicas. Briggs é possivelmente o nome mais influente desse conjunto. Seu estudo em torno da Liga Anti-Lei dos Cereais (*Anti-Corn Law League*)[63] e do Cartismo como articuladores da formação de novas linguagens classistas, por parte das classes média e trabalhadora, representa uma abordagem do campo dos discursos que dialoga com o marxismo[64]. Classe e mentalidade não estavam apartadas a ponto de interditar as pontes de intercâmbio entre paradigmas distintos.

Dificilmente se pode incorrer em exagero ao apontar o papel da "guinada linguística" para aprofundar o isolamento da perspectiva marxista e seu entendimento de classe. É certo que, pelo menos desde o pós-Guerra, havia um campo forte na história social britânica marcado por críticas à categoria de classe enquanto condicionante consciente das dinâmicas sociais. Também já se faziam presentes as avaliações da Revolução Industrial como uma experiência social mais marcada por tradição e conciliação do que ruptura e conflito. Fazendo essas ressalvas, não há como não

---

[60] Clark emprega uma única vez o termo "respeitabilidade" (página 7), mas faz outras referências a esse conjunto de valores ao longo da obra. CLARK, G. K. *The making of Victorian England*: being the Ford lectures delivered before the University of Oxford. New York: Atheneum, 1976, p. 4-7, 63-4 e 123.
[61] CLARK, G. K. *The making of Victorian England*: being the Ford lectures delivered before the University of Oxford. New York: Atheneum, 1976, p. 130-2.
[62] PERKIN, H. *The Origins of Modern English Society*. 2ª ed. [E-book]: Routledge, 2005, p. 190-6.
[63] Entidade nacional fundada em 1839 para fazer campanha em prol da revogação das Leis dos Cereais, como era conhecida a legislação protecionista aprovada no final das Guerras Napoleônicas para coibir a entrada de alimento barato vindo do continente, favorecendo os proprietários de terra britânicos.
[64] BRIGGS, A. The Language of 'Class' in Early Nineteenth-Century England. In: BRIGGS, A; SAVILLE, J (org.). *Essays in labour history*. 2ªed. New York: Palgrave Macmillian, 1967.

reconhecer a contribuição do giro linguístico e cultural na história social para estigmatizar como determinismo os trabalhos influenciados pelo marxismo[65].

É uma ironia que dentre os trabalhos mais influentes em desencadear este movimento esteja a obra de um declarado marxista à época. Como forma de explicar o súbito enfraquecimento do radicalismo cartista no final da década de 1840 e a "*pax* social" a partir da virada para a segunda metade do século, Stedman Jones buscou a resposta nas matrizes culturais comuns no mundo pré-industrial partilhada tanto pela retórica de classe média quanto trabalhadora. Os radicalismos liberal e popular podem ter seguido caminhos distintos, com interseções entre si, durante as primeiras décadas do XIX. Contudo, com ambos permanecendo apegados a uma tradição constitucionalista e ao código moral puritano, a linguagem cartista não estava apta para assimilar um novo papel do Estado, na medida em que este reorganiza seu papel social conforme se torna mais suscetível à influência da classe média. O discurso jacobinista sobre o governo, onde este equivale ao espaço no qual uma elite parasitária exercita tirania e privilégio, apresentava limitações para entender um Estado mais multifacetado. O esforço das classes populares em buscarem estratégias políticas autônomas e independentes vai, com isso, arrefecendo, na medida em que uma nova sensibilidade social vitoriana e a sedução por caminhos institucionais de pressão política dentro do *establishment* cooptam suas lideranças[66].

A leitura de classe é posta por Jones como algo que se torna incontornável para a Inglaterra a partir da década de 1830[67]. Mas uma grande divergência com a tradição marxista se dá no âmbito teórico-metodológico, com a inversão da abordagem thompsoniana para as identidades sociais. Em Thompson, a aproximação entre historiador e objeto é mediada pelo que o autor chamou de "experiência"[68]. Seus críticos apontaram que o autor nunca apresentou um significado específico para essa categoria, que teria permanecido como um referencial vago para descrever como os grupos se posicionam no meio social e o significam a partir de lógicas classistas[69]. Independente da validade desta

---

[65] Um mapeamento dos desdobramentos historiográficos da guinada linguística no fim do século XX, dentro do Reino Unido, é encontrado em TAYLOR, M. "As guinadas lingüísticas na história social britânica." *História Social*. n° 4/5, 1997/1998, p. 77-90.

[66] JONES, G. S. "Rethinking Chartism." In: *Languages of Class*: studies in English working class history, 1832-1982. Cambridge: Cambridge University, 1996.

[67] JONES, G. S. "Introduction". In: idem, p. 2.

[68] A expressão aparece destacada em THOMPSON, E. P. "Folclore, antropologia e história social." In: NEGRO, A. L; SILVA, S. (org.). *As peculiaridades dos ingleses* – e outros artigos. Campinas: UNICAMP, 2001, p. 260.

[69] Conferir a crítica feita por GRIFFIN, E. *Liberty's Dawn*: A People' s History of the Industrial Revolution. Cornwall: Yale University, 2013, p. 14-6.

crítica, Thompson é explícito ao colocar que, a partir de sua inserção nas relações de produção, os sujeitos identificam seus semelhantes, aliados e antagonistas, edificando a partir destas interações uma visão de mundo condizente com o modo como vivenciam a experiência de luta de classes. Esta última, portanto, precede a própria identidade de classe, funcionando como eixo dinâmico a partir do qual se constituem as classes enquanto categoria histórica consciente, dotadas de cultura e símbolos discursivos próprios[70]. Em direção contrária, Jones propõe a tomar a linguagem não como produto da equação, mas ponto de partida para acessar o sentido de classe em seu âmago. Classe não deveria ser tomada em dimensão ontológica dos sujeitos e coletividades, mas subproduto das linguagens socialmente difundidas[71].

Jones não vislumbrava na análise discursiva uma forma de privar a classe de seu lugar central na historiografia. Encontramos em sua obra ainda uma verticalização no modo como signos políticos são incorporados e socialmente empregados com fins de hierarquização da organização social. Permanece o entendimento de que a solidificação de uma hegemonia de classe média envolve a supremacia de um projeto de sociedade sobre outros. Não desaparece o aspecto impositivo de uma cultura dominante sobre a classe trabalhadora, inerente a uma abordagem marxista, mesmo que sejam salientadas as interseções comuns entre ambos os imaginários e a necessidade de diálogo e negociação para o estabelecimento e manutenção de uma hegemonia[72]. A questão é compreender o trabalho de Jones enquanto parte de uma tendência, que ruma para a emancipação da linguagem em relação às estruturas materiais e a primazia dos discursos enquanto instância única da realidade acessível ao historiador.

O salto radical para o pós-modernismo atingiu seu auge na década de 1990, tendo na obra de Patrick Joyce talvez seu exemplo mais bem acabado. Através do autodeclarado "determinismo linguístico" do autor, a inversão da perspectiva thompsoniana é levada ao máximo. Toma-se como princípio que sujeitos históricos, estando na condição de grupo ou de indivíduos, não podem experimentar aquilo que são incapazes de significar dentro

[70] THOMPSON, E. P. "Algumas observações sobre classe e 'Falsa Consciência'." In: NEGRO, A. L; SILVA, S. (org.). *As peculiaridades dos ingleses* – e outros artigos. Campinas: UNICAMP, 2001, p. 273-5.
[71] JONES, G. S. "Introduction." In: *Languages of Class*: studies in English working class history, 1832-1982. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 20-4.
[72] A demarcação entre a identidade radical popular e de classe média é clara em *Rethinking Chartism*, enquanto *Class expression versus social control?* reafirma, com ressalvas, a contribuição de Gramsci para pensar a dominação e controle social. JONES, G. S. Idem.

de seu arcabouço linguístico[73]. No princípio, o verbo: apenas pela formação da linguagem o social pode ser efetivamente assimilado. Qualquer pretensão de objetividade histórica é desqualificada enquanto ambição megalomaníaca de se acessar um "real" que, via de regra, esconde as projeções anacrônicas do historiador. A história, por si, não passa de uma sucessão de estórias desprovidas de sentido próprio. Seu sentido não é outro senão aquele que os sujeitos se esforçam ininterruptamente para prover, revestindo o mundo de significados. Cabe ao historiador tomar a construção dessas narrativas enquanto próprio eixo da narrativa histórica[74].

Joyce aprofunda ainda mais a imbricação entre as culturas popular e de classe média, criticando a influência de Gramsci por induzir, através do conceito de hegemonia, à percepção de uma cultura bifurcada entre dois estratos, no qual um imaginário exerce dominação sobre outro, subordinado[75]. Sugere-se uma relação muito mais horizontal entre ambos, dado que, diferentemente de Jones, o foco de Joyce sobre as linguagens dá-se de fato em detrimento da ideia de classe. Apenas em fins do século XIX, com o racionalismo, o realismo e o naturalismo, estaria em voga o arcabouço linguístico adequado para leituras sociais mais claramente orientadas pela tensão econômica capitalista, o que inclui representações identitárias em termos de classe. Burguesia e trabalhadores, durante a primeira metade do século, não se mostraram capazes, ou dispostos, a se desvencilhar das linguagens do constitucionalismo e do moralismo propagado pelo "Renascimento Evangélico" (*Evangelical Revival*)[76]. Seus impulsos conservadores vieram a se harmonizar na sensibilidade moral vitoriana[77].

O aspecto coercitivo do processo de industrialização capitalista não desaparece, mas vê-se reconfigurado na forma de uma sociabilidade pautada na vigilância. Mais importante, contudo, do que buscar as expressões dessa vigilância nas instituições oficiais mais evidentemente estruturadas com este objetivo, como *workhouses*[78] e corpos

---

[73] JOYCE, P. *Democratic Subjects*: The self and the social in nineteenth-century England. Cambridge: Cambridge University, 1994, p. 15-24.
[74] Idem, p. 167.
[75] Idem, p. 182.
[76] Ocorrido nas décadas de 1730 e 1740, o Renascimento Evangélico foi um movimento protestante na Grã-Bretanha e nas Treze Colônias, marcado pelo entusiasmo religioso através da pregação e a aproximação mais direta entre os fiéis e as Escrituras. O Renascimento Evangélico foi influente inclusive dentro da Igreja Anglicana, levando à formação de correntes preocupadas com um papel mais ativo em levar à religião para a prática cotidiana do povo. Outras ondas de exaltação evangélica ocorreram no mundo anglófono durante o século XIX até o começo do século XX.
[77] JOYCE, P. *Democratic Subjects*: The self and the social in nineteenth-century England. Cambridge: Cambridge University, 1994, p. 223.
[78] Em tradução literal, "casas de trabalho". Optei por manter o termo original por esta ser a tendência em obras traduzidas para o português, além de enfatizar a peculiaridade da experiência britânica em relação a

policiais, é identificá-la no convívio cotidiano entre indivíduos e na autovigia que se cristaliza nas subjetividades. O eixo dessas novas relações é o *self*, um ideal de "eu" ao mesmo tempo público e interiorizado, que transforma cada sujeito em impositor ao outro e a si de um novo código social. Embora mais desenvolvido enquanto categoria analítica do que a respeitabilidade em trabalhos anteriores de outros autores, o *self* apresenta características muito semelhantes quando se pensa em suas manifestações sobre a sociabilidade britânica. Pesadamente ancorado no sentimento evangelicalista, refere-se a um senso de autoaprimoramento e autonomia moral que se transforma no referencial de conduta[79]. Por meio das implicações dessa lógica sobre a vigilância autoimposta sobre os sujeitos, Joyce oferece ao leitor sua própria maneira de conciliar a longa continuidade na esfera das mentalidades com a admissão de uma transição significativa em nível político e institucional, conferindo ao vitorianismo um regime liberal distinto da governabilidade policialesca que o precedeu[80].

A visão desse moralismo enquanto algo que emana da classe média e popular sem que haja, entre essas manifestações, uma mediação hierarquizada voltada para relações de exploração econômica, é um aspecto da abordagem pós-estruturalista que se mostrou consonante com a interpretação de historiadores fora desse enquadramento, mas também críticos ao marxismo. F. M. L. Thompson exemplifica essa posição, colocando o culto à respeitabilidade, abraçado ativamente por empregadores e empregados, como explicação para o sentimento de harmonia social que impressionava os contemporâneos na década de 1860 e 1870, contrastando com as décadas de 1830 e 1840 (nas quais o autor admite que uma revolução, se não fosse viável, era talvez um receio palpável). Essa cultura social se apresenta na figura do trabalhador sóbrio e laborioso idealizada no vitorianismo. Pelo lado dos patrões, assume a forma de um tipo de novo paternalismo liberal. Thompson considera teoria conspiratória supor que há intencionalidade política ou estratégia de classe na cooptação de uma camada de trabalhadores qualificados para esse ideal. Melhor seria explicar o surgimento de estratificações entre as ocupações, tal qual a pacificação do ambiente laboral, como algo que se desenvolve através da evolução interna das

esse tipo de instituição. Embora casas dedicadas à internação e trabalho dos pobres assistidos fossem comuns em outros países, em nenhum outro lugar se criou uma cultura institucional tão forte nesse aspecto quanto no Reino Unido, com o incentivo público à multiplicação de *workhouses*, em padrões específicos, no século XIX.

[79] JOYCE, P. *Democratic Subjects*: The self and the social in nineteenth-century England. Cambridge: Cambridge University, 1994, passim. Joyce e outros autores utilizam-se do termo *self-help* ("autoajuda", em tradução literal) para denominar essa linguagem, valendo-se de publicações vitorianas que empregavam essa expressão. Conferir, por exemplo, p. 17.

[80] JOYCE, P. *The Rule of Freedom* - Liberalism and the Modern City. [E-book]: Verso, 2003, p. 3-4.

dinâmicas de trabalho, enquanto a melhora econômica a partir da virada para a segunda metade do século age como fermento para as interações cordiais e respeitáveis[81].

A celebração do mundo vitoriano como era de estabilidade lançava em retrospecto, sobre a Revolução Industrial que o precedeu, a expectativa de exaltar os traços dessa harmonia que já podiam ser reconhecidos nas décadas mais inquietas da primeira metade do século XIX[82]. Antagonismos entre classes soam então como ruídos produzidos por um cenário econômico incomumente perturbado, que geram assincronia entre aspirações que miram horizontes morais comuns, um fim que veio a se concretizar no vitorianismo. O interesse crescente pelo conservadorismo social foi favorecido pelas novas leituras que, no final do século XX, passaram a registrar ritmos mais lentos para a mudança econômica e a industrialização. Do mesmo modo como se olhava agora mais atentamente para as continuidades dentro dos processos de inovação na produção, a história social se dedicava a compreender o modo como transformações sociais, políticas e institucionais eram atravessadas por impulsos românticos ou até reacionários.

Ocorre aqui, entretanto, uma diferença notável. Salvo por arroubos momentâneos em meio ao entusiasmo revisionista, a história econômica não se furtou de reservar para a Revolução Industrial o posto de uma ruptura, mesmo que seus contornos enquanto transformação radical se evidenciem apenas quando observados em um devir mais longo. O mesmo reconhecimento não parece ter sido preservado na história social.

Não havia nada de particularmente novo em admitir a persistência do passado na ascensão do capitalismo industrial. O "longo século XIX" traçado nos trabalhos de Hobsbawm entre as décadas de 1960 e 1980[83] corresponde, exatamente, ao desenvolvimento de uma ordem mundial impulsionada pela indústria e pelo liberalismo, mas em simbiose com estruturas herdadas do Antigo Regime. Conforme o conservadorismo dos imaginários passou a ditar a orientação da historiografia, no entanto, tornou-se recorrente encontrar referências a um "longo século XVIII", que não terminaria antes de, pelo menos, a década de 1830[84]. Mesmo entre os marxistas vieram a surgir

[81] THOMPSON, F. M. L. *The Rise of Respectable Society* - A Social History of Victorian Britain, 1830-1900. [E-book]: William Collins, 2016, p. 101-11.
[82] TAYLOR, M. "The Beginnings of Modern British Social History?" In: *History Workshop Journal*, n. 43, primavera de 1997, p. 169-170.
[83] HOBSBAWM, E. *The Age of Revolution*, 1789-1848. New York: Vintage Books, 1996. *The Age of Capital*, 1848-1875. 9ª reimpressão. London: Abacus, 1995. *The Age of Empire*. New York: Vintage Books, 1989.
[84] F. M. L. Thompson refere-se explicitamente às três primeiras décadas do século XIX como uma extensão do século anterior. Antes dele, Kitson Clark cravou o início da desagregação do Antigo Regime (*old regime*) apenas em 1867, com o segundo ato de reforma eleitoral britânico, que estendeu o voto a uma parcela

leituras mais dadas à noção de continuidade, como se observa no trabalho de Arno Mayer[85].

Cabe abrir um parêntese referente ao outro lado do Atlântico Norte, onde o sociólogo estadunidense Charles Tilly desenvolvia metodologia empírica voltada para conceber a formação e modernização dos Estados europeus a partir de sua ação coercitiva e lógica capitalista. Notável é seu estudo conduzido a partir da análise de 8 mil episódios de conflito na Inglaterra nos séculos XVIII e XIX, apontando para uma mudança rápida no padrão dos mesmos, que se dá em virtude da realidade de industrialização e penetração das relações capitalistas. Demonstra como repertórios de ação conjunta podem se transformar a partir do aprendizado coletivo através da prática[86]. É possível se desvencilhar, assim, das amarras impostas por concepções que condicionam o comportamento a uma acepção de linguagem que tende à permanência[87].

A vertente mais radicalizada de determinismo linguístico e cultural sobre o social nunca veio a se tornar norma geral dentro do campo, e viu-se criticada no século XXI pela historiografia que se firmou enquanto ortodoxia. Há especial incômodo com o descompasso entre tempos históricos do qual a história social foi acometida, onde as estruturas econômicas movem-se à frente dos agentes sociais de mentalidades retardatárias que deveriam conduzi-las. Ao se dinamitar as pontes em relação ao econômico em nome de um anti-determinismo epistêmico, o processo de industrialização pode ficar relegado a um pano de fundo, diante do qual os atores performam o cotidiano e expressam seus conservadorismos, sem interagir propriamente com este cenário inanimado. Agrilhoados às linguagens herdadas das gerações precedentes, os sujeitos padecem de um permanente *delay* no modo como suas mentalidades significam uma realidade que, em uma temporalidade esquizofrênica, apresenta inovação incisiva do ponto de vista econômico. Não é de se admirar que as críticas mais atuais em relação ao

considerável da classe trabalhadora. Há também o livro de O'Gorman intitulado extamente de "O Longo Século XVIII", correspondendo ao período entre 1688 e 1832. THOMPSON, F. M. L. *The Rise of Respectable Society* - A Social History of Victorian Britain, 1830-1900. [E-book]: William Collins, 2016, p. 9-10. CLARK, G. K. *The making of Victorian England*: being the Ford lectures delivered before the University of Oxford. New York: Atheneum, 1976, p. 230. O'GORMAN, F. *The Long Eighteenth Century*: British Political and Social History, 1688-1832. 2ª ed. [E-book]: Bloomsbury, 2016.

[85] MAYER, A. J. *A Força da Tradição* - A persistência do Antigo Regime (1848-1914). São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

[86] TILLY, C. *Popular Contention in Great Britain, 1758-1834*. Boulder: Paradigm Publishers, 2005.

[87] Tilly contou com uma equipe e tempo suficiente para realizar sua metodologia extensiva, o que leva a pensar o quanto abordagens que se atém mais aos discursos são simplesmente mais convenientes em realidades acadêmicas de pesquisas isoladas, pressão por produtividade e financiamento reduzido.

estado da história social se deem justamente no sentido de harmonizar essa dissincronia[88]. Há trabalhos recentes que falam em uma "guinada materialista" como forma de recolocar a história social em trilhos aptos a dialogar com a estrutura socioeconômica, corrigindo um desvio de rumo dado no final do século passado[89].

Uma maior indisposição com excessos de ordem teórico-metodológica de raiz pós-estruturalista não significou, todavia, que as interpretações dominantes tenham ainda se distanciado muito significativamente das conclusões que vinham sendo encaminhadas. Podem estar sendo propostas maneiras novas de se repensar o conservadorismo social no século XIX, mas este permanece sendo o centro das atenções. Como colocou Rohan McWilliam em artigo de 2014:

> Nas décadas de 1960 e 1970, a questão de pesquisa implícita era 'Por que a Grã-Bretanha não experimentou uma revolução no século XIX?' Agora isso foi invertido: 'Por que alguém, que sabe sobre sociedade vitoriana, pensa que uma revolução pode ter sido possível?'[90]

O que há de revelador aqui diz respeito menos à polêmica da revolução em si do que ao raciocínio implícito, no qual a estabilidade vitoriana pressupõe uma Revolução Industrial de conservadorismos sociais. Não pertence, ao escopo deste trabalho, a pauta do radicalismo popular (ao menos não pela ótica de seus entusiastas e lideranças). Mas retratar uma classe trabalhadora que pela sua livre agência se encaminha para relações de bons termos com as classes dominantes pode se desdobrar, com facilidade, na defesa da industrialização liberal como algo não engendrado de acordo com expectativas que possuem, em seu âmago, novas formas de exploração econômica. Tal perspectiva é incompatível com a leitura que enxerga a construção de uma hegemonia.

---

[88] McWilliam, em um balanço crítico das obras de E. P. Thompson e Hobsbawm, observou que, em reação ao alegado determinismo econômico da tradição marxista, formou-se um novo reducionismo culturalista, fazendo-se necessário, para o século XXI, a reaproximação da história social com a economia. Em tom menos incisivo, Feldman menciona uma preocupação crescente, no início da década passada, em questionar sobre as conexões entre política e cultura, de um lado, e economia e sociedade, no outro, ressaltando que isso não equivale a reivindicar um retorno à "história total". MCWILLIAM, R. "Back to the Future: E. P. Thompson, Eric Hobsbawm and the remaking of nineteenth-century British history." In: *Social History*, n. 39, v. 2, 2014, p. 149-159. FELDMAN, D; LAWRENCE, J. "Introduction". In: FELDMAN, D; LAWRENCE, J (org.). S*tructures and Transformations in Modern British History*. Cambridge: Cambridge University, 2011, p. 18-9.

[89] Conferir o volume organizado por Sasha Handley, Rohan McWilliam e Lucy Noakes, que menciona a perspectiva de uma guinada materialista para a década de 2020 já em sua introdução. HANDLEY, S; MCWILLIAM, R; NOAKES; L. "Introduction." In: HANDLEY, S; MCWILLIAM, R; NOAKES; L (org.). *New Directions in Social and Cultural History*. [E-book]: Bloomsbury, 2018, p. 15.

[90] MCWILLIAM, R. "Back to the Future: E. P. Thompson, Eric Hobsbawm and the remaking of nineteenth-century British history." In: *Social History*, n. 39, v. 2, 2014, p. 154, tradução livre.

1.3. A industrialização entre dois consensos

Percebe-se que, levando-se em consideração as tendências de maior influência desde o final do século XX, a historiografia econômica e a social apresentaram certa convergência em sua representação da Revolução Industrial, mesmo que tenham sido mantidas entre os dois campos fronteiras teórico-metodológicas demarcadas. A aproximação se dá na forma de concepções não pautadas no conflito entre projetos de mundo antagônicos, onde o modelo de sociedade parido através da industrialização advém de tendências culturais que, embora tenham experimentado atritos, direcionaram-se de um modo ou de outro para um mesmo fim. A depender da abordagem, essa finalidade pode variar entre a procura por maiores rendimentos e padrões de consumo mais elevados ou o expurgo de vícios morais, ou ainda qualquer imbricação entre os dois. Em todo caso, há de se deparar com olhares voltados para condutas cordiais, expressões individuais e coletivas de um sentimento de respeitabilidade que, ao pulsar com razoável espontaneidade entre as diferentes classes, se mostra incompatível com as análises que procuram fundamentar seu sucesso nos termos de uma hegemonia *a la* Gramsci.

É de se notar a curiosa inversão entre história social e econômica na relação que guardam com metanarrativas. O entusiasmo com a história social observado a partir da década de 1960 e a diversidade de temas a serem explorados em seu interior foi também acompanhada por expectativas de articular essa abrangência com o compromisso de uma "história total"[91]. O grande paladino dessa pretensão, postulando para a historiografia uma totalidade constituída tanto pelo viés marxista quanto braudeliano, foi Pierre Vilar[92]. Na Grã-Bretanha, também no marxismo se encontravam os maiores defensores dessas ambições: Eric Hobsbawm encarava a história social como algo que almeja

[91] O conceito exige cuidado em sua manipulação, dado que a "totalidade" pode aludir a duas matrizes. Primeiramente, aquela considerada na obra de Marx e melhor sistematizada por Lukács. Ela pode ser resumida enquanto a contemplação na história de uma multiplicidade de fatores irredutível a determinismos simplistas e unidimensionais, sem com isso abdicar de conceber, enquanto denominador comum, o efeito condicionante exercido pelos modos de produção, expresso na dialética envolvendo humanidade e ambiente e a reprodução material das condições de sociabilidade. Em outro sentido, se evoca também a obra das duas primeiras gerações dos *Annales*, sobretudo a figura de Fernand Braudel, em cujos escritos repetidas referências são feitas à totalidade. Embora essa não seja alçada pelo autor à categoria de conceito, a pretensão de uma história total pode ser inferida no modo como se recorre à "longa duração" como ponte para harmonizar diferentes dimensões do fenômeno histórico: em uma ponta, suas manifestações mais episódicas, curtas e isoladas; no extremo oposto, uma perspectiva longa e abrangente de forte cunho geográfico e antropológico, condizente com o viés estruturalista e que possibilita almejar uma história ampla e integrada das sociedade. Cf. LUKÁCS, G. "A reprodução da sociedade como totalidade." *Estudos de Sociologia*, v. 1, n. 1, 1996, p. 3-13. ROIZ, D. S. "A interpretação da 'história total' no pensamento de Fernand Paul Braudel entre 1949 e 1958". *Biblos*, v. 23, n. 1, 2009, p. 185-217.

[92] Conferir o destrinchamento do sentido de "estrutura" feito pelo autor. VILAR, P. *Iniciación al vocabulario del análisis histórico*. 6ª ed. Barcelona: Crítica, 1999, p. 47-77.

potencialmente todos os aspectos da experiência humana, enfatizando a história total enquanto seu horizonte[93]. Para historiadores mais à direita, essa profusão de assuntos não se mostrava algo tão inspirador. No início da década de 1990, F. M. L. Thompson se referia, em tom crítico, à história social enquanto um campo ainda sem contornos claros perante a própria amplitude e sem ortodoxias discerníveis. Portanto, definido menos pelo que abarcava e mais pelo que não incluía: a história econômica, política ou jurídica, quando estas assumem perfil mais técnico[94].

O sentimento de indefinição quanto aos limites da história social, bem como suas aspirações à totalidade, não sobreviveu à passagem para o século XXI. Suas fronteiras se fixaram dentro do cotidiano, o social olhado através do microscópico, em um nível mais direto de interação dos sujeitos entre si e com seu ambiente. Desprendeu-se, com isso, dos traços que alguns historiadores consideravam sinal de megalomania, mantendo alguns acenos à história política como forma de se afastar ocasionalmente do plano mais imediato de cotidianidade. Acompanhando esse movimento, acelerou-se o desprestígio da teoria de classe, ao passo que a multiplicidade de objetos revelava experiências que alegadamente não estavam sendo contempladas pela análise classistas, como a realidade feminina[95].

Direção contrária foi seguida pela história econômica. Tradicionalmente, mesmo quando concebia séries quantitativas muito longas, visando identificar padrões e mudanças em recortes abrangentes do ponto de vista cronológico ou geográfico, essa historiografia optou por se ater ao que considerava circunscrito ao econômico em sentido mais estreito, preservando sua identidade enquanto campo claramente distinto em relação aos demais. Mas o interesse pelo tema da cultura, como forma de desenvolver modelos capazes de dar conta do desenvolvimento humano de maneira geral, é indicativo de pretensões mais ambiciosas. A partir dos princípios que fundamentam a racionalidade individual, e a relação que eles guardam perante as instituições, espera-se acessar o plano do cultural e social, ainda que sob reducionismos.

---

[93] HOBSBAWM, E. "Historians and Economists: II." In: HOBSBAWM, E. *On History*. [E-book]: Orion Books, 2010, p. 89.

[94] THOMPSON, F. M. L. "Editorial preface." In: THOMPSON, F. M. L (org.). *The Cambridge Social History of Britain*, 1750-1950. Volume I: Regions and Communities. Cambridge: Cambridge University, 1996, p. xii.

[95] FELDMAN, D; LAWRENCE, J. "Introduction." In: FELDMAN, D; LAWRENCE, J (org.). S*tructures and Transformations in Modern British History*. Cambridge: Cambridge University, 2011, p. 5-19. E. P. Thompson, em resposta às críticas sofridas pela abordagem sobre a experiência feminina, ofereceu algumas reflexões sobre essa condição em "Economia moral revisitada." In: *Costumes em Comum*. 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 235-256.

Em certa medida, as narrativas aqui trazidas lembram o “processo civilizador", nos termos descritos por Elias originalmente em 1939[96]. A compreensão do desenvolvimento europeu como conduzido, primordialmente, por um gradual processo de suavização das maneiras, adequando costumes e práticas a um estilo de vida crescentemente comercial (e, posteriormente, profissional), ressoa em sintonia com os estudos que situam hábitos respeitáveis, laboriosos e empreendedores no coração do crescimento econômico. Vem à mente a defesa do historiador econômico Jan de Vries[97] de uma “Revolução Industriosa” nos séculos que precederam a Revolução Industrial, em uma tentativa de explicar esta última através da demanda. Sua proposição é a de que uma transformação radical dos padrões de consumo atravessou todos os estratos sociais desde o século XVII. A reorientação dos costumes na direção de maior produtividade, atestada por fenômenos como o aumento das jornadas de trabalho, deve então ser encarado não como imposição sistêmica pela ótica da exploração, mas o reflexo da popularização do desejo por consumo de uma diversidade cada vez maior de artigos.

Apesar das semelhanças em primeira instância, Vries critica a emulação social na forma como essa é apresentada em Elias, enquanto algo que se dá de cima para baixo, com as cortes introduzindo novas modas de consumo que vão sendo imitadas e adaptadas, sucessivamente, pelos círculos e classes que se encontram imediatamente abaixo na hierarquia social. A paixão pelo consumo, geradora da demanda que desencadeia posteriormente a Revolução Industrial, teria tomado de forma simultânea e transversal todos os níveis da sociedade. Cada segmento apresentava suas próprias maneiras criativas de realizar e ostentar o consumo dentro de suas realidades econômicas, sem depender, para tal, de olhar para o alto procurando referências para mimetizar[98].

Tons de entusiasmo também se fazem sentir na reconstituição da experiência cotidiana dos trabalhadores britânicos formulada por Griffin. Com base em relatos autobiográficos de homens das classes populares que vivenciaram a Revolução Industrial, a autora apresenta a realidade de trabalho industrial enquanto um mundo de novas oportunidades que, indubitavelmente, reserva seus percalços, mas contrasta sobremaneira com a existência de pobreza permanente e estagnação social da vida rural. Nas cidades, salvo em períodos de crise, a disponibilidade de emprego abundante, inclusive para

[96] ELIAS, N. O Processo Civilizador. 2 volumes. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
[97] VRIES, J. *The Industrious Revolution*: Consumer Behavior and the Household Economy, 1650 to the Present. Cambridge: Cambridge University, 2008.
[98] Idem, p. 40-52.

trabalhadores desqualificados, junto de um padrão de sociabilidade urbano, oferecem aos trabalhadores novas vivências até então impensáveis para sua condição[99].

A atração pelo consumo não embasa o argumento de Griffin da mesma forma que em Vries. Para a primeira, a procura pelas novas ocupações, inclusive com o encaminhamento dos filhos pequenos para o mercado de trabalho, aparece motivada sobretudo pelo senso de oportunidade de escapar à pobreza e pasmaceira do campo, que finalmente deixavam de se apresentar como sina inexorável[100]. O desejo por luxos é muito pontual, mostrando uma realidade em que o consumo desses bens permanece excepcional demais para constituir um impulso determinante no cotidiano da maioria da gente comum, ao menos quando se pensa na trajetória dos que atravessaram a vida adulta até a década de 1830 ou 1840[101]. O título da obra, "Aurora da Liberdade", entretanto, reforça a sugestão da Revolução Industrial enquanto algo que se constitui, socialmente, a partir da inclinação dos indivíduos para arranjos que lhes favorecem. Griffin procura, com isso, reativar o debate dos padrões de vida em um momento em que este enfim parecia atingir algum consenso. Em sua visão, as experiências subjetivas reveladas nas fontes de caráter qualitativo, que na historiografia costumavam embasar interpretações mais pessimistas, podem revelar justamente as cores otimistas da industrialização, ao demonstrar o novo leque de possibilidades que os trabalhadores sabiam desfrutar ativamente[102].

Não há nada absurdo, *a priori*, em supor que as vivências dos trabalhadores em meio à Revolução Industrial não foram marcadas exclusivamente por choques culturais, frustração ou sentimento de exploração. A lógica do debate sobre os padrões de vida parece maculada por uma falsa questão, a de que o reconhecimento de ganhos materiais consistentes em um processo de industrialização capitalista implica, por parte do historiador, em assumir uma espécie de resignação pró-capitalista. O capitalismo moderno se mostrou infinitamente mais eficiente em elevar a produtividade do que quaisquer sistemas econômicos que o precederam. Apenas a partir de sua emergência passou a ser possível postular uma sociedade de abundância, livre da escassez crônica. Diante deste fato, é impossível rejeitar seu papel histórico na elevação da condição humana. Qualquer projeto de sociedade que se proponha seriamente em superá-lo não

[99] GRIFFIN, E. *Liberty's Dawn*: A People's History of the Industrial Revolution. Cornwall: Yale University, 2013.
[100] Idem, p. 82-3.
[101] Idem, p. 79-80.
[102] GRIFFIN, E. "Diets, Hunger and Living Standards During the British Industrial Revolution." *Past & Present*, v. 239, n. 1, maio de 2018, p. 71-111.

pode consistir em reverter a organização da produção para moldes pré-industriais. Se deve propor a difícil tarefa de desfazer a necessidade patológica de acumulação ampliada, que inviabiliza o usufruto dessa produção colossal a serviço da coletividade, sem com isso pôr a perder o potencial produtivo.

Tendo isso em vista, não deve ser surpresa alguma constatar que parte da fabulosa riqueza produzida pela Revolução Industrial transborda sobre os de baixo, elevando as possibilidades de consumo material da população como um todo. Os historiadores anticapitalistas pouparão grande energia intelectual ao se desvencilhar da armadilha induzida pelo debate dos padrões de vida, quando se sugere que o juízo de valores sobre o capitalismo industrial deve se dar a partir da avaliação de seus efeitos em comparação com a realidade que o precedeu. Igualmente limitante é supor que essa avaliação exprima ao final um veredicto situado em um dos polos opostos de "negativo" ou "positivo". O capitalismo deve ser julgado não à luz das organizações sociais que lhe antecedem, mas a partir de suas contradições internas, e a sentença que lhe cabe se deve à sua incapacidade estrutural de superar as mesmas. Seu lugar na história deve ser julgado dialeticamente e, assim, encarado simultaneamente como maior benção e pior praga a recair sobre a humanidade[103]. A hegemonia cultural vitoriana atingida com a Revolução Industrial produziu uma estética cafona expressa em obras de grande sucesso comercial, mas com valor literário inferior quando comparadas com aquilo que se escrevia em regiões mais periféricas do capitalismo mundial. Porém, cabe a Dickens o mérito de ter capturado de forma inigualável essa condição, nas palavras que abrem "Um Conto de Duas Cidades", de 1859: "Foi o melhor dos tempos, foi o pior dos tempos (...)".

Griffin conclui sua obra afirmando que, nos relatos autobiográficos, nada era mais exaltado do que a capacidade de escapar da fome graças ao acesso a novos empregos. Destaca ainda como, para além de mais comida na mesa, os trabalhadores enxergavam na oferta de trabalho trazida com a industrialização uma maior liberdade nos modos de constituir família, vivenciar sua sexualidade, expressar suas opiniões, entre outras escolhas. Tudo isso é apresentado como uma "verdade desconfortável" a ser digerida pelos historiadores[104]. Novamente, polemizar essa questão só faz sentido dentro dos termos do falso problema discutidos nos parágrafos anteriores. Nem mesmo se trata de

[103] Conferir as críticas de Neil Davidson à posição que denominou por "anticapitalismo ahistórico" (*ahistorical anticapitalism*). DAVIDSON, N. *How Revolutionary Were the Bourgeois Revolutions?* Chicago: Haymarket, 2012, p. 650-662.
[104] GRIFFIN, E. "Diets, Hunger and Living Standards During the British Industrial Revolution." *Past & Present*, v. 239, n. 1, maio de 2018, p. 246-7.

uma colocação necessariamente incompatível com a noção de que antagonismos de classe são uma dinâmica basilar da Revolução Industrial. As narrativas individuais autobiográficas são apenas uma das fontes para se pensar a experiência social, e não esgotam o acesso para expressões de conflito.

Os conservadorismos arraigados nas visões de mundo tecidas no decorrer da Revolução Industrial são um objeto válido, de profunda relevância para nosso entendimento sobre este período. O mesmo se aplica às transformações dos padrões de trabalho e consumo e seus reflexos na vivência social de forma ampla, inclusive nos aspectos tidos como positivos pelos contemporâneos. O problema é que a opção por abordar esses temas deixando fora de plano temáticas de conflito, exploração e dominação é sintoma de abordagens que renunciaram à capacidade de realizar determinadas perguntas.

Pensar a Revolução Industrial enquanto objeto propriamente dito, e não meramente um recorte constituído por uma sucessão de eventos, é um exercício que exige concebê-la em abstrato. O debate sobre as rupturas e continuidades é exemplo de um tópico que demanda essas ferramentas. A abstração não se apresenta aqui enquanto finalidade ou categoria estática. Integra uma dialética epistêmica, na qual se concebe que a operação do historiador junto às fontes não deve se encerrar dentro dos limites textuais das mesmas. Os dados e episódios mais concretamente expressos nas fontes constituem partes de um cenário cujas dinâmicas fundamentais não se revelam ao dissecar individualmente seus fragmentos. Se faz necessário que, da dimensão mais empírica e indutiva da investigação, se abstraiam princípios que permitam conceber o movimento do todo. Uma vez vislumbrada essa pulsão essencial, retorna-se às partes para reavaliá-las na ótica destes elementos nodais.

O simples fato de se perguntar acerca das permanências e descontinuidades de um tempo demanda reconhecer uma essência onde essa trajetória pode ser averiguada. Do contrário, negando-se o arcabouço teórico-metodológico que contemple este fundamento, qualquer questionamento sobre sua natureza será um exercício vazio de sentido. O que está sendo proposto é o resgate de uma leitura materialista que dê conta de avaliar o processo histórico dentro de uma totalidade que, por sua vez, restabeleça a dominação enquanto objeto definido, cognoscível e estruturado sobre uma visão de mundo que seja intrinsicamente relacionada com uma forma de exploração econômica.

O curso da historiografia nas últimas décadas do século XX esvaziou a dominação enquanto tema relevante. Rejeitou-se uma definição materialista em termos de classe, sem que com isso tenha sido formulada uma alternativa concreta para descrevê-la, ou então apresentando-se a perspectiva de uma malha institucional e subjetiva que tem a reprodução de uma dada sociabilidade enquanto fim em si. No último caso, como a finalidade não reside na constituição ou manutenção de uma organização econômica, mas no próprio comportamento ou imaginário enquanto ideal de conduta, o desencontro em relação à conjuntura de industrialização capitalista se torna perceptível. É sintomático que Peter Cain, ao defender-se das críticas movidas contra seu capitalismo cavalheiresco, tenha lamentado não ter recorrido aos conceitos de Gramsci para incorporar, à sua própria tese, as noções de bloco histórico e de hegemonia[105].

A discussão tecida ao longo desse primeiro capítulo pode ser sintetizada através da comparação entre dois "consensos". O primeiro é a perspectiva de consenso em seu sentido genérico, conciliação em torno de uma dada noção ou prática, em uma relação de horizontalidade entre as partes. Este é o consenso imperativo nas explicações, hoje dominantes, que foram discutidas aqui. O segundo é o consenso enquanto conceito qualificado, o exercício de uma configuração social hegemônica historicamente estruturada de forma a privilegiar determinadas classes em relação às demais. A interação que se dá entre estas classes é multifacetada e exibe manifestações recíprocas, mas essa mediação é transpassada, em todos os aspectos, por uma relação de exploração econômica que determina uma verticalização no modo como esse arranjo social deve ser concebido.

O argumento em prol de uma abordagem da Revolução Industrial pelo prisma de uma agenda pautada em uma organização econômica específica se manteve, até aqui, no nível da teoria. Se faz necessário pensar esta problemática em um plano historiográfico mais concreto. O reformismo liberal será a ponte para essa abordagem a partir do próximo capítulo.

[105] CAIN, P. J. "'Gentlemanly Capitalism' and 'Classical Theories of Economic Imperialism'." *Annals of the Society for the History of Economic Thought*, v. 44, 2003, p. 81.

Capítulo 2 - A Era da Reforma e as comissões reais de inquérito

De forma concomitante à Revolução Industrial, desenvolveu-se na Inglaterra aquilo que na historiografia é referenciado como uma "Era da Reforma" ou "Era do Melhoramento" (*Age of Reform* ou *Age of Improvement*)[106]. Se denomina, com isso, um recorte amplo se estendendo das últimas décadas do século XVIII até meados do século seguinte. O processo de independência estadunidense reforçou, na Grã-Bretanha, o desgaste da imagem do governo, particularmente no que diz respeito a uma rede de privilégios e patrocínios que, no século XIX, viria a ser conhecida como "Velha Corrupção" (*Old Corruption*). Ainda que fossem múltiplas as bandeiras levantadas em torno da ideia de reforma, ganha centralidade a reivindicação de uma reforma parlamentar, capaz de superar os mecanismos eleitorais viciados que asseguravam o quase monopólio de oligarquias sobre a escolha dos membros dos Comuns. A primeira proposta formal nesse sentido é apresentada pelo parlamentar radical John Wilkes em 1776 e, já na década de 1780, adquire contornos de *slogan* político.

A onda reacionária em defesa das instituições da Coroa e da Igreja Anglicana, que varre a ilha em reação à radicalização da Revolução Francesa, interrompeu subitamente a pressão pela reforma parlamentar. Com o fim das guerras contra a França e a atmosfera politicamente mais amena da década de 1820, a pauta reformista se torna menos estigmatizada e, na virada para a próxima década, unifica diferentes estratos sociais. Parte desses anseios são finalmente contemplados com uma dupla de atos parlamentares em 1832 e 1835, responsáveis por redistribuir assentos na Câmara dos Comuns em novas zonas eleitorais e sistematizar os processos eleitorais e administrativos dentro dessas franquias.

Essas mudanças no sistema eleitoral e nos governos locais são, entretanto, apenas o início de uma série de reformas que caracteriza a conjuntura socialmente conturbada das décadas de 1830 e 1840. Nesta altura, o clamor por "reforma" já se mostra incorporado ao vocabulário de diversas iniciativas, com as quais o Parlamento reformado precisa lidar de algum modo. Tais demandas refletem as consequências de um processo de industrialização que, ao aproximar-se da metade do século, produz tensões. Estas decorrem de problemas diretamente ligados à urbanização e novas dinâmicas de produção fabril, que incidem sobre as condições de vida e trabalho. Em um plano mais amplo,

[106] Mencionando apenas alguns dos trabalhos que empregam essas expressões: BRIGGS, A. *The Age of Improvement*, 1783-1867. 2ª ed. New York: Routledge, 2014. BURNS, A; INNES, J. (org.). *Rethinking the Age of Reform:* Britain 1780-1850. 2ª reimpressão. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

contudo, o que esses conflitos denunciam é a emergência de atores sociais com visões de mundo incongruentes em pontos fundamentais. As questões de ordem sanitária, laboral, de infraestrutura e organização de serviços públicos são atravessadas por atritos entre interesses e ideologias que pressionam as instituições vigentes.

As narrativas que se produzem no decorrer dessas duas décadas possuem em comum a repulsa diante do que era percebido como um estado de degradação social. Este sentimento de frustração e estranheza ecoava na nova instância chamada opinião pública, redimensionada a partir da crescente circulação de impressos, do encurtamento das distâncias promovido pelo transporte e abertura de vias, das novas dinâmicas eleitorais e partidárias, além de toda sorte de associações de cunho social, religioso e científico mobilizando a sociedade civil. O ímpeto reformista, em sua multiplicidade, reflete, por um lado, a necessidade de responder, com alguma objetividade, a problemas concretos derivados de um novo modelo de desenvolvimento. Em outros aspectos, o que esses esforços representam é, justamente, a disputa por estabelecer uma narrativa hegemônica. Buscava-se uma interpretação para aquele quadro social capaz de gerar, entre as classes e suas facções, o grau de consenso necessário para estabelecer as diretrizes do projeto de sociedade a ser seguido a partir daquele ponto.

Essa Era da Reforma compreende, portanto, um longo processo, no decorrer do qual, à mobilização por reformar os mecanismos políticos que mantinham a Velha Corrupção, foram se somando reivindicações a respeito da sociedade como um todo, em grande medida para lidar com os efeitos humanos da industrialização. O que se produziu com isso foi um novo senso de vida e administração pública, que possuía no liberalismo sua base axial.

Essa última afirmação não significa que a mobilização social por trás dessas mudanças partia apenas de segmentos identificados com bandeiras liberais. O que ela expressa é que, ao final da década de 1840, quando o ambiente político conflitivo e o sentimento generalizado de mal estar social davam lugar ao otimismo dos anos dourados do *laissez-faire* vitoriano, determinados paradigmas de uma organização liberal da sociedade estavam bem sedimentados. O sentimento de confiança em ideias de progresso e harmonia social na passagem para a segunda metade do século, explícito na Grande Exibição (*Great Exhibition*) de 1851, sinalizava que, ao contrário das décadas anteriores, havia entre os ingleses consenso suficiente em torno das visões de mundo que deveriam orientar a sociedade e suas instituições. Os interesses atrelados à acumulação de capital

nos novos moldes industriais reconheciam sua posição assegurada, possibilitando projeções confortáveis para o futuro. Se o processo para se atingir essa hegemonia foi conflituoso em vários eixos, havia ao menos um vencedor claro, na forma de um liberalismo capaz de abarcar as expectativas de grupos capitalistas que ascendiam junto com a Revolução Industrial.

Mesmo reconhecendo que um direcionamento liberal por parte do governo já era sentido nas administrações conservadoras das primeiras décadas do século XIX, o foco aqui se dá entre o Ato de 1832[107] e o fim da década de 1840. Sem negar o tom conservador da reforma implementada no começo da década de 1830 e as continuidades do modelo político em relação ao período precedente, não se pode negar que o ano de 1832 marca a introdução de algumas dinâmicas importantes. Primeiramente, induziu à cisão entre grupos de classe até então unidos no *slogan* reformista. Ao conceder uma modesta expansão do sufrágio e reduzir o controle conservador sobre pequenos burgos, o novo ato, por si só, não atendia plenamente as demandas dos segmentos de classe média que por ele tinham se mobilizado, mas oferecia a perspectiva de uma via institucional para o restante de seu programa de classe, sem que se fizesse necessário arriscar uma radicalização democrática de rumos imprevisíveis. Para movimentos populares, contudo, a extensão do sufrágio através de pautas e estratégias radicais ainda era pleiteada.

Em segundo lugar, observa-se no governo reformado uma maior atividade na criação de comissões para abordar diferentes assuntos. Este aumento está relacionado às demandas por maior representatividade que haviam sido depositadas sobre o poder público. Expressa também a dimensão que "a questão social" ganha nas décadas de 1830 e 1840, engendrando uma disputa de narrativas e projetos políticos na qual a atuação do Parlamento, e outros agentes públicos, é mobilizada como forma de remediar um quadro considerado intolerável por todos os espectros sociais, mas fazendo-o de forma a desencorajar desdobramentos radicalizados e caminhos independentes por parte da classe trabalhadora. Livre mercado e fábrica deveriam ser absolvidos de responsabilidade pelas tragédias sociais admitidas por todos. Ao contrário, seriam apresentados enquanto ingredientes de uma panaceia para estes mesmos males.

O movimento que se constitui a partir daí é permeado de contradições. Aos que se dedicam às reformas sociais após 1832, é claro que certo grau de centralização

[107] Também chamado de “Ato de Reforma” (*Reform Act*), teve o efeito de redistribuir as zonas eleitorais e estender o sufrágio para uma camada maior de proprietários.

administrativa se mostra indispensável. Mesmo a natureza dessa intervenção sendo negociada com os interesses capitalistas, esse processo inevitavelmente gera desgastes com uma tradição de autonomia para a gestão de assuntos públicos e privados dentro das localidades. Também se mostra necessário responder, em alguma medida, às reivindicações da classe trabalhadora que não são facilmente conciliáveis com a vontade de seus empregadores. Outro aspecto conflituoso reside no fato de que o reformismo social, que possui como um de seus fundamentos a preocupação em profissionalizar e padronizar a administração pública, coexiste com uma pressão política por conter o gasto público e o tamanho do Estado, aumentado após décadas de guerra contra a França. Como pano de fundo, um jogo político que vai assumindo definitivamente os contornos de uma dinâmica bipartidária, com reflexos sobre a organização e disciplina interna dos partidos em âmbito local e parlamentar.

No ato de desenvolver interpretações hegemônicas para esses desequilíbrios sociais e apresentar ações concretas para atenuá-los, sem com isso fazer oposição às dinâmicas de acumulação de capital geridas na industrialização, é de imensa relevância o trabalho de investigadores sociais que, a serviço direto do poder público ou por iniciativa pessoal, dedicam-se à redação de inquéritos sociais que cobrem diversas pautas socioeconômicas. Tendo como expoentes membros de categorias profissionais, onde estão incluídos integrantes da *gentry*[108] ocupantes de carreiras tradicionais e representantes de ofícios em ascensão junto com a urbanização, os autores dessas investigações deram ao espírito reformista sua dimensão mais prática, efetivamente incidindo sobre a organização das condições de vida, trabalho e condução dos assuntos públicos. Com destaque para a ação das comissões reais, órgãos nomeados para gerir ou inquirir sobre pautas específicas e cuja atuação tinha forte (e polêmica) repercussão junto à opinião pública, esses trabalhos contribuíram para edificar as bases da sociedade de *laissez-faire* vitoriana da segunda metade do século.

Este capítulo se inicia com um panorama sobre o reformismo britânico, com uma reconstituição histórica de sua trajetória e o cenário político no qual ele se desenvolve. Isso também envolve se debruçar sobre o fenômeno do radicalismo, de modo a compreender as nuances dessa categoria e suas interseções com as reformas estudadas.

[108] Resumidamente, a *gentry* corresponde a pequena nobreza terratenente britânica, que não detém os títulos hereditários próprios da aristocracia. As melhores traduções brasileiras conservam o termo *gentry* no original, embora haja casos em que a palavra foi traduzida por "fidalguia". Por mais que o paralelo seja tentador, a tradução põe a perder as especificidades britânicas da formação dessa categoria. Uma exposição sobre as origens e natureza da *gentry* é encontrada no subcapítulo 2.2.1.b deste trabalho.

Em seguida, o foco passa para o funcionamento das comissões reais dentro do reformismo. É discutido o perfil dos comissários envolvidos nos campos da reforma da Lei dos Pobres, do aprimoramento sanitário das cidades e da regulação trabalhista, escolhidos como os eixos principais para compreender a construção de uma visão hegemônica da sociedade através da produção de inquéritos. Concluindo o capítulo, são apresentadas as bases teóricas da pesquisa, advogando pela caracterização do reformismo britânico nas décadas de 1830 e 1840 como um movimento essencialmente burguês.

2.1. Sentidos e dimensões do reformismo britânico

Compreender a natureza do reformismo britânico durante a Revolução Industrial passa por reconhecer sua variedade de bandeiras e frentes sociais e, simultaneamente, os denominadores comuns que permitem ao historiador identificar esta multiplicidade dentro de um processo conjunto, ao qual pode ser atribuído um papel histórico. Antes disso, é preciso estar atento ao sentido da ideia de reforma no período. Joanna Innes destaca a origem moral do conceito de reforma em solo britânico. Incorporada da língua latina, a expressão parece ter se instalado na Inglaterra durante a fase final do medievo, a partir do século XII, de sorte que *reform* (reforma) e *reformation* (reformação) já possuem uso corrente nos episódios de sublevação política e religiosa dos séculos XVI e XVII[109].

Em seu uso medieval, o conceito de reforma reveste-se sempre de conotação moral e religiosa: clamar por reforma significava apontar para um estado de degeneração do senso de ética e religião da comunidade, a ser sanado pelo restabelecimento das práticas condizentes com o cristianismo que, por extensão, sustentam o equilíbrio do "bem comum", ideal de ordem social precioso à tradição cristã. A reforma enquanto expressão do desejo de regeneração moral ainda é predominante na aurora da era moderna, mas sofre mutações importantes. O estabelecimento do anglicanismo no século XVI aproxima a expressão também da esfera jurídica, tendência que é reforçada com a Guerra Civil e a *Commonwealth* de Cromwell. As facções envolvidas não pararam de falar e escrever sobre a "reformação" de costumes, mas também empregam a palavra quando querem alterações nas leis, mesmo que não propriamente do sistema político[110].

---

[109] INNES, J. "'Reform' in English public life: the fortunes of a word." In: BURNS, A; INNES, J. (org.). *Rethinking the Age of Reform:* Britain 1780-1850. 2ª reimpressão. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 71-78.
[110] Ibidem.

Até o começo do século XVII, a palavra reforma e suas variáveis gozavam de relativa neutralidade. Juízos de valores caíam mais fortemente sobre noções de inovação (*innovation*) e melhoramento (*improvement*). A primeira, vista como invencionismo subversivo. Quanto à outra, originalmente remetia ao aumento da produtividade agrícola, mas ganhou desde fins do século XVI um sentido mais polivalente, que podia ser empregado para defender o aprimoramento de instituições e saberes, em muito graças à atuação de Francis Bacon e seu círculo. As conturbações da Guerra Civil e o regime de Cromwell, contudo, estigmatizam a reforma, a qual, com a Restauração, se converte em acusação para denunciar adversários políticos[111].

O uso público da reforma é lentamente reabilitado no século XVIII. O Renascimento Evangélico retoma a proposta de reformação da moral comunitária e expurgo dos vícios em escopo nacional, o que envolve críticas às instituições do governo e da Igreja, tidas como maculadas pela corrupção. Sem se desprender de suas conotações morais, a reforma passa a penetrar decisivamente o campo político. Mesmo entre as fileiras governamentais, há quem fale em reforma enquanto melhoramento dos dispositivos institucionais a partir da segunda metade do século. Não se podem ignorar, ainda, as contribuições do Iluminismo francês, decisivo para que a reforma adquirisse contornos políticos e institucionais, inclusive ao colocar o indivíduo como fruto de seu espaço social, sendo sua moral cultivada através das instituições e ambiente que condicionam sua existência[112].

O desgaste ao qual o governo se submete no desenrolar da guerra contra as Treze Colônias, onerosa do ponto de vista econômico e político, foi um marco para que, na década de 1770, os sentidos de reforma institucional, jurídica, política e moral pudessem conceber, com contornos mais nítidos, a campanha por uma reforma parlamentar. A "Crise Americana" colocou em questão as práticas de governo britânicas na Metrópole e nas Colônias, além de ter incentivado potências rivais a investirem contra algumas de suas possessões imperiais. A necessidade de angariar para o esforço de guerra o apoio católico na Escócia e na Irlanda obriga a uma revisão de postura, por parte do governo, sobre restrições políticas impostas aos praticantes do catolicismo, pauta que ficou conhecida como “Emancipação Católica” (*Catholic Emancipation*). Com isso, também

[111] Ibidem.
[112] Idem, p. 79-83.

se eleva a pressão para atenuar a discriminação sobre protestantes não anglicanos. Ambas as demandas só seriam atendidas em fins da década de 1820[113].

O radical John Wilkes realizou a primeira defesa aberta de proposta da reforma parlamentar na Câmara dos Comuns em 1776, posição que iria se confirmar como *slogan* político de apelo amplo na década seguinte. Começou a se formar, no imaginário político, a denúncia contra uma rede de sinecuras, mecanismos eleitorais viciados e desregramento sobre o erário. Fios que, quando manipulados, permitiam à Coroa e seus associados na Aristocracia, na Igreja e na *City* londrina exercerem seus interesses por vias intoleráveis para um regime parlamentar constitucional. O fato de essa estrutura ter conduzido o país para a derrota em solo americano, em uma guerra cuja validade moral desde o início não era consensual entre os ingleses, sugeria tanto um estado corrompido da condução dos assuntos públicos quanto um déficit de representatividade que pusesse freio a tais desmandos. O sentimento de falta de transparência e controle público sobre a ingerência de interesses particulares escusos dentro do governo já havia demonstrado sua grande dimensão pouco antes da guerra, com o comitê parlamentar formado no começo da década de 1770 para inquirir sobre corrupção dentro da Companhia das Índias Orientais, conduzindo uma investigação até então sem precedentes em termos de extensão e atração do interesse público[114].

Nos anos 1780, a reforma parlamentar já estava estabelecida como bandeira ampla, o elo interconectando diferentes frentes por mudanças institucionais cujas demandas já existiam, mas que agora ganham volume e repercussão ao incorporarem "reforma" como palavra de ordem. Em algumas dessas iniciativas, o viés moral tradicional e o sentido de "melhoramento" enquanto racionalização e aprimoramento

---

[113] Logo após a Restauração, em 1661, é instituído o Ato de Corporação (*Corporation Act*), pelo qual, na posse de cargo público nos governos municipais, qualquer indivíduo ficava obrigado a receber o sacramento anglicano, além do dever preexistente de jurar fidelidade à Coroa e Igreja Anglicana. Já o Ato de Teste (*Test Act*) de 1673 obrigava todos os ocupantes de cargos públicos vinculados ao governo central a prestar um juramento negando a doutrina católica da transubstancialização, imposição que foi estendida aos membros da Câmara dos Lordes em 1678. Ainda que o primeiro ato tenha sido desenhado tendo como alvo primeiro os presbiterianos, na prática, ambas as legislações passaram a incidir principalmente sobre os católicos, aos quais se somavam outros impedimentos legislativos. Desde a primeira metade do século XVIII, Atos de Isenção (*Indemnity Acts*) são aprovados regularmente pelo Parlamento como forma de isentar os dissidentes dessas obrigações, o que não significa, evidentemente, que a existência formal da legislação não representasse um constrangimento para os protestantes não conformistas. O Ato de Teste Sacramental (*Sacramental Test Act*) revogou ambos os Atos de Corporação e Teste em 1828. No ano seguinte, a emancipação católica é consagrada com o Ato de Libertação Católico Romano (*Roman Catholic Relief Act*), que abole a maioria das restrições legais remanescentes ao exercício de direitos políticos e civis por parte dos católicos. Cf. SHORT, K. R. M. "The English Indemnity Acts 1726-1867." *Church History*, v. 43, n. 3, setembro de 1973, p. 366-376.

[114] BURNS, A; INNES, J. "Introduction." In: BURNS, A; INNES, J. (org.). *Rethinking the Age of Reform:* Britain 1780-1850. 2ª reimpressão. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 8.

prático e técnico começam a ensaiar a fórmula de uma simbiose que se fará bastante presente no século XIX. O imperativo de reformar passa a ser assimilado, por exemplo, ao vocabulário de críticos do funcionamento da Lei dos Pobres e dos que propunham elevar as condições de prisões e manicômios[115]. Também falavam em reforma aqueles que engrossavam o coro pela extinção do tráfico negreiro, sendo o antiescravismo uma plataforma importante para fomentar estratégias de organização e ativismo político que serão incorporadas por outras campanhas de reforma[116].

Entre o fim da guerra de independência das Treze Colônias e os anos iniciais da década de 1790, é impulsionado no país um radicalismo constituído em torno da retórica dos *Direitos do Homem* (*Rights of Man*), obra publicada por Thomas Paine em 1791, bem como dos panfletos postos em circulação pela Sociedade de Correspondência de Londres (*London Corresponding Society*), associação composta majoritariamente por artesãos e pequenos comerciantes fundada em 1792, cujas reivindicações incluíam sufrágio universal masculino e eleições anuais para o Parlamento. Revestindo a posição pela reforma parlamentar com ares de republicanismo e manifestando aberta simpatia pela Revolução Francesa em seus anos iniciais, esses radicais, desde 1791, já dividiam espaço com um reacionarismo realista que também consegue forte penetração popular. É fato que ambos, radicalismo e lealismo à Igreja e Rei, empregavam em seus discursos apelo patriótico e evocação ao ideal de "ingleses nascidos livres" (*free-born Englishmen*)[117]. A conjuntura, contudo, se mostra mais difícil para os radicais, conforme os eventos na França conduzem à execução de Luís XVI no início de 1793. Com o início, em sequência, da fase jacobina da Revolução, a Inglaterra enfim passa a integrar formalmente a coalizão contrarrevolucionária ao lado de outros poderes continentais. Os "jacobinos britânicos" têm de encarar não apenas a repressão política pesada do Estado, mas também se deparar

[115] INNES, J. 'Reform' in English public life: the fortunes of a word. In: BURNS, A; INNES, J. (org.). *Rethinking the Age of Reform:* Britain 1780-1850. 2ª reimpressão. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 85.

[116] Sobre o antiescravismo britânico, da campanha pela abolição do tráfico negreiro à extinsão da escravidão colonial, conferir BLACKBURN, R. *The Overthrow of Colonial Slavery*, 1776-1848. 2ª reimpressão. London: Verso, 1996.

[117] Expressão que traduz um ideal precioso à prosa radical britânica a partir do século XVIII, faz referência ao mito de um direito natural britânico à liberdade e representatividade, particularmente por parte do pequeno proprietário, presente no passado imemorial de raízes saxônicas e que teria sido interrompido bruscamente no século XI pelo "jugo normando", o qual introduziu a prerrogativa da arbitrariedade real enquanto uma imposição de origem estrangeira.

com o fato de que, no novo contexto de guerra, torna-se mais difícil para eles se livrarem da pecha de traidores da pátria[118].

O período de guerras contra a França, que se estende até 1815, não extinguiu a noção de reforma do vocabulário político britânico. A maioria das lideranças políticas parlamentares, às vésperas da Revolução Francesa, reconhecia que alguma espécie de reforma era necessária, ainda que discordassem sobre sua natureza. Mesmo entre conservadores, a "reforma moderada", em seu sentido de melhoramento, fazia-se presente, inclusive na fala do expoente conservador Edmund Burke, para o qual era possível tornar os processos políticos mais transparentes sem maiores alterações no sistema existente[119]. Todavia, o clima reacionário e a intensa censura e perseguição por parte do governo representaram um revés para o uso do termo em linhas radicais. Nos Comuns, as vozes que saem em defesa dos radicais britânicos e se colocam contra as medidas de exceção impostas pelo governo de William Pitt, o Jovem, ficam restritas às poucas dezenas de parlamentares que ainda se organizam em torno do *whig* Charles James Fox, incapaz de organizar uma oposição efetiva no Parlamento.

Antes da guerra, forte insatisfação com o regime passou a existir inclusive nos círculos dos aristocratas *whigs*, insatisfeitos com a manobra da Coroa que elegeu Pitt em 1783. Mesmo que não fosse proponente de uma agenda radicalizante, o whiggismo era atravessado por princípios de liberdade civil e religiosa que poderiam inclinar algumas de suas lideranças a simpatizarem com o radicalismo, ou ao menos admitirem seu direito ao espaço político. O pavor diante do jacobinismo e o receio de uma revolução popular arrastaram prontamente a maior parte dessa ala para as fileiras governistas. Fora do Parlamento, as associações pró-reforma, que no começo da década de 1790 conseguiam mobilizar multidões em demonstrações públicas, sofrem com as legislações repressivas aprovadas em 1795, 1799 e 1800, nesses dois últimos anos sendo instituídas as Leis de Associação (*Combination Laws*), como ficou conhecido o par de atos parlamentares que coibiam na prática qualquer protesto ou reunião política contrária ao governo. Os escritos radicais, contudo, circulam intensamente, apesar das represálias, censuras e impostos arbitrários que recaíram sobre sua distribuição. Aos olhos desses críticos, o *establishment*

[118] Conferir o trabalho de Mark Philp sobre as sobreposições entre o lealismo e o radicalismo popular durante os anos da Revolução Francesa. PHILP, M. “Disconcerting ideas: explaining popular radicalism and popular loyalism in the 1790s.” In: BURGES, G; FESTENSTEIN, M (org.). *English Radicalism, 1550-1850*. E-book: Cambridge, 2007, p. 157-189.

[119] INNES, J. 'Reform' in English public life: the fortunes of a word. In: BURNS, A; INNES, J. (org.). *Rethinking the Age of Reform:* Britain 1780-1850. 2ª reimpressão. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 88-9.

a ser reformado vai se definindo dentro dos contornos da Velha Corrupção, expressão popularizada pela pena do jornalista radical William Cobbett.

O ataque aos detentores de sinecuras, pensões imorais e outros postos controlados pela Coroa, bem como ao sistema político e eleitoral que possibilitava a manutenção desse jogo viciado, não era novo e estava bem estabelecido à época da independência das Treze Colônias. Mas com a Velha Corrupção esses elementos passam a ser associados com gasto público desenfreado promovido pela guerra sem fim. Representavam um Estado que engordava às custas de impostos para financiar o conflito enquanto alimentava, com esses mesmos recursos, uma rede de parasitas que envolvia também especuladores e detentores de dívida pública que se beneficiavam com o estresse econômico. Os radicais conseguem, através da retórica da Velha Corrupção, difundir sua posição crítica para além das fronteiras mais restritas do radicalismo. Inclusive, porque este era um rótulo que se mostrava flexível o suficiente para que nele fossem projetadas outras questões não relacionadas originalmente a essa rede[120].

As administrações *tories* das primeiras três décadas do século XIX estavam atentas às pressões reformistas radicais e moderadas. O número de cargos e pensões controlados diretamente pela Coroa vinha caindo constantemente desde a década de 1780[121] e, logo no ano seguinte a Waterloo, a arrecadação do governo encolheu nominalmente 20% em relação a 1815[122]. Os anos do pós-guerra são marcados pela revogação de impostos instituídos durante o confronto, reduções sucessivas no orçamento público e uma política monetária deflacionária através da retirada de moeda de circulação e da retomada da conversibilidade da libra em ouro, que havia sido suspensa[123]. O ano de 1815 também trouxe a implantação das Leis dos Cereais (*Corn Laws*), os impostos protecionistas sobre importação de alimentos visando manter artificialmente altos os preços internos desses produtos, medida que teria profundo impacto sobre o discurso

---

[120] Cf. HARLING, P. "Parliament, the state, and 'Old Corruption': conceptualizing reform, c. 1790-1832." In: BURNS, A; INNES, J. (org.). *Rethinking the Age of Reform:* Britain 1780-1850. 2ª reimpressão. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 71-97.

[121] Idem, p. 100-101.

[122] HILTON, B. *A Mad, Bad and Dangerous People?* England 1783-1846. New York: Clarendon University Press, 2006, p. 251.

[123] É preciso atenção para não superestimar as variações no orçamento em valores reais, precisamente porque os cortes ocorreram dentro de uma conjuntura deflacionária. Deu-se de fato uma redução real do orçamento após Waterloo, mas, ao contrário do que indicam os valores nominais, o orçamento público dos novos anos de paz permaneceu em média consistentemente mais alto do que no pré-Revolução Francesa. Cf. INNES, J. "Forms of 'government growth', 1780-1830." In: FELDMAN, D; LAWRANCE, J (org.). *Structures and Transformations in Modern British History*. New York: Cambridge University Press, 2011, p. 82-3.

reformista e radical das décadas seguintes. Apesar disso, o saldo institucional das tendências cultivadas com o fim da guerra apontava, inegavelmente, para o liberalismo econômico.

Reforma, radicalismo e liberalismo não eram, é claro, noções equivalentes no vocabulário político britânico, embora liberais da segunda metade do século XIX tenham tentado escrever a história fazendo essa associação. O próprio uso do termo liberal enquanto uma identidade condicionada pelo apoio ao livre mercado era algo muito recente. Os espectros do reformismo não se colocavam em consenso diante da pauta econômica. Contudo, favorecida pelo discurso da Velha Corrupção cultivado no início do século, uma "redução" (*retrenchment*) do tamanho do Estado e seus gastos como forma de reduzir a dívida tinha apelo popular, não se fazendo presente apenas em círculos ideológicos liberais. Não era um sentimento que possa ser universalmente traduzido pela ideia contemporânea de austeridade, mais imbuída pelo viés economicista. Muitos dos que se posicionavam por essa diminuição o faziam com base na identificação do governo e sua arrecadação via impostos com o exercício da tirania, em consonância com um jacobinismo ao estilo de Paine[124].

Com o fim do estado de guerra e maior estabilidade social na década de 1820, a repressão política arrefece e a legislação anti-associação é parcialmente revogada, se apresentando um clima de maior tolerância com posições reformistas. Desde 1819, o futuro primeiro-ministro John Russell, à época ainda um jovem parlamentar *whig*, propunha abertamente nos Comuns que “burgos podres” (*rotten boroughs*)[125] perdessem suas franquias eleitorais. Nos anos finais da década, se difundem associações por todo país pela reforma parlamentar, retomando demandas que haviam sido silenciadas pelos anos de conflito. Entidades como a "União Política das Classes Baixa e Média do Povo" (*Political Union of the Lower and Middle Classes of the People*), fundada em 1829, ostentavam em seus nomes a abrangência nacional e o caráter interclasse que o reformismo havia assumido, também existindo associações com perfil de classe mais segmentado[126].

No início da década de 1830, a reforma parlamentar era inadiável. Milhares de petições públicas faziam a exigência, multidões se reuniam em atos convocados por

[124] Cf. INNES, J. Idem, p. 74-99.
[125] Zonas eleitorais com um número muito pequeno de eleitores e que mesmo assim elegiam representantes para a Câmara dos Comuns. Eram também chamados de “burgos de bolso” (*pocket boroughs*), pelo fato de que os eleitorados diminutos estavam sob controle de um aristocrata.
[126] Cf. BRIGGS, A. *The Age of Improvement*, 1783-1867. 2ª ed. New York: Routledge, 2014, p. 205-212.

instituições pró-reforma e associações sindicais a incluíam entre suas reivindicações. Os "Motins de Swing" (*Swing Riots*) que eclodem em 1830 nos condados rurais como reação à miséria dos trabalhadores agrícolas, resultando em incêndios contra propriedade e destruição de máquinas debulhadoras, elevam o temor de que o quadro de insatisfação política se desdobre em sublevação popular. Tal receio já existia em relação à Irlanda, que no fim da década anterior testemunhara grandes agitações que forçaram o governo a consentir com a Emancipação Católica. Era incômodo aos *whigs* reconhecer que, sem mobilização popular, nenhuma reforma efetiva seria possível, mas esses episódios e o tom radicalizado assumido entre reformistas os empurravam para fora do dilema: reformar era, mais do que tudo, o caminho para prevenir uma revolução. Cindidos internamente após uma série de derrotas recentes que incluíram a Emancipação Católica e restrições sobre a Lista Civil (*Civil List*)[127], os *tories* não mais conseguem formar uma maioria no Parlamento em 1831, abrindo caminho para um governo *whig* capaz de convocar novas eleições. O Parlamento eleito no mesmo ano assume com a expectativa de aprovação da reforma, que enfim se realiza em 1832[128].

A partir do Ato de Representação do Povo (*Representation of the People Act*) de 1832, popularizado como Ato de Reforma (*Reform Act*), muitas frentes continuaram se apresentando como reformistas, inclusive aquelas indispostas a estender a representação democrática para além dos limites definidos pelo novo sistema, que é complementado com a reforma das corporações municipais (*municipal corporations*) em 1835. Liberais mobilizados pelo livre mercado e contra as Leis dos Cereais, parlamentares radicais comprometidos com a universalização do voto masculino secreto, o movimento cartista que emerge no fim da década de 1830, *whigs* moderados, todos permanecem falando em reforma, mesmo sem haver agora um horizonte comum como fora a reforma eleitoral.

Muito em voga se tornou, após 1832, fazer referência à "reforma social" como forma de melhoramento dos padrões de vida, em especial dos trabalhadores pobres. Grande ênfase é dada à necessidade de se aprimorar a infraestrutura urbana e sanitária, além de difundir a educação popular. A reformulação do modelo assistencialista efetivada pela introdução da Nova Lei dos Pobres em 1834 também se enquadrava, pelo ponto de vista de seus idealizadores, como parte desse esforço de recuperação do estado da classe

[127] A partir da Revolução Gloriosa, despesas ligadas à Coroa foram separadas do orçamento público. Contudo, ainda se incluíam como gastos de manutenção da monarquia uma série de postos e pensões controlados pelo rei. Em 1830, via ato parlamentar, a Lista Civil foi enfim destituída de qualquer cargo governamental.
[128] Cf. BRIGGS, A. *The Age of Improvement*, 1783-1867. 2ª ed. New York: Routledge, 2014, p. 217-25.

trabalhadora. Esse emprego da ideia da reforma não se dissociou de seu velho uso moral. Desenvolver instituições e infraestrutura capazes de remediar um quadro que, com poucas exceções, era lido universalmente como de degradação social, estava intrinsecamente ligado à vontade de cultivar, entre os populares, um senso de autocuidado e independência considerado perdido[129].

Particularmente influente sobre essa nova acepção de reformismo social são as ideias de Jeremy Bentham. Falecido um dia antes da aprovação derradeira da reforma de 1832, Bentham, que havia se assumido publicamente enquanto radical após as guerras, se tornou um nome bastante conhecido pelo público na década de 1820. Sua filosofia utilitarista provou-se um pavimento teórico importante para o que neste trabalho é chamado de uma "economia política da prática reformista", isto é, o direcionamento de princípios liberais para um plano da administração dos assuntos públicos cotidianos. De seu círculo de influência saíram alguns dos nomes mais importantes do reformismo social dos anos 1830 e 1840, como Edwin Chadwick.

Com seus múltiplos e mutáveis significados, "reforma" se mostrou uma das ideias centrais durante uma longa fase da história britânica caracterizado pela progressiva reorientação das instituições, que irá desaguar no liberalismo vitoriano de meados do século, para o qual a revogação das Leis dos Cereais de 1846 pode ser apontada, simbolicamente, como marco inaugural. No decorrer desse recorte de mais ou menos 70 anos, a organização social do país reajustou-se diante de eventos desencadeados pela industrialização e a nova realidade política inaugurada com as revoluções nas Treze Colônias e na França. Durante todo esse período, a direção e o significado da reforma estiveram em disputa. O reformismo social mostrou-se o caminho pelo qual uma classe média de valores liberais venceu essa contenda.

2.1.1. Panorama político

Alguma contextualização histórica sobre as instituições políticas britânicas precisa ser estabelecida, especialmente para situar o leitor brasileiro nas discussões desenvolvidas a partir daqui. O panorama aqui se concentra no desenvolvimento do jogo partidário, das relações entre Coroa e Parlamento e na estrutura dos governos locais a partir do século XVIII até o ano de 1846[130].

---

[129] Ibidem.

[130] Dentre a variedade de obras de contextualização sobre a política britânica do período, gostaria de destacar a excelente introdução às transformações do sistema político britânico, especialmente em nível

O ciclo revolucionário do século XVII estabeleceu as bases para a estabilidade política britânica do século XVIII, caracterizada pela hegemonia cultural da nobreza rural e o reconhecimento por parte da Coroa e dos Lordes em relação à supremacia política dos Comuns. Embora a câmara alta do Parlamento ainda detivesse formalmente maior status hierárquico, o período revolucionário havia sacramentado para a câmara baixa o controle sobre o regime de impostos e a política financeira em geral, efetivamente colocando sob seu controle os rumos políticos do país. Evidentemente, a aristocracia de linhagem que ocupava a Câmara dos Lordes exercia sua influência sobre a outra casa do Parlamento por vias políticas que não se limitavam aos formalismos institucionais. Cerca de metade dos comuns na década de 1780 era composta por parentes próximos de aristocratas, inclusive primogênitos que não herdariam o título de pariato antes da morte do pai. Para além dos laços de sangue, Lordes e Comuns estavam unidos pela riqueza agrária, amplamente dominante em ambas as casas, continuando a ser maioria no Parlamento pelo menos até uma fase adiantada do século XIX.

Com a unificação das coroas e parlamentos de Inglaterra e Gales com os da Escócia em 1707, formando o Reino da Grã-Bretanha, o total de assentos nos Comuns passou a 558, distribuídos entre os três países. Esse número não se alterou até o Ato de União (*Act of Union*) de 1800, que determinou a incorporação do parlamento da Irlanda a partir do ano seguinte, originando o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda, que passou a contar com 658 assentos. Havia dois tipos principais de distrito eleitoral: condados e burgos[131]. Os condados representavam unidades territoriais mais vastas, recortando toda a área do Reino Unido. No caso de Inglaterra e Irlanda, os condados elegiam dois representantes para os Comuns, contra apenas um eleito para condados escoceses e galeses. Os burgos, por sua vez, eram unidades espacialmente menores, independentes dos condados, que em algum momento de sua história foram contempladas com uma carta real reconhecendo sua condição de zona eleitoral. Podiam ser aldeias ou cidades grandes e pequenas. A quase totalidade dos burgos ingleses elegia dois nomes para os Comuns, enquanto praticamente todos os burgos de Irlanda, Gales e Escócia tinham direito a um

central, encontrada no pequeno, mas rico, trabalho de Evans. Uma leitura mais demorada, para os que desejarem se aprofundar no tema, é apresentada por Hilton nos primeiros 6 capítulos de seu livro. Ambos serviram como principal referência para organizar a descrição de eventos e explicações neste subcapítulo. EVANS, E. J. *Political Parties in Britain 1783-1867*. [E-book]: *Taylor & Francis*, 2001. HILTON, B. *A Mad, Bad and Dangerous People?* England 1783-1846. New York: Clarendon University Press, 2006.

[131] Havia uma terceira categoria, a dos eleitorados universitários, com Oxford e Cambridge detendo duas cadeiras nos Comuns. A partir de 1801, a Universidade de Dublin passou a deter uma cadeira, número que aumentou para dois em 1832.

único eleito. Mais numerosos do que os condados, os burgos elegiam no começo do século XIX 467 integrantes dos Comuns, contra 176 dos condados.

O leitor brasileiro pode se inclinar a associar a relação entre condado e burgo em paralelo à divisão estado-município, mas esta é uma comparação equivocada. Embora geograficamente os burgos estivessem inseridos nos territórios mais vastos dos condados, os primeiros não representavam uma subdivisão administrativa dos últimos. As duas entidades eram independentes entre si, de modo que o espaço do burgo, mesmo que espacialmente "inserido" no condado, representava um território à parte. Tanto burgos quanto condados eram subdivididos em paróquias, pequenas unidades administrativas dotadas de notável autonomia para diversas questões. Os contribuintes, reunidos nas sacristias paroquiais[132], elegiam representantes responsáveis por gerir assuntos como a arrecadação e dispêndio de diferentes impostos que ficavam ao encargo da paróquia, como os destinados à Lei dos Pobres e à manutenção de estradas locais.

Condados eram algo esvaziados de poderes executivos enquanto entidades políticas, outra razão para não se concebê-los em paralelo com os estados da União. Costumeiramente, a maioria das decisões que não cabiam ao governo central eram deixadas para âmbito paroquial, mas ao longo da Idade Moderna percebeu-se que era convenientemente colocar mais atribuições em uma esfera intermediária, principalmente através do judiciário. Cada condado possuía uma quantidade determinada de juízes de paz (*justices of the peace*), também chamados de magistrados (*magistrate*). Esses cidadãos de prestígio, sem formação jurídica necessariamente, eram responsáveis por dois tipos de cortes. As cortes de magistrado (*magistrates' court*), mais numerosas, se encarregavam de assuntos que poderiam ser resolvidos sumariamente, como crimes menores e questões administrativas de ordem mais cotidianas. Para crimes mais graves e assuntos que demandavam maior autoridade, existiam as Assembleias Trienais (*Quarter Sessions*), convocadas a cada três meses pelo Lorde Tenente (*Lord Lieutenant*) de cada condado, um cargo originalmente de atribuição militar, mas que progressivamente foi perdendo sua dimensão marcial. Aos magistrados cabia a gestão de impostos concernentes ao condado e funções que incluíam a manutenção e construção das estradas principais, pontes, prisões e outras obras que transcendiam a capacidade paroquiana.

[132] As sacristias, cômodos anexos às igrejas onde os paroquianos se reuniam, eram o espaço tradicional de deliberação interna para assuntos locais de interesse público. A palavra sacristia (*vestry*) tornou-se sinônimo de conselho paroquial, mesmo quando este não se reunia de fato neste tipo de local.

Quanto aos burgos, eram governados pelas corporações municipais, conselhos eleitos entre os cidadãos. Antes do ato de 1835 introduzir maior padronização no governo dos burgos, havia grande discrepância entre o modo como funcionavam eleições e administração nesses espaços. Havia divergências entre os critérios eleitorais para participar das eleições gerais, onde se votava para os Comuns, e as eleições locais para a corporação. A composição das corporações e a distribuição de funções dentro delas variava muito. A falta de homogeneidade afetava inclusive competências jurídicas dos burgos. Para além dessas questões, a rápida urbanização da ilha tornou a realidade demográfica das cidades cada vez mais incongruente em relação à distribuição dos burgos. Grandes cidades que haviam crescido recentemente, como Manchester e Leeds, não possuíam a carta real que as tornava franquias eleitorais administradas por uma corporação, sendo governadas enquanto parte dos condados. Enquanto isso, comunidades antigas que haviam se esvaziado e contavam com um punhado de eleitores ainda elegiam parlamentares, sendo por isso chamadas de burgos podres pelos críticos dessas distorções do sistema político.

Desde que foi recriada na Restauração da década de 1660, a Câmara dos Lordes mantinha oficialmente o poder de revisar e vetar projetos de lei aprovados pelos Comuns. A prerrogativa real, por sua vez, reconhecia ao monarca o poder de rejeitar qualquer legislação entregue às suas mãos após passar pelos Lordes, bem como apontar ministros e dissolver o Parlamento para convocar novas eleições gerais. Essas atribuições persistem formalmente até os dias de hoje. É claro que, na prática, os Lordes não mais se atrevem a reverter decisões dos Comuns, no máximo realizando ajustes sutis ou sugerindo mudanças. Mas essa é uma realidade que se consolidou apenas na segunda metade do século XIX. Antes disso, embora o pacto estabelecido no século XVII impusesse restrições às interferências aristocráticas, Rei e Lordes ainda dispunham de margem de manobra considerável dentro das vias institucionais legislativas, como vieram a exibir repetidas vezes.

O veto ou alteração radical de legislações pela Câmara dos Lordes não era um recurso apenas hipotético. Medidas aprovadas por margens pequenas pelos Comuns eram as mais sujeitas à interferência da câmara alta, que tinha a sensibilidade de acatar as decisões mais consensuais da outra casa legislativa. A Coroa, por sua vez, não usou de sua prerrogativa de veto desde 1708, mas a nomeação de ministros e a dissolução do Parlamento foi empregada, como veremos, no fim do século XVIII como forma de incitar a alteração na composição dos Comuns. E havia, é claro, o controle de cargos oficiais e

pensões diretamente à disposição da Monarquia, que serviam como seu instrumento mais comum para influenciar a política parlamentar, como denunciaram os críticos da Velha Corrupção.

O século XVIII é lembrado como um século de supremacia *whig*. Mas é preciso estar atento para o fato de que a sistematização da política parlamentar em moldes partidários começou a se constituir mais formalmente a partir do final do século, apenas. O whiggismo, herdeiro da posição política vitoriosa do Parlamento no século anterior, podia ser entendido enquanto uma tendência definida, sobretudo, pelo desejo de contenção da influência da Coroa sobre as instituições. Mas a divisão política dentro dos Comuns não podia de modo algum ser distinguida simplesmente entre uma situação *whig* e uma oposição *tory* organizadas. A postura de apoio ou não ao governo, em virtude da ausência de disciplina partidária forte, implicava que a posição dos parlamentares fosse determinada menos por sua identidade política e mais pela conjuntura de momento, a depender da relação do primeiro-ministro ou da Coroa com a casa. Nos anos 1780, havia cerca de uma centena de parlamentares eleitos que se declaravam como "independentes" (*independents*), quase sempre advindos da *gentry* dos condados, apresentando-se enquanto representantes dos interesses de seu eleitorado local ou regional, sem declarar fidelidade a um partido ou facção.

Nessas condições, cravar maiorias nunca era uma conta segura. A influência real era mais facilmente exercida sobre os Lordes, um grupo menor e mais diretamente vinculado à monarquia em virtude dos títulos do pariato e do alto clero anglicano. Bem mais delicada, para quem ocupasse o Trono, era a tarefa de lidar com os Comuns, e os principais atritos que tensionaram o domínio *whig* no século XVIII foram, via de regra, em decorrência de os últimos sentirem que o rei ultrapassara suas prerrogativas.

A primeira vez em que se estabeleceu um limite máximo para a duração de um Parlamento foi com o Ato Trienal (*Triennial Act*) de 1694, que fixou o prazo máximo de três anos como intervalo entre as eleições gerais. Esse intervalo foi logo considerado inconveniente e estendido para 7 anos em 1715, com o Ato Setenário (*Septennial Act*), que permaneceu em vigor até 1911. Como reflexo da supremacia *whig* no século XVIII, após o Ato Setenário, os Parlamentos tendiam a ser longos, raramente se convocando eleições com grande antecedência ao limite estabelecido. Dos 14 Parlamentos eleitos entre 1715 e 1800, apenas dois foram desfeitos antes de 6 anos. Situação muito distinta ocorreu com a passagem para o século XIX, quando o período médio entre as eleições se

tornou menor. Primeiros-ministros solicitavam à Coroa a dissolução do Parlamento e a convocação de eleições gerais ao perceberem que haviam perdido a maioria, ou quando sentiam que os Comuns estavam divididos em um tema importante, de forma que o processo eleitoral serviria como um referendo em relação ao tópico. Era natural, portanto, que a passagem para uma conjuntura politicamente mais conturbada, recheada de pautas controversas e oscilação nas coligações de forças políticas, resultasse em eleições mais frequentes.

A crise gerada pela Guerra de Independência das Treze Colônias expôs a instabilidade das alianças parlamentares e a existência dos poderes reais que o longo domínio *whig* podia ter disfarçado. O desprestígio da figura de George III em razão da condução do conflito e o descontrole do gasto público levaram o primeiro-ministro Lord North a resignar em 1782. Embora se declarasse um *whig*, North era reconhecido por possuir fortes inclinações *tories* e era tido pelo rei como um nome confiável para o governo. George III jamais o perdoou quando o ex-ministro, de maneira abrupta, aliou-se à ala radical liderada por Charles James Fox, a mais ferrenha na oposição à Coroa. O Rei então usou habilmente sua influência sobre os Lordes para sabotar o ímpeto inicial do novo governo de coalizão e, em 1783, nomeou o jovem William Pitt, de família tradicional *tory*, como primeiro-ministro, mesmo sem haver maioria correspondente na câmara.

Apesar de contar com uma minoria entre os Comuns, o jovem Pitt, de apenas 24 anos, conseguiu apaziguar o tom geral de hostilidade ao governo, sinalizando para reformas e angariando simpatia popular por ser visto como uma novidade revigorante, menos associado às redes de corrupção usuais. Neste quesito, a natureza aristocrática das lideranças *whig*, inclusive do radical Fox, em nada ajudava os opositores de Pitt no Parlamento. A inexperiência e relativa carência de alianças pré-estabelecidas de Pitt era parte importante da explicação pela qual o jovem fora escolhido pelo rei, que esperava que alguém que ascendeu nessas condições saberia reconhecer que sua trajetória era inteiramente dependente do patrocínio real. Em uma demonstração arrojada de que seus poderes não eram figurativos, George III dissolveu o Parlamento para convocar novas eleições gerais em 1784, contando que a popularidade de Pitt se traduziria em uma maioria *tory* eleita, como veio a ocorrer. Encerrou, com esta manobra, a duradoura hegemonia *whig*. A oposição considerou Pitt um líder ilegítimo, mas a popularidade do

primeiro-ministro e o desgaste público da imagem de Fox foram isolando o radical na oposição, o que se acentuou com a Revolução Francesa[133].

Conforme Eric J. Evans, a jogada de George III representou uma vitória apenas sob um olhar imediatista. Embora, com as eleições de 1784, tenha consolidado as bases para a sequência de governos *tories* que se estenderia até o final da década de 1820, a polarização que se instituiu entre as figuras de Pitt e Fox logo após a eleição contribuiu para uma demarcação mais clara das identidades partidárias e maior sistematização da oposição na estrutura de partido, o que também passaria a se manifestar na situação. É nesse momento que a opinião pública começa a reconhecer a política institucional enquanto uma divisão entre governo e oposição. O avanço de organização e disciplinas partidárias, gradativamente, começa a minar a capacidade real para manipular um jogo político até então marcado por fragmentação e alinhamentos volúveis. É o início derradeiro da derrocada do poder monárquico que ainda permanecia[134.]

É importante não confundir o retorno do torysmo com uma virada brusca em direção ao conservadorismo. Nenhuma ala dos *tories* propunha rever as bases do assentamento político definido no século XVII. Não se tratava de voltar a flertar com tendências absolutistas para a Inglaterra. Pitt já subira ao poder em tom de conciliação, reconhecendo a necessidade de mudanças que levassem ao aprimoramento do sistema político. Em seus anos iniciais como primeiro-ministro, chegou a propor a extinção da franquia eleitoral de 36 burgos pequenos para aumentar a representação de condados e cidades, o que não contou com a aprovação da maioria *tory*. A execução de Luís XVI extinguiu temporariamente seus acenos à reforma e empurrou o governo Pitt rumo ao reacionarismo e a retórica de Igreja e Rei, mas mesmo os *whigs* o acompanharam neste movimento, inclusive compondo seu Gabinete[135].

Quanto ao descontrole do gasto público, seria equivocado concebê-lo como uma expansão da Velha Corrupção para reforçar laços de clientelismo político, considerando as necessidades impostas pela guerra. Antes da entrada da Grã-Bretanha no conflito em 1793, Pitt conduziu o país ao superávit primário. Sua opção de angariar apoio e retribuir alianças preferencialmente pela concessão de títulos de nobreza, expandido o pariato, foi

---

[133] HILTON, B. *A Mad, Bad and Dangerous People?* England 1783-1846. New York: Clarendon University Press, 2006, p. 41-47.
[134] EVANS, E. J. *Political Parties in Britain 1783-1867*. [E-book]: *Taylor & Francis*, 2001, p. 7.
[135] Idem, p. 11. O Gabinete do Reino Unido (C*abinet of the United Kingdom*) é o grupo composto pelo primeiro-ministro e demais ministros de maior importância do governo. Sua composição é nomeada pelo monarca, responsável por empossar todos os ministros, fazendo-o a partir das indicações do primeiro-ministro.

uma alternativa para evitar as tradicionais pensões e sinecuras, que se reduzem em quantidade a partir de seu governo, refletindo preocupação com o orçamento. Finalmente, embora agora se colocasse como inimigo do reformismo, é de se observar que Pitt renunciou à posição de primeiro-ministro em 1801 em desacordo declarado com a postura radicalmente contrária à emancipação católica assumida por George III, algo que na visão do *premier* constituía um absurdo após o Ato de União (*Act of Union*) que unificou os parlamentos britânico e irlandês em 1800. Na oposição, ainda que com apoio reduzido, Fox posicionava-se pelas liberdades civis e contra as medidas coercitivas consideradas abusivas, além de defender a liberdade religiosa e advogando pela reforma moderada, linhas que serão seguidas pelo whiggismo a partir dos 1820s[136].

Pitt retornou ao posto de primeiro-ministro em 1804 e lá permaneceu até sua morte em 1806, mesmo ano em que morreu seu rival Fox. A base de apoio que angariou entre a elite política dos condados sobreviveu ao seu falecimento e assegurou o quase monopólio dos *tories* no governo até 1830. Aproximando-se do fim da guerra, Parlamento e outros grupos de influência tornam-se menos tolerantes com a questão da dívida nacional e pressionam intensamente pela contenção dos gastos, tendo em vista que o esforço de guerra fora financiado principalmente através da arrecadação de impostos. Já em 1816 extinguiu-se o imposto de renda instituído no período belicista e, entre 1819 e 1821, retomou-se a conversibilidade da libra em ouro, que havia sido suspensa em 1797. Medidas como essa, somadas a cortes bruscos de orçamento, indicam que o chamado "torysmo liberal" do pós-guerra combinava tendências presentes anteriormente, mas que não podiam frutificar no ambiente de guerra, com uma insatisfação generalizada na opinião pública com o tamanho e custo que o governo veio a representar após duas décadas de conflito.

O longo governo de Lord Liverpool, indo de 1812 até 1827, é comumente lembrado enquanto dividido entre uma primeira fase reacionária, marcada por legislação repressiva e antirreformismo, mas que dá lugar a um segundo momento liberal a partir de 1822, com um Gabinete reformado. O problema desta separação é atribuir muito peso à composição ministerial para explicar os rumos de um governo que, na realidade, precisava lidar com duas situações absolutamente distintas nas décadas de 1810 e 1820. Os últimos anos de conflito e o imediato pós-guerra foram tempos de crise econômica e

[136] Cf. Idem, p. 16-18, HILTON, B. *A Mad, Bad and Dangerous People?* England 1783-1846. New York: Clarendon University Press, 2006, p. 64, 97 e 113-119 e HARLING, P. "Rethinking 'Old Corruption'." *Past & Present*, v. 147, n. 1, maio de 1995, p. 127-158.

agitação popular, com o governo sendo pressionado a abrir mão de suas receitas mais rápido do que esperava e aplicar choques deflacionários. As ações mais repressivas tomadas nesse período, como a suspensão do *habeas corpus* em 1817 e os Seis Atos (*Six Acts*)[137] de 1819, imensamente impopulares, passaram com facilidade nos Comuns porque os próprios *whigs* sentiam necessidade de restringir liberdades em prol da estabilidade da ordem, só retornando a uma posição mais próxima ao reformismo de Fox na década seguinte, quando passam a criticar os excessos dessa legislação[138].

Os entusiastas do livre mercado que ganharam proeminência no Gabinete a partir de 1822 já eram nomes importantes do governo antes dessa data. Ocorre que a conjuntura dos anos 1820, de maior apaziguamento social, permitia que o governo Liverpool retomasse linhas parecidas com a postura de Pitt nos tempos de paz. Se dedicaria menos à repressão interna e mais em reduzir o déficit público, estabilizar a moeda, diminuir impostos alfandegários e negociar níveis de taxação sobre a sociedade considerados toleráveis para tempos de paz[139].

O declínio da influência real também contribuiu para os ares liberais da Era Liverpool. George III, após uma recuperação repentina de seu notório quadro de loucura, perde de vez a sanidade em 1810. Seus sucessores, George IV e William IV, pouco herdaram dos traquejos políticos do pai. O reinado de Victoria, que assumiu o Trono em 1837, será o responsável por recuperar a imagem pública da monarquia, mas não seu poder. Entre 1811 e 1820, década em que o rei louco permanecia vivo e seu filho George IV assumiu enquanto príncipe regente, o vácuo de influência deixado pela Coroa foi tomado pelos partidos[140].

Esse movimento não se explica apenas pela personalidade ou condição mental dos monarcas, visto que, desde a década de 1780, o Parlamento se mobilizava para extinguir postos públicos controlados diretamente pelo Rei, tendência retomada com força após a guerra e a demanda por redução do gasto público. Os contornos da política partidária não estavam totalmente assentados. A composição do Parlamento era, ainda na década de

[137] Após a repercussão negativa do massacre de Peterloo em Manchester em 1819, o governo passou a tornar mais raros episódios de violência muito explícita na repressão aos trabalhadores organizados. Contudo, logo após a tragédia, foram instituídos os chamados Seis Atos, como ficou conhecido o conjunto de legislações contra a liberdade de expressão e associação. Entre as medidas, incluía-se a proibição de encontros de qualquer natureza com mais de 50 pessoas sem autorização prévia das autoridades locais e o aumento da taxação sobre a imprensa como forma de conter a circulação de escritos subversivos.
[138] EVANS, E. J. *Political Parties in Britain 1783-1867*. [E-book]: *Taylor & Francis*, 2001, p. 29-30.
[139] Ibidem.
[140] Idem, p. 23.

1820, feita através de estimativas, com base nos resultados de votação, declarações e alianças, e persistia um bom número de independentes dentro dos Comuns. Mas, enquanto Pitt se apresentava publicamente como um homem sem partido, cultivando sua imagem inicial de *outsider* do sistema político, a mesma possibilidade não mais existia para Liverpool, em cujo governo a coesão interna do Gabinete aumentava à medida que ficava claro que a ascensão ministerial dependia mais dos vínculos partidários, tendo em vista a queda da importância do favor real.

A questão irlandesa, a luta por igualdade religiosa de católicos e não conformistas, o retorno da oposição *whig* a posturas menos conservadoras, a organização do radicalismo popular e os Motins de Swing que implodiram por todo sul e leste agrícolas em 1830 reagindo à persistência da miséria rural, que continuava grave mesmo após mais de uma década de paz, abalariam em definitivo a hegemonia *tory*. O partido se viu fragmentado entre a ala mais reacionária dos *ultras tories*[141] e as facções mais liberais ou pragmáticas, com Robert Peel já despontando como liderança proeminente nesse último campo. A eleição geral de 1831, convocada para evitar uma revolta popular, tratou-se na prática de um referendo sobre a reforma, dando vitória arrasadora aos *whigs*, que compreenderam que alguma resposta aos anseios reformistas era inadiável.

Os Lordes já haviam repelido as duas primeiras versões da reforma aprovadas pela câmara baixa, como ainda fariam futuramente com legislações nas quais percebessem um Parlamento dividido ou pouca probabilidade de reações populares exaltadas. As cenas de convulsão social desencadeadas em resposta imediata à rejeição da segunda carta de reforma, contudo, tornaram evidente que uma terceira recusa teria um custo político alto demais. O Ato de Reforma foi finalmente aprovado no ano seguinte, seguido por novas eleições gerais, que ratificam uma grande maioria *whig* nos Comuns[142].

Cravar a reforma de 1832 como um estratagema para solidificar a ascensão política da classe média é precipitado. Embora houvesse essa expectativa nos vários centros urbanos que foram contemplados com novas franquias eleitorais, o texto da legislação foi concebido para favorecer sobretudo o interesse agrário dos condados: metade dos assentos nos Comuns criados após a retirada da franquia dos burgos podres

[141] Dentro do torysmo, os *ultras*, como ficaram conhecidos, eram compostos por aqueles que romperam com Peel e Wellington após a emancipação católica em 1829. Se viam como defensores do pacto institucional firmado após 1688, se opondo veementemente ao reformismo e nutrindo não disfarçado desdém pela cultura burguesa e modo de vida urbano.

[142] Sobre a conjuntura política nos anos antecedendo a reforma e o processo político para sua aprovação, cf. O'GORMAN, F. *The Long Eighteenth Century*: British Political and Social History, 1688-1832. 2ª ed. [E-book]: Bloomsbury, 2016, p. 654-83.

foram distribuídos entre condados, o que aumentou relativamente a presença deles no Parlamento em relação aos burgos. O fato de que muitos centros urbanos, que antes tinham seu voto contabilizado dentro dos condados, se tornaram zonas eleitorais independentes, elevou ainda mais o controle da aristocracia e da *gentry* rurais sobre o voto de condado[143].

Esse empoderamento político da riqueza agrária levou poucos anos para se revelar um equívoco estratégico dos *whigs*. Esperavam com isso enfraquecer a alta burguesia de mercadores e financistas da *City* que apoiaram Pitt e seus sucessores, mas subestimaram a ruptura dos vínculos entre *tories* e as elites fundiárias dos condados, que serão rapidamente restabelecidos conforme essas últimas reconhecem nos conservadores um bloco mais disposto a manter as Leis dos Cereais. A aproximação entre *whigs* e industrialistas, varejistas e outros empregadores urbanos da classe média, que já ocorria antes da reforma, se acelera depois dela também como forma de contrabalancear esse interesse agrário[144].

Até que o erro de cálculo *whig* se manifestasse no retorno de um governo *tory* forte com Peel em 1841, a década de 1830 foi de fato uma de supremacia *whig*. Para além de desencadear um período de reformas em série, 1832 também é um marco na solidificação da política bipartidária, principalmente pelo efeito que, em conjunto com o Ato das Corporações Municipais (*Municipal Corporations Act*) de 1835, exerceu sobre as localidades. Complementando-se, as reformas de 1832 e 1835 foram responsáveis por uniformizar o sistema eleitoral nos burgos, onde até então não havia padronização. Suas medidas incluíram estabelecer eleições regulares para os cargos locais, definir critérios para que as zonas eleitorais fossem mais condizentes com o tamanho de fato da área urbana das cidades, obrigar os burgos a prestarem contas publicamente e padronizar as estruturas administrativas locais. Também foram fixados critérios para credenciar os habitantes locais ao voto parlamentar. Nos municípios, estariam habilitados os ocupantes, proprietários ou inquilinos, de habitação com valor de aluguel estipulado em ao menos 10 libras anuais. Nos condados, permanecia o critério tradicional do *freehold* no valor de 2 libras anuais, mas somaram-se a ele a categoria de *copyhold* e *leasehold* de 10 libras e 50 libras anuais, respectivamente. Uma emenda movida pelos Lordes conseguiu assegurar o voto dos *tenants-at-will* da casa de 50 libras anuais, favorecendo os proprietários de

[143] Cf. HILTON, B. *A Mad, Bad and Dangerous People?* England 1783-1846. New York: Clarendon University Press, 2006, p. 423.
[144] Idem, p. 436.

terra, levando em conta a relação de dependência que esses ocupantes tinham com eles pela natureza judicialmente precária de sua posse[145].

É difícil estimar o impacto inicial da reforma sobre o tamanho do eleitorado, dado que antes de 1832 a falta de regulação sobre eleições locais torna os dados imprecisos. Independentemente da dimensão da extensão imediata do sufrágio, é importante observar que, com as reformas, o critério de propriedade não era a única condição para o voto. Era necessário que o eleitor se registrasse junto ao judiciário local pagando uma taxa de um *shilling* anual, além de se avaliarem outros critérios, como período mínimo de residência na área e estar em dia com obrigações tributárias. Com isso, os grupos políticos passam a se mobilizar para incentivar o registro de potenciais eleitores. Uma das práticas da Liga Anti-Lei dos Cereais será, inclusive, encorajar seus simpatizantes a adquirirem propriedade suficiente para se qualificarem ao voto. Esse trabalho de recrutamento significava maior organização partidária ao nível local, espaço no qual as eleições são cada vez mais atravessadas por questões nacionais. As eleições locais passam a ser encaradas como termômetros da opinião pública que podem antecipar resultados de eleições gerais. Comitês locais, publicações partidárias e campanhas de arrecadação se tornam mais constantes para fidelizar o eleitorado[146].

Foi através da nova vitalidade da política da localidade que os *tories* prepararam seu retorno ao cenário político nacional, já apresentando uma recuperação de assentos expressivos nas primeiras eleições pós 1835. Nesse mesmo ano, se reestruturaram com a fundação do Partido Conservador. Embora tenha herdado a alcunha de *tory*, como até hoje é referenciado, o Partido Conservador era um passo importante na constituição de uma legenda política mais organizada, um partido de fato a se filiar. Pela própria origem pejorativa do termo, associado à defesa reacionária da casa de Stuart, *tory* era mais uma pecha negativa imposta do que uma identidade abraçada de bom grado, embora na década de 1820 alguns nomes já aceitassem se apropriar dela e tentar ressignificá-la. Conservadorismo, ao contrário, conferia um rótulo respeitável para designar um partido

[145] As três formas de propriedade fundiária que emergiram do período medieval eram o *freehold*, o *leasehold* e o *copyhold*. O *freehold* representava o direito de propriedade como geralmente entendemos hoje, permanente e hereditário. Já o *leasehold* era o direito de propriedade arrendado por tempo limitado previsto no ato de aquisição. Finalmente, o *copyhold* se assemelhava ao *leasehold* por também possuir um limite de tempo, mas era uma concessão de uso da terra e não uma aquisição temporária da propriedade em si, pois esta permanecia fazendo parte do senhorio durante o decorrer do contrato. Havia ainda a condição de *tenant-at-will*, na qual o inquilino ocupa a terra por contrato informal com o proprietário. Cf. PATRIQUIN, L. *Agrarian Capitalism and Poor Relief in England*, 1500-1860. Nova York: Palgrave, 2007, p. 49-56.

[146] Cf. BRIGGS, A. *The Age of Improvement*, 1783-1867. 2ª ed. New York: Routledge, 2014, p. 229.

cujas bases foram lançadas por Pitt no final do século anterior, desvencilhando-se de arcaísmos e apresentando uma identidade política mais desvinculada da imagem real, em franca decadência[147].

No período entre 1835 e 1841, como forma de impedir o retorno de um governo *tory* diante da reação de um Partido Conservador claramente mais organizado do que o do governo, os *whigs* aproximam-se dos irlandeses e do radicalismo de classe média, o segundo fortemente ligado ao livre mercado e em vias de fundar a Liga Anti-Lei dos Cereais. Era a forma do whiggismo extrapolar sua base parlamentar para além do interesse agrário. O custo político dessa aproximação foi reforçar os laços dos *whigs* com posições reformistas, nublando aos olhos mais conservadores a distinção entre eles e os radicais. Graças ao voto dos condados e o controle sobre os burgos menores remanescentes, nos quais as redes de corrupção e influência seguiam bastante vivas, os *tories* retornam ao poder com Robert Peel em 1841[148].

Peel seguiria seu governo dentro da linha do *torysmo* liberal, comprometido com a estabilidade da moeda, contenção do gasto público e redução de tributos alfandegários. Se distinguia nas fileiras do Partido Conservador um grupo de parlamentares que, em questões econômicas, acompanhavam o liberalismo de Peel, recebendo a alcunha de "peelistas" (*peelites*) e se diferenciando em pautas importantes dos mais reacionários *ultra tories*. A maioria dos assentos conservadores nos Comuns era ocupado por *tories* à moda mais antiga, avessos a qualquer reformismo. Peel e seu séquito, por outro lado, acompanhavam a empolgação dos *whigs* por algumas reformas, especialmente a da Lei dos Pobres ocorrida em 1834. Enquanto para os peelistas a medida fora celebrada como disciplinarização dos pobres e alívio dos cofres públicos, *tories* mais tradicionais viram nela uma violação dos laços de paternalismo em nível local, o qual consideravam um baluarte da coesão social[149].

Sinais de tensão entre peelistas e *ultra tories* são percebidos na primeira metade da década de 1840, quando os últimos em diversos momentos tomam o lado de radicais populares na denúncia contra as condições de trabalho nas fábricas têxteis e na campanha por legislação mais rigorosa sobre o sistema fabril, sendo Peel o filho de um dos mais ricos industrialistas do setor de algodão do país. A postura firmemente anti-católica dos

---

[147] EVANS, E. J. *Political Parties in Britain 1783-1867*. [E-book]: *Taylor & Francis*, 2001, p. 35-36.
[148] HILTON, B. *A Mad, Bad and Dangerous People?* England 1783-1846. New York: Clarendon University Press, 2006, p. 436-435.
[149] Idem, p. 323.

tories mais conservadores era outro fator que os colocava em confronto com Peel, cuja abordagem sobre o tema costumava ser pragmática, reconhecendo que eliminar as últimas restrições aos direitos políticos dos católicos era um mal necessário para a estabilidade do país, sobretudo para apaziguar os ânimos na sempre conflituosa relação com a Irlanda. Mas nenhuma pauta era mais espinhosa do que a manutenção ou não das Leis dos Cereais, uma legislação com a qual os peelistas se viam em crescente desacordo. Ao mesmo tempo, sabiam que a maioria *tory* no governo se devia ao fato de os proprietários de terra enxergarem em Peel o compromisso com a não revogação das leis[150].

O aparecimento da praga da batata e a eclosão da grande fome irlandesa em 1845 ofereceram o pretexto para a tomada da decisão que Peel vinha postergando em nome da manutenção de seu governo. Fazia mais de uma década que as Leis dos Cereais evidentemente não funcionavam do modo esperado, gerando toda sorte de especulação em cima das constantes flutuações do imposto, situação grave para um país que, com a passagem para o século XIX, se convertera de exportador para importador de alimentos. Por mais que o interesse agrário também tivesse grande influência entre os *whigs*, a aproximação do partido com as classes médias urbanas o empurrava para o antiprotecionismo[151].

A retórica inflamada da Liga Anti-Lei dos Cereais, cuja presença parlamentar era pequena, mas que detinha um peso enorme na opinião pública promovendo bombardeios de impressos e demonstrações massivas, certamente desagradava a Peel, que repudiava a ideia de luta de classes entre aristocracia e classe média promovida por homens como Richard Cobden. O liberalismo *tory* estava mais próximo da resignação malthusiana diante da inevitabilidade dos baixos salários e das leis da natureza do que do utopismo de livre mercado da Liga[152].

Como esperado, o apoio decisivo dos peelistas para a extinção das Leis dos Cereais em 1846 resultou na instantânea desagregação das fileiras conservadoras e no retorno dos *whigs* à situação. Na década seguinte, a partir da fusão entre *whigs*, radicais e peelistas, seria fundado o Partido Liberal em 1858, que dividiria o cenário político com os Conservadores pelo resto do século, até perder espaço para o Partido Trabalhista. O ano de 1846 inaugurou a era do consenso liberal vitoriano, ratificada pelo clima de

---

[150] EVANS, E. J. *Political Parties in Britain 1783-1867*. [E-book]: *Taylor & Francis*, 2001, p. 39-40.
[151] Ibidem.
[152] HILTON, B. *A Mad, Bad and Dangerous People?* England 1783-1846. New York: Clarendon University Press, 2006, p. 555.

otimismo e progresso da Grande Exposição de 1851. Fraturado pela “traição” de Peel, o Partido Conservador só voltaria decisivamente ao poder em 1868, mas sem nenhuma intenção de reavivar protecionismos agrários ou um ideal de sociedade paternalista como no passado.

Outra expressão desse consenso foi o fato de que demoraria até o ano 1900 para ser fundado o Partido Trabalhista, mesmo que muito antes disso a classe trabalhadora já tivesse acesso expressivo ao voto. Essa significativa popularização do eleitorado se deve não só aos novos atos que expandiram o sufrágio em 1867 e 1884, mas também pela inflação imobiliária, que desde 1832 agia no sentido de tornar mais residentes aptos a votar pelo critério do valor da propriedade ocupada. A opção das lideranças populares por alinhar-se aos dois partidos da ordem estabelecida, ao invés de buscarem uma trilha independente, foi decisiva para que não se reproduzisse nas décadas a partir de 1850 o clima de convulsão social tão presente na primeira metade do século.

2.1.2. Reforma e radicalismo

Considerando as interseções entre os campos da reforma e do radicalismo, convém se deter um pouco sobre o segundo, que revela tantas nuances quanto o primeiro. É importante esclarecer, de início, que a pretensão deste subcapítulo não é encaminhar uma solução para o problema do radicalismo, na forma de oferecer uma definição categórica a ser seguida pelo resto do texto. O objetivo aqui é tão somente alertar o leitor para o fato de que irá se deparar com um termo que assume significados diferentes a depender do contexto e que exige, portanto, atenção redobrada.

A palavra "radicalismo" (*radicalism*), como forma de expressar uma identidade política, tem seu primeiro emprego registrado apenas em 1820, de acordo com o *The Oxford English Dictionary*, dicionário histórico que mapeia o uso de verbetes ingleses e cuja publicação original data de 1884. Segundo o mesmo dicionário, a palavra "radical" (*radical*) já era usada com conotação política ao menos desde a primeira década do século, mas parece ser de fato nos anos 1820 que seu uso é abraçado de maneira mais positiva, de sorte que em 1830 há grupos sociais ostentando abertamente a alcunha. À época da publicação do dicionário, no final do século XIX, o sentido atual da expressão designava "(...) Um advogado da 'reforma radical' (...) alguém que possui as visões mais avançadas

de reforma política em linhas democráticas, portanto pertencendo à seção mais extrema do Partido Liberal"[153].

A definição do dicionário sugere que, dentro do consenso vitoriano que se consolidou na segunda metade do século XIX, a experiência radical do início do século já era significada como integrando uma trajetória de ascensão do liberalismo britânico. Obviamente, essa percepção colocava o radicalismo sob um determinado prisma não condizente com a perspectiva de muitos dos radicais do passado. Quando se difundiu no linguajar político britânico nos anos 1820, "radical" era um adjetivo aplicável ao conjunto amplo daqueles que, sentindo a chegada de um tempo de maior tolerância política com o pós-guerra, pregavam uma reforma mais incisiva do sistema político. Com isso, eram identificados com o chamado jacobinismo britânico do final do século XVIII, simpatizantes da Revolução Francesa que se inspiravam nos eventos em França como forma de pressionar por uma alteração dos mecanismos políticos na ilha, mesmo que não necessariamente pela via revolucionária.

Após a passagem do ato de 1832, “radical” também passou a se referir ao grupo não articulado de parlamentares que endossavam a extensão do sufrágio para além dos limites definidos pela reforma recente, de sorte que o termo era usado para nomear uma das tendências dentro da Câmara dos Comuns. Mas nem por isso deixou de ser uma expressão dissociada de agentes e associações fora do Parlamento, como o Cartismo. Por mais que possuíssem como elemento comum a defesa de um aprofundamento da democracia representativa, o radicalismo englobava uma pluralidade de posições em pautas econômicas e sociais que tornam discutível sua tradução geral como um fenômeno liberal.

O fato de que o radicalismo passa a ser assim denominado recorrentemente apenas na terceira década do século XIX não inibiu parte da historiografia a projetar, para os séculos anteriores, uma identidade radical que, de algum modo, formasse uma continuidade no tempo, reconstituindo uma linhagem política conectando da Guerra Civil ao século XIX. Embora a busca por essa tradição radical tenha se popularizado através da obra dos historiadores marxistas do século XX, já encontramos sua reivindicação dentro da historiografia liberal *whig* do final do XIX.

---

[153] MURRAY, Sir. J. A. H (org.). *A New English Dictionary on Historical Principles:* Founded Mainly on the Materials Collected by the Philological Society. V. 8. Pt. 1. Oxford: Clarendon Press, 1914, p. 100, tradução livre.

William Harris, autor, arquiteto e grande articulador do Partido Liberal, apresenta em sua *História do Partido Radical no Parlamento* (1885) o conflito entre realistas e parlamentaristas no século XVII como um embate entre autoritarismo e liberalismo. Segundo Harris, o radicalismo da república de Cromwell deixou a semente que, em condições mais equilibradas, germinaria os princípios liberais que fundamentaram o whiggismo[154]. Em sua própria definição, radical é aquele que se caracteriza por:

> (...) empregar suas energias em duas direções - no empenho de estender direitos e deveres políticos; e no esforço de promover, tanto quanto a lei pode justamente o fazer, a difusão entre toda a gente das reais bênçãos da civilização, material, intelectual e moral. Uma parte considerável de tal programa seria propriedade comum a todos os Liberais; mas se nós encontramos em uma seção deles um crescente reconhecimento da necessidade de conscientemente devotar os poderes do governo ao serviço da Democracia, nós podemos traçar de modo proveitoso o crescimento e desenvolvimento daquela seção na entidade em separado a qual nós chamamos Partido Radical[155].

O que Harris denomina "Partido Radical" era o conjunto de parlamentares que, entre o final do século XVIII e meados do século seguinte, assumiram-se favoráveis à reforma parlamentar e extensão do sufrágio. O mesmo autor enfatiza que esse grupo é restrito aos que atuaram dentro do Parlamento, justificando que apenas pela legislação é possível exercer influência imediata sobre o governo através do princípio da reforma. Mudanças impostas ao país por forças exógenas ao legislativo seriam, em sua visão, possíveis apenas pela revolução, alternativa evitada pelos ingleses desde o século XVII. A continuidade ligando os revolucionários setecentistas à emergência desse partido radical não é desenvolvida de modo aprofundado. Ambos estariam relacionados através da causa ampla chamada "liberdade", um princípio que ocupa a condição a-histórica enquanto bandeira universal contrária ao autoritarismo. Sua evocação como forma de estabelecer o elo entre os parlamentaristas da Guerra Civil e os radicais posteriores é uma apologia à atuação dos segundos, mas não há qualquer formulação concreta sobre como essa conexão se estabeleceria no tempo histórico, para além do compartilhamento de um mesmo grande ideal vago[156].

A obra revela que o período entre o final do século XVIII até meados do século XIX já era percebido como uma era da reforma, e como este processo é reivindicado enquanto um caminho britânico rumo à modernização institucional, distinto do exemplo

---

[154] HARRIS, W. *The History of the Radical Party in Parliament*. London: Kegan Paul, Trench & Co, 1885, p. 3-4, tradução livre.
[155] Idem, p. 4-5.
[156] Idem, p. 5.

revolucionário francês. Na construção de sua narrativa de um radicalismo liberal como via britânica, Harris estabelece os fundamentos do liberalismo naquilo que considera os princípios do bom governo, uma combinação de elementos políticos que inclui a representatividade da vontade popular, tolerância política e religiosa, respeito do Rei pela autoridade do Parlamento e a nomeação para cargos públicos por critérios de meritocracia. Seu entendimento de liberalismo é, com isso, definido antes por parâmetros políticos do que econômicos, embora o foco de sua análise histórica se desloque crescentemente para os últimos após a reforma de 1832, quando a revogação das Leis dos Cereais se converte no novo horizonte para edificar uma ordem liberal. Essa definição centrada, ao menos inicialmente, em termos políticos, é um recurso indispensável para que o radicalismo possa ser apresentado como inserido no campo do liberalismo[157].

Harris reconheceu no início da obra que o chamado partido radical precisava ser distinguido entre o "partido do livre mercado" (*free-trade party*) da Liga Anti-Lei dos Cereais e seus apoiadores, de um lado, e o "partido do mercado justo" (*fair-trade price*), do outro. Infelizmente, Harris não desenvolve apropriadamente essa separação e não esmiúça o último enquanto uma categoria. Parecem se encaixar aqui os radicais populares mais afinados com o que Thompson chamaria de uma economia moral[158], incluindo os nomes do início do século como Cobbett e os parlamentares simpáticos ao Cartismo a partir de 1838. Ambas as tendências, em última instância, teriam de acordo com Harris desempenhado o papel de pressionar pelas reformas necessárias ao sistema liberal, pelas quais os *whigs* não se atreveriam a mobilizar-se sozinhos. Essas reformas são o que teria tornado possível o florescimento da sociedade de quase perfeito *laissez-faire* na qual o autor se regozija em dizer que vive, nas décadas finais do século XIX[159].

A coerência dessa interpretação depende do pressuposto já apontado de um liberalismo determinado pelo âmbito político. Ao procurarem a democratização das instituições políticas britânicas, os radicais da ala do "mercado justo" teriam, mesmo que não intencionalmente, criado as condições para o livre mercado. Nessa perspectiva, o radicalismo teria se convertido em uma tendência hostil ao protecionismo econômico, monopólios comerciais e outros obstáculos à livre iniciativa não por uma uniformidade

[157] Idem, passim.
[158] Sobre o conceito de economia moral em Thompson, cf. THOMPSON, E. P. "A economia moral da multidão inglesa no século XVIII." In: *Costumes em Comum*. 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
[159] HARRIS, W. *The History of the Radical Party in Parliament*. London: Kegan Paul, Trench & Co, 1885, p. 1-5.

das aspirações econômicas dos radicais, mas pelo comum entendimento de que essas arbitrariedades feriam princípios de igualdade política. Radicais de diferentes orientações estavam em sintonia não na busca consciente pela eficiência econômica, mas na rejeição aos privilégios de grupos favorecidos pelo governo, reproduzindo a velha crítica às "classes parasitárias". Essa aproximação entre liberalismo político e econômico, no qual o primeiro arrasta invariavelmente o segundo atrás de si, atribui ao radicalismo papel decisivo para a hegemonia liberal vitoriana.

Os historiadores marxistas do século XX entraram na disputa pela interpretação dessa linhagem radical, apontando para a continuidade de um radicalismo popular que assumiu caráter distinto de seu equivalente de classe média. A partir sobretudo dos trabalhos de Christopher Hill e Edward Thompson, procurou-se traçar uma postura democrática radical estabelecida a partir da experiência da classe trabalhadora, uma tradição nacional conectando o século XVII ao século XIX. Mesmo quando convergia para objetivos políticos em comum com outros blocos de classe, como na luta pela reforma parlamentar, ou cultivando um vocabulário ou código de conduta com interseções em relação à classe média, esse radicalismo era uma construção autoral das classes populares[160].

Através de referências como o ideal do "inglês nascido livre" e a economia moral, esses historiadores buscaram elementos que poderiam dar coesão à experiência histórica do radicalismo no decurso de uma longa temporalidade. Dessa forma, propunham escapar aos anacronismos de se operar com a categoria marxista de classe para recortes anteriores à conjuntura de industrialização na qual esta foi concebida. Com este fim, apontava-se para traços de um nacionalismo popular de forma a sustentar a existência de um radicalismo de classe, presente desde antes da linguagem de classe se constituir propriamente.

O escopo dessas análises privilegiava, como era de se esperar, a vertente popular da posição radical. Bastante esforço é empreendido na obra de Thompson para dissociar esse campo da ala do livre mercado dos radicais. Entre o segmento popular haveria de fato a margem para uma perspectiva revolucionária, mesmo que esta não fosse a posição hegemônica devido ao profundo constitucionalismo entranhado no radicalismo inglês. Quanto aos reformistas liberais da classe média, independentemente da alcunha de

[160] Cf. HILL, C. *O Mundo de Ponta-Cabeça:* ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640. São Paulo: Companhia das Letras, 1987 e THOMPSON, E. P. *The Making of the English Working Class*. New York: Vintage Books, 1966.

radicais que pudessem ter recebido em sua época, são apresentados como expoentes de uma consciência distinta, comprometida em última instância com os direitos de propriedade e a não ruptura com a autoridade do Estado. Thompson usa a imagem de dois rios que por vezes correm em paralelo, mas sem se cruzar, para aludir às diferentes formações culturais que sustentavam esses radicalismos separados por um eixo vertical de classe, mediado pela interação exploração-resistência, binômio social fundamental à constituição das experiências dos sujeitos e responsável por situá-los em suas respectivas identidades sociais[161].

Reformistas orientados pela economia política burguesa, o utilitarismo e a apologia ao sistema fabril se beneficiavam de uma agenda de classe mais delineada, que após a conquista de 1832 já mirava a pauta antiprotecionista, a contenção do gasto público e a reforma dos governos municipais. Na frente popular, mais difusa e imbuída de romantismo ancorado em parte no constitucionalismo e na moral puritana, mas também na retórica do pequeno trabalhador independente, no jacobinismo do final do século XVIII e em uma economia política operária, pulsavam ideias que envolviam a extensão de sistemas de socorro aos pobres, fim das penas capitais por crimes contra propriedade, universalização do voto, extinção de dízimos e do direito de primogenitura. Mesmo que ao menos uma parcela dessas bandeiras também aparecesse no discurso da classe média, existiria uma separação essencial, de classe, no modo como os sujeitos se colocavam diante de uma dimensão que só pode ser compreendida quando se leva em consideração a Revolução Industrial enquanto projeto de sociedade em disputa. Temas como as relações de trabalho e a independência dos trabalhadores, a lógica da mecanização, o papel do Estado no amparo aos pobres e os princípios que regulavam o preço da mão de obra e das mercadorias, fragmentavam o radicalismo para além de sua sintonia aparente em torno de algumas diretrizes políticas[162].

Críticos dessa perspectiva apontaram que a posição de Thompson implica em ter de se dedicar ao exercício contrafactual de explicar a não eclosão de uma revolução inglesa, na condição de momento que deveria ter sido, mas nunca o foi[163]. Thompson compreende que em 1832 uma revolução só foi evitada pelo reconhecimento, por parte do *establishment*, de que uma reforma era inadiável. O autor procura contornar o

[161] THOMPSON, E. P. Idem, p. 832.
[162] Ibidem, p. 711-776.
[163] Cf. MCWILLIAM, R. "Back to the future: E. P. Thompson, Eric Hobsbawm and the remaking of nineteenth-century British history." *Social History*, v. 39, n.2, 2014, p.149-159.

problema do desfecho não revolucionário do momento radical ao apontar que, nos anos imediatamente posteriores ao Ato de Reforma, uniões trabalhistas teriam experimentado frustração de suas ambições políticas após a classe média se desinclinar a pressionar mais firmemente pelo avanço da causa democrática. A reorganização do campo radical popular no ambiente político pós-reforma veio com o custo de uma capitulação majoritária à estratégia institucionalista, por mais que a aspiração de uma trilha autônoma tenha sobrevivido na forma do culto à imagem do trabalhador independente incorporada pelos cartistas[164].

Outras hipóteses sobre os rumos do radicalismo popular no pós-reforma e a vitória do projeto liberal vitoriano foram geridas na historiografia marxista. Foster, em seu estudo comparativo sobre a atuação radical entre centros industriais urbanos, apontou para a existência de uma "aristocracia operária" formada por trabalhadores qualificados e com alto poder de barganha, como no caso dos fiandeiros, mais facilmente cooptados para a agenda da classe dos empregadores e que progressivamente se distanciaram da articulação política de operários menos qualificados. Essa estratificação econômica dentro da classe trabalhadora teria favorecido a investida cultural da burguesia e a sedução dos radicais populares pelo imperialismo liberal vitoriano[165]. Já a linha argumentativa seguida por Anderson colocava em xeque as próprias credenciais de classe do fenômeno radical, popular ou burguês, ao sugerir que a condução do radicalismo se deu a partir de concepções prematuras, mal formadas para os moldes da modernidade industrial de polarização entre burguesia e proletariado. Por essa razão, incapazes de desprender-se dos signos da velha ordem aristocrática[166].

Posições revisionistas incidiram sobre a concepção marxista de radicalismo. De forma particularmente dura, incorreram críticas sobre sua aplicação para o século XVII, período para o qual o olhar revisionista enxergava, no discurso radical, uma visão de mundo onde o campo político não se distinguia do religioso. Não caberia supor que os puritanos que conduziram a revolução tenham agido sob quaisquer intencionalidades progressistas. Ao contrário, eram orientados por um sentimento de restauração de uma ordem religiosa imaginada na qual o social, o político e a Igreja (enquanto comunidade religiosa) mal se distinguiam, sem perceberem em suas próprias ações a criação ativa de

[164] THOMPSON, E. P. *The Making of the English Working Class*. New York: Vintage Books, 1966, p. 830.
[165] FOSTER, J. *Class Struggle and the Industrial Revolution* - Early industrial capitalism in three English towns. [E-book]: Taylor and Francis, 2005, p. 195-203.
[166] ANDERSON, P. “Origins of the present crisis.” *New Left Review I*, n. 23, jan-fev, 1964, p. 26-53.

uma nova sociedade, algo que sequer caberia à agência humana, com pouca autonomia em relação aos desígnios divinos[167]. Glenn Burges vai ao ponto de sugerir que "Neo-reforma" (*Neo-Reformation*) é uma denominação mais apropriada do que "revolução" para o que se deu no século XVII, enfatizando mentalidades ainda muito apegadas ao imaginário que concebeu as reformas protestantes[168].

Em relação aos radicalismos do século XVIII e XIX, como abordado no capítulo 1, o argumento revisionista também se manteve, em regra, atrelado à supremacia de concepções morais e religiosas em relação às motivações de ordem socioeconômica e com viés de classe. Diferentemente da conjuntura do século XVII, contudo, a primeira metade do século XIX testemunhou de fato a utilização do conceito de radicalismo por parte dos contemporâneos. Levando em consideração a influência que a análise das linguagens exerceu dentro da crítica ao marxismo, isso significava que o expurgo de uma identidade política radical não poderia ser pleiteado, como chegou a ser feito para o século XVII. Explicitamente, o radicalismo fazia parte do léxico vigente desde as décadas que precederam a reforma de 1832. As nuances dos discursos radicais, todavia, revelavam suas interseções com concepções mais conservadoras, que poderiam flertar até mesmo com o realismo. Grande atenção foi dedicada à relação entre o radicalismo do século XIX e o Renascimento Evangélico do século XVIII, sustentando que até quando pleitearam pautas econômicas, independentemente se de teor liberal ou na linha de uma economia moral popular, era através de uma dimensão fortemente religiosa que essas bandeiras buscavam se difundir enquanto programa político. A existência de círculos de pensamento laicos entre vanguardas intelectuais radicais não significava que a transmissão e assimilação dessas ideias entre a população, ou sua repercussão no debate político amplo, seguisse por essa mesma laicidade.

De modo geral, o esforço revisionista deu-se na direção de tentar colocar em xeque a suposição de uma experiência radical compartilhada ao longo de um amplo arco cronológico, bem como atacar a existência de uma relação empiricamente observável entre a realidade econômica vivenciada pelos sujeitos e o imaginário político e ideológico que estes vêm a conceber. Uma vez que o estudo aqui desenvolvido não se concentra nas implicações do radicalismo enquanto problema histórico sobre um recorte temporal

[167] Para um apanhado dos argumentos revisionistas em relação à noção de Christopher Hill de radicalismo, cf. BURGESS, G. "Radicalism and the English Revolution." In: BURGESS, G; FESTENSTEIN, M (org.). *English Radicalism,* 1550-1850. [E-book]: Cambridge University, 2007.
[168] Idem, p. 68-9.

extenso, atravessando vários séculos, não se coloca em disputa, neste espaço, o primeiro elemento do argumento revisionista. Em relação ao segundo aspecto, todavia, a posição aqui defendida se mostra incompatível. Como exposto no capítulo anterior e retomado na sessão final deste capítulo, o princípio de que as condições materiais de produção para satisfazer as necessidades materiais e imateriais da sociedade exercem força condicionante sobre as visões de mundo cultivadas é intrínseco à noção de totalidade histórica. Faz-se necessário escapar aos determinismos mais simples que relegam à cultura o lugar de mero reflexo superestrutural da organização econômica, sem conferir, com este intuito, uma autonomia absoluta às mentalidades diante do fundamento material de seu tempo. O advento do capitalismo industrial implica que o radicalismo do século XIX deve guardar, em seu âmago, relação com a transformação sentida no modo de produção.

Apontar os contornos do radicalismo é, necessariamente, um exercício algo arbitrário. Um problema observado já no século XIX estava em distinguir *whigs*, e mesmo alguns *tories*, dos radicais, conforme o radicalismo consegue algum espaço no Parlamento. Ao classificar os parlamentares em partidos, os contemporâneos reconheciam algumas categorias para além de *tory* ou *whig*, como "independente" (*independent*) ou "revogador irlandês" (*Irish repealer*, designando os irlandeses eleitos que defendiam a revogação do Ato de União de 1800), mas radicais eram em geral encarados como uma fração dos *whigs*[169]. O próprio Harris admite que seu "partido radical" é algo difícil de definir e emprega como critério os votos favoráveis a projetos de extensão de sufrágio[170]. Bentham, cujo círculo de reformadores por ele inspirado ficou conhecido como os "radicais filosóficos" (*philosophical radicals*), observava que aquilo que na década de 1820 estava se convencionando denominar como "liberal" era um campo que abrangia *whigs* e radicais, demonstrando que a confusão entre conceitos era antiga[171].

Na década passada, Francis Rosen propôs a diferenciação entre *whigs*, liberais e radicais, nos seguintes termos: liberais eram mais preocupados com o cenário

[169] Nos levantamentos de F. W. S. Craig, referência para resultados eleitorais, parlamentares *whigs* e radicais são inseridos na mesma categoria, como "liberais" (*liberals*). Há exceção são parlamentares eleitos pela plataforma cartista, classificados como "cartistas". Radicais populares, como William Cobbett, eleitos antes da ascensão do cartismo, são identificados por "liberais". CRAIG. F. W. S. *British parliamentary elections results*, 1832-1885. London: MacMillian, 1977.

[170] HARRIS, W. *The History of the Radical Party in Parliament*. London: Kegan Paul, Trench & Co, 1885, p. 8-9.

[171] ROSEN, F. "Jeremy Bentham's radicalism." In: BURNS, A; INNES, J. (org.). *Rethinking the Age of Reform:* Britain 1780-1850. 2ª reimpressão. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 235-236.

internacional e a pauta econômica antiprotecionista, enquanto radicais eram mais voltados para bandeiras políticas nacionais de reforma parlamentar e eleitoral, colocando-os em posição distinta perante o governo. Radicais se enxergavam verdadeiramente como oposição, independentemente se a situação era *tory* ou *whig*, mesmo levando em conta que eram mais dispostos a votar com os últimos do que com os conservadores. Eram oposição de fato ao regime, não pertenciam ao *establishment*, ao contrário dos *whigs*, que precisavam ser pressionados, através do medo da revolução, na direção de reforma efetiva[172]. É um esquema simples que ajuda a organizar um quadro complexo. Considerando que a abordagem desta pesquisa busca reposicionar a classe como categoria basilar para compreender o reformismo, tema indissociável do radicalismo, opta-se por manter em perspectiva o corte entre radicalismo popular e de classe média, o que admite sobreposição parcial entre o conjunto radical e liberal.

Reformadores benthamitas, velhos *whigs* entusiastas da Revolução Francesa, antiprotecionistas militando pela Liga Anti-Lei dos Cereais, *ultra tories* denunciando a exploração de crianças em fábricas e cartistas reunindo-se à luz de tochas durante a noite estão todos sujeitos a serem chamados de radicais nas páginas seguintes, reproduzindo a variedade de sentidos que os britânicos do passado conferiam à palavra e que está registrada nas fontes primárias. Dito isso, é bom frisar que o reformismo se estende para além desse espectro radical, independentemente do quão vasto e multifacetado este último seja considerado. O radicalismo foi uma presença essencial para colocar em movimento as reformas. Mas o reformismo, por sua natureza institucional, não pode ser situado inteiramente fora do *status quo*, inclusive quando age em resposta a pressões externas. Passemos, portanto, à sua face oficial na forma das comissões reais.

2.2. O papel das comissões reais de inquérito e a importância das décadas de 1830 e 1840

Grande notoriedade foi atingida pela atuação de comissões reais e outras iniciativas investigativas dentro da chamada Era da Reforma, particularmente na conjuntura das décadas de 1830 e 1840. Nesses anos, o reformismo, que até então se voltava sobretudo para bandeiras políticas, passou a se debruçar também pesadamente sobre questões sociais. Representando uma das fontes primárias mais utilizadas pela historiografia para estudar o período, esses escritos já em sua época tiveram grande

[172] Ibidem.

repercussão e profundo impacto sobre a opinião pública, contribuindo para construir no imaginário coletivo uma percepção sobre os efeitos sociais da Revolução Industrial que, em grande medida, sobrevive até hoje.

Não é exagero por parte de Boyd Hilton chamar o segundo quarto do século XIX de uma "era de comissões" (*age of commissions*)[173], ou falar, como Briggs, em uma era de "livros azuis" (*blue books*)[174] se inaugurando com 1832[175]. Embora esse tipo de relato social não fosse uma novidade, a escalada no número de publicações e na atenção do público em materiais do gênero é notável. A dimensão desse aumento pode ser aferida pela quantidade de comissões reais em atividade. Entre 1800 e 1831, às vésperas da reforma política, foram nomeadas 59 comissões reais, enquanto entre 1832 e 1848, esse número salta para 85, e a média anual de comissões continuou aumentando na segunda metade do século[176]

Uma comissão real (*royal commission*) pode ser entendida, de maneira vaga, como um grupo apontado pelo governo, em nome da Coroa, com vista a desempenhar uma finalidade específica. Nesses termos, essa prerrogativa é inerente à existência de uma monarquia, podendo se argumentar que a ordem para o levantamento que deu origem ao Livro do Juízo Final (*Doomsday Book*) no século XI, ainda sob o reinado de William, o Conquistador, já consiste em uma comissão real, cujo propósito era mapear a posse de terras em todo o reino e averiguar seu potencial de tributação. Ao longo do medievo, o direito real a nomear esses corpos gerou tensão com a nobreza proprietária entrincheirada no Parlamento, receosa diante da autonomia da qual desfrutavam as comissões reais perante a autoridade parlamentar.

---

[173] HILTON, B. *A Mad, Bad and Dangerous People?* England 1783-1846. Oxford: Clarendon Press, 2006, 602-4.

[174] O termo na língua inglesa é usado para se referir a almanaques e livros que compilam estatísticas ou outros tipos de informação. A origem da expressão remete ao século XV, em referência aos encadernamentos azuis que os registros produzidos e apresentados no Parlamento recebiam quando compilados para armazenamento.

[175] BRIGGS, A. *The Age of Improvement*, 1783-1867. 2ª ed. New York: Routledge, 2014, p. 238.

[176] LOCKWOOD, T. J. "A History of Royal Commissions." *Osgoode Hall Law Journal*, v. 5, n. 2, outubro de 1967, p. 172-209. Os números levantados por Lockwood correspondem ao total de comissões reais nomeadas levando-se em conta todo o Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda. Outro levantamento, organizado por Collinge, considera apenas as comissões incumbidas de inquirir e relatar, excluindo as comissões revestidas com poderes executivos, que eram minoria. Também não são contabilizadas comissões que incidiam exclusivamente sobre territórios irlandeses, escoceses ou coloniais, e nem comissões sobre forças militares instauradas no além-mar. Com esses critérios, Collinge chega ao número de 12 comissões de inquérito atuando em Inglaterra nomeadas entre 1815 e 1831, contra 36 entre 1832 e 1846. C.f. COLLINGE, J. M (org.). *Office-Holders in Modern Britain:* Volume 9, Officials of Royal Commissions of Inquiry 1815-1870. London: University of London, 1984. Disponível em: http://www.british-history .ac.uk/office-holders/vol9. Acesso em 13/11/2020.

Durante o período tudoriano (1485 a 1603), onde as monarquias eram fortes, comissões reais eram empregadas com frequência. Seu estatuto sempre foi revestido de certa dubiedade, bem como suas prerrogativas. Defensores do maior controle do Parlamento sobre os assuntos públicos insistiam na natureza apenas inquisitorial dessas entidades, que na prática podiam exercer funções administrativas ou jurídicas. Apesar dessas polêmicas, foi no século XVI que essas instituições começaram a adquirir seu caráter moderno, quando passam a ser nomeadas não mais diretamente pela figura do rei, mas por ministros. Esse foi um passo importante para que as comissões começassem a funcionar mais como ferramentas da administração governamental e menos como intervenção monárquica sobre os assuntos públicos[177].

O século XVII reforçou o controle parlamentar sobre o apontamento de comissões, apesar de formalmente ainda dependerem de aval real para se constituir, como qualquer outro ato legislativo. Com a consolidação do ciclo revolucionário em 1689, as fortes restrições impostas ao poder da Coroa se refletiram em um século XVIII no qual comissões reais foram pouco utilizadas, com comitês parlamentares assumindo muitas das tarefas que aquelas antes desempenhavam[178].

O ressurgimento das comissões reais enquanto um instrumento de grande importância para o governo se deu no século XIX, quando atingem o ápice de sua relevância histórica, especialmente no período vitoriano. A agitação social e o aparecimento de novas questões com a Revolução Industrial levaram os ministros a buscarem grupos de inquérito mais qualificados e, dentro do possível, encarados pela sociedade como corpos técnicos e dissociados do jogo partidário, mas compostos por homens com perspectivas consonantes com as do governo. Comissões reais, por sua flexibilidade para nomeação de integrantes e autonomia administrativa, eram mais adequadas para desempenhar esse papel do que comitês parlamentares. Nesse período, já estava firmado o princípio de que os poderes da Coroa se exerciam através dos ministros, atenuando a hostilidades contra o uso de comissões, que passaram a superar largamente os comitês nos inquéritos principais, que precediam a formulação das legislações reformistas importantes do período[179].

---

[177] BIRD, A. “From Hastings to Camberra: a brief history of Royal Commissions of Inquiry.” In: *Sidney University Law Society*. Disponível em: https://www.suls.org.au/law-in-society-2019-content/2020/10/11/from-hastings-to-canberra-a-brief-history-of-royal-commissions-of-inquiry. Acesso em 13/11/2020.
[178] LOCKWOOD, T. J. “A History of Royal Commissions.” *Osgoode Hall Law Journal*,v. 5, n. 2, outubro de 1967, p. 172-209.
[179] Ibid.

No século XIX, até 1854, os comissários eram sempre nomeados pelo *Home Office* (departamento de Estado para assuntos domésticos, órgão de funções equivalentes a um Ministério do Interior). Após essa data, comissões para inquirir sobre assuntos militares passam para a recém-criada Secretaria de Estado para Guerra (*Secretary of State for War*). O Parlamento no século XIX pressionava por controle financeiro e prestação de contas por parte das comissões, mas não anulava a autonomia das comissões para atuar nas áreas de sua jurisdição. Por diversas vezes, isso resultou em atritos dentro do governo e na sociedade civil. Mas é muito significativo que, nas décadas politicamente tumultuosas de 1830 e 1840, nas quais ocorreram alterações de maiorias dentro dos Comuns, as mudanças de governo tenham se traduzido em pouca perturbação direta sobre as comissões. Sua autoridade era criticada, mas respeitada[180].

Uma comissão real podia ser composta por um ou mais comissários. Era recorrente que as comissões tivessem que operar sobre uma área geográfica muito abrangente. Nessas situações poderiam ser nomeados, para além dos comissários principais, um número de comissários assistentes que eram distribuídos para coletar informações em diferentes regiões. Na maioria dos casos, havia também a presença de um secretário, encarregado de aspectos jurídicos e administrativos, podendo ser auxiliado por um secretário assistente. Além dessas funções mais importantes, comissões também poderiam contar com um número de escriturários para lidar com a burocracia administrativa cotidiana.

Os objetivos e poderes de uma comissão eram descritos no ato de sua nomeação. Uma antiga polêmica jurídica era determinar a legitimidade de que as atribuições se estendessem para além de funções estritamente inquisitoriais, de levantamento de informações[181]. Comissões nomeadas com a finalidade de investigar e relatar assuntos de interesse público eram chamadas de "comissões reais de inquérito" (*royal commission of inquiry*). Uma minoria de comissões era empoderada com funções executivas. Um exemplo simples para entender essa diferenciação está na trajetória da reforma da Lei dos Pobres. Em 1832, foi instituída uma comissão real de inquérito para investigar o funcionamento do sistema paroquial de ajuda aos pobres em Inglaterra e País de Gales. As impressões dos comissários, juntamente com suas sugestões para aprimorar a Lei dos

[180] COLLINGE, J. M. "Introduction". In: COLLINGE, J. M (org.). *Office-Holders in Modern Britain:* Volume 9, Officials of Royal Commissions of Inquiry 1815-1870. London: University of London, 1984. Disponível em: http://www.british-history.ac.uk/office-holders/vol9. Acesso em 13/11/2020.
[181] LOCKWOOD, T. J. "A History of Royal Commissions." *Osgoode Hall Law Journal*,v. 5, n. 2, outubro de 1967, p. 181.

Pobres, terminaram de ser apresentadas ao Parlamento com o relatório final de 1834, após o qual a comissão foi dissolvida por considerar-se que sua função havia sido desempenhada. Em seguida, no mesmo ano, foi instituída a Comissão da Lei dos Pobres, um órgão que perdurou até 1847, dotado de poderes executivos além de investigativos, concebido para colocar em prática e gerenciar as mudanças introduzidas pela nova legislação. Ambas eram comissões reais, mas apenas a primeira era "de inquérito".

Comissões reais não eram as únicas ferramentas de inquérito à disposição do governo. Desde os Tudor existiam comitês parlamentares organizados como comissões investigadoras, formados por integrantes dos Comuns, dos Lordes ou composições mistas entre as duas casas (*select committees*). Diferentemente das comissões reais, consideradas uma entidade à parte de outros setores do governo e com capacidade de terem sua existência prorrogada, comitês parlamentares eram órgãos subordinados ao departamento de Estado referente ao seu campo de inquérito e possuíam duração pré-definida.

Finalmente, havia ainda as publicações individuais. Figuras consideradas notáveis em suas áreas poderiam ser solicitadas pelo governo a produzirem relatórios investigativos, mas alguns dos documentos mais notórios do período foram resultado da iniciativa própria de seus autores. Ironicamente, o escrito de Engels sobre a condição da classe trabalhadora inglesa[182], de longe o mais famoso desses trabalhos, causou pouco impacto na Inglaterra, dado que sua publicação original se deu na Alemanha, em 1845, recebendo uma primeira edição em inglês só em 1887, nos Estados Unidos. Apenas em 1891 sairia a primeira edição britânica[183]. Muitos outros relatos fruto de esforço individual, contudo, tiveram ampla repercussão, figurando ao lado de relatórios de comissões e comitês como alguns dos inquéritos sociais paradigmáticos do período.

Uma conjuntura social tensionada obrigava a Grã-Bretanha a se encarar no espelho para admitir e compreender a existência daquilo que, em mais de uma vez, é mencionado nos inquéritos enquanto uma segunda nação. Uma década antes de Dickens tornar famosa a alegoria das duas cidades para ilustrar o abismo social entre ricos e pobres, encontramos a mesma alusão no registro da comissão de inquérito sobre o estado sanitário da Metrópole de 1848, quando esta menciona a realidade britânica por época da eclosão da epidemia de cólera em 1831:

---

[182] ENGELS, F. *The Condition of the Working Class in England*. [E-book]: Penguin Books, 1987.

[183] Conferir, sobre o processo de redação da obra, sua publicação e importância histórica: HOBSBAWM, Eric. *Como mudar o mundo*: Marx e o marxismo, 1840-2011. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 287-288.

> Naquele tempo não apenas nenhum conhecimento havia sido adquirido através da experiência sobre o verdadeiro caráter dessa doença, mas nada se sabia sobre a condição real das classes que se provaram ser suas primeiras e mais fáceis vítimas, nem sobre o estado das localidades em que elas viviam. A metrópole do pobre não tinha nada em comum com a metrópole do rico, e como o mapa de Londres não exibe traços das vielas e travessas do pobre, assim mesmo os nomes desses lugares teriam àquele tempo soado tão estranhos aos habitantes de nossas grandes vias e praças quanto os das ruas de um país estrangeiro[184].

Permanece em disputa na historiografia o que despertou no governo e nas elites intelectuais britânicas tamanho interesse pelas condições de vida de seus trabalhadores pobres. Seriam inclinações humanitárias motivadas por uma nova sensibilidade moral? Um ideal de melhoramento de coloração mais pragmática trazido pelo utilitarismo e a qualificação dos quadros públicos? Parte de uma agenda classista, que admitia a importância de contemplar as massas com alguma resposta para situações críticas e assim desmobilizar alternativas radicalizadas? Encontrar uma explicação se inicia por identificar os pressupostos que fundamentaram a atuação desses reformistas.

Diferentes orientações ideológicas guiaram a produção desses inquéritos nas décadas de 1830 e 1840. Em comum, o predomínio de um tom dramático. Do conservador ao socialista, passando pelo liberal, encontra-se nas páginas dos relatórios um profundo senso de urgência diante do cenário social. Os temas que atravessam o estado dos trabalhadores pobres, sua saúde física e moral, suas habitações, o modo como se organizam ou lidam com suas economias, todas essas questões podem, a qualquer momento, desdobrar-se para sinistros panoramas nacionais. Repetidamente evocam um país flertando com o abismo civilizacional, embora ocupe, paradoxalmente, a posição de nação mais rica e civilizada do globo. Em uma passagem particularmente alarmista, o médico James Kay, com base em seus anos de trabalho em Manchester, registrou em 1832:

> Como prova disso, é suficiente apresentar um quadro da progressão natural de costumes bárbaros. Carência de limpeza, de previdência e economia são encontradas em aliança quase invariável com devassidão, hábitos inconsequentes e doença. A população gradualmente torna-se fisicamente menos eficiente como produtora de riqueza – moralmente afetada pela ociosidade – politicamente imprestável ao ter poucos desejos para satisfazer e nocivos na condição de dispersadores de capital acumulado. Onde tais maneiras prevalecem, os horrores do pauperismo devem acumular-se. Uma raça debilitada, emasculada, deverá multiplicar-se rapidamente. Moralidade não haveria de proporcionar obstáculo para o aumento da população: crime e doença seriam seus únicos

[184] UNITED KINGDOM OF GREAT BRITAIN AND IRELAND. *First Report of the Commissioners appointed to inquire whether any and what special means may be requisite for the improvement of the health of the Metropolis, with minutes of evidence.* London: 1848, p. 6, tradução livre.

> obstáculos – a licenciosidade que satisfaz seu caprichoso apetite, até exaurir seu poder – e a doença que, ao mesmo tempo, pune o crime, e varre uma hecatombe de vítimas. Uma massa densa, impotente tanto de grande esforço moral quanto físico, se acumularia; crianças nasceriam de pais incapazes de obter o necessário para a vida, que iriam então adquirir, através da humanidade equivocada da lei, uma nova reivindicação pelo suporte da propriedade pública[185].

Descrições como essa já se mostram imbuídas do aspecto lúgubre que, dentro de poucos anos, dominaria as paisagens urbanas dos romances sociais vitorianos. Elas ajudam a explicar o sucesso comercial que alguns inquéritos deste tipo chegaram a desfrutar[186]. Por trás da retórica exagerada de Kay, encontramos as proposições ideológicas que sustentam sua interpretação para o drama social da industrialização: a associação íntima entre desvio de conduta moral e degradação sanitária e fisiológica; a preocupação com o núcleo familiar como um sustentáculo da vida pública; o entendimento de que o amparo governamental mina o senso de independência e labor do indivíduo; o medo da degeneração do povo britânico através do aumento populacional desenfreado de uma massa bestializada, alheia ao controle das autoridades. Dentro da batalha de narrativas na qual inquéritos sociais se mostraram uma frente de suma importância, o consenso triunfante na passagem para a segunda metade do dezenove reproduzia essas mesmas ideias, com exceção talvez dos flertes malthusianos.

É impossível, nos limites desta pesquisa, dar conta de abarcar a imensidão de volumes que compreendem o reformismo social das décadas de 1830 e 1840. Para efeitos de circunscrição, a análise aqui irá se concentrar no trabalho das comissões reais de inquérito dedicadas às seguintes temáticas: reforma da Lei dos Pobres, estado sanitário das cidades e condições de trabalho. A seleção abrange o intervalo entre 1832 e 1850. Inquéritos de anos anteriores, ou produzidos por comitês parlamentares e indivíduos atuando de modo autônomo, são consultados na medida em que contribuem para esses três temas principais, mas se inserem de forma complementar ao olhar desenvolvido a partir das comissões.

O recorte exclui questões importantes desse período reformista, como a extinção da escravidão nas colônias e a reparação financeira aos ex-proprietários de escravos[187]. Inevitavelmente, a seleção de fontes transforma as reflexões aqui tecidas em uma

---

[185] KAY, J. P. *The moral and physical condition of the working classes employed in the cotton manufacture in Manchester*. Manchester: 1832, p. 50-51, tradução livre.
[186] Cf. BRIGGS, A. *The Age of Improvement*, 1783-1867. 2ª ed. New York: Routledge, 2014, p. 238.
[187] Recomenda-se, novamente, a leitura da obra de Blackburn sobre o antiescravismo britânico e a queda da escravidão colonial. BLACKBURN, R. *The Overthrow of Colonial Slavery*, 1776-1848. 2ª reimpressão. London: Verso, 1996.

proposição demasiado insular, e ainda assim muito mais inglesa do que propriamente britânica. Historiadores do reformismo vêm criticando recentemente a abordagem das historiografias do império e da metrópole como se fossem entidades separadas[188]. Esta pesquisa, infelizmente, acaba por incorrer no mesmo vício. Outra limitação está no fato de que, enquanto fonte primária, a pesquisa utiliza basicamente apenas os relatórios finais apresentados pelas comissões ao Parlamento, excluindo relatórios de comissários assistentes e a volumosa correspondência e burocracia gerada dentro do percurso de uma comissão.

Reconhecendo essas lacunas, ainda é possível traçar um panorama bastante abrangente sobre o reformismo e a atuação das comissões dentro dele. Antes de se aprofundar propriamente no conteúdo desses inquéritos, tema dos capítulos 3 e 4, discutiremos, em sequência, a figura dos comissários, procurando identificar um perfil social para a categoria e os padrões observáveis na composição das comissões analisadas.

2.2.1. Análise do quadro de comissários

Considerando os três eixos temáticos norteadores para a análise das comissões reais de inquérito que incidem sobre a Inglaterra nas décadas de 1830 e 1840, chega-se ao número de 8 comissões, com os seguintes objetos: Lei dos Pobres (1832-4), emprego de crianças e jovens em fábricas têxteis (1833), condição dos tecelões manuais (1837-41), emprego de crianças e jovens em diversas atividades (1840-3), trabalho dos mineradores nas minas das *Midlands* (1842-3), estado sanitário das grandes cidades e distritos industriais (1843-8), condição dos *framework knitters* (1844-5) e estado sanitário da metrópole londrina (1847-50). Não foram incluídas nessa relação comissões que não contemplavam o território inglês (restritas às colônias ou Irlanda, Escócia e Gales). A Comissão da Lei dos Pobres de 1834 a 1848, nomeada após a reforma que instituiu a Nova Lei dos Pobres, também não aparece relacionada devido ao seu caráter excepcional. Suas atribuições extrapolavam os poderes de natureza mais puramente investigativa das demais comissões mencionadas, apresentando-se como um órgão de gestão permanente da Lei dos Pobres reformada. O fato de ter se constituído, desde o início, como uma oportunidade atrativa do ponto de vista financeiro, com salários altos que seduziam

[188] Para uma análise introdutória sobre o reformismo em uma perspectiva imperial, especialmente as mobilizações envolvendo a reforma eleitoral de 1832, cf. TAYLOR, M. "Empire and parliamentary reform: the 1832 Reform Act revisited." In: BURNS, A; INNES, J. (org.). *Rethinking the Age of Reform:* Britain 1780-1850. 2ª reimpressão. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

postulantes a comissário, também a colocou em posição distinta em relação às demais comissões estudadas.

Excetuando os funcionários menores encarregados da burocracia cotidiana mais simples das comissões, os inquéritos selecionados somam um total de 44 comissários, 51 comissários assistentes (dos quais 6 foram também comissários), 6 secretários (dos quais um foi também comissário assistente) e três secretários assistentes envolvidos em sua elaboração. No total, 97 nomes distintos com passagem pelas comissões. Destes, o conjunto de comissários é, por larga vantagem, aquele sobre o qual há maior abundância de informações disponíveis em fontes históricas. A posição de comissário era a mais importante dentro das comissões, sendo os responsáveis pela elaboração dos relatórios finais que concluíam as atividades desses corpos instituídos. O esforço de mapeamento das trajetórias proposto nesta sessão se concentrará, portanto, nesse comissariado principal. Trata-se de um trabalho empírico necessário para dar maior materialidade ao segmento social entranhado nas comissões reais, procedimento indispensável para que se possa aprofundar a discussão sobre a caracterização dos impulsos reformistas na fase final da Primeira Revolução Industrial.

Os quadros em anexo ao final da tese oferecem um panorama geral de todos os dados de prosopografia levantados sobre comissários, comissários assistentes, secretários e secretários assistentes envolvidos nas 8 comissões de inquérito analisadas. As decisões metodológicas empregadas na organização de categorias é melhor desenvolvida lá. Neste subcapítulo, as informações serão apresentadas de forma segmentada, analisando, separadamente, para os comissários: origem geográfica e idade; origem familiar; formação e ocupação; vida associativa; posicionamento político e religião; carreira. Comissários assistentes e secretários são abordados de forma mais sucinta em uma seção à parte.

2.2.1.a. Origem geográfica e faixa etária

Quadro I: Idade e origem geográfica dos comissários

Nome	N/M*	Origem geográfica**	IICRI***
Barry, David	1780-1835	Roscommon, Irlanda	53
Bishop, Henry		Londres, Inglaterra	
Blomfield, Charles James	1786 - 1857	Bury St Edmunds, Suffolk, Inglaterra	46
Chadwick, Edwin	1800 - 1890	Manchester, Lancashire, Inglaterra	32
Coulson, Walter	1795 - 1860	Torpoint, Cornwall, Inglaterra	37
Cowell, John Welsford	1796 - 1867	Londres [?], Inglaterra	37
Cubitt, William	1785 - 1861	Dilham, Norfolk, Inglaterra	57
de la Beche, Henry Thomas	1796 - 1855	Londres, Inglaterra	47

Denison, William Thomas	1806 - 1871	Londres, Inglaterra	37
Drinkwater, John Elliot (a partir de 1837 John Elliot Drinkwater Bethune)	1801 - 1851	Ealing, Middlesex, Inglaterra	32
Gawler, Henry	1766 - 1852	Ramridge [?], Hampshire [?], Inglaterra	66
Graham, George	1801 - 1888	Arthuret, Cumberland, Inglaterra	42
Grosvenor, Robert	1801 - 1893	Westminster, Londres, Inglaterra	46
Hawkins, Francis Bisset	1796 - 1894	Londres (?), Inglaterra	37
Hickson, William Edward	1803 - 1870	Westminster, Londres, Inglaterra	34
Horner, Leonard	1785 - 1864	Edimburgo, Escócia	48
Jones, Richard Lambert	1783 - 1863	Inglaterra	64
Leslie, John		Londres [?], Inglaterra	
Loudon, Charles			
Loyd, Samuel Jones	1796 - 1883	*City* de Londres, Inglaterra	41
Mackintosh, Robert James	1806 - 1864	Escócia	27
Martin, James Ranald	1773 - 1874	Isle of Skye, Escócia	70
Muggeridge, Richard Michaux	1799 - 1881	Dover, Kent, Inglaterra	45
Owen, Richard	1804 - 1892	Lancaster, Inglaterra	39
Pelham-Clinton, Henry Pelham Fiennes	1811 - 1864	Londres, Inglaterra	32
Playfair, Lyon	1818 - 1898	Escócia (nascido em Uttar Pradesh, Bengala, Índia)	25
Power, Alfred	1805 - 1888	Sttafordshire, Inglaterra	28
Reid, David Boswell	1805 - 1863	Edimburgo, Escócia	38
Saunders, Robert John	1791 - 1852	Eithan, Kent, Inglaterra	49
Scott, Walter Montagu Douglas	1806 - 1884	Midlothian, Escócia	37
Senior, Nassau William	1790 - 1864	Coupton Beauchamp, Berkshire, Inglaterra	32
Slaney, Robert Aglionby	1791 - 1862	Hatton Grange, Shropshire, Inglaterra	52
Smith, James	1789 - 1850	Glasgow, Escócia	54
Smith, Thomas Southwood	1788 - 1861	Martock, Somerset, Inglaterra	45
Spencer, John			
Stephenson, Robert	1803 - 1859	Willington Quay, Northumberland, Inglaterra	40
Stuart, James	1775 - 1849	Fife, Escócia	58
Sturges Bourne, William	1769 - 1845	Winchester [?], Inglaterra	63
Sumner, John Bird	1780 - 1862	Kenilworth, Warwickshire, Inglaterra	52
Thomas, Tancred			
Tooke, Thomas	1774 - 1858	Londres, Inglaterra (nascido em Kronstadt, Rússia)	59
Traill, James		Escócia	
Tufnell, Edward Carleton	1806 - 1866	Marylebone, Middlesex, Inglaterra	27
Woolriche, Stephen	1770 [?] - 1856 [?]		63 [?]

* Ano de nascimento e ano de morte. ** Conforme explicado no anexo, priorizou-se como origem geográfica a região na qual a família paterna estava estabelecida, e não propriamente o local de nascimento, embora este seja indicado no caso dos comissários que nasceram fora do país. *** "Idade de ingresso na comissão real de inquérito", corresponde à idade do indivíduo quando este foi nomeado, pela primeira vez, para uma das 8 comissões reais de inquérito estudadas. **Fonte:** Cf. Anexo.

O levantamento realizado identificou o país de nascimento de 40 dos 44 comissários. Constatou-se uma maioria de inglesa: 30, dos quais sabe-se que 9 possuem origem na região metropolitana de Londres e 14 nas províncias pelo país afora[189]. Um

[189] John Elliot Drinkwater e Edward Carleton Tufnell nasceram em Middlesex em uma época na qual os subúrbios londrinos avançavam decisivamente sobre o condado, por isso a opção de contabilizá-los como nascidos na "Grande Londres".

outro, Thomas Tooke, nasceu na Rússia, mas sua origem familiar era londrina. Para os demais ingleses, a origem geográfica é incerta. 9 comissários possuem origem na Escócia, sendo que, dentre eles, Lyon Playfair nasceu na Índia, vindo de uma família escocesa. Um único comissário foi reconhecido como irlandês. A maioria das comissões estudadas tinha por inquérito apenas o território de Inglaterra e Gales, o que contribui para uma maior representação de ingleses. Embora a população inglesa nas décadas de 1830 e 1840 fosse várias vezes maior do que a escocesa[190], a presença de escoceses no total de comissários é proporcionalmente maior do que a relação entre os habitantes de ambos os países. O mesmo não pode ser dito em relação à Irlanda, muito mais populosa do que a Escócia[191], mas com representação pequena entre os comissários. Comissões outras que possuíam a Irlanda como escopo de investigação principal contaram com uma presença bem mais significativa de irlandeses, mas é difícil não considerar a existência de apenas um irlandês no comissariado principal dos inquéritos estudados como um indício da posição política marginal do país dentro do Reino Unido.

Analisando os 37 comissários para os quais se conseguiu precisar o ano de nascimento, encontramos dois nascidos na década de 1760, cinco na década de 1770, 7 na década de 1780, 9 na década de 1790, 12 na década de 1800 e dois na década de 1810. Nas comissões abordadas, a média de idade com a qual se foi nomeado para uma delas pela primeira vez foi de 45 anos, mas a variância é elevada: quatro foram nomeados pela primeira vez na casa dos 20 anos, 12 na casa dos 30, 10 na casa dos 40, 7 na casa dos 50, três na casa dos 60 e um na casa dos 70. Pensar esse conjunto em termos geracionais envolve a difícil equalização entre fatores biológicos (a idade dos indivíduos, a cronologia de seu nascimento, formação e atuação madura na esfera social), conjunturais (o contexto histórico no qual os indivíduos se inserem) e discursivos e identitários (a posição que os indivíduos assumem e as intencionalidades que manifestam diante da realidade experimentada, a partir das quais delineiam-se grupos por afinidades ou antagonismos). Para escapar dos limites de uma abordagem puramente quantitativa, pautada apenas nos cortes etários, é preciso elaborar como os comissários, enquanto sujeitos históricos, se

[190] Os censos nacionais de 1831, 1841 e 1851 contabilizam uma população de, respectivamente, 12.976.329, 14.847.888 e 16.738.495 na Inglaterra. Para a Escócia, os mesmos censos apontam uma população de 2.364.386, 2.620.184 e 2.888.742.

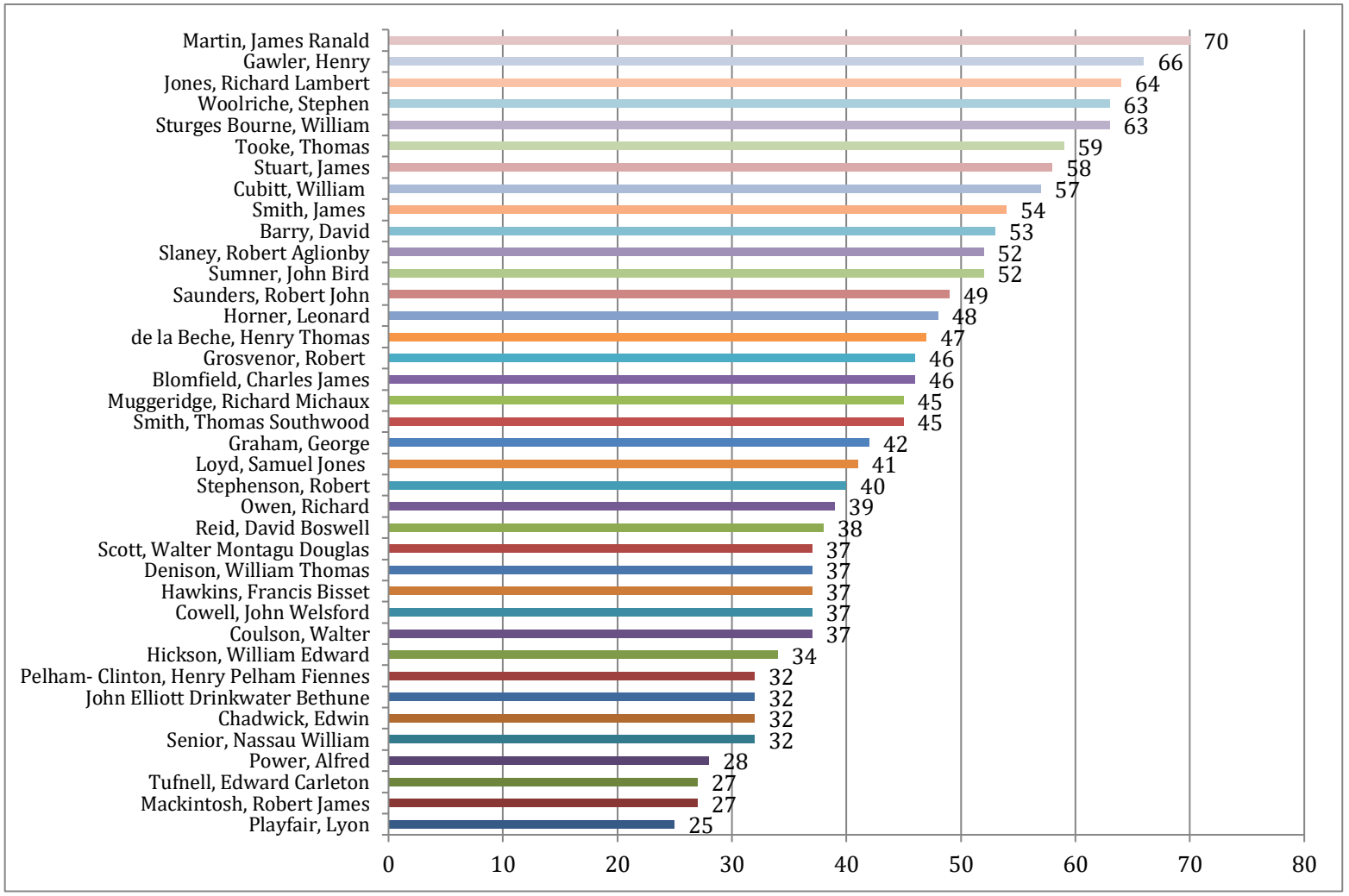
[191] Os censos conduzidos na Irlanda em 1831 e 1841 contabilizaram populações de 7.767.401 e 8.175.124. Em 1851, em decorrência da fome, a população foi estimada em torno de 6.5 milhões. Após experimentar grande crescimento no final do século XVIII e primeira metade do século XIX, o número de habitantes na ilha irlandesa decaiu continuamente após a tragédia, só começando a aumentar novamente em meados do século XX.

inserem dentro de uma temporalidade que veio a conceber o reformismo das décadas de 1830 e 1840[192].

Mais da metade dos comissários para os quais se descobriu o ano de nascimento sequer era nascida quando eclodiu a Revolução Francesa, e somente 6 possuíam mais de 10 anos em 1789. A maior parte do comissariado foi concebida durante o ciclo de conflitos contra a França, começando a construir suas carreiras já no período de paz. São homens que constituíram sua visão de mundo em meio ao reordenamento da política britânica na direção de um jogo partidário mais claro, do estresse econômico experimentado durante a guerra e da pressão interna por racionalização e enxugamento de gastos após 1815. Durante toda a vida, testemunharam um ritmo de crescimento demográfico e urbano sem precedentes.

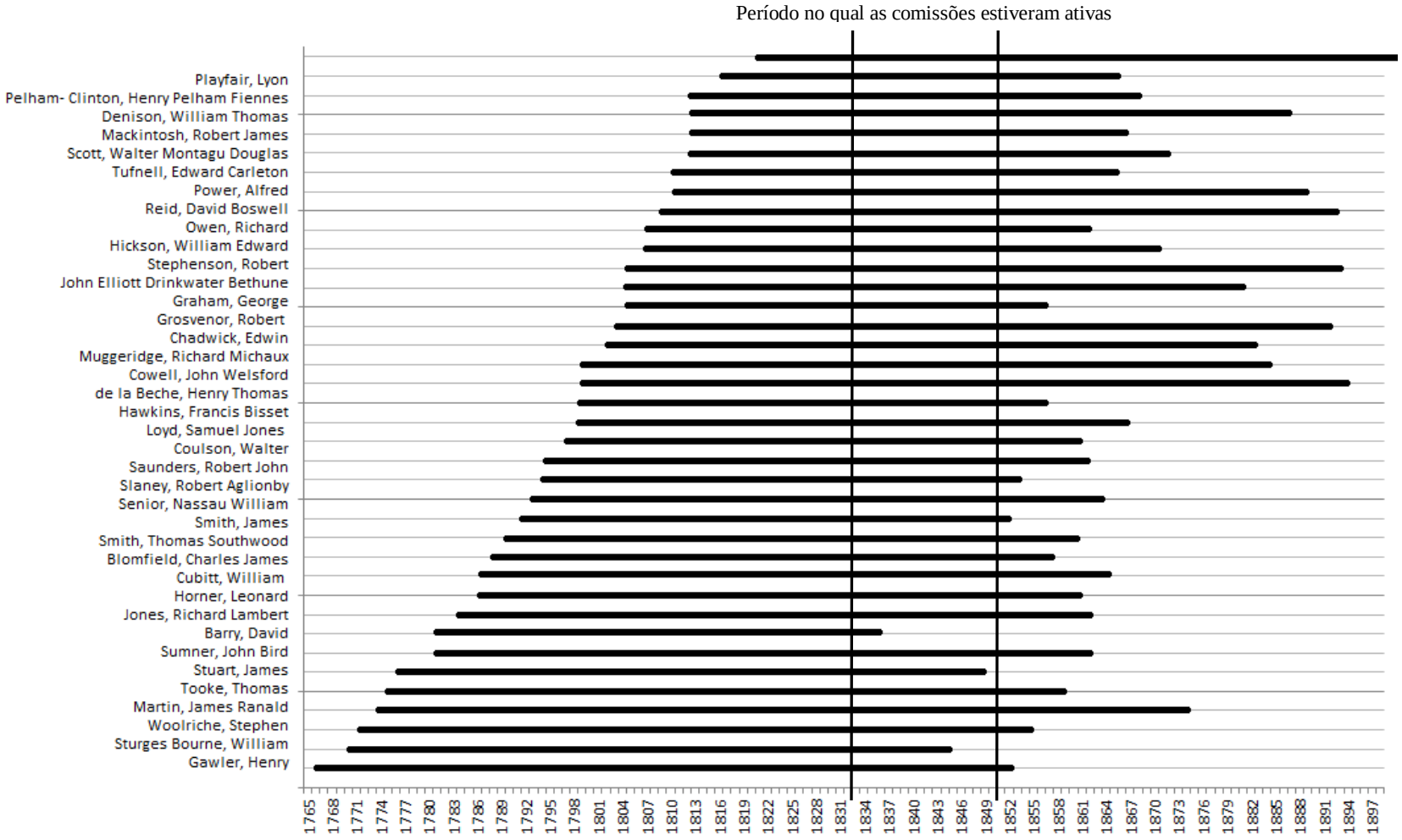
[192] A respeito do conceito de geração dentro da sociologia, e as mudanças sofridas pelo mesmo ao longo do século XX, cf. FREIXA, C; LECCARDI, C. "O conceito de geração nas teorias sobre juventude." *Revista Sociedade e Estado*, v. 25, n. 2, maio-agosto de 2010, p. 185-204.

Gráfico I: Comissários por idade de ingresso nas comissões



Fonte: Cf. Anexo.

Gráfico II: Comissários por idade de ingresso nas comissões (variação)



Fonte: Cf. Anexo.

Se considerarmos a diferença de idade entre os comissários mais velhos e os mais novos, encontramos entre as pontas uma extensão etária demasiado longa para que se possa pretender englobar todos em uma única geração, ao menos na forma como o senso comum descreve tal conceito. Politicamente, contudo, é possível conceber esse conjunto como tendo sido formado dentro de uma experiência comum: o "longo" *torysmo* liberal, cujas bases são lançadas com Pitt e que vigoraram até meados do século. Esse recorte não compreende um período homogêneo do ponto de vista conjuntural, com os anos de guerra representando apenas a particularidade mais óbvia a perturbar essa continuidade. Mas isso não impede que se percebam linhas importantes atravessando o período e moldando as mentalidades políticas que nele se constituem: a consolidação da dinâmica bipartidária; a demanda para elevar a sensação de transparência e responsividade do governo junto à sociedade; a preocupação com a contenção do gasto público; o receio em relação ao controle social, no qual o temor diante da revolução se soma ao sentimento de perda de controle popular que acompanha o aumento demográfico e urbano[193].

Reações conjunturais trazidas pelos conflitos contra a França causaram refluxos momentâneos no curso econômico e da pressão reformista, com o aumento do orçamento, a política monetária expansionista, a adoção do imposto de renda e o apelo por uma defesa mais intransigente das instituições. Essas contratendências, no entanto, recuaram com a chegada da paz, demonstrando que não refletiam uma guinada mais profunda na mentalidade do *establishment* britânico. Tão logo encontraram uma atmosfera propícia no pós-guerra, tornaram a florescer, com vigor renovado, as tendências liberais e de reforma que já haviam se manifestado no final do século XVIII.

O ambiente político e intelectual no qual cresceram os comissários, portanto, foi um em que o antagonismo entre as facções políticas dominantes não tinha, por eixo, a defesa ou objeção sobre um núcleo de fundamentos liberais: estes já eram admitidos mesmo entre os conservadores. Também era um momento no qual a necessidade de reformas e melhoramentos institucionais era amplamente reconhecida, ao mesmo tempo em que se nutria forte apreço pela estabilidade política, pelo temor de ver em Inglaterra algo semelhante ao que se passava no continente. Esses condicionantes eram inoculados juntamente ao senso de moralidade evangelista que se propagava não só entre o crescente segmento dissidente, mas igualmente entre os anglicanos. Tensões e enfrentamentos

[193] Ibidem. Devo a Freixa e Leccardi minhas reflexões sobre a possibilidade de se pensar uma experiência geracional comum para o comissariado, a despeito da variância de idade existente.

opondo grupos dominantes, neste cenário, se davam em virtude de interesses conflitantes entre o capital agrário e industrial, ou acerca da natureza e da estratégia a partir das quais reformas deveriam ser implementadas. Mesmo quando esses antagonismos desencadearam uma "fase heroica" das reformas entre 1832 e 1846, são perceptíveis no trabalho dos comissários as marcas impressas por essas referências, as quais asseguram que, mesmo diante de divergências, haja denominadores comuns a partir das quais podem se erguer as interpretações elaboradas nos relatórios das comissões reais.

2.2.1.b. Origem familiar

Quadro II: Origem familiar dos comissários

Nome	Origem familiar*	Outras informações
Barry, David		
Bishop, Henry	N	Pai, Samuel Wilson Bishop, era mercador
Blomfield, Charles James	N / P	Avô paterno foi professor escolar / Pai, Charles Blomfield, foi professor escolar, juiz de paz e *chief alderman* em Bury, no condado de Suffolk, Inglaterra / Avô materno, Edward Pawsey, foi varejista em Bury
Chadwick, Edwin	P	Pai, James Chadwick, foi jornalista radical, chegou a conhecer Paine em Paris. Supõe-se, também, que foi professor particular de botânica e música
Coulson, Walter	P	Pai, Thomas Coulson, era pintor-mestre do Estaleiro Real do porto de Devon / Avô materno foi cirurgião em Cornwall
Cowell, John Welsford	N	Pai, John Cowell, era mercador
Cubitt, William		Pai, Joseph Cubitt, era moleiro em Norfolk
de la Beche, Henry Thomas	M	Pai, Thomas de la Beche, foi tenente-coronel da cavalaria de Norfolk e herdou uma propriedade escravista na Jamaica pouco antes de morrer
Denison, William Thomas	G / N	Pai, John Wilkinson (que depois assumiu sobrenome Denison), foi membro da Câmara dos Comuns / Avô paterno, John Wilkinson, atuava no ramo têxtil como mercador por consignação (*factor*) / Tio-avô paterno, Robert Denison, era mercador de lã
Drinkwater, John Elliot (a partir de 1837 John Elliot Drinkwater Bethune)	G / P / M	Pai, John Drinkwater Bethune, foi oficial do exército, historiador militar e administrador político / Avô paterno, John Drinkwater, foi cirurgião da marinha
Gawler, Henry	A / G [?] / P	Pai, John Gawler, foi *barrister* do *Inner Temple* / Avô materno foi o 3° Barão Bellenden
Graham, George	A / G	Pai, James Grahan, foi baronete / Avô materno, John Stewart, foi o 7° Earl de Wilton
Grosvenor, Robert	A	Pai, Robert Grosvenor, foi o 1° Marquês de Westminster / Avô materno, Thomas Egerton, foi o 1° Earl de Wilton
Hawkins, Francis Bisset	P	Pai, Adair Hawkins, foi cirurgião
Hickson, William Edward	P / N	Pai, Edward Hickson, foi um sapateiro e atacadista de sapatos londrino
Horner, Leonard	N	Pai, John Horner, foi mercador de linho
Jones, Richard Lambert		
Leslie, John	P [?]	Possivelmente advém de uma linhagem de alfaiates
Loudon, Charles		
Loyd, Samuel Jones	N / C	Pai, Lewis Loyd, foi reverendo não-conformista e abandonou a pregação para assumir uma parceria com o sogro, fundando o braço londrino do banco *Jones, Loyd & Co* / Avô, John Jones, era banqueiro e mercador de chá
Mackintosh, Robert James	A [?] / P	Pai, James Mackintosh, foi historiador, jurista e membro do Parlamento

Martin, James Ranald	C / M	Pai, Donald Martin, era reverendo de denominação não identificada / Tio materno, John Macdonald, foi tenente-general
Muggeridge, Richard Michaux		
Owen, Richard	N	Pai, Richard Owen, foi mercador de produtos vindos das Índias Ocidentais, fortemente prejudicado pelas guerras napoleônicas
Pelham- Clinton, Henry Pelham Fiennes	A	Pai, Henry Pelham Fiennes Pelham-Clinton, foi o 4° Duque de Newcastle under Lyme
Playfair, Lyon	G / N / P / C	Pai, George Playfair, foi inspetor-geral chefe de hospitais em Bengala / Avô paterno, James Playfair, foi reverendo, historiador e diretor da Universidade de Saint Andrews / Tio paterno, James Playfair, foi mercador em Glascow
Power, Alfred	P	Pai, John Power, foi médico (assinava como M. D, indicando ser um *physician* ou cirurgião)
Reid, David Boswell	P	Pai, Peter Reide, foi *physician*
Saunders, Robert John		
Scott, Walter Montagu Douglas	A / C	Pai, Charles William Henry Montagu-Scott, foi o 4° Duque de Buccleuch
Senior, Nassau William	N / C / P	Pai, John Raven Senior, foi vicário em Wiltshire / Avô paterno, Thomas Nassau Senior, era mercador e possuía propriedades escravistas em Barbados / Avô materno, Henry Duke, foi *solicitor* geral de Barbados
Slaney, Robert Aglionby	G	
Smith, James	N	Pai, que morreu pouco após o nascimento de James, foi mercador / Tio materno, Archibald Buchanan, que parece ter assumido papel de figura paterna, foi pupilo de Richard Arkwright e gerenciou alguns de seus negócios na fiação de algodão
Smith, Thomas Southwood		Nunca mais viu os pais após romper com a religião unitarista na juventude
Spencer, John		
Stephenson, Robert	P	Pai, George Stephenson, era um mecânico empregado por uma combinação de proprietários carvoeiros quando Robert nasceu. Ambos prosperaram juntos como engenheiros nas décadas iniciais da expansão ferroviária / Mãe, Frances Henderson, era empregada em uma fazenda
Stuart, James	N / C / P	Pai, Charles Stuart, foi ministro da Igreja da Escócia, abandonando a função para se tornar *physician* em Edimburgo / Avô paterno, James Stuart, foi mercador e *Lord Provost* de Edimburgo (1764-6 e 1768-80) / Avô materno, John Erskine, era reverendo de denominação não identificada
Sturges Bourne, William	C / P / G	Pai, John Sturges, foi reverendo anglicano e possuía formação universitária em direito
Sumner, John Bird	C / N	Pai, Robert Sumner, foi vicário em Warwickshire / Mãe, Hannah Bird, era prima em primeiro grau do parlamentar, mercador e abolicionista William Wilberforce
Thomas, Tancred		
Tooke, Thomas	C / P / G	Pai, William Tooke, foi historiador da Rússia e capelão anglicano em uma fábrica britânica na região de São Petersburgo
Traill, James	G [?]	Pai, James Traill, era proprietário de terra nas *Highlands*
Tufnell, Edward Carleton	G / P	Pai, William Tufnell, foi *barrister*, membro do Parlamento por Colchester (1806-7) e *Lord of the Mayor* de Barnsbury, Londres
Woolriche, Stephen		

* Relativo à presença de determinadas categorias de ocupação entre os familiares nas gerações precedentes: aristocracia (A), *gentry* (G), negócios (N), militar (M), clero (C), profissional ou ofício (P). Cf. Anexo para detalhes sobre a metodologia. **Fonte:** Cf. Anexo.

Observar a origem familiar é fundamental para que possamos situar, de modo mais concreto, as comissões reais de inquérito diante dos debates sobre a hegemonia das classes ou dos "interesses" econômicos na condução da pauta pública. A partir do mapeamento dos estratos sociais e atividades econômicas que perpassam as famílias dos comissários, trazemos maior materialidade para a compreensão do reformismo em sua

dimensão oficial, saindo de uma análise condicionada apenas pelo discurso produzido nos relatórios oficiais.

As categorias escolhidas para classificar as origens familiares foram elaboradas majoritariamente com base nas ocupações econômicas, exceção feita às duas categorias referentes à nobreza: "aristocracia" e "*gentry*". Por mais que se tratem de posições sociais essencialmente vinculadas à terra, a dificuldade em mapear a propriedade fundiária durante a pesquisa motivou a opção de suprimir categorias de ocupação ligadas à agricultura, como "proprietário fundiário", conforme explicado no Anexo. Além dessas duas classificações, utilizadas para apontar pertencimento ou conexão próxima com a nobreza, as origens familiares são categorizadas em "negócios", "profissional ou ofício", "militar" e "clero", levando em consideração as ocupações identificadas nas duas gerações que precedem os comissários em suas famílias. As duas últimas categorias são autoexplicativas, referindo-se à presença de militares ou de clérigos de qualquer denominação. "Negócios" e "profissional ou ofício" abrangem circuitos mais amplos. A primeira abarca mercadores, manufaturadores, empreiteiros, banqueiros e comerciantes menores, enquanto a última corresponde à existência de profissionais formados nas carreiras do direito e da medicina, principalmente, mas também pode abranger outras especializações. Se admite, portanto, sobreposição de categorias, quando mais de uma é constatada no conjunto familiar.

Não há dados suficientes para reconstituir com profundidade adequada a trajetória e as origens familiares de todos comissários, mas é possível identificar para cerca de um terço desses homens um passado familiar remetendo à nobreza. Cinco comissários vieram, em algum momento de suas vidas, a sentar-se na Câmara dos Lordes, o que não necessariamente indica uma filiação à aristocracia de linhagem. Dois desses homens eram bispos. O primeiro era John Bird Sumner, cujo pai era reverendo e a mãe tinha laços familiares com comerciantes importantes. O outro bispo, Charles James Bloomfield, filho de um pequeno proprietário, juiz de paz e professor escolar do condado de Suffolk, ascendeu ao bispado através de uma rotina de estudo e esforço obstinado, que o levou até Cambridge, instituição que o trouxe para o alto clero. Além desses clérigos não pertencentes à aristocracia, havia Samuel Jones Loyd, filho de um ex-reverendo não conformista que abandonou a pregação após enriquecer como banqueiro, desposando depois a filha de outro banqueiro e mercador. Por sua riqueza e influência junto ao governo, Loyd foi nomeado Barão Overstone em 1849, posto extinguido após sua morte

sem herdeiros. Os outros dois comissários que chegaram a figurar entre os Lordes eram de fato parte do pariato, e herdaram o título após atuarem nas comissões[194].

Outro aristocrata, Walter Francis Montagu-Douglas-Scott, herdou os ducados de Buccleuch e Queensberry, mas que não ofereciam lugar entre os Lordes. Já Henry Gawler e George Graham eram ambos, por parte materna, netos de membros da aristocracia, respectivamente o terceiro Barão Bellenden e o sétimo *Earl* de Gallway. Nenhum dos dois comissários, contudo, herdou títulos de nobreza.

Um número maior de comissários advém de famílias nobres que não parecem estar ligadas, ao menos por laços próximos, à aristocracia. 6 deles, todos ingleses, possuem suas famílias relacionadas no dicionário da *gentry* terratenente publicado por John. B. Burke em 1850, o mais completo levantamento de integrantes dessa classe cobrindo o período estudado[195]. Um parêntese deve ser aberto para algumas linhas sobre o conceito de *gentry*. No prefácio do dicionário de Burke, encontramos este grupo vagamente definido como a ordem privilegiada de proprietários de terra abaixo da aristocracia, uma nobreza dos condados, que não desfrutava dos títulos hereditários do pariato[196]. O historiador Peter Coss aponta para o século XIV como a origem desta categoria, quando se consolida um estamento social composto pela nobreza menor de cavaleiros (*knights*) e escudeiros (*esquires*) caracterizada pela posse de terra e o exercício de poder em esfera local. Também se destacava como um grupo com grande interesse em cargos públicos, notadamente de natureza jurídica, a partir dos quais atuavam enquanto representantes do poder central no âmbito local ou regional, exercendo uma mediação entre centro e localidade. Investiam nesses cargos por se saberem distantes do Parlamento, reservado para a aristocracia maior e seus filhos[197].

Por mais que o estudo de Coss ofereça pistas valiosas sobre o perfil da *gentry* fundiária, é inegável, como o próprio autor reconhece, que o termo não era empregado com contornos tão nítidos pelos ingleses. No decorrer dos séculos, somaram-se aos cavaleiros e escudeiros a categoria dos baronetes (*baronets*) e dos *gentlemen* como

---

[194] Foram eles: Henry Pelham Fiennes Pelham-Clinton, 5° Duque de Newcastle under Lyme em 1851 e Robert Grosvenor, 1º Barão Ebury em 1857.

[195] William Thomas Denison, John Elliot Drinkwater, Leonard Horner, Robert Aglionby Slaney, William Sturges Bourne, Thomas Tooke e Edward Carleton Tufnell. O nome de Leonard Horner é citado devido ao fato de este ter se casado com uma moça da família Loyd, da *gentry* escocesa, mas os Horner não constam no dicionário como parte desta nobreza. Observa-se que os Tooke aparecem como um ramo menor da família Toke. BURKE, J. B. *Genealogical and Heraldic Dictionary of the Landed Gentry of Great Britain & Ireland*. 2 volumes. London: Henry Colburn, 1850.

[196] BURKE, J. B. Op. cit., v.1, prefácio.

[197] COSS, P. *The Origins of the English Gentry*. [E-book]: Cambridge University Press, 2005.

postulantes à *gentry*. Os *gentlemen*, em especial, eram um grupo cujo estatuto, embora formalmente distinto dos *yeomen*[198], na prática podia ser difícil de se diferenciar dos camponeses mais abastados e que empregavam mão de obra em suas fazendas. Essa confusão era um indicativo de que, paralelamente a uma *gentry* em *stricto sensu* de proprietários ostentando signos formais de pequenos títulos de nobreza e heráldica, a modernidade viu emergir uma *gentry lato sensu*, associada à ideia de "gentilidade" contida no termo. Não era raro que homens dotados de meios suficientes para levar uma "vida gentil", ou seja, privada de labuta, se apresentassem como merecedores da *gentry*. O mais comum era que essa riqueza assumisse a forma de terra em quantidade o bastante para se viver de sua administração, sendo arrendada e cultivada por outros, mas é possível encontrar na Idade Moderna profissionais e outros cidadãos de burgos se entendendo como homens gentis[199]. Esforços de mapeamento da *gentry* muito cedo constataram a dificuldade em identificar um uso rigorosamente consistente do termo nas fontes, obrigando o historiador a fazer cortes arbitrários com a finalidade de dar alguma padronização que torne proveitoso o emprego da categoria enquanto ferramenta analítica[200].

Há de se observar que, no século XIX, o termo *esquire* está consolidado como um tratamento próprio aos oficiais agindo pela Coroa, o que explica o fato de todos os comissários reais serem assim referenciados nos papéis das comissões. A transformação da alcunha ao longo do tempo ainda preservou, como se nota, elementos da tradicional associação entre a *gentry* e os cargos públicos.

Fica claro, portanto, que desenhar uma linha identificando aqueles que pertencem à *gentry* significa lidar com termos e características que envolvem ambiguidades. O próprio dicionário de Burke, que popularizou no século XIX a expressão "*gentry*

---

[198] Homens livres e pequenos proprietários de terra, formando um estrato social abaixo da *gentry*, mas ainda assim dotados de direitos políticos. Com importante papel desde a Guerra dos Cem Anos no fornecimento de arqueiros, inspirou uma tradição romantizada em torno de sua figura. A palavra *yeoman* também passou a designar um estamento de cavalaria, além de se referir a posições militares e algumas outras funções. Na década de 1790, o receio diante de uma possível invasão britânica levou à fundação da *yeomanry*, milícias voluntárias, cujos regimentos de cavalaria foram mantidos após Waterloo. Referências bibliográficas, não raro, utilizam o termo *yeomanry* como um sinônimo equivalente a *yeomen*, um indicativo de como os sentidos de classe e militar acabam por se confundir, em decorrência do envolvimento histórico dos pequenos proprietários com funções marciais.

[199] COSS, P. *The Origins of the English Gentry*. [E-book]: Cambridge University Press, 2005, p. 3-4.

[200] Como exemplo, há o estudo de W. O. Ayedlotte sobre a *gentry* parlamentar da década de 1840 e suas conexões com o mundo dos negócios. O autor utiliza como critério para enquadrar parlamentares dentro da *gentry* a menção no já citado dicionário de J. B. Burke, que reconhece não ser um levantamento inteiramente preciso. O estudo está publicado nos anexos do trabalho de Kitson Clark. CLARK, G. K. *The Making of Victorian England:* 6ª reimpressão. New York: Atheneum, 1976, p. 290-306.

terratenente" (*landed gentry*), emprega critérios que não são os mesmos que Coss utiliza para delinear os traços essenciais dessa categoria. Burke lista famílias com propriedade de terra expressiva (na faixa, ou acima, de 500 acres) ou que possuem membros ocupando postos importantes, e que tenham uma linhagem notável em riqueza ou status ao longo das três últimas gerações, ao menos. Sua relação exclui todos os títulos hereditários, inclusive o de baronete, criado para a pequena nobreza e que Coss considera como uma honraria típica da *gentry*. A metodologia de Burke, ao se pautar principalmente pela posse de terra, também acaba por estender a *gentry* para Irlanda e Escócia, diferentemente dos historiadores que a percebem como uma formação tipicamente inglesa.

Além dos 6 comissários presentes no dicionário de Burke, dois outros personagens, ambos escoceses, aparentam também fazer parte de uma fidalguia: Robert James Mackintosh[201], oriundo de um dos clãs ancestrais mais tradicionais da Escócia, e James Trail[202], filho de um proprietário de terras das *Highlands* (provavelmente um *laird*[203]) e pertencente a uma família antiga, remontando à chegada dos normandos. Para os comissários relacionados como parte da grande ou pequena nobreza, a propriedade fundiária dentro da família é um denominador comum, mas cujas extensões são difíceis de precisar. Figuram entre os comissários membros de famílias aristocráticas que detinham propriedades vastíssimas, mas essa não era a norma. Alguns comissários foram identificados como provenientes de famílias terratenentes, mas que não demonstram pertencer a nenhum tipo de nobreza[204].

---

[201] SHAW, A. M. *Historical Memoirs of the House and Clan of Mackintosh and of the Clan Chattan*. London: R. Clay, Sons, and Taylor, 1880, p. 512-514.

[202] MANDLER, P. "Tories and Paupers: Christian Political Economy and the Making of the New Poor Law". In: *The Historical Journal*, n. 33, 1990, p. 99. Conferir também a trajetória de seu irmão, George Traill, membro dos Comuns: FISHER, D. R (org.). "TRAILL, George (1787-1871), of Castlehill, nr. Thurso, Caithness and Hobister, Orkney". In: *The History of Parliament: the House of Commons 1820-1832*. Disponível em: https://www.historyofparliamentonline.org/. Acesso em 7/3/2021.

[203] Designação dada aos proprietários de terra escoceses que se encontram acima do estamento dos *gentlemen*, mas que não possuem formalmente nobreza, dado que *laird* é somente um título de cortesia. Em termos práticos, sua posição social é similar à dos membros da *gentry* inglesa.

[204] São eles: Nassau Senior, neto de Thomas Nassau Senior, que possuía propriedades escravistas em barbados; James Stuart, neto de James Stuart of Binend, um rico mercador e *Lord Provost* de Edimburgo (posição equivalente à de prefeito), cuja família detinha a propriedade de Dunearn, em Fife, Escócia; John Welsford Cowell, cujo pai parece ter adquirido por alienação fiduciária uma propriedade com 338 escravos na Jamaica, a qual John teria herdado; Henry Thomas de la Beche, também herdeiro de uma propriedade escravista jamaicana. A historiadora Ursula Henriques, ao reconstituir a trajetória de Stuart, ressalta que o mesmo "viveu a vida de um *laird*" após herdar a propriedade familiar. A posse de terra também habilitou Stuart a integrar a cavalaria *yeomanry* de sua região. O exemplo de Stuart nos lembra que a propriedade fundiária podia levar ao modo de vida da pequena nobreza terratenente, mesmo sem haver a posse de títulos pelo indivíduo ou familiares próximos, e que a fronteira separando o pertencimento à *yeomanry* ou à *gentry* nem sempre era clara. HENRIQUES, U. R. Q. "An Early Factory Inspector: James Stuart of Dunearn." *The Scottish Historical Review*, v. 50, n. 149, pt. 1, abril de 1971, p. 18-46.

Mudando o foco para as conexões com o mundo dos negócios, incluindo comércio, manufatura e finanças, foram identificados 13 comissários cujas famílias possuem envolvimento claro com essas atividades nas duas gerações precedentes. Destes, 11 são referenciados nas fontes como filhos ou netos de "mercadores" (*merchants*), dos quais em 7 casos a família era inglesa[205] e, em outros quatro, escocesa[206].

Uma dificuldade envolvendo parentes ligados ao setor de têxteis está relacionada à ambiguidade com a qual o termo "mercador" era utilizado nas décadas iniciais da revolução industrial, quando os avós ou pais dos comissários estudados estavam tocando suas carreiras. A palavra em questão fazia referência tanto a sujeitos que exerciam o papel de compra e venda de têxteis, quanto aqueles que, além disso, também se ocupavam da produção na posição de manufaturadores[207]. Leonard Horner e William Thomas Denison advinham de famílias ligadas ao mercado de linho e lã, respectivamente, mas não foi possível determinar se a relação era apenas mercantil ou também envolvia a produção. É interessante que Denison seja apontado no dicionário da *gentry* terratenente de Burke

[205] Henry Bishop era filho de Samuel Wilson Bishop, mercador de ramo não identificado que prosperou em Londres e depois se aposentou em uma propriedade em Oxford. Quanto a Nassau Senior, seu avô paterno, Thomas Nassau Senior, foi um mercador com propriedades escravistas em Barbados e que provavelmente tinha origem nos condados não-metropolitanos do sul da Inglaterra. Já o pai de Richard Owen, estabelecido em uma parte não identificada do Lancashire, era envolvido com o comércio com o Caribe, e foi bastante prejudicado pelas guerras napoleônicas. Filho de banqueiro londrino por parte de pai, Samuel Jones Loyd possuía ainda um avô materno em Manchester que, além de banqueiro, também era mercador de chá. John Welsford Cowell era filho do mercador John Cowell, estabelecido em Londres e com propriedade escravista na Jamaica. John Bird Sumner era sobrinho-neto por parte materna de Robert Wilberforce, envolvido com o comércio com o Báltico e o refino de açúcar e cujos negócios familiares estavam sediados em Hull, cidade do *East Riding* de Yorkshire. Finalmente, William Thomas Denison era neto de John Wilkinson, um *factor* do *Blackwell Hall*, importante centro comercial londrino no qual têxteis trazidos das províncias eram vendidos para o mercado local ou exportação. O *factor* adquiria os produtos por consignação, para então vendê-los em troca de comissão. John operava a partir de artigos de lã advindos de Leeds, em West Yorkshire, onde o irmão de sua esposa, Robert Denison, era um proprietário e mercador de lã muito rico. Sem herdeiros, Robert deixou seus negócios e propriedades para o filho de John, o também John Wilkinson (pai de William Thomas), desde que este assumisse o sobrenome Denison.

[206] Leonard Horner era filho de um mercador de linho de Edimburgo e casou-se com a filha de Gamaliel Lloyd, mercador de Leeds e prefeito daquela corporação. James Smith, de Glasgow, era filho de um mercador que morreu poucos meses após seu nascimento. O papel paterno parece ter sido assumido pelo tio materno, Archibald Buchanan, ex-pupilo do inventor Richard Arkwright e que gerenciou parte de seus negócios na fiação de algodão. James Stuart, nascido em Edimburgo ou cercanias, era neto de mercador, mas não se identificou nada sobre os produtos ou rotas comerciais com os quais o avô esteve envolvido. Lyon Playfair possuiu um tio paterno, James, que se ofereceu para treiná-lo no ramo de mercador, embora mais detalhes sobre os ramos no qual a família paterna estivesse envolvida não foram descobertos. Uma de suas tias, Jane, se casou com Patrick, um mercador que atuava na rota entre Glasgow e Caribe e assumiu o sobrenome Playfair.

[207] Em sentido mais estrito, antes da Revolução Industrial, o termo *merchant* era, dentro do contexto da produção de tecidos, aquele que comprava os fios ou tecidos dos produtores para revender em outras regiões. Também podia fazer o papel de fornecedor de capital ou insumos para os produtores domésticos. Com a industrialização, muitos desses mercadores foram se convertendo em manufatureiros empregadores de mão de obra, o que explica a ambiguidade do termo. Cf. SCOTT, J. *The Upper Classes* - property and privilege in Britain. London: Palgrave, 1982, p. 95.

como descendente de uma linhagem pouco extensa, remontada apenas até o bisavô, um exemplo de ascensão familiar recente à pequena nobreza através do sucesso comercial[208]. Apenas no caso de James Smith é certo que a família estava diretamente envolvida com as manufaturas: seu pai é referido nas fontes como um mercador, mas seu tio era proprietário de uma das primeiras fábricas modernas de fiação de algodão da Escócia, em Deanston, que James veio a assumir. Curiosamente, quando tinha por volta de 52 anos, abandonou a gerência para se dedicar à sua verdadeira paixão, a engenharia agrícola, especialmente tecnologias de drenagem de solo, tendo grande atuação na construção de ferrovias em seus últimos anos de vida.

Outra ambiguidade ligada à palavra "mercador" é sua associação costumeira com homens envolvidos com o comércio exterior. Como não foi possível especificar a natureza dos negócios para todos os mercadores encontrados, não se pode afirmar que essa era a realidade de todo o conjunto, por mais que, para a maioria, existam ao menos indícios que apontem nessa direção[209]. Já para os parentes dos comissários William Edward Hickson e Charles James Blomfield, as expressões utilizadas possuem sentidos mais específicos. Hickson era filho de um "atacadista" (*wholesale businessman*) de botas e sapatos londrino, enquanto que o avô materno de Blomfield era "varejista" (*grocer*) em Bury. É difícil dimensionar os negócios da família de Hickson, mas ambas as origens parecem se enquadrar na *shopocracy*, termo que aparece na primeira metade do século XIX como forma de se referir a comerciantes menores e varejistas, contrapondo-os aos grandes mercadores com negócios internacionais[210]. O pai de Hickson também era manufaturador de calçados e, ao lado do tio de James Smith (mencionado no parágrafo anterior), foi o único manufaturador claramente identificado na origem familiar dos comissários.

A medicina, o direito e o clero anglicano compreendem as profissões mais comuns encontradas na origem familiar dos comissários. Outras especializações, sejam de ordem intelectual ou técnica, aparecem de forma pontual. Esse era um resultado esperado, uma vez que esses três campos correspondiam às carreiras tradicionalmente mais estruturadas, juntamente das forças armadas. Não é surpreendente, portanto, encontrar a presença de

---

[208] No caso de Horner, a família pertencente à *gentry* é a de sua esposa, os Lloyd. BURKE, J. B. *Genealogical and Heraldic Dictionary of the Landed Gentry of Great Britain & Ireland*. 2 volumes. London: Henry Colburn, 1850, v. 1, p. 751 e v. 2, p. 99-100.

[209] Conferir as notas de rodapé 205 e 206 da página 113.

[210] Sobre a *shopocracy*, termo que pode ser traduzido como "lojacracia" cf. HILTON, B. *A Mad, Bad and Dangerous People?* England 1783-1846. New York: Clarendon University Press, 2006, p. 156.

um bom número de médicos, juristas e clérigos em famílias ligadas à propriedade fundiária ou aos negócios, considerando que essas ocupações eram um destino comum para os filhos mais novos, que não herdariam a terra ou a chefia dos empreendimentos familiares. É necessário se aprofundar um pouco na discussão sobre as culturas profissionais. A melhor forma de ilustrar esse tema é abordá-lo a partir da trajetória de formação e ocupação dos próprios comissários.

2.2.1.c. Formação e ocupação

Quadro III: Formação e ocupação dos comissários

Nome	Formação escolar	Formação universitária	Formação profissional ou técnica	Ocupação
Barry, Sir David		Universidade de Paris	Ingressou na marinha como cirurgião assistente / *Royal College of Physicians*	Médico/ Cirurgião
Bishop, Henry		*Oriel College*, Oxford		Reverendo / Acadêmico [?]
Blomfield, Charles James	*Bury Grammar School* (recusou bolsa para Eton)	*Trinity College*, Cambridge (1804)		
Chadwick, Edwin	Iniciou os estudos em uma pequena escola do Lancashire, antes de seguir para um internato em Stockport, onde permaneceu até os 10 anos. Com a mudança da família para Londres, passou a estudar com o pai e tutores privados		Aprendiz em um escritório de advocacia (ingressou com dezoito anos) / Inner Temple (*barrister* em 1830)	*Solicitor* / *Barrister*
Coulson, Walter	A partir dos 15 ou 16 anos passou a receber aulas privadas de Jeremy Bentham na residência deste, em Londres		Gray's Inn (*Barrister* em 1828)	*Barrister* / Jornalista
Cowell, John Welsford	Eton	*Trinity Hall*, Cambridge (ingressa em 1814)		Direito [?]
Cubitt, William	Frequentou uma escola na vila em que nasceu		Aprendiz do construtor de móveis James Lyon, em Stalham, Norfolk (1800-4)	Engenheiro / Inventor
de la Beche, Sir Henry Thomas	Passou por uma série de escolas menores antes de ingressar no *Royal Military College* em Marlow (1809), do qual foi afastado acusado de promover jacobinismo			Geólogo
Denison, William Thomas	Estudou em uma escola privada em Sunbury / Eton / Após Eton, teve aulas particulares com o reverendo C. Drury	*Royal Military Academy* em Woolwitch (1819)		Engenheiro
Drinkwater, John Elliot (a partir de 1837	*Westminster School*	*Trinity College*, Cambridge	*Middle Temple* (*barrister* em 1827)	*Barrister* / Educador

John Elliot Drinkwater Bethune)				
Gawler, Henry		Oxford	*Lincoln's Inn*	*Barrister*
Graham, George				
Grosvenor, Robert	*Westminster School* (1810-6)	*Christ Church*, Oxford (1818-21)	*Lincoln's Inn* (1821)	*Barrister* [?] / Parlamentar
Hawkins, Francis Bisset	Eton	*Exeter College*, Oxford (formado em 1825)		*Physician*
Hickson, William Edward	Escola dominical [?]			Jornalista / Educador
Horner, Leonard	*Royal High School of Edinburgh*	Universidade de Edimburgo		Inspetor fabril / geólogo
Jones, Richard Lambert				Corretor / Comerciante
Leslie, John				Alfaiate [?]
Loudon, Charles			*Royal College of Surgeons*	Cirurgião / *Physicians*
Loyd, Samuel Jones	Teve aulas privadas com Charles James Blomfield, futuro Bispo de Londres, antes de ir para a escola / Eton (1808-13)	*Trinity College*, Cambridge		Banqueiro / Economista
Mackintosh, Robert James		*New College*, Oxford		
Martin, James Ranald	*Royal Academy* de Inverness		Recebeu lições de farmácia de dois doutores locais em Iverness, enquanto estava na escola / *St George Hospital*	Cirurgião / Administrador hospitalar
Muggeridge, Richard Michaux				*Solicitor* [?] / Jornalista / Agente parlamentar
Owen, Richard	*Grammar School* de Lancaster	Universidade de Edimburgo	Foi aprendiz de três médicos para se tornar cirurgião-apotecário, antes de concluir sua formação em medicina no hospital / *St Bartholomew's Hospital*	Paleontólogo / Biólogo / Cirurgião / Anatomista comparativo
Pelham-Clinton, Henry Pelham Fiennes	Eton (1824-8)	*Christ Church*, Oxford (1829-32)		
Playfair, Lyon	Escola paroquiana de St Andrews, Escócia, e depois na *grammar school* da mesma cidade	*Univeristy of St Andrews* (1832) / *University College* (Londres) / *Anderson's University* / Universidade de Edimburgo		Químico / Geólogo
Power, Alfred	*Grammar School* de Repton, Derbyshire	Cambridge	*Middle Temple* (*Barrister* em 1830)	*Barrister*
Reid, David	*Royal High School* de	Universidade de	Aprendeu química se	*Physician* /

Boswell	Edimburgo	Edimburgo (formado em 1831)	tornando assistente no empreendimento manufatureiro de Joseph Astley, antes de ingressar na universidade	Químico / Engenheiro
Saunders, Robert John				Inspetor fabril
Scott, Walter Montagu Douglas	Eton	*St. John's College*, Cambridge		
Senior, Nassau William	Eton	*Magdalen College*, Oxford (formado em 1811)	*Lincoln's Inn* (*Barrister* em 1819)	*Barrister* / Economista
Slaney, Robert Aglionby		*Trinity College*, Cambridge	*Lincoln's Inn*	*Barrister* / Parlamentar
Smith, James		Universidade de Glasgow		Engenheiro / Industrialista
Smith, Thomas Southwood	Academia Baptista de Bristol (enviado em 1803), a qual abandonou por romper com calvinismo	Universidade de Edimburgo (1812-6)		*Physician*
Spencer, John				
Stephenson, Robert	Iniciou os estudos formais na escola da vila de Killingworth / Seguiu para a *Percy Street Academy*, Newcastle, frequentando também a *Newcastle Literary and Philosophical Society*	Universidade de Edimburgo (estudou apenas 6 meses)	Se tornou aos 15 anos aprendiz do engenheiro de mineração Nicholas Wood, mas não completou o aprendizado de três anos	Engenheiro / Industrialista
Stuart, James	*Royal High School* de Edimburgo [?]	Universidade de Edimburgo	Aprendiz de Hugh Robertson, *solicitor* e *writer to the signet*	*Solicitor* / Inspetor fabril
Sturges Bourne, William	Escola privada não identificada em Winchester / *Winchester College* (1782)	*Christ Church*, Oxford (ingressa em 1786)	*Lincoln' Inn* (*Barrister em* 1793)	*Barrister* / Parlamentar
Sumner, John Bird	Eton (1791-8)	King's College, Cambridge (ingressa em 1798)		
Thomas, Tancred		*Christ Church*, Oxford [?]		
Tooke, Thomas				Economista / Empresário
Traill, James				
Tufnell, Edward Carleton	Eton	*Balliol College*, Oxford	*Lincoln's Inn* (fontes divergem se concluiu a formação de *barrister*)	*Barrister* [?] / Educador
Woolriche, Stephen				Cirurgião [?]

Fonte: Cf. Anexo.

É elevada a presença de formações profissionais entre os comissários. Pelo menos 11 buscaram formação em direito, ainda que uns poucos talvez não tenham concluído esse trajeto[211]. O segundo campo mais comum de formação é a medicina, incluindo no

[211] Se formaram certamente na advocacia Edwin Chadwick, Walter Couson, John Elliot Drinkwater, Henry Gawler, Alfred Power, Nassau Senior, Robert Aglionby Slaney, James Stuart e William Sturge Bournes. Robert Grosvenor foi eleito para os Comuns apenas um ano após ingressar no *Lincoln's Inn* e não foi identificado se deu seguimento à formação após iniciar sua carreira política. Sobre Edward Carleton

mínimo 8 comissários, dos quais um abandonou o percurso[212]. Outras carreiras seguem atrás em representatividade, mas é preciso se deter um pouco sobre os advogados e médicos, duas profissões prestigiadas que ajudam a compreender a emergência de uma cultura profissional importante na dinâmica social do reformismo.

Dos 11 comissários que se sabe que cursaram a área de direito, 10 eram, ou estudaram para ser, *barristers*, dado que ingressaram nos *inns of court*, as quatro associações profissionais de origem medieval que monopolizavam a formação da categoria[213]. O *barrister* era a categoria mais alta de advogado da *common law*, atuando em cortes e tribunais superiores. Raramente recebiam clientes diretamente. O mais comum era que fossem consultados por outros advogados em busca de orientação e pareceres especializados. A outra categoria de advogado, o *solicitor*, é a mais parecida com aquilo pelo que entendemos, geralmente, o exercício da advocacia, prestando serviço direto aos clientes nos processos legais. O *barrister* era o profissional mais prestigiado da sociedade britânica. Desde fins do medievo que a passagem pelos *inns of court* era uma constante entre membros da *gentry* ou de postulantes a esse patamar, sendo frequentados inclusive por homens sem pretensão de exercerem a profissão. *Solicitors*, por sua vez, provinham de classes menos ricas, comumente oriundos das fileiras de escriturários e outros funcionários administrativos das cortes[214].

No século XVIII, mudanças importantes passaram a ser sentidas nos dois estamentos da advocacia. Entre os *barristers*, cujo número vinha em grande crescimento, notava-se a tendência de se encarar o status proporcionado pela profissão menos como um fim em si, dando-se maior ênfase na construção de carreiras, inclusive com a preocupação de encaminhar os filhos pelo mesmo caminho. Os *solicitors*, ainda que distantes da posição social e riqueza dos *barristers*, movimentavam-se na construção de

---

Tufnell, consta no dicionário bibliográfico que não chegou a se formar após ingressar no *Lincoln's Inn*, mas aparece referido como *barrister* no dicionário da *gentry*. BURKE, J. B. *Genealogical and Heraldic Dictionary of the Landed Gentry of Great Britain & Ireland*. 2 volumes. London: Henry Colburn, 1850, v. 2. p. 1140. CORRIGAN, P. "Tufnell, Edward Carleton (1806–1886), civil servant and educationist". *Oxford Dictionary of National Biography.* In: *Oxford Dictionary of National Biography*. Disponível em: https://www.oxforddnb.com. Acesso em 7/3/2021. COWIE, L. "Grosvenor, Robert, first Baron Ebury (1801–1893), politician". In: *Oxford Dictionary of National Biography*. Disponível em: https://www.oxforddnb.com. Acesso em 7/3/2021.

[212] David Barry, Francis Bisset Hawkins, Charles Loudon, James Ranald Martin, Richard Owen, Lyon Playfair, Thomas Southwood Smith e David Boswell Reid. Destes, Playfair desistiu de prosseguir nos estudos de medicina após contrair um eczema fazendo dissecações quando ainda era estudante universitário.

[213] O único dos 11 a não ingressar em uma dessas instituições foi James Stuart. Localizados em Londres, os quatro *inns of court* são *Lincoln's Inn*, *Inner Temple*, *Middle Temple* e *Gray's Inn*.

[214] POUND, R. "Legal Profession in England from the End of the Middle Ages to the Nineteenth Century." *Notre Dame Law Review.* v. 19, n. 4, 1944, p. 315-333.

uma cultura profissional, com maior preocupação em formar associações nacionais e restringir o acesso à carreira para praticantes de baixa qualificação[215]. Era esperado que tanto *barrister* quanto *solicitors* passassem por um período de aprendizado[216]. Enquanto, para os primeiros, a secular existência dos *inns of court* assegurava maior controle e cultura associativa dentro do exercício da profissão, os últimos ainda estavam caminhando para padronizar e melhor regular seu percurso formativo. Mesmo que fosse possível ser reconhecido como *solicitor* através de formação universitária, permanecia usual que se chegasse à posição através somente da aprendizagem.

O exemplo dos comissários é elucidador. Pelo menos metade dos *barrister* dos quais conseguiu-se reconstituir a trajetória acadêmica seguiram a mesma via: estudaram em algumas das escolas públicas (*public schools*)[217] do Reino (nos casos analisados, Eton, Winchester e Westminster), se graduarem em Oxford ou Cambridge e depois ingressarem nos *inns of court*[218]. Alfred Power e Robert Aglionby Slaney foram ambos de Cambridge para os *inns of court*, mas o primeiro estudou em um uma escola de gramática (*grammar school*)[219], enquanto para o segundo não se descobriu nada sobre sua educação antes da universidade. Integrando uma família da *gentry*, não seria surpreendente constatar que

[215] HILTON, B. *A Mad, Bad and Dangerous People?* England 1783-1846. Oxford: Clarendon Press, 2006, p. 144-146.

[216] "Aprendizado" ou "aprendizagem" (*apprenticeship*) é mais um termo que se reveste com certa dubiedade. Podemos distinguir dois significados para o mesmo. O primeiro, genérico, diz respeito à experiência de ser tutorado, por alguém mais capacitado, na aquisição da prática de um determinado ramo. Mas a aprendizagem também possui um sentido formal, referente a relação entre mestre de ofício e aprendiz regulada por estatuto desde 1562, onde se estabelecia a necessidade de 7 anos de aprendizado para aqueles que desejassem ser habilitados nos ofícios qualificados. O aparecimento de novas atividades e a pressão por parte de mestres e trabalhadores para contornar o controle exercido pelas corporações de ofício estavam, já no século XVIII, levando ao surgimento de modalidades mais informais de aprendizagem, até que a obrigatoriedade do aprendizado de 7 anos foi enfim revogada em 1814. Embora a aprendizagem mais formal, dentro da regulação estatutária, fosse associada principalmente com ofícios manuais qualificados, o que não constitui a atividade da maioria dos comissários, o percurso formativo dentro de diferentes ofícios e profissões poderia ser marcado por outros modelos de aprendizado, regulados pelas próprias associações do ramo, constituindo-se graus de formalidade variados. O modo como o termo *apprenticeship* é empregado sem grande especificação, em fontes primárias e secundárias, dificulta precisar em que termos se deram as relações de aprendizagem vivenciadas pelos comissários estudados.

[217] As *public schools* eram assim chamadas por aceitarem alunos independentemente do ofício ou ocupação dos pais, da localidade de origem ou religião, desde que se arcasse com as taxas muito elevadas para frequentá-las. São historicamente ligadas à formação das classes dominantes.

[218] John Elliot Drinkwater: *Westminster, Trinity College* de Cambridge e *Middle Temple*. Robert Grosvenor: *Westminster, Christ Church* de Oxford e *Lincoln's Inn*. Nassau Senior: *Eton, Magdalen College* de Oxford e *Lincoln's Inn*. William Sturge Bournes: *Winchester, Christ Church* de Oxford e *Lincoln's Inn*. Edward Carleton Tufnell: *Eton, Balliol College* de Oxford e *Lincoln's Inn*.

[219] O termo *grammar school* remonta ao período medieval, fazendo referência aos centros de estudo voltadas para a formação do clero e, por isso, focadas no aprendizado de latim. No decorrer da Idade Moderna, seu público deixou de se concentrar nos futuros clérigos e passou a abraçar os filhos de comerciantes e da nobreza. Já no século XVIII, seu currículo era bem menos voltado para o latim do que no passado, incorporando línguas modernas e aritmética.

Slaney tenha frequentado uma escola pública. O mesmo palpite vale para Henry Gawler, ligado à aristocracia, e que seguiu de Oxford para o *Lincoln's Inn*.

Entre os *barristers*, há dois comissários com origem visivelmente menos rica do que os demais, o que se refletiu no percurso que trilharam para obter o título: Walter Coulson e Edwin Chadwick. A dupla compôs o corpo da comissão de inquérito da Lei dos Pobres e teve sua formação muito marcada pela proximidade com Jeremy Bentham. Coulson passou o fim da adolescência e início da vida adulta sendo tutorado pelo pai do utilitarismo na casa deste, e a relação com o grande jurista explica sua entrada no *Gray's Inn* com apenas 18 anos[220]. Já Chadwick, aos 18 anos ingressou como aprendiz em um escritório de advocacia, tornando-se *solicitor*. Cinco anos depois, passou para o *Inner Temple*, tendo de escrever para jornais para se manter, até que a parceria com Bentham, que se iniciou pouco após sua entrada no *inn of court*, começasse a lhe render maior conforto financeiro e reconhecimento[221]. Nenhum dos dois frequentou escolas de elite ou qualquer universidade.

O único jurista, dentre os comissários estudados, que nunca buscou se formar como *barrister* foi o *solicitor* escocês James Stuart. A princípio, esta não parece uma profissão compatível com sua origem familiar, de mercadores ricos e com terras, tendo em vista que os *solicitors* em geral provinham de uma classe média menos próspera. Mas cabe reparar que Stuart pertencia à uma categoria especial de *solicitors* escocesa especializada em processos que requerem o selo real, conferindo a ela uma posição diferenciada dentro da advocacia, que se atesta pela existência de uma associação profissional desde o fim do século XVI[222]. Stuart frequentou a Universidade de Edimburgo.

A medicina também se revela um campo estratificado. No topo, estavam os *physicians*, com formação universitária e bem remunerados, desempenhando papel que se assemelha com aquele que é hoje exercido pelo clínico geral. Abaixo desses profissionais, os cirurgiões, por muito tempo encarados como prestadores de um ofício manual próximo ao dos barbeiros, vinham em ascensão rumo à maior profissionalização desde o começo do século XIX, com a fundação do *Royal College of Surgeons* em 1800

[220] MOONEY, H. "Coulson, Walter (1795–1860), newspaper editor and barrister". In: *Oxford Dictionary of National Biography*. Disponível em: https://www.oxforddnb.com. Acesso em 7/3/2021.
[221] Mandler, P. "Chadwick, Sir Edwin (1800–1890), social reformer and civil servant". *Oxford Dictionary of National Biography*. In: *Oxford Dictionary of National Biography*. Disponível em: https://www.oxforddnb.com. Acesso em 7/3/2021.
[222] Trata-se da *Society of Writers to His Majesty's Signet*, fundada em 1594. *Writers* era um termo escocês antigo para designar os *solicitors*.

e das facilidades para prática e treinamento possibilitadas pelo Ato de Anatomia (*Anatomy Act*) de 1832[223]. Finalmente, na categoria menos prestigiada da medicina, os boticários ou apotecários prestavam um aprendizado de cinco anos que os licenciava a vender drogas, sendo vistos mais como pequenos negociantes pela sociedade (embora, nas comunidades rurais, onde médicos de formação eram escassos, pudessem ser encontrados realizando o serviço de *physicians*)[224].

Dos 8 comissários identificados no campo medicinal, quatro parecem ter iniciado seus estudos diretamente para se qualificarem como *physicians*, dos quais dois se afastaram da área para se dedicar à química[225]. Um quinto era cirurgião e depois passou para administrador médico. Já Richard Owen, originalmente cirurgião-apotecário, chegou a estudar medicina em nível superior, mas se interessou mais em seguir como anatomista (além de paleontólogo) do que exercer cuidados medicinais. David Barry, que veio a se tornar *physician*, iniciou como cirurgião. Por fim, Charles Loudon era cirurgião e *physician*, mas não foi possível precisar a ordem de sua formação, nem as instituições que frequentou. Barry e Loudon representavam uma tendência em voga na década de 1840, o aparecimento da figura do prático geral (*general practitioner*), que exerce tanto a função de *physician* quanto cirurgião. Na realidade, a mescla entre as duas funções já vinha ocorrendo mesmo entre aqueles que detinham apenas uma das qualificações formais, com *physicians* e cirurgiões exercendo a atividade de um ou de outro de acordo com a necessidade do paciente[226].

As nuances sentidas dentro do campo da medicina, nublando as distinções de exercício prático das funções, não anulam a existência de uma diferenciação social, vinculada à formação em cada uma das ocupações. Comissários que se formaram já de início como *physicians* apresentam trajetória mais linear, saindo de boas escolas diretamente para a universidade. Diferentemente dos *barrister*, que em sua maioria estudaram nas escolas públicas, apenas um dos médicos foi reconhecido como ex-aluno dessas instituições: Francis Bisset Hawkins, egresso de *Eton*. Hawkins também foi o

---

[223] Legislação aprovada pela pressão da comunidade médica e científica, que autorizava a prática da dissecação em cadáveres doados para as escolas de anatomia. Graças à medida, esses centros pararam de recorrer ao uso de corpos roubados de cemitérios, afastando a fama de ladrões de cadáveres que possuíam até então.

[224] MCLEAN, D. *Public Health and Politics in the Age of Reform: Cholera, the State and the Royal Navy in Victorian Britain*. London: I. B. Tauris, 2006, p. 28-29.

[225] Francis Bisset Hawkins, Thomas Southwood Smith, David Boswell Reid e Lyon Playfair, os dois últimos enveredaram para a química. Quanto a Hawkins, os censos nacionais decenais a partir de 1851 o apontam como *physician* não praticante.

[226] MCLEAN, D. *Public Health and Politics in the Age of Reform: Cholera, the State and the Royal Navy in Victorian Britain*. London: I. B. Tauris, 2006, p. 29.

único dos *physicians* que certamente passou por uma das duas universidades ancestrais inglesas, no caso, Oxford. Outro *physician*, Charles Loudon, assinava como egresso do *Royal College of Physicians*, sendo provável que tenha cursado Oxford ou Cambridge, mas esta não foi uma informação confirmada.

Embora pequena, a amostragem ilustra as diferenças, em termos de estamento social, nas elites do direito e da medicina. O *barrister* era a profissão mais valorizada da sociedade britânica e um destino comum para os filhos da classe agrária, mesmo que nem sempre viessem a exercer a função. Por isso é usual constatar entre eles, com regularidade, a passagem pelas escolas públicas, seguida pelas duas universidades tradicionais. Os *physicians*, segunda profissão de maior renome, possuíam entre suas fileiras uma minoria composta por algumas centenas de privilegiados, majoritariamente concentrados em Londres, onde seu exercício era regulado pelo *Royal College of Physicians* fundado no início do século XVI, uma instituição de difícil acesso para os que não haviam se graduado em Oxford ou Cambridge. Já a prática provinciana não era regulada por uma entidade dessa natureza, com profissionais formados em universidades escocesas ou continentais atuando conforme demanda de mercado (apenas a partir da década de 1830 se tornaram difundidas instituições de ensino superior de medicina na Inglaterra para além do eixo formado por Oxford, Cambridge e o *Royal College*). Os serviços de *physician* também eram oferecidos, no começo do século XIX, de modo irregular fora da capital por sujeitos sem instrução universitária.

Dos três comissários cujo início da prática médica se deu pela posição de cirurgião, David Berry começou como cirurgião-assistente no exército durante a guerra, Richard Owen foi aprendiz de três médicos ao longo de quatro anos para se tornar cirurgião e apotecário, enquanto James Ranald Martin, ainda na escola, recebeu instruções sobre administração de drogas de dois médicos locais, conhecimento que deve ter sido útil para que pudesse depois se tornar aprendiz de um cirurgião renomado do *Saint George's Hospital* de Londres. Mesmo que se leve em conta que Berry e Owen chegaram a frequentar a universidade, ambos o fizeram após já estarem familiarizados com o exercício da cirurgia ou farmácia, sinalizando o modo como o ingresso nestas duas últimas atividades era mais diretamente marcado pela atividade prática, com menos instrução formal prévia do que o trabalho como *physician*.

Os exemplos de trajetórias no direito e na medicina mostram que, dentro desses campos, havia uma diferenciação entre o que era percebido como profissão e ofício. *Barristers* e *physicians* tinham culturas profissionais reconhecidas, com formação

qualificada e mais institucionalizada. O status de profissão de suas ocupações também se percebe pelo modo como se revestiam de certa postura gentil no exercício de seus deveres. *Barrister* não costumavam receber os clientes de modo direto, sendo consultados pelos advogados destes. Pela tradição, *physicians* evitavam tocar seus pacientes e não os cortavam, ainda que, na primeira metade do século XIX, estivessem se difundindo na categoria práticas antes relegadas aos cirurgiões. Estes eram gestos que expressam um senso de afastamento em relação aos ofícios manuais à serviço da clientela.

A formação universitária comum aos *barristers* e *physicians* é outra marca distintiva de seu prestígio profissional. Em termos objetivos, a formação das duas universidades tradicionais inglesas, Oxford e Cambridge, tinha pouco a oferecer aos que buscavam especializar-se em áreas que não os clássicos, teologia ou matemática. Os que ingressavam nessas instituições, vedadas para os não anglicanos, iriam se deparar com um currículo voltado para os saberes esperados para cavalheiros da alta sociedade. Para a prática das ocupações, o aprendizado era mais útil. Relações de aprendizagem, portanto, também estavam presentes dentro dos *inns of court* e das associações médicas. Mas a passagem universitária, esperada para essas profissões mais enaltecidas, era um mecanismo que reforçava a cultura associativa mais forte desses segmentos e ajuda a explicar o porquê de estarem à frente em prestígio profissional.

Fora do eixo composto por Oxford e Cambridge, do qual ao menos 17 comissários eram egressos[227], existiam opções com currículos mais diversificados. As universidades escocesas, mais acessíveis em termos de valor das matrículas e de tolerância religiosa, possuíam currículos com um leque mais amplo de conhecimentos (eram criticadas, inclusive, por serem muito generalistas). Atraíam muitos dos postulantes à medicina que não podiam acessar as antigas universidades inglesas. A pesquisa apontou 8 comissários egressos de universidades escocesas (sendo 7 da Universidade de Edimburgo), metade deles ligados à medicina[228].

Herdeiros do iluminismo escocês e lideranças utilitaristas vieram a fundar em Londres, em 1826, a Universidade de Londres (*London University*), secular. Dezenas de

[227] Formados em Oxford: Henry Bishop, Henry Gawler, Robert Grosvenor, Francis Bisset Hawkins, Robert James Mackintosh, Henry Pelham Fiennes Pelham-Clinton, Nassau William Senior, William Sturges Bourne e Edward Carleton Tufnell. Formados em Cambridge: Charles James Blomfield, John Welsford Cowell, John Elliot Drinkwater, Samuel Jones Loyd, Alfred Power, Walter Montagu Douglas Scott, Robert Aglionby Slaney e John Bird Sumner.

[228] Leonard Horner, Richard Owen, Lyon Playfair, David Boswell Reid, Thomas Southwood Smith, Robert Stephenson e James Stuart estudaram na Universidade de Edimburgo (Stephenson por apenas 6 meses). James Smith estudou na Universidade de Glasgow.

escolas de medicina surgiram ao longo do país filiadas a essa instituição nas duas décadas seguintes. Como reação, os anglicanos criaram em 1831, também em Londres, o *King's College*. Embora religioso, este tinha em comum com a Universidade de Londres uma educação mais prática e científica, adaptada às novas profissões que se constituíam entre a classe média[229]. Como a fundação desses centros se dá poucos anos antes do início do recorte cronológico que compreende as comissões estudadas, é natural que as mesmas tenham baixa representatividade na trajetória de formação acadêmica dos comissários: apenas Lyon Playfair, nascido em 1818 e o mais jovem entre os comissários para os quais se sabe o ano de nascimento, estudou em um desses centros, na Universidade de Londres. Alguns comissários, entretanto, exerceram o magistério ou outros cargos dentro desses centros acadêmicos[230].

Solicitors e cirurgiões se encaminhavam para maior profissionalização e reduziam o vão de prestígio e remuneração que os separavam do topo da hierarquia profissional, mas a maior centralidade do aprendizado na formação observada entre eles ainda sinalizava alguma persistência do caráter de ofício. O avanço rumo à profissionalização era uma tendência geral do período, com progresso rápido em diversas categorias. Considerando que os comissários analisados atuaram em comissões entre 1832 e 1848 e que suas trajetórias profissionais se iniciavam nas décadas anteriores a esse recorte, é natural que os anos iniciais de suas formações nem sempre refletissem a evolução da sistematização e qualificação em seus campos, já avançada para muitas categorias em meados do século. Cirurgiões se destacaram neste sentido: sua formação se concentrou bastante nos hospitais principais do país na década de 1840, além do *Royal College*. Nessa década, um cirurgião hospitalar sênior já podia se equiparar em prestígio a um *physician*[231].

Entre as demais ocupações seguidas pelos comissários, encontramos em representatividade menor engenheiros, paleontólogos, biólogos, geólogos, químicos, economistas, jornalistas e educadores. Um aspecto que denuncia o processo de profissionalização incipiente dessas carreiras é o autodidatismo e o "aprender fazendo",

---

[229] ROYLE, E. *Modern Britain* – A Social History 1750-2011. 3ª ed. [E-book]: Bloomsbury Academic, 2012, p. 436-440.

[230] Leonard Horner exerceu a posição de *warden* na *London University* entre 1821 e 1831. Na mesma instituição, Samuel Jones Loyd foi membro do conselho entre 1828 e 1844 e do senado entre 1850 e 1877. Francis Bisset Hawkins foi apontado professor de medicina no *King's College* na fundação deste em 1831, resignando da cadeira em 1835.

[231] MCLEAN, D. *Public Health and Politics in the Age of Reform: Cholera, the State and the Royal Navy in Victorian Britain*. London: I. B. Tauris, 2006, p. 29.

recorrentes como porta de entrada para esses campos. As fronteiras entre as áreas de atuação poderiam ser tênues, dado que a maioria estava dando passos iniciais para se afirmarem como práticas e saberes com contornos mais reconhecidos, claramente discerníveis de outras formações ou atividades. Os comissários que eram químicos, por exemplo, frequentavam cursos de medicina. David Boswell Reid, que esteve entre os comissários de inquérito de saúde das cidades, formou-se como médico pela Universidade de Edimburgo, mas passou a atuar como assistente do professor de química Thomas Charles Hope, valendo-se dos conhecimentos que recebera por sua proximidade com o manufatureiro e químico de tecidos Joseph Astley. Anos depois, ainda seria reconhecido como engenheiro, por desenvolver sistemas mais adequados de ventilação em espaços fechados. Lyon Playfair, que também lecionava química em nível superior, ingressou na universidade pela medicina, reorientando sua formação no percurso após problemas de saúde, que acreditava terem origem na dissecação de cadáveres.

Além de Reid, outros quatro comissários enveredaram para a engenharia. O engenheiro agrícola James Smith e o engenheiro civil Robert Stephenson chegaram a cursar a universidade (no caso de Stephenson, por apenas um semestre), mas adquiriram a prática da engenharia de fato através da aprendizagem formal e informal, visto que ambos foram criados por homens ligados ao setor[232]. Outro engenheiro, William Cubitt, não possuíam nenhuma formação universitária e começou como aprendiz de um construtor de móveis, passando posteriormente para a construção de máquinas, até atingir a posição de engenheiro civil, na qual obteve grande sucesso. Apenas William Thomas Denison, que ingressou no corpo dos Engenheiros Reais do exército no final da adolescência, parece ter tido uma formação em engenharia mais institucionalizada, em escola militar.

Em outras áreas de conhecimento, discernir quando o envolvimento com o campo poderia ou não ser considerado uma ocupação é algo mais escorregadio. Olhemos para a economia, que só recentemente havia assumido o estatuto de disciplina específica. Nassau Senior foi o primeiro a ocupar a cadeira de economia política fundada em Oxford, em 1825, 7 anos antes de sua primeira experiência como comissário real. Senior estudou inicialmente para o direito, formando-se *barrister* em 1819. Outro economista ilustre,

[232] James Smith estudou na Universidade de Glasgow, mas aprendeu sobre engenharia agrícola através de iniciativas para aprimorar o terreno da família em Deanston, onde possuíam uma fábrica de fiação de algodão. Robert Stephenson aprendeu o ofício a partir do pai, engenheiro civil empregado na construção de algumas das primeiras ferrovias. Também prestou um aprendizado incompleto com o engenheiro de mineração Nicholas Wood.

Thomas Tooke, sequer cursou a universidade e se aproximou da economia através de sua vivência profissional e de seu papel como mediador intelectual entre o Parlamento e os comerciantes londrinos. Tooke era consultado sobre assuntos econômicos por comitês parlamentares desde 1819, e se notabilizou por suas obras sobre preços e moeda a partir da década de 1820. Samuel Jones Loyd publicou alguns panfletos influentes com orientações a respeito da política monetária e da gestão do Banco da Inglaterra nas décadas de 1830 e 1840. Seu papel aconselhando economicamente o governo ajudou a parir o Ato de Carta Bancária (*Bank Charter Act*) de 1844[233].

Os três nomes citados fizeram parte do restrito Clube de Economia Política (*Political Economy Club*) fundado em 1821, bem como outros comissários que não se envolveram com a mesma amplitude no debate econômico. Como a economia ainda dava seus primeiros passos para se afirmar dentro das universidades e não era concebida enquanto campo profissional, os critérios para definir alguém enquanto economista se tornam mais subjetivos. Senior, Tooke e Loyd eram tidos por seus contemporâneos como referências no objeto econômico, mas só o primeiro exerceu uma função remunerada expressamente ligada à ciência econômica, como professor. Os outros dois podiam se valer de conhecimentos práticos e teóricos sobre economia na condução de seus negócios, mas sem que o exercício desse saber fosse equiparado a uma profissão, como se concebe hoje no mundo empresarial. Dubiedades dessa natureza se expressam nos outros campos que estavam se estruturando enquanto saberes e carreiras.

A geologia e a paleontologia aparecem como campo de interesse de ao menos quatro comissários, que participaram de associações de entusiastas dessas ciências em formação[234]. Para Henry Thomas de la Beche e Richard Owen, essas ciências foram mais do que um *hobby* e pautaram suas vidas profissionais. De la Beche foi fundador e primeiro diretor do *Ordnance Geological Survey*[235] em 1835 (primeiro serviço nacional de geologia inglês, embora com caráter privado), além de presidente original da Sociedade de Paleontologia (*Paleontographical Society*) em 1847. Em sua juventude, viajou pela Grã-Bretanha, Europa e Jamaica estudando fósseis, paixão a qual se dedicou após ser expulso do *Royal Military College* acusado de jacobinismo. Owen, por sua vez, envolveu-

[233] O ato extinguiu o direito dos bancos comerciais de emitirem seu próprio papel moeda, restringindo a autorização ao Banco da Inglaterra, que iria atrelar sua política monetária à quantidade de ouro por ele entesourada. A legislação foi uma vitória da escola monetarista britânica, que associava a facilidade na emissão de moeda à inflação.

[234] São os casos de Henry Thomas de la Beche, Leonard Horner, Lyon Playfair e Richard Owen.

[235] O nome da entidade é de difícil tradução e carrega referências militares ligadas à artilharia, uma vez que os serviços de agrimensura e cartografia tinham forte vínculo com as forças armadas.

se com a curadoria do museu do *Royal College of Surgeons*, especializando-se na seção de história natural. A geologia e a paleontologia atingiam, na época, a posição de ciências da moda entre cavalheiros. Com a gradual aceitação de um longuíssimo tempo geológico e os estudos de fósseis, narrativas científicas sobre a formação da Terra entravam em atrito com a perspectiva bíblica de um planeta criado há, no máximo, 10 mil anos. Os debates ao redor da polêmica atraíam forte atenção para essas jovens ciências[236]. Além desse fator, os estudos geológicos foram impulsionados pelos conflitos militares contra a França, que incentivaram o mapeamento mais preciso de terrenos, sobretudo no litoral, diante do receio de uma invasão inimiga, o que acarretou também na descoberta de mais fósseis[237].

Sem se aprofundar nas experiências profissionais de cada comissário, esses exemplos já revelam uma diversificação de campos de atuação dentro de uma classe média em expansão, mas no qual a maioria das novas carreiras ainda possuía um caminho considerável a percorrer rumo à maior sistematização enquanto profissão. Entre os comissários, reconhecemos nomes proeminentes nesses processos, destacando-se pela formação de associações, abertura de espaço acadêmico e divulgação científica, ações importantes para que se construísse uma identidade e cultura profissional entre os indivíduos que, por vias às vezes peculiares, enveredavam por esses novos segmentos. Contribuía para essa heterogeneidade de percursos o caráter do ensino superior do período. Como dito, a implementação de currículos com perspectiva mais científica nas universidades era algo recente, com a principal inovação institucional nesse quesito, a Universidade de Londres, surgindo em um momento no qual a maioria dos comissários estudados já havia concluído sua formação acadêmica.

Desde o século XVIII, dissidentes que se viam excluídos das universidades anglicanas se associavam na formação de suas próprias academias, com currículos bastante modernos e voltados para os chamados conhecimentos úteis. Problemas com financiamento e perseguição política, agravados na fase mais reacionária do início das guerras contra a França revolucionária, fizeram com que algumas dessas principais iniciativas não sobrevivessem até a virada do século[238]. A cultura associativa, contudo,

---

[236] Cf. HILTON, B. *A Mad, Bad and Dangerous People?* England 1783-1846. Oxford: Clarendon Press, 2006, p. 339-340.

[237] Cf. ROSE, E. P. F. "Military men: Napoleonic warfare and early members of the Geological Society." In: LEWIS, C. L. E; KNELL, S. J. *The Making of the Geological Society of London*. London: The Geological Society, 2009.

[238] Sobre a trajetória das academias dissidentes, cf. SOARES, L. C. *A Albion Revisitada* - ciência, ilustração e comercialização do lazer na Inglaterra do século XVIII. Rio de Janeiro: 7 Letras, Faperj, 2007, 81-102.

propiciava uma ampla gama de coletivos dedicados a saberes científicos de forma ampla ou segmentados em temas específicos. Muitos dos homens envolvidos com as comissões reais frequentavam essas associações, independentemente de as temáticas abordadas nos encontros serem ou não pertinentes ao seu campo profissional, como discutido a seguir.

2.2.1.d. Clubes, sociedades e associações

Quadro IV: Participação associativa dos comissários

Nome	**Observações**
Barry, David	*Fellow* da *Royal Society* (1832) / *Westminster Medical Society* [?] / *Statistical Society*
Bishop, Henry	
Blomfield, Charles James	
Chadwick, Edwin	*British Association for the Advancement of Science* / *National Association for the Promotion of Social Science* / *Society for the Diffusion of Political Knowledge* (1834) / *Royal Society of Arts* / *Health of Towns Association* (1844) / *London Debating Society* / *Society of Arts* (vice-presidente quase continuamente entre 1872-86) / *Institute of Civil Engineers* / *Political Economy Club* / *Royal Statistical Society*
Coulson, Walter	*Political Economy Club* (1821)
Cowell, John Welsford	*Society for the Diffusion of Political Knowledge* (1834)
Cubitt, William	*Institution of Civil Engineers* (ingressa em 1823, membro do conselho em 1831, vice-presidente em 1836, presidente em 1850-1) / *Fellow* da *Royal Society* (1830) / *Fellow* da *Royal Irish Academy*
de la Beche, Henry Thomas	*Fellow* da *Geological Society of London* / *Fellow* da *Royal Society* (1819) / *Paleontographica Society* (fundador e primeiro presidente em 1847)
Denison, William Thomas	
Drinkwater, John Elliot (a partir de 1837 John Elliot Drinkwater Bethune)	*Society for the Diffusion of Useful Knowledge* (escreveu para a entidade, mesmo que talvez não fosse um membro propriamente dito)
Gawler, Henry	*Society for the Diffusion of Political Knowledge* (1834)
Graham, George	
Grosvenor, Robert	*Chairman* da *Metropolitan Sanitary Association* (1850) / Vice-patrono da *Incorporated Society for Improving the Condition of the Labouring Classes*
Hawkins, Francis Bisset	*Fellow* do *Royal College of Physicians* (1826) / *Fellow* da *Royal Society* (1834)
Hickson, William Edward	*Aldersgate Street Literary* / *Scientific Society*
Horner, Leonard	*Geological Society of London* (secretário em 1810) / Maçonaria escocesa (1813) / *Fellow* da *Royal Society* (1813) / *School of Arts of Edinburgh* (fundador em 1821), hoje *Heriot-Watt University* / *Edinburgh Academy* (fundador em 1824)
Jones, Richard Lambert	
Leslie, John	
Loudon, Charles	*Warmickshire Natural History and Archeaeological Society*
Loyd, Samuel Jones	*British Association for the Advancement of Science* / *Political Economy Club* (1831, membro honorário em 1872) / *Society for the diffusion of political knowledge* (1834) / *British Relief Association* (1847-8) / *Literary Club* / *Royal Statistical Society* (presidente em 1851-3)
Mackintosh, Robert James	
Martin, James Ranald	*Physical Society of Calcutta* / *Fellow* do *Royal College of Surgeons* (1845)
Muggeridge, Richard Michaux	*Kilkenny and South-East of Ireland Archealogical Society* / Maçonaria [?]
Owen, Richard	*Fellow* da *Royal Society* / *Fellow* da *Royal Microscopical Society* (*Microscopical Society of London* até 1839)
Pelham- Clinton, Henry Pelham Fiennes	*Canterbury Association*, voltada para promover emigração para Nova Zelândia (1848)

Playfair, Lyon	*British Association for the Advancement of Science* / *Chemical Society* (cofundador em 1841) / *Fellow* da *Royal Society* (1848)
Power, Alfred	
Reid, David Boswell	*Fellow* da *Royal Society* de Edimburgo (1831) / *British Association for the Advancement of Science* / *Royal Medical Society* de Edimburgo (eleito presidente do corpo de estudantes em 1826) / *Fellow* do *Royal College of Physicians* de Edimburgo (1831)
Saunders, Robert John	
Scott, Walter Montagu Douglas	*Highland Agricultural Society* (presidente em 1831-5 e 1866-9) / *Marylebone Cricket Club* (disputou duas partidas em 1841) / *Fellow* da *Royal Society* (1833) / *Society of Antiquaries* (presidente de 1862-73) / *British Association* (presidente em 1867)
Senior, Nassau William	*Political Economy Club* (1823) / *Society for the diffusion of political knowledge* (1834)
Slaney, Robert Aglionby	*Society for the Diffusion of Useful Knowledge* / *London Statistical Society* / *Central Society of Education*
Smith, James	
Smith, Thomas Southwood	*Scottish Unitarian Association* (fundador em 1813) / *Epidemiologocial Society* / Diretor da *Metropolitan Association for Improving the Dwellings of the Industrious Classes* / *Health of Towns Association* (1844)
Spencer, John	
Stephenson, Robert	*Institution of Civil Engineers* (ingressa em 1830, presidente 1855-7) / *Societé d' Études du Canal de Suez* (França, 1846) / *Fellow* da *Royal Society* (1849) / *Institution of Mechanical Engineers* (presidente entre 1849-53)
Stuart, James	
Sturges Bourne, William	*Fellow* da *Royal Society* (1826)
Sumner, John Bird	*Fellow* da *Royal Society* (1848) / Presidente da *Canterbury Association*, entidade de incentivo à emigração para Nova Zelândia nas décadas de 1840 e 1850
Thomas, Tancred	
Tooke, Thomas	*Political Economy Club* (1821) / *Fellow* da *Royal Society* (1821) / *Statistical Society of London/ Society for Supression of Mendicity* (participou de jantar da entidade em 1821) / *British Association for the Advancement of Science*
Traill, James	
Tufnell, Edward Carleton	*Statistical Society of London* (secretário honorário em 1834-5) / *Society of Arts* (ingresso em 1853, membro do conselho em 1869-73)
Woolriche, Stephen	

Fonte: Cf. Anexo.

Um traço muito presente na sociedade britânica era a vida associativa, que no século XIX deixava de ser um privilégio das classes alta e média para se popularizar também entre os trabalhadores. Pistas de grande relevância acerca do perfil dos comissários e seus laços de integração para além do serviço público se revelam através dessas redes. A participação em sociedades científicas era lugar comum entre o comissariado. Fundada em 1660, a tradicional *Royal Society* aparece como a associação mais frequentada desta natureza: 12 comissários foram convidados a integrar suas fileiras na Inglaterra (um décimo terceiro se tornou *fellow*[239] da *Royal Society* de Edimburgo, o

[239] O termo *fellow* possui significados diversos, a depender da instituição a qual se está se referindo. Em sociedades científicas ou profissionais, incluindo a *Royal Society*, costuma se referir a um membro da entidade, eleito pelos demais *fellows* para ingressar na mesma. Nas universidades ancestrais, a posição de *fellow* é normalmente estendida a professores ou integrantes importantes do corpo administrativo, podendo oferecer privilégios internos e a participação em eleições para a gestão cotidiana da instituição.

equivalente escocês à sociedade científica londrina). De caráter conservador e elitista, a entidade atraía não somente cientistas, mas também indivíduos sem mérito intelectual interessados no prestígio associado ao seu corpo de membros, um problema apontado por seus críticos desde o século XVIII[240]. O pertencimento de um número elevado de comissários à *Royal Society*, envolvendo tanto homens que foram indicados à sociedade antes de atuarem nas comissões quanto depois, demonstra a proximidade deste conjunto com o *establishment* britânico.

A presença dos comissários também era recorrente em outras associações científicas. Fundada no início da década de 1830 por homens desiludidos com a postura da *Royal Society*, a Associação Britânica pelo Avanço da Ciência (*British Association for the Advancement of Science*) contou com o envolvimento de ao menos cinco comissários[241]. Encontram-se também o nome de comissários entre os integrantes de instituições como a Sociedade de Artes (*Society of Arts*) londrina[242] e da Escola de Artes (*School of Arts*) de Edimburgo[243], sendo a última um dos primeiros institutos de mecânica[244] do mundo, fundada em 1821. Em todas essas agremiações, saberes científicos, debates sobre a política e a economia nacional e internacional e exposições culturais compunham a pauta dos encontros. Além destes exemplos dedicados a divulgar o campo das ciências de uma maneira geral, vários comissários também estiveram vinculados em sociedades voltadas para disciplinas específicas, uma forma de aprofundar o conhecimento em áreas que ainda não desfrutavam de cursos dedicados no ensino superior. A atração pelo conhecimento não precisava estar condicionada a um retorno financeiro esperado, visto que o número de comissários que tiveram na pesquisa científica o pilar da evolução de sua carreira é bem inferior aos que integraram sociedades do gênero.

Além das ciências da natureza em dimensão teórica ou aplicada, assuntos de ordem política e econômica integravam a pauta das sociedades científicas. Mas os comissários também se envolveram em grupos especializados nestes temas. Cinco comissários, incluindo radicais e nomes moderados, estiverem envolvidos na fundação

---

[240] Cf. SOARES, L. C. *A Albion Revisitada* - ciência, ilustração e comercialização do lazer na Inglaterra do século XVIII. Rio de Janeiro: 7 Letras, Faperj, 2007, 103-4.
[241] Edwin Chadwick, Samuel James Loyd, Lyon Playfair, David Boswell Reid e Thomas Tooke.
[242] Edwin Chadwick e Edward Carleton Tufnell.
[243] Leonard Horner.
[244] Institutos de mecânica (*mechanics*' *institutes*) ou "escolas de artes" (*schools of arts*) eram centros dedicados à educação de trabalhadores adultos, nos quais eram ensinados principalmente conhecimentos voltados para a produção, formação técnica, ciências naturais e economia política.

da Sociedade pela Difusão de Conhecimento Político (*Society for the Diffusion of Political Knowledge*) em 1834[245]. A iniciativa aparenta ter sido inspirada na Sociedade pela Difusão de Conhecimento Útil (*Society for the Diffusion of Useful Knowledge*) de 1826, de orientação *whig* e que também contou com integrantes de comissões reais em suas fileiras[246]. Ambas tinham como estratégia, além de encontros regulares, a publicação de escritos acessíveis voltados para o consumo da classe média e trabalhadora. Se colocavam como alternativa de discurso político em relação ao que enxergavam como um crescimento perigoso de ideias demagógicas e demasiadamente radicais na sociedade britânica, um autoproclamado farol de bom senso político capaz de guiar a população. A presença de políticos importantes na formação dessas entidades mostra que o engajamento com as associações era também uma janela para os comissários reforçarem laços com a esfera mais elevada da política britânica.

O interesse pela política e o governo assumia um perfil mais técnico na Sociedade de Estatística (*Statistical Society*) de Londres, da qual 6 comissários eram membros ativos[247]. Tinha por objetivo a coleta e sistematização de dados, o aprimoramento das práticas estatísticas e incentivar sua adesão enquanto ferramenta de gestão pública. Sua existência e forte impacto dentro da mentalidade reformista indicava uma abordagem mais empírica da questão social e o reconhecimento de uma sociedade de maior complexidade, demandando mecanismos mais elaborados de administração. O entranhamento da estatística nas políticas públicas era uma tônica desde a década de 1830. A partir de 1837, o recém criado *General Register Office*[248] instituiu nacionalmente, para Inglaterra e Gales, o registro civil de casamentos, nascimentos e óbitos, que durante séculos foram registrados em igrejas anglicanas de maneira descentralizada nas paróquias. Desde cedo, o órgão passou a compilar também outros dados nacionais, inclusive sobre saúde pública. O censo de 1841 mostrou-se muito mais organizado do que nos decênios anteriores, reflexo desse *momentum* administrativo embalado na qualificação da coleta e sistematização de dados por parte do governo, percebido também dentro das comissões de inquérito. O comissário George Graham, em 1842, chegou a assumir a posição de Registrador Geral (*Registrar General*), posto mais alto dentro do

[245] Edwin Chadwick, John Welsford Cowell, Henry Gawler, Samuel Jones Loyd e Nassau William Senior.
[246] Robert Aglionby Slaney era certamente integrante da sociedade. John Elliot Drinkwater chegou a escrever para a mesma, mas não se descobriu se possuía alguma filiação formal com a entidade.
[247] David Barry, Edwin Chadwick, Samuel Jones Loyd, Robert Aglionby Slaney, Thomas Tooke e Edward Carleton Tufnell.
[248] Uma tradução literal seria Escritório ou Serviço de Registro Geral, mas o usual é referir-se à entidade em seu nome original, não traduzido.

General Register Office. O cargo foi obtido de maneira nepotista, graças à indicação de seu irmão James Graham, então à frente do *Home Office*, que lhe entregou a vaga sob a condição de George jurar que não faria dela uma sinecura[249].

Não se poderia deixar de mencionar, ainda, a existência do Clube de Economia Política, conhecida associação dedicada a discutir teorias econômicas e promover o livre mercado originada em Londres em 1821. Entre seus fundadores constam nomes como os de James Stuart Mill, David Ricardo e Thomas Malthus. Com número restrito de membros, o clube incluiu cinco dos comissários estudados[250]. Dois deles, Walter Coulson e Thomas Tooke, estavam entre os 30 associados originais.

Encontramos os comissários espalhados ainda por associações artísticas, de caridade, religiosas e de melhoramento de habitações populares e infraestrutura urbana. A filiação às sociedades profissionais de direito, medicina e engenharia é outra marca recorrente. Constata-se, com isso, a grande capilaridade que o corpo de comissariados possuía na sociedade civil britânica, presentes em associações que se assumiam enquanto vanguarda do pensamento científico, político, econômico e social do período. O exemplo da *Royal Society* nos lembra de que sociedades mais tradicionais e conservadoras podiam impor barreiras para o engajamento direto daqueles com pensamento considerado radical, ou com origens na baixa classe média[251]. Contudo, mesmo para os comissários que se encaixassem nessas categorias, as redes de sociabilidade na qual estavam inseridos os colocavam em contato com integrantes dessas instituições por outras vias. As próprias comissões reais de inquérito, na qual coexistiam conservadores, liberais e radicais, não podem ser desprezadas como um espaço de integração e intercâmbio entre tradição e reformismo.

O envolvimento do comissariado com o mundo científico e cultural ficou registrado ainda nas numerosas obras das quais foram autores[252]. Abordaram nesses escritos as ciências da natureza, medicina e sanitarismo, economia política, religião e análises sobre as instituições e a realidade social britânica e continental. Os comissários redigiram desde estudos aprofundados até panfletos de viés mais militante cobrindo temas

[249] HIGGS, E. "Graham, George (1801–1888), civil servant". In: *Oxford Dictionary of National Biography*. Disponível em: https://www.oxforddnb.com. Acesso em 7/3/2021.
[250] Edwin Chadwick, Walter Coulson, Samuel Jones Loyd, Nassau William Senior e Thomas Tooke.
[251] De um ponto de vista político, Henry de la Beche e o comissário assistente Charles Pelham Villiers podem representar exceções enquanto radicais que ingressaram na sociedade. Beche parece ter tido inclinações jacobinistas na juventude, que lhe renderam uma expulsão do *Royal Military College*, mas não foi determinado se essa postura permaneceu durante a vida adulta. Villiers, por sua vez, era um radical benthamita convicto, mas a origem aristocrática de certo facilitou seu aceite pela *Royal Society*.
[252] Para uma relação de publicações de autoria do comissariado, cf. Quadro X no Anexo.

como o sistema educacional, as Leis dos Cereais, a Lei dos Pobres, o trabalho fabril e a situação geral da classe trabalhadora. Mostravam que sua dedicação a essas temáticas, que dominavam o debate público da época, não era limitada aos momentos em que atuavam pelas respectivas comissões. Alguns comissários também desempenharam papel ativo na imprensa, como proprietários, editores ou colaboradores regulares de jornais[253].

O conjunto de comissários foi constituído por homens que ocupavam o centro do desenvolvimento e divulgação do pensamento social e científico britânico. Se inseriam nessa posição não apenas pelo esforço intelectual como indivíduos, mas pelo estabelecimento de redes associativas suficientemente heterogêneas para integrar diferentes ambientes de fermentação de novas ideias, sem excluir pontos de conexão com esferas conservadoras. A cultura associativa oferecia espaços segmentados, dentro dos quais podiam se organizar perspectivas e interesses específicos, mas, simultaneamente, representava um elemento de coesão e coexistência cordial entre impulsos de mudança e forças conservadoras. A intelectualidade integrada desta maneira englobava, portanto, expoentes nutridos por perspectivas reformistas fomentadas pela classe média, do mesmo modo que abraçava nomes orientados pela visão de mundo das antigas classes dominantes. O mosaico intelectual assim constituído não estava livre de conflitos, mas permanecia atrelado a uma referência comum: não cabiam, dentro de sua diversidade, posições radicais que questionassem as instituições de maneira a pôr em risco a estabilidade das relações capitalistas. As identidades políticas do comissariado refletem essa linha demarcada.

2.2.1.e. Posicionamento político e religião

Quadro V: Posição política e religião dos comissários

Nome	Posição política	Posição econômica	Religião	Observações
Barry, David	Conservador (moderado?)	Liberal [?]	Anglicano	Casou-se com uma das irmãs de Richard Whateley, Arcebisbo de Dublin, professor de economia política e noético
Bishop, Henry	Moderado	Liberal	Anglicano	Noético, casou-se com uma das irmãs da esposa de Richard Whateley

[253] Edwin Chadwick escreveu para alguns jornais no final da década de 1820, incluindo o utilitarista *Westminster Review* e o noético *London Review*. Walter Coulson foi repórter parlamentar pelo *Morning Chronicle*, assumindo depois a editoria dos jornais *The Globe* e *The Traveller*, além de ter trabalhado no *Globe and Traveller*, formado pela fusão entre ambos em 1822. William Edward Hickson foi editor do *Westminster Review* entre 1840 e 1852, tornando-se proprietário do periódico. Richard Michaux Muggeridge foi editor do *Hertfordshire Mercury* de 1825 a 1833. James Stuart foi editor do londrino *Courrier* de 1831 a 1836.

Blomfield, Charles James	Moderado / Tory (ao menos até meados da década de 1830)	Oscilante entre posicionamentos liberais e intervencionistas	Anglicano da Alta Igreja	Se opôs à emancipação católica, mas defendeu a tolerância religiosa para com dissidentes / Entusiasta da Nova Lei dos Pobres em sua aprovação, mas não voltou a defendê-la posteriormente / Apoiou a carta das Dez Horas em 1847
Chadwick, Edwin	Radical benthamita	Liberal	Evangélico wesleyano	
Coulson, Walter	Radical benthamita	Liberal		
Cowell, John Welsford			Anglicano [?]	
Cubitt, William				
de la Beche, Henry Thomas	Radical [?]			Afastado do Royal Military College na juventude ao ser acusado de jacobinismo
Denison, William Thomas	Conservador [?]		Anglicano	Anglicano fundamentalista, rejeitava darwinismo
Drinkwater, John Elliot (a partir de 1837 John Elliot Drinkwater Bethune)		Liberal	Anglicano [?]	
Gawler, Henry	Radical benthamita [?]	Liberal [?]		
Graham, George	Moderado	Liberal [?]	Anglicano	Seu irmão mais velho, Sir James Graham, rompeu com os *whigs* em 1835, passando para as fileiras conservadoras. Progressivamente, foi abraçando uma abordagem peelista, e terminou a vida no Partido Liberal.
Grosvenor, Robert	*Whig*	Liberal [?]	Anglicano evangélico	Votou contra o voto secreto em 1839 e apoiou a Carta das Dez Horas 1847
Hawkins, Francis Bisset			Anglicano [?]	
Hickson, William Edward	Radical [?]	Liberal	Batista	Tinha amizade com radicais londrinos na juventude, incluindo John Stuart Mill / Publicou panfletos contra as Leis dos Cereais
Horner, Leonard	*Whig*	Liberal [?]		Mostrou-se mais afeito à regulação das relações de trabalho do que os demais comissários, principalmente a partir da experiência como inspetor fabril
Jones, Richard Lambert				
Leslie, John	*Whig*	Liberal		Publicou duas cartas abertas exaltando a Nova Lei dos Pobres
Loudon, Charles				
Loyd, Samuel Jones	*Whig*	Liberal	Batizado como unitarista, mas	

			converteu-se ao anglicanismo	
Mackintosh, Robert James	Radical [?]			
Martin, James Ranald				
Muggeridge, Richard Michaux	*Whig*	Liberal		
Owen, Richard	*Tory*		Anglicano	
Pelham- Clinton, Henry Pelham Fiennes	Iniciou a vida política como tory, mas integrou o Partido Liberal no fim da vida	Peelita	Anglicano da Alta Igreja	
Playfair, Lyon		Liberal		
Power, Alfred	*Whig*		Anglicano [?]	
Reid, David Boswell				
Saunders, Robert John			Anglicano	
Scott, Walter Montagu Douglas	Conservador / Tory	Peelita	Anglicano	Integrou o governo de Robert Peel e acatou de forma relutante o fim das Leis dos Cereais
Senior, Nassau William	Moderado	Liberal		
Slaney, Robert Aglionby	*Whig*		Anglicano [?]	
Smith, James	Radical [?]			Construiu uma vila operária e uma escola nas adjacências de sua fábrica em Deanston, professando simpatia pelo owenismo.
Smith, Thomas Southwood	Radical benthamita		Criado baptista, convertido ao unitarismo	
Spencer, John				
Stephenson, Robert	Conservador	Protecionista	Anglicano	
Stuart, James	*Whig*		Anabatista [?]	Seu forte whiggismo desencadeou tensões com grupos tories no condado de Fife, culminando em um duelo contra o poeta tory Sir Alexander Boswell, no qual este é ferido de morte por Stuart em 1822. Stuart foi inocentado no julgamento mais famoso da Escócia em sua época
Sturges Bourne, William	Moderado / *Tory*		Anglicano	
Sumner, John	Moderado		Anglicano	Apoiou a emancipação católica

Bird			evangélico	
Thomas, Tancred			Anglicano	
Tooke, Thomas		Liberal	Anglicano	
Traill, James	*Whig*			
Tufnell, Edward Carleton			Anglicano [?]	
Woolriche, Stephen				

Fonte: Cf. Anexo.

Classificar os comissários dentro do espectro de posições políticas é um desafio. Há casos nos quais rótulos podem ser aplicado com maior objetividade, como para os 7 comissários que se sentaram nos Comuns ao longo de suas vidas: quatro destes parlamentares eram *whigs* ou integrantes do Partido Liberal que o sucedeu, dois eram *tories* liberais peelistas e um único se mostrou um "alto *tory*"[254] conservador e protecionista[255]. Este último tratava-se justamente de Robert Stephenson, expoente do setor ferroviário considerado exemplo de *ethos* do empreendedorismo capitalista e moral vitoriano, mas que julgava o livre mercado um salto no escuro. Para outros comissários, contudo, as afinidades partidárias podem não ser tão óbvias, ou talvez não sejam a forma mais adequada de defini-los politicamente.

O mesmo comissário pode se colocar de forma variada diante de pautas religiosas, políticas ou econômicas. Separar um eixo de posicionamento político de outro econômico é uma forma de amenizar as limitações impostas pela tentativa, infrutífera, de mapear orientações ideológicas apenas através de uma gradação única opondo os dois partidos hegemônicos ou os rótulos "liberal" e "conservador". Não havia correlação automática entre abraçar o liberalismo na economia, atacando ações protecionistas, e entusiasmar-se por reformas que enfraquecessem outras formas de exclusivismo institucional. Um grupo representativo dessa articulação entre liberalismo e conservadorismo foram os "noéticos" (*noetics*), como ficou conhecido o círculo organizado em torno de alguns nomes do *Oriel College* de Oxford. O pensamento noético se caracteriza por uma defesa conservadora das instituições, sobretudo em âmbito religioso, apegando-se à manutenção dos privilégios do anglicanismo enquanto igreja nacional exclusiva e exaltando suas liturgias

[254] Tradução da expressão *high tory*, termo utilizado para designar os *tories* identificados com a tradição mais conservadora do *torysmo*, distinguindo-se da vertente moderna que começou a se delinear mais claramente a partir de Pitt e que frutificou no peelismo.
[255] Whigs/liberais: Robert Grosvenor, Samuel Jones Loyd, Lyon Playfair e Robert Aglionby Slaney. Peelistas: Henry Pelham Fiennes Pelham-Clinton e William Sturges Bourne. Tory: Robert Stephenson.

diante de abordagens mais evangélicas. Simultaneamente, reivindicavam o livre mercado e tinham simpatias *whigs*. Conforme Peter Mandler[256], as ideias noéticas influenciaram grandemente o núcleo da comissão de inquérito sobre a Lei dos Pobres, composto por homens moderados do ponto de vista político, que não haviam aderido à reforma eleitoral antes de 1830 e procuravam aproximar o pensamento conservador da economia política.

Para grande parte do quadro de comissários, não foram encontradas declarações explícitas ou vínculos institucionais que apontassem de forma inequívoca para uma identidade política definida. É possível estimar perfis a partir da existência de parentes ou colaboradores próximos para os quais a posição política é mais evidente, ou fazer avaliações a partir do posicionamento diante de determinadas pautas. Reconhecendo as imprecisões que esse tipo de abordagem pode acarretar, os resultados apontam para o predomínio de tendências moderadas. Em termos partidários, os alinhamentos pendem para o *whiggismo*, um resultado influenciado pelo recorte cronológico do estudo, no qual dois terços dos comissários são nomeados durante a década de governo *whig* entre 1831 e 1841. Mas não parece haver uma polarização aguda, do ponto de vista ideológico, ao se contrapor os comissários a partir do viés político. Os *tories* envolvidos nas comissões, majoritariamente, não se mostram ultra conservadores. Encontramos, dentro desse conservadorismo menos inflexível, acenos à tolerância religiosa, inclusive para católicos, e um endosso de cores peelistas ao livre mercado. Dentre os que apoiavam os *whigs*, por sua vez, os radicais representam uma minoria.

Chadwick, Coulson e Southwood Smith são os três comissários notoriamente identificados com o radicalismo, sendo que os três cultivaram uma amizade pessoal com Bentham[257]. Mas o número de radicais nas comissões pode ser maior, havendo pelo menos mais quatro nomes com indícios de que poderiam professar alguma forma de radicalismo, ou que o fizeram ao menos na juventude[258]. O envolvimento desses

[256] Mandler menciona Senior, Sturges Bourne, Sumner, Blomfield e Bishop como aqueles representavam, inicialmente, os nomes principais da comissão, todos eles moderados que apenas tardiamente aderiram à reforma. Convém lembrar que Chadwick, um dos redatores do relatório final do inquérito, era um radical, mas inicialmente ocupava apenas a posição de comissário assistente dentro da iniciativa. MANDLER, P. "Tories and Paupers: Christian Political Economy and the Making of the New Poor Law." *The Historical Journal*, n. 33, 1990, p. 98.

[257] Edwin Chadwick era filho de um jornalista radical e foi secretário pessoal de Bentham. Walter Coulson, tutorado por Bentham na juventude, era filho do pintor-mestre do Estaleiro Real em Devon, casado com a filha de um cirurgião. Thomas Southwood Smith, que dissecou publicamente o cadáver de Bentham em respeito ao desejo deste, provinha de uma família batista no Somerset que aparenta ter tido algum recurso, mas com a qual rompeu todos os laços ao se converter ao unitarismo ainda na adolescência.

[258] William Edward Hickson, que frequentou associações radicais londrinas quando jovem, onde conheceu John Stuart Mill, era filho de um próspero artesão e vendedor de sapatos londrino. Henry Gawler e Robert James Macintosh, ambos oriundos de famílias terratenentes ligadas à nobreza, provavelmente eram

comissários com discursos radicais não pode ser confundido com um endosso ao radicalismo popular. Chadwick não disfarçava seu repúdio por aqueles que considerava agitadores demagógicos, responsáveis por atiçar a classe trabalhadora em caminhos imprudentes. A forma como as comissões condenam repetidamente a ação de sindicatos e cartistas mostra que esta era uma opinião partilhada pelos demais comissários radicais. Os espaços de sociabilidade pelo qual os comissários circulavam, claramente, não eram abertos às vertentes do radicalismo que aderissem às táticas não institucionais de pressão popular, ou que ameaçassem os interesses capitalistas na ilha. Os comissários radicais não dialogavam com posições mais conservadoras apenas dentro do serviço público. Suas trajetórias de ascensão social e profissional são atravessadas pelo envolvimento com muitos tipos de associação, na maioria das quais imperava um tom moderado. Estamos falando de homens que transitavam dentro do *statu quo* e que desejavam crescer em seu interior, reformando-o sem subvertê-lo fundamentalmente.

Sobressaem-se quantitativamente os comissários que professavam a religião anglicana. Autores costumam falar na distribuição religiosa inglesa na forma de sanduíche, com o anglicanismo prevalecendo entre as classes populares, a nobreza e a elite de mercadores e financistas londrina. Entre esses dois polos, tinha-se uma camada mais fina, mas em expansão rápida no século XIX, de dissidentes, com força reconhecida nas classes médias provincianas. O catolicismo era uma religião predominantemente irlandesa, embora fosse praticado por alguns nobres britânicos. Na Escócia a hegemonia pertencia à igreja presbiteriana nacional. Pressões internas levaram os escoceses à Grande Disrupção (*Great Disruption*) de 1843, na qual cerca de um terço do clero presbiteriano, influenciado por ideais evangelicalistas, rompe com os calvinistas mais tradicionais para fundar a Igreja Livre da Escócia (*Free Church of Scotland).* Após ver-se reduzido às franjas das *Highlands* e das ilhas do norte no século XVIII, o catolicismo voltou no século XIX a ganhar devotos no país, mas permanecia minoritário.

Considerando a maioria inglesa dos comissários, a grande fatia advinda da aristocracia, da *gentry* e da elite mercantil, e o fato de que mais de um terço haviam se

radicais. O irmão de Gawler, John Bellenden Ker, tinha ideias anticlericalistas, e o filho deste, Charles Henry Bellenden Ker, foi um reformador jurídico benthamita. Já o pai de Macintosh foi um importante parlamentar, jurista e historiador escocês, que defendeu os princípios da Revolução Francesa contra os ataques de Burke, aproximando-se de Fox. Henry Thomas de la Beche foi afastado do *Royal Military College* por jacobinismo, mas não se encontraram indícios sobre seu posicionamento político durante a vida adulta, levantando a dúvida se não teria assumido uma postura moderada ou mesmo conservadora. James Smith possuía simpatias pelo owenismo e chegou a construir uma vila operária próxima à própria fábrica, o que pode indicar alguma aproximação com ideias radicais.

formado nas universidades de Oxford e Cambridge, de acesso vedado aos não anglicanos, o predomínio do anglicanismo é natural. Essa maioria envolve alguns comissários adeptos da linha da "alta igreja" (*high church*), termo usado para denominar uma relação conservadora com o anglicanismo, enfatizando a manutenção de hierarquias e liturgias e resistindo às tentativas de modernização no campo religioso, mostrando-se uma vertente mais fiel à herança organizativa católica da religião anglicana. Em contraponto, a chamada "baixa igreja" (*low church*) era formada por aqueles que defendiam a incorporação de uma pregação em moldes mais evangélicos, no esforço de tornar o envolvimento das classes populares com a religião oficial mais ativa. Essa ala também tinha seus representantes no comissariado. Apesar de serem majoritários os que se declaravam anglicanos na população, entre os dissidentes a assiduidade nos cultos e envolvimento efetivo com a comunidade religiosa era mais intensa, como foi evidenciado pelos censos nacionais do século XIX. A consciência de que começavam a perder terreno para os dissidentes na classe trabalhadora era um motivo pelo qual a baixa igreja desejava elevar o apelo popular do anglicanismo.

O pequeno número de dissidentes encontrados nas comissões é formado por Chadwick, Southwood Smith e William Edward Hickson, metodista wesleyano, unitarista e batista, respectivamente. Samuel Jones Loyd, embora criado como unitarista, aderiu ao anglicanismo. O pai de James Stuart converteu-se do presbiterianismo para o anabatismo, sendo provável que o comissário tenha seguido a religião abraçada pelo pai, mas isso não foi comprovado. Os cinco nomes mencionados pertenciam à classe média ou provinham de famílias que ascenderam pelos negócios rapidamente nas gerações mais recentes. No caso de Loyd, a conversão ao anglicanismo pode ter sido uma decisão estratégica para favorecer uma escalada dentro do ambiente político e cultural, permitindo, por exemplo, que fosse aceito em Cambridge.

O exercício de funções religiosas é pouco frequente entre os comissários. Com exceção de Charles James Blomfield e John Bird Sumner, ambos bispos, não se observou nenhum outro nome integrando o clero anglicano. Entre os dissidentes, apenas Southwood Smith mostrou-se envolvido de maneira mais formal com a pregação, ao atuar como reverendo em uma capela unitarista por alguns anos na juventude.

Sabe-se que as divergências entre denominações religiosas eram um fator espinhoso dentro do reformismo, notavelmente na pauta da promoção da educação popular. Mas não se encontra, nos relatórios finais, uma abordagem aberta da questão denominacional e seus desafios em termos de política pública. A ampla supremacia

numérica de anglicanos entre os comissários, aliada ao papel de representante de um olhar oficial condicionando a posição, pode explicar a ausência desse tema relevante sobretudo para as comissões que investigaram o trabalho infantil, nas quais a instrução popular e o ensino religioso são reivindicados com maior ênfase. Não se deve acreditar, contudo, que a pequena representatividade de dissidentes dentro do comissariado principal tenha excluído a influência que um sentimento evangelicalista, trans-denominacional, exerceu sobre a perspectiva expressa no trabalho das comissões de inquérito. Esse é um elemento discutido em outras seções deste estudo.

2.2.1.f. Carreira

Quadro VI: Carreira e trajetória dos comissários

Nome	Carreira pública antes do ingresso na comissão	Carreira privada antes do ingresso na comissão	Carreira pública após o ingresso na comissão	Carreira privada após o ingresso na comissão	Título de nobreza e cavalaria
Barry, David	Cirurgião da marinha / *Deputy inspector of hospitals* (1831) / Enviado especial à Rússia para estudar epidemia de cólera (1831) / Membro do Conselho de Saúde (1831)		Apontado para a comissão real de inquérito sobre a condição dos pobres na Irlanda formada em 1833, mas faleceu antes da divulgação do primeiro relatório		Cavaleiro (*Knight*) (1832)
Bishop, Henry					
Blomfield, Charles James	*Fellow* do *Trinity College*, Cambridge / Padre anglicano (1810) / Arquidiácono de Colchester (1822) / Bispo de Chester (1824-8) / *Privy Council* (1828) / Bispo de Londres (1828-56) / Câmara dos Lordes (1824-57)				
Chadwick, Edwin		Escreveu para jornais, incluindo o utilitarista *Westminster Review* e o noético *London Review*, no final da década de 1820 / Secretário pessoal de Jeremy Bentham (1830-2)	Secretário da Comissão da Lei dos Pobres (1834-47) / Comissário da Comissão Metropolitana de Esgotos (1849) / Membro do Conselho Geral de Saúde (1848-54)	Integrou o comitê provisório da *London and Manchester Direct Railway Company*	Cavaleiro-Comendador da Ordem do Banho (*Knight Commander of the Order of the Bath*) (1889)
Coulson, Walter		Amanuense de Jeremy Bentham / Repórter	*Recorder* em Penzance (1836-8) /	*Bencher* do Gray's Inn (1851) / Tesoureiro do	

		parlamentar pelo *Morning Chronicle* / Editor do *The Globe* / Editor do *The Traveller* / Editor do *Globe and Traveller* (1822), formado pela fusão entre o *Globe* e o *Traveller*	Conselheiro da Rainha (*Queen's Counsel*) (1851) / Esteve envolvido com a Comissão Real responsável pela organização da Grande Exposição de 1851	Gray's Inn (1853) / Representante do Gray's Inn no *Council of Legal Education* (1857)	
Cowell, John Welsford		Herdou uma propriedade escravista jamaicana			
Cubitt, William		Trabalhou inicialmente junto ao pai, moleiro, mas cedo se uniu a um construtor de máquinas agrícolas chamado Cook em Swanton Abbott, Norfolk, ao lado do qual desenvolveu sua primeira patente / Montador de máquinas em Horning, Norfolk (1807) / Associou-se ao empreendimento da Sra. Ransome, em Ipswich, Suffolk, onde se tornaria engenheiro-chefe e depois sócio (1812-26) / Engenheiro civil (1814-58)	Comissário da Comissão Metropolitana de Esgotos (1851-2)		Cavaleiro (1851)
de la Beche, Henry Thomas		Herdou uma propriedade escravista jamaicana, da qual começou a receber renda ao atingir 18 anos / Teve um negócio de venda de fósseis em Lyme, estabelecido com os Annings, uma família de artesãos / Passou um ano na Jamaica no início da década de 1820, procurando reverter o declínio do rendimento de sua propriedade escravista / Fundador e primeiro diretor do	Comissário da Comissão Metropolitana de Esgotos (1849-51)		Cavaleiro (1842) / Companheiro da Ordem do Banho (*Companion of the Order of the Bath*) (1848)

		Ordnance Geological Survey (1835), depois chamado *British Geological Survey*			
Denison, William Thomas					Cavaleiro (1846) / Cavaleiro-Comendador da Ordem do Banho (1856)
Drinkwater, John Elliot (a partir de 1837 John Elliot Drinkwater Bethune)	Conselheiro jurídico do *Home Office* (1830)		Comissário da Comissão Real de Inquérito das Corporações Municipais (1833-5) / Membro do Conselho Supremo da Índia (1848-51) / Presidente do Conselho de Educação da Índia	Possuía propriedades que não foram identificadas na Escócia, as quais deixou para o irmão quando partiu para Calcutá / Fundou a *Calcutta Female School* (1849), primeira escola para mulheres na Índia (atual *Bethune College*)	
Gawler, Henry	Secretário-chefe do *Master of the Rolls* / *Clerk* da *Court of Chancery*				
Graham, George	Iniciou a carreira na Cia das Índias / Major do 1° Regimento Indiano / Secretário de Bombai (1828-30) / *Registrar General* no *General Register Office* (1842-79)				
Grosvenor, Robert	MP Comuns (Shaftesbury 1822-6 e Chester 1826-47) / *Comptroller of the Household* (1830-4) / Integrou o *Privy Council* de Lord Grey (1830-3) / *Treasurer of the Household* (1846-7)		MP Comuns (Middlesex 1847-57) / Câmara dos Lordes (1857-93)	Presidente e *chairman* do *London Homeopathic Hospital* a partir de sua fundação (1849) / Investiu na *Great Western Railway* em empreendimento de risco (1860)	1° Barão Ebury (1857)
Hawkins, Francis Bisset	*Physician* no Dispensário de Westminster (1828-32) / Primeiro professor de Materia Medica no *King's College* (1829-35)		Inspetor prisional (1836) / *Metropolitan commissioner of lunacy* (1842-5) / Comissário na prisão de Pentoville (1847-8) / *Deputy Lieutenant* de Dorset (1858)		
Hickson,		Assumiu os		Editor do	

William Edward		negócios de produção e venda de sapatos da família na condição de filho mais velho		*Westminster Review* (1840-52), do qual tornou-se proprietário	
Horner, Leonard		*Warden* apontado pelo conselho da *London University* (1821-31) / Assumiu um ramo dos negócios do pai, mercador de linho, aos 19 anos. Chefiou a companhia nos anos seguintes à morte do pai (1829-33)	Inspetor fabril (1833-59)		
Jones, Richard Lambert	*Councillor* da *City* londrina (1819-51)	Antes de entrar para o Conselho da *City*, possuiu um negócio de vidraçaria, pintura e encanamento / Corretor de imóveis na *City* (1825-33)	Comissário da Comissão Metropolitana de Esgotos (1849)		
Leslie, John	Exerceu papel predominante dentro do conselho da *workhouse* de St. George, Hanoversquare		Comissário da Comissão Metropolitana de Esgotos (1849)		
Loudon, Charles				*Physician da Leamington Bathing Institution* (trabalhava na instituição em 1834, mas não é claro quando ingressou na função)	
Loyd, Samuel Jones	MP Comuns (Hythe 1819-26)	Iniciou a carreira trabalhando no banco do pai, o Jones, Loyd & Co / Membro do Conselho da *London Univeristy* (1828-44)	*High Sheriff* de Warwickshire (1838) / Câmara dos Lordes (1850-83)	Assumiu a direção do Jones, Loyd & Co com a aposentadoria do pai (1844). Em 1864 o banco foi incorporado ao *London and Westminster Bank*. Com a aposentadoria, passou a se dedicar às suas propriedades rurais / Membro do Senado da *London Univeristy* (1850-77)	Barão Overstone (1850)

Mackintosh, Robert James			Comissário da comissão real de inquérito sobre caridade em Inglaterra e Gales (1835) / Tenente-governador de Saint Christopher, Caribe (1847-50) / Governador de Antigua, Caribe (1850-5)		
Martin, James Ranald	Iniciou a carreira na Cia das Índias e ingressou no Serviço Médico de Bengala (1817) / Presidente do Hospital Geral de Calcutá (1817) / Integrou o 17° e 58° regimentos na guarnição do Forte William, Calcutá (a partir de 1818) / Cirurgião militar na Primeira Guerra Anglo-Birmanesa (1824-6) / Cirurgião do *Native Hospital* de Calcutá	Praticou medicina de forma privada em Calcutá, paralelamente às suas funções na carreira pública	Inspetor geral de hospitais do exército / Presidente do Conselho Médico da Cia das Índias (1843) / Comissário da comissão real de inquérito do estado sanitário do exército (1857) / Integrou órgão de inquérito não identificado sobre o estado sanitário do exército na Índia (1859)	Praticou medicina de forma privada em Londres, após deixar Calcutá no começo da década de 1840	Companheiro da Ordem do Banho (1860) / Cavaleiro (1861)
Muggeridge, Richard Michaux	Porta-bandeira (*ensign*) na infantaria entre 1815-29 [?] / Superintendente do *Factory Departament* (1834)[?] / Agente de migração na Comissão da Lei dos Pobres (1836-44)	Editor do *Hertfordshire Mercury*, (1825-33)		Agente parlamentar (1858-77)	
Owen, Richard		Prossector do *Royal College of Surgeons* / Assistente de curador (1827-42) e curador (1842-56) do museu do *Royal College of Surgeons* / Professor de anatomia comparada e fisiologia no *Royal College of Surgeons* (1836)	Superintendente de história natural do *British Museum* (1856-84)	Curador do museu do *Royal College of Surgeons* (1849-56)	Companheiro da Ordem do Banho (1873) / Cavaleiro-Comendador da Ordem do Banho (1884)
Pelham-Clinton, Henry Pelham Fiennes	MP Comuns (*South Nottinghamshire* 1832-46 e *Falkirk Bourghs* 1832-51)		*First Commissioner of Woods and Forests* (1841-6) / Secretário-Chefe para a Irlanda (1846) / *Privy*		Earl de Lincoln (1811-51) / Quinto Duque de Newcsastle-under-Lyne

			Council (1841) / *Irish Privy Council* (1846) / Câmara dos Lordes (1851-64) / *Secretary of State for War and the Colonies* (1852-4) / *Secretary of State for the Colonies* (1859-64) / *Lord Lieutenant of Nottinghamshire* (1857-64) / *Lord Warden of the Stannares* (1862-4)		(1851) / Cavaleiro da Ordem da Jarreteira (1860)
Playfair, Lyon		Gerente de químicos de uma tinturaria próxima à Clitheroe, Lancashire (1841) / Professor de Química do *Royal Institution of Manchester* (1842)	Professor de química da *School of Mines* (1851) / Envolvido na organização da Grande Exibição de 1851 / Secretário de ciências do *Departament of Science and Art* (1853) / Professor de química da Universidade de Edimburgo (1858) / Comissário da comissão real de inquérito a respeito da peste bovina (1865-6) / MP Comuns (*Edinburgh & St Andrews Universities*, 1868-85, *Leeds South*, 1885-92)	Químico do *Geological Survey* (1845)	Cavaleiro-Grã-Cruz da Ordem do Banho (*Knight Grand Cross of the Order of the Bath* (1883) / 1° Barão Playfair (1892)
Power, Alfred			Comissário assistente da Comissão da Lei dos Pobres (1834) / Comissário-chefe do comitê de inquérito para o auxílio aos pobres na Irlanda (1861) / Vice-presidente do Conselho Local de Governo da Irlanda (aposentado em 1879)		Companheiro (1871) e Cavaleiro-Comendador (1874) da Ordem do Banho
Reid, David Boswell	Assistente de química na Universidade de Edimburgo no início da década de 1830 / Apontado pelos Lordes em janeiro	Inventor de novo sistema de ventilação interna no início da década de 1840	Professor de fisiologia e higiene na Universidade de Winscoin-Madison, EUA (1859-60) / Inspetor médico		

	de 1840 para comitê responsável por implementar novo modelo de ventilação nos prédios do Parlamento após incêndio em 1834		da Comissão Sanitária do governo dos EUA (1856-63)		
Saunders, Robert John	Inspetor fabril (1833)		Esteve envolvido com o *National Factory Schools Experiment* de 1841-3, esforço experimental de educação anglicana para crianças operárias no Lancshire		
Scott, Walter Montagu Douglas	*Privy Council* (1842) / Lorde Guardião do Selo Privado (*Lord Keeper of the Privy Seal*) (1842-6)		Lorde Presidente do Conselho (*Lord President of the Council*) (1846) / *Chancellor* da Universidade de Glasgow (1878-84)		Duque de Buccleuch e Queensberry (1819) / Cavaleiro da Ordem da Jarreteira (*Knight of the Garter*) (1835)
Senior, Nassau William	Professor de economia política em Oxford (1825-30)	*Conveyancer* (advogado especialista em transferência de propriedade dentro da *Common Law*) (certificado na função em 1817, mas já a praticava antes)	*Master of Chancery* (1836) / Professor de economia política em Oxford (1847-52) / Apontado para a comissão real de inquérito sobre educação pública em 1864, ano de sua morte	*Trustee* da *Equity & Law Life Assurance Society* (1847)	Rejeitou título de cavaleiro
Slaney, Robert Aglionby	MP Comuns (Shewsbury, 1826-35, 1837-41) / Chefiou os comitês parlamentares sobre educação (1838) e saúde das cidades (1840)		MP Comuns (Shewsbury, 1847-52, 1857-62) / Comissário da Comissão Metropolitana de Esgotos (1849) / Integrou o comitê parlamentar para investimentos em poupança das classes populares e médias (1850) e possivelmente o comitê para a lei de parcerias (1851) / *High Sheriff* de Shropshire (1854)		
Smith, James		Após concluir os estudos universitários, assumiu a fábrica de fiação de algodão do tio em Deanston, Escócia / Premiado em			

		1815 por invenção de ceifeira automática / Abandonou os negócios no ramo têxtil subitamente em 1842 para se estabelecer como engenheiro agrícola em Londres, especializado em drenagem do solo			
Smith, Thomas Southwood	*Physician* do *London Fever Hospital* (1824)	Praticou medicina de forma privada logo após se formar	Integrante do Conselho Central de Saúde (1848-54) / Comissário da Comissão Metropolitana de Esgotos (1849)		
Spencer, John					
Stephenson, Robert		Trabalhou por três anos como engenheiro de mineração na Colômbia após deixar a universidade / Fundou em 1823 a *Robert Stephenson and Company* / Fundou em 1824 a *George Stephenson and Son* / Desenvolveu em 1825, junto ao pai, a primeira locomotiva de transporte de passageiros do mundo / Engenheiro chefe da *London and Birmingham Railway* (1833)	MP Comuns (Whitby 1847-59) / Comissário da Comissão Metropolitana de Esgotos (1849-52)	Por volta de 1850 estava envolvido em talvez um terço das construções ferroviárias inglesas, além da construção de pontes, obras de mineração, e outros projetos no continente europeu e na África	Rejeito título de cavaleiro oferecido pela rainha Vitória (1850) / Cavaleiro da Ordem de Leopoldo (Bélgica, 1841) / Cavaleiro da Legião de Honra (França, 1855) / Cavaleiro Grã-Cruz da Ordem de Olaf (Noruega, 1859)
Stuart, James	*Deputy liutenant* e juíz de paz em Fife em anos não identificados / Após concluir sua formação como *solicitor* em ano não identificado, integrou a cavalaria *yeomanry* de Fife até 1815	Pecuarista / Coletor do fundo para viúvas da *Society of Writers to the Signet* (1818-28) / Editor do jornal londrino *Courier* (1831-6)	Inspetor fabril (1836-49)		
Sturges Bourne, William	Após se formar *Barrister*, exerceu nas cortes do *Western Circuit* e do *King's Bench* / MP Comuns:				

	(Hastings 1798-1802, Christchurch 1802-12, Bandon 1815-8, Ashburton 1826-30 Milborne Port 1830-1) / Chefiou o comitê parlamentar para a Lei dos Pobres (1817) e integrou o comitê sobre artesãos e mecanização (1824) / *Home Secretary* (1827) / *First Commissioner of Woods and Forests* (1827-8)				
Sumner, John Bird	Mestre assistente no *Eton College* (1802) / *Fellow* do *King's College*, Cambridge (1801-3) / *Fellow* do *Eton College* (1817) / Prebendário de da diocese de Durham (1820-28) / Bispo de Chester (1828-48) / Câmara dos Lordes (1828-62)		Arcebispo da Cantuária (*Archbishop of Canterbury*) (1848-62)		
Thomas, Tancred					
Tooke, Thomas		Parceiro das firmas londrinas *Stephen Thornton & Co*. (1795) e *Astell, Tooke, & Thornton* (1826), dedicadas ao comércio com a Rússia / Membro do conselho diretor da *Australian Agricultural Company* (1824) / *Chairman* da *St. Katharine's Dock Company* (1825)		*Deputy-Governor* (1839) e *Governor* (1840-52) da *Royal Exchange Assurance Corporation* / Um dos primeiros diretores da *London and Birmingham Railway Company* (fundada em 1837)	
Traill, James			Magistrado em uma corte de polícia não identificada (1833)		
Tufnell, Edward Carleton			Comissário assistente da Comissão da Lei dos Pobres (1835-46)	Fundador, ao lado de James Phillips Kay, do *Battersea Normal College*, em Londres, primeiro instituto de formação de professores	

				(1840)	
Woolriche, Stephen					

Fonte: Cf. Anexo.

Até agora, a trajetória dos comissários foi avaliada como algo à parte de seu trabalho com as comissões, sem desenvolver propriamente o modo como essa experiência se inseriu em suas carreiras. O primeiro ponto a ser ressaltado é que o posto de comissário real de inquérito não representava, necessariamente, um atrativo econômico. As comissões sobre a Lei dos Pobres e os tecelões manuais formadas, respectivamente, em 1832 e 1837, não ofereceram aos comissários remuneração alguma, uma tendência que avançava entre as comissões reais. Já as comissões para o emprego de crianças, saúde das cidades e saúde da metrópole nomeadas em 1840, 1843 e 1847, fizeram pagamentos para uma parte de seus comissários, excluindo da folha nomes que já ocupavam outras funções públicas. As comissões para a mineração nas *Midlands* e o estado dos *framework knitters*, de 1842 e 1844, ambas constituídas por um único comissário, ofereceram honorários aos seus investigadores solitários. Apenas a comissão para o emprego de crianças em fábricas de 1833 remunerou, integralmente, um corpo plural de comissários[259].

Secretários e comissários assistentes, por sua vez, aparecem como funções pagas em todas as comissões estudadas na qual se fizeram presentes. Secretários e secretários assistentes possuíam atribuições mais constantes durante a vigência de uma comissão real de inquérito, desempenhando funções administrativas qualificadas. Para isso, era esperado que houvesse compensação financeira. Quanto aos comissários assistentes, eram nomeados tendo em vista o trabalho de campo, que envolve despesas de deslocamento e afastamento temporário das demais atividades. Era considerado justificável que fossem compensados em alguma medida. Não por acaso, nas comissões em que os comissários principais foram remunerados, via de regra estes também estavam responsáveis pelo trabalho investigativo *in loco*[260].

Embora alguns comissários tenham se envolvido em múltiplas comissões, esses postos em si não representavam uma carreira viável, uma vez que não tinham remuneração assegurada e nem perspectiva de regularidade, dado que se extinguiam em no máximo alguns anos. É óbvio que o fato de as comissões reais de inquérito não figurarem, sozinhas, como grande atrativo econômico, não descarta a possibilidade de

[259] COLLINGE, J. M (org.). *Office-Holders in Modern Britain: Volume 9, Officials of Royal Commissions of Inquiry 1815-1870*. London: University of London, 1984. Disponível em: http://www.british-history.ac.uk/office-holders/vol9. Acesso em 13/11/2020.
[260] Ibidem.

que abrissem portas para posições mais cobiçadas na carreira pública. A Comissão da Lei dos Pobres, fundada em 1834 e que perdurou até 1847, com poderes superiores em relação aos de uma comissão de inquérito usual, era uma exceção tanto por sua organização e durabilidade quanto pelos salários altos que oferecia. Além de Chadwick, que se tornou secretário, outros três nomes conseguiram conquistar um disputado lugar como comissários assistentes dentro da entidade, graças à atuação prévia na comissão de inquérito sobre a Lei dos Pobres de 1832 a 1834[261]. Leonard Horner e James Stuart, ambos envolvidos na investigação sobre o trabalho de crianças em fábricas de 1833, também obtiveram bons empregos na mesma área do inquérito realizado, ao serem nomeados inspetores fabris subordinados ao *Home Office* após o fim da comissão. 8 comissários, todos eles envolvidos no inquérito de saúde das cidades de 1843 a 1848 ou no inquérito de saúde da Metrópole de 1847 a 1850, foram nomeados para a Comissão Metropolitana de Esgotos (*Metropolitan Commission of Sewers*), que perdurou entre 1849 e 1856[262]. Entretanto, apesar da importância do órgão, tratava-se de uma função não assalariada.

O conjunto de trajetórias analisadas não sugere que as comissões reais desempenharam, na maior parte dos casos, o papel de trampolim imediato para melhores posições na carreira pública, se pensarmos em termos financeiros. Pelo menos 18 comissários de inquérito se envolveram, após sua experiência, com algum outro tipo de comissão vinculada ao governo britânico, mas as indicações possuem, por vezes, vários anos de espaçamento entre elas, sem que se possa apontar uma correlação de causa e efeito simples entre ambas[263]. Além disso, os postos não necessariamente eram remunerados. Ao se comparar as carreiras públicas de muitos comissários antes e depois de serem nomeados, é comum se deparar com uma continuidade que não parece ter seu curso determinado de maneira ostensiva pela comissão real de inquérito.

Casos pontuais, nos quais a comissão foi visivelmente uma porta de entrada para homens jovens interessados em ingressar no serviço público, existiram, como atestado pela história de James Traill, filho de um proprietário de terra escocês e irmão mais novo do parlamentar *whig* George Traill. Desde que o também parlamentar *whig* escocês Henry

[261] Alfred Power e Edward Carleton Tufneel foram ambos nomeados comissários assistentes, enquanto Richard Michaux Muggeridge foi agente de migração da comissão entre 1836 e 1844.
[262] Edwin Chadwick, William Cubitt, Henry Thomas de la Beche, Richard Lambert Jones, John Leslie, Robert Aglionby Slaney, Thomas Southwood Smith e Robert Stephenson.
[263] David Barry, Edwin Chadwick, Walter Coulson, William Cubitt, Henry Thomas de la Beche, John Elliot Drinkwater, Francis Bisset Hawkins, Richard Lambert Jones, John Leslie, Robert James Mackintosh, James Ranald Martin, Lyon Playfair, Alfred Power, William Nassau Senior, Robert Aglionby Slaney, Thomas Southwood Smith, Robert Stephenson e Edward Carleton Tufnell. Cf. Quadro VI para as relativas comissões.

Brougham, 1° Barão de Brougham e Vaux, tornou-se Lorde Chanceler em novembro de 1830, James insistu junto a este para que fosse apontado para algum cargo. A nomeação para a comissão de inquérito sobre a Lei dos Pobres em 1832 lhe foi estendida como uma solução momentânea para seus anseios, até que fosse encaminhado para ocupar uma corte de polícia no ano seguinte, posto que de fato almejava[264]. Entre os comissários assistentes, chama a atenção a trajetória de William Augustus Miles, um homem que alegava ser filho bastardo do rei George IV e que saltou entre diferentes cargos, incluindo a comissão de inquérito sobre tecelões manuais em 1837, até se estabilizar como comissário de polícia na Austrália. Mas esses episódios se destacam por serem exceções. Raramente a pesquisa se deparou com demonstrações flagrantes de ingresso nas comissões apenas para usá-las como escada ou como compensação[265].

É difícil supor as intenções e expectativas nutridas por cada comissário ao se envolverem com as comissões estudadas. A maioria possuía mais de 35 anos ao serem nomeados e já gozavam de algum renome como profissionais, homens de negócios ou na vida pública ao receberem a indicação para a comissão. Ser indicado para o comissariado podia representar o reconhecimento obtido em um campo de atuação, adicionando louros a uma carreira bem sucedida mais do que catapultando-a. A posição de comissário inegavelmente oferecia capital político que poderia ser investido para alçar voos maiores na máquina estatal, além de prestígio social, mas não se pode desconsiderar que os comissários nutriam interesses de outra ordem pela atividade nas comissões. Afinal, como atestado por suas inserções na vida associativa e meio intelectual, eram homens engajados nas novas fronteiras da ciência e nos debates em voga sobre os rumos da sociedade britânica. A oportunidade de influenciar na formulação das políticas públicas, colocando em exercício esses saberes e visões de mundo, também promovia seu fascínio.

Competência ou boa vontade não eram uma garantia, é claro, de acesso a órgãos importantes como as comissões. Contatos influentes no meio político eram decisivos, especialmente para comissários mais jovens e que não tivessem construído ainda renome na política, nos negócios ou ciências. Chadwick e Southwood Smith, dois dos nomes mais ativos dentro do reformismo, não teriam sido nomeados comissários no início da década de 1830 se não fosse a proximidade que mantiveram com Bentham, durante a fase final

[264] MANDLER, P. "Tories and Paupers: Christian Political Economy and the Making of the New Poor Law." *The Historical Journal*, n. 33, 1990, p. 99.
[265] Além dos dois exemplos comentados, cabe citar o caso de Henry Gawler, cuja nomeação para a comissão de inquérito da Lei dos Pobres veio após os *whigs* extinguirem o posto que este ocupava na Corte de Chancelaria (*Court of Chancery*). Idem, p. 98-9.

da vida deste. Pertencer a famílias ricas e prestigiadas era, sem dúvidas, um grande facilitador para se manejar as redes que poderiam conduzir a uma comissão. Essas constatações não chegam a ser surpreendentes. A manutenção de formas de patronato como elemento propulsor de carreiras não nos permite supor que estamos lidando com os mesmos mecanismos da Velha Corrupção. As comissões de inquérito não eram sinecuras, embora eventualmente a vaga entre os comissários tenha sido manipulada na condição de favor político. Havia trabalho investigativo intenso reservado para os que ocupavam esse espaço, ao menos para os que tinham por expectativa retribuição financeira.

A maioria dos comissários construiu alguma carreira na área pública (para além das atividades nas comissões) considerando governos locais, central e coloniais, Igreja Anglicana, forças armadas, universidades públicas e outras instituições governamentais. Para apenas 10 comissários não foi encontrada nenhuma passagem, fora a participação na comissão real de inquérito, por cargos públicos[266]. Para boa parte desses nomes, a falta de resultados possivelmente se deve à ausência de dados em geral levantados para suas trajetórias, que não foram mapeadas com sucesso. Mesmo aqueles comissários que apresentaram lucrativas carreiras privadas nos negócios ou como profissionais assumiram, com frequência, ao menos um posto honorário ou de conselho em instituições públicas.

9 comissários, dos quais 6 provinham da aristocracia ou da *gentry*, estiveram em funções importantes no governo central, exercendo chefia ou aconselhamento em ministérios e outros departamentos de Estado, compondo o Conselho Privado (*Privy Council*)[267] ou atuando em cortes especiais[268]. Esse número exclui integrantes de comissões e conselhos provisórios ou que tiveram curta duração, bem como inspetores subordinados ao governo. 7 comissários foram eleitos para a Câmara dos Comuns[269]. Postos nos condados contemplaram cinco comissários (dois *high sheriffs*, dois *deputy-lieutenants* e um *lord-lieutenant*), compreendendo posições costumeiramente ligadas à

[266] Henry Bishop, John Welsford Cowell, William Thomas Denison, William Edward Hickson, Charles Loudon, James Smith, John Spencer, Thomas Tancred, Thomas Tooke e Stephen Woolriche.
[267] Conselho formal de assessoramento ao monarca na tomada de decisões, formado por políticos experientes, via de regra com experiência parlamentar. Embora oficialmente o apontamento dos conselheiros seja uma prerrogativa real, na prática as escolhas tendiam a ser feitas a partir dos nomes indicados pelos ministros.
[268] Walter Coulson, John Elliot Drinkwater, Henry Gawler, Robert Grosvenor, Henry Pelham Fiennes Pelham-Clinton, Lyon Playfair, Walter Montagu Douglas Scott, Nassau William Senior e William Stourges Bourne. Cf. Quadro VI para os detalhes de cada trajetória.
[269] Integraram os Comuns: Robert Grosvenor, Samuel Jones Loyd, Henry Pelham Fiennes Pelham-Clinton, Lyon Playfair, Robert Aglionby Slaney e Robert Stephenson e William Sturges Bourne.

nobreza ou famílias ricas e influentes[270]. Eram cargos com origem militar e que assumiram, com o tempo, um misto de caráter administrativo e honorário. A correlação entre os eleitos para os Comuns e os que ocuparam esses postos nos condados é considerável, com três comissários figurando em ambos os conjuntos[271]. O serviço público no mundo colonial, por sua vez, pautou a trajetória de ao menos quatro comissários, dos quais três construíram a carreira na Índia e um no Caribe[272]. Nas universidades públicas, entre professores, *fellows* ou exercendo funções administrativas, foram encontrados 8 comissários[273].

No ambiente privado, para aqueles comissários cujas famílias possuíam empreendimentos, assumir os negócios familiares era um movimento comum. No comércio, finanças ou na manufatura, William Edward Hickson, Leonard Horner, Samuel Jones Loyd e James Smith encontraram sua primeira ocupação nas firmas de suas famílias. Horner e Smith, que abdicaram da gestão das companhias para se dedicar, respectivamente, às carreiras de inspetor fabril e de engenheiro, o fizeram apenas em momento avançado da vida. Quanto a Robert Stephenson, sua trajetória de ascensão meteórica deu-se ao lado do pai, George, um engenheiro mecânico autodidata de origem humilde. Pai e filho se uniram na fundação da *Robert Stephenson and Company* em 1823 e se tornaram, juntos, os pioneiros na construção de ferrovias e locomotivas na década de 1820. Em 1850, Robert estava envolvido em um terço das ferrovias em construção no país, além de outras obras de engenharia. Outros comissários enveredaram para o mundo dos negócios de modo mais independente em relação às famílias. É o caso de Thomas Tooke, filho do capelão anglicano em uma fábrica britânica em São Petersburgo, trabalhando desde a adolescência em casas mercantis dedicadas ao comércio entre Rússia e Inglaterra. William Cubitt, cujo pai era moleiro, cedo abandonou o trabalho no moinho da família para seguir a trilha de aprendizagem, a qual, eventualmente, o transformou em um engenheiro prestigiado.

---

[270] *High sheriffs*: Samuel Jones Loyd (por Warwickshire) e Robert Aglionby Slaney (Shropshire). *Deputy-lieutenants*: James Stuart (Fife) e Francis Bisset Hawkins (Dorset). *Lord-lieutenant*: Henry Pelham Fiennes Pelham-Clinton (Nottinghamshire).

[271] Samuel Jones Loyd, Henry Pelham Fiennes Pelham-Clinton e Robert Aglionby Slaney.

[272] John Elliot Drinkwater, George Graham e James Ranald Martin atuaram na Índia, enquanto Robert James Mackintosh o fez no Caribe.

[273] Cambridge: Charles James Blomfield e John Bird Sumner. Oxford: Nassau William Senior. *King's College*: Francis Bisset Hawkins. Universidade de Edimburgo: Lyon Playfar e David Boswell Reid. Universidade de Glasgow: Walter Montagu Douglas Scott. Samuel Jones Loyd e Leonard Horner atuaram na *London University*, mas a mesma era uma entidade privada na época.

Muitos comissários foram agraciados com títulos de nobreza e cavalaria, especialmente na parte final de suas carreiras. Além do banqueiro Samuel Loyd, o químico e político Lyon Playfair também recebeu o título de barão. Títulos de cavalaria foram oferecidos para 13 comissários, dos quais dois rejeitaram a honraria. Dos que foram condecorados, 6 não advinham da aristocracia ou da *gentry*, assim como Loyd e Playfair, mostrando que suas carreiras propiciaram a elevação de seus status sociais[274].

No esforço de compreender como as nomeações para comissário se encaixam dentro das respectivas trajetórias, procuramos padrões que ajudem a identificar tendências, na impossibilidade de se reconhecer, com exatidão, as motivações para cada indicação individualmente. É comum não constatar nenhuma correlação entre a formação ou atuação prévia do comissário e o objeto de inquérito da comissão para a qual foi nomeado. Considerando que muitos desses indivíduos já haviam alcançado, previamente, cargos públicos notáveis, ou ostentavam uma origem familiar importante, a suposição é a de que dois fatores predominem na motivação desses apontamentos: cooptar nomes que favoreçam o trânsito político da comissão, atenuando a resistência de poderes locais ou reforçando sua blindagem contra os ataques de facções parlamentares; afinidade ideológica ou partidária entre o indivíduo nomeado e o núcleo político mais ativamente mobilizado na instituição da comissão. A simples nomeação de comissários a partir de favores políticos também não pode ser descartada como uma via de ingresso, mas, como mencionado, a pesquisa se deparou com poucos casos flagrantes desse tipo de prática.

Entre aqueles que ascenderam principalmente pela prática profissional ou carreira privada, é mais fácil encontrar proximidade entre as áreas de atuação e os temas investigados. As comissões para o estado sanitário das cidades e distritos urbanos em 1843 e para a metrópole em 1847 se mostram mais afinadas de um ponto de vista técnico, concentrando médicos, geólogos e engenheiros, uma composição condizente com o foco dado nas obras de melhoramento de infraestrutura, na drenagem de solo e no combate às doenças contagiosas. Em relação ao trabalho infantil, as comissões de 1833 e 1840

[274] Entre a *gentry* e aristocracia, foram condecorados com algum título de cavaleiro Walter Francis Montagu-Douglas-Scott (1835), William Thomas Denison (1846 e 1856), Henry Pelham Fiennes Pelham-Clinton (1860), Lyon Playfair (1883) e Charles Shaw-Levefre (1885). Entre os que não tinham origem nobre, receberam a honraria David Barry (1832), Edwin Chadwick (1889), Henry Thomas de a Beche (1848), James Ranald Martin (1860 e 1861), Richard Owen (1873 e 1884) e Alfred Power. Nassau Senior e Robert Stephenson rejeitaram a honraria, embora o primeiro tenha aceito títulos de outras monarquias europeias. Um John Leslie foi feito cavaleiro em 1837, mas não consegui verificar se é o mesmo que esteve na comissão de inquérito sobre tecelões manuais, cf. DODD, C. H. *The peerage, baronetage, and knightage, of Great Britain and Ireland, including all the titled classes*. Sixth year. London: Whitakker & Co., 1846, p. 552.

possuem alguns médicos de formação entre os comissários, encarregados de qualificar o levantamento de informações sobre a saúde das crianças e adolescentes trabalhadores. A nomeação de Thomas Tooke, economista liberal e homens de negócios, para ambos os inquéritos, demonstra o reconhecimento da economia como uma ciência que confere autoridade para abordar a questão trabalhista, uma observação reforçada pela presença de Samuel Jones Loyd e Nassau Senior no comissariado incumbido de inquirir sobre os tecelões em 1837. Dentre as comissões de inquérito mais importantes, a da Lei dos Pobres de 1832 é a mais uniformemente dominada pelos formados em direito, com presença diminuta de outras especializações. Embora critérios técnicos e de mérito profissional tenham se mostrado relevantes na seleção de boa parte dos comissários, sobretudo entre aqueles que não pertenciam a linhagens aristocráticas ou a *gentry*, uma rede de contatos para articular a indicação era um requisito incontornável.

Integrar o corpo de comissários se mostrava uma realização digna de ser destacada nos obituários e outros materiais de memória. Não é prudente, contudo, tomar como padrão a vivência de uma minoria para a qual, de fato, a experiência como comissário real de inquérito representa um divisor de águas claro, em termos de direção seguida dentro do reformismo social em particular e do curso de vida em sentido ampliado. Essa foi a realidade para aqueles comissários que se beneficiaram a partir dos postos e instituições fundados a partir das orientações das comissões reais: a Comissão da Lei dos Pobres, os inspetores fabris e os conselhos sanitários. Ingressar jovem na comissão, até os trinta e poucos anos, ou ser proveniente de segmentos mais modestos da classe média, também são fatores que tendem a fazer do papel de comissário algo mais influente em relação aos próximos passos na carreira. Os demais nomes, que não se encaixam em nenhum desses perfis, tiveram nas comissões a oportunidade de estabelecer contatos e aprofundar seu interesse e influência em determinados tópicos relevantes na pauta nacional, mas o resultado prático dessas ações, em suas trajetórias, é de ordem mais sutil e difícil de mensurar.

2.2.1.g. Impressões gerais sobre comissários assistentes e secretários

Para os 45 comissários assistentes (já excluídos os 6 que também foram comissários), as informações biográficas são mais escassas. Elas reforçam, ainda assim, padrões constatados entre os comissários principais, indicando que os dois grupos são selecionados a partir de um recorte social similar. Entre os 31 comissários assistentes para os quais o ano de nascimento pode ser ao menos aproximado com segurança, nos

deparamos com uma média de idade de ingresso nas comissões menor do que a dos comissários principais: 39 anos, embora, novamente, exista variância alta. Possivelmente, por se tratar de uma posição auxiliar, existiu a tendência de se nomear indivíduos um pouco mais jovens e de carreiras menos notáveis do que a média dos comissários mais importantes. De qualquer modo, é necessário frisar que o ano de nascimento de 14 comissários assistentes não foi estimado, quase um terço da amostragem, o que pode ter distorcido sensivelmente a média de idade levantada.

Os nomes de 6 comissários assistentes foram encontrados no dicionário da *gentry* terratenente de Burke[275]. Ashhurst Majendie, *barrister* e de família proprietária, talvez possa ser relacionado como integrante da *gentry*. Outros que podem ser cotados para a posição são David Okeden Parry Okeden e Caesar G. Otway, vindos de famílias importantes e com propriedades, sendo que o primeiro desposou a sobrinha de um marquês. Dentre os comissários assistentes, Charles Pelhan Villiers, neto do Earl de Clarendon por parte de pai e do Barão Boringdon pelo lado materno, é aquele que exibe credenciais mais fortes de origem aristocrática. É também o único comissário assistente eleito para os Comuns. Benthamita e livre mercadista, obteve o recorde de mais longa presença dentro do Parlamento, sentando-se por Woverhampton entre 1835 e 1885, chegando a ser reeleito aos 93 anos de idade, outra marca inédita. Patrick Francis Johston e Charles Hope Maclean, citados como membros da *gentry* no dicionário, possuíam sangue aristocrático pela parte materna.

Assim como os comissários principais, os comissários assistentes advêm de famílias das classes alta e média, ligadas à propriedade fundiária, negócios e profissões. O resultado do levantamento das origens familiares deixou lacunas, sem que as famílias de muitos dos nomes pesquisados tenham sido identificadas, o que dificulta análises mais precisas. Mas não há razão para crer que os comissários assistentes apresentem um padrão muito distinto no que diz respeito aos estratos sociais que compõem o conjunto de comissários principais. Até mesmo a representatividade de nomes ligados a algum estrato da nobreza (embora com menor número de aristocratas) parece semelhante, ao se comparar os dois grupos.

[275] Patrick Francis Johnston, Charles Hope Maclean, Denis Creagh Moylan, os irmãos Henry e Redmond W. Pilkington e Jellinger Cookson Symons. Um sétimo, Caesar G. Otway não consta na obra, mas sua irmã mais nova, Jane, é citada por ter se casado com um membro da família Sadleir, da *gentry* irlandesa. BURKE, J. B. *Genealogical and Heraldic Dictionary of the Landed Gentry of Great Britain & Ireland*. 2 volumes. London: Henry Colburn, 1850, v. 2, p. 1171.

Mais uma vez, o direito se sobressai como campo de ocupação, com 14 *barristers* confirmados[276]. Quase todos os *barrister*, nos casos em que descobriu a formação universitária, eram egressos de Oxford ou Cambridge[277]. A medicina ocupa um distante segundo lugar, correspondendo à formação de 4 comissários assistentes, sendo 2 *physicians* (um formado por Cambridge e outro pela Universidade de Edimburgo) e 2 cirurgiões (para os quais não se achou formação universitária)[278]. Outras ocupações incluem o exército, o clero, comércio, engenharia, arquitetura e geologia.

O grau de pertencimento do corpo de comissários assistentes às redes associativas é certamente subestimado pela menor disponibilidade de dados para essa categoria, mas se constata a distribuição entre entidades de divulgação científica, sociedades profissionais, associações de debate político e econômico, iniciativas de caridade e melhoramento social. Esse padrão parece estar em linha com o que foi observado para os comissários, mas chama a atenção o número muito inferior de *fellows* da *Royal Society* entre os comissários assistentes: apenas quatro, uma quantidade baixa se comparada aos 12 presentes no recorte anterior[279].

Ressalta-se também a existência de três comissários assistentes associados à Sociedade de Geologia (*Geological Society*) londrina, fundada em 1807, reafirmando o lugar da geologia enquanto uma ciência da moda. O interesse pela estatística é aferido pela presença de dois comissários na Sociedade de Estatística de Londres[280] e um em seu equivalente de Manchester[281]. Dois comissários assistentes exerceram papel ativo dentro da Liga Anti-Lei dos Cereais, um dos quais, Villiers, parece ter sido o único integrante do Clube de Economia Política[282].

---

[276] Henry Samuel Chapman, John Dorney Harding, Gilbert Henderson, John Lawson Kennedy, Arthur James Lewis, Charles Hope Maclean, Ashhurst Majendie, Denis Creagh Moylan, David Okeden Parry Okeden, Henry Pilkington, Joseph John Richardson, Jelinger Cookson Symons, Charles Pelham Villiers e Stephen Walcott. Harrison Gordon Codd e Redmond William Pilkington eram magistrados, mas não parecem ter tido formação jurídica.

[277] A única exceção foi Ashhurst Majendie, formado pela Universidade de Edimburgo. No total, entre todas as ocupações, foram identificados 8 comissários assistentes que cursaram Oxford ou Cambridge, mas o número real certamente é superior, dado o número elevado de *barristers* compondo o conjunto.

[278] *Physicians*: Charles Barham (formado em Cambridge) e Leonard Stewart (Universidade de Edimburgo). Cirurgiões: Richard Dugard Grainger e Samuel Swain Scriven.

[279] Henry Samuel Chapman, Richard Dugard Grainger, Ashhurst Majendie e Charles Pelham Villiers. Dois homens com o nome de John Wilson se tornaram *fellows* da *Royal Society* em 1845 e 1846, mas não foi possível ligá-los às comissões de inquérito. O fato de se tratar de um nome muito comum dificultou a filtragem de resultados neste caso.

[280] Charles Hope Maclean e William Augustus Miles.

[281] William Wood Rayner.

[282] Henry Samuel Chapman foi secretário do braço metropolitano da Liga, enquanto Charles Pelham Villiers foi uma liderança da mesma.

Nos negócios, destacam-se investimentos ferroviários: 8 comissários assistentes foram listados como integrantes de conselhos diretores ou comitês provisórios de linhas férreas entre o final da década de 1830 e meados da década de 1850, a maioria aparentemente envolvida na "mania das ferrovias" (*railway mania*), como ficou conhecida a bolha especulativa dentro do setor na década de 1840[283].

As diferenças mais chamativas entre os conjuntos de comissários principais e assistentes se dão em termos de carreira e prestígio social. Em ambos os conjuntos, se nota o predomínio de trajetórias marcadas por ao menos um cargo público (para além das comissões de inquérito). Entretanto, comissários assistentes chegaram em menor número ao Parlamento e posições importantes no governo central e Igreja, possuem menos integrantes ligados à aristocracia, foram condecorados com menos títulos de nobreza e cavalaria, obtiveram menor reconhecimento dentro da comunidade científica e nem se constatou, entre eles, carreiras nos negócios excepcionalmente bem sucedidas, próximas ao patamar de comissários como Samuel Jones Loyd ou Robert Stephenson. Em síntese, embora não pareçam advir de origens muito diferentes em relação aos comissários principais, os comissários assistentes se mostram figuras menos notáveis em suas trajetórias. Aqui se levanta a dúvida: indivíduos menos proeminentes tendiam a ser alocados no papel de assistente, ou, em sentido contrário, aqueles que eram colocados na posição principal tinham a trajetória impulsionada por ela?

A resposta é uma combinação entre os dois fatores. A média de idade dos comissários assistentes, alguns anos inferior em relação ao outro grupo, sugere que chegavam às comissões em estágio menos desenvolvido de suas carreiras, embora a variância faça disto uma tendência, não uma regra. Encontramos entre os comissários assistentes um número considerável de homens que se destacaram em diferentes segmentos. Mas o fato é que, quando comparamos os dois quadros, percebe-se que nomes mais ilustres, como membros da aristocracia, do alto clero, sujeitos formidavelmente ricos ou com grande reconhecimento nas suas áreas de atuação, eram nomeados, geralmente, para serem comissários. É digno de nota que a maioria dos comissários que se tornaram *fellows* da *Royal Society* o fizeram antes de serem nomeados para as comissões de inquérito, o inverso se observando entre os pouco comissários assistentes convidados para a instituição. Por sua vez, aqueles que eram nomeados sem gozar previamente de status social ou profissional, tinham no papel de comissário principal uma vitrine maior para se

[283] Charles Braham, Gilbert Henderson, Patrick Francis Johnston, John Lawson Kennedy, Ashhurst Majendie, John William Pringle, Jelinger Cookson Symons e Charles Pelham Villiers.

projetarem do que os assistentes. O envolvimento com comissões de inquérito, quando restrito à condição de assistente, não promoveu nomes vindos da pequena classe média na dimensão em que fez com Chadwick, para citar o exemplo mais óbvio.

Os secretários formam um grupo menor e, tal qual os comissários assistentes, com muitas lacunas nos dados de prosopografia. As observações aqui tecidas serão menos sistemáticas e se limitam a destacar algumas impressões. Dois secretários eram certamente *barristers*[284]. Bisset Andrew, secretário assistente, possivelmente também tinha essa ocupação. Um dos *barristers*, Henry Hobhouse, é o único secretário citado no dicionário da *gentry* terratenente, além de ter estudado em Eton e Oxford, apresentando uma formação típica para seu grupo social. Outro secretário, Henry Austin, era engenheiro civil e foi aprendiz de Robert Stephenson, o qual, é de se imaginar, tenha apontado o antigo pupilo e parceiro de empreendimentos ferroviários para o cargo. Alexander Bain, secretário assistente, possui uma trajetória peculiar, sendo o único nome pesquisado em toda prosopografia para o qual se constatou uma origem na classe trabalhadora. Filho de um tecelão empobrecido e veterano escocês, Bain deixou os estudos aos 11 anos de idade para trabalhar na tecelagem. Frequentando aulas abertas no instituto de mecânica de Aberdeen e na biblioteca pública, manteve uma disciplina autodidata durante a juventude e conseguiu acessar as universidades escocesas, onde se consolidou como referência no psicologismo britânico. Bain era também um radical benthamita e cético religioso.

Não se conseguiu identificar o ano de nascimento para metade do secretariado, o que compromete a análise sobre uma amostragem que já é pequena. A média de idade ao ingressar como secretário principal ou assistente nas comissões é de 37 anos, considerando os poucos resultados disponíveis. Apesar do levantamento de dados mais precário, não há razão para crer que os secretários constituam um grupo de características essencialmente divergentes dos comissários e comissários assistentes. Com exceção de Bain, parecem advir do mesmo recorte social de classe alta e média, formado por certa heterogeneidade de famílias de profissionais, homens de negócios ou proprietários fundiários.

[284] Joseph Fletcher e Henry Hobhouse

2.2.1.h. Conclusões sobre a análise do quadro de comissários

O quadro de comissários aponta para a presença da classe média dentro dos mecanismos de poder, mas que não ocorre desalojando a nobreza tradicional desses mesmos espaços. As comissões reais de inquérito, em sua composição, ilustram como os filhos da classe fundiária e da classe média se mostravam ativos na condução de um processo inicial de profissionalização e especialização de saberes e ocupações, que começa a se mostrar presente para além dos campos do direito e da medicina. Neste sentido, as comissões "equilibram", dentro de si, princípios de mérito e qualificação com o peso da tradição e da linhagem. O envolvimento do comissariado com a estruturação de novas culturas profissionais e com os círculos de debate e divulgação científicos não é, apenas, uma manifestação da vida associativa através da qual expoentes intelectuais bem relacionados podiam ascender social e politicamente. Ele também demonstra o quanto as pautas sociais passam a ser encaradas em tons mais científicos, mesmo que pela ótica de uma ciência profundamente moralista. Uma realidade mais urbanizada, populosa e suscetível a rápidas transformações demandava abordagens mais qualificadas. Mas a chancela da tradição sobre esta interpretação é atestada pela representatividade da nobreza, da terra, do clero e outros elementos caros à mentalidade aristocrática.

A presença elevada dos filhos da nobreza dentro das comissões não pode ser reduzida à mera continuidade de uma razão aristocrática, persistência dos privilégios que insistem na manutenção de sua fatia dentro de um espaço do aparato público, o qual começa a ser ocupado também por uma classe média que se qualifica intelectualmente. Havia uma razão funcional para que homens de famílias importantes, que ostentavam terra e linhagem, tivessem lugar assegurado nesses corpos de inquérito: afirmar a legitimidade das comissões junto à sociedade, sobretudo facilitando o trato com proprietários e poderes locais que frequentemente encararam com desconfiança a ação de comissários, considerados interventores externos empossados de demasiada autonomia. É fato, também, que entre a classe média e a nobreza existiam cenários de coexistência cultural, dentro dos quais os homens que compuseram as comissões reais foram intelectualmente moldados.

Não se deve perder de vista as segregações que permeiam este mesmo ambiente intelectual formativo. Os filhos da aristocracia, da *gentry* e grandes comerciantes dominavam o acesso às escolas públicas e a Oxford e Cambridge. Para a classe média, era mais viável recorrer a outras escolas menos exclusivas, ao autodidatismo, ao aprendizado e às universidades escocesas, caminhos que poderiam se articular de maneira

tortuosa. Agremiações mais tradicionais poderiam pôr obstáculos à entrada dos que não fossem bem nascidos, ou que não reproduzissem um conjunto de opiniões conservadoras. Existiam, contudo, eixos de convergência, incluindo as próprias comissões de inquérito, a partir dos quais era possível tecer determinados consensos, em meio aos inevitáveis ruídos produzidos por posições dissonantes no intercâmbio entre classes e opiniões políticas diferentes.

Retornamos, assim, à questão: essa produção de consenso aponta para o "aburguesamento" das relações de dominação dentro da sociedade britânica, ou é tão somente o eco da cooptação dos intelectuais da classe média ascendente para dentro de padrões aristocráticos? Sair deste impasse só será possível se qualificarmos os sentidos pretendidos através do emprego da categoria "burguesia", reflexão que ocupa a parte final deste capítulo.

2.3. Reformismo e hegemonia burguesa

Uma vez analisado o perfil dos comissários, retorno à proposição teórica que sustenta a pesquisa, que é a de que a atuação dos reformistas desempenhou papel histórico importante para a consolidação de uma hegemonia de ideias liberais, alinhadas ao projeto de industrialização das classes médias ascendentes, de forma que é possível delinear na história britânica do século XIX um fenômeno aqui denominado como "reformismo burguês".

Os reformistas burgueses compreendem o grupo de indivíduos, composto por moderados e radicais, afinados com um projeto pautado pela solidificação de valores liberais e a rejeição pela ação independente da classe trabalhadora organizada. A designação é ampla e abrange esforços conduzidos por dentro das vias oficiais, como é o caso das comissões reais, e por mecanismos de pressão política externos ao poder público. Sabe-se que, dentro desta gama de agentes, encontram-se alianças e iniciativas conjuntas, bem como desavenças. No interior do reformismo burguês, existem opiniões díspares acerca de temas como a validade ou não de se aprofundar a democracia representativa. Mesmo que seja tomado por parâmetro apenas o recorte de comissários reais analisados, seria equivocado concebê-los como um todo conscientemente dedicado a uma agenda comum. Mas suas ações, quando lidas em conjunto dentro de uma temporalidade, contribuíram para a consolidação de um modelo de sociedade que melhor comportava anseios de grupos sociais que se fortaleceram com a industrialização, embora este não

fosse um fenômeno necessariamente claro para os reformistas que nele se envolveram diretamente.

Perceber o reformismo com uma transição, na qual o poder passou das mãos da aristocracia para uma classe média liberal, já era algo presente na velha historiografia *whig*[285]. Na reconstituição de um liberalismo heroico radical, enfatizavam as conquistas de 1832 e 1846 como batalhas derradeiras em uma longa campanha contra os privilégios injustos, que incluíam o protecionismo. Os socialistas fabianos do entreguerras procuraram abordar a existência dos antagonismos sociais para além da divisão entre um *establishment* aristocrático e a nova classe média. Mas seu olhar era voltado menos para conflitos de classe e mais para aquilo que consideravam uma revolução no governo local, colocando como marcos, para além de 1832, a Nova Lei dos Pobres de 1834 e a regulação sobre as corporações municipais no ano seguinte. Essas reformas seriam as maiores responsáveis pela modernização das instituições britânicas e sua retirada da suposta estagnação em que estavam presas no século XVIII[286].

Beatrice e Sidney Webb alçaram a Nova Lei dos Pobres ao patamar de paradigma de uma gestão pública centralizada e padronizada, onde antes imperava o arbítrio e a incompetência da localidade. A rede de assistência pública a partir daí instituída lançava as bases para o que, no decorrer do tempo, viria a assumir a forma do Estado de bem-estar social que começava a se constituir após a Primeira Guerra. Tal feito só foi possível através da mentalidade utilitária que harmonizava de maneira eclética a crença do livre mercado, na esfera econômica, com a identificação de alguns setores essenciais de serviços e infraestrutura que demandavam regulação estatal. Esse liberalismo não dogmático, de abordagem pragmática para desafios sociais novos, colocava homens como Bentham e Chadwick mais próximos a uma espécie de pré-fabianismo do que inicialmente poderia se imaginar[287].

Com a chegada do pós-Guerra e o apogeu do Estado de bem-estar social, acentuou-se o interesse pelas reformas que conceberam e puseram em prática os "melhoramentos". A historiografia se afastava definitivamente de uma história política de modelo antiquado, voltada para a exaltação da atividade parlamentar, enfatizando a atuação de condutores políticos hábeis ou de parlamentares heroicos. Em um período

---

[285] Cf. HILTON, B. *A Mad, Bad and Dangerous People?* England 1783-1846. New York: Clarendon University Press, 2006, p. 664-665.
[286] Idem, p.665-666.
[287] WEBB, B; WEBB, S. (org.). *English Local Government*. English Poor Law History. Part II: The Last Hundred Years. v. 2. 1929. Reimpressão, London: Frank Cass & Co, 1963, p. 26-31.

inicial, os novos heróis eleitos foram os reformadores sociais mais atuantes, sobretudo Chadwick[288]. Trabalhos posteriores, contudo, relativizaram o peso individual desses nomes em prol de uma perspectiva de mudança mais geral dentro da mentalidade social e do serviço público[289]. Ao contrário da historiografia *whig*, que apontava para uma mudança para além do *establishment*, sentida na própria razão da época, com a clara cisão entre uma ordem decadente de corrupção e imobilismo aristocrática e uma de liberalismo dinâmico de classe média, agora era comum falar em mudança institucional com continuidade estrutural. Pouco se alterou na distribuição de poder na sociedade britânica, cujo *statu quo* foi capaz de se articular para transitar as reformas dentro dos seus próprios dispositivos[290].

Paralelamente, historiadores marxistas debatiam internamente, em uma perspectiva de conflito de classe, a pertinência da ideia de ruptura estrutural entre as sociedades aristocrática e burguesa. Para Thompson, os grandes reformadores sociais do período eram os artífices de um choque de *laissez-faire* bruto, despidos da vocação humanitária ou pragmática que se observava em autores não marxistas[291]. Décadas de urbanização e industrialização haviam corroído os mecanismos de controle social praticados no século XVIII, deixando um perigoso vazio de consenso ideológico que só foi novamente preenchido após a consolidação do projeto reformista liberal. Marxistas menos confiantes na capacidade auto afirmativa da burguesia inglesa do século XIX viam o reformismo como um ensaio de emancipação abortado, facilmente cooptado pelo *ethos* aristocrático[292]. O reformismo burguês, contudo, não era objeto de maior atenção entre os marxistas das décadas de 1950 e 60, mais preocupados com o campo popular, sendo mais debatido por historiadores com outras visões políticas.

Ao final da década de 1970 isso não era mais uma realidade, com o campo marxista apresentando uma posição desenvolvida sobre a contribuição do reformismo

---

[288] Os trabalhos de R. A. Lewis são paradigmáticos nesse sentido. cf. LEWIS, R. A. *Edwin Chadwick and the public health movement,* 1832-1854. Thesis presented for the degree of PhD. Birmingham: University of Birmingham, 1949.

[289] A referência principal aqui talvez seja a obra de George Kitson Clark. Cf. CLARK, G. K. *The making of Victorian England*: being the Ford lectures delivered before the University of Oxford. New York: Atheneum, 1976.

[290] TAYLOR, M. "The Beginnings of Modern British Social History?" *History Workshop Journal*, n. 43, primavera de 1997, p. 155-176.

[291] THOMPSON, E. P. *The making of the British working class*. New York: Vintage Books, 1966, p. 266-268.

[292] ANDERSON, P. "Origins of the present crisis." *New Left Review I*, n. 23, jan.-fev, 1964, p. 26-53.

para uma mudança qualitativa na natureza do Estado capitalista no século XIX[293]. Aqui, se criticava a interpretação da modernização institucional enquanto simples incorporação de especialistas neutros ao serviço público, salientando o caráter de classe desse estrato de gestores e profissionais. Os anos 1830, apontados como uma década definidora para a sociedade britânica, são lidos enquanto momento de reorientação do Estado, a partir da iniciativa burguesa, para o exercício de um papel estabilizador, visando atender de alguma forma à crise social que ameaçava a pretendida hegemonia liberal. Paul Richards destacou, inclusive, a posição de comitês e comissões públicas enquanto *locus* de construção e luta de narrativa[294].

Os rumos da historiografia da Revolução Industrial, entretanto, já estavam enveredando de forma aguda para concepções críticas à aplicação do conceito de classe enquanto determinante do processo histórico. A conjuntura de reformas das décadas de 1830 e 1840 não deixou de ser um marco institucional, e algumas interpretações ainda admitiam a existência de transformações em uma dimensão mais extensa de sociabilidade, para além de mero reordenamento dos dispositivos estatais. Compreender essa mudança enquanto uma transição hegemônica estava, contudo, descartado. Com o desprestígio da análise de classe, não fazia mais sentido conceber o reformismo enquanto parte de um projeto de poder trazendo em seu âmago novas formas de organização econômica. A chave para compreender as reformas estava no sincero sentimento de expiação e moralização da vida pública, manifestando-se na sociedade de modo transversal, sem ser condicionado por identidades classistas.

O Ato de 1832 não impôs o fim da presença majoritária do interesse agrário dentro do Parlamento. Sequer fora planejado para isso. Como é verdade que, décadas após a vitória da burguesia na revogação das Leis dos Cereais em 1846, um bem acabado expoente de consciência de classe burguesa como Richard Cobden lamentava a deferência da sociedade inglesa diante da aristocracia[295]. O reformismo não se traduziu em expurgo desses traços tradicionais. O sentido de uma hegemonia burguesa é de ordem mais sutil. Politicamente, as reformas introduzidas entre 1832 e 1835 abriram espaço para

---

[293] Cf. CORRIGAN, P (org.). *Capitalism, State Formation and Marxist Theory* - Historical Investigations. Tiptree: Quartet Books, 1980.

[294] RICHARDS, P. "State Formation and Class Struggle, 1832-48". In: CORRIGAN, P (org.). idem.

[295] Arnstein atacou a perspectiva de uma vitória do *ethos* burguês a partir de 1846, apontando, entre outros elementos, para a posição de *outsider* na política nacional que as lideranças da Liga Anti-Lei dos Cereais mantiveram diante de um governo central dominado, até o final do século, por aristocratas e membros da *gentry*. ARNSTEIN, W. L. "The Myth of the Triumphant Victorian Middle Class." *The Historian,* v. 37, n. 2, fevereiro de 1975, p. 205-221.

o controle da burguesia sobre o governo local nas municipalidades, naquelas em que o radicalismo popular não era vibrante e organizado o bastante para fazer oposição. Essa não é uma conquista a ser subestimada, uma vez que a localidade era contemplada com grande autonomia administrativa e oferecia uma base a partir da qual podia se fazer pressão sobre pautas estratégicas em nível nacional.

Na economia, pode se argumentar que os anos após o Ato de Reforma não fizeram mais do que dar seguimento à orientação para o liberalismo que já vinha sendo seguida em décadas anteriores. Mas isso é ignorar especificidades observadas após 1832, quando o governo se vê pressionado a arbitrar mais ativamente questões sociais com as quais não poderia agir via simples dogmatismo. O exercício de reforma neste cenário procura respostas em certa medida pragmáticas e *ad hoc*, sem que estas deixem de se inserir em uma estratégia maior, fundamentada em um entendimento liberal acerca do que é o bom funcionamento da sociedade. Os comissários reais, enquanto se apresentam como detentores de uma abordagem científica, desconectada de interesses classistas, fomentam um discurso oficial que não atende, em temas importantes, às demandas do radicalismo popular ou da aristocracia mais conservadora. Independentemente de as motivações psicológicas orientando esses reformadores penderem para este ou aquele lado, as interpretações e recomendações por eles difundidas ajudam a demarcar uma agenda de classe média urbana ao mesmo tempo em que a colocam na posição de interesse público, externo a qualquer classe. É nesse sentido que as reformas apontam para uma nova hegemonia, faltando qualificar o que se expressa através da categoria "burguesa".

Como justificar a defesa de um reformismo burguês, quando a análise de prosopografia indica que, entre os reformadores inseridos nas comissões, uma parcela minoritária guardava relação direta com indústria ou comércio? Convém recuperar o que o próprio Gramsci escreveu sobre os ingleses do século XIX:

> (Na Inglaterra) O novo agrupamento social nascido sobre a base do industrialismo moderno tem um surpreendente desenvolvimento econômico-corporativo, mas engatinha no campo intelectual-político. É muito ampla a categoria dos intelectuais orgânicos, isto é, dos intelectuais nascidos no mesmo terreno industrial do grupo econômico; porém, na esfera mais elevada, encontramos conservada a posição de quase monopólio da velha classe agrária, que perde a supremacia econômica mas conserva por muito tempo uma supremacia político-intelectual, sendo assimilada como 'intelectuais tradicionais' e como estrato dirigente pelo novo grupo que ocupa o poder[296].

[296] GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 28.

A leitura dessa passagem pode nos levar às conclusões de Anderson e mesmo de historiadores não marxistas: a pujança econômica da burguesia industrialista inglesa não foi acompanhada por seu vigor político ou maturidade ideológica[297]. Em seu fracasso (ou sequer tentativa) de formarem uma visão de mundo própria, incorporam as lentes da aristocracia agrária para lerem a realidade. Sua formação não evolui para além de um estágio corporativo, onde se percebem enquanto grupo, mas não podem propor projetos autônomos[298]. Duas questões, contudo, precisam ser encaradas com cautela no escrito do comunista italiano.

Primeiramente, olhar para o emprego da categoria de intelectual tradicional para referir-se à classe agrária[299]. É difícil não ter a impressão de que, na obra de Gramsci e daqueles que se inspiram em seu pensamento, esse é um conceito que, por não ter recebido a mesma atenção que sua contraparte orgânica, se assemelha ao músculo atrofiado pela falta de exercício[300]. Da maneira como aparece explicado nos *Cadernos*, refere-se aos intelectuais historicamente associados às classes que perderam sua posição hegemônica, mas que conservam, graças ao corporativismo, seu prestígio cultural ao se manterem vinculados a instituições tradicionais como Igreja e Universidades[301]. Nesses termos, a utilização do conceito para o século XIX é bastante delicada. Como a historiografia apontou repetidamente em décadas recentes, não houve declínio econômico da classe agrária britânica, salvo em parte bastante avançada do século, ao menos não quando observamos a composição das maiores fortunas na ilha. Nem é simples sustentar, empiricamente, que tenha ocorrido descolamento entre o status político-cultural e econômico da aristocracia[302].

Talvez a sensibilidade das artes, tolhida para expressar verdades que soam contraditórias à luz da linguagem científica, possa ajudar na melhor compreensão da sutileza dessa transição. Não por acaso, encontraremos a mais sublime demonstração nesse sentido em outra referência da cultura italiana. Pensemos no ato final da adaptação

---

[297] Para um apanhado sobre os comentários de Gramsci sobre a Inglaterra no conjunto de sua obra, cf. BOOTHMAN, D. "Inglaterra." In: LIGUORI, G; VOZA, P. (org.). *Dicionário Gramsciano*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 833

[298] ANDERSON, P. Origins of the present crisis. *New Left Review I*, n. 23, jan.-fev, 1964, p. 26-53.

[299] Uma apresentação sucinta e competente das principais categorias gramscianas se encontra em COUTINHO, C. N. *Gramsci*: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

[300] Especificamente sobre o conceito de intelectual tradicional, cf. VOZA, P. "Intelectuais tradicionais." In: LIGUORI, G; VOZA, P. (org.). *Dicionário Gramsciano*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 849

[301] GRAMSCI, A. *Cuadernos de la cárcel*: Edición crítica del Instituto Gramsci - A cargo de Valentino Gerratana. Volume 4. México, D. F: Ediciones Era, 1986, p. 353-355.

[302] MAYER, A. *A Força da Tradição*: a persistência do Antigo Regime (1948-1814). São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 96-97, 165-166, 250-251 e 291-292.

cinematográfica de *O Leopardo*. A presença do Príncipe de Salina no baile atrai a deferência dos oficiais militares e a bajulação dos burgueses. Tradição e modernidade adulam a figura do Príncipe que, apesar de tudo, sente-se velho pela primeira vez ante a presença de Angelica Sedara. Em angústia, afasta-se do salão principal e vaga sozinho pelos amplos aposentos do palácio, cujas instalações refletem a aflição paradoxal do protagonista. Cômodos imensos, de decoração impecável, ainda assim permeados de um vazio que ecoa o estranhamento do protagonista. Quando Angelica o convida a dançar, pode parecer aos olhos dos presentes que a valsa representa a benção do Príncipe sobre a jovem burguesa que ascende na elite siciliana. Mas não restam mais ilusões ao personagem. Sabe que o contemplado é sua própria pessoa, que recebe gracejos por parte dos condutores de um tempo que não é mais seu.

Aqui se tem brilhantemente transmitido o que é tão difícil para os historiadores que se dedicam ao século XIX: delinear esse "algo" que leva o Príncipe a deparar-se com a própria e irreversível decadência. Afinal, apesar da máxima repetida pelo próprio protagonista, "tudo deve mudar para que tudo fique como está", o fato é que as coisas mudaram e não permaneceram onde estavam. O Príncipe envelheceu. Havia algo de radical movendo-se sob a aparência suave das mudanças em curso.

Longos debates continuam sendo travados a respeito de quem dava as cartas nos rumos econômicos da ilha ao fim do período clássico da Revolução Industrial, na década de 1840. Era a Inglaterra dominada pelo interesse agrário, industrial, comercial ou financeiro? A ética que regulava os negócios era aristocrática, burguesa ou de outra natureza? Essas são perguntas que não podem ser respondidas sem um plano de abstração, como todo argumento que envolve a questão da longa transição para o capitalismo contemporâneo. Só assim se podem formular as perguntas que precedem as reflexões acima, como o que define uma economia industrial e de que modo um grupo econômico afirma sua supremacia sobre a totalidade social.

Quando se leva em consideração que intelectuais tradicionais, por se identificarem como representantes antes de suas instituições do que de alguma classe ou bloco histórico em si, seriam menos ativos no campo da prática de construções hegemônicas, ação que fica a cargo de intelectuais orgânicos, nos defrontamos com outra dificuldade. Na prática reformista, instrumental na formação de uma hegemonia que desse conta de abarcar, em seus limites, os conflitos e contradições da Revolução Industrial, participam ativamente indivíduos ligados às velhas instituições. Podemos destacar: as forças armadas, formadora

de quadros profissionais presentes entre os reformistas, como cirurgiões e engenheiros, além de administradores coloniais; as universidades ancestrais, na qual se formaram e lecionaram nomes importantes do reformismo; os *inns of court*, antigas associações profissionais que regulavam os *barrister*, ocupação historicamente ligada às elites rurais. Uma vez que o argumento aqui desenvolvido é o de que o reformismo deve ser interpretado à luz de sua atuação diretamente ocupada com a dimensão prática da hegemonia burguesa em formação, é preciso estar alerta ao perigo de ser induzido, pela noção de intelectualidade tradicional, a desconsiderar a contribuição de diversas categorias nesse processo.

O segundo ponto a se observar na passagem de Gramsci é quando este se refere à camada extensa de intelectuais orgânicos que emergem "no mesmo terreno industrial do grupo econômico". Se a leitura aqui for feita com o sentido de um estrato diretamente conectado, por ocupação ou parentesco, às atividades industriais, se chegará à conclusão de que realmente a burguesia industrial permaneceu marginalizada diante do núcleo de poder político e cultural, estabelecendo com ele pontes demasiado estreitas para esboçar uma hegemonia. Se a burguesia for entendida exclusivamente enquanto classe detentora dos meios de produção, nem mesmo se encontrará um caráter predominantemente burguês para o reformismo. Os industrialistas e os círculos imediatamente conectados a eles podem ter exercido papel preponderante em uma parcela das iniciativas direcionadas às reformas liberais, a Liga Anti-Lei dos Cereais sendo o exemplo mais notável, mas não tinham a mesma representatividade em outras frentes.

Ocorre que restringir-se a este segmento significa perceber no antiprotecionismo a única manifestação ativa de uma pauta industrialista, quando esta necessitava também de intervenções de outras ordens, mais profundas e extensas, sobre as relações sociais. Os arquitetos da realização prática dessas intervenções, como se percebe pela composição das comissões reais de inquérito, possuem em conjunto maior proximidade com as categorias profissionais e agrárias. Deveríamos, por isso, não levar em conta a assertividade dos comissários em, por exemplo, defender a intervenção mínima sobre relações trabalhistas, descartando-a como uma posição que exprime um ideal de sociedade alinhado com uma visão de mundo pró-industrialista? Ao reconhecer que fatores essenciais para a normatização de padrões burgueses de organização social pudessem ser almejados também por figuras não vinculadas ao capital industrial, financeiro e mercantil e que não se concebiam como arautos dessas burguesias, somos obrigados a negar o teor burguês desses elementos?

Quando nos orientamos por esses critérios, não encontramos qualquer hegemonia burguesa não apenas na Grã-Bretanha, mas em toda Europa, antes do final do século. Sublevações revolucionárias contra a aristocracia à moda francesa foram exceção, não norma, e mesmo na França nos deparamos com períodos de restauração monárquica. Via de regra, testemunharam-se burguesias vacilantes em tomar as rédeas de revoltas políticas contra os poderes estabelecidos da aristocracia. O receio diante de desdobramentos populares do jacobinismo não foi uma particularidade britânica. Se formos denominar burgueses estritamente os indivíduos ou entidades ocupados com a gestão de manufaturas, bancos e redes comerciais, podemos abandonar prontamente qualquer noção de revolução e mesmo de reforma burguesa[303].

Outro cenário pode ser obtido apenas ao se afastar de formalismos, do contrário invariavelmente vamos constatar as antigas instituições mais ou menos mantidas em seus devidos lugares. Ao se conceber qualquer sistema capitalista, deve-se levar em consideração que sua razão de ser é, em essência, a acumulação ampliada de capital. Tomando esse polo como seu norteador, passamos a identificar, para cada contexto, as tendências e instituições que agem no sentido de potencializar este fim. Enquanto construções históricas, essas articulações necessariamente se manifestarão dentro dos horizontes de sua época e vão reproduzir as contradições inerentes à sua temporalidade. Essas correlações de forças sociais podem ser chamadas de burguesas ao se ter em vista seu efeito de maximizar, em menor ou maior prazo, a acumulação de capital que dá sustentação à ordem capitalista. Ocorre que, antes do século XX, constatamos situações em que a burguesia, enquanto classe proprietária distinta da antiga aristocracia, não se coloca na vanguarda dessas tendências burguesas. Em razão de fraqueza, desunião ou receio de atiçar os populares para além de seu próprio controle, percebemos burguesias que não assumem o protagonismo dos movimentos que pavimentam o caminho de seu interesse capitalista[304].

Mesmo levando em consideração os episódios no qual pode-se dizer que uma burguesia, em sentido mais convencional, buscou a posição protagonista, essa leitura só faz sentido quando compreendemos a burguesia como um espectro de contornos mais vagos do que o limiar estreito de capitalistas urbanos, levando em consideração também o bloco de classe organizado em torno desse interesse. Nesses termos, Davidson destaca

[303] DAVIDSON, N. *How Revolutionary Were the Bourgeois Revolutions?* Chicago: Haymarket, 2012, p. 400-405.
[304] Ibidem.

a participação de burguesias "não econômicas" ou "não capitalistas" como espécie de linha de frente organizacional no processo histórico de aprofundamento das relações capitalistas[305]. É possível citar nomes como John Bright ou Richard Cobden para lembrar alguns dos homens de negócios que, movidos por ideais políticos, dividiram suas energias entre seus empreendimentos privados e sua atuação enquanto lideranças políticas. Mas não é o caminho mais frequente, entre industrialistas, comerciantes, banqueiros ou outros empresários desviarem seu foco para uma atuação preponderante no meio político. Como a biografia do próprio Cobden demonstrou, essas aventuras podiam abrir portas tanto quanto representar um custo econômico alto[306].

É mais comum nos depararmos com a participação direta de uma camada de profissionais no ato de tecer hegemonias burguesas. Como discuto no próximo capítulo, se tentarmos reconstituir as origens ideológicas do reformismo liberal até os expoentes da economia política clássica, não se encontrarão nessas obras grandes orientações práticas sobre o estabelecimento de uma agenda política. O utilitarismo de Bentham contribuiu para que o olhar da economia política se direcionasse para questões mais objetivas da gestão da ordem pública, unindo o afã por reformar e sistematizar leis e instituições com um referencial filosófico que justificava intervenções em nome do bem coletivo. A hegemonia não se forma, contudo, apenas no campo discursivo, um quadro teórico pré-formulado a ser prontamente assimilado enquanto ideologia. Como salienta Raymond Williams[307], as hegemonias são, para além de discursos, práticas que perpassam o cotidiano. A construção de um novo liberalismo demandava, por parte do projeto reformista, a organização do espaço e vida públicos dentro de moldes que determinem a produção e reprodução de um modo de vida liberal. Por mais que possamos traçar até a economia política, o utilitarismo ou o evangelicalismo as inspirações ideológicas do reformismo, há uma dimensão de sua teoria que se constitui em ato, no fazer reforma.

Daí se conclui que o trabalho de interpretação, elaboração, negociação e execução que perpassa o reformismo configura também labor intelectual, o qual, como proposto,

---

[305] Ibidem.

[306] Na reconstituição da trajetória política de Cobden, em tom de hagiografia, somos lembrados pelo autor, Henry Ashworth, um dos principais organizadores da Liga Anti-Lei dos Cereais, de que a militância antiprotecionista de Cobden obrigou-o a negligenciar suas fábricas de têxteis, gerando uma situação de penúria que por duas vezes teve de ser revertida com a arrecadação solidária de fundos entre os membros da associação e seus simpatizantes. Dessa forma foram angariadas 76 mil libras em 1845 e 40 mil libras em 1860. Cf: ASHWORTH, H. *Recollections of Richard Cobden, M.P, and the Anti-Corn Law League*. London: 1877, p. 336-8 e 368-73.

[307] WILLIAMS, R. Base e superestrutura na teoria da cultura marxista. In: *Cultura e Materialismo.* São Paulo: Unesp, 2011, p. 53.

foi crucial para materializar uma hegemonia na qual melhor se acomodava o sistema fabril. Em que termos, portanto, há de se classificar a abundância de advogados, médicos, engenheiros, jornalistas, cientistas, professores, oficiais militares e funcionários públicos que se embrenharam nas entranhas das contradições e desequilíbrios que permeavam a vida social britânica, senão para saná-las em definitivo, para instituir novos arranjos que atenuassem dissensões demasiado arriscadas? Reconhecê-los como uma intelectualidade orgânica própria ao reformismo burguês seria extrapolar o conceito. Mesmo se nos concentrarmos apenas nos benthamitas e *whigs* liberais dentro das comissões, não vemos na sua atuação, dentro ou fora do serviço público, o desempenho de funções organizativas dentro de uma classe burguesa em especial. Contudo, mostram-se ativos na elaboração e implementação de programas que contemplam a visão de mundo da burguesia, promovendo a hegemonia de suas ideias mesmo que a burguesia em si permaneça afastada do lugar de classe dirigente e não tenha se despido, em sua maioria, de certa reverência por símbolos aristocráticos.

As questões que aqui foram levantadas acerca da relação entre reformismo e intelectualidade em uma ótica gramsciana se dão de forma provocativa, e são deixadas em aberto, se admitindo que esse exercício reflexivo não atingiu uma conclusão satisfatória. Irei me ater, portanto, à categoria de reformismo burguês como solução mais apropriada para conceber as reformas em uma perspectiva classista. Não se tem por meta unidimensionar o reformismo enquanto uma trama meticulosamente planejada na qual todo o espectro burguês, em um movimento autoconsciente, atua de modo orquestrado atrás de uma mesma finalidade. Resgatar a leitura de classe que tenha em seu âmago o conflito e a exploração não equivale a negar que os reformistas do passado poderiam agir inspirados por horizontes divergentes. O que se advoga é que, no percurso da história, o esforço de diferentes iniciativas reformistas convergiu na institucionalização de um certo paradigma de sociedade, condizente com expectativas de acumulação capitalista mais adaptadas aos novos e mais dinâmicos setores industriais. Portanto, burguesas.

Penetramos aqui em um terreno ardiloso da filosofia da história, expresso na questão: se é possível apontar, em nosso objeto, um eixo explicativo no qual se manifesta um princípio dinâmico fundamental do devir, este eixo possui natureza subjetiva ou objetiva? Em outras palavras, a narrativa histórica tecida pelo historiador deve, em última instância, almejar reproduzir as sensibilidades dos homens e mulheres que vivenciaram os contextos que lhe servem de objeto de estudo? Ou se deve reconhecer que a posição privilegiada do historiador envolve, justamente, operar com uma perspectiva

"consequencialista", isto é, admitir que dados episódios podem revelar significados, quando enxergados em uma temporalidade mais longa, que escapam à percepção de seus atores?

Os críticos dessa arbitrariedade vão entender que se trata de uma projeção anacrônica de expectativas do presente sobre as épocas que nos precederam. Convém, portanto, apontar para o que Michele Cangiani denominou "falácia da economia sempre enraizada"[308]. Cangiani recupera a análise de Karl Polanyi, na qual a primeira metade do século XIX introduziu rupturas no modo como se concebe a relação entre mercado e sociedade. Situa no centro dessa transição o reformismo britânico, sobretudo através da fundação da Nova Lei dos Pobres, a partir da qual a lógica econômica é expurgada da concepção moral de um direito à subsistência[309]. Seguindo Cangiani, apenas em uma dimensão abstrata, como aquela proposta por Polanyi através de sua metodologia comparativa entre formas econômicas distintas, se revela a especificidade do capitalismo de livre mercado contemporâneo[310].

Nenhum historiador há de considerar um sistema econômico plenamente apartado de preceitos morais. Não se supõe que, ao interagirem dentro da esfera das relações econômicas, os sujeitos adentrem um plano em separado, como se flutuando dentro de um vácuo cultural. Tal coisa como uma economia desprovida de cultura não pode existir. Mas, ao se negar o recurso à abstração comparativa que, pela via do contraste, expõe a particularidade das formas burguesas contemporâneas, então estarão perdidos os contornos da ruptura histórica introduzida pela Revolução Industrial. A falácia da economia sempre enraizada refere-se exatamente a essa negação. Não apenas a industrialização britânica, mas o século XIX como um todo, acabam por ser relativizados no modo como revolucionam as bases da acumulação capitalista e instituem uma rede global qualitativamente distinta da que existia até então. É óbvio que as inovações institucionais podem emergir apenas a partir das estruturas que a precedem no tempo. O novo não pode surgir ou amadurecer de outro modo que não em intercâmbio com o antigo, e por isso percebemos as industrializações do século XIX também impulsionada por concepções e instituições que remetem ao mundo pré-industrial.

---

[308] CANGIANI, M. "Karl Polanyi's Institutional Theory: Market Society and Its "Disembedded" Economy." *Journal of Economics Issues,* v. XLV, n. 1, mar. 2011, p. 194.
[309] POLANYI, K. *A Grande Transformação*. 2ª ed. Tradução: Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
[310] CANGIANI, M. op. cit. p. 177-178.

O século XIX demanda dos historiadores que tenham por objeto a construção do capitalismo industrial contemporâneo proposições que deem conta dessa condição. É inconveniente rotular as estruturas herdadas dos sistemas pré-industriais ou pré-capitalistas presentes nos processos de modernização deste século como arcaísmos, formas residuais que a contemporaneidade tardou em varrer da história. Mas tampouco é proveitoso alçar essas formações ao patamar de condicionante máximo das interações sociais dentro de uma nova dinâmica econômica que se globaliza. Melhor resultado será obtido ao se buscar o modo como as relações capitalistas, em processo de expansão global retroalimentada pela industrialização, se entranham nessas estruturas, as reconfigurando para que incitem, ou ao menos não inibam, seu crescimento.

Resulta disso imprescindível que se continue o desenvolvimento de modelos de escala internacional, nacional e regional voltados para explicação desses processos de modernização, articulados através de cadeias transoceânicas nas quais o capitalismo industrial interage com formações distintas de sua própria lógica. Destrinchar essas relações não se restringe às instâncias mais circunscritas ao econômico e envolve também compreender como essas mudanças operam nas mentalidades. Para a Revolução Industrial, portanto, não basta reconhecer a simbiose entre formas produtivas do novo sistema fabril com a produção manufatureira mais tradicional. Há de se compreender como essa mesma imbricação se procede nos valores e significados.

Qualquer hegemonia é um esforço permanente de seleção e adaptação de formas culturais que, em prol da manutenção do consenso, devem ser cooptadas, continuadas, combatidas ou simplesmente toleradas. A dominação burguesa não se traduz em uma realidade cultural composta exclusivamente por simbolismos originados no interior da ideologia capitalista. Ela deve se apropriar e ressignificar valores culturais preexistentes, bem como se manter atenta às novas manifestações, estranhas à sua natureza acumulativa, que estão constantemente surgindo na sociedade, discernindo entre a melhor postura a ser assumida perante elas[311]. Não deveria causar estranheza, portanto, que a emergência da primeira sociedade industrial burguesa tenha se dado resguardando formas que não pertenciam, essencialmente, a um imaginário burguês, embora pudessem ser reinterpretadas por este mesmo imaginário.

[311] WILLIAMS, R. Base e superestrutura na teoria da cultura marxista. In: *Cultura e Materialismo.* São Paulo: Unesp, 2011, p. 54-57.

Não se espera, com isso, alçar o reformismo britânico à posição de revolução burguesa, um equivalente "à moda inglesa" da revolução em França. Os ingleses já haviam atravessado seu ciclo revolucionário no século XVII, quando a monarquia foi destituída dos recursos para impor barreiras ao interesse capitalista da *gentry* e dos grandes mercadores. A Guerra Civil, a *Commonwealth* e a Revolução Gloriosa constituem-se enquanto revolução burguesa não por terem colocado em campos rigidamente opostos a burguesia mercantil e a classe agrária, ou por alçarem a primeira à condição de classe dirigente do Estado. São revoluções burguesas na medida em que foram cruciais para reorientar as instituições inglesas para um quadro favorável à prosperidade da burguesia, no qual o aparato estatal não representava risco de atravancar seu desenvolvimento. Reconhecer a importância das revoluções burguesas não é simplificar a história em moldes pré-determinados, mas admitir que a trajetória do capitalismo não pode ser reduzida a uma evolução orgânica remetendo às estruturas que o antecedem. Dialeticamente perceber que, a partir das últimas, são concebidas tendências que extrapolam os limites institucionais dessas mesmas estruturas, passando a agir como choques disruptivos.

A constatação de que as burguesias urbanas na Inglaterra do século XIX encontram espaço para afirmarem seus interesses por uma "via suave" reformista já demonstra que, em relação ao continente, a oposição institucional ao aprofundamento de agendas burguesas era muito menor. Em rigor, 1832 não se mostrou uma revolução em sentido algum: o capitalismo já era o modo de produção imperativo na ilha desde muito antes. Nem houve pretensão séria, por parte da burguesia, de alteração de regime político[312]. Chamar esse fenômeno de reformismo burguês não é crer que o que estava em disputa era a transição ou não para um regime capitalista. Isso definitivamente não estava mais em questão. O que ocorreu foi a conquista de um acesso mais direto por parte da burguesia industrial em relação aos mecanismos de Estado, especialmente em esfera local, o que se deu em sincronia com a institucionalização de uma mentalidade burguesa na gestão política do processo de reforma e estabilização social em âmbito nacional. Com isso se dá uma reorganização da coisa pública para moldes que reproduzem concepções distintas daquelas que marcavam a hegemonia da classe fundiária até fins do século

[312] Davidson observa que há pouca distinção efetiva entre episódios de reformismo acelerado e revoluções políticas, isto é, revoluções que alteram a distribuição formal de poder político, mas conservando o sistema econômico, característica específica daquilo que chama de “revoluções sociais”. DAVIDSON, N. *How Revolutionary Were the Bourgeois Revolutions?* Chicago: Haymarket, 2012, p. 468-469.

XVIII. A maneira como uma nova hegemonia foi sedimentada por meio das reformas é tema dos capítulos seguintes.

Capítulo 3 - Uma economia política da prática reformista

Os diferentes campos de inquérito que compuseram o reformismo institucional dos anos 1830 e 1840 não estavam entrelaçados apenas pela trajetória dos comissários que atuaram em múltiplas frentes, mas também por uma convergência entre pressupostos ideológicos e abordagens operacionais, compondo aquilo que pode ser chamado de uma "economia política da prática reformista". O leque de pensamentos que influenciaram os reformistas incluiu a economia política clássica, o utilitarismo, o Renascimento Evangélico, além de uma série de filosofias científicas e religiosas, mas nenhuma dessas teorias oferecia um *modus operandi* pronto para lidar com os desafios e contradições que se colocavam no caminho das comissões reais.

O presente capítulo se inicia com um breve exercício de história das ideias, observando em que medida os inquéritos refletem o trabalho de intelectuais que antecederam ou foram contemporâneos às comissões. Alguns tópicos direcionam essa reflexão, ainda que não sejam analisados necessariamente em ordem sequencial: a perspectiva de um "estado estacionário" na economia e os limites ao crescimento econômico; as dinâmicas de crescimento populacional e seus impactos sobre a economia; a associação íntima entre moralidade e performance individual no livre mercado; o papel do Estado em frente às relações de trabalho e a organização da vida social. Por mais que essa discussão não dê conta de abarcar todos os autores cujo pensamento possar ter, de algum modo, incidido sobre as comissões, ela é importante para melhor situá-las em meio às concepções que circulavam entre intelectuais e homens públicos na Grã-Bretanha.

Na segunda parte do capítulo, propõe-se analisar os paradigmas da economia política reformista a partir de dois eixos de tensão enraizados em sua prática. O primeiro é a conciliação entre as orientações liberais dos comissários e seu esforço para centralizar instituições, contribuindo para sua relação conflituosa com proprietários e autoridades públicas locais. A outra questão a ser analisada é a coexistência dessa nova cultura institucional com uma ideologia do autocultivo e independência moral a ser assumida pelo trabalhador. Essas abordagens visam um corte transversal entre as influências e diretrizes comuns às comissões estudadas, de sorte que referências individualizadas sobre cada inquérito foram, intencionalmente, limitadas, priorizando-se comentários mais gerais sobre esse conjunto de investigações. A análise individual sobre cada comissão, expondo os detalhes e especificidades de cada uma, fica reservada para o capítulo final.

3.1. As comissões e a economia política de seu tempo

No que diz respeito ao ambiente intelectual britânico da primeira metade do século XIX, no qual foram formados os homens que viriam a compor as comissões reais de inquérito, as discussões relacionadas ao progresso econômico e as perspectivas de aprimoramento humano e civilizacional viram-se, constantemente, assombradas pelo pessimismo. Esse elemento fatalista era fruto da correlação estabelecida no pensamento malthusiano entre prosperidade econômica e crescimento populacional, impondo limites ao desenvolvimento determinados pela capacidade da terra em prover subsistência à uma população que, pela natureza de sua reprodução, era propensa a se multiplicar mais rapidamente do que a produção de alimentos poderia acompanhar[313]. O argumento foi endossado por David Ricardo, amigo e rival intelectual de Thomas Malthus, para o qual a prosperidade econômica se convertia em aumento demográfico, forçando abertura de novas terras para cultivo. Pelo fato de a terra ser um recurso finito e gerador de retornos marginais decrescentes, dado que o melhor solo era o primeiro a ser cultivado, Ricardo alocou em um horizonte indefinido o chamado "estado estacionário" (*stationary state*), no qual não haveria incentivo econômico para novos investimentos[314].

Tais projeções nunca chegaram a ser aceitas com unanimidade. Críticas ao suposto determinismo na relação entre solo, crescimento econômico e população existiam em variados segmentos. O problema levantado por Malthus e Ricardo, não obstante, fazia-se onipresente, impactando a mentalidade do governo e reverberando de tal modo que não poderia ser ignorado por seus críticos, que precisavam dialogar com a questão caso nutrissem a expectativa de apresentar novas proposições, que escapassem dos grilhões da "armadilha malthusiana". É natural pensar que a existência de uma sombra dessa magnitude se faria sentir no modo como foram constituídas as políticas públicas. Mas um olhar atento aos escritos das comissões reais demonstra que essa não era uma consequência automática.

Certamente, podemos destacar nas páginas dos relatórios, seja pela opinião de testemunhas ouvidas, seja pelas considerações de alguns comissários, passagens que revelam preocupação com o potencial de crescimento da população trabalhadora. Essa posição, contudo, nunca chegou a figurar como uma orientação principal no modo como as comissões descreviam o cenário social, e nem tiveram peso decisivo quando levamos em conta o conjunto de encaminhamentos apresentados por esses órgãos, formulados para

[313] MALTHUS, T. *Princípios da Economia Política.* São Paulo: Nova Cultura, 1996.
[314] RICARDO, D. *On the Principles of Political Economy and Taxation*. [E-book]: Batoche Books, 2001.

servirem de referência às medidas legislativas. Nesse aspecto, o posicionamento das comissões acompanhava uma tendência perceptível conforme nos aproximamos da metade do século. Vamos, primeiramente, nos demorar mais um pouco sobre a emergência do elemento demográfico dentro da economia política.

A teoria naturalista de ciclos populacionais como justificativa para uma economia de viés pessimista, na qual salários baixos eram inevitáveis, não foi uma invenção de Malthus. Formulações semelhantes, apontando um equilíbrio frágil entre o tamanho da população e seus meios subsistência, podem ser encontradas anteriormente. Merece destaque a publicação de *Uma Dissertação sobre a Lei dos Pobres* em 1786, antecedendo em 13 anos a primeira edição do ensaio malthusiano. Escrita pelo também reverendo anglicano Joseph Townsend, a obra legitimava as desigualdades enquanto estado natural e necessário, dada a predisposição dos populares para a imprevidência, restando aos de baixo encontrarem a felicidade conformando-se com uma existência de labuta. O conforto e a abundância agiriam sobre eles da mesma forma que a ausência de predadores naturais e fácil acesso ao alimento o faziam sobre os animais, incentivando a reprodução desenfreada, seguida de crise de escassez. Cabia aos amigos dos pobres socorrê-los provendo apenas trabalho duro, que permitisse ao indivíduo manter-se acima da miséria. Qualquer ajuda sem essa contrapartida subvertia os princípios naturais, como fazia a Lei dos Pobres[315].

Townsend sugeriu que a assistência paroquial fosse reduzida anualmente até sua extinção. Como a alternativa de *workhouses* para abrigar os pobres era considerada pouco prática e dispendiosa, recomendava que a Lei dos Pobres fosse substituída por redes privadas de caridade dos ricos e pela vinculação compulsória dos pobres em sociedades de ajuda mútua[316]. Malthus também acreditava que uma suspensão abrupta seria inviável, indicando que o sistema deveria ser progressivamente desmontado até que, em seu lugar, existissem somente *workhouses* mantidas por contribuições voluntárias, onde as condições impostas aos internos fossem propositalmente duras e desagradáveis[317].

Entre as publicações de ambos os autores, nomes inspirados pelos ares revolucionários dos Estados Unidos e da França trouxeram injeção de otimismo para a questão social. Thomas Paine, William Godwin e Marquês de Condorcet figuram entre aqueles que conquistaram maior repercussão nesse cenário. Em seus escritos,

[315] TOWNSEND, J. *A Dissertation on the Poor Laws*. Londres: 1817.
[316] Idem, p. 76-80 e 94-105.
[317] MALTHUS, T. *Princípios da Economia Política.* São Paulo: Nova Cultura, 1996, p. 29-30.

encontramos a defesa de direitos inalienáveis para os cidadãos e o reconhecimento de que o potencial para o progresso da civilização era ilimitado. Vislumbrava-se um mundo no qual a pobreza não era incontornável e a condição da massa poderia ser elevada não só em termos materiais, mas também em intelecto e moralidade[318]. Malthus dedicou-se a dissipar essas expectativas. O economista político não era um reacionário político e demonstrava interesse, mesmo que cauteloso, pelos rumos da Revolução na França. A primeira edição do *Ensaio*, talvez contagiada por algum entusiasmo com a conjuntura revolucionária, ainda trazia a esperança de que inovações agrárias, conduzidas por fazendeiros capitalistas, atenuassem a dureza de seu prognóstico. Cores bem menos otimistas, contudo, revestiam a segunda edição, de 1803, que reverberou grandemente nos círculos governamentais.

E. A. Wrigley, maior referência no campo da história demográfica moderna britânica, credita o pessimismo da economia clássica à sua capacidade de ter descrito corretamente os limites de uma economia orgânica, na qual todo crescimento exerce pressão sobre a terra. Ironicamente, não percebiam que o novo modelo econômico que emergia com a Revolução Industrial, através da introdução massiva de recursos minerais como fonte de energia, possibilitava que essa barreira fosse superada pela primeira vez na história[319]. Essa observação pertinente não significa que Malthus e Ricardo devam ser igualados em suas previsões. Ricardo, como apontou Maxine Berg, desenvolveu seu modelo propositalmente enquanto um arranjo abstrato e fechado em si, combinando o princípio populacional malthusiano, a teoria do valor de Smith e sua própria concepção sobre a renda da terra e os retornos marginais. Como em um laboratório, esse circuito hermeticamente selado facilitava a análise das dinâmicas da economia natural. Deixou de fora desse sistema os efeitos do comércio externo e do progresso tecnológico. Seu estágio estacionário é sempre situado em um futuro indefinido. Seu trabalho nunca manifestou o alarmismo presente na obra de Malthus[320].

É neste ponto que ambos assumem lados opostos na defesa dos interesses econômicos do capital agrário e manufatureiro. Em sua obra de maior maturidade, os *Princípios de Economia Política* publicados em 1820, mais de duas décadas após a versão

---

[318] Cf. JONES, G. S. J. *An End to Poverty?* A Historical Debate. Nova York: Columbia University, 2004. p. 65-99.
[319] WRIGLEY, E. A. *Continuity, change and change*: the character of the Industrial Revolution in England. 3ª ed. Cambridge: Cambridge University, 1998, p. 68-97.
[320] BERG, M. *The machinery question and the making of political economy 1815-1848*. [E-book]: Cambridge University, 2008, p. 45-49.

inicial do *Ensaio*, Malthus ainda insistia que apenas a economia agrária poderia retardar a tragédia demográfica, embora nenhuma de suas previsões mais cataclísmicas tivesse se confirmado. Contrariando a opinião comum entre economistas políticos, se colocava como um defensor do protecionismo agrícola no debate imediato que se iniciou com a aprovação das Leis dos Cereais em 1815, por entender que a manutenção da renda da terra em níveis elevados incentivava o melhoramento agrícola, a abertura de novos solos para o cultivo e a retenção da população trabalhadora na agricultura, condições essenciais para a manutenção do equilíbrio econômico. Seu desdém não disfarçado pela economia urbana e manufatureira ia além da crença de inspiração fisiocrata, na qual o trabalho agrícola era o maior gerador de utilidade social. Referia-se às cidades onde prosperava a indústria como "túmulos da humanidade", condenando de um ponto de vista moral os efeitos da urbanização sobre os trabalhadores. Isto posto, a conclusão era a de que o interesse da classe fundiária estava naturalmente em sintonia com o interesse geral do país[321].

Ricardo, por sua vez, colocou-se desde o início como opositor ferrenho das Leis dos Cereais. Considerava que o livre comércio internacional, que permitia a importação a preço reduzido de alimento, era, ao lado do aperfeiçoamento tecnológico, o recurso que manteria o estado estacionário ainda no porvir indefinido. A entrada de cereais do estrangeiro quando os preços internos estivessem elevados ajudaria a manter baixos os salários, deixando os investimentos atrativos. A mecanização e outros investimentos em capital fixo na indústria asseguravam a continuidade da acumulação sem a necessidade de expansão proporcional do emprego de mão de obra, reduzindo a despesa salarial em relação ao lucro. O mesmo procedimento era teoricamente possível na agricultura. Contudo, Ricardo desacreditava que essas inovações seriam espontaneamente adotadas pelos proprietários fundiários, uma consequência do entendimento particular do autor sobre o funcionamento da renda da terra, mas também de sua pouca estima por essa classe, a qual considerava egoísta e de pouca perspicácia[322].

Dessa forma, Ricardo encontrou uma brecha na cortina de pessimismo malthusiana, através da qual pôde vislumbrar uma economia industrializada. A realidade econômica da sociedade permaneceria, tragicamente, atada à relação entre flutuação demográfica e disponibilidade de solo cultivável. Seu feito intelectual foi, dentro dessa

[321] MALTHUS, T. *Princípios da Economia Política.* São Paulo: Nova Cultura, 1996.
[322] RICARDO, D. *On the Principles of Political Economy and Taxation*. [E-book]: Batoche Books, 2001.

base, apresentar argumentos para sustentar uma economia relativamente menos agrícola, através da tecnologia e do livre mercado nacional e internacional[323].

A representação da economia como um jogo condicionado por uma dinâmica demográfica propensa à crise ou estagnação ressoou profundamente entre políticos e intelectuais. Ela se entranhou na formação do *torysmo* liberal e sua adesão ao livre mercado sem uma postura otimista e abertamente militante. Seguindo os estudos de Boyd Hilton sobre as mentalidades políticas, até a metade do século, certa ambivalência diante do crescimento econômico é percebida dentro do governo. A filosofia *whig* que ocupou o governo na década de 1830 era mais afeita à noção de progresso civilizacional associado com a expansão econômica. Os *tories,* contudo, regressaram ao poder em 1841 e, em seus últimos anos como primeiro-ministro, Robert Peel ainda governava orientado antes pela ideia de manter a Inglaterra um "país barato" do que pela expectativa de crescimento econômico[324].

O quanto esse sentimento enviesou as comissões reais? São abundantes, nos relatórios apresentados, impressões negativas em relação à conduta dos pobres e trabalhadores de modo geral. Atribuir às massas o estigma da devassidão e imprevidência, no entanto, não foi um costume introduzido pela economia política do início do século XIX. Em 1714, o filósofo holandês radicado em Inglaterra, Bernard Mandeville, reconhecia nos pobres unicamente a capacidade de apreciarem os prazeres grosseiros imediatos. Sobre eles, deveria ser permanentemente exercida a pressão da escassez, através dos baixos salários[325]. Debates sobre a gestão da pobreza e sua relação com o trabalho e a caridade pública ou privada atravessavam a Europa desde fins do medievo, nos quais não era difícil encontrar a opinião de que havia uma propensão natural entre os pobres ao vício[326]. Mas nesses casos, o fator demográfico não recebia destaque. O crescimento populacional acelerado percebido entre os britânicos a partir de meados do século XVIII foi decisivo, é verdade, para que a questão populacional assumisse um lugar de primeiro plano nas discussões sobre economia e sociedade, algo que não lhe cabia em um momento anterior. Ainda assim, permanecia perfeitamente possível, entre a classe

---

[323] Cf. BERG, M. *The machinery question and the making of political economy 1815-1848*. [E-book]: Cambridge University Press, 2008, p. 45-49.

[324] HILTON, B. *A Mad, Bad and Dangerous People?* England 1783-1846. New York: Clarendon University, 2006, p. 555-557.

[325] MANDEVILLE, B. *The Fable of the Bees* - or Private Vices, Public Benefits. New York: Capricorn Books, 1962, p. 193.

[326] Sobre as concepções e polêmicas relativas à prática da caridade na Europa durante o período moderno, cf. GEREMEK, B. *A Piedade e a Forca*: História da miséria e da caridade na Europa. Lisboa: Terramar, 1986.

média e alta, promover leituras negativas a respeito da condição da classe trabalhadora que não estivessem fundamentas nos perigos de sua expansão numérica.

Os comissários, cabe frisar, nunca chegaram a advogar pela abolição da Lei dos Pobres, apontada por Malthus como um perigoso incentivo à reprodução insensata a ser gradativamente extinto. Desde o início, a comissão responsável por inquirir sobre o pauperismo esteve orientada pela intenção de reformar o sistema para torná-lo menos atrativo, mas sempre reconhecendo que o mesmo deveria permanecer acessível a qualquer um que aceitasse sujeitar-se aos seus termos[327]. Cair na dependência do auxílio paroquial, evidentemente, não era algo que, na opinião dos reformadores, depunha a favor da moralidade do indivíduo. Contudo, o desbalanço entre oferta e demanda de trabalho é aqui interpretado como resultado da concentração local ou regional de mão de obra redundante, induzida por modalidades equivocadas de amparo concedido aos pobres, impedindo que os trabalhadores excedentes se dirigissem para regiões e ocupações que poderiam absorvê-los. O problema estava agora nos entraves à circulação de trabalho, não mais na superpopulação. Controlar a quantidade de filhos por casal não deixava de ser visto como uma conduta elogiável do ponto de vista moral e econômico, dado que o número de crianças podia jogar a família no pauperismo. Mas a preocupação, nesse caso, pode estar voltada para o impacto da reprodução no núcleo familiar e o risco dessa unidade passar a onerar os contribuintes, sem necessariamente expressar uma apreensão particular em relação ao aumento demográfico geral.

Quando nos afastamos do assunto da Lei dos Pobres para nos concentrar em comissões subsequentes, especificamente aquelas que possuem as relações de trabalho como objeto, nos deparamos com outros aspectos acerca de como o crescimento econômico é abordado. Muita ênfase é dada ao comércio exterior como espaço vital para a existência da economia manufatureira, a qual se atribui peso decisivo para a geração de postos de trabalho em país no qual a agricultura já teria atingido sua capacidade máxima de prover emprego. Diante disso, o cuidado para manter o preço da mão de obra em um patamar competitivo no cenário internacional é reiteradamente mencionado, embasando a opção por uma postura pouco interventiva, que não deprimisse margens de lucros consideradas já em patamares muito baixos. A vantagem competitiva dos rivais continentais, que usufruem de mão de obra mais barata, é evocada para afastar proposições de regulação que elevariam o preço final dos artigos. Com cautela, sabendo

[327] GREAT BRITAIN. Poor Law Commission. *Report from His Majesty's commissioners for inquiring into the administration and practical operation of the Poor Laws*. London: 1834.

tratar-se de um tema diviso no Parlamento, chega-se a criticar as Leis dos Cereais e sugerir sua redução ou gradual extinção[328].

A manufatura e o mercado externo assumem, com isso, grande relevância para contrabalancear tendências à estagnação econômica. Nas conclusões apresentadas pelas comissões, a urgência para remover obstáculos à livre circulação de mão de obra e não elevar custos de produção transparece, com mais força, do que expectativas positivas para o crescimento econômico. Em outras palavras, as investigações dão-se mais através da ótica de manter a produção relativamente barata, com o objetivo de não perder mercado, do que celebrar caminhos para o desenvolvimento. Embora, a princípio, essa seja uma linha condizente com o espírito da economia política de Ricardo, a ausência do elemento demográfico como componente central da análise econômica torna discutível o quanto, por trás dessa posição, há a imagem de um estado estacionário projetando-se sobre o viés dos reformadores.

Essas relativizações não impedem de reconhecer o quanto a economia política, em linhas mais gerais, condicionava as visões de mundo dentro das comissões. Conceber as relações econômicas que perpassam a vida social enquanto um jogo essencialmente autorregulado era o princípio do qual partiam as investigações. A evolução do conhecimento natural alcançada pela Revolução Científica, que atingiu seu apogeu com a física newtoniana, deixou como legado uma interpretação mecanicista da natureza que foi incorporada ao pensamento político *whig* hegemônico no século XVIII. Ao delinear os fundamentos da mecânica através de um punhado de leis de compreensão relativamente simples, Newton inspirava uma abordagem em relação ao mundo pautada pelo racionalismo e o estabelecimento de relações de causa e consequência que permitissem resultados previsíveis. Essa concepção não ficaria limitada ao mundo natural. A forma como Smith explicava o funcionamento da economia por leis de mercado reproduzia a mentalidade mecanicista dentro das relações sociais, o que trouxe profunda influência para o pensamento liberal do século seguinte[329].

Diante dos conflitos trazidos pela Revolução Industrial ligados às condições de vida e trabalho, os economistas clássicos guardavam, inicialmente, certa distância a respeito de discutir as reivindicações movidas pelos trabalhadores. Smith, é verdade, já

---

[328] GREAT BRITAIN. Hand-Loom Weavers Commission. *Hand-loom weavers.* Report of the Commissioners. London: 1841, p. 68-9 e 124.

[329] Sobre a influência da Revolução Científica e a física newtoniana sobre o pensamento britânico, cf. SOARES, L. C. *A Albion Revisitada* - ciência, ilustração e comercialização do lazer na Inglaterra do século XVIII. Rio de Janeiro: 7 Letras, Faperj, 2007, p. 40-5.

apontava para desdobramentos problemáticos da divisão de tarefas e da mecanização. Ao reduzir a vida do operário à execução de tarefas repetitivas, o mesmo se via despido da capacidade de desenvolver faculdades diversificadas. Paradoxalmente, a divisão do trabalho, que elevava a riqueza e promovia a civilização, incorria no risco de produzir uma massa formada por indivíduos menos cultivados do que o homem selvagem, embora desfrutando de um padrão material mais elevado[330].

Ricardo, por sua vez, adicionou um capítulo para tratar da relação entre mecanização e desemprego na terceira edição dos *Princípios da Economia Política*, publicada em 1821, quatro anos após a versão original. Nele, reconhecia que o receio dos trabalhadores diante das máquinas não era insensato e se baseava em princípios corretos do pensamento econômico, dado que a aquisição de maquinário demandava reduzir a parcela da poupança investida em capital circulante, da qual depende a contratação da mão de obra. Não acreditava, todavia, que o desemprego tecnológico fosse uma presença contínua em uma economia próspera como a britânica, algo que só tenderia a ocorrer em regiões menos ricas, nas quais o custo de mecanização representaria uma fatia demasiadamente grande da poupança do empregador[331].

Esses exemplos remetem ao modo como a "questão da máquina" e a "questão fabril" aparecem na literatura econômica no final do século XVIII, tornando-se tema de interesse público no século XIX. Antes disso, a inovação tecnológica e o aumento da produtividade através da divisão do trabalho não representavam uma polêmica e, quando comentados, o eram de forma elogiosa, enquanto melhoramentos[332]. Contudo, ao passo que esse conflito passou a se manifestar mais intensamente em agendas políticas opondo trabalhadores e empregadores, com desdobramentos no campo legislativo, o pouco engajamento dos economistas mostrou-se notável. Por ocasião dos debates parlamentares pela aprovação do ato fabril de 1819[333], apenas Malthus interessou-se o bastante para se pronunciar publicamente sobre a medida, expressando simpatia pela legislação[334].

---

330 SMITH, A. *The Wealth of Nations*. [E-book]: p. 1349-1351. Sobre as ambivalências da divisão dos efeitos da divisão do trabalho em Smith, cf. WEST, E. G. "Adam Smith's Two Views on the Division of Labour". *Economica*, New Series, v. 31, n. 121, fevereiro de 1964, p. 22-32.

331 RICARDO, D. *On the Principles of Political Economy and Taxation*. [E-book]: Batoche Books, 2001.

332 Cf. BERG, M. *The machinery question and the making of political economy 1815-1848*. [E-book]: Cambridge University Press, 2008, p. 1-2.

333 O *Cotton Mills and Factories Act* aprovado em 1819 era uma versão enfraquecida da legislação sugerida por Robert Owen em 1815. Teve por objetivo impor algumas restrições ao emprego de crianças e jovens em fábricas de algodão. Por não ter instituído uma fiscalização eficiente para averiguar o cumprimento de suas normas, o ato acabou por ser largamente ignorado.

334 Cf. BLAUG, M. "The Classical Economists and the Factory Acts – A re-examination." *The Quarterly Journal of Economics*, v. 72, n. 2, maio de 1958, p. 211-226.

Ricardo, que representou nos Comuns o burgo podre irlandês de Portalington entre 1819 e 1823, ano de sua morte, concentrava sua atuação política no antiprotecionismo. Com exceção da Lei dos Pobres, a economia clássica manteve-se menos atenta ao social no começo do século XIX.

A transição para a conjuntura da década de 1830 trouxe outra realidade: a agitação dos movimentos sociais e sindicais, menos confinados na clandestinidade; o agravamento dos impactos das fábricas sobre a produção doméstica; a repercussão da pauta sanitária e as implicações sobre o modo como se discutia a urbanização e a industrialização. Esses são alguns dos fenômenos que forçaram a economia política a aproximar-se dos temas sociais, aumentando as margens para pensá-la em interação prática com as políticas públicas.

Ao se pensar as interlocuções entre a economia política e a face oficial do reformismo, não é possível ignorar a importância do pensamento benthamita, uma via a partir da qual o liberalismo podia ser elaborado dentro da teoria do direito e da gestão pública. A popularização de Bentham e sua filosofia utilitarista ocorre na década de 1820, quando junto de seu círculo de radicais filosóficos começa a publicar o periódico trimestral *The Westminster Review*. Os fundamentos de sua filosofia já haviam sido apresentados em 1789, com *Uma Introdução ao Princípio da Moral e da Religião*[335]. Tão ambicioso quanto sua proposta de um "cálculo de felicidade", que servisse de parâmetro universal para julgar a conduta humana, foi seu empenho nas tentativas de reforma da Lei dos Pobres e do sistema prisional. Sua obsessão em codificar a *Common Law* britânica (e também a estadunidense) foi um esforço fracassado, rejeitado pelas autoridades, mas indicava uma paixão pela sistematização e padronização administrativa que foi herdada por seus admiradores. Também não foi bem sucedido em reformar as prisões. Algumas unidades foram edificadas conforme seu modelo panóptico, mas não exerceram os efeitos esperados. Para sua grande frustração, viu seu projeto ser preterido por influências francesas para a construção de cadeias.

Bentham pode não ter sido propriamente um economista, mas desde cedo apresentou interesse pela economia e se posicionou pelo livre mercado. No século XVIII, escreveu em defesa do fim das restrições legais ainda existentes à usura e trocou correspondência com Adam Smith durante os anos finais de vida do escocês. Sua longa parceria com James Stuart Mill ajudou o utilitarismo a ser levado em conta no debate

[335] BENTHAM, J. *An Introduction to the Principles of Morals and Legislation*. 2 volumes. 2º ed. London: 1823.

econômico nas três primeiras décadas do século XIX, para não mencionar sua influência na formação de John Stuart Mill, economista mais importante do país a partir dos anos 1840.

Dentro da lógica utilitária, Bentham concluiu que a Lei dos Pobres, caso definitivamente extinguida, traria maior desprazer do que felicidade coletiva ao condenar muitos à miséria absoluta e ameaçar a estabilidade social. Grande entusiasta do potencial de regeneração induzido por internações institucionais, defendia que o problema do sistema existente era sua generosidade excessiva, propondo o fim das modalidades de auxílio extramuros para condicionar o socorro à estadia voluntária nas *workhouses*[336]. Essa era uma proposição recorrente, mas tida como dispendiosa demais para os contribuintes locais, e havia pouca disposição entre a elite britânica para abraçar os projetos de instituições nacionalizadas de Bentham. Logo após sua morte, contudo, esse cenário iria mudar com a incorporação de suas ideias na formulação da Nova Lei dos Pobres de 1834.

O utilitarismo se tornaria uma filosofia instrumental para o reformismo por justificar que o cerceamento de algumas liberdades era válido, desde que isso implicasse em maior produção de prazer (ou prevenção do desprazer) para um número maior de pessoas. Os riscos e contradições dessa linha de pensamento não passaram despercebidos para os que nele se inspiraram para a prática política. Sabia-se que uma acepção muito literal desse raciocínio poderia se desdobrar em autoritarismo. Por outro lado, de forma conveniente, Bentham oferecia um discurso científico que legitimava a internação e trabalho compulsório sobre os pobres, mal distinguindo-os da categoria de delinquentes, sacramentando o retrato destes como figuras moral e intelectualmente adoentadas, a serem sanadas por vigilância, disciplina e labuta[337].

Forças políticas locais se incomodavam com a ideia de ver a administração da pobreza e outros assuntos de gestão, como a infraestrutura sanitária, elevada para instâncias além de seu controle direto. O argumento utilitarista também servia para tentar contornar esse choque, sob o pretexto de que reformas administrativas não tinham a autoridade do governo central como um fim em si, mas um meio a serviço do interesse coletivo. O Estado se colocaria enquanto guardião da jurisprudência, responsável por

[336] BENTHAM, J. "Tracts on Poor Laws and pauper management". In: *The Works of Jeremy Bentham*, v. 8. 11 volumes. Edinburgh: 1853, p. 369-380.
[337] Cf. HIMMELFARB, G. *La idea de la pobreza*: Inglaterra a principios de la época industrial. México: Fondo de Cultura Econômica, 1988, p. 97-105.

zelar e intervir onde identificasse mau funcionamento das engrenagens sociais, que em condições normais agiriam com autonomia. Instituições eram a garantia de que, nesse grande mecanismo, indivíduos desviantes sofreriam pressão para se readequar. Esse liberalismo benthamita, observou Hilton, contrastava com uma leitura conservadora na qual a sociedades era concebida de modo menos mecanizado, onde Deus definiu um papel para cada estamento e indivíduo e alguns ocupam o lugar de tutoria e governo, organizados em volta do Trono, que por sua vez possui a Igreja como sua conselheira espiritual[338].

As implicações dessa lógica no funcionamento das comissões são claras. Não se pode, ao pensar a relação entre esses órgãos e o utilitarismo, restringir-se a uma análise personalista, limitada aos comissários que possuíram maior proximidade com Bentham e que reivindicavam de modo mais explícito as suas ideias, como Walter Coulson, Soutwhood Smith e, sobretudo, Chadwick. O utilitarismo era uma filosofia a partir da qual uma agenda reformista interventora poderia ser tocada sem deixar de se apresentar como liberal. Desenvolverei adiante esse tópico ao discutir a posição dos comissários diante dos valores da centralização e do *laissez-faire*.

A esse respeito, é interessante notas as convergências entre os relatórios de inquérito apresentados pelos comissários e os escritos de John Stuart Mill, economista e filósofo utilitarista que ganhou proeminência a partir da década de 1840, embora já publicasse desde os anos 1820. Na abertura de seu *Princípios da Economia Política* (1848), Mill considerava a aplicabilidade de suas formulações econômicas às questões sociais como seu grande diferencial, quando comparado a outros ensaios sobre economia[339]. Essa afirmação, por si só, é representativa acerca da aproximação entre o pensamento econômico e a mentalidade reformista. Em seus escritos, Mill estabelece o princípio de não intervenção liberal como norma geral, ao mesmo tempo em que especifica de forma criteriosa as situações em que é legítimo suspender essa norma. Entre as exceções enumeradas pelo autor, figuram pontos que já haviam sido levantados pelo comissariado, como as particularidades dos serviços essenciais de natureza monopolista e a invalidez de contratos de trabalho firmados com crianças[340]. Mill ainda faz aberta referência às comissões de inquérito para reforçar uma imagem depreciativa dos

[338] HILTON, B. *A Mad, Bad and Dangerous People?* England 1783-1846. New York: Clarendon University, 2006, p. 313.
[339] MILL, J.S. *Principles of Political Economy* - with some of their applications to social philosophy. v. I. London: John W. Parker, 1848, p. iv.
[340] Idem, v. II, p. 518-48.

sindicatos, alegando que nenhuma violência era demasiada ao se combater associações que se valiam de coerção para garantir a adesão às greves[341].

Mill se mostrava um autor mais sensível às injustiças da desigualdade econômica do que outros economistas liberais de seu tempo. Em sua opinião, a era do *laissez-faire* econômico e do individualismo se colocava como uma difícil, mas necessária, etapa de transição. Ela seria responsável não somente por elevar a produtividade, superando em definitivo a escassez econômica, mas igualmente por educar os trabalhadores no caminho da independência moral, eliminando mentalidades paternalistas e ensinando-os a se responsabilizar pelo próprio destino. Conforme a indústria e o comércio se desenvolvessem e cada trabalhador ganhasse a consciência de que deveria cultivar seu intelecto, controlar o número de filhos e não depender de instituições públicas para sobreviver em uma economia de mercado, seria possível estruturar a economia em moldes menos voltados para a competição entre indivíduos[342]. Essa nova organização poderia assumir, por exemplo, a forma de gestões cooperativistas da produção, nas quais os trabalhadores tivessem participação nos lucros dos empreendimentos, uma evolução em relação a situação atual na qual estavam apartados capital e trabalho[343]. Apresentando-se como um herdeiro das ideias econômicas de Ricardo, Mill ainda considerava que a chegada eventual de um estágio estacionário era inevitável. Agora, contudo, era possível reimaginar esse momento de forma otimista, o começo de uma era de felicidade social e maior equidade, no qual se constatava que o crescimento econômico compulsivo não era mais necessário[344].

As idealizações de ordem coletivista de Mill, influenciadas pelos ideais socialistas de Henri de Saint-Simon, não estavam no horizonte das comissões. Por outro lado, essas últimas eram identificadas com a noção de uma moral que, fomentada pelo livre mercado, funcionaria como o pivô da elevação intelectual e material da massa trabalhadora. Afinal, nas origens tanto do conceito de reforma quanto da economia política, a moralidade figurava como um problema de maior relevância. Na condição de agnóstico, Mill abordava a questão sem revesti-la de contornos religiosos, mas isso se tratava de uma exceção. Conceber não somente os valores morais, mas a própria instrução popular, em

[341] Idem, v. I, p. 247 e v. II, p. 503-4.
[342] Sobre a perspectiva do *laissez-faire* enquanto etapa de transição no pensamento de Mill, cf. PERSKY, J. *The Political Economy of Progress*: John Stuart Mill and modern radicalism. [E-book]: Oxford University, 2016, p. 73-6 e 86-7.
[343] MILL, J.S. *Principles of Political Economy* - with some of their applications to social philosophy. v. I. London: John W. Parker, 1848, p. 244.
[344] Idem, v. II, p. 310-11.

associação próxima com a religião, era ainda a leitura hegemônica inclusive nos círculos reformistas, e as comissões de inquérito não fugiam à regra.

Entre os economistas, o teor religioso era mais explícito dentro da chamada economia política cristã. Essa era uma vertente bastante popular do debate econômico, atingindo um público ampliado que se sentia atraído pela sua linguagem mais acessível e apelo evangelista. A fundação do Clube de Economia Política em 1821 trouxe para a disciplina a tendência de torná-la mais técnica, deixando progressivamente mais clara a distinção entre a economia desenvolvida pelos integrantes do clube, considerada uma ciência mais "pura", e aquela praticada em moldes expressamente religiosos. Homens como Ricardo, James e John Stuart Mill e Nassau Senior se identificavam como parte de uma ortodoxia (ainda que com divergências internas), mas é errado subestimar a popularidade do campo da economia cristã.

Ao comentar a influência do evangelicalismo sobre o pensamento econômico e social da Revolução Industrial, Hilton contrapõe as teorias dos economistas ortodoxos à dos religiosos. A primeira era voltada para uma perspectiva internacionalista do comércio e da divisão do trabalho, sendo também altamente industrialista. A segunda, de menor reconhecimento histórico, apesar de sua forte repercussão, priorizou o âmbito nacional e tinha na expiação um de seus valores basilares. O autor chama a Era do Melhoramento ou da Reforma também de "Era da Expiação" (*Age of Atonement*), na qual se combinava o racionalismo iluminista com o sentimento de urgência pela autossalvação presente na escatologia evangélica. A Revolução Francesa atiçou os sentimentos milenaristas, ao mesmo tempo em que a urbanização e a concentração da pobreza sugeriam que a pujança econômica inglesa, indiscutivelmente superior a qualquer outra parte do globo, não purificou a sociedade do pecado e da degeneração que pareciam ter se abatido sobre o mundo. O *laissez-faire* era, para a economia política constituída a partir daí, instrumento de educação e disciplinarização das massas, que através dele aprenderiam a se adequar a uma ordem social mais próxima aos desígnios divinos. A vida, nesses termos, mostrava-se uma provação, na qual a prosperidade econômica acompanhava aqueles que, valendo-se do esforço obstinado e rigorosa conduta, aceitavam as condições impostas pela economia de livre mercado. Esse sentimento de expiação foi, para Hilton, crucial para a construção na Grã-Bretanha de uma ideologia individualista condizente com o avanço do liberalismo[345].

[345] HILTON, B. *The Age of Atonement*: The Influence of Evangelicalism on Social and Economic Thought, 1785-1865. Oxford: Clarendon, 1988, p. 68-69.

O principal nome entre os economistas evangélicos foi Thomas Chalmers, clérigo da igreja presbiteriana escocesa e professor universitário. Sua pessoa começou a ganhar notoriedade na Inglaterra e na Escócia a partir de 1817, graças aos seus sermões e publicações religiosas. Na década de 1820, realizou oposição ferrenha à Lei dos Pobres, procurando mobilizar capital político para desmantelá-la. A empreitada lhe rendeu contato com nomes importantes da vida política e intelectual britânica, atraindo a admiração de homens da relevância de Robert Peel, futuro primeiro-ministro. Apesar do prestígio no ambiente político, os anos que se seguiram à reforma da Lei dos Pobres em 1834 demonstraram a inviabilidade do modelo de contribuições voluntárias que Chalmers tinha como ideal.

Chalmers defendia o legado intelectual de Malthus e, como tal, era menos impressionado pelas virtudes do comércio internacional, tido antes como um circulador do que um gerador de riqueza, incapaz de superar os limites ao crescimento econômico impostos pela terra[346]. Era também simpático à classe fundiária, a qual via como uma importante indutora de demanda por luxos, aqui entendidos como todos os bens que não compunham a subsistência dos trabalhadores[347]. Acreditava que introduzir a abolição gradual das Leis dos Cereais era uma prioridade, mas não por uma razão econômica, visto que não tinha fé de que isso poderia alterar substancialmente, no longo prazo, a relação entre renda, lucro e salário no país[348]. Sua defesa pela revogação da tarifa se dá com base na estabilidade social e política, acreditando que, após o Ato de Reforma, o tópico se tornou o principal eixo de enfrentamento político e uma ferramenta poderosa nas mãos de demagogos contrários ao *establishment*[349]. Contrariando aquele que considerava o espírito de seu tempo, caracterizado por um forte clamor pela contenção dos gastos e arrecadação pública, Chalmers temia que a nação se enfraquecesse pelo modo como os

[346] CHALMERS, T. *On Political Economy*, in connexion with the moral state and moral prospects of society. v. 1. Glasgow: 1832, p. 184-201

[347] Discordando da opinião ortodoxa apresentada por Smith, Say e Ricardo, para os quais os investimentos tinham por origem a poupança, Chalmers considera que é preciso ressaltar o papel da demanda, conforme apontado por Malthus anteriormente. Chalmers coloca que apenas os produtos agrícolas imprescindíveis eram capazes de gerar sua própria demanda, uma propriedade que a ortodoxia, equivocadamente, generalizava para todos os investimentos. Em sua visão, portanto, mesmo o consumo ostensivo da nobreza era um indutor importante para intensificar e diversificar a produção, além de ditar tendências que instigavam o cultivo de novos gostos nas demais classes. Diversos comentários do autor a respeito da importância da demanda e do consumo ostensivo podem ser encontrados em: idem, v. 1, p. 56-72, 77, 98-101, 126, 131 e 170. Sobre as contribuições malthusianas na compreensão do papel da demanda sobre ciclos econômicos virtuosos, cf. SOUZA, L. E S; PREVIDELLI, M. F. S. C. "Algumas considerações sobre a contribuição de Malthus ao Pensamento Econômico." *Anais do XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas*, Niterói: UFF/ABPHE, 2017.

[348] CHALMERS T. op. cit, v. 2. 103-119.

[349] Idem, v. 1 p. 36.

governantes buscavam popularidade tentando enxugar as contas do Estado[350]. Sua crença na superioridade de igrejas nacionais protestantes, como a Anglicana, para promover a educação popular, era uma das razões pelas quais acreditava que a busca pela austeridade significava um risco às instituições[351].

Em comparação aos seus escritos mais antigos, do início dos anos 1820, Chalmers se mostrou na década de 1830 menos convencido pelo potencial de empreendimentos filantrópicos e políticas de emigração para remediar a miséria social. Cada vez mais, mostrava-se convicto de que apenas a moralização da população trabalhadora, através da doutrina religiosa, poderia impedir que o estado estacionário, a ser atingido quando se esbarrasse definitivamente na fronteira produtiva do solo cultivável, assumisse a forma de um quadro social de decaimento e fome catastrófica. Através da religião, auxiliada pelos valores da economia política, seria possível ensinar aos pobres que a sorte deles dependia de sua postura moral, levando-os a compreender que pela restrição de sua reprodução eram capazes de valorizar o preço da mão de obra[352]. Conforme elevassem sua condição e tomassem o gosto pelos luxos aos quais antes não tinham acesso, as classes populares iriam incorporar os hábitos que permitiam o acesso ao novo padrão de vida[353]. Se o aprimoramento da agricultura possuía fronteiras definidas, o aperfeiçoamento moral apresentava potencial ilimitado. O estado estacionário, portanto, poderia coexistir com o contínuo progresso humano, uma vez que a doutrinação adequada ensinaria a população a conter o tamanho de suas famílias mesmo diante da bonança econômica, freando o aumento demográfico antes que este ultrapasse a barreira da produção de alimento[354].

Mill e Chalmers tinham em comum o ódio pela Lei dos Pobres pré-reforma. Mill não chegou a defender a extinção do sistema, concordando com sua manutenção nos termos impostos a partir de 1834, mas ambos concebiam a economia como uma dinâmica na qual cada indivíduo deveria se responsabilizar por sua própria sorte, considerando que leis impessoais de mercado eram um critério justo e eficiente para moralizar as condutas. Seus escritos nas décadas de 1830 e 1840 também sugerem que, se a iminência de um estado estacionário ainda era um sentimento que rondava o pensamento econômico, essa projeção estava perdendo seu teor mais fatalista. O apelo por uma agenda reformista alertava para o risco de uma tragédia civilizacional no futuro próximo, mas podia

[350] Idem v. 1, p. 258-9 e 266-7.
[351] Idem, v. 1. p. 332.
[352] Idem, v.1. p. IX e 323.
[353] Idem, v. 1. p. 46.
[354] Idem, v. 1, p. 82-3.

expressar também a esperança pelo engrandecimento da sociedade, antecipando a chegada de um momento otimista na segunda metade do século. Sem perder sua antiga associação com a ideia de recuperar a sociedade do decaimento moral, o chamado à reforma atravessava a economia política da época e tinha nas comissões de inquérito um de seus principais instrumentos.

Não devemos nos esquecer de que, em tempos de debate e agitação política acalorada, a formação de um discurso liberal mais militante e radicalizado, com contornos de classe explícitos, não ficou por conta de algum tratado específico. A emergência de uma vertente desta natureza se dá através da organização ativa dos grupos mais próximos aos industrialistas do Lancashire. Nos encontros promovidos na Câmara do Comércio de Manchester (*Manchester Chamber of Commerce*), onde se reuniam alguns dos representantes mais influentes da indústria nacional e seus simpatizantes, a causa antiprotecionista era exaltada como uma campanha promovida pelo norte industrializado, mobilizado para exercer pressão sobre Londres, que, enquanto núcleo das decisões políticas do país, permanecia comandada pelo interesse agrário[355]. Tendo como base esta divisão, é estruturada uma retórica classista reproduzida de forma ampliada pela Liga Anti-Lei dos Cereais, que começou a atuar como uma força nacional contra o protecionismo a partir de 1838, ganhando espaço no Parlamento com as eleições de Richard Cobden e John Bright para os Comuns, respectivamente em 1841 e 1843.

Desde a segunda metade da década de 1830, a Liga percebeu que a constituição de um discurso hegemônico nos seus termos só seria alcançada com a cooptação de outros segmentos sociais. Uma de suas primeiras estratégias foi adaptar a linguagem economicista para termos mais acessíveis e palatáveis ao público. O discurso constituído a partir daí foi o de contrapor os proprietários rentistas às "classes industriosas" ou "produtivas", que incluíam industrialistas, trabalhadores, a classe média de comerciantes e profissionais e mesmo os fazendeiros arrendatários. Pretendiam com isso criar uma categoria abarcando todos aqueles que estavam sujeitos à livre competição capitalista, que se mostra o parâmetro da verdadeira democracia, ao colocar os indivíduos em igualdade por meio de uma dinâmica imparcial definida pelo mérito. Situar-se fora dessa esfera, protegendo-se por uma política protecionista exclusiva para o setor agrário, era equivalente a exercer o privilégio aristocrático. À renda do proprietário, parasitária e

[355] MANCHESTER CHAMBER OF COMMERCE. *The Corn Laws*. An authentic report of the late important discussions in the Manchester Chamber of Commerce, on the destructive effects of the corn laws, upon the trade and manufactures of the country. London: 1839.

improdutiva, contrapunham-se os rendimentos dos empregados e empregadores de mão de obra, oriundos do esforço e da criação de riqueza. Sustenta-se, assim, que o verdadeiro antagonismo social não se dava entre salário e lucro, mas entre estes e a renda, que mobiliza seu velho monopólio político para beneficiar-se em detrimento do trabalho e capital[356].

Mobilizar apoio popular, contudo, era sabidamente um exercício delicado, o que se refletia nas tentativas de aproximação dúbias por parte dos representantes da Liga em direção às lideranças populares. Contra a desconfiança dos trabalhadores, os porta-vozes da Liga podiam expressar simpatia pelos objetivos políticos do radicalismo popular, desde que desincentivando o emprego de táticas violentas por fora do jogo institucional e procurando convencer de que o legítimo sentimento de revolta não era incompatível com a consciência sobre as leis econômicas, contra as quais era inútil se debater. Em carta aberta aos trabalhadores de Rochdale, cidade situada onde hoje é a região metropolitana de Manchester, John Bright, o mais conhecido orador da Liga, se dirige aos operários revoltados em meio à crise, durante o ano de 1842, sabendo da existência de cartistas entre eles:

> Muitos de vocês sabem muito bem que nenhum ato do Parlamento e nem ato da multidão, pode sustentar os salários. Vocês sabem que os negócios vão mal há tempo, e que em um mau negócio os salários não podem aumentar. Se vocês estão resolvidos a compelir um avanço dos salários, vocês não podem compelir manufatureiros a lhes darem emprego. O comércio deve produzir um lucro, ou não mais será conduzido; e um avanço dos salários agora, iria destruir todo o lucro. (...)
>
> Seus oradores, e líderes autoconstituídos, urgem que vocês desistam da questão dos salários, e apoiem a Carta. Contra obter a Carta as leis da natureza não oferecem impedimento, como elas oferecem contra um avanço forçado dos salários; mas obter a Carta agora, é tão impossível quanto elevar os salários pela força.
>
> A aristocracia é poderosa e determinada; e, infelizmente, as classes médias não são ainda inteligentes o bastante para ver a segurança de estender o poder político para todo o povo. As classes trabalhadoras nunca podem ganhá-lo por si. Força física vocês sabiamente repudiam. É imoral, e vocês não têm armas, e pouca organização. Força moral pode ter êxito apenas através dos eleitores, e estes não estão ainda convencidos. Os princípios da Carta irão um dia ser estabelecidos; mas anos podem se passar, meses podem se passar antes deste dia chegar. Vocês não podem permanecer ociosos até que ele chegue. Seus únicos meios de vida vêm do produto do seu próprio trabalho. Infelizmente, vocês têm mulheres e crianças, e todos vocês têm a ânsia da fome, e vocês devem viver, e, para viver, vocês têm que trabalhar[357].

---

[356] Cf. como exemplo ilustrativo dessa retórica, alguns dos diálogos firmados pela Liga com fazendeiros em busca de tecer apoio contra as Leis dos Cereais. ASHWORTH, H. *Recollections of Richard Cobden, M.P, and the Anti-Corn Law League*. London: 1877, p. 169-176.

[357] Idem, p. 107-8.

O discurso da Liga, abertamente dedicado à construção de um bloco político, pautava-se por um radicalismo liberal que não deixava de se apresentar como anti-*establishment*, se não por seus métodos, por seus objetivos. Havia hierarquia entre agendas, com a pauta econômica liberal tendo prioridade sobre a expansão da democracia, mas se assumia uma retórica de antagonismo de classe incisiva, desenhada para tentar mobilizar a classe média e popular contra os proprietários de terra. As comissões reais eram espaço para outro tipo de linguagem, mesmo quando recomendavam a extinção ou redução de medidas protecionistas. Um número pequeno de integrantes do comissariado analisado participou ativamente da Liga, mas é difícil crer que a retórica de enfrentamento classista que ela promovia agradasse aos nomes politicamente mais moderados que predominavam nas comissões. O exemplo da Liga, ainda assim, permanece importante para ilustrar que a trajetória do pensamento liberal não se restringe a identificar uma série histórica de publicações fulcrais.

Precisar a extensão da influência de determinados autores ou correntes de pensamento sobre as comissões reais de inquérito é uma tarefa complexa. Entre as dezenas de comissários, há poucos nomes para os quais as referências doutrinárias puderam ser identificadas com um grau maior de clareza. Seria, de qualquer maneira, ilusório supor que a história das comissões possa ser explicada, simplesmente, por alguma espécie de mapa político-ideológico, a partir do qual os rumos tomados por essas entidades poderiam ser atribuídos ao peso que esta ou aquela filosofia exerceu sobre cada agente. É mais proveitoso manter em perspectiva a diversidade de entendimentos possíveis acerca do liberalismo que habitava o ambiente intelectual britânico. Todos concebiam alguma ligação fundamental entre moral e *laissez-faire*, estivesse ela assentada em um pano de fundo mais laico ou religioso: a expiação evangélica, na qual o sujeito se mostra merecedor da Salvação por sua performance sóbria, independente e laboriosa dentro da disciplina de mercado; o senso de pertencimento às classes produtivas da sociedade, democraticamente sujeitas às leis impessoais da oferta e demanda; a crença utilitarista no indivíduo enquanto melhor agente para discernir sua própria felicidade, por ser aquele mais diretamente interessado nela. Os comissários aprenderem a interpretar o mundo frequentando espaços sociais no qual estavam expostos a todas essas perspectivas.

Ao se abrirem para recolher opiniões acerca dos objetos investigados, os comissários trouxeram para as páginas dos inquéritos uma variedade de posicionamentos, mesmo que fazendo-o através de seus próprios filtros. Reconhecer essa heterogeneidade

não nos impede de distinguir, nos inquéritos conduzidos pelas comissões, algumas tendências que se sobressaíram em sua abordagem social. A despeito da presença de visões divergentes entre os comissários, os relatórios finais possuem direcionamentos a partir dos quais são discerníveis os traços de uma economia política reformista, entre os quais podemos mencionar: o papel dos agentes públicos enquanto árbitros de uma sociedade autorregulada por dinâmicas de mercado, na qual a intervenção estatal se justifica somente onde esse funcionamento se mostra imperfeito; a preocupação com manter baixos os custos de produção manufatureira, criticando protecionismos e evitando intervir sobre as relações de trabalho, sob a alegação de que as exportações britânicas estavam perdendo competitividade no exterior; uma leitura do problema da mão de obra redundante que não se baseia no aumento demográfico, mas nos obstáculos internos à circulação deste excedente de trabalho.

Essas linhas não de desenvolvem, pelas páginas dos relatórios, através de uma sequência de referências a pensadores ou teorias, como em um ensaio acadêmico. Elas se revelam através de avaliações e encaminhamentos elaborados para lidar com situações encaradas como problemas objetivos, circunstâncias que se constituem com materialidade social e, como tais, se expressam perpassadas por contradições. Nenhuma abordagem liberal é aplicável, nessas condições, sem envolver um grau de adaptação e inventividade demandado pela realidade da prática, o espaço no qual se faz reforma de fato. Não há, portanto, maneira melhor de se compreender as particularidades da economia política dos comissários do que através desse elemento contraditório, incorporado no trato dos assuntos públicos.

3.2. Intervenção pública em uma sociedade de *laissez-faire*: teoria e prática no trabalho das comissões

Albert Venn Dicey mostrou-se extremamente influente sobre a historiografia da primeira metade do século passado após publicar, em 1917, suas aulas sobre a relação entre governo, lei e opinião pública na Grã-Bretanha do século XIX. Dicey distinguiu, para o intervalo entre 1800 e 1830, aquilo que chamou de "Período do Velho *Torysmo*", caracterizado por reacionarismo e estagnação legislativa, seguido por um "Período do Benthamismo ou Individualismo" que se estendeu até 1870. Essa foi uma fase de reformas promovidas com referências no pensamento de Bentham, incluindo a noção de legislação enquanto ciência e a perspectiva de que cada indivíduo é o mais apto a definir as ações que lhe proporcionam maior prazer, sendo papel do governo rever as restrições

arcaicas à liberdade individual, agindo de modo a manter um conjunto de instituições mínimas necessárias para assegurar que a procura de bem estar de um não se manifeste em mal estar para o outro. Sob essas diretrizes, se inaugurou uma era de reforma utilitária conduzida por aqueles que puseram em prática o que Bentham havia estabelecido como teoria[358].

Avanços na historiografia, ao longo de 100 anos, mostraram os limites dessa esquematização. Se apontou, como já debatido, para o modo como o *torysmo* revitalizado desde os tempos de Pitt antecipou movimentos rumo ao liberalismo. Também foi questionada a extensão efetiva da influência das ideias benthamitas enquanto orientadoras da formulação de políticas públicas naquele momento. Além disso, passou a ser discutido o próprio sentido de *laissez-faire* e sua aplicabilidade ou não para as décadas a partir de 1830. Na historiografia, o conceito poderia ser empregado ou enquanto sinônimo de promoção de liberalismo econômico, ou com o significado de uma redução relativa do tamanho do estado e seu campo de intervenção. A partir dessas reflexões, os historiadores foram chegando à compreensão de que não era apenas possível, mas necessário, que o aprofundamento do livre mercado e do liberalismo enquanto ética social fosse acompanhado por novos arranjos institucionais e um papel do governo para além da simples abstenção[359].

Ao traçar as origens do *welfare state* britânico, Derek Fraser retorna à primeira década do século XIX para debater as inovações no campo das políticas públicas que se moldam a partir das pautas do trabalho fabril, da Lei dos Pobres e da reforma sanitária, entre outros. Fraser categoriza uma série de abordagens possíveis para compreender o reformismo no século XIX e sua evolução rumo ao bem estar social, pressupondo uma continuidade que, por si só, já esbarra em algumas polêmicas. Mas o que nos interessa aqui é a preferência feita pelo autor por aquilo que denominou de perspectiva pragmática para o entendimento histórico das reformas. Fraser defende as reformas institucionais como decorrentes de um conjunto de respostas *ad hoc*, promovidas por um corpo administrativo embalado em um *momentum* de qualificação e profissionalização, se deparando com desafios objetivos colocados pela industrialização. Considera esse viés

[358] DICEY, V. D. *Lectures on the Relation between Law and Public Opinion in England during the Nineteenth Century*. Indianapolis: Liberty Fund, 2008.
[359] Sobre a influência de Dicey na historiografia e as críticas ao seu argumento, cf. INNES, J. "Forms of 'government growth' 1780-1830." In: FELDMAN, D; LAWRENCE, J (org.). In: *Structures and Transformations in Modern British History*. New York: Cambridge University Press, 2011, p. 75-76 e TAYLOR, A. J. *Laissez-faire and State Intervention in Nineteenth-century Britain*. London: MacMilliam, 1972, p. 5-7.

mais adequado do que outros que tem por base uma motivação ideológica, de classe ou voltada para a promoção de uma sociedade adequada ao capitalismo industrial, chegando a se referir a algumas dessas interpretações como "conspiratórias"[360].

A ideia de uma economia política da prática reformista pode ajudar a nos afastar da dualidade apresentada pelo problema de definir para as reformas ou um teor *ad hoc*, segmentado e pragmático ou um outro abrangente, interconectado e ideológico. Tomando em conjunto as mesmas iniciativas de melhoramento social apresentadas por Fraser, é muito difícil ignorar a presença de determinados enquadramentos a partir dos quais as comissões enxergam a realidade. Mesmo reconhecendo que os comissários reais eram, objetivamente, um instrumento de governo designado para inquirir sobre objetos específicos, sobre os quais havia algum tipo de demanda por parte da sociedade civil para transformações, o grau de inventividade ou pragmatismo investido nesse trabalho investigativo permanecia atrelado a pressupostos que, inegavelmente, orientaram as conclusões tomadas a partir dele.

O reformismo pode ser tomado como uma mudança qualitativa das práticas de governo e do modo de se conceber a dimensão do público, que não é devidamente observada ao se restringir o debate à lógica quantitativa de "Estado maior ou menor". Compreende-se aqui o *laissez-faire* como uma abordagem da coisa pública que, por mais que se inspire no liberalismo da economia política, demanda um exercício de organização concreta do meio social que, no caso da Grã-Bretanha, teve nos comissários de inquérito alguns de seus condutores principais. As comissões reais não encontrariam em nenhum dos autores precedentes um manual com encaminhamentos pré-definidos para todos os desafios que atravessavam sua atuação, mesmo levando em conta os trabalhos de ordem mais prescritiva de Bentham. Por essa razão, a melhor forma de se abordar a construção em ato da economia política da prática reformista se dá pelas suas contradições. A partir delas se revelam os contornos do processo de edificação de uma hegemonia, enquanto agenda política que precisa se adaptar diante das formações sociais que compõem a realidade.

[360] FRASER, D. *The Evolution of the British Welfare State*: A History of Social Policy since the Industrial Revolution. 2ª ed. [E-book]: MacMillan, 1984, p. xxii-xxx.

3.2.1. Liberalismo e centralização: o equilíbrio delicado

A tensão entre a iniciativa dos comissários em estabelecer instâncias centralizadas de poder administrativo e a resistência de agentes locais, públicos ou privados, contra o que percebiam como medidas interventoras arbitrárias, é algo constantemente mencionado nos relatórios de inquérito. Esse é um tema que sempre traz para o centro das discussões a figura de Chadwick, o secretário pessoal de Bentham que acompanhou o pai do utilitarismo em seus últimos momentos de vida e dele herdou, para além de uma vultosa soma financeira, o afã pela centralização administrativa[361]. Reforçado por seu temperamento reconhecidamente difícil e personalidade controladora, esse traço significou um histórico de dificuldades operacionais que o acompanhou durante toda sua carreira pública na reforma da Lei dos Pobres e sanitária. Para se resistir à tentação de personalizar a questão, reduzindo-a aos arroubos de Chadwick, é preciso pôr em perspectiva o processo de centralização no qual as comissões estão inseridas

O fortalecimento de uma burocracia centralizada a partir da instituição de um número crescente de comissões foi realidade indiscutível[362]. A novidade dos anos 1830 não foi a procura por estabelecer respostas legislativas a problemas sociais evidentes, mas pensar em soluções a partir do escopo nacional[363]. Não obstante, como observado por David McLean em seu estudo sobre a reforma sanitária a partir da chegada da cólera em 1831, ater-se à trajetória de atos parlamentares e outros órgãos nacionais como forma de desenhar um quadro nacional para o cenário social pode ser uma empreitada traiçoeira[364]. A instituição de corpos nacionais de comissários ou inspetores não representou o fim da tradição britânica de autonomia local. Ao se trabalhar com as comissões reais e os relatórios redigidos pelos comissários mais relevantes, é importante não perder de vista que se trata de uma síntese nacional a partir das impressões regionais dos demais

---

[361] Lyon Playfar, comissário real de inquérito, químico e parlamentar eleito pelo Partido Liberal em 1868, relatou que ao tentar convencer Chadwick a deixar maior poder decisório sobre assuntos sanitários nas mãos das localidades, ouviu em resposta que, como a queda de Lúcifer se iniciou com sua resistência ao princípio da centralização, os que advogavam pela descentralização o faziam com base em antecedentes diabólicos. Cf. KEARNS, Gerry. "Private Property and Public Health Reform in England, 1830-1870." *Soc. Sci. Med*, v. 26, n. 1, 1988, p. 195.

[362] Hilton aponta quatro fatores para explicar um efeito centralizador, o qual julga não intencional: o fascínio, influenciado pelo pensamento benthamita, por soluções nacionais; o espírito centralizador de reformistas proeminentes como Chadwick; a consciência por parte de comissários menos centralizadores de que seriam responsabilizados por erros e fracassos no funcionamento das comissões, incentivando-os a trazer o poder para mais perto de si; o fato de que algumas despesas locais começaram a ser atendidos por impostos arrecadados pelo governo central. Cf. HILTON, B. *A Mad, Bad and Dangerous People?* England 1783-1846. New York: Clarendon University Press, 2006, p. 313.

[363] Idem, p. 604.

[364] MCLEAN, D. *Public Health and Politics in the Age of Reform: Cholera, the State and the Royal Navy in Victorian Britain*. London: I. B. Tauris, 2006, p. x-xi.

comissários e seus assistentes. Se dirigir a esses documentos esperando encontrar uma reprodução fidedigna da realidade britânica é precipitado, levando em conta que o material em mãos é, não raro, um mosaico arbitrariamente constituído a partir de fragmentos locais. Por outro lado, o modo como se constroem essas narrativas, precisamente por seus arbítrios, mostra-se revelador sobre as visões de mundo e prioridades que compunham a pauta política dos homens que encabeçam essas comissões.

Retratar autoridades locais como forças incompetentes, corruptas e fragilizadas foi um traço presente desde o início do reformismo *whig*, como se observa não apenas pela comissão de inquérito sobre a Lei dos Pobres de 1832 a 1834, mas também na comissão incumbida de investigar e sugerir uma reforma para as corporações municipais que atuou entre 1833 e 1835. Formado por *barristers* que em sua grande maioria tinham simpatia pelas ideias de Bentham, o grupo de comissários que constituía a última instituiu padrões de regularidade eleitoral, transparência, critérios para voto e apontamento mínimo de funcionários profissionalizados a serem aplicados sobre todas as corporações, sob a alegação de que as mesmas eram até então uma constelação de corpos políticos autoperpetuados em nome de seu interesse exclusivo[365]. O relatório sobre a Lei dos Pobres apresentado em 1834 trazia, por sua vez, uma visão depreciativa dos supervisores dos pobres (*overseers of the poor*), contribuintes eleitos anualmente nas sacristias para gerir em nível paroquiano a arrecadação e dispêndio de recurso das Leis dos Pobres. Chadwick e Senior optaram por destacar as impressões do comissário Stephan Walcott, responsável por avaliar a operação das leis no norte do País de Gales:

> Enquanto grupo, eu achei os supervisores anuais inteiramente incompetentes para executar os deveres de seu cargo, seja pela interferência de ocupações privadas, ou por uma carência de experiência e habilidade; mas mais frequentemente por ambas as causas. O objetivo deles é atravessar o ano com tão pouca impopularidade e problema quanto possível: seus sucessores, portanto, têm frequentemente de lamentar as demandas deixadas sem resolução, e impostos não coletados, ou por falta de cuidado ou um desejo de ganhar a frívola popularidade de terem clamado menos tributação que o usual[366].

Cargos locais eram um indicativo tradicional de prestígio, e ocupá-los significava ter poder sobre um fluxo importante de recursos naquela comunidade. Supervisores dos pobres eram tipicamente fazendeiros em paróquias rurais e lojistas em centros urbanos. A impressão sugerida pelos comissários é a de que, na realidade, esses postos eram

[365] GREAT BRITAIN. Municipal Corporations Commission. *First report of the commissioners appointed to inquire into the municipal corporations in England and Wales*. London: 1835.
[366] GREAT BRITAIN. Poor Law Commission. *Report from His Majesty's commissioners for inquiring into the administration and practical operation of the Poor Laws*. London: 1834, p. 56, tradução livre.

encarados como um fardo jogado pelos contribuintes sobre aqueles desafortunados que não conseguiram se esquivar da indicação, tendo de encarar uma gestão marcada pelo ambiente de terror promovido por pobres violentos em busca de abono. Episódios de hostilidade e intimidação típicos do sul e leste rural, envolvendo incêndios criminosos, destruição de propriedade e cartas ameaçadoras povoam as páginas do relatório, ecoando os Motins de *Swing* que há pouco aterrorizaram a classe proprietária[367].

Retratar os gestores locais da Lei dos Pobres como despreparados e reféns da classe trabalhadora desmoralizada tinha como propósito justificar os apelos por centralização e profissionalização, preciosos para os reformadores. Esses princípios se manifestaram na formação de uniões paroquianas, encabeçadas por um Conselho de Guardiões (*Board of Guardians*) amparado por funcionários remunerados e submetido à autoridade central, em nível nacional, da Comissão da Lei dos Pobres fundada em 1834. Ao estabelecer um órgão superior responsável por definir as diretrizes a serem adotadas pelas uniões em todo o país, os comissários esperavam padronizar e qualificar a gestão dos impostos para os pobres.

Antes de considerar a reforma da Lei dos Pobres como um atropelamento das esferas locais de autonomia, entretanto, devemos nos ater ao fato de que os mesmos comissários que encaminharam medidas centralizadoras também defenderam a manutenção de um sistema de financiamento arrecadado localmente, além de incentivarem o envolvimento dos proprietários nos conselhos das uniões. Sabia-se que a viabilidade do sistema pretendido dependia do engajamento e interesse por parte das localidades, por isso a preocupação em incorporar, ao novo modelo, traços familiares a essas instâncias[368]. A indicação de Chadwick para o secretariado da Comissão da Lei dos Pobres formada em 1834, uma posição de natureza mais burocrática e administrativa do que de chefia, representava um aceno positivo para o respeito à cultura de autonomia local. Preferiu-se, para os postos de comissário e comissário assistente, membros de famílias importantes, os quais sabidamente teriam maior facilidade para negociar e transitar dentro dessas redes locais.

Semelhante equilíbrio é percebido na reforma sanitária. Desde o final da década de 1830, quando a administração da Lei dos Pobres começou a assumir investigações mais contundentes sobre a saúde pública, é nítida a desilusão diante da falta de

[367] Idem, p. 55-9.
[368] Idem, p. 99-100.

compromisso e descoordenação entre agentes sanitários locais. Em nenhum escrito essa impressão é mais patente do que no inquérito sobre a saúde urbana conduzido por Chadwick e publicado em 1842. Aqui, o conflito entre interesse privado e bem coletivo é um tema extremamente forte, lamentando-se a ausência de solidariedade e senso de dever público por parte do primeiro. Chadwick critica o fato de que a lei proteja a propriedade privada nos casos em que essa entra em conflito com o bem estar público, citando diversos exemplos de situações nas quais proprietários locais obstruem obras de esgoto, drenagem e melhora de circulação de ar e caminhos da água[369]. Como as obras eram financiadas por aumento de impostos locais, os proprietários que seriam tributados não recebiam com bons olhos propostas do gênero. No caso de lojistas e outros homens de negócios, havia ainda o receio de que a execução das obras gerasse desordem na vizinhança e atraísse a imagem de zona pestilenta, afastando a clientela:

> (…) Um oficial, quando perguntado sobre como que em um distrito onde a febre estava abundante nada havia sido feito sob a autoridade da lei, que autorizara sua limpeza, replicou que o Conselho[370] fizera precisamente as mesmas objeções que foram feitas quando a cólera apareceu; quando foi proposto limpar o distrito, a resposta dada ao Conselho foi que 'eles não acreditavam que faria bem algum': e aqueles entre os oficiais que eram proprietários das terras dos imóveis de aluguel disseram, 'Por que deveríamos nós perturbar e afastar nossos inquilinos?' e aqueles que eram lojistas disseram, 'Por que deveríamos nós afugentar nossos clientes ao apresentar nossa vizinhança como insalubre?', consequentemente nada era feito[371].

Iniciativas de aprimoramento em infraestrutura, serviços e saúde pública eram movidas desde 1725 nas corporações, através de atos privados (*private acts*)[372] do Parlamento que autorizavam a nomeação local de comissários responsáveis por gerenciar e melhorar a limpeza das vias públicas e pavimentação, a drenagem e o esgoto, a iluminação e a vigilância. Nas corporações contempladas por esses atos, usualmente chamados de "atos de melhoramento" (*improvement acts*), existiam critérios censitários com base em valor de propriedade restringindo à candidatura e direito de voto para comissários, que poderiam ser inclusive superiores aos pisos fixados para votar e se eleger

---

[369] CHADWICK, E. *Report to Her Majesty's Principal Secretary of State for the Home Department, from the Poor Law Commissioners, on an Inquiry into the Sanitary Condition of the Labouring Population of Great Britain; with appendices*. London: 1842, p. 303-7.

[370] No caso, está se referindo aos conselhos organizados localmente, de forma voluntária, como forma de prevenir o retorno da cólera após a epidemia de 1830-1.

[371] CHADWICK, E. op. cit, p. 322, tradução livre.

[372] Os Atos Privados do Parlamento (*Parliamentary Private Acts*) são atos de efeito local, contemplando indivíduos, grupos, instituições ou localidades, sem efeito geral, não se tornando legislação estatutária. Muitos cercamentos de terra eram feitos através desse tipo de ato. Os custos envolvidos no processo de submissão, tramitação e aprovação desses atos eram altos para a parte interessada.

nas eleições gerais e para as corporações municipais[373]. Havia em cada localidade, portanto, uma malha de poderes sobrepostos com jurisdição sobre cada aspecto da infraestrutura e serviços, formando um emaranhado de atribuições que dificultava iniciativas coordenadas de reforma. No caso do fornecimento de água, o serviço era prestado por companhias privadas, organizadas na forma de trustes compostos por investidores da região.

Em um primeiro momento, é fácil imaginar que a resposta das comissões reais diante desse cenário tivesse por horizonte soluções de centralização em nível nacional, à moda do que foi concebido para a Lei dos Pobres. Esse tipo de proposição de fato foi levantado, com a sugestão de se formar um Conselho Geral de Saúde (*General Board of Health*), endossada não apenas por comissários, mas também pelo Parlamento, e que veio a se concretizar com a fundação do órgão através do Ato de Saúde Pública (*Public Health Act*) de 1848. Mas, na realidade, tanto as provisões instituídas pelo ato, quanto os encaminhamentos das comissões de inquérito voltadas para o sanitarismo da década de 1840, não anularam os efeitos dos atos privados preexistentes. A reforma sanitária era conduzida com a consciência de que o mais viável a se fazer era tentar simplificar a gestão em nível local e reduzir o ruído entre atribuições, mas não suplantar essa autoridade por um poder nacional.

Chadwick, sempre lembrado como um advogado intransigente do princípio centralizador, recomendava que os poderes sobre a infraestrutura sanitária ficassem concentrados sob a jurisdição dos responsáveis pelas obras de esgoto locais. Mesmo com a criação do Conselho Geral de Saúde, no qual Chadwick assumiu como um dos comissários principais, o poder efetivo do órgão era organizar a formação de conselhos locais. O empenho em criar, a partir dessa estratégia, uma teia mais facilmente coordenada por uma entidade nacional, ao mesmo tempo em que se respeitava o princípio da localidade, foi certamente benéfico para muitas paróquias que não contavam com instituições do tipo até então. Contudo, em diversas situações, a atuação dos conselhos viu-se frustrada por não terem jurisdição onde atos locais já haviam empoderado comissários de melhoramento, salvo com aprovação das sacristias locais. Era preciso traquejo para se navegar em uma rede de jurisprudências permeada de zonas cinzentas de

[373] MCLEAN, D. *Public Health and Politics in the Age of Reform*: Cholera, the State and the Royal Navy in Victorian Britain. London: I. B. Tauris, 2006, p. 33-34.

autoridade, envolvendo comissários de diferentes instâncias, sacristias, corporações municipais, os guardiões da Lei dos Pobres e interesses privados[374].

A tensão entre centralização e liberalismo era algo intrínseco à filosofia utilitarista. Sua ética de maior geração de felicidade condenava a oposição exercida contra as orientações das comissões reais. Contudo, Bentham elegera a proteção da propriedade privada como uma das tarefas primárias de um governo justo e eficiente. E esse mesmo direito era evocado pela retórica dos entes locais resistentes às intervenções, sob alegações de que a conjuntura de crise sanitária escancarada pela chegada da cólera servia como pretexto para a violação de direitos ancestrais do inglês nascido livre, o que abarcava a autoridade sobre sua propriedade e a administração da localidade pelos proprietários que formavam o corpo de cidadãos daquele mesmo espaço. A contra-argumentação reformista precisava, portanto, ser tecida dentro das lógicas das liberdades individuais e de mercado[375].

O pressuposto geral era de que o descaso ou mau uso de poderes e atribuições implicava em uma infração contra os direitos e liberdades alheios, um ponto defendido de forma particularmente veemente no campo sanitário. Era uma resposta que harmonizava com a visão benthamita de Estado regulador, árbitro que intervém de maneira a assegurar o equilíbrio entre interesse coletivo e individual, mantendo o arranjo social dentro das condições mais propícias para a multiplicação de bem estar. A ação das comissões podia ser assim interpretada como o zelo, por parte do poder público, por contratos estabelecidos no âmbito de mercado ou da administração pública local e que não estão sendo bem executados. Se os serviços de água, saneamento, iluminação e limpeza urbana eram ineficientes e geravam queixa constante entre os usuários, era porque a situação de monopólio local na oferta desses serviços gerava uma competição imperfeita. Os efeitos autorreguladores do mercado não poderiam organizar organicamente as interações sociais nessa situação, demandando uma presença externa encarnada na comissão[376].

Ainda que se pudesse justificar a intervenção sobre o privado por uma retórica contratual de cunho utilitarista, o modo de se promover a intervenção precisava ser sempre criterioso e, preferencialmente, negociado. A comissão real responsável por

---

[374] Idem, p. 68-69.
[375] Cf. KEARNS, G. "Private Property and Public Health Reform in England, 1830-1870." *Soc. Sci. Med*, v. 26, n. 1, 1988, p. 187-199.
[376] Idem, passim.

investigar o estado sanitário das cidades entre 1843-45, a qual conduziu o inquérito mais amplo sobre a saúde do Reino Unido na década de 1840, orientava autoridades locais a adquirirem através de prestações as estruturas de abastecimento de água das companhias interessadas em vendê-las[377]. A compra por parte dos agentes públicos era também a forma como deveria se dar a desapropriação de imóveis identificados como obstáculos às obras de melhoramento, de sorte que proprietários fossem compensados, a preço de mercado, pelas demolições[378]. Poderes mais incisivos para que autoridades regulassem a ocupação de imóveis começam a aparecer na década de 1850, culminando, no final da década de 1860, com autorização para impor a desocupação e derrubada de imóveis insalubres. Essa escalada deu-se de forma gradual, com os esforços sanitários da primeira metade do século ainda muito pautados por ações que preservaram a primazia do privado em níveis elevados, a despeito das críticas duras que as comissões teciam a respeito desses interesses.

A linguagem contratual aparecia também no campo delicado da legislação sobre o trabalho. Como forma de legitimar restrições de jornada para os operários mais novos, a comissão nomeada em 1833 para inquirir sobre o emprego de crianças e adolescentes em fábricas alegava que a pouca idade dos pequenos tornava-os incapazes de firmar contratos livres, dado que não eram sujeitos independentes em relação aos pais. A contrapartida dessa posição era o de que, em relação ao trabalho dos adultos, nada deveria ser feito, uma vez que a relação entre empregador e empregado estava estabelecida entre dois sujeitos com plena autonomia. Observando outras comissões voltadas para o mundo do trabalho, como aquelas que trataram da situação dos tecelões entre 1837 e 1841[379] e 1844 e 1845[380], o que se percebe são os comissários limitando a recomendação de intervenção contundente aos casos em que se constatavam práticas escancaradamente fraudulentas, como pagamento em gêneros ou subtração das horas trabalhadas no cálculo dos salários. A lógica das comissões reais era distinta daquela demonstrada nos inquéritos promovidos por parlamentares radicais, para os quais a constatação de más condições de trabalho por si só validava medidas reguladoras, inclusive sobre o emprego de adultos.

---

[377] GREAT BRITAIN. Health of Towns Commission. *Second report of the commissioners for inquiring into the state of large towns and populous districts*. 2 volumes. London: 1845, v. 1, p. 99.
[378] Idem, p. 43-4 e 107.
[379] GREAT BRITAIN. Hand-Loom Weavers Commission. *Hand-loom weavers.* Report of the Commissioners. London: 1841.
[380] GREAT BRITAIN. Frame-Work Knitters Commission. *Report of the Commissioner Appointed to Inquire into the Condition of the Frame-Work Knitters*. With appendices. London: 1845.

À linguagem de mercado, somava-se um viés de parecer científico para apresentar o trabalho dos comissários enquanto dotado de objetividade e neutralidade. Não raro, esse tom divide espaço com passagens de forte carga dramática, de autoria dos próprios comissários ou recortadas a partir do depoimento de terceiros, como quando são descritas condições particularmente lúgubres de habitação ou trabalho entre as classes populares, ou ao se tecer prognósticos muito pessimistas sobre o decaimento moral da população trabalhadora. Momentos assim eram ainda mais exacerbados em relatos movidos por particulares, se comparados com os relatórios das comissões reais. Esse era um traço de estilo muito presente à época, não apenas nos escritos, mas também na oratória de parlamentares e outras figuras públicas, e não necessariamente indica a rejeição, por parte do autor, da posição de observador objetivo e independente, ou, como se dizia, "desinteressado" (*disinterested*). Havia consciência de que assumir uma postura abertamente enviesada politicamente traria problemas em duas frentes: maior resistência no âmbito local, onde a política partidária se acirrava a partir das reformas de 1832 e 1835; tentativas de obstrução à atuação das comissões dentro do Parlamento, dado que a impressão inicial de uma nova era de supremacia *whig* no pós-reforma eleitoral se dissipou em poucos anos, deixando em aberto a possibilidade de alternância de domínio nos Comuns, como ocorreu[381].

Ao lado da centralização, a profissionalização da gestão era outra bandeira constantemente empunhada pelas comissões. Eram temas que caminhavam juntos, dado que a figura do funcionário remunerado representava a expectativa de formar um corpo burocrático mais regular, especializado e relativamente blindado das relações políticas envolvendo partidos e proprietários nos condados, corporações municipais e paróquias. Alguns desses profissionais seriam diretamente vinculados ao poder central, como inspetores fabris e comissários da Lei dos Pobres, mas a maior parte dessa rede ficaria instaurada em instâncias menores. Embora os idealizadores das reformas institucionais esperassem que esses gestores operassem reproduzindo orientações definidas por um conjunto seleto, alguns arranjos miravam homogeneizar a prestação de serviços sem subordinar o local ao central à moda do que foi feito na Nova Lei dos Pobres. O esforço de melhoramento sanitário das décadas de 1830 e 1840 exemplifica este caminho alternativo. Ele também foi sugerido por Chadwick quando este tentou emplacar a reforma das forças policiais em condados e burgos através de comissão real de inquérito

[381] LEWIS, R. A. *Edwin Chadwick and the public health movement,* 1832-1854. Thesis presented for the degree of PhD. Birmingham: University of Birmingham, 1949, p. 206.

conduzida entre 1836 e 1839. Na ocasião, o comissário recomendou que as cidades incorporassem o modelo de polícia regular local adotado na metrópole londrina em 1829 e que já vigorava em algumas cidades. Sugeriu também que forças policiais específicas fossem fundadas em cada condado, como forma de aposentar o modelo miliciano no qual os proprietários assumiam o policiamento das vias rurais[382].

Percebe-se, portanto, que é precipitado tomar o reformismo como um movimento de interventores radicais que possuem por meta esvaziar a importância da localidade. Por mais que o gênio forte e controlador de Chadwick tenha sido uma presença constante em diferentes frentes institucionais, deve-se escapar à tentação de generalizar esse espírito enquanto uma prática efetiva das comissões que pavimentam as reformas. Alguma centralização burocrática era inevitável diante da instituição de sucessivas comissões reais para lidar com questões nacionais. Mas é preciso levar em conta a pressão permanente por contenção do gasto público, além de não exagerar a forma como as comissões e o funcionalismo público mais diretamente embrenhando nas reformas atuaram como um segmento à parte do *establishment* político. Ao mesmo tempo em que o reformismo das décadas de 1830 e 1840 encaminha inovações na cultura da gestão dos assuntos públicos, o mesmo Parlamento que aprovou o ato de 1832 e as legislações subsequentes o fez com esperança de restaurar uma sensação de controle social por parte das elites, que tinha suas bases em nível local. Mais sobre como os reformadores concebiam esse equilíbrio pode ser compreendido pelo modo como as comissões incorporam o ideal de autoajuda ao paradigma de organização social almejado.

3.2.2. Instituições e autoajuda na produção do trabalhador independente

As nuances da relação entre centralização, localidade e assuntos privados despertou interesse na historiografia desde o início do século passado. Já a relevância do ideal de autoajuda[383] dentro do horizonte reformista ganhou proeminência a partir de

[382] Os outros dois comissários que acompanharam Chadwick no inquérito sobre forças policiais foram Charles Rowan, veterano do exército e comissário de polícia metropolitano, e Charles Shaw Lefevre, *barrister*, parlamentar e futuro Visconde Eversley. O trio contou com o funcionário público e estudioso das artes Samuel Redgrave para secretariar a comissão. Como os comissários, especialmente Chadwick, passaram a dedicar sua atenção a outros assuntos oficiais a partir do final da década de 1830, a comissão sobre as forças policiais não prosseguiu na direção de encaminhamentos mais conclusivos. Apesar disso, Chadwick procurou reabri-la nas décadas seguintes, sem sucesso. GREAT BRITAIN. Constabulary Force Commission. *First Report of the Commissioners Appointed to Inquire as to the Best Means of Establishing an Efficient Constabulary Force in the Countries of England and Wales*. London: 1839.

[383] Embora o sentido convencional que hoje se dá à expressão "autoajuda" (*self-help*) de fato guarde continuidade com o uso do termo no século XIX, é importante ter em perspectiva a historicidade de seu emprego no contexto em discussão. A consagração de seu uso se deu com a publicação de *Self-Help* pelo

meados do século. A atenção dada ao tema era uma forma de revisar as narrativas centralizadas na cultura institucional interventora ou na injeção de *laissez-faire* econômico enquanto inspiração maior para o reformismo. Que o discurso de moralização da classe trabalhadora está na essência das comissões do período, não há discussão. Todos os encaminhamentos propostos pelos comissários eram tidos como infrutíferos se, no decorrer do tempo, não surtissem o efeito esperado de incitar nos populares as virtudes de previdência, sobriedade, subordinação, religiosidade, industriosidade e higiene. O desafio reside em entender de qual modo a valorização de um perfil imbuído de valores evangélicos se insere no projeto social e institucional do reformismo, bem como sua relação com o liberalismo.

Na década de 1960, autores como George Kitson Clark[384] e Harold Perkin[385] abordaram a emergência de uma cultura de respeitabilidade enquanto fundamento para a construção do vitorianismo em suas décadas iniciais. Procuravam afastar a ação de vanguardas do seio da explicação histórica para a emergência do mundo vitoriano, uma maneira de revisar modelos centrados nas minorias autoconscientes ideologicamente orientadas e com um senso de propósito estranho à maioria dos homens e mulheres, os quais seriam guiados por sentimentos voltados para o cotidiano e não grandes projetos político-ideológicos. Inovações institucionais ou a hegemonia de um paradigma liberal promovidas pelo reformismo explicariam pouco, por si, sobre a construção de uma estabilidade social a partir dos anos 1850. No coração desse processo estaria o enraizamento de valores morais e do "ideal empreendedor" (utilizando a expressão de Perkin), difundidos na sociedade de maneira mais silenciosa do que os debates políticos e econômicos do período, sinal de que estavam sendo incorporados de forma orgânica às práticas sociais que perpassam o dia a dia das pessoas[386].

Essas leituras ofereciam espaço para perspectivas mais conservadoras ganharem terreno, como se viu nas duas décadas seguintes. Trabalhos como o de F. M. L.

---

escocês Samuel Smiles em 1859. Embora Smiles fosse um entusiasta das pautas cartistas e um crítico do livre mercado em áreas como saúde e educação, sua perspectiva de que a sorte econômica do indivíduo era fortemente determinada pelo seu caráter, e que este era suscetível ao aprimoramento por meio do esforço moral individual, fez sucesso entre os vitorianos. A autoajuda se tornou, portanto, uma expressão de síntese da fusão entre o *laissez-faire* econômico e o senso de busca por expiação evangelista que seduziu os ingleses no século XIX, sendo bastante empregada na historiografia para denominar esse conjunto de valores centrais no código moral da classe média britânica.

[384] CLARK, G. K. *The making of Victorian England*: being the Ford lectures delivered before the University of Oxford. New York: Atheneum, 1976.

[385] PERKIN, H. *The Origins of Modern English Society*. 2ª ed. [E-book]: Routledge, 2005.

[386] Cf. TAYLOR, M. "*The Beginnings of Modern Britain Social History*." *History Workshop Journal*, n. 43, primavera de 1997, p. 155-176.

Thompson[387] formularam um entendimento da respeitabilidade que inibia a dimensão conflituosa e impositiva do processo reformista. Mas a herança das interpretações voltadas para a cultura de deferência social e autocuidado individual também frutificou em outra direção, influenciada pelo pensamento de Foucault. O autor mais interessante a se observar aqui é Patrick Joyce. Valendo-se de uma abordagem orientada pelo conceito de biopoder, Joyce descreve o liberalismo vitoriano como uma estrutura social que exige o desenvolvimento de um novo senso de identidade e individualidade, denominado *self*, voltado para a autorreflexão, o aprimoramento moral e a vigia de si. O *laissez-faire*, nesses termos, não reside propriamente na redução de intervenções econômicas e contenção do tamanho do Estado, mas em uma cultura na qual o indivíduo, em vez de resguardado de coerções, é coagido em uma direção específica. A liberdade do sujeito passa a depender do compromisso do *self* com uma dada postura pública, na qual seu cultivo é tanto empreendimento individual quanto demonstração ostensiva, diante do olhar alheio, de valores partilhados pelo imaginário coletivo, firmando uma relação de vigilância mútua com a comunidade, para além do cuidado com si[388].

Esse senso simultaneamente individual e coletivo de *self* seria um norteador muito mais difundido entre os britânicos para ler sua realidade do que a noção de classe. Mesmo dentro da organização tida como expoente mais bem acabado da consciência burguesa, a Liga Anti-Lei dos Cereais, Cobden teria percebido a baixa repercussão de uma linguagem de classe mais pura, passando a orientar o antiprotecionismo pela retórica evangelicalista de Bright, forjada no quaquerismo e mais apta a cooptar a classe média e trabalhadora através de uma universalização da moral do *self*, que atravessava a barreira da realidade econômica distinta desses grupos[389].

Os projetistas dessa nova realidade social liberal, os reformistas, desenham assim um modelo de sociabilidade no qual o espaço público passa a ser demarcado em relação ao privado. Sobre o privado, a governabilidade abstém-se de intervenção direta tanto quanto possível, enquanto condiciona o público para que este incite o sujeito a reproduzir, no âmbito particular, o padrão de comportamento esperado. Ao abordar os reformadores e suas redes de sociabilidade, constituídas através de clubes e sociedade onde a classe média urbana se conecta à *gentry* e a aristocracia, Joyce rejeita que o projeto reformista

---

[387] THOMPSON, F. M. L. *The Rise of Respectable Society* - A Social History of Victorian Britain 1830-1900. [E-book]: William Collins, 2016.
[388] JOYCE, P. *The Rule of Freedom*: Liberalism and the Modern City. [E-book]: Verso, 2003, passim.
[389] JOYCE, P. *Democratic Subjects*: The self and the social in nineteenth-century England. [E-book]: Cambridge University Press, 2004, p. 162-3.

manifestasse um viés de classe. Sua essência estaria na concepção da cidade, e das interações sociais nela situadas, enquanto processo dinâmico autorregulado, com funcionamento à parte do Estado em si e do jogo partidário, gerenciando-se através de processos performáticos de convivência moderados por um corpo de funcionários públicos profissionalizados, os quais se situam em uma esfera não política do governo[390].

A preocupação dos populares com a retidão moral não era ignorada pelo marxismo de Thompson, mas este percebia no discurso movido pelas associações trabalhistas em prol da sobriedade e outros códigos de conduta uma expressão de afirmação de classe. O historiador reconhece um culto às virtudes morais de identidade artesã, fermentado pela tradição radical e busca ativa de conhecimento racional, elementos que em sua visão foram mais determinantes na formação dessa linguagem do que o evangelicalismo[391]. Embora houvesse um grau de reprodução da moral puritana por parte da cultura radical artesã, existia, para Thompson, o entendimento em suas lideranças de que aquela moralidade se destinava à "salvação de uma classe", e não das almas individualmente[392].

As implicações que essas leituras divergentes trazem para nossa interpretação da dinâmica social da Revolução Industrial foram já bastante discutidas nos capítulos anteriores. Agora é o momento de se aprofundar em como se traduziu a ideologia da autoajuda no trabalho das comissões reais. Esmiuçar o que significa, através das lentes do reformismo, uma postura moral adequada à classe trabalhadora, e como essa expectativa se harmoniza com o aparato institucional desenhado na Era da Reforma.

Ao longo de todo o relatório de inquérito no qual sugerem mudanças na Lei dos Pobres, Chadwick e Senior estão sempre a distinguir a figura do pobre assistido (*pauper*) do trabalhador independente (*independent labourer*). Em sua faceta mais literal, as expressões separam o trabalhador que recebe ajuda da paróquia daquele que não o faz. Em uma passagem inicial, Chadwick parece sugerir que, através da condição de penúria material e da sedução perversa exercida pela suposta generosidade da Lei dos Pobres, o trabalhador independente era também, no começo da década de 1830, um pobre assistido em potencial:

> Eles [os pobres assistidos], assim como os trabalhadores independentes, aos quais o termo pobre [*poor*] é igualmente aplicável, são instruídos (...) que eles possuem

[390] JOYCE, P. *The Rule of Freedom*: Liberalism and the Modern City. [E-book]: Verso, 2003, p. 45 e 163-6.
[391] THOMPSON, E. P. *The Making of the English working class*. New York: Vintage Books, 1966, p. 740.
[392] Idem, p. 743.

> um direito à 'subsistência razoável', ou 'uma subsistência justa', ou 'uma subsistência adequada.' Quando perguntei aos distribuidores de impostos o que 'justo,' ou 'razoável,' ou 'adequado,' significa, eu em toda instância fui respondido diferentemente; alguns declarando pensar significar aquilo que iria dar um bom abono de 'carne todos os dias,' o qual nenhum homem pobre (quer dizer, um pobre assistido) deveria não ter; ainda que uma grande proporção dos contribuintes não o tenha[393].

Procurando difundir o senso de urgência em torno da pauta da Lei dos Pobres, o comissário enfatiza o quanto a desmoralização que acomete os pobres assistidos ameaça estender-se sobre os trabalhadores independentes, também expostos ao discurso de um direito de subsistência assegurado. Na medida em que a leitura do material progride, todavia, se revela o quanto que a diferença entre assistidos e independentes supera, na perspectiva dos autores, a mera situação formal de recebimento de auxílio público. Passagens em sequência comparando os hábitos entre essas categorias ressaltam como os trabalhadores independentes, mesmo quando dispondo de renda inferior à dos assistidos, cultivam melhor padrão de vida e conduta moral, precisamente por manterem-se apegados aos valores que constituem sua independência. Citado pelos comissários, o supervisor assistente dos pobres da paróquia de Spitalfields, em Londres, assim apresentava a distinção entre os recebedores de abonos e o os que não o faziam:

> Na habitação do pobre assistido você encontrará uma tensa exibição de miséria e desgraça, e aqueles pequenos itens de mobiliário que podem pelo menor esforço imaginável mostrarem uma aparência de conforto são virados, como se intencionalmente, do lado mais feio ao avesso; as crianças são sujas, e aparentam não estar sob controle; as roupas de ambos pais e filhos, em nove casos de dez, são esfarrapadas, mas o são evidentemente pela falta da menor tentativa de fazê-las diferente (...)
>
> Na habitação do homem trabalhador que não recebe auxílio paroquial, você encontrará (eu o fiz), mesmo nas mais pobres, uma aparência de conforto; as mobílias, poucas e humildes como podem ser, tem seu melhor lado à mostra, estão arrumadas com alguma ordem, e assim a mostrar a melhor aparência de que são capazes. As crianças aparentam estar sob controle parental; são enviadas à escola (se estiverem na idade); suas roupas estarão remendadas e cuidadas, de modo a fazê-las serem usadas tanto tempo quanto possível; há um senso de sentimento moral e dignidade moral facilmente discernível; eles compram tal comida e em tais estações e em tais quantidades que o mais austero aprovaria[394]

A noção de independência enquanto virtude central no caráter do trabalhador não ficou restrita à análise da Lei dos Pobres. Uma década após a reforma de 1834, Soutwhood

---

[393] GREAT BRITAIN. Poor Law Commission. *Report from His Majesty's commissioners for inquiring into the administration and practical operation of the Poor Laws*. London: 1834, p. 28-9, tradução livre, colchetes meus.
[394] Idem, p. 50, tradução livre.

Smith, oferecendo seu testemunho à comissão real de inquérito acerca do estado sanitário das cidades, foi perguntado se a deterioração das condições de saúde afetava o senso de independência das classes populares, ao que respondeu:

> Sim; e o consequente fardo sobre indivíduos privados e instituições públicas é a menor parte deste mal. O grande mal desse estado de coisas é a tendência a quebrar o espírito de independência, e a reduzir amplas classes do povo à degradação e perversidade de dependerem para seu suporte da caridade, e não de sua própria indústria[395].

É claro que, a rigor, o uso da palavra "independente" continua sendo vinculado à condição de não assistido. Mas a patologização da pobreza assistida, retratando-a como sintoma de um adoecimento profundo da moral do indivíduo, aponta para uma interpretação mais ampla dos valores relacionados à "independência". Um trabalhador independente, portanto, não é apenas aquele que se abstém de onerar os cofres paroquianos, mas aquele que ostenta uma ética na qual o desempenho do próprio trabalho com absoluta dedicação e resignação é, ao lado da religião, a expressão fundamental de sua virtude. É a partir desta postura que emanam as demais qualidades que compõem essa figura ideal, tais quais a previdência, a sobriedade, a higiene e o senso de obediência à autoridade.

Ser independente também significa se abster de sindicatos e associações políticas radicais. A barganha coletiva e a militância política extrapolam a lógica dos contratos voluntariamente firmados de forma individual, preciosa na interpretação utilitarista das relações sociais. As comissões reais são unânimes em condenar esse tipo de agremiação. Embora reconheçam seu direito legal à existência, criticam esses grupos por seus efeitos deletérios sobre a moral popular, acusando-os de violar a liberdade alheia ao tentarem impor condições específicas sobre a contratação de mão de obra.

Há, entretanto, limites a partir dos quais a independência do trabalhador torna-se indesejada. O homem deve se manter independente da paróquia, sindicato ou radicalismo político, mas não da figura do empregador. Ele deve ser formalmente livre para escolher a quem vender sua força de trabalho, mas sem que isso se converta na independência em relação ao trabalho assalariado. Isso porque a condição de independente pode ser interpretada com ambiguidade, como entendido neste outro recorte do relatório da comissão real sobre a Lei dos Pobres:

---

[395] GREAT BRITAIN. Health of Towns Commission. *First report of the commissioners for inquiring into the state of large towns and populous districts*. 2 volumes. London: 1844, v. 1, p. 10.

> O trabalhador sente que o sistema existente, ainda que geralmente dê a ele baixos salários, sempre dá a ele trabalho fácil. Dá a ele também, por mais estranho que possa parecer, aquilo que ele mais valoriza, um tipo de independência. Ele não precisa se esforçar para procurar trabalho; ele não precisa estudar para agradar seu mestre; ele não precisa colocar nenhum freio sobre seu temperamento; ele não precisa pedir auxílio como um favor. Ele possui toda a segurança de um escravo em relação à subsistência, sem a sua suscetibilidade à punição[396].

Vê-se aqui um uso diferente para a palavra "independência". Agora revestida com carga negativa, ela passa a significar uma sorte relativamente desatrelada do mercado de trabalho. No exemplo em questão, essa "proteção" seria artificialmente proporcionada pela generosidade dos auxílios paroquiais. Mas mesmo quando obtida pela via do trabalho autônomo, caso das manufaturas domésticas, o comissariado não endossa o desejo dos trabalhadores por autonomia diante dos patrões. Richard Michaux Muggeridge, comissário assistente na investigação acerca do estado dos tecelões manuais, colocou o apego à independência como uma das principais explicações para a alta concentração de mão de obra na tecelagem doméstica, mesmo após décadas de declínio nos rendimentos da categoria. Para ele, a pequena manufatura exerce tamanha atração porque:

> (...) Gratifica aquele amor inato por independência que todos mais ou menos sentem, ao deixar o trabalhador como único dono de seu próprio tempo, e o único guia de suas ações. Ele pode se divertir ou ficar ocioso, conforme sentimento ou inclinação o conduzem; acordar cedo ou tarde; dedicar-se assiduamente, ou descuidadamente, conforme seu agrado; e trabalhar até qualquer hora, com maior empenho, horas anteriormente sacrificadas à indulgência ou recreação. Além da necessidade imposta sobre ele de render uma dada quantidade de trabalho para produzir uma dada quantidade de rendimentos, ele tem pouco, se algum, controle. Na proporção em que ele está disposto a sacrificar o primeiro, ele pode dispensar o segundo, e a ociosidade segue sem punição, além das restrições ao prazer derivadas de estar sem remuneração[397].

O trabalhador independente enquanto figura virtuosa, deste modo, existe em relação ao seu empregador, não em separado. É o vínculo salarial que assegura que seu anseio por autonomia não se converta em um modo de vida displicente. Análises que colocam as noções de *self* ou autoajuda no centro da sociabilidade novecentista britânica não podem ignorar esse aspecto de classe. Na concepção reformista, a conduta respeitável entre os populares pressupõe uma relação de trabalho específica. Se o liberalismo é o palco para performar o próprio caminho rumo à expiação, entre os trabalhadores esta

---

[396] GREAT BRITAIN. Poor Law Commission. *Report from His Majesty's commissioners for inquiring into the administration and practical operation of the Poor Laws*. London: 1834, p. 32, tradução livre.
[397] GREAT BRITAIN. Hand-Loom Weavers Commission. *Hand-loom weavers.* Report of the Commissioners. London: 1841, p. 38, tradução livre.

atuação tem seu ritmo ditado pela posição de assalariado. As qualidades ligadas à moral religiosa necessitam desta base para frutificar, do contrário são postas a perder pelos passos descoordenados do trabalhador sem mestre.

A campanha pelo loteamento de terras para trabalhadores agrícolas expressa bem os contornos desejados para o senso de independência da população trabalhadora. Conforme Jeremy Burchardt[398], autor do estudo mais completo em relação ao tema, movimentos nacionais incitando a recomposição de alguma forma de acesso direto à terra por parte dos agricultores proletarizados começaram a aparecer na década de 1790, em resposta à miséria rural durante a guerra. Na década de 1830, reagindo aos Motins de *Swing*, o interesse das classes capitalistas pelo tema ganhou enorme ímpeto, como forma de promover a moralização dos trabalhadores e atenuar a insatisfação que poderia ensejar novas revoltas no campo. O esforço mirava incutir nos trabalhadores os sentimentos de independência e respeitabilidade julgados perdidos. Os comissários, no relatório de 1834 sobre a Lei dos Pobres, percebem nos loteamentos uma ferramenta eficaz de moralização popular, ainda que insuficiente para contemplar a massa de pobres nas zonas rurais[399], uma opinião que seria ecoada em comissões posteriores que trataram da condição dos tecelões[400]. Ironicamente, a Sociedade de Amigos do Trabalhador (*Labourer's Friend Society*), entidade fundada em 1830 e que exerceu papel de liderança na criação de loteamentos pelos 20 anos seguintes, engrossou o coro dos críticos da Nova Lei dos Pobres, considerando-a demasiadamente dura e insensível[401].

Os modos de ceder acesso à terra eram variados, mas em nenhum momento as entidades de classe média entusiastas dessa estratégia pretenderam ver o trabalhador rural emancipado de sua condição proletária. Tanto a Sociedade de Amigos do Trabalhador quanto os comissários reais falavam em efeitos regenerativos sobre a moral e a economia doméstica dos agricultores, trazidos por um recurso que oferecia maior estabilidade em um mercado de trabalho rural marcado por baixos salários e sazonalidade oferta de emprego. O acesso limitado à terra era apresentado como um mecanismo auxiliar dentro da economia manejada pelo trabalhador humilde. Sua renda primordial continuaria sendo o trabalho na fazenda. Ainda assim, essa intenção despertava receio e desconfiança dos

---

[398] BURCHARDT, J. *The Allotment Movement in England*, 1793-1873. Chippenham: The Boydell Press, 2002, p. 70-1.
[399] GREAT BRITAIN. Poor Law Commission. *Report from His Majesty's commissioners for inquiring into the administration and practical operation of the Poor Laws*. London: 1834, p. 100-8.
[400] GREAT BRITAIN. Frame-Work Knitters Commission. *Report of the Commissioner Appointed to Inquire into the Condition of the Frame-Work Knitters*. With appendices. London: 1845, p. 125.
[401] BURCHARDT, J. op. cit., p. 86-7.

fazendeiros. Esse ponto é destacado pelo comissário assistente Ashhurst Majendie no inquérito sobre a Lei dos Pobres:

> Na mente de muitos locatários já existe preconceito considerável nesse assunto; eles temem tornar os trabalhadores independentes; e alguns veem com maus olhos uma suposta diminuição dos seus lucros pela introdução de uma nova classe de proprietários. Os relatos favoráveis que são feitos de todas as partes irão, é esperado, diminuir esses preconceitos. O sistema de loteamentos de *cottages*[402] é um dos modos mais efetivos de acabar com a prática nociva de abonar de acordo com o número de filhos; muitos exemplos ocorreram nos quais trabalhadores preferiram reter sua terra sem auxílio, em vez de abdicar delas e voltar ao pagamento da paróquia, o qual em dinheiro seria ao menos um equivalente[403].

O estado de independência aparece claramente distinguido entre o sentido da autossuficiência econômica, não desejada, e a almejada autonomia moral que mantém o pobre afastado dos cofres paroquiais. Estima-se, na passagem seguinte, que pequenas posses de terra da ordem de um quarto de acre são suficientes para que uma família as cultive em seu horário livre, obtendo bons retornos sem deixarem de ser dependentes do emprego nas fazendas. Majendie também considera que o loteamento, ao representar um pequeno empreendimento para o agricultor que não se restringe à lógica da remuneração diária obtida no emprego rural, favorece o aparecimento da virtude da previdência e planejamento, o que se reflete em casamentos com maior planejamento em relação ao número de filhos[404].

Pensando em outras estratégias que integravam a economia popular, é curioso o quão pouca atenção é dada pelos comissários em relação às sociedades de ajuda mútua (*friendly societies*) e bancos de poupança. Lendo em conjunto os relatórios de inquérito analisados na pesquisa, vê-se que são temas que, ainda que mencionados, não são apresentados como um elemento central na estratégia de recuperação moral dos pobres. Isso é de se chamar atenção, considerando a relevância das práticas de previdência financeira no discurso da autoajuda. Seguindo as explicações de David Filtness, cuja tese de doutoramento foi dedicada à análise dessas instituições, as sociedades de ajuda mútua de trabalhadores podem ser descritas resumidamente como organizações voluntárias nas quais os participantes pagam uma cota fixa com regularidade pré-determinada, formando

---

[402] O *cottage* é a pequena casa onde vive o trabalhador rural. Historicamente, mais do que simples residência, o *cottage* foi incorporado à lei estatutária e ao costume como uma unidade de grande importância na determinação de uma série de questões como, por exemplo, o acesso às terras e recursos comunais. Com o fim de preservar essa carga histórica, optei por preservar o termo sem tradução.

[403] GREAT BRITAIN. Poor Law Commission. *Report from His Majesty's commissioners for inquiring into the administration and practical operation of the Poor Laws*. London: 1834, p. 102, tradução livre.

[404] Idem, p. 101-2.

um fundo coletivo usado para acudir os integrantes que se vissem em dificuldade financeira por motivo de doença ou desemprego, ou assegurar um pecúlio para suas famílias em caso de invalidez ou morte. Sua origem é difícil de mapear, possivelmente remontando ao começo da era moderna, sendo praticada nos ofícios qualificados[405].

Já os bancos de poupança, ainda conforme Filtness, existiam ao menos desde o século XVIII, surgindo como pequenos fundos levantados em âmbito paroquial. Sua formalização se deu na Inglaterra em 1817 pelo Ato de Bancos de Poupança (*Savings Bank Act*), que determinou que entidades bancárias investissem seus fundos em títulos públicos ou os depositassem no Banco da Inglaterra, como forma de oferecer segurança e confiança para os poupadores. Essas instituições ganharam impulso com o fim da guerra, se inserindo em um contexto de incentivo ao investimento em títulos públicos e de disseminação de bancos rurais (*country banks*) desde a década de 1780. O ato de 1817 manteve para os bancos de poupança o perfil popular, mais orientado para trabalhadores humildes visando acumular uma quantia que proporcionasse alguma segurança para situações de dificuldade. Empreitadas comerciais eram mais ligadas aos bancos rurais, também voltados para promoção de liquidez no interior do país. A abertura de poupanças por parte dos trabalhadores já era exaltada por Malthus como melhor caminho para elevar a condição dos pobres, defendendo que se difundisse a instrução popular para disseminar entre os de baixo um conjunto de valores nos quais religião, moral e senso de economia doméstica estavam mutuamente entranhados[406].

Associações de trabalhadores são majoritariamente mencionadas com viés negativo nos relatórios das comissões de inquérito, algo nada surpreendente quando se constata que as agremiações mais comumente referenciadas eram sindicatos e encontros cartistas. A cultura associativa, outrora um signo de distinção das classes altas em seus clubes e sociedades, tornava-se no século XIX também uma presença marcante no proletariado, uma tendência reforçada pelo Cartismo a partir de 1838. As finalidades pelas quais os trabalhadores se combinavam eram muitas. Além de sociedades visando levantar fundos coletivos para cobrir despesas médicas, seguros de vida e desemprego, ou mesmo adquirir roupas, também existiam grupos de instrução popular, grupos de leitura política, literária ou religiosa, clubes esportivos e culturais. É possível que a atenção limitada dispensada às sociedades de ajuda mútua por parte de comissões reais se explique pelo

[405] FILTNESS, D. *Poverty, saving banks and the development of self-help*, c. 1775-1834. Thesis presented for the degree of PhD. Cambridge: University of Cambridge, 2013, p. 145-6.
[406] Idem, p. 145-6 e 153.

receio e desconfiança em relação aos trabalhadores associados, que acabava por recair também sobre organizações autônomas de natureza não combativa. Sabe-se também que, desde fins da década de 1810, os bancos de poupança eram vistos na economia política e por agentes públicos como alternativas mais confiáveis do que as sociedades. Imaginava-se que o banco oferecia maior segurança ao pobre e uma retribuição proporcional à frugalidade e labor do indivíduo. A poupança bancária estaria mais afeita ao ideal de autoajuda, não sendo uma decisão sensata esperar que os pobres se apoiassem uns nos outros[407].

As expectativas dentro das classes alta e média de que a moralização dos pobres poderia ser atingida por uma via positiva de autoajuda, onde estes passam a cultivar as virtudes deles esperadas por se sentirem atraídos pelos discursos e instituições que lhes são estendidos por setores mais privilegiados, perde algo de seu fôlego na década de 1820. O otimismo em relação às poupanças populares como incentivo para os pobres elevarem sua própria condição, presente no relatório do comitê parlamentar dos Comuns para inquirir sobre a Lei dos Pobres em 1817[408], já havia se reduzido no começo dos anos 1830, como expresso pelas conclusões da comissão real que investigou o mesmo tema. O que passava a dar o tom do discurso era um viés de incentivos negativos à autoajuda, a ser instigada pelo medo da miséria e do confinamento sob condições rígidas[409]. A poupança não era mais tida em alta conta como uma opção de resgate do pobre assistido, figurando como uma prática do trabalhador industrioso que já não dependia em primeiro lugar do socorro da paróquia. Os loteamentos sobreviveram como a exceção nesse quesito, um estímulo positivo à autoajuda ainda bastante exaltado.

Entre os inquéritos estudados, as estratégias de poupança e previdência popular são apresentadas, portanto, como consequência e não causa do cultivo das virtudes nos trabalhadores. São como um indício bem vindo do florescimento das qualidades desejadas, mas do qual não se pode esperar que constitua o impulso inicial para esse aprimoramento moral. As menções aos bancos de poupança feitas pela comissão de inquérito da Lei dos Pobres se dão com esse sentido. Ela elogiou também as sociedades de ajuda mútua pela rigidez com a qual estas concediam abonos aos seus sócios, negando, segundo o relatório, qualquer tipo de ajuda financeira para trabalhadores sadios,

---

[407] Idem, p. 160.
[408] GREAT BRITAIN. Parliament. *Report from the select committee on the Poor Laws*; with the minutes of evidence taken before the committee. London: 1817.
[409] FILTNESS, D. *Poverty, saving banks and the development of self-help*, c. 1775-1834. Thesis presented for the degree of PhD. Cambridge: University of Cambridge, 2013, p. 207.

socorrendo apenas aos inválidos. Para os comissários, essa era a prova de que os trabalhadores honestos na prática reconheciam a justeza do princípio de jamais se abonar os aptos para a labuta, como se pretendia para a Nova Lei dos Pobres[410].

Em outros momentos, o retrato que se faz dessas associações é mais depreciativo. No campo da reforma sanitária, as sociedades de ajuda mútua são apresentadas como parte de um quadro pitoresco de decadência moral da classe trabalhadora. Chadwick, ao publicar sobre a prática de enterros urbanos em 1843, afirma que todas as cidades grandes possuem clubes organizados por trabalhadores para custear despesas fúnebres entre eles. A preocupação com ritos decentes na hora da morte era, para o comissário, uma das poucas coisas que levava a população a poupar. Mesmo indigentes recebiam um enterro pequeno custeado por essas associações[411]. São relatadas as más práticas de gestão dos fundos, com desvios para bebedeiras e calotes nos integrantes[412]. Por parte dos contribuintes, também se cometem práticas imorais e criminosas, como mães a envenenar os filhos para obter o valor do seguro[413].

No ano seguinte, a comissão para inquirir sobre o estado sanitário das cidades, em seu relatório de 1844, dedicou um punhado de páginas aos clubes que os pobres se associavam para assegurar renda em caso de doença ou morte. Suas impressões seguiam a mesma linha estabelecida por Chadwick no ano anterior, enfatizando a imoralidade dos pobres na tentativa de obter dinheiro[414]. Em ambos os relatórios, destaque é dado para os modos inusitados como pais empobrecidos tentavam aplicar golpes nessas entidades, enfileirando-se episódios tragicômicos: uma mãe que se recusa a buscar ajuda médica para o filho enfermo, na expectativa de receber fundos com sua morte por parte dos dois clubes aos quais ela havia registrado o nome da criança[415]; outra mãe, que para conseguir registrar o nome do filho moribundo em um clube apresenta no ato de filiação seu irmão saudável, atribuindo a ele o nome do menino doente, mas que acaba tendo o ardil revelado

[410] GREAT BRITAIN. Poor Law Commission. *Report from His Majesty's commissioners for inquiring into the administration and practical operation of the Poor Laws*. London: 1834, p. 153-4.
[411] CHADWICK, E. *Report on the sanitary condition of the labouring population of Great Britain* - A supplementary report on the results of a special inquiry into the practice of interment in towns. London: 1843, p. 56-7.
[412] Idem, p. 61-3.
[413] Idem, p. 65-6.
[414] GREAT BRITAIN. Health of Towns Commission. *First report of the commissioners for inquiring into the state of large towns and populous districts*. 2 volumes. London: 1844, v. 1, p. 188-9.
[415] Ibidem.

pelo marido bêbado[416]; um esposo que se finge de morto para conseguir dinheiro para a família[417].

Nos vestígios ainda encontrados de uma autoajuda positiva, apresentam-se as práticas virtuosas como algo que ascende da proximidade dos trabalhadores com proprietários e empregadores, como se não se pudesse esperar que o ímpeto para o aprimoramento pessoal emanasse inicialmente do próprio indivíduo pobre ou da organização entre seus semelhantes. Em carta para o comissário assistente da Lei dos Pobres Robert Weale, o presidente da união paroquial de Bedford relatou os benefícios obtidos quando os empregadores erguiam moradias melhores para os trabalhadores. Suas palavras foram reproduzidas por Chadwick no relatório sanitário de 1842:

> O homem vê sua esposa e família mais confortáveis do que antes; ele possui um *cottage* e jardim melhores; ele é estimulado para a industriosidade, e conforme ele ascende em respeitabilidade se torna consciente de que tem um caráter a perder. Assim um objetivo importante é alcançado. Tendo adquirido certos benefícios, ele anseia por retê-los e melhorá-los; ele se esforça mais para manter sua independência, e se torna um membro de sociedades de ajuda, médicas e de roupas; e frequentemente, além disso, deposita uma certa soma, trimestral ou semestralmente, no banco de poupança. Quase sempre concomitante a essas vantagens, nós encontramos o homem enviando seu filho para ser regularmente instruído em uma escola dominical, e, onde possível, em uma escola diária, e ele mesmo e sua família mais constantes em algum local de culto no Dia do Senhor[418].

No ambiente rural, onde o proprietário fundiário possui uma influência mais direta sobre as habitações populares e a disponibilidade de áreas para o lazer, o posicionamento dos comissários é positivo diante dos cercamentos. Pouca atenção é dispensada à questão nos inquéritos consultados. Alguma preocupação é captada de forma passageira pela comissão de inquérito da Lei dos Pobres, reconhecendo que, se feito de forma descuidada, o cercamento de terra pode rebaixar a condição dos trabalhadores locais[419]. Já um testemunho coletado por Chadwick durante sua abordagem da pauta sanitária, em entrevista com o reverendo Thomas Whateley, da paróquia de Cookham, em Berkshire, considerou que o procedimento era benéfico ao pobre por incentivar sua dependência em

---

[416] CHADWICK, E. *Report on the sanitary condition of the labouring population of Great Britain* - A supplementary report on the results of a special inquiry into the practice of interment in towns. London: 1843, p. 66-7.
[417] Ibidem.
[418] CHADWICK, E. *Report to Her Majesty's Principal Secretary of State for the Home Department, from the Poor Law Commissioners, on an Inquiry into the Sanitary Condition of the Labouring Population of Great Britain; with appendices*. London: 1842, p. 262, tradução livre.
[419] GREAT BRITAIN. Poor Law Commission. *Report from His Majesty's commissioners for inquiring into the administration and practical operation of the Poor Laws*. London: 1834, p. 102.

relação ao mercado de trabalho[420]. Inquéritos sanitários, de modo geral, reconhecem no cercamento uma oportunidade de melhoramento de infraestrutura local, sendo mais simples persuadir o proprietário da área cercada a impor iniciativas dessa ordem do que negociá-las onde a autoridade sobre os terrenos é mais pulverizada[421].

Todas essas discussões atravessavam o problema da relação entre o caráter do indivíduo e seu ambiente, a relação entre a moral do sujeito e as condições de infraestrutura e arranjos institucionais onde está inserido. Gareth Stedman Jones descreve uma mudança de paradigmas na abordagem da questão social no século XIX. Até a décadas de 1870, predominou a linguagem de "desmoralização", na qual a pobreza e os vícios se mostram essencialmente resultado de escolha individual, tal qual qualquer outro pecado. Uma combinação de fatores, envolvendo a continuidade da pobreza urbana, o crescente envolvimento do Estado na oferta de educação e outros serviços essenciais e a difusão de concepções darwinistas, teriam levado a desmoralização a dar lugar à "degeneração" enquanto retórica dominante a partir da década de 1880. Com a degeneração, passava a vigorar o entendimento de que a degradação moral era antes fruto do que causa de um ambiente desequilibrado[422].

A periodização desenhada por Jones não deve nos levar a crer que proposições baseadas em fatores ambientais não se faziam presentes nas décadas em que a desmoralização era a abordagem preponderante. Na virada para a segunda metade do século, já se identificam no meio político e intelectual sinais de que estavam se popularizando discursos associando a origem dos males sociais, primariamente, ao espaço social que condiciona o comportamento individual[423]. Essas linhas interpretativas coexistiam com a vigência da interpretação moralista. De qualquer modo, a mudança do paradigma da desmoralização para o da degeneração esboçado por Jones instiga reflexões pertinentes sobre as comissões de inquérito.

---

[420] CHADWICK, E. *Report to Her Majesty's Principal Secretary of State for the Home Department, from the Poor Law Commissioners, on an Inquiry into the Sanitary Condition of the Labouring Population of Great Britain; with appendices*. London: 1842, p. 405.

[421] Idem, p. 66. GREAT BRITAIN. Health of Towns Commission. *First report of the commissioners for inquiring into the state of large towns and populous districts*. 2 volumes. London: 1844, v. 1, p. 343-4.

[422] JONES, G. S. *Outcast London:* A Study in the Relationship Between Classes in Victorian Society. [E-book]: Verso, 2013, p. 503-5.

[423] Hilton menciona o exemplo das sociedades em favor da sobriedade popular, que passam a se orientar por uma leitura ambiental. Se na primeira metade do século compreendiam que resistir à tentação do vício era dever moral do indivíduo, a partir da década de 1850 começam a buscar a coibição da circulação de destilados, uma forma de produzir um ambiente social livre da influência exercida pelo álcool. HILTON, B. *A Mad, Bad and Dangerous People?* England 1783-1846. New York: Clarendon University, 2006, p. 577 e 664.

Decididamente, os relatórios elaborados pelos comissários reais nas décadas de 1830 e 1840 enfatizam a responsabilidade dos trabalhadores sobre sua própria condição, raciocínio compatível com a concepção contratual das relações sociais presente nesses trabalhos. Sobretudo na abordagem do sanitarismo, contudo, se percebem acenos para um entendimento mais socioambiental da miséria. Certa ambivalência aparece, dessa forma, no modo como as classes populares são apontadas como agentes de sua própria degradação, mas também como vítimas de uma estrutura social que os desfavorece. Essa contradição é mais evidente no primeiro inquérito movido por Chadwick sobre o problema sanitário das cidades em 1842, junto ao seu suplemento sobre os enterros publicado no ano seguinte. A linguagem mais tecnicista adotada pelas comissões reais de saúde formadas em 1843 e 1847 para investigar, respectivamente, o estado sanitário dos centros urbanos nas províncias e da região metropolitana de Londres, é pouco propícia a retratar, de maneira mais explícita, os trabalhadores como figuras vilipendiadas pelo interesse privado ou o descaso público. O próprio caráter mais técnico, no entanto, aponta para o início de um deslocamento do foco para as condições objetivas externas ao indivíduo.

As especificidades do campo sanitário colaboram para este fato, que não pode ser tomado como um compromisso absoluto do comissariado com alguma sorte de determinismo ambiental em detrimento da retórica da moral individual. Chadwick e Thomas Southwood Smith[424], os dois nomes mais proeminentes na condução das comissões reais que abordaram a condição sanitária das cidades, participaram de outras comissões cujas conclusões eram orientadas pelo viés moralizante da autoajuda. A aparente contradição que se observa neste sentido se soma às outras ambiguidades apresentadas pelo reformismo, características que refletem seu papel na transição para paradigmas de uma nova sociabilidade.

Um ponto no qual o ambiente político britânico estava de acordo era na necessidade de expansão da instrução popular, mesmo que esse consenso não se desse em relação à natureza da educação. A preocupação em prover instrução para crianças pobres atravessava as frentes de reforma pela Lei dos Pobres, o melhoramento sanitário das cidades e a regulação do trabalho. Dado que as novas *workhouses* projetadas pelos

[424] Para Hilton, embora lembrado enquanto sanitarista, Southwood Smith possuía um pensamento social mais inclinado para a leitura individual evangelicalista do que para uma perspectiva socioambiental. HILTON, B. *The Age of Atonement:* the influence of evangelicalism on social and economic thought, 1795-1865. Oxford: Clarendon, 1988, p. 76.

comissários tinham como um de seus fundamentos a separação em alas por sexo e idade, além de espaços reservados para os enfermos, havia a pretensão de se dedicar aos mais novos cuidados especiais para não começarem a reproduzir os vícios dos internos adultos, bem como garantir que receberiam a instrução necessária para que não retornassem aos cuidados da união paroquial após sua saída da instituição. O ato de 1834 demandava que cada união provesse ao menos três horas de ensino diário para as crianças nas *workhouses*, sob a batuta de um professor ou professora.

As comissões sanitárias, como se pode esperar, se concentraram nos problemas de arquitetura e higiene, especialmente ventilação, presentes nas escolas e que apresentavam um risco à saúde das crianças. Onde a escolarização recebe maior atenção, inclusive com levantamentos quantitativos sobre índices de alfabetização, é nos relatórios das comissões para o trabalho de crianças e jovens. Desde que o emprego de menores em fábricas têxteis tornou-se pela primeira vez objeto de uma comissão real, o que ocorreu em 1833, a preocupação com a educação dada aos pequenos esteve no centro das intervenções sugeridas pelos comissários. A ausência de diretrizes a respeito dessa questão nos projetos radicais de redução das jornadas de trabalho foi, inclusive, apontada pela comissão como uma justificativa para se descartar essas propostas[425]. Contudo, como cedo se constatou, o problema da instrução popular não seria resolvido pela simples obrigatoriedade de que os operários menores de 13 anos apresentassem certificados assinados por professores, como foi determinado ainda em 1833 a partir da orientação dos comissários reais. Não apenas a medida se mostrou impraticável, como de início já incidia sobre uma parcela minoritária dos trabalhadores. Mas articular um sistema capaz de promover a instrução de forma mais geral era um projeto que esbarrava em desconfiança.

Por mais que comissários de mentalidade mais fortemente benthamita não tivessem simpatia pela ideia de deixar a promoção de políticas estratégicas nas mãos da caridade e iniciativas descentralizadas, a disseminação de uma rede de escolas populares estatais seria um projeto a dar passos decisivos a partir da segunda metade do século apenas, e ainda assim apresentada como um complemento à caridade particular[426]. A

[425] GREAT BRITAIN. Factories Inquiry Commission. *First Report of the Central Board of His Majesty's Commissioners appointed to collect Information in the Manufacturing Districts, as to the Employment of Children in Factories, and as to the Propriety and Means of Curtailing the Hours of their Labour:* with minutes of evidence, and reports by the district commissioners. London: 1833, p. 33-4.
[426] TAYLOR, A. J. *Laissez-faire and State Intervention in Nineteenth-century Britain*. London: MacMillan, 1972, p. 57.

divisão religiosa entre anglicanos e não conformistas incorreu no receio mútuo de que uma das facções exercesse maior controle sobre a instrução pública. Além disso, a hostilidade contra a centralização significava que impostos locais seriam a única saída vislumbrada para a implementação dessa rede, algo que não animava os contribuintes e representava outro empecilho para o avanço de um projeto nacional[427].

A solução encontrada pelo governo *whig* pós-reforma foi incentivar a miríade de iniciativas e modalidades de escolarização pré-existentes. Sua ação mais direta foi financiar as duas entidades nacionais que haviam emergido no começo do século XIX para integrar as "escolas de caridade"[428] (*charity schools*): a *British and Foreign School Society*, fundada em 1808 e preferida por anglicanos liberais e evangélicos não conformistas, e a *National Society for the Education of the Poor in Principles of the Established Church*, criada três anos depois como uma resposta dos anglicanos conservadores ao avanço dissidente sobre a educação. Mas a maior parte das crianças da classe trabalhadora frequentava escolas dominicais[429] (*sunday schools*), que se multiplicavam desde 1780, quando se iniciou um movimento nacional pela expansão dessas instituições. Uma terceira opção eram as pequenas "escolas de damas"[430] (*dame schools*), que sobreviveram até parte avançada do século. Comissões de inquérito manifestavam preocupação quanto à qualidade de todas essas escolas, mas sua existência era vista com saldo positivo. O envio de crianças pobres por seus pais às salas de aula, mesmo que precárias, era tido como um indício importante de integridade moral por parte da família. Fora esses três tipos de ensino, alguns industrialistas mantinham escolas no ambiente da fábrica, contratando professores para providenciar instrução elementar às crianças lá empregadas.

Um elemento comum tanto no reformismo liberal quanto no *torysmo* mais conservador era o foco no aspecto moral e religioso da instrução popular. O que se

---

[427] Cf. HILTON, B. *A Mad, Bad and Dangerous People?* England 1783-1846. New York: Clarendon University Press, 2006, p. 534-538.

[428] Escolas mantidas via subscrição. Tendiam a contemplar um estrato mais bem remunerado da classe trabalhadora e a possuírem um currículo mais laico quando comparado às escolas dominicais. Hilton considera que esta divisão está na raiz da diferenciação na formação entre trabalhadores de colarinho branco e azul. Ibidem.

[429] Organizadas nas igrejas, eram escolas que, por um preço acessível, mantinham aulas aos domingos para atender às crianças da classe trabalhadora, único dia em que estas não trabalhavam. Era a modalidade de ensino mais comum no país: dois terços das crianças das classes populares frequentavam alguma escola dominical na década de 1830.

[430] Pequenas escolas organizadas por moças alfabetizadas, em geral na própria residência. Apesar de duramente criticadas pelos formuladores de políticas públicas por sua baixa qualidade de instrução, tinham o apelo de representar uma opção barata para pais trabalhadores terem com quem deixar seus filhos durante pelo menos parte do dia.

esperava das crianças pobres na escola dificilmente ia além, em termos curriculares, dos fundamentos da leitura e escrita e das operações aritméticas básicas. Essa bagagem essencial era o suficiente para os pobres, que deveriam aprender o resto em sua vida de trabalho. O ensino popular não era visto como espaço de aprendizado de conhecimentos técnicos ou científicos, que seriam adquiridos pelo aprendizado formal ou informal ou em institutos de mecânica e outros clubes abertos aos trabalhadores adultos. James Kay, comissário assistente da Lei dos Pobres desde 1835 e secretário permanente do Comitê do Conselho de Educação (*Committee of Council on Education*) formado em 1839, expôs em 1832 algumas de suas ideias sobre os objetivos primordiais do ensino popular, ao comentar sobre as formas de se aprimorar o estado da classe operária de Manchester:

> Antes que a condição física e moral do operário possa ser muito elevada, um sistema generalizado de educação deve ser introduzido, não confinado aos meros elementos rudimentares do conhecimento. Eles devem ser instruídos na natureza de suas relações domésticas e sociais, de sua posição política na sociedade, e dos deveres morais e religiosos apropriados a ele.
>
> (...) Se nós vamos melhorar realmente a condição das classes mais baixas – se nós iremos dar a eles hábitos melhores, assim como fazer deles melhores trabalhadores – nós devemos nos esforçar para fazê-los familiarizados com os princípios que devem determinar sua condição na vida. O pobre deve ser ensinado que eles são em grande medida arquitetos de sua própria fortuna; que o que os outros podem fazer por eles é insignificante, comparado com o que eles podem fazer por si mesmos; que eles são infinitamente mais interessados na preservação da tranquilidade pública do que qualquer outra classe da sociedade; as invenções e descobertas mecânicas são sempre supremamente vantajosas para eles; e que seus interesses reais podem apenas ser efetivamente promovidos ao demonstrarem grande prudência e previdência[431].

A passagem é representativa sobre a concepção de educação e sua ligação com o princípio da autoajuda, a partir da perspectiva daquele que veio a ser um dos principais formuladores de políticas educacionais do reformismo. Nela se percebe o duplo caráter da autoajuda enquanto conformidade com a economia política e um código moral de respeitabilidade, prática religiosa, temperança e diligência. Ambos sustentam a manutenção da independência enquanto estado de retidão ética que resguarda o trabalhador da posição de fardo para a sociedade. No recorte, o incentivo positivo à autoajuda é implícito na sugestão de que a mecanização oferece oportunidades de maior

[431] KAY, J. *The moral and physical condition of the working classes employed in the cotton manufacture in Manchester*. Londres, 1832, p. 61-62, tradução livre. O Segundo parágrafo é uma transcrição feita por Kay de um trecho da obra de um autor referido apenas como Mc Culloch, que trata de modos de se aprimorar a situação da indústria têxtil inglesa. Não fui capaz de encontrar o texto original. A citação feita por Kay é: McCulloch "On the Rise, Progress, and Present State of British Cotton Manufacture", Edinburgh Review, No. XCI.

remuneração para aqueles que sabem aderir com inteligência às novas dinâmicas de trabalho fabril. Em 1839, escrevendo um tratado sobre a instrução e treinamento para o trabalho das crianças assistidas pela Lei dos Pobres, Kay exibe uma percepção bastante utilitarista da educação popular, vinculando-a à formação de bons trabalhadores e associando a manutenção da proteção da propriedade privada ao bem comum:

> O grande objeto a ter em vista na regulação de qualquer escola para a instrução das crianças da classe trabalhadora é a criação de trabalhadores robustos e inteligentes, cujo caráter e hábitos devem trazer o máximo de segurança à propriedade e ordem da comunidade. Não apenas o treinamento dos filhos dos trabalhadores tem sido deficiente até aqui, como os métodos de instrução seguidos, e porque tem sido confinado dentro dos limites mais estreitos, mas porque falhou em incutir a maior lição prática para aqueles que cuja única posse para seu sustento está no trabalho de suas mãos ao cedo habituá-los à labuta paciente e hábil[432].

Em outro relatório, produzido pela comissão real que investigou os *framework knitters* empobrecidos, o comissário Muggeridge foi mais enfático ao destacar a relação entre os princípios da economia política e a formação da moral da classe trabalhadora:

> Eu não desejaria que se tornasse urgente que as classes trabalhadoras devam ser ensinadas a se tornarem economistas políticos, ou se atracarem com assuntos além de sua posição, ou de suas capacidades ordinárias; mas acreditando que as verdades mais úteis são raramente aquelas mais difíceis de serem apreendidas, e que, se opiniões justas não são disseminadas entre eles, as errôneas vão certamente assumir seu lugar, - eu desejaria ver transmitido a eles os resultados do conhecimento útil, (não os difíceis e cansativos passos de investigação pelos quais eles foram adquiridos,) em preferência à doentia, e muito limitada instrução, passando atualmente por educação [Muggeridge está se referindo aqui aos escritos radicais que circulam entre trabalhadores][433].

Quando comparamos essas opiniões à posição de homens da ala *tory* mais conservadora, percebemos que a ênfase na formação moral dos pobres se afasta da retórica da economia política mais pura para se concentrar no viés religioso, que também está presente, cabe ressaltar, entre os liberais. Lord Ashley, que a partir de 1832 se tornou a maior liderança parlamentar em prol da redução do emprego de crianças em fábricas têxteis, valorizava o papel da religião no ensino dos trabalhadores a ponto de rebaixar a importância de saberes laicos para essa categoria, para a qual tais conhecimentos eram impertinentes, como colocou em discurso no Parlamento em 1845:

---

[432] Kay, J. P. *The training of pauper children*. A report published by the poor law commissioners in their fourth annual report. London: 1839, p. 17, tradução livre.

[433] GREAT BRITAIN. Frame-Work Knitters Commission. *Report of the Commissioner Appointed to Inquire into the Condition of the Frame-Work Knitters*. With appendices. London: 1845, p. 119, tradução livre, colchetes meus.

> Eu não quero dizer que educação é uma panaceia para todos os males, ou para a grande maioria destes, que afetam esse país; e certamente não uma educação como a que achamos na maioria das nossas escolas, consistindo em demonstrações hábeis de aritmética, informação geográfica, e todos esses exibicionismos que apelam à vaidade do mestre, e deterioram o caráter do garoto ao alimentar aquela propriedade da mente dele que nós deveríamos antes prevenir. Não, aquela educação que nós todos deveríamos desejar para as crianças deste reino é mais admiravelmente descrita na linguagem do nosso catecismo, 'Aprender e trabalhar fielmente para arrumar meu sustento, e cumprir meu dever no lugar designado que agradou a Deus me convocar[434].

Apesar das diferenças entre liberais e conservadores, os dois espectros concebem uma educação voltada para cultivar as virtudes do trabalhador independente. O enraizamento da linguagem da autoajuda no discurso oficial precisa ser lido diante do contexto de urbanização e industrialização, no qual até grupos conservadores reconhecem que os velhos mecanismos de vigilância e controle social de teor paternalista não são mais suficientes. Em uma nova realidade socioeconômica de aprofundamento das relações de mercado, maior distanciamento social entre empregador e empregado e acelerada transformação espacial, as relações de teatro e contra-teatro descritas por Thompson como articuladoras do domínio social sobre a plebe até o século XVIII, atreladas às noções de economia moral e preço justo, precisam dar lugar a um novo tipo de manejo[435].

Se projeta uma arquitetura social na qual o indivíduo está, primeiramente, coagido pelas leis de mercado, que recaem inexoravelmente sobre todas as classes sociais. O *laissez-faire* é o que define a estrutura onde agem os sujeitos, dentro da qual procura-se orientar os trabalhadores para uma conduta individualizada, marcada pela autoajuda, onde estão emaranhados economia política e moral religiosa. As instituições que arbitram esse quadro, coibindo excessos da iniciativa privada, são as mesmas que incidem sobre os indivíduos de modo a ressaltar, a todo instante, que não há caminho para a recuperação moral, espiritual e econômica que não passe pela inserção no mercado de trabalho onde os preços, inclusive da mão de obra, são autorregulados. As caridades pública e privada se justificam na medida em que não violam essa diretriz fundamental.

As ambivalências do processo de centralização institucional e da moralização atrelada à ideologia de autoajuda são, portanto, pontos inseparáveis da economia política prática do reformismo. A criação de órgãos e iniciativas centralizadas, tendo as comissões reais como um de seus eixos, era necessária como forma de dar algum grau de

---

[434] COOPER, A. A. *Speeches of the Earl of Shaftesbury,* K.G. - upon subjects having relation chiefly to the claims and interests of the labouring class. London: 1868, p. 193, tradução livre.
[435] THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 48-70 e 142-160.

padronização e articulação nacional aos dispositivos gerenciais ao longo da extensão de um país marcado pela tradição da localidade. Ao mesmo tempo, o que essa malha institucional pretendia não era a extinção das margens de atuação autônoma dos poderes locais, um requisito necessário para enfrentar a diversidade de realidades regionais, além de um elemento incontornável diante da pressão generalizada pela contenção das despesas do governo central.

Mesmo o ideal paternalista nutrido pela *gentry* rural não foi completamente expurgado. Encontrava ainda espaço para se manifestar de forma reconfigurada, através da prática da caridade e do exercício de influência sobre entidades locais. Empregadores e proprietários do campo e da cidade podiam incentivar a autoajuda através da esfera privada, com bancos de poupança, institutos de mecânica, loteamentos e escolas. Também podiam fazê-lo por vias públicas, uma vez que as uniões paroquianas e *workhouses* permaneciam geridas por conselhos eleitos entre elites locais, ainda que submetidas à vistoria da comissão nacional. Tratava-se de uma relação mais indireta e despersonalizada entre o indivíduo que exerce o novo paternalismo e o pobre que sofre seus efeitos, mediada por instituições e reconhecendo que as formas antigas de distinção entre pobres de mérito e vadios se tornaram mais difíceis de se colocar[436]. Esse paternalismo reformulado também se apresentava na campanha pelos loteamentos, a qual expressava nostalgia e idealização de um passado rural perdido de harmonia social. Até os comissários menos fisgados por esse lado sentimental não dispensavam a preocupação em ver restaurado maior controle social e cultural da *gentry* sobre o trabalhador rural. A disponibilidade de um lote permitia ao empregado cultivar a frugalidade, mas também se esperava que servisse para estreitar os laços entre este e a classe proprietária.

Em seu estudo sobre as percepções a respeito da pobreza na Inglaterra, Gertrude Himmelfarb toma a "despauperização" (*dispauperizing*) como a referência maior na concepção da Nova Lei dos Pobres[437]. O termo parece fazer referência à uma expressão utilizada pela comissão de inquérito. No relatório dos comissários, são mencionadas paróquias "despauperizadas" (*dispauperized*), como forma de ilustrar os efeitos positivos que as *workhouses* trariam sobre a moral dos pobres. Nessas paróquias, a imposição da internação, da disciplina e do trabalho sobre os assistidos havia esvaziado o apelo na

[436] FILTNESS, D. *Poverty, saving banks and the development of self-help*, c. 1775-1834. Thesis presented for the degree of PhD. Cambridge: University of Cambridge, 2013, p. 203-204.
[437] HIMMELFARB, G. *The Idea of Poverty* - England in the early industrial age. New York: Vintage Books, 1985, p. 163-167.

direção do amparo paroquial. A regeneração do sentimento positivo de independência propiciada dessa maneira, segundo os comissários, teria reduzido a demanda por impostos para os pobres e promovido a expansão dos salários reais no longo prazo[438]. Himmelfarb, enxerga na despauperização uma linguagem moralista que justificava processos de intervenção e centralização estranhos à tradição inglesa. Essa abordagem sugere a recuperação do senso de independência dos pobres como um fim em si, um exemplo da combinação entre discurso moral e atitude pragmática muito próprio do reformismo e que, por essa razão, não era concebido como parte de um programa liberal de fundo econômico.

Procurei argumentar, até aqui, que essa é uma leitura limitada. Tomar a criação de órgãos centralizados, padronização de serviços e instituições públicas e outras formas de interferência como, necessariamente, antônimos de liberalismo, significa atribuir a este uma natureza espontânea auto organizativa. Dessa postura origina-se o equívoco de se definir como liberal aquilo que, por vezes, se trata de imaturidade institucional. Não é incongruente observar que o liberalismo, enquanto diretriz que necessita ser socialmente sistematizada, demanda intervenção capaz de atenuar os efeitos mais nefastos de sua reprodução.

Talvez pareça que esse raciocínio esteja apontando para um retorno a Joyce e o Estado liberal como interventor que direciona os sujeitos para determinada ética. Mas há o problema do exercício da dominação, que se converte em objeto incognoscível quando perdido em uma teia de micropoderes que incide sobre os sujeitos, mirando um ideal de *self* partilhado entre diferentes classes e grupos sociais. Nos termos desta concepção horizontalizada de coerção, há pouco espaço epistemológico para conceber a supremacia de uma classe ou grupo de classes sobre os demais. A relação particular da sociedade burguesa em relação ao econômico se esvai e, embora se reconheça uma ruptura no modo como se instituem padrões de vigilância e imposição de condutas, o modo como esse aparato institucional e cultural se direciona tendo em vista as novas dinâmicas de acumulação do capitalismo industrial fica em segundo plano.

São inegáveis as imbricações entre moral, religião e economia presentes na apologia ao ideal do trabalhador independente enquanto pretensão máxima das comissões. O aparecimento de conceitos adequados a uma racionalidade mais puramente

[438] GREAT BRITAIN. Poor Law Commission. *Report from His Majesty's commissioners for inquiring into the administration and practical operation of the Poor Laws*. London: 1834, p. 132.

econômica se mostrava um processo em andamento. Confundir a existência de fronteiras nubladas entre o econômico e o não econômico com a simples inexistência do primeiro enquanto um propósito norteador do reformismo, contudo, é ignorar que as circunstâncias objetivas da organização econômica impuseram orientações ao discurso das comissões que não podem ser explicadas, somente, pela subjetivação ético-religiosa. É difícil não admitir o aprofundamento de uma nova lógica econômica quando, por exemplo, a comissão real dedicada aos tecelões manuais conclui suas recomendações nos seguintes termos:

> Resta, portanto, apenas um modo pelo qual o número de tecelões manuais pode ser proporcionalizado à demanda por seu trabalho: e é este, o grande meio para se recorrer em cada ramo em decrescimento ou mesmo estacionário, a saber, a conduta dos próprios tecelões. Na sua presteza e inteligência em procurar outros empregos para si e para suas famílias, e em perseguir esses empregos quando encontrados; na abnegação dos casados em colocar seus filhos em ocupações menos imediatamente produtivas do que o tear e seus negócios subsidiários; e dos solteiros em abster-se de incorrer na responsabilidade de uma família, quando seus próprios salários são apenas equivalentes ao seu próprio sustento - em sua conduta, nestes aspectos, devem subordinar principalmente a proporção dos seus números à demanda pelo seu trabalho, e, na medida em que se submete a essa proporção, o melhoramento ou maior depressão de sua condição[439].

O trabalhador independente é um referencial que evoca aspirações de uma sociedade na qual o senso de autoajuda se apresenta como resposta às ansiedades geradas por uma conjuntura de incertezas e transformações insinuantes. Mas passagens dessa natureza evidenciam que se almeja, para esse trabalhador, uma posição específica diante do governo e das classes capitalistas: a de reconhecer a necessidade de se adequar à oferta de postos de trabalho nas condições ditadas pelo mercado, nenhuma ajuda externa sendo capaz de impedir essa sina. É um movimento arriscado desenhar um conceito a partir de um jogo de palavras pinçado de escritos que possuem múltiplos autores e não foram originalmente concebidos como um conjunto. Mas nos sentidos orbitando a expressão "independência", nos diferentes inquéritos, estão pistas que nos ajudam a compreender o papel das instituições e da autoajuda na formação de um ideal de trabalhador, como procurei demonstrar. Sobretudo, o trabalhador independente se caracteriza pela resignação com uma realidade de livre mercado. Por mais que o *laissez-faire* atendesse a uma ânsia de expurgar os vícios e a fraqueza moral através de uma vida de provação individual, essa constatação não se sobrepõe ao fato de que ele também apontava para

[439] GREAT BRITAIN. Hand-Loom Weavers Commission. *Hand-loom weavers.* Report of the Commissioners. London: 1841, p. 120, tradução livre.

uma ordem social propícia ao desenvolvimento do capitalismo industrial e o aceleramento da acumulação. A ideologia de autoajuda, sua manifestação na figura do trabalhador independente e a malha institucional concebida para fomentar seu aparecimento não podem ser lidos foram desse contexto.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MANIFESTOS FABRIS:
PAUPERISMO, REFORMA SANITÁRIA E RELAÇÕES DE TRABALHO PELA ÓTICA DAS COMISSÔES REAIS DE INQUÉRITO BRITÂNICAS, 1832-1850

Volume 2

Daniel Schneider Bastos
Orientador: Luiz Fernando Saraiva

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito para a obtenção do título de Doutor em História.

Niterói-RJ / Abril de 2023

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

B327 Bastos, Daniel Schneider.
Manifestos fabris : pauperismo, reforma sanitária e relações de trabalho pela ótica das comissões reais de inquérito britânicas, 1832-1850 / Daniel Schneider Bastos. – 2023.
2 v.

Orientador: Luiz Fernando Saraiva.
Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de História, Niterói, 2023.
Bibliografia: f. 80 a 84.

1. Revolução industrial . 2. Liberalismo. 3. Capitalismo . 4. Inglaterra . I. Saraiva, Luiz Fernando. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de História. III. Título.

CDD 338.09

Bibliotecário responsável: Angela A. de Insfrán - CRB7/2318

Sumário

Volume 1

Introdução.....14

Capítulo 1 – Continuidades e rupturas: a Revolução Industrial e a historiografia.....26

1.1. A história econômica rumo à "lenta" Revolução Industrial.....27

1.1.2. Em busca de uma nova acepção de cultura.....32

1.2. A história social dos conservadorismos.....39

1.3. A industrialização entre dois consensos.....50

Capítulo 2 - A Era da Reforma e as comissões reais de inquérito.....57

2.1. Sentidos e dimensões do reformismo britânico.....61

2.1.1. Panorama político.....69

2.1.2. Reforma e radicalismo.....83

2.2. O papel das comissões reais de inquérito e a importância das décadas de 1830 e 1840.....92

2.2.1. Análise do quadro de comissários.....99

2.2.1.a. Origem geográfica e faixa etária.....100

2.2.1.b. Origem familiar.....107

2.2.1.c. Formação e ocupação.....115

2.2.1.d. Clubes, sociedades e associações.....128

2.2.1.e. Posicionamento político e religião.....133

2.2.1.f. Carreira.....140

2.2.1.g. Impressões gerais sobre comissários assistentes e secretários.....155

2.2.1.h. Conclusões sobre a análise do quadro de comissários.....160

2.3. Reformismo e hegemonia burguesa.....161

Capítulo 3 - Uma economia política da prática reformista**.....176**

3.1. As comissões e a economia política de seu tempo.....177

3.2. Intervenção pública em uma sociedade de *laissez-faire*:
teoria e prática no trabalho das comissões.....195
3.2.1. Liberalismo e centralização: o equilíbrio delicado.....198
3.2.2. Instituições e autoajuda na produção do trabalhador
independente.....206

Volume 2

Capítulo 4 – A trajetória das comissões em três campos: pauperismo, sanitarismo e trabalho.....235
4.1. O direito à subsistência em xeque: o problema da Lei dos Pobres.....236
4.1.1. Origens da Lei dos Pobres e debates historiográficos.....237
4.1.2. Impondo a Nova Lei dos Pobres.....254
4.2. Extinguir o germe do pauperismo: a reforma sanitária
na década de1840.....273
4.3. As comissões diante das relações de trabalho.....296
4.3.1. Crianças e adolescentes trabalhadores.....297
4.3.2. O caso dos tecelões.....328

Conclusão.....349

Anexo - Quadros de prosopografia dos oficiais nomeados para as comissões reais de inquérito.....360

Bibliografia.....411

Lista de quadros e gráficos

Quadro I: Idade e origem geográfica dos comissários.....100
Gráfico I: Comissários por idade de ingresso nas comissões.....104
Gráfico II: Comissários por idade de ingresso nas comissões (variação).....105
Quadro II: Origem familiar dos comissários.....107
Quadro III: Formação e ocupação dos comissários.....115
Quadro IV: Participação associativa dos comissários.....128
Quadro V: Posição política e religião dos comissários.....133
Quadro VI: Carreira e trajetória dos comissários.....140
Quadro VII: Distribuição dos comissários por comissão real de inquérito.....369
Quadro VIII: Distribuição dos comissários assistentes por comissão real de Inquérito.....371
Quadro IX: Distribuição dos secretários e secretários assistentes por comissão real de inquérito.....374
Quadro X: Análise prosopográfica dos comissários.....375
Quadro XI: Análise prosopográfica dos comissários assistentes.....392
Quadro XII: Análise prosopográfica dos secretários e secretários assistente.....407

Capítulo 4 – A trajetória das comissões em três campos: pauperismo, sanitarismo e trabalho

Este trabalho abordou, até o momento, as comissões reais de inquérito selecionadas das décadas de 1830 e 1840 enquanto um conjunto, procurando ressaltar características transversais através da identificação de princípios que possam constituir uma economia política da prática reformista. Também buscou apresentar a ação das comissões dentro de um determinado direcionamento histórico, a construção de uma sociedade que não obstrua o potencial de acumulação do capitalismo industrial. Contudo, como o argumento pela existência de uma economia política prática sugere, a implementação de reformas a partir da ação das comissões reais de inquérito assume particularidades diante de seus diferentes objetos, cujas especificidades demandam respostas *ad hoc*, ainda que se reconheça a existência de pressupostos ideológicos orientando o comissariado. O presente capítulo trata de fazer esse corte segmentado, analisando os relatórios de inquérito das comissões organizadas em torno de eixos temáticos definidos.

A divisão traçada entre os eixos do pauperismo, reforma sanitária e relações de trabalho não deve esconder o quanto essas pautas caminharam juntas. O modo como se concebia o problema da saúde pública estava intimamente ligado às narrativas sobre o pauperismo. Em boa medida, o esforço sanitário emergiu de dentro da instituição da Nova Lei dos Pobres. As comissões sobre a situação dos trabalhadores se diferem por apresentarem uma natureza mais reativa e não propriamente propositiva. Para o pauperismo e a questão sanitária, os reformadores de fato agiram empenhados na elaboração e imposição ativa de novos modelos de gestão. A iniciativa de nomear comissários para inquirir sobre o trabalho, por sua vez, parte de postura mais defensiva, reagindo às demandas por maior intervenção sobre salários e jornadas de trabalhos, feitas por trabalhadores organizados através de petições e por comitês parlamentares comandados por radicais populares e conservadores hostis às fábricas. Mas a interseção com o corpo de comissários dos outros dois eixos analisados implica na repetição de alguns temas e posicionamentos, ecoando as discussões traçadas nas demais comissões. Afinal, todas ansiavam por fomentar a formação do trabalhador independente, moral, sadio e resignado diante do mercado de trabalho.

Cada comissão, entretanto, possui uma trajetória própria, por sua vez inserida dentro de temáticas que também se desenvolveram de modo particular. Ignorar as peculiaridades que se revelam a partir dessa constatação significaria perder nuances da

realidade social britânica importantes de serem observadas. Sem admitir a existência dessa dimensão, haveria pouco de prático na representação do reformismo, e este poderia ser reduzido à condição de ideologia em seu sentido mais raso. Vamos estreitar, portanto, o olhar para o contexto no qual foram concebidos cada relatório de inquérito.

4.1. O direito à subsistência em xeque: o problema da Lei dos Pobres

Com a eleição de um governo *whig* com maioria sólida nos Comuns sacramentada em 1832, a reforma da Lei dos Pobres foi logo assumida como uma prioridade. Uma comissão real de inquérito foi nomeada no mesmo ano e, a partir de suas conclusões, foi elaborado o Ato de Emenda de 1834, que instituiu a Nova Lei dos Pobres e a Comissão da Lei dos Pobres que funcionou entre 1834 e 1847. Diferentes historiadores apontam para os Motins de Swing de 1830 como uma explicação para a urgência do novo governo em conduzir a reforma, um tópico que se arrastava desde fins do século XVIII, quando a arrecadação de impostos para lidar com os pobres assistidos inicia uma tendência longa de ascensão a partir do cenário de guerra e o agravamento da pobreza, sobretudo no campo[440].

Apesar de figurar entre as primeiras iniciativas adotadas após a reforma eleitoral, a relevância da comissão de inquérito de 1832 dentro do cenário reformista não se encerrou com a consumação do ato de 1834. O relatório por ela apresentado consolidou paradigmas para o entendimento da pobreza por parte das autoridades públicas e também da intelectualidade liberal, os quais permaneceram exercendo influência no pensamento social e esforços reformistas durante décadas. De dentro da comissão, ganharam notoriedade no campo de formação de políticas públicas dois nomes pivotais no reformismo, Nassau Senior e Edwin Chadwick. O primeiro já ostentava o prestígio de intelectual renomado, ocupante da primeira cadeira universitária de economia política, em Oxford, no ano de 1825. O segundo era um *barrister* de origem modesta, que escrevera em jornais e possuía algum reconhecimento devido à sua proximidade com Bentham, de quem fora secretário pessoal, mas que iniciou a partir de sua entrada na comissão uma jornada na vida pública como expoente reformista, colocando-se no centro de várias de suas frentes principais e também no coração de suas tensões internas e externas.

---

[440] BOYER, G. R. *An Economic History of the English Poor Law*, 1750-1850. [E-book]: Cambridge University Press, 2006, p. 196-8. ROYLE, E. *Modern Britain* – A Social History 1750-2011. 3ª ed. [E-book]: Bloomsbury Academic, 2012, p. 118.

Tampouco o ato de 1834 pôs fim ao tópico do pauperismo no país. A Comissão da Lei dos Pobres nos anos seguintes permaneceu às voltas com o desafio de colocar em prática o que havia sido determinado pela comissão de inquérito que a antecedeu, e sua existência foi particularmente influente na orientação dos esforços sanitários a partir de fins da década de 1830. É pertinente, por isso, ter a experiência da comissão real de inquérito de 1832 a 1834 como ponto de partida para compreender algumas das formulações que repercutem em relatórios futuros. O objeto historiográfico da Lei dos Pobres, no entanto, é palco de longos debates sobre a relação entre Estado e sociedade, que precisam ser levados em consideração dentro das reflexões sobre a relação que os comissários guardam com o pauperismo. Também para situar o leitor brasileiro dentro da história desta instituição, cabe recapitular as origens da Lei dos Pobres e os aspectos que dividem historiadores a seu respeito.

4.1.1. Origens da Lei dos Pobres e debates historiográficos

A tradição medieval priorizava a relação direta, no trato da pobreza, dos pobres com a nobreza e o clero, através do vínculo da caridade. Pouca intervenção era reservada para a Coroa. A penúria material era endêmica e tida como um estado natural dentro da sociedade. Os governos do medievo não possuíam recursos para lidar com uma questão dessa envergadura, que sequer era considerada um problema a ser superado. Pouca legislação laica existia, portanto, direcionada aos pobres antes da chegada da peste no século XIV. É preciso se voltar para as obras canônicas que orientavam o clero para melhor entender o olhar das autoridades frente à pobreza.

Entre os séculos X e XIII, a Igreja Católica experimentou renovação e vigor intelectual enquanto se consolidava como o mais próximo de um "governo europeu" a existir desde o colapso do Império Romano. Sem ser vista como um sinal de mau funcionamento das instituições sociais, a pobreza era revestida de uma posição social bem definida. O sofrimento em vida proporcionado pela carência e pela labuta oferecia aos humildes o caminho para a própria salvação, pavimentado pela aceitação de sua condição e a obediência à Igreja e poderes seculares. Em contrapartida, esperava-se que os mais abastados acudissem aos miseráveis por meio da caridade, um exercício importante para a obtenção da graça divina. O gesto da mão estendida para receber a esmola era central para o imaginário cristão e a organização social por ele concebida.

Estudando os textos canônicos, Brian Tierney procura desfazer a noção de que não se fizesse na época distinção entre os pobres. Até entre os franciscanos, praticantes

do voto de pobreza, acreditava-se que o trabalho árduo era um dever de todo pobre que se encontrasse fisicamente apto. Mas também é verdade que a lei canônica não enxergava um delito na pobreza. Os eclesiásticos alertavam para a importância de se ater à distinção entre vadios e pobres de mérito, ou seja, reservar a caridade para aqueles cuja miséria se impôs por circunstâncias além do controle do próprio indivíduo, privando do socorro aqueles que recorriam à mendicância motivados por seus próprios vícios. Havia a consciência, contudo, de que tal discriminação era difícil na prática. Nobres e clérigos se tornavam mais seletivos no exercício da caridade nos tempos de escassez aguda, mas identificar supostos vadios em meio aos pobres merecedores não era tarefa trivial. Ao contrário do que se convencionou séculos depois, o pensamento medieval considerava menos danoso conceder amparo em excesso, contemplando uma minoria impostora sem com isso comprometer o sistema social, do que pecar por uma caridade demasiado restritiva[441].

Em rigor, o ensinamento canônico pregava que tudo aquilo que pertencia à Igreja também pertencia aos pobres. O excedente desfrutado pelo clero e a nobreza existia para acudir aos mais necessitados. Sua retenção pelos de cima era um roubo, e os de baixo tinham direito a reivindicá-lo. A definição deste "excedente", é claro, atendia ao critério de que o padrão de vida de clérigos e nobres deveria se manter elevado em comparação ao estado de subsistência relegado à plebe trabalhadora. No mais, a caridade figurava como uma função importantíssima das obrigações espirituais e sociais da Igreja, mas não era sua razão primária de existência. O montante destinado às esmolas ou a manutenção de casas de caridade representava uma fração dos recursos arrecadados pelo dízimo e doações. Outros tipos de benefício não estavam incluídos nessa fatia de dispêndios, como o hábito de se dar aos pobres os restos das refeições, prática caritativa mais corriqueira dentro do cotidiano monástico. Estatutos esporádicos eram emitidos pelos poderes seculares ou clericais em virtude de situações específicas, inclusive para coibir abusos cometidos por funcionários da Igreja, respondendo situações que não seriam elucidadas através, apenas, da consulta aos cânones[442].

Ao menos na Inglaterra, o modelo descrito acima parece ter funcionado sem encontrar grandes convulsões até o século XIII. Tudo mudaria com a peste no século XIV, que chegou na ilha em 1348. O surto mais devastador da doença deu-se no biênio de 1348

[441] TIERNEY, B. *Medieval Poor Laws* – A sketch of canonical theory and its application in England. Los Angeles: University of California, 1959.
[442] Idem, p. 85-110.

e 1349, mas a mesma permaneceu rondando o país, provocando declínio contínuo da população até o começo do século seguinte, quando a Inglaterra possuía talvez a metade do número de habitantes que havia no país às vésperas da chegada da pestilência. Antes dos abalos promovidos pela enfermidade, transformações sociais já vinham impondo desafios ao exercício da caridade religiosa como sistema de controle dos pobres. O crescimento das relações comerciais e do trabalho assalariado promoviam novas dinâmicas mais difíceis de serem enquadradas dentro dos arranjos tradicionais dominados pela Igreja e os senhorios. Somando-se aos fatores de desestabilização, o longo ciclo de conflitos contra a França que constituíram a Guerra dos Cem Anos (1337-1453) significava que, de tempos em tempos, os ingleses tinham de lidar com soldados desmobilizados após as campanhas, que podiam se converter em bandos de salteadores e vadios. Esse fator elevava o temor diante da vadiagem, fenômeno em ascensão também com os cercamentos do século XV[443].

Um dos resultados dessa conjunção foi fazer com que os poderes reais incidissem mais diretamente nas relações de trabalho e na administração da pobreza. Logo no primeiro ciclo de peste, Eduardo III proclamou em 1349 a Ordenação dos Trabalhadores (*Ordinance of Labourers*), determinando que o trabalho era obrigatório para os que possuíam condições de exercê-lo. A legislação foi reforçada por outra peça emitida pelo Parlamento dois anos depois, afirmando a obrigatoriedade da labuta e fixando os salários em patamares pré-pandemia. O morticínio promovido pela doença elevou o poder de barganha salarial dos sobreviventes, indignando empregadores e autoridades que se incomodavam em ver trabalhadores demandando bens e valores que não competiam ao seu estatuto. Uma intervenção dessa ordem por parte da Coroa era, até então, um fenômeno incomum. A conjuntura da peste também foi respondida com legislações repressivas contra os vadios, tal qual no continente europeu. Revoltas de servos se tornaram mais constantes, ao ponto de a servidão se encontrar quase extinta na Inglaterra ao fim do século XV[444].

Com o início da dinastia Tudor em 1485, o governo assume progressivamente maior papel enquanto regulador da pobreza. O século XVI testemunhou o avanço do trabalho assalariado e, com ele, a multiplicação de uma figura que não se encaixava na dualidade entre pobre merecedor e vadio. Tratava-se do trabalhador desempregado ou

[443] Idem, 110-9.
[444] GEREMEK, B. *A Piedade e a Forca*: História da miséria e da caridade na Europa. Lisboa: Terramar, 1986, p. 100-103.

subempregado, ansioso por trabalhar, mas incapaz de encontrar a oportunidade de fazê-lo, ou fazendo-o a troco de salário insuficiente para sua subsistência. As respostas estatutárias da monarquia tudoriana deram-se, de início, principalmente na linha da repressão à vadiagem e a coação ao trabalho. O estatuto emitido por Henrique VIII em 1531 determinava que os mendigos fossem avaliados pelas autoridades a partir de suas capacidades para a labuta. Os que fossem reconhecidos como inválidos para o esforço físico poderiam ser autorizados a mendigar, desde que em locais especificados, evitando sua circulação. Pedintes considerados aptos a trabalhar estavam sujeitos a serem incumbidos de serviços compulsórios (inclusive podendo ser vendidos como escravos temporariamente) ou castigos corporais que, a depender da reincidência da condenação, se estendiam dos açoites à forca, passando pela mutilação de uma orelha. Não fazia sentido multar indivíduos já desprovidos de recursos, por isso a violência física e o trabalho compulsório eram tidos como única punição aplicável. O açoitamento público na Inglaterra foi uma introdução do século XVI. Os filhos dessa gente pobre, que possuíssem idade entre 5 e 14 anos, deveriam ser empregados como aprendizes de algum mestre local, independentemente da vontade dos pais[445].

Durante o reinado de Henrique VIII ocorreu ainda, com a Reforma Anglicana, a dissolução dos monastérios e das guildas religiosas. O impacto dessas medidas sobre a caridade dispensada aos pobres é alvo de discussões. A interpretação de que essas ações significaram, ao menos em um primeiro momento, a privação de uma parcela elevada da caridade religiosa desfrutada pela população, é defendida por Lucinda Beier. A expropriação monástica foi acompanhada por um número impreciso, mas alto, de hospitais, asilos e outras fundações católicas sendo fechadas. O prejuízo à população não seria limitado à redução de fontes de caridade, mas também pelo desemprego observado entre aqueles que antes trabalhavam nestas instituições e nas terras da Igreja Católica. Em um contexto no qual a sistematização do socorro aos pobres por parte do poder público ainda dava passos iniciais, Beier acredita que o período seguinte à dissolução dos monastérios tenha sido extremamente penoso para os pobres, apesar dos apelos para que os nobres que se apropriaram das terras católicas separassem algo desse recurso para acudir aos que ficariam desamparados[446].

---

[445] Idem, p. 179.
[446] BEIER, L. A. *The Problem of the Poor in Tudor and Early Stuart England*. [E-book]: Taylor & Francis. 2004, p. 19-23.

Segundo Tierney, as reformas do século XVI marcaram o fim do antigo sistema canônico de ajuda aos pobres, nesta altura já funcionando muito imperfeitamente. Diferentemente do que seria feito com a legislação laica, as leis canônicas nunca haviam sido codificadas em modelo estatutário. Sua influência não se extinguiu com a passagem para a Idade Moderna. Tanto a coibição dos vadios quanto a distribuição de amparo aos pobres considerados dignos eram preocupações que remetiam a instruções canônicas, às quais as instituições religiosas, por si só, tinham crescente dificuldade de executar[447].

Durante a primeira metade do século XVI, os estatutos tudorianos seguiram priorizando a repressão da vadiagem. A legislação continuou preocupada em reafirmar a necessidade de reprimir os vadios na segunda metade do século XVI, mas uma série de medidas lançadas a partir de então assumiram um caráter mais construtivo, dando os passos decisivos para sacramentar as paróquias como principal espaço administrativo do auxílio público ofertado aos pobres. Leis anteriores já previam a arrecadação em âmbito paroquial com esse fim, mas o ato estatutário de 1552 promoveu maior estruturação dos mecanismos locais de gestão. Foram instituídos cargos com o propósito de administrar a coleta e utilização de recursos destinados a atender os pobres, a serem preenchidos através de eleições entre os contribuintes de cada paróquia. O estatuto também autorizava que paroquianos que se recusassem a contribuir financeiramente fossem denunciados nas dioceses. Estatutos formalizados no decorrer do período elisabetano (1558 a 1603) solidificaram o poder das autoridades paroquiais para adotarem impostos compulsórios conforme as necessidades percebidas localmente. Ao fim do reinado de Elizabeth, entre 1597 e 1601, as mais de duas dúzias de estatutos emanados durante a dinastia Tudor para tratar da pobreza e dos vadios foram compiladas em um código coeso, o qual ficou conhecido como Lei dos Pobres.

A estratégia de dotar as paróquias com a autonomia e as ferramentas necessárias para se afirmarem como os centros administrativos da Lei dos Pobres aliviava os cofres da Coroa, colocando os custos de lidar com o pauperismo sobre os ombros dos proprietários paroquianos. Postos anteriores foram substituídos pela figura do "supervisor dos pobres" (*overseer of the poor*), eleitos pelas sacristias em intervalos regulares de tempo, tornando-se o cargo de referência na aplicação desse dispositivo legal. Formalmente, a Lei dos Pobres elizabetana permaneceu em vigor até o século XX. Sua principal adição legislativa antes de 1834 foi o Ato de Assentamento (*Settlement Act*) de

[447] TIERNEY, B. *Medieval Poor Laws* – A sketch of canonical theory and its application in England. Los Angeles: University of California, 1959, p. 128-133.

1662, que determinava que apenas os pobres "assentados" (*settled*) nas respectivas paróquias pudessem ser socorridos pelas mesmas. A condição de assentado era obtida por nascimento no local, matrimônio com alguém lá estabelecido ou após residir na paróquia por um período pré-fixado de tempo. O objetivo da lei era prevenir que os pobres se direcionassem em grande quantidade para paróquias mais ricas, evitando circulação de miseráveis e o sufocamento de regiões mais prósperas com levas de pauperismo para sustentar. Oficialmente, os poderes paroquianos tinham a obrigação de prover auxílio a todos os pobres legalmente assentados.

A ampliação do compromisso do Estado britânico com o bem-estar social no decorrer do século XX instigou os pesquisadores a buscarem, no passado, as origens históricas desse ideal. Uma tendência que se hegemonizou em meados do século, com o apogeu do *welfare state*, foi enxergar na história inglesa dois processos fundamentais de transição na relação entre governo e sociedade no que se refere ao amparo aos mais vulneráveis. O primeiro seria a sistematização do socorro pelo governo nos séculos XVI e XVII. Através dos contínuos estatutos reais emitidos pela monarquia tudoriana e sua compilação na forma da Lei dos Pobres, a Inglaterra superava um modelo tradicional no qual a pobreza era predominantemente deixada para a caridade religiosa, passando a vigorar um conjunto de diretrizes nacionais, padronizadas e de gestão secularizada. Episódios como a reforma de 1834 serviam para que os historiadores se lembrassem da dureza que sempre revestiu esse sistema. Ainda assim, a Lei dos Pobres representava um pioneirismo inglês no posicionamento do Estado diante do social, abarcando funções e assumindo compromissos até então da alçada do voluntarismo dos ricos e clérigos. O segundo momento de transição era a passagem para o *welfare state* de fato no século XX, quando a perspectiva muda de assegurar a subsistência dos desamparados para a promoção do bem-estar[448].

Com os ataques do thatcherismo ao Estado de bem-estar social, historiadores começaram a criticar o que consideravam uma interpretação teleológica, na qual o *welfare state* aparecia como resultado natural do percurso histórico dos países desenvolvidos. O modelo onde a caridade religiosa dá lugar à Lei dos Pobres, que por sua vez evolui para o bem-estar social, foi posto em xeque. Os sistemas de bem-estar do pós-Guerra talvez devessem ser encarados antes como um "acidente" histórico, devido à sua particularidade, do que um fim para o qual as sociedades europeias caminharam longamente. Não só a

[448] Cf. JONES, C. "Some recent trends in the history of charity." In: Daunton, M. (org.). *Charity, self-interest and welfare in the English past*. [E-book]: University College London, 2005, p. 38-44.

suposta linearidade entre a Lei dos Pobres e o *welfare state* foram repensadas, mas também a concepção da primeira enquanto uma especificidade inglesa em sua precocidade, um avanço pioneiro rumo a um sistema laico de abrangência nacional em uma época na qual ainda vigoravam, no continente europeu, as redes de caridade descoordenadas e dependentes do voluntarismo religioso ou privado. O que antes era encarado como uma ruptura entre um regime dominado pela caridade e outro coordenado pelo poder público, começou a ser percebido como uma etapa mais nublada[449].

Provavelmente a maior influência neste exercício de revisão tenha sido o estudo de Olwen Hufton publicado em 1974 sobre os pobres na França do século XVIII[450]. A partir desse trabalho, popularizou-se a expressão "economia de improvisos", uma forma de se referir aos meios adotados pelas camadas populares, no cotidiano, com o intuito de garantir um padrão de vida tolerável, acima da miséria absoluta. Demonstrando o quanto a Igreja Católica e as grandes instituições de caridade estavam distantes de oferecer um aparato coeso de amparo ao pauperismo na França, Hufton expôs a variedade de estratégias seguidas pela população francesa nos momentos de maior carestia material. Dois padrões se destacavam neste quesito, a migração em esfera regional ou nacional e a mendicância localizada[451].

O conceito foi abraçado por autores dedicados a relativizar o impacto da Lei dos Pobres na Inglaterra. Questionavam sua alegada descontinuidade em relação à caridade, bem como a centralidade do sistema público enquanto mecanismo de subsistência para os vulneráveis. A rápida repercussão desta corrente assegurou sua coroação como ortodoxia em algum momento entre o final do século XX e o início do novo milênio. No contexto inglês, a economia de improvisos olhou menos para padrões de mobilidade interna, focando-se na amplitude de recursos e instituições acionados pelos pobres[452]. O entusiasmo com a nova abordagem estava também em sintonia com as tendências observadas na história social. Através da economia de improvisos, se nutria a pretensão de resgatar a individualidade dos pobres, as peculiaridades de suas trajetórias e vivências e as particularidades de gênero, não mais os retratando enquanto uma massa amorfa. Macronarrativas e linhas mais quantitativas de argumentação deram lugar ao maior

[449] Ibidem.
[450] HUFTON, O. H. *The Poor of Eighteenth-Century France*, 1750-1789. Oxford: Clarendon, 1974.
[451] Cf. KING, S; TOMKINS, A. "Introduction." In: KING, S; TOMKINS, A. (org.). *The Poor in England 1700-1850* - An economy of makeshifts. Manchester: Manchester University, 2003, p. 11-3.
[452] Ibidem.

interesse por reconstituições episódicas e análises discursivas, registrando o cotidiano em um nível mais pessoal e subjetivo[453].

A carência, afinal, não era no mundo pré-industrial algo associado apenas a acidentes circunstanciais, oriundos do revés econômico. Junto da economia de improvisos, se popularizou a acepção de ciclos de pobreza que perpassavam regularmente a experiência da população trabalhadora, como o nascimento dos primeiros filhos e a chegada da velhice. Estava muito além dos poderes das autoridades blindar as pessoas contra a carestia, uma possibilidade sempre à espreita na realidade popular[454].

Steve Hindle, um dos baluartes da nova linha interpretativa, figura entre as vozes que apontam para as paróquias como economias precárias demais para sustentarem, pela via dos canais oficiais consagrados pela Lei dos Pobres, o pauperismo endêmico na Idade Moderna. Estimativas citadas pelo autor apontam que, fora dos tempos de crise, talvez em torno de 20% da população entre 1550 e 1750 era constituída por aqueles com dificuldade para assegurar a subsistência apenas pelo trabalho assalariado. Uma proporção impossível de ser amparada pelas paróquias, que em sua maioria deveriam atender diretamente via Lei dos Pobres algo como 5% de seus residentes[455]. Nessa situação, a sobrevivência cotidiana para os que atravessavam a pobreza precisaria ser explicada, pelos historiadores, através de narrativas que desloquem de sua centralidade o poder público. O foco passa para a intrincada rede de estratégias dentro da qual os pobres aprendiam a se mover explorando seu leque de recursos. Hindle prefere a expressão "economia de recursos diversificados" (*economy of diversified resources*) para se referir a esse fenômeno, tão enraizado na vivência popular que a palavra "improviso" acaba falhando em captar sua presença estrutural, dado que a improvisação transmite o sentido de comportamentos pontual e esporádico[456].

Ao invés de retratar a Lei dos Pobres enquanto uma instituição nacional coesa, Hindle compreende que suas diretrizes tardaram em vigorar de forma efetiva. Em sua maioria, as paróquias sequer estariam exercendo a tributação compulsória para arcar com o pauperismo antes de meados do século XVII. Sem uniformidade na aplicação das leis, a gestão do amparo público estava sujeita às arbitrariedades das autoridades locais. A

---

[453] JONES, C. "Some recent trends in the history of charity." In: Daunton, M. (org.). *Charity, self-interest and welfare in the English past*. [E-book]: University College London, 2005. p. 40-3.
[454] KING, S; TOMKINS, A. "Introduction." In: KING, S; TOMKINS, A. (org.). *The Poor in England 1700-1850* - An economy of makeshifts. Manchester: Manchester University, 2003, p. 5-6.
[455] HINDLE, S. *On the Parish?* The micro-politics of poor relief in rural England, 1550-1750. [E-book]: Oxford University, 2004, p. 5.
[456] Idem, p. 48-9.

existência dessa alternativa era um benefício relevante explorado pelos pobres, mas melhor seria considerá-la como uma entre as muitas cartas que compunham esse jogo econômico cotidiano, não o seu sustentáculo[457].

Os elementos abarcados pela "economia de recursos diversificados" eram muitos e só podem ser apresentados aqui sumariamente. Cabe ressaltar que Hindle não nega, através do conceito, que o trabalho assalariado fosse a base da economia popular[458]. Primeiramente, podemos mencionar as estratégias baseadas no acesso à terra e seus frutos. Havia a coleta de alimentos nos campos cultivados, vigiada com rigor para não comprometer a rentabilidade das colheitas. Não era uma relação mediada pelo direito comunal, partindo de um acordo informal entre fazendeiros e comunidade local. Já o recolhimento de matéria vegetal para combustão em terras marginais ao cultivo e terrenos baldios, importantíssimo para a economia doméstica rural, era tradicionalmente melhor definido dentro dos direitos comunais. Finalmente, havia o sistema de campo aberto, no qual parte da terra arável era deixada para a pastagem do gado dos trabalhadores, consistindo em um esquema de rodízio bem organizado para não exaurir o solo. Difundido nos séculos XII e XIII, o campo aberto estava inserido na gama de costumes evocados pelas classes populares como tradições ancestrais e imemoriais, reivindicados enquanto lei nas comunidades rurais. Todos estes recursos mencionados tinham nos cercamentos sua principal ameaça[459].

Estratégias de sobrevivência também envolviam a ajuda de amigos e familiares. A ideia, uma vez vigente na historiografia, de que os filhos prestarem ajuda aos pais idosos era algo avesso aos padrões ingleses, foi reavaliada quando que se constatou que a Lei dos Pobres não poderia ter atuado, em seus séculos iniciais, como uma rede de pensão contínua para os velhos incapazes de trabalhar. De fato, o compromisso de sustentar as crianças era priorizado diante da responsabilidade para com os pais envelhecidos, mas era esperado que os últimos fossem acudidos pelos familiares, quando isso não implicasse em jogar todo o núcleo familiar para o pauperismo. O abono paroquial, nesses casos, poderia inclusive ser concedido para aliviar a situação da família e incentivá-la a abrigar seus velhos, ou ajuda-los mesmo vivendo separadamente[460]. Uma

[457] Idem, p. 15-22.
[458] Idem, p. 78.
[459] Idem, p. 27-48.
[460] Sobre a relação entre velhice, pobreza e Lei dos Pobres na Inglaterra moderna, cf. THAME, P. "Old people and their families in the English Past." In: Daunton, M. (org.). *Charity, self-interest and welfare in the English past*. [E-book]: University College London, 2005, p. 84-100.

forma de atenuar as despesas domésticas e talvez trazer alguma renda para a casa era o costume de enviar os adolescentes para prestarem aprendizado junto a um mestre de ofício da comunidade, ou, no caso das moças, trabalharem como empregadas para famílias mais ricas. Os estatutos tudorianos que regiam o aprendizado haviam sido compilados junto à Lei dos Pobres e davam margem para abusos por parte dos mestres, mas eram um caminho para filhos de trabalhadores agrícolas obterem alguma qualificação[461].

Os pobres ingleses também sabiam recorrer à caridade, pela qual podiam obter uma variedade de benefícios, abrangendo esmolas em dinheiro, roupas, alimentos, combustível ou mesmo abrigo para uma noite. Ao invés de serem ostracizadas pela Lei dos Pobres, as práticas caritativas continuaram a se desenvolver. O velho costume entre os ricos de deixarem parte de seu legado para ser convertido, após sua morte, em esmolas concedidas em troca de orações, foi desaparecendo com o protestantismo, entre outras razões por gerar aglomeração tumultuosa e reforçar a crença no purgatório[462]. Novos modelos de caridade foram experimentados nos séculos XVII e XVIII. Em Londres e em várias cidades provincianas importantes, foram criadas as "Corporações dos Pobres" (*Corporation of the Poor*), estabelecidas via atos parlamentares e atendendo a iniciativas de contribuintes locais. O perfil destas entidades combinava elementos públicos e privados, e seus objetivos contemplavam a distribuição de ajuda aos pobres e edificação de *workhouses*. Tais empreitadas não tiveram longa continuidade. Outra inovação da época, contudo, teve maior sucesso: a fundação de redes de caridade por meio de subscrição, que proliferam a partir da década de 1690. Escolas de caridade foram as primeiras instituições a ganharem popularidade financiadas desta maneira, seguidas por hospitais. Fundos caritativos já eram tradicionalmente levantados entre elites econômicas em situação de crise mais aguda, funcionando na prática como impostos progressivos temporários. Dissidentes podiam organizar seus próprios fundos para atender aos pobres de suas denominações[463].

---

[461] Sobre o aprendizado, cf. HINDLE, S. *On the Parish?* The micro-politics of poor relief in rural England, 1550-1750. [E-book]: Oxford University Press, 2004, p. 191-223. A respeito do momento em que os jovens tendem a deixar a casa dos pais para se empregar em outro lugar no meio rural, cf. KIRBY, P. *Child Labour in Britain*, 1750-1870. [E-book]: Palgrave Macmilliam, 2003, p. 32-7.

[462] HINDLE, S. Op. cit., p. 121.

[463] A respeito das inovações no campo da caridade desenvolvidas nos séculos XVII e XVIII, cf. INNES, J. "The 'mixed economy of welfare' in early modern England: assessments of the options from Hale to Malthus (c. 1683-1803)." In: Daunton, M. (org.). *Charity, self-interest and welfare in the English past*. [E-book]: University College London, 2005, p. 104-26. Especificamente sobre as escolas de caridade, cf. HANLY, M. "The economy of makeshifts and the role of the poor law: a game of chance?" In: KING, S; TOMKINS, A. (org.). *The Poor in England 1700-1850* - An economy of makeshifts. Manchester: Manchester University, 2003, p. 103-18.

Finalmente, a ilegalidade não pode ser descartada entre as opções de complemento à subsistência. Crimes de furto e invasão para coleta de combustível, alimentos vegetais e caça eram arriscados, mas aumentavam em momentos de carestia. Essas transgressões se davam em uma escala subestimada pelas fontes oficiais, dado que, pelo menos até parte avançada do século XVII, era comum as autoridades concluírem que os valores roubados desta maneira não compensariam encaminhar um processo para os tribunais, sendo mais prático a aplicação sumária de castigo físico[464]. No ambiente urbano, particularmente na região metropolitana, os pequenos furtos, receptação de mercadorias extraviadas, mendigagem não autorizada e a prostituição eram praticados frequentemente por pessoas que possuíam emprego, complementando a renda quando viver apenas pelo salário se mostrava difícil demais[465]. A penhora de bens também pode ser incluída na categoria de possibilidades exploradas nos momentos de maior aflição, vista como um recurso indesejável, embora legalizado[466].

Algo comum aos recursos econômicos que permeavam as vivências dos pobres era o quanto dependiam do grau de aceitação do indivíduo em sua comunidade. Supor que os direitos comunais contemplavam a todos de maneira indiscriminada e desordenada é um equívoco grave, evocado na história inglesa por aqueles que defendiam a superioridade dos cercamentos como forma de uso do solo. Seu usufruto era criterioso, comumente condicionado à propriedade ou arrendamento do *cottage* (pequena residência popular rural), evitando que forasteiros se beneficiassem desses bens limitados. O costume também não era gentil com os que gozassem de má reputação, tidos como preguiçosos, negligentes com familiares, beberrões ou maus cristãos. A caridade, religiosa ou não, igualmente levaria em conta a forma como a comunidade enxergava o pobre que requisitava socorro. Depender desses recursos, portanto, não deve ser lido como um sinal de marginalidade, justamente por envolverem certo acolhimento comunitário, sem o qual a subsistência tolerável se converteria em miséria absoluta[467].

Ocorre que, de acordo com Hindle, critérios semelhantes eram adotados para que o sujeito fosse contemplado pela Lei dos Pobres. Segundo o autor, essa constatação afasta

---

[464] Sobre a importância do crime dentro das estratégias de sobrevivência dos pobres, cf. HINDLE, S. *On the Parish?* The micro-politics of poor relief in rural England, 1550-1750. [E-book]: Oxford University Press, 2004, p. 81-92.

[465] Conferir o trabalho de Heather Shore sobre os crimes praticados em Londres no começo do século XVIII. SHORE, H. "Crime, criminal networks and the survival strategies of the poor in early eighteenth-century London." In: KING, S; TOMKINS, A. (org.). op. cit. p. 137-56.

[466] Um estudo dedicado à prática de penhora é encontrado em TOMKINS, A. "Pawnbroking and the survival strategies of the urban poor in 1770s York." In: KING, S; TOMKINS, A. (org.). idem, p. 166-98.

[467] HINDLE, S. op. cit., p. 353-60.

a ideia de que as autoridades paroquianas administravam um sistema impessoal que representava um direito legal assegurado. Seria mais um indicativo de que a fronteira entre a lógica da caridade e a da Lei dos Pobres não era tão demarcada quanto outrora se pensou[468]. Com a popularização de interpretações nessa linha, a posição que defende o caráter da Lei dos Pobres enquanto direito efetivo, que aponta para um novo horizonte na formulação de políticas públicas, perdeu adeptos, mas não se esvaziou por completo. Lorrie Charlesworth considera um exagero menosprezar a força legal do código elisabetano. Na ânsia de apontarem, corretamente, para as limitações estruturais impostas à Lei dos Pobres, especialmente no século XVII, e para a variedade de recursos outros acessados pelos pobres, historiadores revisionistas teriam descartado precipitadamente o impacto simbólico e efetivo de uma legislação dessa natureza[469].

Charlesworth saliente o quanto a Lei dos Pobres era lei de fato, demonstrando o papel desempenhado pela *Common Law* em assegurar que houvesse um nível razoável de homogeneidade em seu funcionamento. As paróquias eram o centro administrativo do auxílio público ao pauperismo, mas exerciam essa tarefa cercadas por uma malha jurídica que poderia intervir em nome de resguardar o respeito aos estatutos. O grau de maleabilidade com o qual as autoridades paroquianas desempenhavam seus afazeres não era um atropelo da lei, ou sinal de que a mesma tinha pouca validade concreta. O modo como a Lei dos Pobres fora concebida e era vigiada em seu exercício reconhecia a complexidade da pobreza, que não se manifestava igualmente em todas as regiões. Havia a consciência de que as paróquias divergiam entre si na riqueza e capacidade de atender à demanda gerada pelo pauperismo. Mas isso não equivalia a abandoná-las ao arbítrio de poderes locais[470].

Desvios em relação aos estatutos por parte dos supervisores dos pobres não necessariamente representavam negligência diante das suas atribuições. Livros de contas, conforme Innes, mostram que não era infrequente que se autorizasse o pagamento de esmolas a viajantes que estivessem de passagem pela região. Sabia-se que a legislação tinha pouco a oferecer, além de castigo, aos pobres não assentados. Mas ao mesmo tempo era claro que estes não poderiam ser sumariamente excluídos de qualquer possibilidade de auxílio, sem que isso gerasse inconveniência social. A adoção de práticas sem respaldo

[468] Idem, p. 353-65.
[469] CHARLESWORTH, L. *Welfare's Forgotten Past*: A Socio-Legal History of the Poor Law. [E-book]: Routledge, 2009.
[470] Idem, p. 36-48.

estatutário podia, portanto, se dar na forma de uma adaptação para que o sistema público pudesse operar em uma realidade com mais nuances do que estritamente previsto na letra da lei[471].

Também era incongruente, retornando a Charlesworth, julgar que a influência de costumes sobre a prática cotidiana da Lei dos Pobres invalidava a mesma enquanto uma inovação. Demoraria até o século XIX para se popularizar a defesa de um direito mais "puro", isolado do costume imemorial. Levar em conta os critérios costumeiros, na forma como valorizavam o indivíduo a partir de laços com a comunidade, não era tido no meio jurídico como uma improbidade legal. A demonstração de que a Lei dos Pobres era percebida como um direito estava na farta documentação reconstituindo o quanto os pobres, ao se sentirem lesados pelas decisões dos supervisores paroquiais, apelavam aos tribunais da *common law*. Faziam-no por estarem cientes de que havia um aparato jurídico regulando o trabalho das autoridades, tornando a Lei dos Pobres algo distinto em relação à caridade espontânea. Com todas as imperfeições e insuficiências desse sistema, a negligência dos supervisores perante os pobres de sua paróquia era passível de punição pelos juízes, podendo chegar à abertura de um processo por homicídio no caso extremo de se permitir que alguém morresse de fome sob sua responsabilidade[472].

Algumas constatações ajudam a situar o desempenho da Lei dos Pobres em uma posição equilibrada dentro da polêmica. No decorrer do século XVII, o sistema de auxílio estatutário ao pauperismo se disseminou entre virtualmente todas as paróquias. Mesmo que se possa argumentar que esse movimento se construiu ao longo de décadas, com disparidades regionais na forma como os dispositivos foram implementados, o fato é que, nacionalmente, a arrecadação destinada a financiar o amparo público se elevou em ritmo superior ao do crescimento populacional[473]. O debate sobre a precariedade ou não dessa malha institucional oficial precisa também ser contextualizado cronologicamente. Autores adeptos da ortodoxia da economia de improvisos admitem que o século XVIII apresentou avanços inequívocos na estruturação e ampliação do acesso à Lei dos Pobres. Na visão dessa historiografia, isso foi uma resposta do poder público ao decaimento das oportunidades oferecidas por outros recursos, notadamente no sul rural, onde os

[471] INNES, J. "The 'mixed economy of welfare' in early modern England: assessments of the options from Hale to Malthus (c. 1683-1803)." In: Daunton, M. (org.). *Charity, self-interest and welfare in the English past*. [E-book]: University College London, 2005, p. 109.
[472] CHARLESWORTH, L. *Welfare's Forgotten Past*: A Socio-Legal History of the Poor Law. [E-book]: Routledge, 2009, p. 10-4 e 104-38.
[473] INNES, J. op. cit, p. 107-8.

cercamentos e o declínio da indústria camponesa estreitaram a margem de alternativas de sobrevivência. Hindle admite que a Lei dos Pobres era um direito efetivo em muitas partes do país ao final do século XVIII[474].

É certo que a expansão da Lei dos Pobres foi acompanhada pelo crescimento de formas diversas de caridade, mas o padrão de desenvolvimento das redes caritativas sugere que a primeira teve desde cedo alguma efetividade. De acordo com Innes, desde o século XVII, é perceptível que a caridade se expandia influenciada pela ideia de se especializar em segmentos que não eram atendidos pelo sistema público. Essa relação de complementaridade revela que a Lei dos Pobres era reconhecida como uma presença palpável, apesar de possuir carências que poderiam ser alvo de iniciativas voluntárias. A oferta de educação, por exemplo, foi uma dessas lacunas abraçadas pela caridade espontânea[475].

Outra questão levantada junto às novas tendências na história da pobreza foi definir o quanto a Lei dos Pobres representava ou não uma divergência inglesa em relação aos países continentais. A opinião difundida junto à economia de improvisos foi a de que o sistema inglês era incapaz de se colocar no centro das estratégias de subsistência dos pobres. Nesse aspecto, a experiência dos pobres na Inglaterra dependia de dinâmicas que não eram fundamentalmente distintas daquelas que asseguravam a sobrevivência dos pobres em outras partes da Europa. Não está em disputa que as autoridades públicas inglesas tenham construído um monopólio sobre o trato do pauperismo. Isso evidentemente não aconteceu. Contudo, também parece indiscutível que o direcionamento de recursos, através de arrecadação compulsória, para instituições públicas voltadas para lidar com a pobreza tenha sido superior na Inglaterra, na comparação com outros Estados. É difícil sustentar que isso não tenha induzido padrões especificamente ingleses. A oferta pública consistente de abonos e outros benefícios no campo, por exemplo, é um diferencial notável em relação ao resto do mundo europeu, onde o amparo se concentrava nas cidades[476].

O problema da especificidade da Lei dos Pobres está intimamente ligado à polêmica do capitalismo agrário. Em que medida a estrutura de exploração da terra na

---

[474] HINDLE, S. *On the Parish?* The micro-politics of poor relief in rural England, 1550-1750. [E-book]: Oxford University Press, 2004, p. 229.
[475] INNES, J. "The 'mixed economy of welfare' in early modern England: assessments of the options from Hale to Malthus (c. 1683-1803)." In: Daunton, M. (org.). *Charity, self-interest and welfare in the English past*. [E-book]: University College London, 2005, p. 116-7.
[476] Cf. SOLAR, P. M. "Poor Relief and English Economic Development before the Industrial Revolution." *The Economic History Review*, New Series, v. 48, n. 1, fevereiro de 1995, p. 1-22.

Inglaterra, baseada na tríade composta por proprietário, fazendeiro arrendatário e trabalhador assalariado, teria sido responsável por fazer de um aparato público mais sistêmico uma necessidade? De que modo a apropriação do solo, em moldes que não previam a existência da pequena posse campesina, teria tornado os trabalhadores ingleses dependentes da ajuda do Estado para sobreviverem ao subemprego ou desemprego?

Para iniciar essa reflexão, é bom não subestimar as dimensões assumidas pelos cercamentos. Na cronologia do avanço desse processo esboçada por J. R. Wordie, feita com base em estimativas levantadas por diferentes autores, considera-se que talvez 45% da terra inglesa já pudesse ser considerada "cercada"[477] em 1500[478]. Após uma elevação tímida desse percentual no século XVI, os cercamentos vivenciam a máxima histórica de sua expansão entre 1600 e 1760, com mais 28% da terra sendo apropriada em regime privado[479].

Um diferencial após 1700 é que a maioria das apropriações passou a se dar por atos parlamentares, conhecidos como "atos de cercamento" (*enclosure acts*). A era dos "cercamentos parlamentares" (*parliamentary enclosures*) se estendeu até o século XIX, aprofundando um fenômeno já adiantado. A proletarização do trabalhador rural já era uma realidade no início do século XVIII, o que não quer dizer que, a partir daí, o cercamento não tenha exercido pressão sobre as classes populares. Os trabalhadores assalariados do campo viviam em uma economia de desemprego sazonal que tornava os salários obtidos nas fazendas, por si só, uma renda precária. Para Leigh Shaw-Taylor, ao dificultarem o usufruto de recursos comunais, os cercamentos no século XVIII agravaram a pobreza das famílias rurais, mesmo que somente uma proporção reduzida destas tenha sido empurrada para o assalariamento nesse período, que já era a condição da maioria[480].

Jane Humphries, criticando a historiografia econômica que, ao estreitar o olhar para o trabalho assalariado masculino, desconsidera o valor dos direitos comunais no

---

[477] Wordie emprega o termo "cercada" (*encolosed*) em seu sentido legal e não físico. Isso quer dizer que os percentuais por ele levantados se referem à proporção da terra inglesa que se encontrava sob regime de propriedade privada, com um proprietário possuindo plenos direitos sobre o terreno. Não necessariamente a ideia de cercamento, neste contexto, significa que a terra esteja literalmente cercada, como foi se tornando característico ao longo dos séculos. WORDIE, J. R. "The Chronology of English Enclosure, 1500-1914." *The Economic History Review*, New Series, v. 36, n. 4, novembro de 1983, p. 484.

[478] Um primeiro "surto" de cercamentos, não citado pelo autor, data entre o final do século XV e começo do século XVI, avançando sobre áreas que haviam ficado esvaziadas em virtude da peste. Cf. PATRIQUIN, L. *Agrarian Capitalism and Poor Relief in England, 1500-1860*: Rethinking the Origins of the Welfare State. [E-book]: Palgrave MacMillian, 2007, p. 57.

[479] WORDIE, op. cit. p. 483-505.

[480] SHAW-TAYLOR, L. "Parliamentary Enclosure and the Emergence of an English Agricultural Proletariat." *The Journal of Economic History*, v. 61, n. 3, setembro de 2001, p. 640-662.

século XVIII, escreveu sobre a importância de mulheres e crianças para a economia doméstica e sua relação íntima com a exploração dessas fontes de renda não salariais. Humphries alerta para o fato de que a proletarização não pode ser entendida exclusivamente como algo referente à situação da mão de obra adulta masculina. Os cercamentos do século XVIII foram então decisivos para tornar proletárias as mulheres, tal qual o XVII fora crucial para empurrar os homens nessa direção[481].

O esforço mais coordenado em situar a Lei dos Pobres como um regime de garantia de subsistência, projetado para evitar a desagregação do tecido social conforme a população trabalhadora se tornava mais dependente de uma economia de mercado, foi conduzido pelo núcleo marxista organizado em torno de Robert Brenner[482] e Ellen Wood[483]. Ambos popularizaram a tese de que as origens históricas do capitalismo estavam localizadas, muito especificamente, na sociedade agrária inglesa e sua orientação para o mercado. Esse direcionamento tinha raízes ideológicas, com o discurso do melhoramento justificando que o controle sobre o solo cabia aos que extraíssem maior produtividade do mesmo. Somado à estrutura tripartite da economia agrícola, na qual proprietários interessados na elevação de suas rendas incentivam a competitividade entre fazendeiros empregadores de mão de obra, que eram os seus arrendatários, se construiu um cenário propício para que, em nome do melhoramento, os valores resistentes a uma lógica de organização social pautada pelo mercado fossem desmontados. Inspirada pela "Grande Transformação" de Karl Polanyi[484], essa interpretação encontrou na Lei dos Pobres um modelo singular para seu tempo, cuja unicidade era explicada pelo pioneirismo do capitalismo inglês. Discípulo direto de Wood, Larry Patriquin foi quem mais se concentrou na relação entre as transformações nos padrões de posse da terra inglesa a partir de 1500 e a emergência da Lei dos Pobres como uma realidade nacional[485].

Por trás da preocupação desses autores em precisar o local e momento do nascimento do capitalismo da forma mais estreita possível está o objetivo de apontar para o regime capitalista como uma espécie de acidente na história, uma possibilidade entre

---

[481] HUMPHRIES, J. "Enclosures, Common Rights and Women: The Proletarization of Families in the Late Eighteenth and Early Nineteenth Centuries". *The Journal of Economic History*, v. 50, n. 1, março de 1990, p. 17-42.
[482] BRENNER, R. "Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe" e "The Agrarian Roots of European Capitalism". In: *The Brenner Debate*: Agrarian Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe. [E-book]: Cambridge University, 2002.
[483] WOOD, E. M. *A Origem do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
[484] POLANYI, K. A Grande Transformação. 2ª ed. Tradução: Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
[485] PATRIQUIN, L. *Agrarian Capitalism and Poor Relief in England, 1500-1860*: Rethinking the Origins of the Welfare State. [E-book]: Palgrave MacMillian, 2007.

muitas que, por situações específicas, veio a se afirmar como força dominante. Fazê-lo seria desvincular este modo de produção de qualquer explicação que passe por uma suposta natureza humana ou por perspectivas teleológicas, nas quais episódios históricos precedentes são avaliados à luz da constituição de uma ordem capitalista vindoura. Há uma série de problemas, pontuados por outros autores marxistas, nessa narrativa. O modelo de capitalismo agrário desenhado acima ignora fatores como a dimensão atlântica da emergência do capitalismo e o papel das cidades. Descarta ainda a contribuição do ciclo revolucionário inglês para avançar as condições para o desenvolvimento capitalista na Inglaterra, equiparando esse raciocínio a transformação do capitalismo em uma figura que subjuga anacronicamente fatos exteriores à sua formação[486].

A teoria esboçada por Brenner e Wood tem, portanto, incongruências que impedem que a mesma seja aqui abraçada enquanto explicação para a emergência do capitalismo. Feita essa ressalva, é inegável que era na Inglaterra onde as relações capitalistas estavam mais avançadas no mundo. Admitindo que essa dianteira está relacionada com a inserção de sua economia em uma conjuntura internacional, sem reduzi-la ao espaço da economia agrária nacional, é preciso interpretar a Lei dos Pobres em associação com essas transformações. Os estudos sobre a economia de improvisos e a caridade voluntária trazem reflexões bem vindas para se pensar as limitações das redes públicas diante da pobreza endêmica, as nuances entre o secular e o religioso e a fronteira entre o privado e o público. Nada disso justifica apagar, do histórico da Lei dos Pobres, a existência do capitalismo enquanto responsável por induzir dinâmicas específicas na relação entre as autoridades e o pauperismo.

O sistema britânico de abonos paroquiais não expurgou outros recursos tradicionalmente explorados pelos pobres, os quais, na Inglaterra ou no continente, permaneceram como ferramentas valiosas no desafio cotidiano de equilibrar-se entre a pobreza e a miséria intolerável. Tão pouco a inventividade em conceber novas formas de acudir os pobres, reconhecendo a insuficiência da caridade religiosa de tipo mais medieval, foi um traço exclusivo dos ingleses, com novos arranjos pululando pela Europa continental[487]. Ainda assim, a Revolução Industrial foi britânica algumas décadas antes

[486] Conferir a crítica feita por Davidson à tese de Brenner em: DAVIDSON, N. *How Revolutionary Were the Bourgeois Revolutions?* Chicago: Haymarket, 2012, 409-10.

[487] Uma coletânea de estudos a respeito de experiências continentais articulando elementos laicos e religiosos no socorro aos pobres durante a Idade Moderna, seguindo a linha vigente de revisar narrativas demasiadamente pautadas na racionalização secularizante, está disponível em SAFLEY, T. M (org.). *The Reformation of Charity*: The Secular and the Religious in Early Modern Poor Relief. Boston e Leiden: Brill Academic Publisher, 2003.

de ser europeia ou estadunidense. Havia algo de particular no aprofundamento das relações capitalistas na ilha, e a Lei dos Pobres não pode ser excluída desse contexto. O comitê parlamentar encarregado de sugerir mudanças nessa instituição descreveu a Lei dos Pobres em 1817 como um sistema peculiar, próprio da Grã-Bretanha e difícil de ser comparado a outros países[488]. Cabe cautela para não se subestimar certas excepcionalidades inglesas em seu caminho para o capitalismo industrial

4.1.2. Impondo a Nova Lei dos Pobres

Nos capítulos anteriores, já foi realizada uma reconstituição dos principais acontecimentos políticos que conduziram ao Ato de Emenda de 1834. Também se analisou a relação entre a economia política britânica e o reformismo, inclusive no que diz respeito à opinião dos economistas sobre a Lei dos Pobres. Não cabe aqui, portanto, mais do que um apanhado rápido dessa contextualização. O pauperismo e a postura das autoridades diante dele era um tema debatido desde antes da compilação dos estatutos tudorianos no reinado de Elizabeth, como visto nos escritos do humanista Jean Louis Vives. Nascido na Espanha em 1493, Vives viveu na Inglaterra na década de 1520 como um influente intelectual, muito próximo à família real até perder a simpatia de Henrique VIII por se opor à anulação do casamento do rei. Em terras britânicas, publicou em 1526 *De Subventione Pauperum*, obra na qual defende a ampliação da participação do Estado na organização do pauperismo. Os agentes do governo deveriam agir com alta discriminação nessa tarefa, reservando aos pobres ditos vadios a punição e coerção para o trabalho, um referencial que de fato estava incorporado nos estatutos tudorianos, principalmente na primeira metade do século XVI[489].

A Lei dos Pobres, ao tornar oficialmente compulsória a provisão do socorro paroquial, era discutida através da circulação de impressos, que podiam ser endereçados a parlamentares, formadores de opinião ou abertos ao público geral. Esses escritos já faziam parte do cotidiano do século XVII. O argumento orientado pelo equilíbrio de mercado, no qual se propõe que a melhor estratégia para a pobreza é deixar que a mesma se desloque para onde há demanda por mão de obra, é evocado ao menos desde o início do século XVIII. No panfleto de 1704 dirigido ao Parlamento, Daniel Defoe (o futuro

[488] GREAT BRITAIN. Parliament. *Report from the select committee on the Poor Laws*; with the minutes of evidence taken before the committee. London: 1817, p. 8.
[489] GEREMEK, B. *A Piedade e a Forca: História da miséria e da caridade na Europa*. Lisboa: Terramar, 1986, p. 179.

autor de *Robinson Crusoe*, de 1719) atacava a ideia de que cabia às autoridades paroquiais encontrarem emprego para os pobres, justificando que a riqueza manufatureira da Inglaterra por si só já assegurava uma oferta de trabalho suficiente para absorver os trabalhadores ociosos. Apenas os inválidos teriam direito a serem socorridos por alguma forma de caridade, não cabendo ao poder público amparar os sadios, para não conduzi-los à imoralidade[490].

Mas foi nas das décadas finais do século XVIII, com a arrecadação nacional para financiar a Lei dos Pobres se inclinando aceleradamente para cima, que as críticas mais acintosas ao sistema começam a repercutir decisivamente no ambiente político e individual, com os trabalhos de Joseph Townsend[491] e, sobretudo, Thomas Malthus[492]. O tom hostil ao funcionamento da ajuda paroquial se tornou, nas décadas que se seguiram à chegada do *Ensaio sobre a População*, lugar comum na economia política britânica. Havia convergência de opiniões quanto à necessidade de mudar radicalmente os cuidados dirigidos ao pauperismo, mas sem que existisse consenso sobre a melhor forma de fazê-lo.

Um comitê parlamentar de inquérito foi designado para sugerir mudanças na Lei dos Pobres em 1817. O resultado foi um relatório frustrante para os que desejavam encaminhamentos concretos. Os parlamentares apontaram os males experimentados dentro do sistema, mas admitem, logo nas páginas iniciais, não serem capazes de sugerir medidas efetivas[493]. Havia convicção de que a ajuda aos pobres, na forma de abonos em dinheiro ou subsidiando o pagamento de seus salários, estava deprimindo os salários rurais em um círculo vicioso. Mas planos alternativos, como as *workhouses*, não estavam surtindo efeitos esperados e nem pareciam capazes de atender ao tamanho do problema do pauperismo. A proliferação de bancos de poupança e sociedades de ajuda mútua são uma constatação bem recebida, mesmo que com ressalvas no caso das associações de trabalhadores. Ainda assim, não eram vistos como soluções direcionadas para o grupo principal do pauperismo, composto pelos desempregados e subempregados[494]. A conclusão era de que o único remédio efetivo seria o esforço dos pobres em elevar a

[490] DEFOE, D. *Giving Alms, no Charity*, and Employing the Poor a Grievance to the Nation, Being an Essay upon this Great Question. London: 1704.
[491] TOWNSEND, J. *A Dissertation on the Poor Laws*. London: 1817.
[492] MALTHUS, T. *An Essay on the Principle of Population*. [E-book]: Electronic Scholarly Publishing Project, 1998.
[493] GREAT BRITAIN. Parliament. *Report from the select committee on the Poor Laws*; with the minutes of evidence taken before the committee. London: 1817, p. 5.
[494] Idem, p. 18-35.

própria virtude, um movimento que caminhava junto com a extinção gradual das práticas de incentivo artificial ao emprego, promovidas pelas paróquias[495]. Realizar isso na prática, como o comitê reconhece ao final do relatório, exigia um planejamento ainda não realizado[496].

Lei dos Pobres e pobreza rural eram temas entrelaçados no debate público. Entretanto, um novo comitê parlamentar encarregado de investigar a depressão agrícola dedicou pouca atenção à primeira, se mostrando muito mais concernido com os efeitos inflacionários gerados pela suspensão da convertibilidade do papel moeda em ouro em 1797[497]. Considerando que o comitê apresentou seu parecer em 1821, mesmo ano em que se restabeleceu o regime de conversão, não chega a surpreender que o foco do relatório tenha sido enviesado para esta polêmica. Com a eclosão dos Motins de Swing em 1830, a Lei dos Pobres foi abraçada em definitivo pelo *establishment* como uma pauta urgente. O segundo comitê parlamentar para a agricultura, designado em 1833, voltou a tecer críticas duras quanto ao uso de impostos paroquiais para subsidiar a obtenção de trabalho para os pobres nas fazendas locais. Por sua vez, o sistema de assentamentos é atacado como um indutor de desequilíbrio entre oferta e demanda por mão de obra, ao incentivar os trabalhadores em dificuldade a permanecerem onde estão, ao invés de buscar oportunidades em outras partes[498]. O pavor despertado entre a classe fundiária sacramentou o apoio político a uma reforma profunda. Se espalhou a sensação de que a população rural estava fora de controle e que a retomada da ordem passava por uma Lei dos Pobres mais dura e disciplinadora.

A nomeação de uma comissão real de inquérito sobre o funcionamento da Lei dos Pobres na Inglaterra e País de Gales e as formas de se aprimorá-lo ocorreu no início de 1832, período em que os Comuns, já liderados pelo primeiro-ministro *whig* Charles Grey, estavam às voltas com o encaminhamento de um projeto de reforma parlamentar que finalmente passasse pelos Lordes, o que se deu ao final do primeiro semestre daquele ano. De início, 8 comissários foram indicados, em março, para compor a iniciativa. 25 comissários assistentes foram nomeados, entre junho e janeiro do ano seguinte, para auxiliar o corpo de comissários principais. Dentre eles, Edwin Chadwick seria promovido

[495] Idem, p. 37.
[496] Idem, p. 50.
[497] GREAT BRITAIN. Parliament. *Report from the select committee*, to whom the several petitions complaining of the depressed state of the agriculture of the United Kingdom, were referred. London: 1821, p. 3-27.
[498] GREAT BRITAIN. Parliament. *Report from the select committee on agriculture;* with the minutes of evidence taken before them, and an appendix and index. London: 1833, p. III-XIII.

em abril de 1833 à posição de comissário, incumbido de auxiliar na redação do relatório final. O comissariado criticou a escassez de recursos humanos para a realização de um inquérito tão abrangente em termos territoriais e com um prazo curto para apresentar resultados. Os retornos dos comissários começaram a ser publicados em fevereiro de 1833, com a versão derradeira do parecer da comissão sendo concluída em abril de 1834[499].

Logo na introdução do documento final, é deixado claro que que o corpo de comissários se viu sobrecarregado, com alguns dentre eles sendo incumbidos de investigarem, sozinhos, mais de um condado. Reconhecem que alguns condados não foram sequer visitados[500]. Questionários endereçados às autoridades paroquiais foram enviados por toda Inglaterra e Gales antes de se iniciar o trabalho investigativo presencial nas localidades. Apesar dos questionários possuírem elaboração distinta para paróquias no campo e na cidade, o texto principal do relatório exerce pouco cuidado em diferenciar a situação da metrópole londrina e demais zonas urbanas do mundo rural. São fatores que reforçam a impressão de que as conclusões estavam tomadas antes de se avaliarem os relatos dos comissários assistentes para cada região. A intenção do relatório final é a de se concentrar nos condados rurais do sul e do leste, apresentando-os do pior modo possível e tentando generalizar essa mesma impressão enquanto uma realidade em todo país. O alvo principal da comissão é bem declarado: a ajuda extramuros (*outdoor relief*) concedida aos pobres.

Os comissários se queixam do modo como os abonos em dinheiro se disseminaram como um direito ao qual não se exige nenhuma contrapartida. Consideram essa uma perversão dos estatutos, dado que estes previam que a concessão de benefícios aos pobres sadios estaria condicionada ao exercício de trabalho, organizado pela paróquia ou sob o comando de um empregador local[501]. Encontrar atividades produtivas para essa mão de obra, no entanto, se revelava uma tarefa extremamente dispendiosa em tempo e recurso, sendo mais simples e barato liberar alguma soma monetária diretamente, o que desde cedo foi a forma mais corriqueira de as autoridades auxiliarem os solicitantes. Não faltaram, antes de 1834, tentativas de estabelecimento de *workhouses,* nas quais se esperava que os internos compensariam os custos de sua manutenção através do próprio

[499] GREAT BRITAIN. Poor Law Commission. *Report from His Majesty's commissioners for inquiring into the administration and practical operation of the Poor Laws*. London: 1834, p. 1-2.
[500] Ibidem.
[501] Idem, p. 7-8.

trabalho. Essas empreitadas se mostraram via de regra caras e difíceis de se gerenciar, a maioria não apresentando longa continuidade[502].

Relatos coletados entre os poderes locais dão conta de que, onde de fato se tentava exigir dos pobres assistidos alguma forma de trabalho como contrapartida, sendo a construção ou manutenção de estradas a modalidade mais recorrente, era comum deparar-se com os mesmos vadiando entre a comunidade nos horários em que deveriam estar em serviço. Mas o problema era, para a comissão, algo mais profundo do que supervisionar a execução de tarefas. Isso porque os esquemas elaborados para dar ocupação aos necessitados abriam espaço para abusos, gerando tanto ou mais prejuízo à comunidade do que a simples concessão de dinheiro[503].

Duras críticas são tecidas contra modelos baseados em acordos entre empregadores locais (normalmente fazendeiros, nas paróquias rurais) e os supervisores dos pobres, para que os primeiros dessem emprego aos que estavam solicitando amparo. Alegava-se que trabalhadores honestos e independentes se viam preteridos, perdendo oportunidades para figuras menos virtuosas simplesmente porque as últimas estavam sob responsabilidade paroquial ou possuíam mais filhos para sustentar. Fazendeiros poderiam se beneficiar do que funcionava como mão de obra subsidiada, pagando salários muito baixos aos pobres por saberem que os valores acabariam sendo parcialmente cobertos com o amparo pago por outros contribuintes. Mas, especialmente para fazendeiros menores, a necessidade de empregar trabalhadores não de acordo com a demanda por trabalho, mas sim pela presença de pobres na região, era um entrave para a condução eficiente dos negócios[504].

Associado aos esquemas de provimento de emprego, havia ainda o Sistema Speenhamland. Introduzido via Ato de Emenda à Lei dos Pobres em 1795, seu objetivo era dar alguma segurança alimentar à população trabalhadora após uma má colheita em meio à guerra. Ele determinava que os magistrados fixassem salários mínimos de acordo com a variação no preço do pão, alimento básico da dieta popular inglesa. A partir desse piso, uma escala de salários, proporcional ao número de filhos do trabalhador, era estabelecida. Os comissários encaram isso como mais uma intervenção sobre o mercado

---

[502] Sobre experimentos com *workhouses* e outras estratégias municipais de redução do pauperismo nos séculos XVII e XVIII, cf. SLACK, P. *The English Poor Law,* 1531-1782. [E-book]: Macmillan, 1990, p. 22-5 e 40-2.
[503] GREAT BRITAIN. Poor Law Commission. *Report from His Majesty's commissioners for inquiring into the administration and practical operation of the Poor Laws*. London: 1834, p. 21-4.
[504] Idem p. 18-24 e 39-49.

de trabalho, já castigado pelas formas artificiais encontradas para se empregar os pobres, contribuindo para manter a presença de força de trabalho excedente em relação à sua demanda e incentivando a prática dos baixos salários, vista que os fazendeiros sabiam que os mesmos seriam complementados pelos cofres paroquiais[505].

O relatório final também direciona suas críticas às categorias que estariam recebendo abonos automaticamente, sem que fosse averiguado se os indivíduos estavam ou não em legítima situação de desamparo. Viúvas, em especial, são atacadas como beneficiárias de um regime de pagamentos semanais, acrescidos de adicional conforme a quantidade de filhos dependentes[506]. Outra questão que atraiu a indignação da comissão estava na legislação relativa às crianças nascidas antes do matrimônio[507]. A imagem apresentada pelo inquérito é de que moças mal intencionadas aproveitavam-se de rapazes ingênuos para seduzi-los na esperança de arrancar pensões dos futuros pais, caso estes se recusassem a casar. Se aceito o matrimônio, em se tratando de um jovem casal com filho, era provável que em breve começassem a onerar o tesouro paroquial por meio da Lei dos Pobres[508].

O relatório final foi organizado por Senior e Chadwick como uma compilação de depoimentos de contribuintes, autoridades paroquiais, clérigos, médicos e outros profissionais arbitrariamente pinçados a partir dos retornos dos comissários assistentes. As falas selecionadas são distribuídas de modo a ir reforçando os pontos colocados pelos dois autores ao longo do texto. O argumento que resume a posição defendida pelo material

---

[505] Idem, p. 71-5.
[506] Idem, p. 24.
[507] O termo usado no relatório para se referir a essa situação é "bastardia" (*bastardy*), ainda em voga no direito inglês naquela época. Preferi não usar a palavra "bastardos" pois a mesma é, no presente, mais associada às crianças oriundas de relações adúlteras, o que claramente não são os casos descritos pelos comissários, que correspondem aos filhos concebidos antes do matrimônio. Os comissários, contudo, assumem um tom condenatório diante de uma situação relativizada por outros observadores da época. Peter Gaskell lamentou, em publicação de 1833, que a degeneração moral tivesse tornado usual que a concepção dos filhos precedesse o casamento, invertendo a ordem determinada pela boa conduta cristã. Contudo, faz questão de distinguir a situação entre campo e cidade. Se, no espaço urbano, havia promiscuidade generalizada, no mundo rural o encontro sexual entre jovens solteiros envolvia, na esmagadora maioria dos casos, um acordo no qual o casamento seria firmado após a constatação da gravidez. Estudando registros autobiográficos, Emma Griffin identificou que o sexo entre jovens ainda não casados era frequente e aceito pelas comunidades, desde que atendendo certos rituais. Os enamorados tornavam público seu relacionamento ao serem vistos caminhando juntos após as jornadas de trabalho, nas saídas dos cultos religiosos e em outras situações expostas aos olhares dos mais velhos. Era uma forma de assegurar que, quando a moça manifestasse os primeiros sinais de gravidez, todos soubessem quem era o pai, para que o casamento pudesse ser sacramentado em seguida. GASKELL, P. *The Manufacturing Population of England*, its moral, social and physical conditions, and the changes which have arisen from the use of steam machinery; with an examination of infant labour. London: 1833, p. 28. GRIFFIN, E. *Liberty's Dawn*: A People's History of the Industrial Revolution. Cornwall: Yale University, 2013, p. 140-1.
[508] GREAT BRITAIN. Poor Law Commission. *Report from His Majesty's commissioners for inquiring into the administration and practical operation of the Poor Laws*. London: 1834, p. 92-8.

está sintetizado na frase enunciada por Isaac Willis, coletor de impostos da Lei dos Pobres em uma paróquia metropolitana: "O homem que ganha seu *penny* é sempre um homem melhor em todos os sentidos do que o homem que o suplica"[509]. A estratégia de melhoramento elaborada pela comissão iria se basear no princípio da "menor elegibilidade" (*less eligibility*). Este correspondia ao critério de que as condições às quais os pobres fossem submetidos, quando aceitassem o amparo paroquial, seriam sempre piores do que aquelas que os mesmos encontrariam no mercado de trabalho. Em outras palavras, a paróquia não poderia prover uma vida melhor do que aquela que se obteria nos piores empregos disponíveis[510].

Entre as duas dezenas de medidas sugeridas ao final do relatório, a principal, portanto, era a orientação para se tornar ilegal qualquer tipo de ajuda pública concedida aos pobres sadios que não estivessem internados em instituições desenhadas para este fim. A *workhouse* foi eleita como centro padrão para tal. Exemplos bem sucedidos de paróquias que, através da presença desses espaços, conseguiram reduzir o pauperismo, aliviando os bolsos dos contribuintes e regenerando a ética de trabalho dos pobres locais, são enumerados no relatório[511]. Os problemas para replicar essa estratégia se davam em dois níveis. Economicamente, a construção e manutenção de uma *workhouse* envolvia custos inviáveis para a grande maioria das paróquias. Outro ponto a se resolver era a falta de padronização para a estrutura e diretrizes internas das instalações existentes. Embora erguidas com intenções elogiáveis, os comissários consideram que, em seu presente estado, as *workhouses* na maioria das vezes agiam como incubadoras de vícios, com infraestrutura precária, ausência de profissionais qualificados e sem a devida separação interna entre os pobres. Além do risco sanitário trazido pela ausência de alas distintas para os enfermos e a degradação moral de ter sexos misturados, temia-se a má influência que os internos mais velhos exerciam sobre os jovens, atraindo moças e rapazes para os caminhos da prostituição e do crime[512].

Como solução, procurando viabilizar a estratégia de transformarem as *workhouses* em pilares da Lei dos Pobres reformada, a comissão de inquérito orienta que as paróquias do reino sejam agrupadas em uniões. Cada união seria dotada de um fundo comum,

---

[509] Idem, p. 51.
[510] Idem. A expressão *less eligible* é repetida frequentemente na sessão final do relatório, onde são apontadas as medidas a serem tomadas para remediar o presente quadro. O termo aparece pela primeira vez na página 127.
[511] Idem, p.127-50.
[512] Idem, p. 170-7.

financiado pelos impostos coletados entre as paróquias que a constituem, com o qual seria obrigada a manter ao menos uma *workhouse*. A construção desses prédios deveria atender critérios rigorosamente definidos a partir dos encaminhamentos da comissão. Orientava-se para que fossem edificadas estruturas grandes, com alas amplas nas quais os internos fossem divididos em quatro categorias principais: homens e mulheres adultos, crianças e doentes. Reunir as paróquias sob unidades administrativas maiores não era apenas uma forma de garantir a receita necessária para esse empreendimento, mas também justificar o investimento em *workhouses* dessas dimensões, com capacidade para centenas de pobres[513].

Idealmente, o trabalho que os internos exerceriam nessas casas poderia ao menos compensar parcialmente as despesas de sua estadia. Diferentemente de empreitadas passadas, contudo, o plano de disseminação de *workhouses* elaborado pelos comissários não aposta na autossustentabilidade da instituição como um fator determinante para seu sucesso econômico. As tarefas nelas desempenhadas exerceriam seu efeito positivo de redução dos impostos demandados sobre os contribuintes não por seu potencial de lucratividade, embora este fosse bem-vindo quando possível. O principal era o modo como as atividades integrariam uma estrita rotina mandatória para os que buscassem abrigo junto à união paroquial. A dureza do trabalho era mais um elemento desenhado para tornar a vida dos internos desagradável, junto aos horários e circulação extremamente controlados, a obrigatoriedade do uso de uniformes e outros métodos de despersonalização, além da separação dos familiares logo no momento de entrada na instituição. Fazer da estadia na *workhouse* o menos aprazível possível e apresentá-la como única opção para se tornar um pobre assistido era o que levaria um número maior de pessoas a desistirem da ajuda paroquial. Só os verdadeiramente desesperados ainda recorreriam à paróquia, com o novo regime em vigor. Os demais iam se adequar ao mercado de trabalho conforme os termos que este impusesse[514].

Concentrar as paróquias dentro de entidades administrativas maiores no formato das uniões servia a outro propósito bastante almejado pela comissão: instituir uma rede centralizada de administração para a Lei dos Pobres em escala nacional. Apresentar os poderes locais como forças incompetentes, corruptas e fragilizadas demais para se impor diante dos desmandos dos pobres era parte da estratégia da comissão de inquérito para legitimar a criação de mecanismos de intervenção, capazes de fazer com que as diretrizes

[513] Ibidem.
[514] Idem, p. 152-6.

essenciais das reformas pretendidas fossem seguidas com alguma homogeneidade[515]. A criação das uniões paroquiais facilitaria a coordenação entre as localidades e um órgão central a ser fundado para comandar e vistoriar a aplicação das novas medidas. Complementando o aprimoramento gerencial, paróquias e uniões ficariam obrigadas a apontar um mínimo de cargos remunerados, para que a maior profissionalização da gestão pública da Lei dos Pobres se estabelecesse como norma geral[516].

As recomendações presentes no relatório final foram acatadas pelo Parlamento e serviram de base para a concepção do Ato de Emenda da Lei dos Pobres de 1834 (*Poor Law Amendment Act*). A partir desta reforma, passou a ser comum referir-se à legislação como Nova Lei dos Pobres (*New Poor Law*), uma atitude reveladora acerca das expectativas depositadas sobre a medida. Seguindo as orientações dos comissários, as cerca de 15 mil paróquias inglesas e galesas foram divididas em 600 uniões. No centro deste aparato administrativo estava a Comissão da Lei dos Pobres, autoridade máxima para assuntos relativos ao pauperismo, perante a qual uniões e paróquias deveriam prestar contas sobre seu desempenho na implementação do novo modelo.

A fundação de uma comissão permanente, autônoma diante do Parlamento e empoderada para intervir sobre as localidades, se mostrou objeto de polêmica. Antevendo as críticas, o ato de 1834 foi desenhado para obter apoio entre proprietários nas sacristias. Os critérios que determinavam o voto nas eleições locais para autoridades administrativas da Lei dos Pobres foram revisados. As votações passaram a prever a participação de sujeitos que não residiam na paróquia, mas que nela mantinham imóveis tributáveis. Nesses pleitos, os votos possuíam peso proporcional à extensão da propriedade. Os proprietários tinham, com isso, facilidades para se manterem permanentemente integrando o Conselho de Guardiões (*Board of Guardians*), entidades eleitas para encabeçar a gestão das *workhouses* e demais questões ligadas ao pauperismo nas uniões. Elevar o controle dos proprietários sobre o curso cotidiano da Lei dos Pobres servia para assegurar a adesão deste grupo influente ao sistema reformado, bem como reduzir a força dos fazendeiros inquilinos em direcionar os rumos desse aparato: existia a impressão de que esses últimos haviam incitado os trabalhadores durante os Motins de Swing, como forma de pressionar pela redução do custo dos arrendamentos[517].

---

[515] Idem, p. 55-86
[516] Idem, p. 185.
[517] BOYER, G. R. *An Economic History of the English Poor Law*, 1750-1850. [E-book]: Cambridge University, 2006, p. 312-5.

Percebe-se o equilíbrio pretendido através de um princípio centralizador que não desvincule os interesses diretos das esferas locais sobre a gestão. Esse intento não se revela somente pelo esforço de engajar os proprietários na Nova Lei dos Pobres. A opção por manter o sistema financiado através de impostos arrecadados localmente segue uma lógica parecida. Ao avaliar as vantagens e prejuízos de uma possível adesão a um imposto nacional, os comissários expressam o receio de que os contribuintes se mostrassem desinvestidos da preocupação em controlar o pauperismo, uma vez que o aumento dos custos com os pobres seria diluído ao longo do Reino[518].

Não são poucos os depoimentos reunidos no relatório da comissão de inquérito que manifestam temor diante do aumento populacional que a Lei dos Pobres estaria incentivando. A opção de incorporá-los ao texto principal é um lembrete de que a sombra do pensamento malthusiano era algo muito difícil de se contornar no discurso oficial. Pensar a Nova Lei dos Pobres e a ferrenha oposição ao auxílio extramuros como extensão direta das visões de Malthus parece um raciocínio natural. Mas é para se avaliar com precaução a influência que o argumento relativo às dinâmicas demográficas tenha exercido sobre as comissões reais de inquérito. Em primeiro lugar, é importante lembrar que em nenhum momento os comissários levantam a hipótese de suspensão gradual da Lei dos Pobres. Embora não se oponha à caridade voluntária, tida como um suporte valioso para situações nas quais se imaginava que a *workhouse* não seria a resposta adequada[519], o relatório não sugere que a mesma seja um substituto adequado para as funções desempenhadas pelo setor público. Desde o início, os comissários estavam incumbidos com a tarefa de reformar a Lei dos Pobres, não encaminhar seu progressivo desmantelamento rumo à extinção, como antes defendido por Malthus.

Outro ponto a ser observado é o fato de que os dois grandes projetistas do ato de 1834 não eram adeptos do princípio populacional malthusiano. Poucos anos antes de instituída a Nova Lei dos Pobres, Senior publicou algumas de suas aulas nas quais aborda a questão populacional, o que lhe rendeu uma troca de cartas com Malthus onde falam sobre suas discordâncias[520]. Senior argumenta que o quadro catastrófico desenhado por Malthus se dava quando os obstáculos positivos para o crescimento da população

---

[518] GREAT BRITAIN. Poor Law Commission. *Report from His Majesty's commissioners for inquiring into the administration and practical operation of the Poor Laws*. London: 1834, p. 99-100.

[519] A caridade voluntária é mencionada como algo capaz de acudir uma minoria de pobres honestos e desafortunados entre aqueles que perderiam sua condição de assentados com a reforma. Idem, p. 194.

[520] SENIOR, W. N. *Two Lectures on Population*, delivered before the University of Oxford, in eastern term, 1828. London: 1831.

(epidemias, fome e as demais mazelas que elevavam a mortalidade) predominavam sobre os obstáculos preventivos (matrimônio tardio, planejamento do número de filhos e tudo que atuava antes da concepção do bebê). Seria esperado que isso se concretizasse em nações miseráveis, mas em países avançados, como a Inglaterra, o normal seria as ações preventivas vigorarem antes da natureza começar a agir por meio dos obstáculos positivos. O aumento demográfico por si só não era negativo, sendo necessário para o crescimento econômico regional. Seu potencial para gerar miséria era acionado pelas restrições governamentais sobre o comércio e a ignorância da população, mas a relação não se dava mecanicamente. Com boas leis e um povo instruído intelectualmente e moralmente, poderia se desfrutar da prosperidade proporcionada pela expansão do número de habitantes[521]. Aqui, Senior antecipa a mudança de ares no pensamento econômico que se faria sentir plenamente em um momento mais adiantado do século, quando o crescimento populacional é tido pelos governos como fator de fortalecimento nacional.

Quanto à Chadwick, cujas paixões intelectuais eram menos voltadas para o debate da economia política e mais centradas no ardor pela execução prática das reformas, a pesada nuvem de pessimismo malthusiana era, antes de tudo, um obstáculo enervante. Causava-lhe frustração quando se deparava com o pensamento de que todos os problemas advinham em última instância do crescimento populacional, desacreditando seu próprio esforço pessoal na procura por soluções objetivas. Pela forma como enxergava, o aumento demográfico não era um empecilho em si. Os problemas relativos à população se iniciavam quando esta excedia a demanda por trabalho e gerava mão de obra ociosa, uma perspectiva distinta da de Malthus, para quem o núcleo do problema estava no limite da produção agrícola[522].

Ao se analisar com cuidado o relatório, percebe-se que os encaminhamentos redigidos por Chadwick e Senior não levam em consideração o crescimento populacional como um problema específico. Maior preocupação é direcionada para a existência de regiões com oferta de mão de obra maior do que a demanda, algo que poderia, teoricamente, ser sanado com a redução de entraves à circulação de trabalhadores. Mas aqui os comissários se deparavam com uma questão espinhosa, as leis de assentamento, vistas como um dos temas mais delicados para se reformar. Parecia inegável que a

[521] Idem, p. 20-21 e 31-48.
[522] LEWIS, R. A. *Edwin Chadwick and the public health movement*, 1832-1854. Thesis presented for the degree of PhD. Birmingham: University of Birmingham, 1949, p. 30-32.

existência dessa legislação jogava contra o livre fluxo de trabalho. Pobres assistidos iriam ter receio de se deslocar para outras zonas onde talvez fosse mais fácil encontrar emprego, mas nas quais não poderiam contar com o direito de apelar à Lei dos Pobres em situação de necessidade. A opção pela manutenção do regime de tributação local significava que o regime de assentamento teria de ter continuidade. Sua existência procurava coibir as autoridades de empurrarem seus dependentes para os cuidados de outras paróquias. As recomendações da comissão para o assentamento dão conta principalmente de tornar os critérios para obtenção da condição de assentado mais restritivos. O objetivo era dificultar que os paroquianos aproveitassem brechas legais na tentativa de se livrar da obrigação de amparar alguns de seus pobres, se valendo de fraudes para que conseguissem assentamento em outra parte[523].

Mas o que fazer, então, diante da necessidade de escoar mão de obra excedente para onde fosse requisitada? Primeiramente, os comissários consideram que as dimensões deste problema são exageradas. Experiências em paróquias onde *workhouses* estavam em vigor são mencionadas, afirmando-se que, ao restringir a possibilidade de ajuda pública apenas aos que lá aceitassem ser internados, muitos pobres assistidos que antes alegavam não conseguir emprego rapidamente encontraram alguma ocupação. Um quadro de aparente desequilíbrio entre oferta e demanda de trabalho era, na realidade, o resultado do comodismo dos que preferiam os abonos paroquiais à labuta. Relatos de casos assim empolgavam a comissão, levando-a a crer que a simples suspensão do auxílio extramuros deveria bastar para sanar a situação no decorrer do tempo. O incentivo à emigração colonial é recomendado no relatório como uma estratégia para acelerar a redução das fileiras do pauperismo, sendo sugerido que as paróquias sejam autorizadas a usar impostos da Lei dos Pobres para auxiliar pobres desejosos de sair do país[524].

Esquemas de loteamento de pequenas faixas de terra para trabalhadores são muito elogiados no relatório final. Retornos das zonas rurais concordavam que seu efeito sobre a moral dos beneficiados era altamente sadio. Movimentos nacionais de incentivo à distribuição de lotes para os trabalhadores do campo aparecem na década de 1790, perdendo força no começo do século XIX. Os Motins de *Swing* reergueram essa bandeira, empunhada por filantropos e proprietários desejosos de amainar a indignação dos trabalhadores agrícolas e recuperar neles certa deferência paternalista. Era consenso que

[523] GREAT BRITAIN. Poor Law Commission. *Report from His Majesty's commissioners for inquiring into the administration and practical operation of the Poor Laws*. London: 1834, p. 84-91 e 195.
[524] Idem, 199-203.

as famílias deveriam receber terrenos de tamanhos reduzidos, para não extinguir a dependência em relação aos salários. Juntamente da concessão de lotes, feita através de diferentes modalidades de acordos entre proprietário e trabalhadores, também estava se difundindo o costume de permitir que empregados e seus familiares cultivassem batatas em terras incultas, normalmente na beira de estradas, os chamados *potato grounds*[525].

Apesar do declarado entusiasmo, a comissão de inquérito compreendeu que esses sistemas não poderiam constar entre as estratégias principais de combate ao pauperismo, sem com isso elevar a concessão de loteamentos para patamares que acabariam por prejudicar os proprietários. Celebram que iniciativas assim estivessem em rápida expansão no país, mas sua natureza impedia que se convertessem em mais do que uma linha auxiliar para os objetivos estabelecidos para a reforma da Lei dos Pobres. O melhor seria deixar que a prática continuasse a ser conduzida inteiramente pela filantropia privada, através da qual se promovia uma nova oportunidade de renda complementar aos empregados na agricultura e, acima de tudo, o restabelecimento de um laço afetivo entre as duas pontas da economia agrária, trabalhador e proprietário. O projeto de reformismo liberal para a sociedade não previa, como se vê, a completa exclusão de ideias paternalistas nas relações de trabalho. Se admite ainda, no relatório, que o incentivo público aos loteamentos envolveria desgaste político junto aos fazendeiros arrendatários, uma camada hostil perante a menor possibilidade de ver os trabalhadores rurais emergirem como uma categoria rival dispondo de pequenas fazendas[526].

A inauguração da Nova Lei dos Pobres veio alardeada por defensores e críticos. Para seus entusiastas, a reforma representava a longamente esperada correção de rumos necessária no modo como o pauperismo vinha sendo administrado, um retorno aos seus princípios originais de socorrer apenas os verdadeiramente desamparados, sem interferir na oferta de emprego e colocando a recuperação moral das classes populares como prioridade. Entre seus detratores, vozes mais conservadoras acusavam-na de renegar qualquer traço de dever cristão e paternal para com os mais vulneráveis, enquanto radicais populares viam nela uma guerra declarada do governo contra os pobres. Charges representando as *workhouses* como Bastilhas rapidamente viraram lugar comum na imprensa. Nos dias que antecederam a aprovação do Ato de Emenda, o *The Times*

[525] Para um estudo aprofundado dos sistemas de loteamento e outros modelos de usufruto da terra por parte dos trabalhadores, cf. BURCHARDT, J. *The Allotment Movement in England*, 1793-1873. Chippenham: The Boydell Press, 2002.
[526] GREAT BRITAIN. Poor Law Commission. *Report from His Majesty's commissioners for inquiring into the administration and practical operation of the Poor Laws*. London: 1834, p. 100-8.

londrino insistia que a reforma pretendida iria cindir definitivamente os laços que uniam os pobres aos seus benfeitores locais, instituindo um sistema no qual os últimos, embora financiassem a Lei dos Pobres através dos impostos, ficavam privados de conduzir sua gestão, que seria entregue a interventores estranhos à comunidade[527]. Parlamentares se incomodavam com a independência da Comissão da Lei dos Pobres, e a mesma se tornou objeto de ódio de autoridades nas paróquias e uniões, insatisfeitas com a pressão e intervenção exercida para que se adequassem a normas de gestão impraticáveis em vários aspectos.

Analisando-se os dados, fica claro que o Ato de Emenda foi, definitivamente, algo impactante. Já em 1835, a soma nacional dos impostos arrecadados para os pobres encolheu 1 milhão de libras em relação ao ano anterior. No mesmo intervalo, os valores totais gastos em ajuda aos pobres encolheram quase 800 mil libras. Em 1834, a arrecadação pela Lei dos Pobres e as despesas diretamente voltadas à população assistida foram, respectivamente, £8.338.079 e £6.317.255. O primeiro índice reduziu-se continuamente até 1838, quando atinge a mínima de £5.186.389, e então começa a se elevar novamente, oscilando na casa dos 6 ou 7 milhões de libras anuais durante a década de 1840. O segundo número declinou até chegar a £4.044.741 em 1837, aumentando após esse ano e variando na casa de 4 ou 5 milhões de libras na década seguinte (com exceção de 1848, quando atingiu £6.180.764)[528].

Olhando para retomada do crescimento dos gastos com o pauperismo a partir de fins da década de 1830 e o fato de que, em períodos de crise na década de 1840, a arrecadação e dispêndio da Lei dos Pobres tenha chegado a patamares próximos aos anos pré-reforma, pode surgir a impressão de que a efetividade da reforma foi limitada. Tal sensação é dissipada ao se perceber que o Ato de Emenda de 1834 deu-se em meio a um processo acentuado de crescimento demográfico. Os dados *per capita* mostram uma Nova Lei dos Pobres consistentemente mais barata em relação ao tamanho da população, algo impressionante tendo em conta que o país atravessou depressão econômica grave entre 1839 e 1842 e outros ciclos de crise menores e mais regionalizados até o fim da primeira metade do século[529].

---

[527] *The Times*: 8 de agosto de 1834, p. 2; 9 de agosto de 1834, p. 5; 25 de agosto de 1834, p. 2.
[528] Todos os valores foram extraídos de PURDY, F. "The Statistics of the English Poor Rate before and since the Passing of the Poor Law Amendment Act." *Journal of the Statistical Society of London*, v. 23, n. 3, setembro de 1860, p. 286-329. Purdy, por sua vez, compilou os dados a partir dos relatórios anuais da Comissão da Lei dos Pobres.
[529] Ibidem.

Por outro lado, a estratégia da comissão de inquérito de apresentar um quadro distorcido da realidade gerou projeções insustentáveis. A ideia de se acabar com a ajuda extramuros, supostamente o pivô da Nova Lei dos Pobres, jamais teria sido tomada como um objetivo literal se os comissários tivessem realizado uma investigação mais apurada, ou descrito de maneira mais honesta, a forma como essa abordagem era adotada nas diferentes partes do país. Também houve exagero no modo como se argumentou que a Lei dos Pobres estivesse induzindo, nos condados rurais, dinâmicas econômicas específicas, como se a pobreza agrícola estivesse dissociada de conjunturas nacionais. Como resultado, mais continuidades existiram entre o antes e o depois da reforma do que havia sido sugerido em meio ao afã de expurgar os vícios do antigo modelo.

Durante muitos anos, a historiografia, inclusive os autores críticos ao viés liberal investido na comissão de inquérito, tomaram como verdadeiros os argumentos centrais do relatório final apresentado em 1834. Polanyi, em seu trabalho mais influente, reproduziu a versão de que o Sistema Speenhamland tenha sido determinante para o decaimento do salário agrícola[530]. Um rompimento incisivo com a hipótese defendida pelos comissários só começou a ser pleiteado no biênio 1963 e 1864, em uma dupla de artigos assinados por Mark Blaug[531]. Em termos de arrecadação e dispêndios *per capita* relativos à Lei dos Pobres, os 18 condados onde o Sistema Speenhamland vigorou apresentavam números mais elevados do que os demais, com a diferença se alargando entre 1800 e 1830. Mas o que chama atenção de Blaug é perceber que, em termos de flutuação, condados que adotavam o sistema apresentavam tendência semelhante aos que não o faziam. Quando um conjunto elevava ou reduzia seus gastos com o pauperismo, o outro normalmente o fazia em proporção parecida, um indício de que a gestão da Lei dos Pobres nas regiões agrárias não estava desancorada de um cenário mais amplo, nacional.

Blaug não identifica a existência de um efeito bola de neve desencadeado pelos salários subsidiados, como alegado pelos comissários. O gasto crescente com os pobres era explicado pelas circunstâncias trazidas pela guerra e o período difícil de adaptação que se seguiu com a paz. Além disso, regiões especializadas na produção de trigo, como os condados do sul, naturalmente tendiam a sofrer com desemprego crônico e baixos salários, situação agravada diante da continuidade dos cercamentos e dificuldade da

---

[530] POLANYI, K. A Grande Transformação. 2ª ed. Tradução: Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 99-127.

[531] BLAUG, M. "The Myth of the Old Poor Law and the Making of the New." *The Journal of Economic History*, v. 23, n. 2, junho de 1963, p. 151-184; "The Poor Law Report Reexamined." *The Journal of Economic History*, v. 24, n. 2, junho de 1964, p. 229-245.

indústria rural em competir com a produção nas cidades. O Sistema Speenhamland aparecia onde os salários já estavam deprimidos em níveis abaixo da subsistência, não o contrário[532].

Dando prosseguimento à postura revisionista inaugurada por Blaug, George Boyer considera que o pagamento de complementos salariais já existia antes de 1795, quando é instituído legalmente o Sistema Speenhamland. A escalada dos gastos com os pobres também precede essa data, se iniciando duas ou três décadas antes da criação da lei. O que se mostrava uma especificidade rural, não comentada pelos reformistas, era o condicionamento da oportunidade de trabalho ao ciclo da cultura de cereais, responsável por uma sazonalidade do desemprego que não existia nas partes urbanizadas do país, onde a oferta de emprego era mais constante ao longo do ano, salvo em tempos de crise. Nos meses de semeadura e colheita, as fazendas propiciavam uma situação que podia chegar ao pleno emprego local, mas durante a maior parte do ano o normal era que não houvesse trabalho suficiente, induzindo à manutenção de salários baixos pagos pelos empregadores[533].

Reforçando a posição de Blaug, Boyer acredita que o aumento dos dispêndios está enraizado na conjuntura de encarecimento do trigo, cercamentos parlamentares e declínio da indústria doméstica rural. Discorda de que o subsídio salarial previsto pelo Sistema Speenhamland tenha chegado a ser, em algum momento, o modo predominante de ajuda aos pobres, sendo usado de modo criterioso em momentos de aflição mais crítica nos quais o preço do trigo aumentava demais. Por conta disso, o auge do uso dessa modalidade estaria concentrado no período das guerras contra a França, gradualmente deixando de ser empregada nas décadas seguintes[534]. Em termos *per capita*, a Lei dos Pobres na década de 1820 de fato mostrou-se bem mais econômica do que no decênio anterior, embora permanecendo em um patamar de gastos consistentemente mais elevado do que o que se viu a partir de 1834[535].

Sobre o pagamento de abonos em dinheiro para desempregados e subempregados, a hipótese levantada por Boyer era a de que, em paróquias do sul nas quais a atividade

---

[532] Ibidem.
[533] BOYER, G. R. *An Economic History of the English Poor Law*, 1750-1850. [E-book]: Cambridge University, 2006, p. 85-118.
[534] Ibidem.
[535] PURDY, F. "The Statistics of the English Poor Rate before and since the Passing of the Poor Law Amendment Act". *Journal of the Statistical Society of London*, v. 23, n. 3, setembro de 1860, p. 286-329.

econômica principal era o cultivo de grãos[536], a Lei dos Pobres era explorada para atenuar os custos de manutenção da mão de obra durante a baixa temporada por parte dos fazendeiros. Especialmente em zonas rurais nas cercanias de Londres, onde os salários urbanos exerciam forte atração sobre os arredores, alguma forma de amparo teria de ser efetuada para impedir que, durante os períodos de pouca oferta de trabalho na agricultura, as reservas de mão de obra local se esvaziassem demais. Como o desnível entre salário urbano e rural vinha aumentando, com o crescimento do comércio, serviço e indústria nas cidades, enquanto os trabalhadores do campo amargavam novos cercamentos e enfraquecimento das manufaturas domésticas, foi preciso elevar progressivamente os abonos para se contrapor à sedução por retirar-se para os grandes centros[537].

Devido à apresentação simplificada da realidade econômica como forma de justificar a *workhouse* enquanto cura para o pauperismo nacional, as diretrizes do sistema reformado se mostravam impraticáveis. Em uniões industrializadas no norte, o pagamento de abonos em dinheiro continuou usual, com a anuência dos contribuintes, que o consideravam o modo mais simples de lidar com o desemprego gerado em episódios de crise. Nas zonas rurais, trabalhadores adultos desempregados ou subempregados permaneceram sendo, na maior parte dos casos, assistidos fora do regime de internação. As *workhouses* também não bastavam para sanar a demanda por parte dos pobres enfermos. Legislações foram aprovadas em 1842, 1844 e 1852 procurando coibir que autoridades locais cobrissem os custos de cuidados médicos exercidos fora dos muros institucionais, o que mostra o quão ativa a prática permaneceu[538].

Fora da região metropolitana, a maioria dos atendidos pela Nova Lei dos Pobres permaneceu recebendo alguma forma de suporte extramuros, que em nível nacional continuaram representando cerca de três quartos dos gastos dirigidos diretamente aos pobres. Londres era a exceção, única parte da Inglaterra onde a despesa com os internos superava a soma dedicada aos demais assistidos. Contando com uma economia vigorosa de serviços, comércio e pequena produção industrial, a capital não contava com grandes empregadores como nas cidades provincianas em que se desenvolveu o sistema fabril. O desemprego londrino era mais endêmico e sem a perspectiva de ser rapidamente atenuado

[536] A pecuária, diferentemente do cultivo de cereais, provia contratos de trabalho mais extensos e com regularidade de trabalho ao longo do ano.
[537] BOYER, G. R. *An Economic History of the English Poor Law*, 1750-1850. [E-book]: Cambridge University, 2006, p. 99-109 e 138-45.
[538] Idem, p. 193-264 e GREEN, D. R. *Pauper Capital:* London and the Poor Law, 1790-1870. [E-book]: Ashgate, 2010, p. 15.

por uma flutuação positiva na economia local, como no norte industrializado, sendo a *workhouse* a alternativa mais cômoda para autoridades e proprietários[539] .

A preponderância do auxílio extramuros no período seguinte ao Ato de Emenda de 1834 não implica que a Nova Lei dos Pobres tenha sido um fracasso em seu intuito principal. Como apresentado, seu efeito em reduzir o peso do pauperismo para os cofres paroquiais é comprovado pelos números. Provavelmente essa redução se explica, principalmente, pela menor quantidade de adultos saudáveis socorridos em relação ao padrão anterior. As continuidades em relação ao que passou a se chamar de "Velha Lei dos Pobres" (*Old Poor Law*), contudo, eram maiores do que os idealizadores da reforma gostariam de admitir. Três décadas depois, a realização de uma cruzada moral da classe média vitoriana contra o socorro extramuros, sustentando argumentos semelhantes ao da comissão de inquérito formada em 1832, demonstraria que o intuito de ver a Lei dos Pobres sanada de seus supostos vícios permanecia por se concretizar[540].

A Comissão da Lei dos Pobres formada em 1834 contava com três comissários e um secretário, auxiliados por um número de comissários assistentes que cresceu no decorrer dos anos seguintes, especialmente após a Irlanda ser incorporada ao sistema de uniões em 1838. Frustrado por não ter sido nomeado para uma das vagas de comissário, Chadwick, a quem foi dada a secretaria do órgão, manteve atritos com os demais integrantes do órgão durante toda sua existência, já desgastada pelas críticas que enfrentava por todos os lados a respeito de sua autonomia, amplos poderes e permanente queda de braço com gestores locais. Toda pressão exercida sobre a comissão se refletiu em uma redução do número de comissários assistentes em 1842. O "Escândalo de Andover", que explodiu na imprensa em 1845, sepultou a turbulenta trajetória da comissão. A descoberta de que os internos da *workhouse* de Andover, cidade do condado de Hampshire, estavam guardando pedaços dos ossos que trituravam como tarefa diária para comê-los depois, espalhou-se como um incêndio pela imprensa e opinião pública.

Andover foi o maior escândalo enfrentado pela comissão, mas não o único. Um ano depois, em 1846, os jornais publicavam sobre os investimentos do comissário George Coode e do ex-comissário Charles Mott envolvendo um manicômio privado no Lancashire, para onde estavam sendo enviados loucos assistidos pelo sistema público. O

---

[539] GREEN, D. R. idem, p. 194-6.

[540] Sobre a campanha contra os abonos extramuros conduzida entre o final da década de 1860 e começo da década de 1870, cf. MACKINNON, M. "English Poor Law Policy and the Crusade Against Outrelief." *The Journal of Economic History*, v. 47, n. 3, setembro de 1987, p. 603-625.

que já seria um flagrante de promiscuidade entre interesse particular e serviço público, era agravado pelas denúncias de maus tratos no abrigo, que teriam resultado em mortes por negligência[541]. A cobrança do Parlamento por maior controle sobre os comissários elevou-se e a junta foi dissolvida em 1847, sendo substituída por uma entidade de atribuições equivalentes no ano seguinte, o Conselho da Lei dos Pobres (*Poor Law Board*).

Denúncias de homens, mulheres e crianças famélicas trabalhando como escravos nas *workhouses* eram recorrentes na imprensa, em geral sendo desmentidas após averiguação dos fatos através de uma visita ao local. A desumanidade imbuída no tratamento dos internos dizia respeito mais às práticas de privação de individualidade e cerceamento de qualquer autonomia sobre a própria rotina, não propriamente sobre as condições materiais oferecidas nas instalações. A dieta padrão era razoável para a época e incluía carne algumas vezes na semana, o que definitivamente não era pior do que a alimentação dos trabalhadores mais pobres do lado de fora dos muros. Problemas de superlotação e transmissão interna de doenças existiam[542]. Mas aglomeração e surtos epidêmicos não eram de forma alguma males restritos aos pobres assistidos nesses prédios. Episódios como os de Andover talvez não estivessem tão distantes das condições pretendidas por alguns reformadores, quando se falou em tornar a vida dos pobres o mais desagradável possível, mas constituíam uma exceção.

A comissão real de inquérito de 1832 a 1834, cujas ideias tiveram continuidade na Comissão da Lei dos Pobres de 1834 a 1847, contribuiu para solidificar dentro do discurso oficial a interpretação moral da pobreza, contrapondo, em extremos opostos, as figuras do pobre assistido e a do trabalhador independente. Critérios morais também seriam empregados para distinguir, em outros inquéritos, os degenerados dos sadios, ou os sindicalizados dos bons empregados. Aos que não conseguiam sobreviver no jogo de livre mercado, no qual se esperava que os sujeitos comprovassem sua condição de moralidade e independência, estaria reservada a vida como interno nas *workhouses.* Episódios de insubordinação, como a destruição de uniformes, eram uma fonte permanente de estresse para a administração dessas casas. Os supervisores dos pobres

---

[541] HIRST, D. "Mott, Charles". In: *Oxford Dictionary of National Biography*. Disponível em: https://www.oxforddnb.com. Acesso em 7/3/2021.

[542] Nas memórias do médico Joseph Rogers, que começou a trabalhar em *workhouses* londrinas na década de 1850, a existência de surtos internos que causavam mortes especialmente na ala dos infantes é vivamente lembrada. O autor também lamenta a ausência de boas enfermeiras, uma queixa comum entre os profissionais médicos do século XIX. ROGERS, J. *Reminiscences of a workhouse medical officer*. London: 1889, p. 10-11.

sabiam que o inverno, quando aumentavam os pedidos de ajuda, era a estação das janelas quebradas, despedaçadas por aqueles inconformados com suas solicitações negadas[543]. Demonstrações individuais de revolta poderiam ser a última alternativa encontrada para expressar insatisfação contra o estigma imposto sobre o pauperismo.

4.2. Extinguir o germe do pauperismo: a reforma sanitária na década de 1840

Durante sua curta existência, a Comissão da Lei dos Pobres desenvolveu internamente alguns temas que viriam a se tornar importantes para o reformismo, como a questão educacional e o sanitarismo. Enquanto uma participação mais efetiva do Estado na universalização da educação seria retardada por décadas, a reforma sanitária se revelou uma grande pauta social na década de 1840. Dentro do relatório anual de 1838 da Comissão da Lei dos Pobres já se encontram dois suplementos referentes ao tema, assinados pelos inspetores médicos da entidade. Trata-se de alguns comentários acerca das causas da febre entre as classes populares na metrópole[544].

No primeiro escrito, que teve Neil Arnott e James Kay como autores, são levantadas várias recomendações para tornar o ambiente urbano mais salubre. Essas orientações seguiram como um padrão para o movimento de melhoramento sanitário dos centros urbanos. Foram projetadas para erradicar das cidades os "miasmas" ou "malária", supostos gases nocivos à saúde humana exalados a partir da matéria orgânica putrefata. As 6 medidas sugeridas foram: construção de canais de esgoto conectando todas as casas e ruas e com pavimentação adequada; fornecimento abundante de água para limpeza das vias públicas e residências, além de higiene pessoal; contratação de varredores de rua em número suficiente para lidar com a sujeira que não pode ser removida pela água; abertura de vias e praças e construção de imóveis de modo que se favoreça a livre circulação do ar; afastar das partes mais movimentadas atividades tidas como geradoras de miasmas, como matadouros, cemitérios, criação de gado, manufaturas de gases, entre outras; prevenir aglomerações nas estalagens onde se hospedavam os pobres[545]. O segundo suplemento contido no relatório é obra de Thomas Southwood Smith, onde ressalta a importância de se combater os miasmas. Smith também alerta para o problema de se

[543] GREEN, D. R. *Pauper Capital:* London and the Poor Law, 1790-1870. [E-book]: Ashgate, 2010, p. 168-78.
[544] GREAT BRITAIN. Poor Law Commission. *Fourth Annual Report of the Poor Law Commissioners for England and Wales;* with appendices, A, B & C. London: 1838, p. 103-51.
[545] Idem, p. 105.

enviar pessoas infectadas para serem atendidas em *worhouses*, defendendo o encaminhamento de doentes para hospitais[546].

As investigações dos inspetores médicos instigaram o secretário da comissão, Edwin Chadwick, a aprofundar-se na questão sanitária. Ele acionou o Bispo de Londres, com o qual havia trabalhado junto na comissão de inquérito da Lei dos Pobres entre 1832 e 1834, para que este persuadisse a Câmara dos Lordes a demandar uma investigação bem mais ampla sobre o estado sanitário da ilha, incluindo a Escócia. Seu desejo foi atendido e, em 1839, Chadwick foi momentaneamente afastado de suas atribuições como secretário, que foram assumidas pelo secretário assistente George Coode (o mesmo que se envolveria no escândalo do manicômio no Lancashire). O apontamento tático foi comemorado por Chadwick, que se sentia diminuído dentro da comissão e agora estava livre para conduzir nos seus termos um trabalho investigativo importante. Os comissários, por sua vez, celebraram a chance de verem seu colega intransigente concentrado em outra direção. Mesmo após a conclusão de seu relatório, Chadwick nunca voltaria a ser tão ativo na secretaria da comissão quanto antes, deslocando suas energias para a campanha sanitária até ser aposentado do serviço público, enquanto Coode exercia de fato o papel de secretário na década de 1840.

O resultado do inquérito produzido por Chadwick só ficou pronto em 1842 e teve repercussão imediata não somente no ambiente político, convertendo-se em um *best-seller* responsável por chocar a classe média com descrições dantescas sobre as condições em que viviam os trabalhadores pobres nas cidades. Sua publicação foi um divisor de águas que fez avançar a resposta coordenada do governo perante a saúde pública. Sem reduzir o impacto do relatório, contudo, cabe lembrar que a atenção de autoridades e intelectuais para o sanitarismo já havia sido grandemente elevada uma década antes, quando a cólera finalmente chegou ao solo britânico através do porto de Sunderland, em outubro de 1831. Manifestando-se de forma epidêmica na ilha até os meses finais de 1832, a doença estarreceu os médicos com a velocidade com a qual se alastrou e a alta mortalidade entre os infectados.

Desde que começou a se irradiar pela Ásia a partir das águas do Ganges em um primeiro ciclo epidêmico entre 1817 e 1824, a cólera já despertava olhares receosos na Europa, onde desafiava os conhecimentos médicos a entender seu mecanismo de propagação. Uma nova epidemia, deflagrada em 1826, avançou progressivamente a partir

[546] Idem, p. 129-51

da Europa Oriental rumo ao Ocidente. Convencidas de que o aparecimento da doença na Grã-Bretanha era uma questão de tempo, as autoridades britânicas recriaram o Conselho Central de Saúde (*Central Board of Health*) em junho de 1831, um corpo designado pelo Conselho Privado para aconselhamento do governo diante de emergências sanitárias e que havia sido originalmente convocado em 1805, quando a febre amarela era o foco do momento[547].

O conselho, majoritariamente formado por nomes que integravam o *Royal College of Physicians*, reuniu-se diariamente até novembro, quando, poucas semanas após a chegada da cólera na ilha, teve sua composição inteiramente substituída. Embora bastante ativo durante a epidemia, inclusive em termos de trabalho investigativo de campo, o Conselho Central de Saúde tinha poderes limitados para além de assessoramento do Conselho Privado. O empoderamento mais efetivo para implementar nas comunidades medidas sanitárias foi concedido aos conselhos organizados pelas localidades, com jurisdição restrita às respectivas paróquias ou municípios. Finda a epidemia, o Conselho Central foi desmanchado em dezembro de 1832. Pouco depois, a legislação aprovada em caráter emergencial para expandir poderes dos conselhos locais expirou sem renovação. Prevalecia ainda o entendimento, dentro do governo, de que a saúde pública não demandava uma política contínua[548].

Quando contabilizadas as dezenas de milhares de vidas ceifadas pela cólera em suas visitas à Inglaterra no século XIX, percebe-se que varíola, tifo, influenza, difteria, tuberculose e afecções do aparelho digestivo vitimavam uma quantidade muito superior de britânicos regularmente[549]. Mas a constância desses males entre a população nunca desencadeou o pânico e a cobertura midiática vistos durante as epidemias de cólera de 1831-2, 1848-9, 1853-4 e 1866. A cólera perturbava a ordem social como nenhuma outra moléstia entre os vitorianos de meados do século, e seu aparecimento contribuiu para fomentar a consciência para o teor social da saúde. Se, até a década de 1850, as causas e

[547] Sobre a conturbada experiência do Conselho Central de Saúde de 1831-2, cf. BROCKINGTON, F. "Public Health at the Privy Council 1831-34." *Journal of the History of Medicine and Allied Sciences*, v. 16, n. 2, Oxford University Press, 1961, p. 161–85.

[548] Conselhos locais de saúde com caráter não oficial já estavam em atividade em algumas cidades desde o final do século XVIII. Com a ameaça da cólera, essas iniciativas rapidamente se multiplicaram, com a fundação de cerca de 1200 conselhos entre 1831 e 1832. Os conselhos locais ganhariam um reconhecimento estatutário mais definido, incentivando sua manutenção em caráter permanente, a partir do Ato de Saúde Pública de 1848. Idem, passim.

[549] MCLEAN, D. *Public Health and Politics in the Age of Reform: Cholera, the State and the Royal Navy in Victorian Britain*. London: I. B. Tauris, 2006. p. 3-4.

o modo de contágio da doença intrigavam a comunidade médica, não restava dúvida de que a resposta passava por um fundo socioeconômico.

Desde a primeira epidemia, observadores munidos das ferramentas estatísticas que estavam se disseminando perceberam que a cólera era muito mais fatal onde viviam os pobres do que em comunidades mais abastadas. Não se poderia mais pensar a pestilência através da alegoria democrática da "dança da morte", arrastando a todos para o cemitério sem se importar com origem ou condição social. O médico espanhol Mateo Seoane, pioneiro do sanitarismo na Espanha e que se notabilizou por colher informações sobre a enfermidade em outros países, desembarcou na Inglaterra 6 meses após o início da epidemia. Comparando a letalidade daquela moléstia em bairros habitados por classes sociais distintas, registrou em suas impressões:

> É de se notar também que quase todos os enfermos que houve em Sunderland se manifestaram na parte da cidade onde vive a gente pobre, pois aqui como em todas as demais partes da Inglaterra a cólera há prevalecido principalmente nas moradas da miséria, e apenas quando se estendeu muito foi vista acometendo as pessoas ricas. É curioso observar a predileção deste mal terrível por espaços porcos, reduzidos e mal ventilados, e os pobres que os habitam; já se havia observado em Varsóvia, Berlim, Hamburgo e outros lugares esse fato, e confirmou-se do modo mais patente em Inglaterra[550].

James Kay, que viria a integrar a Comissão da Lei dos Pobres como inspetor médico, atuou na época da primeira epidemia de cólera no comitê local de saúde instituído em Manchester em 1832, quando a doença chegou na cidade. No mesmo ano, Kay publicou seu conhecido relato sobre as condições do operariado da indústria de têxteis de algodão local. Avaliando o estado sanitário no qual essa massa vivia, o autor conclui que não demoraria para que a cólera retornasse à cidade[551]. Seu texto combinava passagens soturnas descrevendo a precariedade das vielas, estabelecimentos e habitações frequentadas pelos populares, articulando-as com uma perspectiva na qual a degradação do ambiente físico é retroalimentada pelo decaimento fisiológico, intelectual e moral da população em que lá vive. A indistinção entre causa e consequência nessa dinâmica se manifesta através da ambivalência com a qual os trabalhadores são apresentados. Hora, são as vítimas de uma cidade que cresceu desordenadamente, impulsionada por um modelo de trabalho fabril que impõe a ditadura de tarefas repetitivas e embrutecedoras,

---

[550] SEOANE, M. *Informe acerca de los principales fenómenos observados en la propagación del cólera indiano por Inglaterra y Escocia, y sobre el modo de propagarse aquella enfermedad.* London: 1832, p. 10, tradução livre.

[551] KAY, J. P. *The moral and physical condition of the working classes employed in the cotton manufacture in Manchester.* 1832, p. 5.

responsáveis por converter os dias dos operários em um tormento de Sísifo[552]. Mas também são a multidão irreligiosa de devassos, que vira as costas para a civilização e se atira aos vícios, dotada de uma fraqueza moral e hábitos autodestrutivos que atingem seu patamar mais baixo entre os irlandeses que chegam em busca de trabalho[553].

A associação entre doenças, carência de infraestrutura, pauperismo, subversão e crime se mostrou, desde as origens da reforma sanitária, uma referência primordial para se conceber a saúde pública. As condições nas quais se proliferam os miasmas que contaminam o corpo são as mesmas que favorecem os vícios que pervertem a mente e o espírito. Uma vez que a cólera havia atraído os olhares para os riscos ligados ao padrão de vida degradante ao qual enormes setores da população estavam submetidos, tornou-se comum evocar o cenário paradoxal no qual, no seio da mais rica e avançada nação do mundo, residiam multidões incivilizadas, incompatíveis com a prosperidade desse mesmo país. Kay alerta repetidas vezes para a formação de uma "raça" degenerada, expressão que bem representa a fusão entre decaimento moral e fisiológico, como se dessa deterioração emanasse uma nova espécie de homens e mulheres, mais próxima em comportamento dos povos considerados bárbaros do que era de se esperar dos cidadãos ingleses[554]. Em 1833, pouco tempo depois do registro de Kay, o cirurgião Peter Gaskell publicou outra descrição da classe operária britânica, na qual emprega a ideia de raça no mesmo sentido pejorativo[555].

Em 1840, o Parlamento formou um comitê de inquérito para abordar a saúde pública nas cidades. Os parlamentares envolvidos na tarefa mantiveram contato estreito com a Comissão da Lei dos Pobres durante suas investigações, reconhecendo o grande valor que a mesma vinha assumindo na causa sanitária[556]. No que diz respeito aos mecanismos institucionais de melhoramento, os encaminhamentos do comitê parlamentar indicaram caminhos que foram seguidos na década seguinte. Deveria haver maior incentivo para que conselhos locais de saúde estivessem presentes em todas as cidades exercendo funções regulares, não se mobilizando apenas diante de cenários epidêmicos. Seus trabalhos seriam acompanhados por inspetores sanitários apontados para impor as

[552] Idem, p. 8.
[553] Idem, p. 6-7.
[554] Idem, p. 48, 51 e 52.
[555] GASKELL, P. *The Manufacturing Population of England*, its moral, social and physical conditions, and the changes which have arisen from the use of steam machinery; with an examination of infant labour. London: 1833, p. 170
[556] GREAT BRITAIN. Parliament. *Report from the select committee on the health of towns;* together with the minutes of evidence taken before them, and an appendix, and index. London: 1840, p. v-vii.

determinações dos conselhos. A sugestão dada foi a de que essas juntas fossem nomeadas pelos conselhos de guardiões da Lei dos Pobres nas uniões ou pelas corporações. Propõe-se a criação de um novo e mais poderoso Conselho Central de Saúde para orientar as práticas sanitárias em todo país, ao qual os conselhos locais iriam reportar[557]. Combinando profissionalização e organização compulsória de instituições na localidade, orientadas a partir de um poder centralizado, o comitê ecoava uma abordagem semelhante ao que fora proposto anos antes para a Lei dos Pobres, um sinal claro da influência que Chadwick e outros integrantes do círculo benthamita, como Southwood Smith, estavam exercendo sobre os rumos da saúde pública.

Os parlamentares levantaram a necessidade de uma legislação geral para estabelecer certos critérios para a edificação de casas. Sabia-se que, para além de definir um mínimo de regras para novas construções, o esforço sanitarista dependeria de leis determinando obras de diferentes tipos sobre a propriedade e infraestrutura coletiva já existentes. Essa era uma situação notoriamente difícil, dado que a tradição inglesa, desde o período medieval, era de que as cidades conduzissem seus investimentos em água, esgoto, iluminação e reforma de vias públicas a partir de atos parlamentares que empoderavam comissões com jurisdição sobre aquela região. Cada peça de lei movida dessa forma incidia, por regra, de forma muito estreita sobre um objeto específico na localidade, gerando uma malha de legislações e poderes sobrepostos que dificultava a introdução de medidas mais amplas e incisivas para aprimorar a estrutura como um todo. Dentro deste mosaico, proprietários encontravam facilidade para vetar obras de melhoramento que julgassem prejudiciais ao seu interesse privado[558].

O tom dramático ao se relatar o cenário urbano, a ambiguidade de representar a população trabalhadora simultaneamente como vilipendiada por forças externas e como agente de seu próprio decaimento, a tentativa de conceber diretrizes que conseguissem introduzir alguma homogeneidade nas práticas sanitárias através do emaranhado de instituições e interesses locais, a correspondência entre saúde e ordem social, eram todos elementos já presentes nas narrativas que estavam convergindo para o sanitarismo. Com seu relatório de 1842, Chadwick reuniu todos esses ingredientes para divulgar ao público o resultado de um trabalho que, independentemente das críticas das quais é passível, constitui uma empreitada monumental. Seu autor, é claro, não trabalhou sozinho. A rede de comissários assistentes da Lei dos Pobres foi acionada, juntamente com profissionais

[557] Idem, p. XVII-XVIII.
[558] Idem, p. XXI-XXII.

de saúde e autoridades de paróquias e uniões espalhados por toda Inglaterra e Escócia, para que enviassem relatos locais que pudessem embasar o material final. Embora formalmente fosse um trabalho encomendado à Comissão da Lei dos Pobres, a obra circulou como uma publicação da autoria de Chadwick. Os três comissários centrais da instituição reconheceram que o trabalho era fruto de uma campanha movida pelo secretário. A repercussão e sucesso comercial do inquérito confirmaram seu idealizador como a principal referência, na política e no imaginário popular, para assuntos ligados à causa sanitária.

Os cenários descritos pelo relatório não diferem dos relatos pavorosos presentes nos outros inquéritos que estavam se popularizando desde a década de 1830. Um apanhado das situações pode ser feito rapidamente, para evitar que as mesmas sejam repetidas até a exaustão. Empreiteiros desonestos arrendavam terrenos em contratos de duração curta, construindo neles as habitações mais baratas possíveis para lucrar com os altos aluguéis urbanos em um curto espaço de tempo. Clubes de construção em cidades como Manchester haviam se especializado em erguer rapidamente moradias em fileiras duplas, com cada casa ligada diretamente às vizinhas, com as quais compartilhavam as paredes laterais e dos fundos. Nas pontas de cada corredor, formados por até 20 residências enfileiradas, uma privada comum era alocada em um lado e uma bomba de água no outro. Registros de banheiros sendo compartilhados por mais de uma centena de pessoas eram usuais. Dejetos humanos, poças de água estagnada e toda sorte de lixo orgânico e inorgânico (incluindo a carcaça de animais mortos) poluíam as vielas estreitas e despavimentadas por onde o ar não conseguia circular[559].

Dentro das casas, não era difícil encontrar mais de uma família vivendo em um mesmo cômodo. Em Liverpool, estimava-se que dezenas de milhares de famílias habitavam porões, um costume que também existia em outras cidades do norte industrializado. Acima ou abaixo do solo, os ambientes internos não dispunham de aquecimento, ventilação ou drenagem adequados, constituindo espaços frios, úmidos e escuros. O medo da cólera levou à criação de canais de esgotos em muitas ruas, frequentemente construídos de forma descuidada. Devido à ignorância e a ausência de leis que obrigassem os proprietários a criar conexões entre as casas e a rede de

[559] CHADWICK, E. *Report to Her Majesty's Principal Secretary of State for the Home Department, from the Poor Law Commissioners, on an Inquiry into the Sanitary Condition of the Labouring Population of Great Britain; with appendices*. London: 1842, p. 20 e 284-5.

saneamento, era comum que os esgotos se mostrassem tão úteis quanto uma fossa qualquer[560].

Chadwick procura exibir, ao longo das páginas, seu manejo técnico de questões de engenharia, sobretudo no que tange aos caminhos de esgoto. Há ilustrações detalhando os formatos que considerava mais apropriados para canais e tubulações, querendo se provar um verdadeiro especialista no assunto[561]. Seus conhecimentos inclusive o levaram a integrar o Instituto dos Engenheiros Civis (*Institute of Civil Engineers*), uma mostra do quanto a formação neste campo ainda era atravessada pelo autodidatismo. Por mais que a dedicação de Chadwick ao tema seja impressionante, a verdade é que algumas de suas proposições principais não tinham embasamento consistente. Seu projeto de substituir os canais de esgoto feitos de tijolos por tubulação de cerâmica trazia problemas técnicos apontados por arquitetos e engenheiros, desencadeando uma queda de braço que se arrastou pelos anos seguintes[562].

Diferentemente do que ocorreu na comissão de inquérito da Lei dos Pobres, o documento desta vez não dedica grande espaço à defesa de uma autoridade centralizada, talvez por essa já ter sido uma proposta apresentada pelo comitê parlamentar dois anos antes. As críticas à gestão pública em nível local, encarnada na miríade de diferentes comissões de melhoramento, e também da gestão privada feita pelos *trustes* encarregados de fornecimento de água e outros serviços, condenam o uso irresponsável e pouco transparente do dinheiro dos contribuintes[563]. Apesar de tais considerações, Chadwick esboça uma estratégia que não atropela ou descarta a participação dessas instâncias. Com um relatório concentrado em questões de infraestrutura, grandes expectativas são colocadas sobre os "comissários de esgoto" (*sewer commissioners*), uma categoria existente desde o reinado de Henrique VIII, designada pelas corporações para conduzir a abertura e reforma dos canais de saneamento nas cidades. Chadwick considera-os mais competentes no planejamento e execução de obras dentre todas as espécies de comissários de melhoramento, recomendando que a eles seja conferida autoridade sobre os demais serviços de infraestrutura urbana. Seria uma maneira de exercer o princípio de

[560] Idem, p. 6-7 e 31.
[561] Idem, p. 55-7.
[562] Cf. HAMLIN, C. "Edwin Chadwick and the Engineers, 1842-1854: Systems and Antisystems in the Pipe-and-Brick Sewers War." *Technology and Culture*, v. 33, n. 4, outubro de 1992, p. 680-709.
[563] CHADWICK, E. *Report to Her Majesty's Principal Secretary of State for the Home Department, from the Poor Law Commissioners, on an Inquiry into the Sanitary Condition of the Labouring Population of Great Britain; with appendices*. London: 1842, p. 309 e 316.

centralização sem romper com a autonomia da localidade, reduzindo a fragmentação da autoridade sobre políticas de higiene dentro dessas esferas[564].

Reproduzindo um padrão do início do período vitoriano, Chadwick pontua o texto com passagens de escandalização moral permeadas, muitas vezes, de um tom caricato e pitoresco, como quando discorre sobre os efeitos do alcoolismo na economia familiar. Afirma-se que a descompostura entre trabalhadores com salários razoáveis, no patamar dos operários ou carvoeiros, é maior do que o que se percebe entre a parte mais miserável da população, dado que os primeiros dispunham de dinheiro para se entregarem à bebedeira, que poderia envolver não apenas os homens, mas toda a família[565]. Seu relatório procura chocar o leitor ao falar sobre a devassidão sexual dos populares, apelando para o relato de situações que, respeitando os limites do pudor da prosa vitoriana, atiçam o imaginário ao não falarem diretamente do sexo, mas das circunstâncias que sugerem que este esteja acontecendo inapropriadamente. O costume de se dividir uma mesma cama para famílias inteiras ou pessoas não casadas, usual nas habitações e nas hospedarias, onde se poderia alugar a fração de um leito para passar a noite, é destacado como um catalisador de encontros promíscuos[566]. A extrema proximidade no convívio e ausência de privacidade que a pobreza impunha aos trabalhadores expunha as moças aos olhares masculinos e dissolvia o sentimento de resguardo feminino, como se via no caso da jovem que desfilava de camisola entre os homens em uma residência compartilhada por carvoeiros, um episódio de transgressão de valores impressionante o suficiente para garantir espaço no corpo principal do documento[567].

Mais uma vez, as passagens condenatórias acerca do comportamento da classe trabalhadora dividem espaço com demonstrações de fé sobre seu caráter. Divergindo de outros trabalhos, Chadwick não expressa grande preocupação com o potencial de subversão política nas cidades. É comum, entre análises sociais da década de 1840, deparar-se com menções à ação de "demagogos" e encontros noturnos à luz de tochas para tratar de planos sediciosos. Esses registros correspondem à atuação do movimento cartista, em voga desde 1838 e que incluía, dentro de seu repertório, as referidas demonstrações durante a noite. Tais atos, que deixavam profunda impressão nos

[564] Idem, p. 338-9.
[565] Idem, p. 140 e 143-4.
[566] Idem, p. 123, 125-6 e 360.
[567] Idem, p. 125.

observadores burgueses, não despertam muito receio em Chadwick, que acredita tratar-se de um comportamento reduzido aos jovens:

> (…) referência foi feita aos encontros à luz de tochas nas vizinhanças de Manchester. Foi reportado para nós, por observação próxima dos oficiais de paz, que o grosso dos reunidos consiste em meros garotos, e que havia escassamente algum homem de idade madura a ser visto entre eles. Aqueles de idade madura e experiência, foi relatado, geralmente desaprovam os procedimentos dos encontros como prejudiciais para a própria classe trabalhadora. Esses homens mais velhos, nos é assegurado pelos seus empregadores, são inteligentes, e percebem que o capital, e grande capital, não são as ferramentas de sua decadência, mas de seu estável e abundante auxílio. Eles foram geralmente descritos como estando acima da influência das falácias anárquicas que agitam aquelas reuniões selvagens e realmente perigosas[568].

Em outro momento, Chadwick traz o exemplo de um feriado concedido em Manchester celebrando o casamento da jovem rainha Victoria em 1840, oportunidade explorada pelos cartistas para planejarem um ato de grandes proporções. Para esvaziar o quórum da manifestação, o comissário de polícia local instruiu o prefeito a decretar entrada franca para o zoológico, jardim botânico e museu. Atraídos pela chance de frequentar espaços até então inacessíveis, os trabalhadores dirigiram-se em massa para essas atrações, frustrando a direção cartista e causando, nos ambientes visitados, um prejuízo às instalações no valor de meros cinco *shillings*. A cidade desfrutou de um dia com menos embriaguez e arruaça do que o habitual[569]. A história ilustrava que o decaimento moral da população não era irreversível, que seu resgate poderia se dar não somente pela severidade da lei, entusiasmo religioso e disciplina de mercado, mas também com acenos de generosidade por parte de autoridades e empregadores.

Repetidos comentários sobre a influência positiva que patrões e proprietários podem exercer sobre os hábitos de saúde dos trabalhadores estão distribuídos pelo relatório, que ressalta ser o sentimento de afeto mútuo entre as classes uma condição indispensável para a recuperação de um estado de equilíbrio social condizente com o ideal de sanitarismo. Até os cercamentos, uma prática que se sabia deixar trabalhadores agrícolas bastante insatisfeitos, são tidos como uma possibilidade de estreitamento de laços entre ricos e pobres. O cercamento, de acordo com Chadwick, favorecia os populares ao ensiná-los a valorizar seu único bem de mercado, a própria força de trabalho. Mas outro benefício estava na chance do proprietário em abrir praças, passeios públicos e campos esportivos, levando a comunidade a enxergá-lo como seu benfeitor. A

[568] Idem, p. 201.
[569] Idem, p. 276-7.

manutenção de espaços de lazer ao ar livre é defendida como uma estratégia essencial na moralização popular. Contudo, mais fundamental do que a abertura de parques, um esforço bem intencionado, mas que poderia ser inútil diante da distância que existia entre eles e os bairros mais carentes, era que as casas passassem a possuir jardins, um lugar adequado onde crianças iriam brincar sob o olhar da mãe e se manter longe da sedução das ruas[570].

Apenas de forma muito superficial se faz referência à exploração nas relações de trabalho. Há um breve comentário sobre a persistência do emprego de crianças muito pequenas na indústria têxtil de Manchester[571]. Também se pontua o problema da emissão de gases poluentes sobre as cidades pelas fábricas do setor[572]. Empregando um argumento levantado entre os industrialistas na década anterior, quando as condições de trabalho fabril se tornaram objeto de debate público, o sanitarismo justificava que o mal estar experimentado entre operários e outros trabalhadores urbanos era causado pelo ambiente da cidade, mas não especificamente o interior da fábrica[573].

Já os abusos cometidos por proprietários, empreiteiros e sociedades anônimas envolvidas na prestação de serviços são bastante lembrados. A sanha de arrancar dos pobres inquilinos a maior quantia possível leva a situações de sovina absurda, como reter a água da chuva para vender aos residentes, ao invés de se oferecer o devido abastecimento de água corrente[574]. Mas Chadwick parece ter guardado o máximo de sua indignação, perante a mesquinharia e inescrupulosidade da iniciativa privada frente ao bem coletivo, para o momento em que se debruçou sobre as práticas de enterro nas cidades, um tema que julgou extenso o suficiente para merecer ser abordado em um volume separado, publicado como suplemento em 1843[575].

Ao listar os absurdos aos quais são submetidos os pobres no momento de enterrar seus entes queridos, Chadwick em um raro momento parece abandonar a postura ambígua com a qual a reforma sanitária encara a classe trabalhadora, situando-a mais claramente na posição de parte vitimada pela ausência de regulação sobre o interesse privado. Sem nenhum respeito pelo momento da morte, agentes funerários usavam de todos os recursos

---

[570] Idem, p. 277-8 e 405.
[571] Idem, p. 158.
[572] Idem, p. 297.
[573] Idem, p. 119.
[574] Idem, p. 64-5.
[575] CHADWICK, E. *Report on the sanitary condition of the labouring population of Great Britain* - A supplementary report on the results of a special inquiry into the practice of interment in towns. London: 1843.

para encarecer os ritos fúnebres, por saberem que até o trabalhador mais desamparado, quando falecido, teria um enterro financiado por parentes, vizinhos, colegas ou associações populares[576]. A sede por lucro abria às pressas cemitérios privados providos de covas rasas no seio das grandes cidades, um risco para a saúde pública, além de um sacrilégio contra os corpos que ali jaziam. Cemitérios nacionais amplos, construídos fora do perímetro urbano, são a solução enxergada por Chadwick para erradicar essa perigosa fonte de miasmas do convívio coletivo[577].

Em resposta à apresentação do relatório, o Parlamento apontou uma nova comissão real de inquérito para investigar o estado sanitário das cidades em 1843, restrito a Inglaterra e Gales. Composta por 13 comissários e um secretário, ela apresentou dois relatórios, em 1844 e 1845. Oficialmente, o grupo não foi dissolvido antes de 1848, mas não há registros de reuniões após a conclusão do segundo documento. Os três anos de intervalo entre a conclusão dos trabalhos da comissão e sua dissolução foram estabelecidos para que pudessem ser concluídos os pagamentos salariais previstos ao secretário e um funcionário assistente que atuaram no órgão. Apesar de não constar entre os comissários, Chadwick acompanhou ativamente todas as atividades por eles desenvolvidas. Buscando compensação pelo tempo dedicado, chegou a solicitar remuneração financeira, o que lhe foi negado sob a alegação de que já era um funcionário público assalariado ao ocupar formalmente a secretaria da Comissão da Lei dos Pobres. A atuação dos comissários foi elaborada a partir da divisão do país em 6 distritos, a serem visitados por um ou mais integrantes da comissão. Algumas cidades mais importantes foram escolhidas para serem investigadas em separado dos distritos. No total, somando-se aos distritos, 50 cidades foram objeto de inquérito. Questionários compostos por 62 tópicos foram encaminhados nas localidades para nomes reconhecidos como autoridades em assuntos sanitários[578].

O primeiro relatório, publicado em 1844, indicava os rumos de uma investigação em andamento, oferecendo uma visão geral dos procedimentos seguidos. Ainda carente de considerações conclusivas, é construído de modo a ratificar as impressões de Chadwick tornadas conhecidas dois anos antes, com um apanhado das deficiências de infraestrutura que haviam sido apontadas e o emprego de farta estatística referente à

[576] Idem, p. 55-7.
[577] Idem, p. 102-3.
[578] COLLINGE, J. M (org.). *Office-Holders in Modern Britain: Volume 9, Officials of Royal Commissions of Inquiry 1815-1870*. London: University of London, 1984. Disponível em: http://www.british-history.ac.uk/office-holders/ vol9. Acesso em 13/11/2020.

mortalidade e prevalência de doenças. O texto assinado pelos comissários, em si, é muito pequeno, somando poucas dezenas de páginas. De resto, o que se tem é o enfileiramento de depoimentos em sequência, escritos em sua maioria por médicos e engenheiros que haviam sido consultados pela comissão. É a partir desses relatos que efetivamente se desenvolve um balanço acerca do grau de sucesso ou fracasso das diferentes soluções técnicas empregadas contra a desordem sanitária[579]. As recomendações em tom de conclusão, com os encaminhamentos a serem seguidos na forma legislativa, estão concentradas no relatório do ano seguinte, cuja sessão redigida pelos comissários de fato é bem mais extensa se comparada ao que se viu no material anterior. Seu texto principal é direcionado para os aspectos institucionais da causa sanitária, que no outro ano haviam sido deixados em segundo plano no parecer da comissão. Nos anexos desta segunda publicação, encontram-se os relatórios individuais de cada comissário sobre as regiões por eles visitadas[580].

A comissão real para a saúde das cidades consolidou os miasmas enquanto teoria oficial de contágio por parte do poder público. A maioria das ações de melhoramento, do ponto de vista da infraestrutura, tinha por meta a extinção dos supostos gases nocivos, a partir do impedimento da acumulação de matéria orgânica em meio ao convivío e da promoção da melhor circulação de ar[581]. Explicar o apego à crença na existência das exalações miasmáticas passa por compreender o lugar dos ares pestilentos dentro da articulação entre ambiente, moral e mercado que estava se solidificando na mentalidade sanitarista.

Ideologicamente, a causa sanitária assumia um compromisso com a responsabilização dos trabalhadores, enquanto indivíduos, por sua própria fortuna, um dogma da fusão entre *laissez-faire* e evangelismo característico do liberalismo britânico. Qualquer atitude pró-ativa por parte do Estado para intervir em favor da promoção do bem estar precisava ser cuidadosamente avaliada, dado o risco de a população trabalhadora interpretar aquilo como um sinal de que o governo devia algo a ela[582]. Porém, era inequívoco, para os que se dedicaram à saúde pública na década de 1840, que o destino dos pobres estava em alguma dimensão condicionado por forças externas ao

[579] GREAT BRITAIN. Health of Towns Commission. *First report of the commissioners for inquiring into the state of large towns and populous districts*. 2 volumes. London: 1844.
[580] GREAT BRITAIN. Health of Towns Commission. *Second report of the commissioners for inquiring into the state of large towns and populous districts*. 2 volumes. London: 1845.
[581] Idem, v. 1, p. 11.
[582] MCLEAN, D. *Public Health and Politics in the Age of Reform: Cholera, the State and the Royal Navy in Victorian Britain*. London: I. B. Tauris, 2006, p. 5.

indivíduo e seu lar. A teoria miasmática mostrava-se conveniente para equalizar essas duas interpretações, em princípio diretamente opostas.

O miasma representava o indicativo mais palpável de que um acordo social estava sendo violado. O liberalismo pressupunha um contrato social no qual o exercício da própria liberdade não poderia se dar em detrimento da liberdade do outro. Esse estado de harmonia entre sujeitos era a base para o adequado funcionamento de uma economia de livre mercado, na qual cada interesse particular opera dentro do princípio de que a busca pela prosperidade individual é sempre legítima e resguardada de intervenções, desde que nesse movimento não sejam sabotadas as possibilidades para que os demais façam o mesmo. Ao permitirem que a sociedade britânica mergulhasse em abjetas condições de higiene, estava claro que os agentes privados, no exercício de seu interesse, estavam violando as cláusulas deste contrato, prejudicando os pobres ao construir um ambiente artificialmente nocivo. Justifica-se, assim, a intromissão do Estado, em seu papel de árbitro que interfere onde o *laissez-faire* opera imperfeitamente. Para que os trabalhadores possam ser devidamente julgados a partir de seu desempenho em uma economia livre, essa última precisa se apresentr nas condições apropriadas que a transformam na justa medida a partir da qual são avaliados os indivíduos. O desequilíbrio sanitário denunciado a partir da existência dos miasmas é, portanto, igualmente sintoma de desequilíbrio nas relações liberais. Enquanto persistisse um cenário assim, não se poderia esperar outra coisa que não a formação de uma população adoentada fisicamente e moralmente[583].

Conceber que uma sociedade funcionando em perfeita ordem liberal era, também, uma sociedade na qual os miasmas estavam ausentes, resgatava um aspecto precioso da economia política: a identificação de um ponto de equilíbrio no qual a iniciativa privada movida pelo interesse egoísta se reconecta ao bem comum[584]. Em relação à transmissão de doenças via contágio, hipótese com a qual disputava o consenso da comunidade científica, a teoria miasmática evocava uma articulação mais vívida, de apelo fortemente sensorial, para representar o entranhamento entre os tecidos natural e o socioeconômico. Mas existiam razões mais pragmáticas por trás da preferência pelos maus ares em detrimento da abordagem contagionista. Admitir que a transmissão se dava entre indivíduos significava oferecer munição aos que advogavam pela imposição de

[583] Conferir a associação entre miasma e livre mercado elaborada por Gerry Kearns em seus estudos sobre a reforma sanitária. KEARNS, G. "Private Property and Public Health Reform in England, 1830-1870." *Social Science & Medicine*, v. 26, n. 1, 1988, p. 187-99.
[584] Idem, p. 196-7.

quarentenas às tripulações que passavam pelos portos britânicos. Na epidemia de cólera anterior, chegou-se a obrigar os tripulantes a permanecer em isolamento dentro dos navios, junto com a carga, por um período entre 21 e 40 dias antes de desembarcarem. Criticada pelos entraves que impunha ao comércio, a quarentena foi sendo desencorajada, juntamente com outras estratégias pautadas na interrupção do fluxo de pessoas[585].

Essa abordagem radicalmente espacial da saúde pública, na qual a resposta para as doenças epidêmicas depende mais dos engenheiros do que dos médicos, não era uma unanimidade dentro da medicina. Mas ela era abraçada por Chadwick e seus apoiadores nas comissões por ser percebida como a mais indicada para impulsionar a agenda sanitária. Seu sucesso também precisa ser lido a partir das impressões causada pela cólera, uma enfermidade para a qual a comunidade médica parecia não oferecer nenhuma intervenção efetiva. Mas estavam se desenvolvendo, em paralelo, estratégias pautadas por uma teoria mais fisiológica, envolvendo internação e intervenção sobre o corpo. Através dos hospitais e escolas de medicina e cirurgia londrinos, se disseminava o entendimento da doença em um modelo anatômico, no qual sua origem é detectada pelo exame e dissecação. A febre, por exemplo, era uma doença que mobilizava essa lógica mais hospitalar, como mostra a experiência do Hospital de Febre de Londres, fundado em 1802[586].

Com as avaliações parciais obtidas até então, o relatório de 1844 constatou que, de forma unânime, as testemunhas consultadas apontavam que o maior entrave ao avanço do melhoramento sanitário estava no desinteresse de proprietários ou ocupantes de imóveis, indispostos a arcar com os custos elevados das obras em questão. A instalação e manutenção dos canais de saneamento, tubulação e drenagem eram financiados com a introdução de impostos locais elevados. Como apontado pelos comissários, as evidências até então coletadas demonstravam que a margem para se baratear esses investimentos era imensa, dado o excesso de recursos desperdiçados com o emprego de técnicas e materiais indevidos[587]. Convencer os contribuintes da viabilidade e retorno financeiro da causa sanitária era um objetivo central pretendido pela comissão, sabendo-se que a saúde

[585] Também sobre o papel da ideologia de mercado nas reformas sanitárias, cf. RINGEN, K. "Edwin Chadwick, the Market Ideology, and Sanitary Reform: on the Nature of the 19th- Century Public Health Movement." *International Journal of Health Services*, v. 9, n. 1, 1979, p. 107-120.
[586] Sobre a relação entre a febre e o desenvolvimento da abordagem fisiológica e hospitalar da saúde pública, cf. PICKSTONE, J. V. "Dearth, dirt and fever epidemics: rewriting the history of British 'public health', 1780-1850." In: RANGER, T; SLACK, P. *Epidemics and Ideas*: essays on the historical perception of pestilence. Reimpressão. New York: Cambridge University, 1999.
[587] GREAT BRITAIN. Health of Towns Commission. *First report of the commissioners for inquiring into the state of large towns and populous districts*. 2 volumes. London: 1844, v. 1, p. xx-xxii.

pública não seria promovida por legislação compulsória apenas. A prevenção é defendida como alternativa mais econômica diante das doenças, evitando dispêndios emergenciais frente às epidemias e fomentando uma força de trabalho sadia[588]. Uma população trabalhadora saudável não era somente mais produtiva, mas menos dada a engrossar as fileiras do pauperismo, que tanto onerava a sociedade através da pressão que exercia sobre a Lei dos Pobres e a caridade. O melhoramento sanitário era tido como essencial na formação do trabalhador independente, o produto mais bem acabado a ser apresentado pelo reformismo[589].

No relatório de conclusão entregue em 1845, a comissão exibe otimismo ao afirmar que aquilo que chama de "classes ricas e inteligentes" (*wealthy and intelligent classes*) das cidades enfim se mostram atentas e preocupadas com os residentes pobres[590]. Após pouquíssimas páginas introdutórias, os comissários logo começam a apresentar a longa lista de medidas corretivas que compõem o cerne do documento. As orientações se concentram no estabelecimento de um arcabouço institucional apto a promover os melhoramentos. Procurando legitimar a autoridade do governo central sobre a política sanitária, é feita uma reconstituição do histórico da legislação inglesa pertinente ao tema, na qual se conclui que, ao menos desde a Carta Magna de 1215, o controle sobre caminhos de água e, por extensão, dos esgotos do reino, estava sob jurisdição da Coroa. No decorrer dos séculos seguintes, as primeiras comissões instituídas para conduzir obras de saneamento e outros elementos de infraestrutura eram nomeadas por prerrogativa real. Por estatuto real também havia se dado a autorização para que comissários de esgoto levantassem fundos por meio de impostos locais, durante o reinado de Henrique VIII. A tradição, portanto, conferia suporte à tese de que a água, enquanto recurso natural, e o dever de assegurar padrões sanitários aceitáveis, eram ambos elementos pertinentes a uma esfera nacional e pública, não apenas local e particular[591].

Progressivamente, a criação de comissões locais desse gênero passou a ser feita por atos parlamentares, que apontavam em seu texto os nomes a serem empossados nas funções e concedia-os o direito de determinarem seus sucessores. A partir das reformas instituídas em 1832 e 1835, marcando a investida *whig* contra poderes que se autoperpetuavam nas corporações e paróquias, os atos parlamentares começaram a dar

[588] Idem, v. 1, p. 11.
[589] Idem, v. 1, p. 10.
[590] GREAT BRITAIN. Health of Towns Commission. *Second report of the commissioners for inquiring into the state of large towns and populous districts*. 2 volumes. London: 1845, v. 1, p. 2.
[591] Idem, v. 1, p. 12-8.

preferência à criação de corpos eleitos, estabelecendo que as autoridades sanitárias locais fossem escolhidas por votação e ocupassem mandatos trienais. Isso tinha pouco efeito em melhorar a qualidade técnica dos indicados, com o agravante de se perceber que o destino desses órgãos, tão importantes para a saúde pública, estava agora embrenhado no duro jogo partidário que se formara em torno das políticas locais[592].

Em sua primeira recomendação, os comissários reforçam que o modelo sanitário pretendido não seria o de uma ruptura com a gestão local dos melhoramentos. A direção de todas as obras requeridas seria mantida nos corpos locais, dotados com os poderes necessários para efetivá-las. Suas jurisdições, inclusive, precisavam ser aumentadas territorialmente, dado que em cidades grandes os subúrbios em expansão se encontravam fora do espaço legal previsto nos atos parlamentares. O que a comissão defende é que a Coroa tenha poder de supervisão geral sobre a execução de todas as medidas inseridas no esforço sanitário. Alegam que esse mecanismo é necessário para agir como parte desinteressada das disputas políticas e negócios privados que permeiam a gestão na localidade, além da importância de se instituir um referencial centralizado de orientação técnica e científica para dar suporte às autoridades locais[593].

Um Conselho Geral de Saúde não chega a ser explicitamente mencionado, como em outros inquéritos. O que se propõe é que a Coroa, quando acionada por gestores ou residentes nas localidades, esteja autorizada a apontar inspetores qualificados para avaliar o estado sanitário da região em questão, e que esses detenham as prerrogativas para coagir os corpos administrativos locais a se adequarem às leis[594]. Não bastava, para a comissão, centralizar o papel de coordenação, amparado por ferramentas interventoras, se o presente estado de desordem e fragmentação de autoridade permanecesse vigente em nível local. Distritos sanitários precisavam ser redesenhados como forma de desfazer jurisdições sobrepostas e, sempre que possível, as atribuições referentes à infraestrutura iriam se concentrar nas mãos da mesma instituição. A responsabilidade sobre a abertura e pavimentação de vias públicas urbanas, por exemplo, deveria ser fundida aos poderes encarregados de instituir os canais de drenagem, evitando a descoordenação entre tarefas cujas execuções estavam obviamente entrelaçadas[595]. Se advoga também para que a limpeza e desobstrução das ruas seja atribuída à autoridade de saúde local, e que a mesma

[592] Idem, v. 1, p. 22-3.
[593] Idem, v. 1, p. 23-5.
[594] Idem, v. 1, p. 40.
[595] Idem, v. 1, p. 65.

esteja autorizada a exigir a remoção de abatedouros, criações de animais em ambiente impróprio, pilhas de esterco e outros focos de acúmulo de matéria orgânica do perímetro urbano. Fábricas que emitissem fumaça escura sobre as cidades também poderiam ser sujeitas ao mesmo arbítrio[596].

Regular o fornecimento de água exigia cuidado especial da comissão. Um problema inerente à mercantilização da água é que, em comunidades menores, nas quais o potencial de consumo não compensava os investimentos, a disponibilidade por parte da iniciativa privada não existia. Para essas situações, o poder público deveria assegurar o abastecimento de água corrente, não apenas para usufruto domiciliar, mas também para limpeza de ruas, esgotos e combate a incêndios. Recomenda-se que as autoridades locais usem os impostos arrecadados para contratar companhias privadas para esse fim, ou que elas mesmas conduzam as obras necessárias. Casas de banho e lavanderias públicas são incentivadas em todas as cidades, também a serem mantidas com arrecadação local[597].

Apesar de tecer críticas pesadas ao modelo de gestão empresarial da oferta de água, que deixava a direção deste recurso nas mãos de figuras apontadas por acionistas, e não dos especialistas em saneamento, o relatório se abstém nos seus encaminhamentos de elencar medidas mais interventoras sobre as companhias. Qualquer esboço de movimento nesta direção envolvia uma margem de conflito com proprietários e investidores ligados às sociedades anônimas locais, que detinham o monopólio do serviço. Formavam blocos influentes nas respectivas cidades e capazes de exercer, em conjunto, poderoso *lobby* dentro do Parlamento.

O caminho apontado pelos comissários é promover uma relação de parceria entre autoridades sanitárias e as empresas em atividade, conciliando a pretensão de universalizar o acesso à água corrente com o respeito ao direito da iniciativa privada de obter lucro a partir de seus investimentos. É sugerido que as comissões locais, ou qualquer corpo equivalente da localidade, disponham de facilidades para adquirir, pela compra, instalações de suprimento de água das companhias dispostas a vendê-las, prevendo-se esquemas de aquisição gradual para esses casos. As autoridades locais desempenhariam outra função importante, atuando como mediadoras entre os consumidores e as companhias: ao invés de as empresas venderem diretamente a água para os habitantes, podendo suspender sumariamente o fornecimento em caso de falta de pagamento, como ocorria, propunha-se que toda a água fosse negociada a um preço estipulado ao poder

[596] Idem, v. 1, p. 81-2.
[597] Idem, v. 1, p. 95 e 100-1.

público, que por sua vez regularia os impostos sobre seu consumo[598]. É mencionada a decisão tomada pelo comitê parlamentar para fornecimento de água na metrópole londrina, que concluiu em 1821 que esse serviço não estava sujeito às leis usuais determinadas por oferta e demanda, sendo indispensável a aplicação de regulação legislativa sobre ele. Um projeto de lei encaminhado juntamente com a apresentação do relatório do comitê, visando estabelecer uma autoridade para arbitrar disputas entre as companhias e o público, foi vetado, e os comissários agora afirmam que gostariam de vê-lo reabilitado[599].

Tornar as cidades espaços de melhor ventilação, trânsito de pessoas e fornecimento de serviços demandava a demolição de imóveis mal posicionados que atravancavam o esforço dos sanitaristas. Nas cidades maiores, onde o aluguel era mais alto, a ideia dos comissários de capacitar os órgãos sanitários a comprar esses prédios para derrubá-los seria, naturalmente, mais dispendiosa. Os comissários defendem que as autoridades possam intimar proprietários a realizar a higienização de construções insalubres e, em caso de negativa, realizar elas mesmas os procedimentos e multar o dono em valor igual ao das despesas envolvidas. Expropriar a propriedade, contudo, é algo fora de cogitação. A compra de imóveis com fins de demolição, portanto, seria algo a se realizar criteriosamente e em passos graduais, até mesmo para evitar que uma grande quantidade de inquilinos pobres fosse desalojada simultaneamente, gerando desordem urbana[600].

Em relação à edificação de novas construções, advoga-se para que as casas tenham de ser construídas, obrigatoriamente, com privadas próprias, e respeitando uma largura mínima para becos e vielas. Para as casas já erigidas, banheiros públicos de qualidade eram uma resposta mais viável, diante da falta de espaço interno para qualquer reforma nas habitações. Espaços de convívio público, onde se davam aglomerações, precisariam contar com sistemas de ventilação apropriados, especialmente escolas[601]. Para se garantir que todas as orientações estavam sendo corretamente aplicadas, caberia ao órgão local empregar inspetores médicos, aprovados pela Coroa, com a tarefa de reportar regularmente sobre o estado sanitário da região[602].

---

[598] Idem, v. 1, p. 99-100.
[599] Idem, v. 1, p. 137.
[600] Idem, v. 1, p. 107 e 120-1.
[601] Idem, v. 1, p. 119.
[602] Idem, v. 1, p. 122.

Uma nova comissão para investigar especificamente a metrópole de Londres foi designada em 1847, com Chadwick entre os comissários oficiais, já não estando mais vinculado à extinta Comissão da Lei dos Pobres. Dois relatórios foram apresentados pela junta, em novembro de 1847 e fevereiro do ano seguinte. Os relatos são bastante direcionados para a prevenção da cólera, que assumiu pela terceira vez contornos de pandemia em 1846, explodindo na Inglaterra no biênio de 1848-9. O primeiro relatório se inicia com uma revisão geral da estratégia de combate à doença adotada na epidemia de 1831-2, baseada em ações coercitivas de quarentena e isolamento de áreas infectadas. Essas medidas não deveriam ser retomadas, na opinião da comissão de saúde metropolitana, que alegava a existência de evidência empírica comprovando a ineficácia dessas práticas disruptivas, que apenas gerariam transtornos. Insistindo que a cólera não se espalhava pelo contágio, e sim pelos miasmas, os comissários afirmam que a limpeza apropriada das casas e sua integração à rede de saneamento esvaziava todo o potencial epidêmico da moléstia. A prevenção, através do aceleramento do melhoramento sanitário, é tida como única solução efetiva, dado que a experiência anterior deixara claro que, uma vez instaurado o quadro de crise, a capacidade da medicina diante da cólera era muito pequena[603].

As mesmas providências que já haviam sido demandadas para lidar com doenças endêmicas, como o tifo, eram consideradas adequadas para se defender da cólera[604]. O segundo relatório, publicado poucos meses após o primeiro, mantinha a mesma linha argumentativa. Chega-se a celebrar que o esforço de conscientização sanitária esteja sendo bem sucedido em popularizar a teoria miasmática e reduzir a crença na difusão por contágio, mais propícia a gerar pânico entre autoridades e população. Sobre a cólera, comentam-se avanços no tratamento da doença, que demonstra ser uma enfermidade tratável quando ainda se apresenta nos primeiros estágios. Sem muitas observações em relação à infraestrutura, se comparado ao que já havia sido discutido em inquéritos anteriores, a comissão orienta que as tubulações de drenagem metropolitanas sejam mais aprofundadas, de modo que a água possa melhor se infiltrar na terra[605].

---

[603] GREAT BRITAIN. Metropolitan Sanitary Commission. *First Report of the Commissioners appointed to inquire whether any and what special means may be requisite for the improvement of the health of the Metropolis,* with minutes of evidence. London: 1848, p. 1-5.
[604] Idem, p. 17.
[605] GREAT BRITAIN. Metropolitan Sanitary Commission. *Second report of the commissioners appointed to inquire whether any and what special means may be requisite for the improvement of the health of the Metropolis,* with minutes of evidence. London: 1848, p. 9.

Formalmente, a comissão de saúde metropolitana perdurou até 1850, mas suas atividades se encerraram na prática após a publicação do segundo relatório, quando, ao final de agosto de 1848, foi instituído o Ato de Saúde Pública (*Public Health Act*). Um novo Conselho Geral de Saúde foi enfim estabelecido pela legislação, no qual Chadwick foi prestigiado com a posição de comissário que lhe fora negada na Comissão da Lei dos Pobres. Ao seu lado, também como comissários, estavam seu antigo companheiro Thomas Southwood Smith e Lord Ashley, o proeminente político *tory* que ganhara fama ao liderar, no Parlamento, a causa pela regulação do trabalho infantil e juvenil em fábricas. A principal atribuição do órgão era a de organizar a formação de conselhos locais de saúde dentro das linhas definidas pela nova legislação. Esses seriam nomeados pelas corporações ou eleitos por contribuintes, através de critérios que contemplavam com maior representatividade o voto dos proprietários. Os conselhos também eram autorizados a empregar funcionários administrativos e deveriam nomear ao menos um inspetor sanitário, responsável por investigar denúncias de violação das normas sanitárias e providenciar as medidas cabíveis.

Dotado com poderes teoricamente extensos para atuar por meio dos conselhos locais, a junta central carecia, justamente, do poder de coagir as localidades a fundarem essas entidades. O ato de 1848 autorizava a instituição de conselhos compulsoriamente apenas em cidades ou paróquias nas quais os contribuintes fizessem uma solicitação formal com um mínimo de assinaturas, ou caso a região atingisse índices de mortalidade além de um patamar estabelecido. A expectativa de que os conselhos locais concentrassem toda a autoridade sobre assuntos sanitários nos distritos designados também não se materializou, dado que sua existência não anulava a jurisdição dos atos de melhoramento previamente existentes. Apenas a colaboração por parte dos proprietários iria viabilizar, na prática, uma atuação mais eficaz das autoridades sanitárias. Escassez de financiamento e desinteresse de outras instâncias governamentais eram outras queixas cotidianas dentro do Conselho Geral de Saúde, que dispunha de um número pequeno de inspetores para monitorar o funcionamento dos conselhos locais ao longo do país[606].

Chadwick também assumiu lugar de direção na Comissão Metropolitana de Esgotos (*Metropolitan Commission of Sewers*), estabelecida em 1849, dando-lhe um

[606] MCLEAN, D. *Public Health and Politics in the Age of Reform: Cholera, the State and the Royal Navy in Victorian Britain*. London: I. B. Tauris, 2006, p. 8 e 68-9.

controle bem mais direto sobre a rede sanitária de Londres[607]. O auge de seu prestígio não teve longa duração. Crescentes querelas contra companhias de água, os incessantes atritos contra poderes locais e a incapacidade em evitar o retorno da cólera foram fatores que convergiram para que fosse aposentado de forma compulsória da carreira pública, em 1854. Nesse ano, um surto de cólera ocorrido em Londres, que serviu de pretexto para destituir Chadwick, mostrou-se também um evento decisivo para a reabilitação da teoria contagionista perante a miasmática. Mapeando o fornecimento de água, o médico John Snow conseguiu comprovar que a doença se transmitia pelo líquido contaminado. Além do avanço das ciências, novas legislações e a elaboração de mecanismos institucionais que melhor articulavam direção central com execução local deram continuidade à campanha sanitária no decorrer da segunda metade do século. O fracasso do Ato de Saúde Pública de 1848 serviu como um aprendizado para as políticas sanitárias subsequentes.

A hesitação diante de medidas de isolamento que atravancassem a economia, a adesão incondicional a uma hipótese equivocada e as interdições à causa sanitária movidas pelo interesse privado podem soar muito familiares aos que vivenciaram, em anos recentes, tempos de pandemia de covid-19. Mas a comparação, apesar de tentadora, não é justa.

Embora menos sofisticada intelectualmente do que o contagionismo, o apego à teoria miasmática não pode ser explicado apenas por sua maior conveniência para uma abordagem liberal do sanitarismo. Antes das descobertas realizadas na década de 1850, havia uma margem empírica para se sugerir a razoabilidade da existência dos miasmas. A própria cólera representou, de início, um desafio para ser sustentado nas bases do contágio. Observadores, ao constatarem que os médicos que visitavam os enfermos nos bairros pobres geralmente não contraiam a doença, ao contrário de residentes locais que apresentavam os sintomas mesmo sem terem tido contato pessoal direto com um infectado, poderiam ser levados a crer que a transmissão era inteiramente determinada por emanações locais, que nada tinha a ver com o contato entre indivíduos. Era sabido que a água estava de alguma forma relacionada com o ciclo da cólera, mas a contaminação a partir da evacuação, contaminando o líquido, confundia os cientistas na tentativa de

[607] Os conselhos locais de saúde eram voltados para a administração sanitária fora da região metropolitana de Londres, dado que, nessa última, tal competência passou a ser exercida pela Comissão Metropolitana de Esgotos.

montarem o quebra-cabeça. Defensores do modelo miasmático consideravam que o papel da água era elevar a umidade, a qual potencializava as exalações miasmáticas[608].

Mais importante do que justificativas empíricas é reconhecer que, embora o sanitarismo tenha mirado um alvo inexistente ao eleger os miasmas como inimigo primordial, as reformas sanitárias propuseram ações de efetivas e necessárias para atenuar o mal estar dos ambientes urbanos. As obras de saneamento defendidas incidiam sobre problemas bastante reais e, apesar de ter se deparado com toda sorte de obstáculos em sua realização, a campanha movida na década de 1840 foi importante para elevar a consciência a respeito de um plano de ação para tornar as cidades menos insalubres. É claro que a convicção miasmática não deixou de conduzir os reformadores a alguns erros de consequências graves, como a ordem dada por Chadwick para que canais de esgoto londrinos fossem despejados no Thames, agravando a contaminação por cólera. Não obstante, um balanço sobre o reformismo sanitário nas décadas de 1830 e 1840 deve concluir que seu saldo foi positivo para a promoção da saúde pública.

Não havia nada de novo em descrever o pauperismo como uma doença, relação já apontada quando Daniel Defoe atacou a Lei dos Pobres em seu panfleto de 1704[609]. O entendimento da pobreza assistida e de outros males sociais enquanto patologias, contudo, mostrou-se algo mais complexo conforme ficou claro para a consciência sanitária do século XIX que o indivíduo precisava ser lido dentro de seu meio, e não meramente por uma disposição moral inteiramente autodeterminada. Cabia ao poder público intervir para que o liberalismo não se mostrasse, ele mesmo, um fator de desequilíbrio do ambiente social. Restabelecer a justa ordem sanitária e prover as massas com instrução moral através da educação e da disciplina de trabalho eram os caminhos vislumbrados pelo reformismo para, nas palavras de James Kay, "erradicar os germes do pauperismo da geração em ascensão"[610].

---

608 Conferir os argumentos de Mateo Seoane para refutar os contagionistas em seu inquérito sobre a primeira epidemia de cólera na Inglaterra: SEOANE, M. *Informe acerca de los principales fenómenos observados en la propagación del cólera indiano por Inglaterra y Escocia, y sobre el modo de propagarse aquella enfermedad*. London: 1832, p. 60-2, 86 e 119.

609 DEFOE, D. *Giving Alms, no Charity*, and Employing the Poor a Grievance to the Nation, Being an Essay upon this Great Question. London: 1704, p. 13-4 e 23.

610 Kay, J. P. *The training of pauper children*. A report published by the poor law commissioners in their fourth annual report. London: 1839, p. 3-4.

4.3. As comissões diante das relações de trabalho

Regular as relações de trabalho soava como um tabu para muitos ouvidos do reformismo vitoriano. As iniciativas reformistas, de modo geral, tinham por desafio equilibrar intervenção e *laissez-faire*. Mas ao se falar nas dinâmicas entre empregador e empregado, estava-se entrando diretamente no núcleo da acumulação capitalista, a interação tida como base tanto da geração da riqueza quanto da disciplinarização e formação do trabalhador independente. Qualquer regulação que pudesse sugerir à classe trabalhadora de que esta merecia mais do que um contrato espontaneamente assinado, acordado em condições livres e iguais com seus empregadores, era vista como uma ameaça ao lucro e uma perigosa subversão da ética individualista na qual seriam gerados os sujeitos almejados pelo reformismo liberal. Pelo início da década de 1830, o princípio de que as relações de trabalho deveriam ser resguardadas do arbítrio governamental estava consolidado na mentalidade das classes governantes. Como posto pelo comitê parlamentar para a agricultura em 1833:

> Quem deve julgar o que Lucro, Renda e Salários devem ser? - Certamente, nenhuma autoridade legislativa; pois estes são assuntos de convenção ditada pela conveniência recíproca das partes, e silenciosamente de fato, mas certamente ajustados por suas necessidades recíprocas[611].

Contudo, na disputa de narrativas que se estabeleceu acerca do projeto de sociedade a se construir após conquistada a reforma eleitoral de 1832, a pauta laboral não poderia ser ignorada pelos defensores do livre mercado. A primeira grande questão trabalhista a mobilizar uma comissão real foi a exploração de crianças e adolescentes nas modernas fábricas do setor têxtil. Este se revelou um problema intrincado, explorado por radicais populares e *tories* e que repercutiu fortemente na sensibilidade da classe média. A menoridade, nesse caso, podia ser apontada como um fator excepcional às regras do *laissez-faire,* dado o entendimento de que os acordos eram livres desde que firmados entre indivíduos na "idade da razão". O tema acabou se expandindo para abarcar outros setores, notadamente a mineração, e passou a mobilizar discussões também sobre o trabalho feminino adulto.

Além de duas comissões reais para o trabalho infantil e juvenil, as décadas de 1830 e 1840 englobaram três outras comissões para abordar a situação dos tecelões manuais, dos mineradores das *Midlands* e dos *framework knitters* (tecelões que

[611] GREAT BRITAIN. Parliament. *Report from the select committee on agriculture;* with the minutes of evidence taken before them, and an appendix and index. London: 1833, p. 5.

confeccionavam meias de malha). A segunda foi uma resposta a denúncias de abuso a respeito do modo como os trabalhadores estavam sendo empregados na mineração, incluindo a realização de pagamentos em gêneros ou outros produtos adquiridos em lojas, casos muito flagrantes de desacordo com critérios mínimos de equidade e transparência entre as partes. As duas investigações sobre o estado da tecelagem, por sua vez, apareceram em resposta a petições movidas por trabalhadores do setor, solicitando intervenções que incluíam a regulação salarial por parte do governo.

No conjunto, os relatórios apresentados pelas comissões refletem a relutância, por parte do discurso oficial, em acatar as demandas feitas por trabalhadores. Bandeiras voltadas pela fixação de valores mínimos para o preço da força de trabalho são veemente repudiadas. A redução das jornadas é avaliada de modo cuidadoso, buscando saídas negociadas junto aos empregadores para não comprometer margens de lucro consideradas muito baixas. Outras reivindicações, quando ligadas à coibição de práticas explicitamente desonestas, eram mais facilmente aceitas como apelos válidos.

O presente subcapítulo é dividido em duas partes. Na primeira, é destacado o tema do trabalho infantil, juvenil e feminino. Os relatórios das comissões sobre o trabalho de menores atuantes em 1833 e entre 1840 e 1843 são, naturalmente, o material principal analisado, mas também foi incluída nesta seção a investigação sobre os mineradores de carvão nas *Midlands*, pois, como explicado adiante, a mesma aparenta ter sido nomeada em decorrência dos inquéritos sobre o emprego de crianças na mineração. Em seguida, é discutida a postura dos comissários diante do problema da tecelagem, abordando as comissões voltadas para os tecelões entre 1837 e 1841 e 1844 e 1845.

4.3.1. Crianças e adolescentes trabalhadores

Conforme insistiam os defensores do sistema fabril diante de seus críticos, o trabalho infantil não foi uma invenção da Revolução Industrial e nem estava restrito ao espaço da fábrica. Mensurar essa realidade a partir das fontes oficiais é uma tarefa ingrata. Como explica Peter Kirby, os censos decenais estabelecidos a partir de 1801 eram extremamente incompletos no que tange a ocupação das faixas etárias mais jovens. O censo de 1851, bem mais confiável do que seus antecessores, ainda é muito limitado em suas estimativas, subestimando o número de crianças ocupadas no trabalho doméstico ou na agricultura. Levantamentos mais completos estavam concentrados no setor industrial,

sobretudo a grande indústria têxtil[612]. Essa disparidade na disponibilidade de informação estatística entre ocupações, por si só, já diz muito sobre o modo como a fábrica atraiu desproporcionalmente os holofotes no debate travado sobre o trabalho na infância e juventude. Também nos revela algo sobre o próprio entendimento do que era a entrada no mundo do trabalho para os contemporâneos.

Uma criança nascida em uma família de trabalhadores agrícolas (atividade que, ainda em 1850, representava a ocupação mais recorrente na distribuição da força de trabalho) poderia começar a contribuir para a produção tão logo fosse capaz de se locomover com razoável autonomia. Espantar pássaros durante a semeadura, coletar pequenas pedras no campo arável ou vigiar o gado são afazeres que constam em registros autobiográficos e no relato de observadores como sendo executados por crianças muito novas, resguardando algo de um elemento lúdico sem deixar de colaborar para a economia doméstica. Meninos e meninas um pouco mais velhos também podiam ficar encarregados de zelar pelos irmãos menores durante a jornada dos pais. Aos olhos da sociedade, contudo, as várias tarefas com as quais as crianças costumeiramente se envolviam não representavam um corte claro para caracterizá-las como verdadeiras trabalhadoras, especialmente quando desempenhavam funções não remuneradas[613].

Havia, de certo, possibilidades de trabalho pago para os pequenos no campo. Quando as fazendas experimentavam seu pico de demanda por mão de obra, durante a colheita, crianças eram abundantemente empregadas. O crescimento das fazendas tornou mais comum, a partir da década de 1840, que crianças fossem reunidas em bandos para serem subcontratadas para tarefas como capinar e espalhar esterco[614]. A existência de um vínculo remunerado em dinheiro, nesses cenários, demarcava de forma mais evidente o exercício de um trabalho de fato. Mas essas são ainda ocupações nebulosas do ponto de vista dos dados, subnotificadas nas estatísticas. Uma etapa que sabemos ser muito significativa para caracterizar, aos olhos da comunidade, uma inserção mais ativa na posição de trabalhador, era a saída do lar para viver e trabalhar na propriedade de outros, como trabalhador agrícola, aprendiz ou empregada doméstica. Apesar de se tratar de uma transição comum no mundo rural, a idade em que ela ocorria variava bastante de acordo

[612] Cf. KIRBY, P. *Child Labour in Britain*, 1750-1870. [E-book]: Palgrave Macmilliam, 2003, p. 9-13.
[613] Idem, p. 55-6.
[614] Idem, p. 59-60.

com a atividade exercida pelos pais e sua condição econômica, podendo se dar tão cedo como aos 10 anos, ou ocorrer apenas na juventude, durante a adolescência[615].

Deixar a casa dos pais, portanto, era um passo que se dava após uma gradual familiarização com as práticas laborais, na qual o infante vai sendo incumbido com tarefas mais complexas conforme seu desenvolvimento, até o momento do afastamento, quando normalmente é enviado para outro local de residência. Perceber esse movimento ajuda a compreender porque o trabalho infantil nas fábricas gerou tanto estranhamento e indignação. Comparando com a realidade urbana, a idade na qual se deixa a casa dos pais no campo era menor. A maior proximidade entre residência e local de emprego viabilizava, nas cidades, a permanência mais extensa no seio familiar. Ocorre que, na indústria, a transição para o trabalho se dá de modo mais abrupto, impondo desde o início uma diferença acentuada no ambiente, ritmo e disciplina laborais, em relação às experiências da criança até então. O sistema fabril também tornava o uso da mão de obra infantil muito mais explícito, quando comparado com as tarefas domésticas ou empregos de pequena escala nos quais ela esteve sempre envolvida.

Embora a Revolução Industrial tenha colocado o trabalho infantil em evidência no debate público, é difícil, pela precariedade dos dados, quantificar os efeitos da industrialização sobre este fenômeno. Analisando um conjunto de 518 relatos autobiográficos deixados por trabalhadores homens nascidos entre 1627 e 1878, Janne Humphries encontrou uma redução na média de idade com a qual os autores começaram a trabalhar a partir de 1791. A média de 11.5 anos identificada para o período pré-industrial entre 1627 e 1790 (compreendendo 91 autobiografias) cai para 10.28 anos entre 1791 e 1820 (123 autobiografias), decrescendo novamente para 9.98 entre 1821 e 1850 (144 autobiografias), até finalmente voltar a subir e atingir a marca de 11.39 anos entre 1851 e 1878 (160 autobiografias). Os cuidados a serem tomados com esses dados são reconhecidos pela autora[616]. A amostragem é pequena, considerando o longo período abordado, e diz respeito quase que exclusivamente a pessoas do sexo masculino. Narrativas autobiográficas, embora sejam uma fonte valiosa onde há escassez de informação quantitativa, constituem um registro atípico para trabalhadores da época, normalmente sendo deixadas por indivíduos que consideravam que sua história merecia

[615] Idem, p. 32-7.
[616] HUMPHRIES, J. *Childhood and Child Labour in the British Industrial Revolution*. Cambridge: Cambridge University, 2010, p. 176-7.

ser contada por algum motivo, o que em si já confere a esses sujeitos certa excepcionalidade no conjunto geral da classe trabalhadora[617].

Feitas essas ressalvas, os dados apresentam uma tendência interessante e digna de discussão. É necessário frisar que essas médias são estabelecidas sem distinguir entre as atividades que marcam o início da vida de trabalho, entendida no geral como um primeiro emprego remunerado. Quando realiza uma análise segmentada a partir da ocupação dos pais, Humphries percebe que os filhos dos operários fabris (uma fração bastante minoritária dentro do total) de fato se iniciam no emprego com uma idade menor do que a média, quase um ano inferior à dos filhos de trabalhadores agrícolas[618]. A autora observa que o ingresso mais cedo no primeiro emprego constatado entre 1791 e 1850 coincide com um período de crescimento lento e oscilante dos salários reais. Com a proletarização e o cerceamento de outras formas de rendimento que não o trabalho assalariado, o mais provável, em sua opinião, é que essa curva para baixo reflita a necessidade das famílias de contarem precocemente com a contribuição salarial das crianças[619]. Peter Kirby, sem partilhar dos dados organizados por Humphries, mantém visão parecida quando considera que o curso do trabalho infantil no século XIX estava intimamente atrelado com as incertezas do mercado de trabalho adulto[620]. Visões mais otimista seguem a linha da "revolução industriosa" de Jan de Vries: o engajamento precoce em atividades assalariadas deve ser lido como resposta racional à maior diversidade e oportunidade de empregos apresentada pela Revolução Industrial, incentivando famílias e indivíduos, inclusive crianças, a elevarem seu padrão de consumo[621].

Os "atos fabris" (*factory acts*), como foram chamadas as sucessivas legislações instituídas no século XIX visando regular o emprego de crianças e jovens em fábricas, existiam desde o início do século, mas só começaram a se tornar mais efetivos na década de 1830. O primeiro ato fabril data de 1802, movido por iniciativa do político *tory* Robert Peel, um dos mais ricos industrialistas do país e pai do futuro primeiro-ministro de mesmo nome. Foi uma resposta à preocupação manifestada por médicos de que, na fábrica de propriedade de Peel, os mais novos estavam expostos à febre. O ato definia algumas

[617] Idem, p. 20-2.
[618] Idem, p. 180-3.
[619] Idem, p. 180.
[620] KIRBY, P. *Child Labour in Britain*, 1750-1870. [E-book]: Palgrave Macmilliam, 2003, p. 43.
[621] VRIES, J. *The Industrious Revolution*: Consumer Behavior and the Household Economy, 1650 to the Present. Cambridge: Cambridge University, 2008, p. 82-7.

condições de salubridade mínimas para estabelecimentos fabris do ramo têxtil, restringia a jornada de trabalho dos aprendizes e determinava que os mesmos recebessem instrução religiosa e fossem separados por sexo nos dormitórios. Duas limitações fizeram da legislação praticamente letra morta. As medidas eram restritas aos jovens prestando aprendizado formal, excluindo aqueles que estavam empregados como simples trabalhadores. Mais grave, o ato deixava a imposição ou não da lei ao critério de magistrados locais, carecendo, portanto, de poder compulsório. A difusão da tecnologia à vapor no setor e o aumento de demanda por mão de obra infantil nas fábricas reforçou a inutilidade da lei, que fora pensada ainda tendo como referência as instalações mais isoladas abastecidas por energia hidráulica[622].

Nas primeiras análises mais aprofundadas feitas por observadores sobre o novo sistema fabril, a exploração dos pequenos operários era destacada negativamente. Escrevendo em 1815, Robert Owen, que ficaria conhecido na década seguinte por suas experiências cooperativistas, expressou preocupação especial em relação às crianças quando ponderou sobre os efeitos da manufatura moderna sobre a população trabalhadora. Sua argumentação, como era comum em análises sociais da primeira metade do século XIX, recorre ao contraste com um século XVIII idealizado, caracterizado por harmonia social entre classes e uma condição elevada do trabalhador rural. Owen afirma que, até 30 anos no passado, as famílias mais pobres não tinham por hábito empregar seus filhos regularmente antes que estes atingissem os 14 anos, uma idade na qual já teriam cultivado uma formação sadia ao ar livre e estavam devidamente familiarizados com os saberes de economia doméstica e moral, essenciais para seu desenvolvimento. Não há dados que sustentem essa colocação, que contradiz os registros que nos chegam sobre a realidade do trabalho infantil no mundo pré-Revolução Industrial, mas ela transparece um lugar comum entre reformadores mais sensíveis ao drama social: o receio de que o sistema fabril inibia, entre as crianças nele envolvidas, o florescimento das virtudes do bom trabalhador[623].

---

[622] Embora o consumo de carvão tenha iniciado sua curva ascendente na Inglaterra no século XVII, seu uso para prover energia mecânica na indústria avançou mais devagar. Ainda em 1800, a energia hidráulica era uma fonte muito mais utilizada do que o vapor. Na indústria têxtil, sobretudo para os têxteis de algodão, o vapor de fato se consolidou como fonte de energia predominante no decorrer da primeira metade do século XIX. Até 1830, entretanto, o custo por unidade de energia representado pelo moinho hidráulico permanecia modestamente inferior ao do engenho a vapor, fazendo com que seu uso permanecesse como uma opção desejável a depender do tipo de têxtil fabricado. Cf. DAUNTON, M. J. *Progress and poverty*: an economic and social history of Britain, 1700-1850. New York: Oxford University, 1995, p. 190-6.

[623] OWEN, R. *Observations on the effect of the manufacturing system:* with hints for the improvement of those parts of it which are more injurious to health and morals. 2ª ed. London: 1817, p. 8-13.

A entrada de crianças muito novas que se via recentemente nas fábricas, a partir dos 7 ou 8 anos de idade, comprometia a aquisição dessas faculdades indispensáveis para formar adultos que seriam trabalhadores e pais decentes. Propondo uma solução que fosse palatável aos industrialistas, Owen defende que o Parlamento limite a jornada nas fábricas a um teto de 12 horas diárias para todas as idades. Para as crianças, propõe que ou elas não possam ser empregadas antes dos 10 anos, ou que os menores de 12 anos não possam trabalhar mais do que 6 horas diárias. Reforça que nenhuma criança poderia ser empregada sem que se comprovasse que soubesse ler, escrever e entender as funções aritméticas básicas. Meninas deveriam, ainda, mostrar que sabiam o básico da costura[624]. Owen encaminhou suas propostas na forma de um projeto de lei a ser conduzido por Robert Peel, mas que foi aprovado apenas em 1819, após ser muito enfraquecido pelos parlamentares. A versão final da lei se aplicava apenas às fábricas de têxteis de algodão, proibindo o emprego de menores de 9 anos e estabelecendo o teto de 12 horas para a jornada dos menores de 16 anos. Sem estabelecer um sistema de inspeções rotineiras, como Owen reivindicava, o ato surtiu pouco efeito prático.

Novas legislações buscando fazer da lei de 1819 algo mais efetivo foram implementadas sem sucesso em 1825 e 1829. Esses primeiros atos fabris foram substituídos pelo ato de 1831, que reuniu as determinações principais das medidas precedentes e fez algumas adições, notadamente a proibição do trabalho noturno para menores de 21 anos e a extensão da jornada de 12 horas para todos os menores de 18 anos. A carência de inspeções sistematizadas, contudo, só começaria a ser resolvida a partir da atuação do comitê parlamentar formado para sugerir um projeto de lei mais apropriado para lidar com o trabalho infantil. Chefiado pelo ultra *tory* Michael Sadler, que havia chegado ao parlamento por um dos pequenos burgos controlados pela aristocracia antes da reforma parlamentar, o comitê ouviu testemunhas entre 1831 e 1832 para compilar os depoimentos em um relatório que detratou intensamente os industrialistas[625].

Durante a última sessão do Parlamento pré-reforma, em 1832, Sadler introduziu um projeto de lei estendendo a regulação existente no ramo do algodão para todo o setor têxtil e limitando a jornada para menores de 18 anos em um máximo de 10 horas. Foi a

[624] Ibid, p. 11.
[625] GREAT BRITAIN. Parliament. *Report from the Committee on the 'Bill to Regulate the Labour of Children in the Mills and Factories of the United Kingdom*: with the minutes of evidence, appendix and index. London: 1832.

primeira tentativa em uma longa campanha para aprovar a "Carta das Dez Horas" (*Ten Hours Bill*), uma bandeira inspirada em organizações trabalhistas que se mobilizaram a partir de 1831 para pressionar pela redução do tempo de trabalho, tendo nas 10 horas uma referência a ser alcançada para crianças e, segundo alguns, também para adultos. Como Sadler não seria reeleito após o Ato de Reforma de 1832, a partir de 1833 a Carta das Dez Horas passou para a responsabilidade de Lord Ashley, *tory* representante do anglicanismo evangélico, cuja família controlava um assento nos Comuns em Dorset, no sudoeste inglês. Ashley já em 1833 tentou fazer com que o projeto de lei fosse aprovado, o que resultou em um segundo fracasso.

O "Relatório Sadler" (*Sadler Report*), como foi apelidado o documento apresentado na conclusão do trabalho do comitê parlamentar, começou a ter fragmentos publicados na imprensa no início de 1833, gerando forte comoção. Os testemunhos que compunham o material não foram prestados sob juramento e muitas dúvidas foram levantadas a respeito do modo como as pessoas ouvidas pelo comitê foram selecionadas. A forma como as perguntas foram conduzidas induzia que o trabalho fabril fosse apresentado da maneira mais sinistra possível. A impressão passada pelo compêndio de relatos era a de que a rotina usual da criança operária era definida por jornadas que duravam entre 13 e 16 horas diárias, durante as quais permaneciam encarceradas nas instalações para que não fugissem, sendo punidas com surras e açoites pelos contramestres diante de qualquer distração ou atraso[626].

Reagindo ao apelo popular pela jornada de 10 horas e ao sentimento anti-fábrica alimentado por Sadler, o Parlamento recém reformado, no auge da maioria *whig*, apontou em abril de 1833 15 nomes para formarem uma comissão real de inquérito, incumbida de avaliar a condição das crianças em fábricas de tecido e sugerir formas de reduzir suas horas de trabalho. À frente da comissão estava Thomas Tooke, conhecido economista liberal e membro fundador do Clube de Economia Política. Ao seu lado, compondo um conselho central na condução das investigações, estava a dupla de reformadores benthamitas composta por Thomas Southwood Smith e Chadwick. Além de Chadwick, outros quatro nomes envolvidos no inquérito sobre a Lei dos Pobres foram integrados à comissão[627]. Quatro distritos foram delineados para organizar as investigações,

[626] Idem, passim.

[627] John Welsford Cowell, Alfred Power e Edward Carleton Tufnell assumiram como comissários, enquanto John Wilson foi nomeado secretário. Todos os quatro haviam sido comissários assistentes na comissão de inquérito da Lei dos Pobres, a qual teve sua etapa de trabalho investigativo encerrada em março de 1833, apenas um mês antes de ser nomeada a comissão de inquérito para o trabalho infantil.

compreendendo condados ingleses onde havia produção manufatureira e as *Lowlands* escocesas[628]. Questionários foram enviados às autoridades paroquianas e municipais para que estas os distribuíssem entre os industrialistas locais. Cada distrito foi visitado por um trio de comissários, contando sempre com um médico de formação entre eles. Apesar de os retornos dos questionários revelarem que estabelecimentos de outros ramos foram incluídos em alguma medida no escopo da comissão, o trabalho investigativo permaneceu bastante concentrado no setor têxtil. Uma década depois, Friedrich Engels assim resumiu a relação entre o Relatório Sadler e a formação da comissão de 1833:

> Sadler obteve um comitê parlamentar para a investigação do sistema fabril, e esse comitê reportou-se em 1832. Seu relatório foi enfaticamente partidário, composto por fortes inimigos do sistema fabril, para fins partidários. Sadler permitiu-se ser traído por seu nobre entusiasmo nas mais distorcidas e errôneas afirmações, extraiu de suas testemunhas, pela formulação de suas questões, respostas que contêm a verdade, mas verdade em uma forma pervertida. Os manufatureiros, irritados ante um relatório que os representava como monstros, agora demandavam uma investigação oficial; eles sabiam que um relato preciso deveria, neste caso, ser vantajoso para eles; eles sabiam que os *whigs*, burgueses genuínos, estavam ao leme, com quem eles estavam em bons termos, cujos princípios eram opostos a qualquer restrição sobre a manufatura. Eles obtiveram uma comissão, em justa ordem, composta por burgueses liberais, cujo relatório eu tenho tão frequentemente citado. Esse chegou de algum modo mais perto da verdade do que o de Sadler, mas seus desvios a partir daí dão-se em direção oposta. Em cada página se revela simpatia com os manufatureiros, suspeita com o relatório de Sadler, repugnância com as agitações independentes dos trabalhadores e com os defensores da Carta das Dez Horas[629].

Pode se alegar que Engels, que tinha apenas 24 anos quando redigiu *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, cometeu exageros em diversas passagens de seu famoso relato, mas seu juízo sobre a comissão real é condizente com o texto que os comissários apresentaram ao final junho de 1833, três meses depois da nomeação da junta. O primeiro relatório apresentado, assinado pela tríade de comissários principais, admite a existência de uma série de abusos cometidos contra crianças empregadas nas manufaturas, mas enfatiza a todo momento fatores que contradizem as impressões difundidas por Sadler: as piores condições de trabalho são encontradas nas pequenas oficinas, não nas grandes fábricas; nas fábricas, crianças pequenas são normalmente subcontratadas pelos operários mais velhos, e é nas mãos deles que sofrem as piores

---

[628] Os condados para os quais foram enviados questionários foram: Aberdeenshire, Ayrshire, Bute, Clackmannanshire, Edinburgh, Fifeshire, Forfarshire, Lanarkshire, Perthshire, Renfrewshire, Stirlingshire e Antrim, pelo distrito norte; Devonshire, Gloucestershire, Staffordshire, Warwickshire, Wiltshire, Worcestershire, Essex, Hertfordshire, Norfolk e Suffolk pelo distrito oeste; Nottinghamshire e Yorkshire, pelo distrito nordeste; Cheshire, Derbyshire e Lancashire, pelo distrito do Lancashire.

[629] ENGELS, F. *The Condition of the Working Class in England*. [E-book]: Penguin Books, 1987, p. 160, tradução livre.

violências; uma redução da jornada para o patamar de 10 horas seria maléfica para o interesse dos trabalhadores, inclusive os mais novos[630].

Para Escócia e Inglaterra, a comissão alega ter se deparado com uma jornada orbitando 12 horas enquanto extensão mais comum do trabalho, mas não esconde que esse é apenas um resultado modal, em torno do qual há grandes variações[631]. Como as tarefas desempenhadas pelas crianças eram auxiliares ao trabalho dos mais velhos, a labuta dos pequenos e dos adultos possuía em regra a mesma duração, podendo atingir 16 ou mesmo 18 horas diárias nos piores casos encontrados[632]. Os intervalos cedidos para realizar refeições também divergiam bastante, variando entre uma, duas ou três (casos raros) pausas ao longo do dia, nos quais as máquinas são interrompidas. Na maioria dos estabelecimentos, bebidas e alimentos eram ingeridos em meio às tarefas, visto que o espaçamento entre as pausas normalmente era amplo demais. O momento das refeições estava sujeito a ser parcialmente apropriado pelos empregadores para extrair mais trabalho sem remuneração. Usualmente, esses intervalos tinham entre 30 minutos e 1 hora de duração, metade desse tempo comumente sendo utilizado para limpeza de máquinas, por exemplo. O encurtamento das pausas, contudo, poderia vir a pedido dos trabalhadores, ansiosos por deixarem a fábrica mais cedo[633]. Interrupções por problemas no maquinário ou falta de suprimento de água, nos ambientes abastecidos com energia hidráulica, podiam estender o dia de trabalho entre 30 minutos e 2 horas[634].

As testemunhas ouvidas concordavam que, nas últimas duas décadas, um misto de consciência dos industrialistas e pressão da opinião pública estava atuando para tornar as grandes instalações fabris locais mais seguros e salubres, com jornadas convergindo para as 12 horas, pontuando que isto era um feito movido espontaneamente e sem imposição legislativa[635]. Depoimentos de trabalhadores com passagens pelas fábricas são citados para mostrar que a extensão do trabalho para além desse patamar pode partir também do desejo dos empregados, desejosos de aumentar os salários, ou que operários preguiçosos forçam os menores a trabalhar horas extras como forma de compensar o tempo que perdem com devassidão e ociosidade. Pela parte das crianças, é dito que as

---

630 GREAT BRITAIN. Factories Inquiry Commission. *First Report of the Central Board of His Majesty's Commissioners appointed to collect Information in the Manufacturing Districts, as to the Employment of Children in Factories, and as to the Propriety and Means of Curtailing the Hours of their Labour:* with minutes of evidence, and reports by the district commissioners. London: 1833.
631 Idem, p. 7.
632 Idem, p. 11 e 13.
633 Idem, p. 8-10.
634 Idem, p. 10.
635 Idem, p. 7-8, 52-3 e 59-60.

mesmas procuram ampliar a jornada pois entregam tudo que ganham nas horas regulares para suas mães, que devolvem apenas uma pequena quantia para que o filho gaste como quiser[636].

Diferentemente de outros relatos, onde as expressões *mill* (moinho) e *factory* (fábrica) parecem ser utilizadas como equivalentes, aqui os comissários mostram-se preocupados em distinguir de modo claro os "velhos e pequenos moinhos" de estruturas de maior porte:

> É dos velhos e pequenos moinhos que o relato bem uniformemente é - "sujo; teto baixo; mal ventilado; mal drenado; sem facilidades para se lavar ou vestir; sem mecanismo para levar embora poeira e outros eflúvios; maquinário não protegido; passagens tão estreitas que mal podem ser definidas; alguns dos andares tão baixos que quase não é possível permanecer de pé no centro dos cômodos;" enquanto a descrição das estruturas recentes e dos grandes estabelecimentos em geral - "infinitamente melhor gerenciado a respeito de ventilação, altura dos telhados, e libertação de perigo para os trabalhadores perto do maquinário, pela maior largura das passagens nas salas de trabalho, e pela mais efetiva proteção nas máquinas, do que daqueles [estabelecimentos] em uma escala menor." Não há carência de estabelecimentos nos quais cada vantagem deste tipo é combinada em nível quase perfeito (...)[637].

A comissão reconhece que, mesmo a fábrica não sendo o ambiente mais preocupante para crianças, se constatam nelas episódios de negligência com mais frequência do que o aceitável pela decência. O estado dos banheiros é o primeiro exemplo mencionado, criticados tanto pela ineficácia da ventilação em esvair odores quanto pelo uso comum entre sexos, evocando a imbricação entre pudor e saúde a qual se apegavam os reformistas[638].

Evidências de tratamento violento às crianças também foram reconhecidas como uma realidade, na forma de pontapés, socos e pancadas com faixas ou pequenos açoites, fora a exposição constante dos pequenos à linguagem chula inapropriada para sua idade. Embora seja tido como verdade que as surras podem ser aplicadas pelos contramestres nas fábricas, o relatório faz observações em série para que isso não seja generalizado. Era habitual, para diversas categorias, que as crianças fossem subcontratadas pelos operários adultos para prestar funções auxiliares, que por sua vez as mantinham sob tutela durante toda a jornada. O mais comum era que os castigos corporais, existentes em todas as fábricas, fossem infligidos pelos trabalhadores, inclusive pais ou outros parentes das vítimas. A conduta violenta, portanto, não era normalmente uma instrução vinda de cima,

---

[636] Idem, p. 12-15.
[637] Idem, p. 16, tradução livre, colchetes meus.
[638] Idem, p. 18.

por parte dos proprietários. Ao contrário, vinha se multiplicando o número de empregadores que vedava expressamente as agressões físicas, com o uso de instrumentos de castigo rareando em relação ao passado próximo. Insiste-se que, tal como as demais mazelas, a violência é mais severa nos estabelecimentos menores e mais escondidos do olhar público[639]. Nas fábricas, com poucas exceções, o tratamento dispensado pelos patrões à força de trabalho, de todas as idades, é descrito como "paternal" (*paternal*)[640].

Pensando, portanto, no sistema fabril, o problema mais grave ao qual as crianças estavam sujeitas eram as longas horas de trabalho, privando-as de qualquer lazer e da possibilidade de obterem os devidos estudos e instrução religiosa mínima[641]. Ironicamente, esse mal é apresentado como um argumento para desacreditar a Carta das Dez Horas, que, ao não prever nenhuma cláusula condicionando a redução das jornadas à frequência escolar, falhava em promover a elevação da condição das crianças. A comissão também ataca aqueles que, através da bandeira das dez horas, reivindicam encurtamento indiscriminado do tempo de trabalho para todas as idades, o que é imediatamente descartado pelo relatório como algo a se considerar. Regular a jornada dos adultos não apenas é tido como uma intromissão injustificada da lei em uma relação entre particulares, mas algo que traria prejuízo a todas as partes, comprometendo margens de lucro já muito deprimidas e causando uma redução geral de salários insustentável para as famílias dos operários. O desafio estava em diminuir as horas trabalhadas pelas crianças sem que isso interrompesse o trabalho dos mais velhos, que não podiam operar sem elas[642].

Muito alarde é feito no relatório sobre a precariedade da posição de liderança inglesa à frente do comércio mundial de manufaturas, um argumento repetido pelos liberais para rechaçar propostas de jornadas mais curtas e para atacar a manutenção das Leis dos Cereais. A razão da supremacia industrial inglesa, segundo a comissão, residia inteiramente na maior proporção de capital fixo investido e nas menores taxas de juros em comparação com outros países. Mas essa dianteira vinha sendo crescentemente ameaçada, conforme rivais internacionais se esforçavam para reduzir o atraso tecnológico enquanto continuavam a se beneficiar de uma força de trabalho mais barata do que a britânica. França, Flandres e Prússia são citados como maiores competidores continentais,

639 Idem, p. 19-22 e 45.
640 Idem, p. 21.
641 Idem, p. 26.
642 Idem, p. 33-7.

além dos Estados Unidos[643]. Este último é sempre exaltado entre economistas e outros observadores da classe média britânica como um paraíso de prosperidade, gozando da condição excepcional de dispor de terras infindáveis a serem abertas no oeste, o que possibilitava seu crescimento populacional explosivo sem depreciar o padrão de vida. Era visto como um país de salários altos e onde os empregados são diligentes, mais sóbrios e avessos a sindicatos[644].

Na Grã-Bretanha, de maneira oposta, reclama-se da influência exercida pelos sindicatos em acirrar os ânimos dos trabalhadores contra seus empregadores e a repetição de greves inúteis. Em algumas partes do texto, lideranças sindicais são acusadas de ignorar os princípios mais elementares da economia política, acreditando que poderiam encurtar seu trabalho mantendo salários no mesmo patamar[645]. Outras passagens, no entanto, sugerem que os operários agem na verdade através da lógica da ciência econômica, sabendo que menores jornadas elevariam a demanda por mão de obra, reduzindo o desemprego e evitando a queda dos salários reais[646]. O que lhes escapava era, precisamente, a perspectiva internacional, na qual se revelava a inviabilidade de as manufaturas inglesas permanecerem competitivas diante de um acréscimo mais significativo do custo de produção.

Procurando uma saída negociada com os empregadores, os comissários sugerem banir o emprego de crianças menores de 9 anos em fábricas e instituir o limite de 8 horas para a jornada daqueles entre os 9 e os 14 anos. A sugestão dada é que as fábricas passem a operar com dois turnos de crianças ao longo do dia. O trabalho noturno (realizado entre as 22 horas e as 5 horas do dia seguinte), considerado extremamente maléfico para os jovens, deveria ser proibido para todos que não houvessem completado 14 anos de idade. Na visão da comissão, ao atingir sua décima quarta primavera, o sujeito deixava para trás a infância e já podia ser encarado como agente livre, autônomo para firmar contratos e apropriar-se do fruto de seu trabalho. É reconhecido, no relatório, que qualquer intervenção sobre o trabalho é indesejável e só se legitima quando não há outra solução. Justificavam sua intromissão com o seguinte argumento:

> As bases para interferência legislativa em nome de crianças sob tais circunstâncias parece ser - 1. Que na idade na qual as crianças em questão são postas para trabalhar elas não são agentes livres, visto que elas são deixadas para serem contratadas, e não recebem os salários que ganham, mas esses salários são

[643] Idem, p. 38-41.
[644] Idem, p. 70.
[645] Idem, p. 48-50.
[646] Idem, p. 36.

> apropriados por seus pais ou guardiões. 2. Que o trabalho que elas performam não é apropriado, e não é pretendido para ser proporcional à força delas, mas é regulado somente pela duração do trabalho dos adultos[647].

Consta também, entre os encaminhamentos, que os menores de 14 anos necessitam apresentar regularmente certificados assinados por professores para comprovar que estão frequentando aulas, do contrário não podem ser empregados[648]. Finalmente, recomendam a nomeação de inspetores autorizados a adentrar as fábricas para averiguar se as orientações estão sendo cumpridas, com poderes para determinar que nas máquinas perigosas seja instalada a devida proteção, quando constatarem sua ausência[649].

Um segundo relatório foi apresentado pela comissão um mês após a publicação do primeiro. O documento era constituído majoritariamente por impressões médicas sobre a saúde dos operários que haviam ficado de fora do relato anterior. Os retornos trazidos pelos comissários trazem percepções muito diferentes entre si. O trio de comissários centrais, ao fazer a redação da síntese das observações recolhidas, reconhece a dificuldade em tecer um quadro geral a partir de tantas divergências, apontando que a evidência trazida por alguns comissários médicos é vaga e sequer discrimina se são referentes ao trabalho fabril ou de outra espécie. Testemunhos recolhidos dentro do mesmo distrito podem trazer opiniões inteiramente opostas em relação ao efeito do emprego nas fábricas sobre as crianças[650]. No relatório, a comissão se abstém de emitir pareceres conclusivos e se limita a um panorama sobre esses relatos divergentes.

O que parece mais significativo, dentro da costura formada pelas impressões destacadas pela junta central, é a consideração de que os problemas de saúde identificados entre crianças operárias não podem ser atribuídos à natureza particular do sistema fabril, pois representam um lugar comum entre trabalhadores urbanos ou sujeitos ao confinamento em espaços internos. Quando comparados àqueles que cresciam trabalhando no mundo rural, os operários careciam de compleição, mas isso se explicava pelo ambiente, não pelas atividades desempenhadas. A aparência pálida, sugerindo fraqueza e apatia, usual entre os empregados da fábrica, seria a realidade geral nas

---

[647] Idem, p. 52.
[648] Idem, p. 67.
[649] Idem, p. 72.
[650] GREAT BRITAIN. Factories Inquiry Commission. *Second report of the Central Board of His Majesty's Commissioners appointed to collect information in the Manufacturing Districts, as to the Employment of Children in Factories, and as to the Propriety and Means of Curtailing the Hours of their Labour*: with minutes of evidence and reports by the medical commissioners. London: 1833.

cidades[651]. Os casos mais claros de fadiga e exaustão pelo trabalho são apontados como algo próprio dos operários muito novos, que paravam de se queixar desses males tão logo atingiam a puberdade. A presença de deformidades entre trabalhadores fabris, mencionada por observadores, é um problema que assume dimensões diferentes na percepção de cada comissário. Na maioria das vezes em que a questão é citada, diz-se que se trata de casos pontuais, que foram se mostrando mais raros na medida em que as máquinas foram se aprimorando de modo a não comprometer demais a postura do operador, mas há exceções, que afirmam se tratar de algo muito frequente[652].

Os dados mais confiáveis para aferir a saúde dos operários se situam a partir da segunda metade do século XIX. As informações trazidas por comissões ou comitês nas décadas de 1830 e 1840, precisamente quando o assunto era mais vivamente debatido na esfera pública, apresentam metodologia deficiente em seu recolhimento e sistematização. São fartamente abastecidas de evidência anedótica provida por observadores médicos e leigos. A situação é ainda pior para o recorte anterior. O simples fato de o inquérito de 1833 ter recolhido relatos de testemunhas locais, diretamente nas zonas industriais, já representava uma inovação importante em relação aos comitês parlamentares que a precederam, nos quais os depoimentos eram todos colhidos em Londres, convocando médicos geralmente advindos da região metropolitana e sem familiaridade com o ambiente fabril. Os levantamentos feitos na época, quando elaborados com algum refinamento quantitativo, abarcam amostragens pequenas[653].

Historiadores embrenhados no debate sobre o padrão de vida encontraram nas médias de altura entre jovens recrutados pelas forças armadas o mais próximo de um índice nacional de saúde. A variação de estaturas de acordo com ocupações diferentes foi constatada, mas bem mais significativa era a disparidade encontrada entre rapazes advindos da cidade e do campo (algo impressionante, ao se considerar a inferioridade dos salários e dietas rurais em comparação com o trabalhador urbano). Se mostra realmente muito difícil isolar na pesquisa empírica os problemas de saúde na fábrica do ambiente urbano em seu entorno[654]. A respeito da extensão das deformidades induzidas pelas

---

[651] Idem, p. 2.
[652] Perceber a diferença nos testemunhos coletados: idem, p. 10-3.
[653] O trabalho de Kirby figura como um estudo bastante completo sobre a saúde de crianças e adolescentes empregados na indústria têxtil durante a Revolução Industrial, incluindo discussões sobre a natureza e limitação dos dados de época disponíveis, e deve ser consultado por todos aqueles que desejam se atualizar sobre o tema. KIRBY, P. *Child Workers and Industrial Health in Britain,* 1780-1850. [E-book]: The Boydell, 2013, p. 27-35.
[654] Idem, p. 115.

ocupações, a estatística disponível é precária demais para fornecer uma visão mais precisa do que as descrições qualitativas que chegaram do passado[655]. Somente a partir da década de 1840, por meio do trabalho dos inspetores fabris, informações sobre a saúde de crianças e adolescentes operários começam a ser compilados de maneira mais eficiente e criteriosa.

O aparecimento de investigações mais aprofundadas sobre o tema a partir da década de 1830 significa que nossa capacidade de investigação histórica se qualifica, justamente, quando a Revolução Industrial está em sua reta final. Certamente, as condições de trabalho para o operariado em geral e para os mais novos em particular foram mais sofridas nas décadas anteriores. Jornadas de trabalho eram mais extensas e desreguladas. As partes perigosas do maquinário estavam mais expostas e a estrutura das fábricas antigas não era bem adaptada para a instalação dos mecanismos, potencializando os acidentes graves e fatais[656]. O algodão se mostrava mais nocivo à saúde devido à contaminação por fungos e bactérias, mazela que se atenuou conforme as importações dessa matéria prima passaram a advir principalmente dos Estados Unidos, produtor de fibra de melhor qualidade quando comparada àquela advinda do oriente, mais utilizada no período inicial da industrialização. Havia também o costume de se empregar óleo de origem animal para lubrificação das máquinas, mais sujeito à contaminação do que os óleos de palmeira ou minerais que passam a predominar nas décadas de 1840 e 1850[657]. Infelizmente, é precisamente para essas décadas mais críticas, em termos de saúde laboral dentro da fábrica, que nossas informações se revelam mais escassas e pautadas, primordialmente, em testemunhos pouco confiáveis.

Ainda em 1833, inspirado na opinião dos comissários, o Parlamento aprovou um novo ato fabril. As principais determinações, restritas às manufaturas têxteis, foram as seguintes: proibir o emprego de crianças menores de 9 anos, exceto no ramo das sedas; restringir o emprego de crianças com idade entre 9 e 13 anos a 8 horas diárias, sendo prevista 1 hora de intervalo para almoço; crianças com idade entre 9 e 13 anos, para se manterem empregadas, deveriam apresentar semanalmente um atestado, assinado por um professor, que comprovasse que estavam frequentando um mínimo de 2 horas diárias de aula; restringir o emprego de jovens com idade entre 14 e 18 anos a 12 horas diárias, sendo prevista 1 hora de intervalo para almoço; banir o trabalho em turno noturno para

[655] Idem, p. 69-78.
[656] Idem, p. 90-8.
[657] Idem, p. 78-89.

todos os menores de 18 anos; nomear um grupo de inspetores fabris, subordinados ao *Home Office*, incumbidos de examinar rotineiramente as fábricas do Reino e autorizados a exigir sua entrada nos estabelecimentos e atuar como magistrados.

Conforme demonstrado pelo anexo publicado pela comissão em 1834, no qual são analisados detalhadamente os questionários devolvidos pelos industrialistas à comissão real, a tentativa de se pensar a nova legislação procurou levar em conta aquilo que os empregadores consideravam razoável, seguindo uma via conciliatória. A ideia de mais intervenção legislativa não agradava a maioria, mas, ao mesmo tempo, poucos consideravam o trabalho das crianças menores de 9 anos importante[658]. De acordo com o levantamento da comissão, essa faixa etária correspondia a menos de 0.1% dos empregados nas fábricas de têxteis de algodão e linho e a 1.02% nas de lã. Entre as quatro fibras mais importantes, apenas a produção de têxteis de seda envolvia um percentual mais elevado de crianças muito pequenas: 2.77% da força de trabalho era composta por menores de 9 anos de idade (o número sobe para 7.72% quando se incluem menores de 10 anos completos). Cabe enfatizar que justo o setor seda ficou excluído da cláusula banindo o emprego daqueles com menos de 9 anos[659]. Maior oposição era feita ao teto de 8 horas para crianças menores de 14 anos, visto que a opinião mais comum era a de que um limite dessa natureza não deveria se aplicar após os 12 anos completos. Para atenuar os efeitos dessa medida, os comissários insistiram para que a aplicação das diretrizes do ato fosse imposta de forma gradual, concedendo um tempo generoso para que os patrões se adaptassem à nova realidade[660].

Os quatro inspetores fabris que foram nomeados a partir do ato passaram a exercer suas funções com rigor que se elevou de modo progressivo entre 1835 e 1838, respeitando o intervalo previsto para adequação por parte da indústria. Com base nos relatórios apresentados pelo inspetorado até o final do século XIX, percebe-se que os menores de 13 anos, após 1835, reduziram imediatamente sua participação na força de trabalho das fábricas têxteis. Em um primeiro momento, essa diminuição foi parcialmente compensada

---

[658] GREAT BRITAIN. Factories Inquiry Commission. *Supplementary Report of the Central Board of His Majesty's Commissioners appointed to collect information in the Manufacturing Districts, as to the Employment of Children in Factories, and as to the Propriety and Means of Curtailing the Hours of their Labour*. 2 volumes. London: 1834, part I, p. 1-14.

[659] Idem, p. 19-37. Os percentuais, compilados a partir dos dados da comissão, foram consultados em NARDINELLI, C. "Child Labor and the Factory Acts." *The Journal of Economic History*, v. 40, n. 4, dezembro de 1980, p. 742.

[660] GREAT BRITAIN. Factories Inquiry Commission. *Supplementary Report of the Central Board of His Majesty's Commissioners appointed to collect information in the Manufacturing Districts, as to the Employment of Children in Factories, and as to the Propriety and Means of Curtailing the Hours of their Labour*. 2 volumes. London: 1834, part I, p. 10.

por uma elevação na proporção de jovens do sexo masculino com idade entre 13 e 17 anos, mas esse segmento também começou a perder espaço depois de 1838. Foram as adolescentes e mulheres adultas que assumiram o lugar das crianças e rapazes que deixaram seus postos: entre 1838 e 1890, mulheres de 13 anos ou mais se mantiveram sempre entre a casa dos 54% e 56% da mão de obra empregada na indústria têxtil[661]. Consideradas uma força de trabalho dócil e mais barata do que os homens, as mulheres eram preferidas para as tarefas que exigiam menos qualificação. Estabelecimentos de menor dimensão que as fábricas ou não pertencentes ao setor têxtil permaneceram sem investigação sistemática. É razoável supor que muitos dos trabalhadores mais novos tenham se deslocado para essas atividades não vistoriadas, tendência que pode ter se intensificado com a Nova Lei dos Pobres e a restrição do acesso aos abonos públicos, mas não há números que permitam averiguar essa hipótese.

Uma outra questão a ser ressaltada é que, nos anos que se seguiram ao ato de 1833, a simples averiguação da idade dos menores era algo complexo. Apenas em 1838 o registro civil passou a vigorar na Inglaterra e no País de Gales. Com isso, o mais próximo de uma certidão de nascimento a ser apresentada pelos trabalhadores eram os registros paroquiais de batismo, que poderia ter sido realizado anos após a criança nascer. A solução encontrada para lidar com essa situação foi a apresentação, por parte dos pequenos, de certificados assinados por cirurgiões que, através de uma taxa, afirmavam que a criança possuía desenvoltura física condizente com a idade necessária para ser empregada. Múltiplos problemas advinham dessa prática, que oferecia evidente possibilidade de fraudes, além de ter gerado um mercado paralelo de venda e revenda de certificações. Apesar dos esforços dos inspetores fabris para tentar ter maior controle sobre a emissão desses certificados, e das tentativas de aprimorar a averiguação da idade dos meninos e meninas através de verificações de altura e desenvolvimento da arcada dentária, o entrave só foi superado conforme o registro civil foi se popularizando[662].

Publicações procurando dar conta de investigar, compreender e propor solução aos problemas associados ao trabalho infantil e juvenil não ficaram restritas aos corpos públicos formados por comitês parlamentares ou comissões reais. Peter Gaskell, cirurgião de Manchester, divulgou sua própria visão dos fatos em 1833, em *The Manufacturing Population of England*. Na obra defende que, apesar de as fábricas possuírem no presente

[661] NARDINELLI, C. Op. cit., p. 744.
[662] KIRBY, P. *Child Workers and Industrial Health in Britain,* 1780-1850. [E-book]: The Boydell, 2013, p. 99-123.

condições muito superiores ao passado recente, a explicação fundamental para a degradação que acometia a classe operária estava na desagregação da unidade familiar trazida pelo sistema fabril. Com a cooptação de mulheres e crianças para a grande indústria, apresentava-se uma situação de subversão da ordem dentro do lar que não existia na manufatura doméstica, onde a família trabalhava unida sob a tutela do homem. A questão das crianças, portanto, estava condicionada ao trabalho feminino, pois mães ausentes do lar iniciavam o círculo vicioso no qual filhos negligenciados crescem cultivando hábitos incivilizados, que serão reproduzidos nos lares de suas futuras famílias[663].

Gaskell, que não acreditava que o sistema fabril fosse por natureza um indutor de vícios e defendia a filantropia dos industrialistas como melhor resposta para os desequilíbrios constatados, mostrou-se descontente com os resultados apresentados pela comissão real de inquérito de 1833. Em um segundo tratado sobre a classe trabalhadora, publicado em 1836, criticou a quantidade de depoimentos conflitantes compondo o relatório dos comissários e a parcialidade dos autores. Por terem conduzido a comissão em um momento no qual a opinião pública estava mobilizada pelas distorções difundidas por Sadler e outros detratores do sistema fabril, os comissários produziram, segundo Gaskell, uma narrativa exagerada em sentido oposto, desproporcionalmente otimista a respeito do estado em que as crianças operárias se encontravam[664].

Os resultados do ato fabril de 1833 não entusiasmaram Nassau Senior, economista político e um dos arquitetos da Nova Lei dos Pobres. Nas suas cartas endereçadas em 1837 à presidência do Conselho de Comércio (*Board of Trade*), órgão responsável por aconselhar o governo em assuntos domésticos, coloniais e internacionais de economia, Senior insiste nos riscos que a tendência de se elevar às restrições ao trabalho fabril, observada nos últimos anos, poderia trazer para a competitividade das exportações

---

[663] GASKELL, P. *The Manufacturing Population of England,* its moral, social and physical conditions, and the changes which have arisen from the use of steam machinery; with an examination of infant labour. London: 1833, p. 7-20. Nos dados levantados por Emma Griffin a partir de cerca de 200 relatos autobiográficos, deixados por trabalhadores que vivenciaram a Revolução Industrial em sua juventude, a autora calculou que em torno de 70% das mães com dois filhos dependentes trabalhavam. Entre as mães com três ou quatro filhos, esse patamar caía para 50%. A partir da quinta criança, a taxa de ocupação remunerada das mães declina drasticamente, até chegar a um percentual quase nulo na faixa dos 8 ou 9 filhos. Para famílias muito grandes, com 10 filhos ou mais, a proporção de mães exercendo trabalho assalariado voltava a crescer modestamente, provavelmente porque a presença de filhas mais velhas aliviava os encargos domésticos da mãe. GRIFFIN, E. *Liberty's Dawn*: A People's History of the Industrial Revolution. Cornwall: Yale University, 2013, p. 101.

[664] GASKELL, P. *Artisans and Machinery*: the moral and physical condition of the manufacturing population considered with reference to mechanical substitutes for human labour. London: 1836, p. vii-xi.

britânicas. Falando especificamente das fábricas de têxteis de algodão, diz que as jornadas mais extensas em comparação com outros ramos era algo justificável, inteiramente necessário pelo esmagamento das margens de lucro vigentes no setor. No início do *boom* algodoeiro, os prédios funcionavam em regime de 24 horas, o que foi se mostrando inconveniente por levar à contratação de dois turnos de trabalhadores e não deixar intervalos para limpeza e reparo de máquinas. Um total entre 70 e 80 horas semanais se convencionou nas primeiras décadas do século XIX, que por sua vez já haviam sido rebaixadas para 69 horas por conta da legislação do início dos anos 1830, patamar tido por Senior como o limite para manter o produto em um preço final competitivo. Em suas contas, os lucros no setor advinham apenas da última hora de trabalho realizada no dia. Logo, qualquer nova interferência colocava a indústria em posição delicada[665].

Senior revela insatisfação com a forma como o sistema de inspeções funcionava na prática, punindo empregadores com multas que teriam sido causadas por detalhes técnicos ou sabotagem deliberada pelos operários. Expressa ter medo de que a abertura do precedente de se nomear inspetores com poderes de entrada nas fábricas incentive o Parlamento a tornar mais intensa essa vigilância, prejudicando a disciplina e ritmo de trabalho fabril com visitações desnecessárias. Seria desastroso se a legislação começasse a ignorar a posição dos industrialistas, levando a novas intromissões que não surtiam o resultado positivo esperado. Diferentemente do que havia sido imaginado pela comissão de 1833, as crianças com idade entre 9 e 13 anos não estavam sendo contratadas em turnos duplos. Após as 8 horas de jornada previstas para essa faixa etária, a produção simplesmente seguia sem essa mão de obra, prejudicando o rendimento nas horas finais de expediente[666].

Na visão do economista, o governo deveria evitar qualquer proposta de fazer os atos fabris mais restritivos do que já eram, concentrando suas energias em prover melhor educação moral e religiosa para a população. Isso se tornava mais imperativo conforme a lei afastava crianças das fábricas, onde Senior alega que experimentam condições muito superiores ao restante das ocupações, jogando-as na direção de atividades desregulamentadas, mais nocivas à formação dos pequenos em todos os aspectos. Sem se aprofundar no tema, sugere papel ativo do Estado no provimento da educação, ou apenas

[665] SENIOR, N. *Letters on the Factory Act*, as it affects the Cotton Manufacture, addressed to the Right Honourable the President of the Board of Trade. London: 1837, p. 3-9.
[666] Idem, p. 9-21.

na formação de professores qualificados, lamentando que as únicas escolas razoáveis são aquelas mantidas por industrialistas[667].

Com a década de 1830, a pauta da regulação do trabalho infantil começou a ser discutida sempre em íntima ligação com a questão educacional. Reformadores apontavam para a precariedade do ensino existente disponível aos pobres, deplorando o nível das escolas dominicais e escolas de damas que se popularizaram entre a classe trabalhadora. A falta de professores qualificados não só gerava um ensino de má qualidade, como fazia da escola um espaço violento. A comissão real de inquérito sobre crianças operárias de 1833 sustenta que os professores escolares são mais agressivos, quando se trata de ataques físicos, do que os supervisores nas fábricas[668], impressão corroborada nas memórias escritas deixadas por trabalhadores do período[669].

O ato fabril de 1833 não previa o modo como novas escolas ou profissionais qualificados iriam surgir. Famílias operárias tinham poucas opções acessíveis para atender as cláusulas referentes à instrução diária, que muito cedo se mostraram inviáveis na prática. Entre liberais e conservadores é possível encontrar nomes que acreditavam que o governo poderia suprir essa carência, como Senior, James Kay e Lord Ashley. A construção de algo na linha de um sistema público de educação é uma ideia sugerida, mesmo que de forma passageira, em outras comissões reais de inquérito estudadas[670]. Mas a divisão religiosa entre anglicanos e dissidentes e o problema do financiamento eram entraves para um projeto de expansão da educação pública que não seriam superados antes de mais algumas décadas. Índices de letramento não sugerem que a legislação de 1833 tenha tido peso determinante na promoção da instrução popular[671].

Tentativas de revisão da legislação, seja para atenuá-la ou para fazê-la mais rigorosa, foram encaminhadas sem sucesso pelo Parlamento pelo restante da década de 1830. Detratores e defensores das fábricas, por razões díspares, concordavam que o escopo da legislação era estreito demais. Discursando aos Comuns em 1840, Lord Ashley questionou a inação parlamentar em proteger crianças envolvidas em atividades tão ou

---

667 Idem, p. 14-15.
668 GREAT BRITAIN. Factories Inquiry Commission. *First Report of the Central Board of His Majesty's Commissioners appointed to collect Information in the Manufacturing Districts, as to the Employment of Children in Factories, and as to the Propriety and Means of Curtailing the Hours of their Labour:* with minutes of evidence, and reports by the district commissioners. London: 1833, p. 23.
669 Cf. HUMPHRIES, J. *Childhood and Child Labour in the British Industrial Revolution*. Cambridge: Cambridge University, 2010, p. 247-8.
670 A defesa explícita de um sistema nacional de educação aparece nas conclusões dos comissários de inquérito sobre os tecelões manuais. GREAT BRITAIN. Hand-Loom Weavers Commission. *Hand-loom weavers.* Report of the Commissioners. London: 1841, p. 123.
671 KIRBY, P. *Child Labour in Britain*, 1750-1870. [E-book]: Palgrave Macmilliam, 2003, p. 117.

mais prejudiciais quanto a indústria têxtil. Citou as indústrias do tabaco, metalurgia, vidro, branqueamento, cerâmica e a mineração como alguns dos ramos onde imperava um verdadeiro "sistema de escravidão legalizada" envolvendo menores[672]. Pela ala liberal, havia o ressentimento contra o que percebiam como uma perseguição deliberada contra as fábricas, movido pela inveja patológica de outros setores diante da prosperidade do sistema fabril, notadamente por parte de proprietários fundiários[673]. Expandir a regulamentação para outras atividades implicava no risco de banalizar intromissões sobre o mercado e a propriedade, mas ao menos poderia desfazer a ilusão de que a indústria britânica era um espaço particularmente cruel ou depravado para a infância.

Uma segunda comissão real de inquérito sobre o trabalho infantil foi nomeada em 1840 para investigar a exploração de menores em ramos ainda não regulamentados. Quatro comissários foram apontados, dos quais três haviam integrado a comissão de 1833. Dois deles, Tooke e Southwood Smith, fizeram parte do conselho central responsável por assinar os relatórios principais da primeira comissão. O terceiro, Leonard Horner, era um dos quatro inspetores empoderados pelo ato fabril de 1833. Marx mencionou Horner em *O Capital* como alguém que prestou serviço inestimável à classe trabalhadora, através de sua atuação para impor limites à exploração de crianças[674]. Reconhecido como o mais atuante inspetor fabril entre as décadas de 1830 e 1850, Horner era filho de um rico mercador de linho escocês, sendo proveniente de uma família ligada ao *whiggismo*. Mostrou-se na década de 1830 um ardoroso defensor da intervenção sobre o trabalho infantil, algo que acreditava ser compatível com suas convicções liberais, rendendo-lhe uma polêmica com Nassau Senior sobre o assunto. Sua experiência como inspetor fez com que, pelo início da década de 1840, começasse a defender também a regulação do trabalho dos adultos, se tornando um entusiasta da Carta das Dez Horas[675]. Robert John Saunders, o quarto comissário nomeado em 1840, também era um dos inspetores fabris que assumiram o cargo em 1833, mas as informações sobre sua trajetória são mais escassas. 20 subcomissários (um posto equivalente ao de comissário assistente presente em outras comissões) ficaram incumbidos de auxiliar os comissários no

---

[672] COOPER, A. A. *Speeches of the Earl of Shaftesbury,* K.G. - upon subjects having relation chiefly to the claims and interests of the labouring class. London: 1868, p. 16-22.
[673] Conferir as queixas de William Cooke Taylor, jornalista e militante da Liga Anti-Lei dos Cereais irlandês, em inquérito entregue ao primeiro-ministro Robert Peel em 1844. TAYLOR, W. C. *Factories and the Factory System;* from parliamentary documents and personal examination. London: 1844, p. 102-3.
[674] MARX, K. *O Capital*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 300.
[675] MARTIN, B. "Leonard Horner: a portrait of an inspector of factories." *International Review of Social History*, v. 14, n. 3, 169, p. 412-43.

levantamento das informações, através da prática usual articulando distribuição de questionários para empregadores, visitas presenciais em espaços de trabalho e coleta de testemunhos nas localidades.

As investigações resultaram em dois relatórios principais, apresentados em abril de 1842 e janeiro de 1843. O primeiro, referente à mineração de carvão e metais, teve repercussão muito mais intensa do que o segundo, direcionado ao comércio e manufaturas outras que não as já sob intervenção legislativa[676]. A abrangência geográfica da investigação sobre as minas foi muito ampla, cobrindo os condados do centro, centro-oeste e norte da Inglaterra, além de Gales, Escócia e Irlanda[677]. Talvez como uma maneira de evitar críticas em relação a um parecer partidário, o relatório dos comissários segue um padrão mais descritivo, com considerações objetivas ordenadas rigidamente em tópicos de acordo com cada região visitada. Apenas um mês após ser apresentado ao governo, contudo, versões sintetizadas compostas por recortes das impressões dos subcomissários estavam em circulação, preservando as ilustrações de crianças seminuas se arrastando por túneis estreitos existentes no relatório original. De tamanho reduzido e editadas de maneira a tornar o texto mais narrativo, esses volumes sabiam imprimir o senso de dramaticidade que tornava relatos do gênero apelativos ao mercado consumidor vitoriano[678].

Com certeza, a comissão real deparou-se com cenários propícios para abastecerem as mentes vitorianas de imagens sinistras. Os riscos à integridade física das crianças mineradoras eram onipresentes. Nas minas de carvão, que correspondiam à maior parte do setor de mineração, acidentes graves se revelaram frequentes. Crianças eram vítimas fatais em uma proporção geralmente não muito inferior à dos adultos. Quedas, desabamentos, inundações repentinas e contaminação por gases nocivos eram ameaças constantes, além das explosões provocadas pelo acúmulo de gás inflamável nos túneis, que atraíam olhares da imprensa por sua capacidade de matar dezenas de trabalhadores

---

[676] GREAT BRITAIN. Children's Employment Commission. *First Report of the Commissioners*. Mines. London: 1842.

[677] Os condados ingleses visitados foram Cheshire, Derbyshire, Durham, Gloucestershire, Leicestershire, Northumberland, Shropshire, Somersetshire, Staffordshire, Warwickshire e Yorkshire. As cidades inglesas de Bradford, Leeds, Halifax e Oldham são também destacadas como zonas de inquérito. Para o País de Gales e a Escócia, a comissão estabelece recortes menos precisos, dividindo o primeiro em "norte" e "sul" e a segunda em "leste" e "oeste". Para a Irlanda não é apresentada nenhuma subdivisão que delimite as regiões investigadas.

[678] THE CONDITION *and treatment of the children employed in the mines and collieries of the United Kingdom.* Carefully compiled from the appendix to the first report of the commissioners appointed to inquire into this subject. With copious extracts from the evidence, and illustrative engravings. London: 1842.

de uma vez[679]. Os comissários também constataram que o emprego de crianças pequenas na escavação de carvão era alto. Casos extremos envolviam a contratação de meninos de 4 anos de idade, mas a idade mais comum para se ingressar no ramo foi apontada como entre 8 e 9 anos[680].

Os mais novos eram encarregados de abrir e fechar as passagens nos túneis, função conhecida como *trapper*, uma tarefa que era tida como de mínimo esforço físico, mas que obrigava as crianças a permanecerem no subsolo do início ao fim de todas as atividades na mina. A partir dos 10 anos de idade, já era possível se deparar com meninos e meninas empurrando carrinhos pesados de carvão, este sim considerado um trabalho demasiadamente desgastante para aqueles que não haviam ao menos atravessado os primeiros anos da adolescência. Nesta atividade, permaneciam até se tornarem adultos[681]. O parecer sobre a presença de deformidades induzidas pela labuta, assim como dos acidentes, é bem mais consensual do que havia sido no relatório sobre o trabalho nas fábricas divulgado quase uma década atrás. Mineradores são descritos pela comissão como os mais musculosos dentre a classe trabalhadora, mas os que se iniciavam muito novos na ocupação apresentavam problemas no desenvolvimento das juntas e de crescimento em termos de altura. Males respiratórios começavam a se manifestar na casa dos 30 ou 40 anos e a morte por tuberculose e outras moléstias era comum a partir dos 50 anos[682].

Como habitual, o senso de pudor vitoriano enxergou na proximidade entre os sexos e na exposição dos corpos aspectos tão degenerativos quanto os perigos mais associados à integridade de um ponto de vista fisiológico. No calor do subterrâneo, em meio a corredores escuros, homens seminus trabalhavam ao lado de adolescentes e mulheres adultas, também muito descobertas, em um ambiente cuja imoralidade surpreendia até mesmo comissários experimentados com as condições dos mais pobres nas grandes cidades. Os comissários estavam convencidos de que o ambiente das minas deveria ser vedado ao sexo feminino[683]. O contraste com o que havia sido relatado sobre

[679] GREAT BRITAIN. Children's Employment Commission. *First Report of the Commissioners*. Mines. London: 1842, p. 135-53 e 257.
[680] Idem, p. 9-23 e 255.
[681] Idem, p. 66-106 e 255-6.
[682] Idem, p. 161-91 e 258.
[683] Idem, p. 31-7 e 256.

as fábricas têxteis, no qual a opinião dos comissários era de que o trabalho se mostrava especialmente benéfico para a moralidade das moças, é muito evidente[684].

A responsabilidade dos empregadores pelo mal estar constatado nas minas é atribuída a uma postura de negligência. Não se fala em ordens deliberadas vindas de cima no sentido de impor maus tratos, mas a carência do número de supervisores e a omissão destes favorecia a ocorrência de acidentes e deixava os menores reféns dos abusos e violências praticados pelos trabalhadores mais velhos, principalmente nos caminhos subterrâneos. A depender do local, crianças eram contratadas diretamente pelos empregadores que encabeçavam a exploração da mina, ou subcontratadas pelos mineradores adultos, muitas vezes seus pais ou parentes. Se repete a narrativa de que os algozes cotidianos dos menores são seus próprios familiares e colegas de serviço, embora se denuncie o desinteresse dos patrões em intervir neste quadro[685].

Com uma jornada modal de 12 horas de labuta diária, mas que podia chegar até 14 horas ou mais a depender do distrito analisado, crianças estavam submetidas à mesma carga horária dos adultos. O trabalho noturno, já coibido nas fábricas para mulheres e menores, era disseminado na mineração, seja no trabalho subterrâneo ou em atividades adjacentes aos túneis, como a fundição de ferro. A extração do carvão e dos diversos tipos de metais apresentava variações na proporção em que empregavam crianças e adolescentes. De modo geral, as minas de metais empregavam relativamente poucas crianças pequenas no subsolo, dando preferência aos jovens mais próximos à idade adulta e do sexo masculino, devido à exigência física ainda maior do que a demandada na escavação carvoeira. Contudo, a contratação de crianças, adolescentes e mulheres era bastante usual nos trabalhos de superfície, enxergados pelos comissários como não prejudiciais[686].

Sem concluir o relatório com orientações explícitas a serem conduzidas na forma de legislação, a comissão deixou claro que o trabalho subterrâneo, mesmo com as urgentemente necessárias melhorias de ventilação e drenagem e o banimento de práticas que facilitavam acidentes, não poderia, por sua natureza, ser tornado inteiramente seguro. A imoralidade inerente à mistura de sexos no subsolo, além da exaustão das crianças, que

---

[684] GREAT BRITAIN. Factories Inquiry Commission. *Second report of the Central Board of His Majesty's Commissioners appointed to collect information in the Manufacturing Districts, as to the Employment of Children in Factories, and as to the Propriety and Means of Curtailing the Hours of their Labour*: with minutes of evidence and reports by the medical commissioners. London: 1833, p. 4-5.
[685] GREAT BRITAIN. Children's Employment Commission. *First Report of the Commissioners*. Mines. London: 1842, p. 125-35 e 257.
[686] Idem, p. 106-18, 195-255 e 259-61.

se viam pressionadas pelos trabalhadores a desempenharem suas tarefas no mesmo ritmo que os adultos, tornavam essa ocupação indevida para os pequenos e as mulheres[687]. A resposta do Parlamento veio na forma de ato legislativo em agosto de 1842, aprovado com grande rapidez, proibindo o emprego de mulheres e menores de 10 anos nas atividades subterrâneas. O emprego de rapazes entre 10 e 18 anos incompletos ficava condicionado à existência de vínculo de aprendizado. Nenhuma cláusula foi estabelecida limitando a jornada de trabalho na mineração, e a lei foi instituída apenas depois de ser revisada pela Câmara dos Lordes, onde os proprietários de terra, donos de terrenos onde as minas se situavam, enfraqueceram o rigor das medidas originalmente aprovadas pelos Comuns.

As investigações sobre o trabalho na mineração se desdobraram para um inquérito específico para as minas de carvão situadas na região oeste das Midlands, abordando os condados de Stafford, Worcester, Warwick e Shrop (também chamado de Salop). O surgimento de uma comissão real designada para essa parte do país foi uma resposta à greve geral de 1842, que se iniciou entre os mineradores de Stafford em agosto daquele ano. A comissão para as minas das Midlands foi composta por um único nome, Thomas Tancred[688], que até o momento estava atuando como subcomissário no inquérito sobre trabalho infantil. O comissário conduziu investigações locais entre dezembro de 1842 e fevereiro de 1843, apresentando um relatório final em maio. O inquérito ficou concentrado na região carvoeira ao sul de Stafford, com os outros três condados sendo mencionados marginalmente. Não foi esclarecido, pela pesquisa, se essa foi uma opção deliberada por conta da limitação de tempo e recursos, ou se a comissão foi simplesmente descontinuada após o primeiro relatório, antes que as demais regiões recebessem relatos semelhantes[689].

Muitas das observações iniciais feitas por Tancred no relatório remetem a opiniões já mencionadas por comissões anteriores. Mineradores são descritos como tendo desenvoltura muscular superior à dos atletas da Antiguidade, mas padeciam de

---

[687] Idem, p. 255-61.

[688] Quase nada se descobriu sobre a origem ou trajetória de Tancred, excetuando sua passagem pelas comissões reais de inquérito. Sabe-se que era um anglicano, sendo inclusive acusado por um jornal católico irlandês de buscar promover o anglicanismo pelo modo como apresentou suas conclusões no relatório da comissão sobre as *Midlands*. Segundo o jornal, Tancred, ao lamentar a falta de disponibilidade de locais de culto e instrução nas zonas de mineração visitadas, deliberadamente ignorou a existência de escolas e espaços religiosos de outras denominações cristãs. Na análise do periódico, se tratava de mais um indicativo de que o governo britânico promovia uma campanha de centralização institucional à semelhança de nações como França, Prússia e Rússia. *Tablet*, 9 de dezembro de 1842, p. 2.

[689] GREAT BRITAIN. Midland Mining Commission. *Midland Mining Commission*. First Report. South Staffordshire. London: 1843.

encurtamento de membros inferiores e de uma saúde corroída pelos gases subterrâneos[690]. As greves movidas pelos trabalhadores são tidas como um desastre econômico para a própria categoria, sustentadas apenas pela violência organizada de uma minoria[691]. A ausência de mulheres no interior das minas no sul de Stafford é elogiada, ressaltando-se que nada era mais prejudicial à moral do que o trabalho conjunto entre os sexos[692]. As impressões se tornam menos repetidas e mais interessantes a partir do momento em que Tancred aborda o sistema dos *butties*.

Enquanto na maioria das áreas de mineração a contratação se dava diretamente pelo proprietário da mina ou seu arrendatário, em algumas regiões a tarefa de contratar a mão de obra e gerenciar a exploração do minério era repassada, na forma de empreitada, aos sujeitos chamados de *butties* (por vezes também referidos como *gaffers*). Tancred, a partir de suas inspeções e dos resultados apresentados anteriormente pelos subcomissários no inquérito sobre trabalho infantil, mapeou a presença dos *butties* como algo concentrado nos condados de Stafford e Shrop, mas também vigente de forma dispersa e em minas de carvão menores em outras partes de Inglaterra, Gales e Escócia[693]. O *butty*, em regra um ex-minerador, ou ele mesmo filho de um *butty*, negociava com o proprietário um acordo no qual lhe seria pago uma quantidade pré-estabelecida por tonelada de minério extraído durante a vigência do contrato. O emprego de recursos humanos e materiais era de inteira responsabilidade do empreiteiro, o qual, na ânsia de lucro, apelava para estratégias sórdidas ao explorar seus empregados. A primeira prática peculiar utilizada com este fim era contratar os trabalhadores para jornadas fracionadas, normalmente equivalentes à metade ou um quarto de um dia de trabalho usual na mineração. O objetivo dessa divisão era facilitar que uma ou duas horas de labuta extra não remunerada fossem diariamente expropriadas por um controle fraudulento do tempo de trabalho, mas os abusos não terminavam aí[694].

O *butty* se valia de cervejarias e hospedarias locais para espremer os bolsos de seus empregados, podendo ele próprio ser dono do estabelecimento ou manter acordo com o proprietário. Tancred relata ter se deparado com *butties* que pagavam os salários dos mineradores nesses ambientes, o que era proibido por lei. Propositalmente, atrasavam a entrega dos valores até tarde da noite, na expectativa de que a espera incentivasse os

690 Idem, p. xxxi.
691 Idem, p. xxii-xxvi.
692 Idem, p. xxix.
693 Idem p. xxxiii.
694 Idem, p. xiv - xvi.

trabalhadores a consumirem a cerveja e se envolverem com as prostitutas do recinto. Esses espaços também eram usados para seduzir os mineradores em esquemas de pirâmide, organizados nas segundas e terças-feiras, quando os salários ainda não haviam se esgotado[695]. O pagamento de salários em gêneros alimentícios e outros produtos através do consumo forçado em lojas, conhecido como *Truck System*, é mencionado por uma testemunha como algo praticado em acordo com os *butties*[696], mas é descrito nas outras passagens do relatório como um sistema em separado e concentrado em poucas regiões, sem envolvimento dos empreiteiros e diretamente controlado pelos proprietários das minas em acordo com os lojistas[697]. Outro ardil menos sofisticado envolvia trapacear no momento de calcular o peso do minério escavado. Por contratarem empregados sem experiência, *butties* faziam dos acidentes algo ainda mais comum do que em minas que funcionavam sem esse sistema[698].

Tancred faz a ressalva de que, para cada *butty* desonesto, poderia ser encontrado outro que oferecia um bom exemplo, mas insiste que o modelo de contratação deve ser completamente abolido. Sua argumentação revela um traço do liberalismo reformista, que é a forma como este situa algo do ideal paternalista dentro das relações de livre mercado. A terceirização das funções subverte esse princípio ao apartar proprietário e empregado através da figura do intermediador. Comparando a figura do supervisor, empregado do proprietário, com a do *butty*, Tancred apresenta as diferenças entre ambos nos seguintes termos:

> Parece realmente para mim pouco necessário apontar a distinção essencial entre o agente de um proprietário de mina, que recebe um salário fixo, e cujo único interesse é conduzir os desejos de seu empregador, e ver que ele não é enganado por seus homens, e um contratante ignorante e pobre, cujo montante da remuneração depende inteiramente dele extrair de cada homem sob sua supervisão a máxima quantidade de trabalho que ele pode alcançar, e de fazer cada dedução dos salários deste trabalho, por meios diretos ou indiretos, que a engenhosidade possa sugerir, e que seu poderes sobre seus homens permitam a ele praticar. (...) Um [o agente do proprietário] é influenciado pelos sentimentos mais liberais e gentis de um capitalista respeitável, de quem ele está certo de seu salário fixo; o outro pela incitação da ganância e avareza, estimulado pela perspectiva de riqueza relativa ao seu alcance por um lado, e prejuízo e desastre pelo outro[699].

[695] Idem, p. xliii - liv.
[696] Idem, p. xxxvi.
[697] Idem, p. lxxxvi - ciii.
[698] Idem, p. lix.
[699] Idem, p. lxvii-lxviii, tradução livre, colchetes meus. Percebe-se o termo “liberais” (*liberal*) sendo usado com o sentido de “generoso”, que se mostra a forma usual como a palavra é empregada nos trabalhos das comissões estudadas.

A presença do *butty*, portanto, minava as boas relações entre as classes sociais. Tancred considera a presença desses intermediários o fator responsável pelas greves na região, alegando que, diferentemente dos operários, os mineradores tinham pouco interesse na política radical e ignoravam as reivindicações cartistas. Seguindo o raciocínio estabelecido no relatório, as vantagens da suspensão completa do sistema de empreitada seriam, do ponto de vista econômico, melhores salários e condições de trabalho para os empregados e maior produtividade para os proprietários. Mas havia também um ganho afetivo, no qual trabalhadores se beneficiam da proximidade com alguém que será acolhedor ao escutar suas demandas, enquanto o empregador contará com a confiança e respeito dos mineradores. O exemplo de fábricas onde os patrões conheciam cada funcionário pelo nome é usado para ilustrar o tipo de relação que as partes deveriam almejar[700].

Uma vez que a comissão era formada unicamente por Tancred, é recomendável ter cautela ao tomar cada aspecto de seu parecer como uma tendência geral dentro do reformismo. O anseio pela reconciliação entre as classes antagonizadas, entretanto, é uma constante nas investigações sociais estudadas, o que se manifesta por um discurso que oscila entre o ameaçador e o generoso: insiste-se na futilidade de se resistir às leis inexoráveis e impessoais do mercado, ao mesmo tempo em que se reconhece a boa relação com o empregador, embelezada com certo aroma paternalista, como uma justa recompensa àqueles que se colocam com sábia resignação perante a ordem do *laissez-faire*. Tal entendimento parece típico de um estágio do capitalismo industrial ainda incipiente, próprio da Primeira Revolução Industrial, no qual os papéis de proprietário do empreendimento e gerenciador da produção ainda se confundem no mesmo sujeito.

Aberto esse extenso parêntese, retornamos à comissão de trabalho infantil. Após a apresentação do relatório sobre as minas, restava aos comissários descrever a situação das crianças e adolescentes empregados em atividades manufatureiras não incluídas nos atos fabris. Essa missão foi concluída com o segundo e último relatório do órgão, apresentado em janeiro de 1843, e que não contou com a mesma repercussão do relato sobre as minas do ano anterior[701]. As investigações contemplaram a produção ou beneficiamento de utensílios de metal, cerâmicas, vidro, papel, tabaco, chitas e outros ramos têxteis desregulamentados, além de um punhado de manufaturas miscelâneas de

[700] Idem, p. lxii-lxiv.
[701] GREAT BRITAIN. Children's Employment Commission. *Second Report of the Commissioners*. Trades and Manufactures. London: House of Commons, 1843.

menor expressão. Essas ocupações estavam distribuídas entre regiões rurais e urbanas ao longo de todo o Reino Unido. Os retornos dos subcomissários confirmaram o que era alardeado pelos entusiastas do sistema fabril, isto é, que a situação das crianças nessas ocupações era em média mais vulnerável do que havia sido constatado na grande indústria têxtil, apesar de a primeira ocupar o lugar de destaque nas polêmicas envolvendo manufaturas.

A idade com a qual se ingressava nesses trabalhos, conduzidos em ambiente doméstico ou oficinas, era muito baixa. Casos extremos incluíam crianças de três ou quatro anos, que trabalhavam sob supervisão dos pais em manufaturas realizadas na própria residência da família. A partir dos cinco anos de idade, a criança já estava sujeita a ser encaminhada para oficinas e fábricas junto a outros empregados. Entre os 7 ou 8 anos é quando o início do emprego regular se mostra mais comum. Em uma minoria de setores, os pequenos eram contratados pelo proprietário do estabelecimento. As crianças pequenas, e mesmo os jovens, eram mais comumente empregados pelos trabalhadores, de tal modo que os comissários acreditam que os proprietários não exercem em geral nenhum tipo de supervisão sobre essa mão de obra[702].

Para os maiores de 14 anos, principalmente em atividades nas quais trabalhavam junto de artesãos qualificados, ainda se encontravam jovens contratados através do arranjo de aprendizado formal de duração de 7 anos. Essa modalidade era uma exceção, sendo bem mais recorrente, entre as ocupações observadas, a existência de um aprendizado de fachada, sem vínculos legais, como maneira de empregar mão de obra barata. Cooptavam-se crianças a partir dos 7 anos de idade, que ficavam submetidas a um "mestre". Este poderia ser um pequeno proprietário, na produção de menor escala, ou um trabalhador que subcontratava os menores. O "aprendiz" desempenhava tarefas específicas e não adquiria o domínio sobre a produção de ponta a ponta, como era esperado da aprendizagem de um ofício. Órfãos, crianças sob os cuidados do conselho de guardiões da Lei dos Pobres e filhos de viúvas ou de famílias muito pobres eram os mais expostos a serem submetidos a esse tipo de trabalho. Outra forma de contratação fraudulenta, voltada para crianças pequenas, era colocá-las ao serviço de mulheres em supostas escolas, que nada mais eram do que oficinas mal disfarçadas[703].

Acidentes de trabalho graves eram mais comuns nas poucas atividades que empregavam máquinas. Crianças e adolescentes executavam tarefas que os comissários

[702] Idem, p. 7-15 e 195.
[703] Idem, p. 24-32 e 195-6.

consideravam como de baixa exigência física e pouco prejuízo à saúde, salvo nas manufaturas de cerâmica, vidro e utensílios de metal, mais perigosas. A má alimentação, escassez de horas de intervalo, infraestrutura precária do local de trabalho e imposição de jornadas desproporcionais para a infância, entretanto, faziam com que a fadiga fisiológica, disfunções dos aparelhos digestivo e respiratório e deformidades na espinha e nos membros fossem identificados mesmo nas ocupações tidas como mais suaves[704]. O trabalho dos menores seguia quase sempre a mesma extensão dos adultos. Dentre a grande variedade de regiões e manufaturas compondo o inquérito, a jornada de 12 horas foi constatada como a mais comum. Era raro se deparar com estabelecimentos no qual crianças trabalhavam menos de 10 horas e, com alguma frequência, as mesmas eram encontradas trabalhando entre 15 e 18 horas por dia[705].

As péssimas condições às quais os trabalhadores estavam submetidos na infância e juventude era potencializada, insistem os comissários, pela distância entre os proprietários e seus empregados. Nos espaços onde as crianças são contratadas diretamente pelo capitalista, o tratamento dispensado a elas se mostraria superior, bem como a condição moral dos funcionários. Os exemplos de proprietários preocupados em supervisionar o ambiente da produção e de promover a instrução moral e religiosa dos menores eram insuficientes, limitados às instalações maiores. A comissão conclui seu parecer de forma pessimista, sem acreditar que no presente cenário seja possível elevar o estado dos jovens e crianças trabalhadores[706].

Apesar do alerta da comissão, a legislação permaneceu, pelo resto da década de 1840, privilegiando a ação nas fábricas têxteis. As limitações ao emprego de menores foram estendidas para mulheres de todas as idades com o ato fabril de 1844, que também determinou alguns outros critérios para coibir acidentes e abusos nessa indústria. Mulheres e crianças não poderiam mais limpar máquinas que estivessem em movimento, e os mecanismos perigosos precisavam estar sempre protegidos de contato com os membros dos operários. As horas de trabalho deveriam ser agora marcadas por um relógio central, averiguado pelo inspetor fabril, uma medida que sugere o quanto, mesmo no setor mais regulado da produção, os empregados estavam sujeitos a terem seus salários subtraídos por meios ardilosos.

[704] Idem, p. 100-113 e 196-7.
[705] Idem, p. 50-66 e 197.
[706] Idem, p. 204.

Com a revogação das Leis dos Cereais em 1846 e a imediata queda do governo de Robert Peel, um opositor à redução das jornadas para menos do que 12 horas, abriu-se o caminho para que a Carta das Dez Horas fosse enfim aprovada em 1847. Movida com intensa mobilização fora do Parlamento, a lei limitava o trabalho de mulheres e menores de 18 anos nas fábricas têxteis a 10 horas. Tendo em vista o longo histórico de tentativas de aprovação da medida, que se arrastou por mais de uma década contra forte oposição, a conquista não pode ser desconsiderada. Mas cabe não perder de vista que, efetivamente, a lei implementou uma redução para 10 horas na jornada de categorias que, naquela altura, tinham por teto legal um dia de trabalho de 12 horas.

Historiador de referência para o tema, Peter Kirby compreende que a contribuição direta dos atos fabris para a redução do trabalho infantil e aumento da educação popular na segunda metade do século foi limitada. O fator determinante, em sua visão, foi o aumento salarial mais consistente do trabalhador adulto a partir de meados do século, que permitiu que os filhos ficassem mais tempo resguardados do emprego regular[707]. Durante o período de crise no setor têxtil nas décadas de 1860 e 1870, o percentual de operários menores de 13 anos voltou a se elevar, atingindo os maiores níveis registrados pelos inspetores fabris desde 1835, reforçando a existência de um vínculo muito íntimo entre o rendimento dos adultos e o emprego das crianças[708].

A legislação trabalhista, considerando indústria têxtil e mineração, incidia sobre uma minoria dentro do total da força de trabalho. O plano para se promover a instrução dos menores esbarrou na oposição a um sistema público nacionalizado, enquanto esquemas de construção e financiamento voluntarista de escolas por parte de empregadores e filantropos não tinham o alcance necessário para impactar, mais significativamente, o conjunto da classe trabalhadora. Apesar de se colocarem como defensores da causa da infância e juventude, Ashley e os demais *tories* nunca se mobilizaram em prol das crianças do campo, onde os salários eram tão baixos que se julgava impossível que as famílias sobrevivessem sem a ajuda precoce dos filhos.

Como no mundo que a antecedeu, o trabalho infantil foi endêmico durante a Revolução Industrial. Nessa fase da industrialização, as jornadas de trabalho britânicas talvez tenham alcançado seu pico histórico de extensão, e os fragmentos quantificáveis que nos chegam reforçam a ideia de que neste período as crianças foram empregadas

[707] KIRBY, P. *Child Labour in Britain*, 1750-1870. [E-book]: Palgrave Macmillan, 2003, p. 131-3.
[708] NARDINELLI, C. "Child Labor and the Factory Acts." *The Journal of Economic History*, v. 40, n. 4, dezembro de 1980, p. 744.

regularmente em funções assalariadas mais cedo do que no passado. Historiadores se dividem entre priorizar, na explicação desse fenômeno, o prisma do acirramento da exploração capitalista e desmantelamento do acesso popular a outras formas de rendimento econômico, ou a ótica da resposta racional das famílias à oferta de novas opções de trabalho assalariado, mais abundantes do que na velha economia rural. Fato é que a imposição de restrições mínimas aos setores da indústria têxtil e da mineração deu-se a partir da pressão exercida por trabalhadores organizados, filantropos e a ação conjunta de radicais e conservadores dentro do Parlamento em nome de maior intervenção. As comissões reais de inquérito se revelaram uma ferramenta importante para que fosse delineado um modelo de regulação por parte do governo que atendesse parcialmente essas demandas, sem com isso prejudicar em demasia a acumulação de capital nos setores envolvidos e nem comprometer, de forma intolerável para os empregadores do sistema fabril, seu grau de competitividade internacional. Tão importante quanto conter os efeitos práticos da legislação, era justificá-la com argumentos que demarcassem a posição do discurso oficial em sintonia com uma abordagem liberal das relações de trabalho. Mais sobre essa postura pode ser compreendido ao se olhar para o outro grande tema laboral abarcado pelas comissões do período: a situação dos tecelões.

4.3.2. O caso dos tecelões

Petições encaminhadas ao Parlamento por representantes de ofícios que enxergavam seus rendimentos em risco eram comuns desde as primeiras décadas do século XIX. Comitês parlamentares de inquérito foram formados em 1812 e 1819 para avaliar as reivindicações dos *framework knitters*. Em ambas as situações, os políticos envolvidos acenaram positivamente para a demanda dos trabalhadores para que fossem tomadas medidas para coibir a utilização de materiais de má qualidade dentro do ramo, o que estava rebaixando demasiadamente o preço final do produto e comprometendo o padrão de vida dos tecelões. A intervenção neste aspecto é levantada como uma possibilidade a se exercer com cuidado, não sendo nunca desejável, salvo em situações extraordinárias, que o Parlamento se envolva diretamente na regulação de um ofício. O fato de que as petições não falavam em controle dos salários, admitindo que isso era algo definido apenas pelo mercado, é apresentado pelos parlamentares como um sinal de

razoabilidade a favor dos peticionários, indicando a fronteira a respeito do tipo de regulação considerada inaceitável pelo governo[709].

O controle dos preços e consequentemente dos salários na manufatura têxtil havia sido instituído em 1773 para o setor da seda, em alguns distritos metropolitanos. O Ato de Spitalfields (*Spitalfields Act*), como ficou conhecida a lei, fora aprovado após protestos violentos dos artesãos da tecelagem de seda, ocorridos no distrito londrino de mesmo nome durante a crise que acometeu o ramo na segunda metade da década de 1760. Sob crescente pressão, a manutenção ou não da lei era motivo de debates públicos acalorados, que envolveram a publicação de importantes panfletos contra e a favor da sua continuidade em 1822[710]. O ato foi revogado em 1824, refletindo o avanço da abordagem liberal por parte das administrações *tories* e as transformações nos paradigmas político e econômico decorridas em meio século, durante o qual a fixação dos salários perdurou na manufatura de seda.

Surpreendentemente, pouco após o Ato de Reforma de 1832, em plena vigência de maioria *whig*, o argumento em prol do controle de preços foi levantado dentro do Parlamento. O comitê parlamentar atuante em 1834 e 1835, nomeado para investigar as petições que se avolumavam pedindo socorro aos tecelões do país, arruinados pela competição com a tecelagem fabril, apresentou como recomendação principal nada menos do que um sistema de tabelamento do preço do trabalho na tecelagem em nível nacional[711].

A lista de integrantes do comitê incluía alguns nomes importantes dentro dos debates sobre o trabalho infantil, que se intensificaram a partir de 1832. Lorde Ashley e John Fielden, um industrialista radical que se elegeu como apoiador de William Cobbett, dividiam espaço com interventores moderados como o *tory* liberal Robert Peel e James Graham, que em 1835 rompeu com os *whigs* para se unir aos conservadores (Graham viria a assumir o *Home Office* sob Peel, quando este foi primeiro-ministro entre 1841 e 1845). Na presidência do inquérito, estava John Maxwell, baronete advindo de uma

---

[709] GREAT BRITAIN. Parliament. *Report from the Committee on the Framework-Knitters petitions*. London: 1812. GREAT BRITAIN. Parliament. *Second Report from the Committee on the Framework-Knitters petitions*. London: 1812. GREAT BRITAIN. Parliament. *Report from the Committee on the Framework-Knitters petitions:* together with the minutes of evidence taken before them. London: 1819.

[710] HALE, W. *An Appeal to the Public, in Defence of the Spitalfields Act:* with remarks on the causes which have led to the miseries and moral deterioration of the poor. London: 1822. OBSERVATIONS *on the Ruinous Tendency of the Spitalfields Act to the Silk Manufacture of London*: to which is added a reply to Mr. Hale's appeal to the public in defence of the act. 3ª ed. London: 1822.

[711] GREAT BRITAIN. Parliament. *Report from Select Committee on Hand-Loom Weavers' Petitions;* with the minutes of evidence, and index. London: 1834. GREAT BRITAIN. Parliament. *Report from Select Committee on Hand-Loom Weavers' Petitions;* with the minutes of evidence, and index. London: 1835.

família *whig* de proprietários de terra da Escócia. Maxwell havia apoiado energicamente a reforma parlamentar. Elegeu-se em 1832 pelo condado de Lanark, nas *Lowlands* escocesas, onde a concentração de tecelões empobrecidos era elevada. Pouco antes de assumir o comitê parlamentar, rompeu com o *whiggismo* para abraçar uma linha do radicalismo popular próxima a de Fielden e Cobden. O comitê acabou, assim, tendo seus rumos ditados por uma minoria parlamentar radical, explicando seu posicionamento contrastante em relação a outros mecanismos públicos de inquérito[712].

Nitidamente, a situação dos tecelões era alvo de comoção social, com o declínio da categoria sendo lamentado pelos diferentes espectros políticos. Nenhuma outra ocupação melhor se encaixava na narrativa da desmoralização da classe trabalhadora. Herdeiros, em um primeiro momento, da posição do próspero trabalhador autônomo, idealizado nas memórias de um século XVIII dourado para a pequena manufatura doméstica, os tecelões manuais viram, em pouco tempo, seus rendimentos despencarem: segundo o comitê parlamentar, entre 1797 e 1834 o salário do tecelão adulto do sexo masculino caíra de 26 *shillings* e 8 *pences* semanais para 5 *shillings* e 6 *pences*[713]. Em um intervalo de três décadas, um ofício associado a trabalhadores orgulhosos e sadios havia afundado para se tornar o último refúgio dos desesperados.

No início da Revolução Industrial, a automatização do setor têxtil evoluiu principalmente na etapa de fiação, enquanto o número de teares mecânicos ainda crescia lentamente nas primeiras décadas do século XIX. Esses teares estavam concentrados em fábricas que também realizavam a fiação, movidas por energia hidráulica ou vapor. Fora desses estabelecimentos, a tecelagem manual continuava recebendo melhorias tecnológicas e mantinha uma produtividade elevada. Os custos para mecanizar a produção, envolvendo a aquisição de teares mais caros e as instalações para o fornecimento de energia, portanto, não eram tão convidativos quando a tecelagem era o único fim. A situação mudou na década de 1820, quando a quantidade de teares mecânicos se multiplica com rapidez e se tornam mais comuns as fábricas especializadas na função, deprimindo o valor pago por peça e obrigando tecelões domésticos a trabalharem mais horas para receber menos[714].

---

[712] Cf. RICHARDS, P. "The State and Early Industrial Capitalism: The Case of the Handloom Weavers." *Past & Present*, n. 83, maio de 1979, p. 94-7.
[713] GREAT BRITAIN. Parliament. *Report from Select Committee on Hand-Loom Weavers' Petitions;* with the minutes of evidence, and index. London: 1835, p. xiii.
[714] Cf. DAUNTON, M. J. *Progress and poverty*: an economic and social history of Britain, 1700-1850. New York: Oxford University, 1995, p. 186-90.

A degradação observada nessa atividade, a mais representativa dentre os ramos artesanais do país, passou a ser tida como a expressão máxima da alardeada desmoralização da classe trabalhadora. O modo como o comitê descreve a situação da tecelagem dá conta de enfatizar os vínculos entre o empobrecimento material e o declínio dos hábitos morais e religiosos. Sem conseguir rivalizar com a produção dos modernos teares mecânicos, os tecelões agora se viam tão maltrapilhos que abandonavam a ida aos cultos religiosos, por vergonha de exporem diante dos paroquianos sua condição de miséria. Diz-se que a leitura de autores radicais se espalhou entre eles, que passaram a aplaudir publicamente vozes que falavam em ateísmo[715].

Apesar de a mecanização da tecelagem ser apontada como causa principal do suplício dos tecelões, as políticas deflacionárias assumidas após as guerras e a opção pela manutenção de uma carga tributária fortemente regressiva, que incide sobre consumo enquanto preserva propriedade e capital, também são apontadas como elementos que contribuem para a aflição econômica da categoria. O comitê se mostra preocupado ainda com o fato de as exportações de fio britânicas estarem incentivando a tecelagem no continente, sobretudo nos estados alemães, onde a importação de fio livre de imposto funcionava como uma política pública de apoio à indústria nacional. Sobre o efeito das Leis dos Cereais, ao se deparar com opiniões muito divididas entre os testemunhos ouvidos, os parlamentares abstiveram-se de colocar o protecionismo agrícola entre as causas que explicam o declínio do tecelão[716].

A posição do comitê, como se vê, era oposta aos paradigmas da economia política ortodoxa em aspectos importantes, ao criticar a retirada de moeda de circulação, abster-se de atacar as Leis dos Cereais e justificar a intervenção sobre salários. Muitos testemunhos são destacados nos relatórios lamentando a revogação do Ato de Spitalfields. Em um deles, Richard Needham, tecelão de Bolton, refere-se ao ato como um último legado de uma "velha escola", vencida pelos "economistas políticos" quando estes se consolidam no poder. A escolha das palavras aqui denuncia o quanto a nova ciência econômica, por mais que buscasse se apresentar como enunciadora das leis impessoais do mercado, era percebida por seus críticos como uma posição política definida, antagônica. Declarando apoio a um projeto de lei para organizar conselhos mistos, compostos por tecelões e empregadores, para regular o preço pago por peça nos distritos

[715] Idem p. iv-vi.
[716] Idem, p. xvii-xix.

manufatureiros do país (medida que foi encaminhada ao Parlamento por Fielden), o comitê abertamente opõe-se ao princípio de não intervenção sobre o mercado:

> Ao sentimento de que o Parlamento não pode e não deve intervir em casos dessa natureza, o Seu Comitê é decididamente oposto. Ao contrário, onde o conforto e felicidade de qualquer número considerável de súditos britânicos está em jogo, o Seu Comitê compreende que o Parlamento não deve atrasar um instante em inquirir, e, se possível, instituir reparação[717].

Alguns dos testemunhos mais interessantes escolhidos pelo comitê para compor o corpo principal dos relatórios dão conta de distinguir o trabalho das demais mercadorias, questionando a lógica de que seu valor deveria ser determinado unicamente pelo mercado. John Foster, um dos dois representantes eleitos por tecelões de Manchester e Salford para oferecerem seu depoimento em nome da categoria diante do comitê, justificou a particularidade da força de trabalho com base em dois argumentos. Primeiramente, ela é sempre algo que os pobres vendem aos ricos, e nunca o contrário. Em segundo lugar, enquanto mercadorias não vendidas podem ser estocadas, um dia de trabalho que não é vendido perde-se irreversivelmente, e o prejuízo que essa perda representa para o trabalhador não pode ser futuramente compensado. Em suas palavras:

> O trabalho é sempre levado ao mercado por aqueles que não têm nada mais para guardar ou para vender, e que, portanto, devem apartar-se dele imediatamente, quer os preços os agradem ou não, ou sofrer privações, provavelmente necessidade severa; trabalho é sempre comprado por capitalistas, que podem abster-se de comprar até que eles possam tê-lo em seus próprios termos, sem sofrer nem privação nem necessidade. Isto, senhor, eu presumo chamar de uma grande distinção essencial à própria existência do trabalho e capital. Outra é, que todos os tipos de mercadorias (capital ou acumulação dos produtos do trabalho) tendo assumido uma forma tangível, visível, substancial, podem ser retidos se um preço inadequado é oferecido por eles, e a sorte de outro dia, semana, mês, ano, ser tentada para eles, dado que em geral serão mantidos por algum tempo sem sofrer muito dano; muitos dos quais serão mantidos por qualquer extensão de tempo sem sofrer dano algum. Mas como se dá com o trabalho neste aspecto? O trabalho que eu devo realizar ou posso realizar nesta semana, se eu, em imitação ao capitalista, me recusar a apartar-me dele, isto é, recusar-me a realizá-lo, porque um preço inadequado me é oferecido, posso engarrafá-lo? Posso cobri-lo em sal? De qual modo posso eu estocá-lo, que, em imitação ao capitalista, eu possa ou conseguir o mesmo preço por ele, ou um preço maior ou menor, como pode ser o caso, em um período futuro?[718]

A fala de Scott é um belo exemplo sobre como princípios da economia política (visivelmente a teoria do valor-trabalho de Smith e Ricardo) podiam ser apropriados com fins radicais e populares. O espaço dado a este tipo de posicionamento, respaldado por

[717] Idem, p. xv.
[718] Idem, p. 188.

parlamentares dentro do comitê, é um episódio notável, que ilustra o porquê de as comissões reais serem preferidas pelo reformismo liberal enquanto ferramentas de inquérito em temas sociais sensíveis. A oposição por parte dos parlamentares defensores do livre mercado ao projeto de lei de Fielden foi ferrenha, inviabilizando que o plano esboçado pelo comitê fosse praticado. Com a interrupção do *boom* manufatureiro vivenciado entre 1833 e 1836 e o início de um ciclo de instabilidade no setor até o começo da década seguinte, abriu-se a oportunidade para atender à demanda das alas liberais para que fosse realizado um inquérito considerado mais imparcial.

Quatro comissários foram apontados em 1837 para compor uma comissão com a tarefa de investigar a situação dos tecelões desempregados e sugerir formas de aliviar sua aflição econômica. O perfil do quarteto nomeado deixava claro que a orientação ideológica dentro da comissão diferia radicalmente do caminho seguido pelo comitê de 1834 e 1835. Ao lado de Nassau Senior, economista ortodoxo e reformador da Lei dos Pobres, estavam Samuel Jones Loyd, William Edward Hickson e John Leslie. Loyd era um banqueiro riquíssimo, que já havia passado pelos Comuns apoiando os *whigs* antes da reforma de 1832 e que veio a se mostrar um dos maiores influenciadores da política monetária do Reino, principalmente durante o governo de Robert Peel na década de 1840. Assim como Senior, Loyd integrou o Clube de Economia Política, permanecendo nele entre 1831 e 1872, ano em que se retira na condição de membro honorário. Os outros dois comissários tinham origem nos ofícios. Hickson era filho de um próspero produtor e vendedor atacadista de sapatos londrino e frequentou círculos radicais na juventude, nos quais teve contato com nomes importantes do radicalismo liberal. Em 1840, Hickson se tornou editor e proprietário do *Westminster Review*, periódico que havia sido fundado por Bentham para ser a voz impressa do seu grupo de radicais filosóficos. Finalmente, Leslie, provavelmente vindo de uma linhagem de alfaiates londrinos, havia alguns anos antes se destacado ao publicar panfletos exaltando os efeitos da Nova Lei dos Pobres[719] (uma

[719] LESLIE, J. *Remarks on the present state of the poor law question,* with illustrations of the advantages arising to the poor by means of the workhouse system of relief. 2ª ed. London: 1834. LESLIE, J. *A practical illustration of principles upon which the Poor Law Amendment Act is founded*, as exhibited in the administration of the poor rates in the parish of St. George, Hanover Square, for the year ending lady-day, 1835.4ª ed. London: 1835. LESLIE, J. *A letter to the industrious classes on the operation of the Poor Laws as affecting their independence and comfort*. London: 1835. LESLIE, J. *Further illustrations of the principles upon which a Metropolitan Poor Rate is administered in the Parish of St. George, Hanover Square*, with a few desultory observations on the principles upon which poor laws are founded: and as the proposed extension of that system to Ireland. London: 1836.

instituição que o comitê parlamentar havia constatado como uniformemente odiada pelos tecelões[720]).

Nove comissários assistentes ingressaram na comissão entre 1837-8, além de Joseph Fletcher, que foi secretário simultaneamente da comissão dos tecelões manuais e da segunda comissão sobre trabalho infantil. Os comissários optaram por manter um número menor de comissários assistentes e utilizar recursos para custear viagens para o continente europeu. Além de investigar Inglaterra, Gales, Escócia e Irlanda, a comissão também visitou Suíça, Áustria, França e Alemanha. As impressões dos comissários assistentes começaram a ser publicadas em fevereiro de 1839, e o relatório final da comissão foi apresentado em fevereiro de 1841[721].

Formalmente, o foco da comissão deveria ser os tecelões desempregados, os quais, descobriu-se, representavam um número muito pequeno, apesar do cenário econômico desfavorável. Mas a pobreza, com salários insuficientes e horas de trabalho excessivas, se confirmou como uma condição corriqueira entre os trabalhadores ocupados, incentivando a continuidade do inquérito. Apesar de reconhecer as dificuldades vivenciadas pelos tecelões, a comissão considera que o debate político até então estava tomando os salários mais miseráveis, pagos a idosos e doentes, como norma geral dentro da categoria. Casos extremos, incluindo uma família de tecelões na qual a mãe estaria lentamente morrendo de fome, foram testemunhados, mas são encarados como situações excepcionais exploradas pelos trabalhadores para demandarem intervenção do governo[722].

Contrariando a crença comum de que os rendimentos dos tecelões eram influenciados sobretudo pelo tipo de fibra utilizada, os comissários alegam que os determinantes principais são o nível de destreza e força física demandado por cada atividade dentro do amplo espectro da tecelagem. Em sua maioria, as ocupações não exigiam grande perícia para serem praticadas com razoabilidade, o que fazia da demanda de esforço físico o mais importante condicionante dos salários, dado que, diferentemente da destreza, a força era uma barreira minimamente eficaz contra a entrada de mulheres e crianças[723]. Os teares mecânicos movidos a vapor empregavam ainda mão de obra

[720] GREAT BRITAIN. Parliament. *Report from Select Committee on Hand-Loom Weavers' Petitions;* with the minutes of evidence, and index. London: 1835, p. xi-xii.
[721] GREAT BRITAIN. Hand-Loom Weavers Commission. *Hand-loom weavers.* Report of the Commissioners. London: 1841.
[722] Idem, p. 1-6.
[723] Idem, p. 14 e 22-3.

minoritária na tecelagem, mas sua produtividade era grande o suficiente para afetar negativamente os salários dos tecelões fora das fábricas em todo o Reino.

Rememorando a trajetória da tecelagem nas ilhas britânicas, os comissários discorrem sobre a evolução da divisão do trabalho no ramo. Originalmente, não se distinguiam entre si os papéis de trabalhador e comerciante do tecido, uma condição que persistia entre poucos. Era o caso, por exemplo, dos tecelões de linho no norte da Irlanda, que ainda cultivavam a fibra, confeccionavam o fio usado no tecido e vendiam o produto final no mercado. Em praticamente todo o resto do reino, os insumos eram fornecidos por um capitalista ao tecelão, que retornava uma quantidade de tecido em troca de um valor combinado por peça. Alguns tecelões sequer possuíam tear, trabalhando como jornaleiros na oficina de um pequeno empregador. Mas, tal qual os operários fabris, essa era uma parcela diminuta dentro da tecelagem. O grosso da categoria consistia em tecelões que trabalhavam em casa, auxiliados por suas famílias, e que possuíam ou alugavam um tear (nesse sistema, o *putting out*, o trabalhador é referido como *putter out of work*)[724]. Desprovidos do acesso à terra, uma diferença notada em relação à classe trabalhadora continental, os tecelões britânicos viam-se dentro de um ecossistema econômico delicado. Conforme os comissários, a respeito da Inglaterra:

> Nós levamos a divisão do trabalho, talvez não aos seus limites máximos, mas mais longe do que jamais fora estendida. O resultado tem sido o de fazer do nosso trabalho altamente produtivo, e distribuir entre a nossa população uma maior quantidade proporcional dos confortos da vida do que qualquer outra comunidade numerosa, com exceção dos anglo-americanos, jamais desfrutou. Mas esta vantagem é obtida tornando cada indivíduo dependente de muitas centenas ou mesmo muitos milhares de outros para quase todas as suas necessidades. Nunca existiu uma sociedade tão distintamente dividida entre capitalistas e trabalhadores, ou em qual cada capitalista e cada trabalhador produz tão exclusivamente para o propósito, não de consumo, mas de troca[725].

A resistência dos tecelões em aderirem ao tear mecânico fabril (segundo os comissários, em muitos casos as fábricas poderiam absorver todos os trabalhadores da tecelagem nos arredores), se daria por um misto entre o desejo de manter a própria independência e uma mentalidade conservadora, oriunda da ignorância existente onde falta instrução formal[726]. Teoricamente, a manutenção do trabalho dentro do ambiente doméstico, auxiliado pelos familiares, deveria exercer influência positiva sobre a moral do trabalhador, mas o resultado percebido entre os tecelões era o inverso. A

[724] Idem, p. 2-3.
[725] Idem, p. 66.
[726] Idem, p. 25.

desmoralização observada nas famílias envolvidas na tecelagem é atribuída à instabilidade do setor. Fossem capazes de se manter regularmente empregados, sua condição não seria crítica. Mas, conforme um dos tecelões ouvidos pelos comissários, a cada cinco ou seis anos uma crise se fazia presente no ramo, capaz de se estender por até dois anos[727]. Os relatos dão conta de que a manutenção do emprego ao longo de todo ano era um privilégio de uma minoria de tecelões mais qualificados, os demais sendo contratados ou dispensados corriqueiramente conforme as flutuações de demanda, sendo comum que passassem um terço do ano à procura de trabalho[728].

O problema fundamental, segundo a comissão, era a existência de uma ampla reserva de mão de obra no setor, proporcionada pela facilidade com que se ingressava na tecelagem. Qualquer atividade na qual mulheres e crianças pudessem atuar com competência iria rebaixar o salário do homem adulto. Trabalhadores agrícolas podiam subitamente migrar em massa para a tecelagem, oscilando entre ambas as atividades a depender dos salários[729]. Apesar dos salários deprimidos, a força de trabalho inglesa permanecia mais cara do que a dos tecelões nos rivais europeus. Os britânicos se beneficiavam de uma disponibilidade excepcional de carvão e ferro em seu próprio território e da maior produtividade de seu trabalho, mas a mecanização avançava no continente, tutelada por especialistas ingleses seduzidos para o exterior através de altos salários. Parecia evidente aos comissários que as leis proibindo a exportação de maquinário e emigração de trabalhadores especializados não haviam surtido o efeito esperado. A disputa internacional mais acirrada pela exportação de tecidos contribuía para a irregularidade do trabalho do tecelão britânico[730].

Elevar a competitividade do produto britânico no mercado externo era, portanto, algo que a comissão considerava essencial, e que só poderia ser atingido pela redução dos custos de produção. Abre-se a partir daí uma longa explanação dentro do relatório sobre as consequências perversas das Leis dos Cereais, justificada pela comissão como uma pauta necessária por ser constantemente citada pelos próprios tecelões[731]. O argumento principal contra o protecionismo agrícola é de que o mesmo encarece o custo de reprodução da mão de obra, abalando a competitividade da manufatura nacional sem, com isso, beneficiar o trabalhador. Por conta do encarecimento do preço interno dos alimentos,

[727] Idem, p. 19.
[728] Idem, p. 21 e 35.
[729] Idem, p. 42-4.
[730] Idem, p. 28-30.
[731] Idem, p. 69.

os tecelões ingleses tinham seu poder de compra reduzido, embora recebessem salários mais elevados do que pessoas na mesma ocupação no continente[732].

Em uma passagem que remete aos escritos econômicos de Senior, a comissão critica o legado malthusiano que sustenta o entendimento de que a ausência das Leis dos Cereais, ao baratear a comida, elevaria a população até que os salários fossem esmagados. A evidência histórica, insiste o relatório, já havia comprovado que apenas em circunstâncias de mau funcionamento do mercado, como existência de guerra ou legislação insensata, a elevação dos meios de subsistência promove um crescimento demográfico desproporcionalmente acelerado. O aumento populacional, na verdade, era necessário para impulsionar ciclos virtuosos na economia. Invertendo a lógica malthusiana, os comissários defendem que os salários determinavam o preço dos alimentos, e não o contrário[733].

O relatório utiliza a existência das Leis dos Cereais para retratar a Inglaterra como um país protecionista e que, de forma recíproca, incentivava postura semelhante entre seus rivais. As leis também são apresentadas como um privilégio exercido pela classe agrária rentista em detrimento dos outros estratos sociais, sendo do interesse comum de trabalhadores e capitalistas se unirem em nome de sua revogação[734]. Essas eram alegações repetidas exaustivamente no movimento antiprotecionista, liderado pelos integrantes da Liga Anti-Lei dos Cereais. Ao menos um membro do corpo de comissários, o comissário assistente Henry Samuel Champan, esteve envolvido ativamente com a organização da Liga, mas o relatório da comissão não reproduz o tom declarado de antagonismo de classes assumido pela organização, o qual certamente não condizia com o posicionamento político moderado de homens como Senior.

Boa parte das muitas páginas dedicadas à ação dos sindicatos dão conta de enfatizar espancamentos, pernas quebradas, cartas ameaçadoras, ataques com ácido, destruição de máquinas e alguns assassinatos, práticas violentas daquela que seria uma minoria organizada e que mantinha toda a classe trabalhadora refém pelo medo. Os tecelões honestos estariam obrigados a se curvar e acatar os termos dessas facções, enquanto empregadores tinham de andar armados para se proteger[735]. Os comissários, entretanto, reconhecem que a legislação em vigor desde 1825 regulando as associações

[732] Idem, p. 53-8.
[733] Idem, p. 63.
[734] Idem, p. 52-8.
[735] Idem p. 32-6 e 105-13.

entre trabalhadores precisavam ser revistas. Reuniões para debater questões salariais ou redução de horas de trabalho que não envolvessem a participação dos empregadores podiam ser enquadradas como conspiração. Além de considerar isto um abuso, a comissão acreditava que, ao se esvaziar o espaço dentro da legalidade para que os sindicatos se organizassem, o único efeito seria fomentar estratégias clandestinas e violentas por parte dos trabalhadores, como demonstrado pela experiência das leis anti-associação no passado, quando entidades do tipo não tinham sequer sua existência permitida[736].

Antes de apresentar suas conclusões, a comissão faz um balanço sobre as diferentes sugestões ouvidas nas investigações para remediar a miséria dos tecelões. A fixação de salários, como também a criação de impostos especiais sobre teares mecânicos, são de pronto descartadas, percebidas como algo próprio de nações menos civilizadas e regidas por governantes autoritários. Conforme o comissário assistente James Mitchell, reportando sobre o estado do ramo da tecelagem de crepe de seda:

> O inquérito a se fazer é, o que, sob quais circunstâncias, pode ser feito pelos tecelões de crepe, e a resposta deve ser, que a única coisa que atualmente pode ser feita é, explicar a eles qual é o real estado da ocupação deles, e aconselhar eles a sair desta ocupação tão cedo quanto puderem.
>
> O poder do tzar da Rússia não poderia elevar os salários de homens assim situados. Ele pode, de fato, ordenar uma escala de preços a ser paga a eles pelo trabalho que eles fizeram, mas neste caso o manufatureiro iria logo parar de ofertar trabalho, já que seria contra seu interesse fazê-lo.
>
> O tzar da Rússia, seja fixando salários em uma escala elevada, ou por um comando direto, pode pôr um fim à ocupação como um todo, e isto seria um exercício misericordioso de seu poder absoluto, mas a autoridade do governo de um país livre não pode assim controlar os sujeitos, mesmo que para seu próprio bem, e tudo o que resta, portanto, é esclarecer aos tecelões de crepe sobre sua real situação, alertá-los a deixar o ramo, e a temer levarem seus filhos a ele, como eles iriam temer incumbi-los dos crimes mais atrozes[737].

Assim sendo, o plano de ação sugerido pela comissão ao final do relatório é estabelecido com base no princípio de que a única forma eficaz de elevar a condição dos tecelões é reduzindo a atual discrepância entre oferta de trabalho e demanda. Não caberia ao poder público determinar arbitrariamente esse movimento, que só atingiria um ponto de equilíbrio a partir da iniciativa dos próprios tecelões de deixarem sua ocupação. Respeitando-se este fundamento, as recomendações dos comissários envolviam a redução

[736] Idem, p. 113-7.
[737] Idem, p. 28.

dos impostos das Leis dos Cereais, ou a extinção gradual do mecanismo protecionista, diminuindo custos de produção para elevar os investimentos no setor[738].

Para os sindicatos, a legislação referente às associações teria de ser reestruturada para melhor distinguir as práticas não-violentas das coercitivas, suspendendo a margem para criminalização que existia para as primeiras e acirrando a repressão sobre as últimas. Sindicalistas deveriam ter liberdade formal para se reunir e fazer greve em nome da redução de horas e aumento de salários (mas não para exigir o abandono do uso de máquinas ou interferir de outras formas na gestão dos empreendimentos), mesmo que isso fosse contraproducente do ponto de vista da economia política. Qualquer ato de ameaça aberta ou velada aos empregadores ou outros trabalhadores precisava ser criminalizado, de tal maneira que na prática permaneceria difícil imaginar que alguma forma de interrupção da produção poderia ser atingida efetivamente, sem incorrer em nada que implicasse ilegalidade[739].

A comissão também gostaria de ver maior incentivo à diversificação de padrões estéticos dentro da tecelagem, um ponto fraco percebido nos tecidos ingleses em relação aos da França. Por trás da inferioridade britânica neste quesito estariam o déficit de escolas de *design* na Grã-Bretanha, a onipresença da pirataria e uma cultura pouco afeita a valorizar o aspecto mais artístico da manufatura de tecidos no momento da produção. Há pouco de concreto nas medidas levantadas no relatório. Fala-se em elevar o período pelo qual os direitos autorais protegem as criações dos *designers* e na fundação de novas escolas para formar esses profissionais, sem se definir como o governo iria prover incentivo nesse sentido[740].

Tal qual na ocasião da reforma da Lei dos Pobres, a emigração de mão de obra redundante para as colônias era dada como positiva, mas incapaz de ocorrer com a velocidade necessária para sanar problemas de grandes dimensões, como era o caso da tecelagem. Novamente, a criação de um sistema nacional de educação é defendida, apesar de se admitir que esta não era uma política voltada especificamente para os tecelões, e que teria pouco efeito imediato sobre a ocupação. Complementadas por mais algumas sugestões pontuais, o conjunto de recomendações procurava tornar mais livre e eficiente o ambiente econômico britânico, de modo que o mercado pudesse seguir melhor seu curso

[738] Idem, p. 68-9 e 124.
[739] Idem, p. 98-101 e 124.
[740] Idem, p. 79-88 e 124.

natural e prover o remédio definitivo: o escoamento do excesso de trabalhadores alocados na tecelagem para outras atividades[741].

O contraste entre as conclusões apresentadas nos inquéritos do comitê parlamentar e da comissão real que o sucedeu foi grande o suficiente para que Paul Richards, refletindo sobre a conjuntura política das décadas de 1830 e 1840, percebesse no episódio um marco na transição para um novo tipo de Estado, o qual se constituiu a partir dos enfrentamentos de classe que atravessaram o período. Em sua visão, o caso tratou-se do retrato mais explícito sobre como antagonismos de classe típicos da nova economia industrial passaram a pautar a política nacional, apesar da continuidade do predomínio do interesse agrário nas duas câmaras[742]. A dureza com a qual os comissários receberam as reivindicações dos tecelões já estava, de certo modo, prenunciada nas respostas oferecidas por comitês parlamentares nas décadas anteriores ao Ato de Reforma de 1832, que não disfarçavam sua indisposição para acolher demandas por intervenção sobre salários. O comitê de 1834 e 1835 deve ser encarado como um solavanco em uma tendência que já vinha se desenrolando desde a virada do século, possibilitado pelo ingresso de alguns radicais populares dentro do Parlamento a partir de 1832. O parecer da comissão de inquérito permanece, ainda assim, como uma afirmação categórica de que a construção de um Estado que se pretendia mais representativo e responsivo à sociedade britânica seguiria um viés liberal, demarcação importante em um contexto no qual a mobilização conjunta de esforços políticos para a reforma havia dado lugar ao embate entre projetos distintos.

Petições movidas por ocupações específicas, além daquelas formadas por coligações amplas como o Cartismo, não cessaram de chegar ao Parlamento. Contudo, comissões reais não foram mais encarregadas de questões trabalhistas na Inglaterra antes da década de 1860, com uma única exceção. Entre 1844-5, esteve em vigor uma comissão para investigar denúncias de pagamentos de salários na forma de gêneros entre os *framework knitters*, atendendo a uma petição assinada por 25.000 trabalhadores entregue em 1843. A comissão foi composta apenas pelo comissário Richard Michaux Muggeridge, que havia sido um dos comissários assistentes na investigação sobre os tecelões. Sem surpresas, Muggeridge reafirmou em sua investigação os mesmos

[741] Idem, p. 118-21 e 124-5.
[742] RICHARDS, P. "State Formation and Class Struggle, 1832-48". In: CORRIGAN, P (org.). *Capitalism, State Formation and Marxist Theory* - Historical Investigations. Tiptree: Quartet Books, 1980, p. 68-71. RICHARDS, P. "The State and Early Industrial Capitalism: The Case of the Handloom Weavers." *Past & Present*, n. 83, maio de 1979, p. 91-115.

paradigmas que nortearam o inquérito anterior sobre a tecelagem. Muggeridge também fora agente de migração da Comissão da Lei dos Pobres entre 1836 e 1844, um dos responsáveis por conduzir os esquemas de deslocamento interno de pobres assistidos para regiões onde seriam empregados, ou seja, movendo mão de obra ociosa do campo para centros industriais em expansão. Antes de envolver-se com comissões reais, ele editou o *Hertfordshire Mercury*, jornal local do condado situado logo ao norte da metrópole londrina e que manifestava posições *whigs*[743].

Muggeridge conduziu suas investigações nos condados de Leicester, Nottingham e Derby. O único relatório foi apresentado em fevereiro de 1845. No ato de nomeação da comissão, o objeto do inquérito era bem delineado: as denúncias de abusos sofridos pelos tecelões no recebimento de seus salários. Não havia de início nenhuma pretensão de acolher as medidas consideradas intervencionistas e protecionistas que também estavam presentes na petição da categoria. Estas envolviam coibir a importação de malhas (enquanto países rivais mantivessem suas atuais barreiras protecionistas), dar à Coroa o poder de apontar comissários para regular os salários e restituir os privilégios da corporação de ofício nos termos originalmente concedidos por carta Real em 1663[744].

A maneira como o relatório se inicia, recontando a história da ascensão e declínio da ocupação, traz algo das narrativas moralistas que explicavam a queda de Roma pela devassidão e extravagância. Após seu reconhecimento como corporação de ofício pela monarquia no século XVII, a corporação dos *framework knitters*, bem como as de outros ofícios prósperos concentrados na metrópole, experimentou um período de apogeu em riqueza e prestígio durante o qual, segundo Muggeridge, teria se entregado à ostentação, adquirindo imóveis suntuosos e promovendo procissões espalhafatosas. A necessidade de arcar com os luxos traria o início da decadência econômica da corporação (um lembrete de que a degeneração moral caminhava junto ao malogro econômico). Valendo-se de seus poderes monopolistas, a corporação passou a cobrar valores exorbitantes sobre a prática do aprendizado, em um momento no qual a atividade estava florescendo no norte, nos condados investigados pela comissão real[745].

---

[743] Sobre o envolvimento de Muggeridge na política local pré-Reforma, cf. ROWE, V. A. "The Quaker Presence in Hertford in the Nineteenth Century." *Journal of the Friends Historical Society*, v. 55, 1986, p. 81-4.

[744] GREAT BRITAIN. Frame-Work Knitters Commission. *Report of the Commissioner Appointed to Inquire into the Condition of the Frame-Work Knitters*. With appendices. London: 1845, p. iii - 2.

[745] Idem, p. 3-7.

A partir desse ponto, se estabeleceram tendências centrífugas que terminaram por pulverizar o controle da corporação sobre o ingresso no ofício e sua prática. Revoltados contra a voracidade das taxas cobradas pela corporação londrina, a *gentry* e as autoridades dos condados ao norte passaram a sabotar os esforços vindos da capital para controlar a aprendizagem na região. O caso foi levado à corte mais alta do circuito regional, que deu parecer contrário ao interesse da corporação em 1723. Livres das restrições até então exercidas sobre o aprendizado, empregadores locais passaram a manter extenso número de aprendizes, aumentando a quantidade de praticantes do ofício e rebaixando o salário entre os adultos. Apesar dos esforços da corporação em restabelecer sua autoridade fora de Londres, a mesma sociedade enfrentava problemas financeiros que a obrigaram a aceitar em suas fileiras uma quantidade crescente de membros, muitos dos quais sequer eram praticantes da tecelagem. A tentativa de criar um novo conjunto de leis internas, a ser imposto sobre todos os tecelões de meias de malha, desencadeou uma guerra de petições entre os praticantes londrinos e dos condados do norte, que culminou em um comitê parlamentar misto, formado por representantes de ambas as casas, para arbitrar a querela. O comitê concluiu em 1753 que a causa da corporação londrina era ilegítima e prejudicial às manufaturas[746].

O declínio da ocupação foi sacramentado com a série de inovações tecnológicas em todo o setor têxtil na parte final do século XVIII. Diferentemente do que se viu em outros tecidos, contudo, o ramo das meias de malha não testemunhou uma automatização elevada, permanecendo livre de máquinas automáticas na primeira metade do século XIX. A malha tinha por particularidade ser composta por um único fio, e não vários fios entremeados como os outros tecidos, o que exigia de sua confecção uma série de movimentos coordenados muito difíceis de serem reproduzidos automaticamente, nos quais o trabalhador operava uma máquina (a *stocking frame*) que exigia o uso das duas mãos e dos pés para pressionar alavancas e pedais. Essa defesa natural do ofício contra a mecanização não impediu, contudo, que os aprimoramentos já existentes tornassem o manuseio do mecanismo algo relativamente simples de se assimilar, deixando a ocupação permeável à entrada de mulheres, crianças e trabalhadores agrícolas. No século XIX, a atividade já estava fundamentalmente restrita à zona rural dos condados de Nottingham, Leicester e Derby, sem resguardar nada do prestígio dos tempos áureos da corporação de ofício[747].

---

[746] Idem, p. 8-11.
[747] Idem, p. 12-26.

As queixas geradas pelos tecelões, observa Muggeridge, estavam ligadas a uma rede fragmentada envolvendo a ação de intermediários e aluguéis de máquinas. Havia se constituído no ramo um mercado de venda de *stocking frames* usadas, adquiridas com o intuito de se obter lucro não pelo produto em si, mas sim pelo ato de alugá-las para os trabalhadores. Normalmente, havia a figura de um manufaturador principal, detentor de um número de máquinas e dos demais materiais usados na produção. Embora os manufaturadores empregassem, diretamente, uma parcela dos trabalhadores dentro do setor, essa não era a realidade mais comum. A maioria era empregada por um terceiro ator, chamado no relatório de *middle-man*, *master* ou *undertaker*. O *middle-man* alugava parte das máquinas do manufaturador e as alocava em uma oficina menor, composta por cerca de uma ou duas dezenas de máquinas, algumas de sua propriedade. Essas máquinas, por sua vez, tinham seu uso alugado pelos trabalhadores de fato, que recebiam um preço por peça produzida, do qual o *middle-man* descontava o aluguel do mecanismo e os insumos utilizados, repassando o produto final para o manufaturador, na lógica de *putting out*. Era comum que o empregador intermediário fosse, ele mesmo, um tecelão, trabalhando ao lado dos demais, mas o interesse na rentabilidade do aluguel levava pessoas sem familiaridade com a atividade a adquirirem *stocking frames* com esse fim[748].

Com as meias britânicas encontrando problemas para entrar no continente europeu e perdendo espaço no mercado estadunidense para os alemães, havia uma redundância de oferta de mão de obra no setor. A demanda por trabalho só era elevada em parte do ano, que compreendia não mais do que 6 meses, isso sem considerar os momentos de depressão econômica que periodicamente acometiam o negócio. Contudo, não era interessante manter máquinas sem uso, pois isso implicava na não obtenção do valor do aluguel, de tal modo que os manufaturadores e os *middle-men*, durante os períodos de baixa por demanda, mantinham um sistema de empregos em meia jornada. Com os salários muito rebaixados devido à irregularidade do trabalho, a condição dos tecelões submetidos a essas jornadas reduzidas se deteriorava rapidamente[749]. Os trabalhadores queixavam-se de que, através dos aluguéis, pagavam em cerca de dois anos o valor de uma máquina usada[750]. Proprietários e sublocadores se defendiam, alegando que, diante da demanda precária pela produção, era apenas o interesse nesta renda que assegurava a existência de alguma oferta de emprego na confecção tradicional de meias. Uma

[748] Idem, p. 103-5.
[749] Idem, p. 55-6.
[750] Idem, p. 48-51.

justificativa infundada, na opinião de Muggeridge, para quem o único efeito da prática é reter artificialmente um excedente de mão de obra que, em condições ideais de funcionamento do mercado, iria se dirigir para outras funções[751].

Da maneira similar ao que se deu com a comissão real de inquérito sobre as práticas abusivas nas relações de trabalho nas Midlands de 1842 e 1843, quando se destacaram negativamente os efeitos da prática de intermediação na contratação dos trabalhadores, Muggeridge enxerga com maus olhos a existência do *middle-man*. Os intermediadores são acusados de definirem arbitrariamente os aluguéis sobre as máquinas e de pagarem pelas peças produzidas um preço inferior ao pago pelos manufaturadores centrais. A presença do *middle-man* também favorecia o pagamento dos salários em gêneros ou outros produtos, embora se admita que também existem manufaturadores envolvidos com este tipo de esquema[752].

O *truck system* ocupa, na verdade, um espaço pequeno do relatório, o que causa estranheza tendo em vista que esse era o objeto principal com o qual a comissão foi empossada. O comissário acredita que o sistema é menos frequente do que no passado, graças ao esforço de magistrados e sociedades locais de empregadores criadas para combatê-lo, mas que ainda se mostrava um mal persistente. Ele ocorria de forma indireta, quando os salários eram pagos no sábado à noite na presença de um representante da loja local, fornecedora de insumos e alimentos aos trabalhadores. Assim que o salário era entregue, o representante recolhia o valor dos produtos consumidos pelo trabalhador durante a semana. A dispersão da atividade em oficinas menores, em áreas rurais, fazia com que os tecelões não tivessem outras opções de comércio que não às mancomunadas com os manufaturadores ou intermediários[753].

No relatório, Muggeridge demonstra interesse em alguns sistemas para atenuar a condição dos tecelões. O loteamento de terras é tido, mais uma vez, como altamente benéfico[754]. O comissário também é simpático à reivindicação presente na petição da categoria, para que os manufaturadores emitissem bilhetes confirmando o valor pago pelas peças acabadas, de sorte que fosse ilegal que os empregadores intermediários pagassem aos trabalhadores sem apresentar esse documento, evitando fraudes[755]. Também se defende, no relatório, que o *truck system* seja passível de prisão, e não apenas

[751] Idem, p. 52-3.
[752] Idem, p. 57-9 e 72-5.
[753] Idem, p. 72-81.
[754] Idem, p. 125.
[755] Idem, p. 59.

de multas, como se dava no momento[756]. As críticas feitas aos sindicatos e a deficiência do ensino popular são exatamente as mesmas realizadas no inquérito da comissão sobre tecelões de 1837 a 1841, e é desnecessário repeti-las aqui[757].

Se os esquemas fraudulentos eram, mesmo para os padrões liberais do relator do inquérito, ultrajantes ao ponto de justificar ação direta por parte do Estado, não é sem cuidadosa ponderação que se advoga por essa intervenção. É necessário ressaltar que tais abordagens configuram medidas excepcionais diante de relações que, reconhecidamente, devem ser deixadas livres o tanto quanto possível, bem como atentar para o fato de que as regulações sugeridas não são um invencionismo legislativo, mas sim ações amparadas por princípios bem estabelecidos, praticados desde longíssima data:

> Por mais impolítico que possa ser, sob circunstâncias comuns, tentar regular por lei, interesses e relações tão complicadas, e tão entrelaçadas, quanto aquelas existentes entre empregadores e seus trabalhadores, as quais, como regra geral, pode-se, eu penso, com segurança ser afirmado, irão melhor regular a si mesmas com base no interesse mútuo e vantagem comum, ainda assim o princípio de que os interesses da comunidade requerem que salários devam ser pagos em dinheiro apenas, parece receber sanção legislativa, e ter sido tentado ser imposto por autoridade legislativa, uniformemente desde as primeiras eras de nossa importância comercial enquanto nação, até o presente período[758].

Conclui-se, ao fim do documento, que as únicas soluções que incidem sobre a raiz dos problemas acometendo o setor são as que elevam a demanda pela sua produção, ou que reduzem a oferta de trabalho concentrada sobre ele. Muggeridge aponta que o melhor caminho para os tecelões seria que a produção das meias fosse concentrada em fábricas, onde há mais facilidade para divisão do trabalho e a relação entre manufaturador e empregado se torna mais próxima, eliminando a figura problemática dos intermediários[759]. Além de reduzir os custos de produção através do sistema fabril, era importante restabelecer um padrão de qualidade mais elevado para as malhas, e com maior diversificação estética, visto que o movimento recente de se introduzir materiais de pior qualidade para baratear o produto final provou não resultar em maior competitividade dos artigos[760]. A respeito do excedente de mão de obra, esse era um fator sob exclusivo controle dos trabalhadores, a ser remediado pelos casamentos tardios e procura ativa por

[756] Idem, p. 76.
[757] Idem, p. 117-25.
[758] Idem, p. 79.
[759] Idem, p. 92-5.
[760] Idem, p. 85-6 e 130.

outras formas de emprego, posturas das quais os tecelões tomariam consciência lentamente através da elevação do cultivo moral da classe trabalhadora[761].

Ambas as comissões reais que se encarregaram da aflição dos tecelões agiram orientadas pelo princípio de que, uma vez que a raiz do problema estava em um desequilíbrio entre oferta e demanda de mão de obra no setor, cabia ao poder público interferir somente para coibir algumas práticas mais abusivas às quais os empregados estavam submetidos. Os comissários também enxergam espaço para algumas ações mais ativas por parte do governo, como incentivar novos sensos de *design* e facilitar os loteamentos, mas nenhuma dessas medidas poderia se converter em mais do que uma linha auxiliar, dando maior rapidez a um processo de ajuste que só poderia ser conduzido pelo próprio tempo do mercado. Apenas a educação popular era tida como algo que deveria assumir a forma de um plano nacional eficiente, no longo prazo, para sanar o surgimento de situações de excedente de trabalho alocado em determinadas atividades, como ocorria na tecelagem, através da promoção dos saberes morais e do entendimento do funcionamento do mercado entre a classe trabalhadora.

Competia ao governo promover, direta ou indiretamente, instrução e regulações mínimas sobre a força de trabalho para que nela florescesse o trabalhador idealizado pelas comissões, consciente da inutilidade de se debater contra o curso natural da economia por meio de associações, ideologias ou apelo por legislações protecionistas. Seria aquele que, diante do decaimento de um ofício artesanal através da introdução da mecanização ou o acirramento da competição com o mercado internacional, compreenderia que a única solução possível residia em suas próprias mãos: mover-se para a fábrica ou outra ocupação, na qual os termos entre trabalho e capital fossem menos desfavoráveis para o primeiro. A salvação para o trabalhador estava na consciência mantida por ele próprio de que as mudanças trazidas pelo liberalismo e a industrialização não poderiam ter seu rumo revertido, e que as mesmas anunciavam ruína ou prosperidade a depender da forma como o indivíduo se posicionava nesse cenário. Abandonar a postura de antagonismo diante de seus empregadores, percebendo no sistema fabril uma oportunidade para ascender através do trabalho disciplinado e aquisição de conhecimentos práticos e técnicos, era algo que seria assimilado pelos trabalhadores, fosse pela razão movida de bom grado, fosse pela dura lição advinda do sofrimento inútil de tentar resistir a um fluxo irrefreável. O convite

[761] Idem, p. 130.

que Gaskell faz aos operários para se conciliarem com a classe capitalista traz ambos os prognósticos:

> O mais importante benefício que os trabalhadores obteriam com a coalescência com seus empregadores, e concordando com algumas regras para sua regulação mútua, é que ambos iriam muito em breve achar o outro confiável, e estes sentimentos de hostilidade e amargura que agora existem entre eles, e que são alimentados por sindicatos – delegados – secretários – seriam agora levados embora. (...) A revolução moral que isso produziria iria ser uma base excelente para erguer uma superestrutura de arranjos sociais, que pode arrebatar os homens e suas famílias de sua atual degradação. Uma coisa é certa, que se eles não adotarem algum plano dessa natureza, eles perderão a oportunidade, e condenarão a si mesmos a uma vida de servidão para um mestre de ferro, à qual já estão mais do que ameaçados. Deixe-os lembrar de que o engenho a vapor, ainda que aplicado com os mesmos propósitos que o trabalho humano há tão poucos anos, executa tanto trabalho, em capacidade pura, quanto dois milhões e meio de seres humanos! (...) Esforçar-se para barrar esse progresso seria loucura: eles não podem recuar o fluxo de eventos – a era atual – seus esforços seriam igualmente impotentes e ruinosos. Eles podem, contudo, competir com ele em terreno mais igual se assim escolherem, e podem antecipar a aceleração de suas carreiras trabalhando firmemente, ordeiramente e sistematicamente[762].

Bem menos afeito ao tom de mediação filantrópica de Gaskell, o cirurgião e químico escocês Andrew Ure, conhecido por sua intransigência em defesa do interesse fabril, assim celebrou a invenção de um novo aparelho de fiação no seu manifesto em favor da indústria de 1835:

> (...) Esse mecanismo é ao mesmo tempo muito mais simples e barato do que o anterior, e em breve será usado de modo generalizado para o algodão grosso. Ele proporciona um alerta instrutivo para trabalhadores para tomarem cuidado com greves, ao provar quão seguramente a ciência, ao chamado do capital, irá derrotar cada união injustificada que os trabalhadores possam formar[763].

O alerta apresentado nesses depoimentos conserva a mesma essência do parecer das comissões de inquérito. A fábrica, empunhando capital e ciência em cada uma de suas mãos, era um titã cuja influência se fazia sentir em toda a sociedade, cabendo aos trabalhadores saberem como se adequar para não serem esmagados por sua imponente presença. Aos que duvidavam dessa realidade, bastaria olhar para o exemplo dos tecelões para testemunhar as consequências de negar os fatos econômicos objetivos. Engels acusou a burguesia industrialista de se valer da miséria dos tecelões fora das fábricas para municiar sua propaganda, apontando para a melhor condição dos operários fabris diante

---

[762] GASKELL, P. *The Manufacturing Population of England*, its moral, social and physical conditions, and the changes which have arisen from the use of steam machinery; with an examination of infant labour. London: 1833, p. 324-5.

[763] URE, A. *The Philosophy of manufactures*: or, an exposition of the scientific, moral and commercial economy of the factory system of Great Britain. Londres: 1835, p. 40-1.

de cada denúncia tecida contra o setor industrial[764]. Os relatórios entregues pelos comissários reais reproduziram a mesma estratégia diante das contradições do mundo do trabalho. Se o estranhamento social causado pelo aparecimento da fábrica fazia com que essa fosse o foco do debate público, se convertendo no alvo principal do clamor por intervenções, as comissões se dispuseram a contrabalancear essas narrativas detratoras, insistindo na situação muito inferior do tecelão tradicional, para a qual não havia remédio além do tempo de ajuste do mercado e o lento progresso moral da população. Promoviam, ao seu modo, manifestos fabris.

[764] ENGELS, F. *The Condition of the Working Class in England*. [E-book]: Penguin Books, 1987, p. 141.

Conclusão

A Inglaterra que chegou à metade do século XIX, logo após exaltar o livre mercado e o capitalismo urbano com a revogação das Leis dos Cereais em 1846, ainda resguardava muito do país que ensaiava as primeiras tentativas de reforma parlamentar na década de 1770. Só agora, já no ocaso do período clássico da Revolução industrial, a população urbana se equiparava à rural. Na vida política, os primeiros-ministros, vindos dos Comuns, ainda formavam Gabinetes de maioria aristocrática, enquanto a câmara baixa do Parlamento permanecia majoritariamente composta por proprietários de terra e integrantes da *gentry*, inclusive entre aqueles que viriam a fundar o Partido Liberal em 1859. O sólido avanço das classes médias sobre as corporações municipais se via rodeado pelo contínuo domínio da classe agrária nos condados.

Ainda assim, algo de essencial havia mudado, conforme entregavam os ares de celebração ao futuro que rodearam a Grande Exposição de 1851. O entusiasmo diante das novas tecnologias, da capacidade da indústria e da exuberância imperial presente na exibição era apenas uma das faces de um novo sentimento vitoriano, reconciliando otimismo social e industrialização. Superava-se a sensação de mal estar e conflito que marcou as duas décadas precedentes. Além do progresso da máquina, a Grande Exibição coroava a impressão de que a paz interna havia sido estabelecida, contradizendo previsões pessimistas de revolta e desagregação social que se sobressaíam nos discursos intelectuais até recentemente. O Cartismo colapsava com rapidez desde as mobilizações mal sucedidas de 1848. Apenas um ano antes, em 1847, a Carta das Dez Horas havia sido aprovada. Embora a legislação trabalhista tivesse sido consagrada a contragosto frente ao setor industrial, contando com boa dose de revanchismo do capital agrário após a derrota do protecionismo no ano anterior, a dissolução do radicalismo popular mais insurgente sugeria que a classe trabalhadora não era incorrigivelmente avessa à ordem e dignidade moral, como outrora se imaginou.

As classes dominantes podiam sentir, enfim, que a civilidade não era mais unicamente um ideal exportado para os confins do Império em expansão. As matas cerradas de ignorância no interior da própria Inglaterra também começavam a ser sobrepujadas. De certo modo, a figura do comissário real de inquérito, objeto de tanta atenção desde 1832, desempenhava papel semelhante ao do explorador colonialista. Ao invés de aventurar-se pelas terras virgens e comunidades bárbaras das nações estrangeiras, desbravava as cidades e os casebres das paróquias rurais empobrecidas,

territórios nos quais se ocultavam as raízes do pauperismo, da doença, da irreligião e da insubordinação, que contradiziam o crescimento do comércio e da indústria. O ato de trazer à luz as entranhas da massa negligenciada vinha acompanhado de inevitável misto de estranhamento e repulsa. Encarar as chagas, contudo, era o primeiro passo para emergir do estado de desequilíbrio e fragmentação que pairava sobre uma sociedade em metamorfose.

A pobreza não desapareceria, simplesmente, por estar sendo dissecada pelo bisturi dos comissários. Novas campanhas pela moralização dos pobres, conclamando a necessidade de erradicar os auxílios extramuros, que continuavam a ser distribuídos pela Nova Lei dos Pobres, ocorreram durante o apogeu do vitorianismo, antes de a depressão da década de 1870 desacreditar as virtudes do liberalismo. O modo como as classes alta e média enxergavam o pauperismo, contudo, não era mais pautado pelo tom de desastre social iminente da primeira metade do século. Os ganhos econômicos *per capita* estavam se acelerando e, a partir da década de 1850, a elevação do padrão de vida material entre a classe trabalhadora tornou-se bem menos discutível. Contrariando os prognósticos do interesse agrário, o fim das Leis dos Cereais não foi acompanhado do abandono do cultivo, e os proprietários fundiários viram suas fortunas intactas até a crise do último quarto do século. Por sua vez, as concessões arrancadas do setor industrial sobre a regulação das jornadas de trabalho não asfixiaram a competitividade das fábricas inglesas como se alardeava, muito menos atiçou um espírito de radicalismo sindical. Se havia algo demonstrado pelo ano de 1848 era que o povo britânico, quando comparado às populações continentais, era menos arredio do que se pensava. A ambivalência soturna com a qual se revestia o crescimento econômico, inerente ao pensamento do *torysmo* liberal, podia ser abandonada para dar lugar a saudações mais entusiasmadas perante a industrialização e a expansão do comércio.

Diante das incertezas que caracterizaram as décadas de 1830 e 1840, a ordem institucional se provou de formidável resiliência. As instituições britânicas exibiram a capacidade invejável de serem flexibilizadas na medida necessária para atender algumas das expectativas mais urgentes do capitalismo urbano e industrial, sem com isso abdicarem de uma garantia de estabilidade almejada por todas as classes proprietárias. Procurei argumentar, ao longo desta tese, porque acredito que essa demonstração híbrida de adaptabilidade e resistência deve ser lida como uma conquista hegemônica das novas burguesias. O reformismo representou o avanço de uma visão de mundo burguesa, capaz de estabelecer as bases para um novo consenso social, cujos frutos amadureceram na

segunda metade do século. A hegemonia assim solidificada não foi instituída a partir de uma trama combinada entre industrialistas e outros empregadores urbanos. O ambiente intelectual e político do qual proveio o reformismo liberal era plural, marcado por interseções entre a classe média e agrária. As mãos responsáveis por elaborar e difundir uma interpretação reformista também eram as dos filhos da *gentry* e até da aristocracia.

O que fez do reformismo um processo burguês foi seu efeito de encaminhar as transformações institucionais e estabelecer uma abordagem da ordem social que acomodassem as necessidades dos setores mais dinâmicos do capitalismo. Os relatórios das comissões ajudaram a pautar os assuntos públicos em direções favoráveis à acumulação do capital industrial, mesmo quando suas investigações não tinham por objeto a fábrica em si. Essa condução não se procedeu em termos lineares, na forma de apologia inflexível na direção do sistema fabril e do livre mercado. Intervenções eram necessárias para atenuar contradições que faziam pairar dúvidas sobre as benesses da indústria em particular e da sociedade de *laissez-faire* de modo geral. Mas a maneira como o argumento intervencionista é elaborado exprime o quanto o reformismo dos comissários estava condicionado pela lógica capitalista.

Através do conceito de uma economia política da prática reformista, procurei demonstrar que a teoria embasando o trabalho das comissões só pode ser compreendida em interação com a prática das mesmas. Somente assim podemos acessar a natureza desse processo sem recorrer a uma narrativa idealista ou conspiracionista, onde uma ideologia pré-concebida determina a ação dos agentes sem levar em conta a realidade dos objetos com os quais interagem. Essa abordagem também se propõe a superar o problema da "intencionalidade". Se as subjetividades dos comissários talvez não compreendessem um programa burguês nos termos aqui apresentados, seus encaminhamentos práticos nos permitem fazê-lo, mesmo quando reconhecemos que muito do que foi orientado pelas comissões não se converteu em medidas efetivas do modo como se esperava.

O trabalhador independente foi identificado como a síntese da agenda política delineada nas comissões. No inquérito sobre a Lei dos Pobres, os contornos desse ideal e o modelo de sociedade atrelado a ele são apresentados a partir de sua contraposição a um outro arquétipo, o pobre assistido, que serve para condensar de maneira ilustrativa as posturas a não serem seguidas pelas classes populares. Os encaminhamentos dos comissários convergem sempre, em algum grau, para fomentar a formação desse indivíduo, que não recorre à caridade pública e nem se debate contra os termos que o mercado lhe impõe. No que diz respeito às relações do trabalho, esse mesmo sujeito não

espera mais do governo do que a coibição de abusos flagrantes, consciente de que intervenções artificiais não podem proporcionar de forma consistente ganhos salariais em nenhuma ocupação. Caberia ao poder público, contudo, valer-se de sua autoridade reguladora de modo a assegurar condições mínimas para a existência do trabalhador independente, o que incluía constituir padrões sanitários aceitáveis que não perpetuassem a degradação física e moral entre as massas.

Mantendo o trabalhador independente como um norteador para analisar a atuação das comissões, podemos, a título de organizar as conclusões, delinear quatro referências a partir das quais se orientou a ação desses corpos investigativos. A primeira é o entendimento da sociedade enquanto um jogo de interações contratuais, diante do qual cabe ao Estado o papel de árbitro. Isso significa que, a princípio, as relações sociais oferecem melhores retornos quando se autorregulam através do livre exercício dos interesses individuais. Como guardião que zela pelo bom cumprimento desses contratos, ao governo é dado o papel de intervir onde esses não apresentam bom funcionamento. Essa intervenção pode se dar em sentido negativo. É o exemplo da proibição de condutas ilícitas nos acordos mantidos entre empregador e empregado, da suspensão dos laços de trabalho firmados com crianças pequenas e que não são consideradas agentes livres, ou do combate às más práticas sanitárias, nas quais um sujeito exerce a própria liberdade em detrimento da liberdade dos outros. Há também espaço para que o poder público atue em sentido positivo, sendo ativo em providenciar aquilo que a iniciativa privada, por si só, se mostra incapaz de exercer adequadamente, como mostrou o esforço para instituir serviços sanitários onde esses estavam ausentes, ou a defesa de um sistema de educação público, uma proposta que os reformistas falharam em promover.

O segundo ponto se refere à concepção moral da pobreza, um estado associado ao vício e à ignorância. Fatores institucionais e ambientais poderiam elevar a inclinação dos trabalhadores nessa direção. Boas práticas de governo reduziriam a influência negativa que esses elementos externos exerciam sobre o indivíduo, como se pretendia com a extinção dos auxílios extramuros praticados pela Lei dos Pobres e o melhoramento sanitário. Nenhuma dessas medidas surtiria efeito, entretanto, sem que os pobres praticassem a autoajuda que faria deles trabalhadores independentes, uma readequação moral que tinha, como um de seus fundamentos, reconhecer a existência de leis econômicas universais a partir das quais as condutas precisavam se orientar. A pobreza gerada pelo decaimento de uma atividade econômica, como aquela que afligia os tecelões manuais, não seria revertida por qualquer dispositivo público. Era uma questão de

esclarecimento, por parte dos trabalhadores prejudicados, saberem o momento de abandonar ocupações nas quais a relação entre demanda e oferta de trabalho se apresentava desfavoravelmente. Assim como a sobriedade, a fé religiosa, o controle sensato sobre a reprodução e a dedicação ao trabalho, a compreensão das noções elementares da economia política compunha a bússola moral do trabalhador independente.

Em terceiro, temos os princípios da centralização, padronização e profissionalização administrativa como reivindicações centrais da economia política reformista, a serem instituídos de forma que não se desfaça a sensação de controle e o interesse por parte dos poderes locais sobre o aparato público. Manter proprietários e autoridades engajados com a gestão em nível local era uma necessidade política e econômica, uma vez que a maior parte dos impostos usados para financiar as reformas continuava a ser arrecado nas localidades. A existência de mecanismos que, por via de critérios censitários e representatividade proporcional à propriedade, promoviam o controle dos proprietários sobre a composição de conselhos em uniões paroquiais ou distritos sanitários, era acompanhada pela orientação de se apontar um mínimo de funcionários remunerados. Essa era uma maneira de tentar conciliar a manutenção de uma tradição de autonomia local com o incentivo à criação de serviços públicos mais profissionalizados, amparados por um corpo regular de trabalhadores cuja atuação fosse blindada, tanto quanto possível, das intempéries políticas locais.

Não havia uma fórmula pré-definida a ser seguida nessa organização, que assumia modelos diferentes a depender de como se dava esse equilíbrio tenso e muitas vezes conflituoso. O capital político que a comissão julgava ser capaz de mobilizar afetava o modo como se desenhavam as proposições nesse aspecto. Para a reforma da Lei dos Pobres, instituiu-se uma relação de maior hierarquia entre centro e localidade, onde uma junta nacional detinha instrumentos para regular mais diretamente as uniões. Reproduzir essa interação não era possível nos esforços sanitários, que incidiam sobre uma malha mais fragmentada de jurisdições e não estavam embalados pelo mesmo entusiasmo político que assegurou a aprovação tranquila da Nova Lei dos Pobres no Parlamento. Nessas condições, as medidas de centralização precisavam se dar dentro da esfera local, incentivando que a autoridade sobre assuntos sanitários fosse concentrada em um número menor de mãos nos distritos.

A última referência a ser destacada é a defesa de uma ordem de *laissez-faire* econômico sem que se exclua o espaço para uma dimensão de afeto e pessoalidade nos

vínculos firmados entre trabalhadores e empregadores ou proprietários. Essa equação harmoniza duas premissas que parecem opostas. Se estabelece uma política não intervencionista sobre o mundo do trabalho, justificada pelo argumento de que cada indivíduo deve se responsabilizar por sua própria sorte econômica e de que o intervencionismo não pode promover rendimentos de modo sustentável. Uma perspectiva de competitividade internacional reforça essa convicção, alegando-se que qualquer ação deliberada por parte do Estado para induzir ao aumento do valor da mão de obra poderia levar ao rebaixamento impraticável dos lucros e à derrocada das exportações britânicas, comprometendo todo o setor manufatureiro. A frieza com a qual essas dinâmicas são revestidas, ditadas por leis impessoais de oferta e demanda, coexiste com a idealização de laços de proximidade unindo as pontas da relação entre capital e trabalho.

Essa aproximação poderia assumir diferentes facetas, como através da distribuição de loteamentos e outras formas de acesso limitado à terra, da oferta de instrução para os trabalhadores ou mesmo pelo olhar atento do capitalista sobre a postura moral e os hábitos higiênicos dos seus empregados. Contrapondo-se a esse empregador ou proprietário zeloso, os comissários apontavam para a figura problemática do intermediário, como o *butty* na mineração ou o *middle-man* na tecelagem de meias de malha, representado como um explorador inescrupuloso, desinteressado na manutenção de elos duradouros e no cultivo de virtudes por parte de seus funcionários.

Esse tipo de associação refletia o momento inicial do capitalismo industrial, no qual a dimensão dos empreendimentos não tinha ainda generalizado a cisão entre a propriedade sobre os negócios e a gestão dos mesmos. Parecia possível esperar que, mesmo na grande indústria têxtil, empregador e empregado mantivessem entre si alguma proximidade. Os bons atributos do trabalhador independente, cabe lembrar, tinham por pressuposto sua dependência em relação ao trabalho assalariado, manifestando-se através da afinidade com as classes proprietárias. O discurso de conciliação entre segmentos sociais que estavam se distanciando tinha grande atração sobre as comissões. Ilustrar seus relatórios com exemplos que remetessem a isso apelava ao sentimento mais conservador, uma forma de demonstrar que a visão de mundo determinada pela economia política ainda mantinha aberta portas para que os ricos preservassem suas paixões paternalistas, desde que essas se atualizassem para uma realidade mais mecanizada. Era necessário assumir que aspectos fundamentais da dinâmica entre as classes precisavam ser conduzidos através da impessoalidade econômica e por intervenções mais institucionalizadas e padronizadas a nível de política pública. Mas os proprietários podiam praticar gestos que

remetiam a esse caráter paternal por vias que não contradiziam a racionalidade autorregulada pela qual o livre mercado articulava os sujeitos entre si, além das facilidades de que dispunham para imprimir sua feição à gestão do aparato público.

Mais uma vez, as linhas acima oferecem margem para que seja criticada a caracterização dessa retórica como burguesa. Afinal, as qualidades que os comissários projetavam sobre o trabalhador independente não eram estranhas ao conjunto de valores partilhado entre aqueles de mentalidade conservadora, ou que não tinham apreço especial pela indústria. As elites agrárias, ansiosas por restaurar um sentimento de estabilidade social que parecia abalado, também colheriam os benefícios das reformas institucionais que iriam promover a moralização da classe trabalhadora.

É preciso repetir que não está se defendendo, aqui, que o projeto reformista tinha por objetivo uma espécie de subversão burguesa do ordenamento social. As reformas eleitorais e das corporações municipais em 1832 e 1835 tiveram por efeito elevar o espaço que a burguesia industrial tinha para mover seus interesses políticos dentro dessa ordem. O desenho institucional que se estabeleceu a partir daí não pretendia esvaziar o controle social da aristocracia onde essa era dominante. Contudo, as burguesias urbanas se encontravam agora mais empoderadas para também exercer esse controle onde sua influência preponderava. Os comissários não tinham sua atuação direcionada para elevar a dominação burguesa para além desse arranjo. Mas a narrativa social por eles produzida, assumida como discurso oficial, desqualificava outras narrativas detratoras do sistema fabril. Estamos falando de fenômenos convergentes. As reformas políticas dotaram a burguesia com representatividade mais direta na esfera nacional e controle sobre mecanismos locais. As comissões reais de inquérito sobre temas sociais, por sua vez, testemunhavam a favor da economia industrial, garantindo que as estratégias a serem seguidas para administrar as contradições de uma sociedade que trazia novas demandas não seriam ditadas pelos oponentes das fábricas. Defendiam, expressamente, a importância e as benesses do sistema fabril dentro da economia nacional.

Em um balanço teórico das reflexões apresentadas neste trabalho, deixo em aberto a questão levantada no segundo capítulo, acerca dos intelectuais dentro da ótica gramsciana. Aqui, me furtei de propor adições teóricas, que exigiriam um domínio bibliográfico sobre a obra de Gramsci e seus exegetas do qual não disponho. Apenas insisto nas limitações que a diferenciação entre intelectuais orgânicos e tradicionais pode induzir, especialmente diante das elaborações precárias em torno da segunda categoria, um conceito sobre o qual nos acostumamos a comentar apressadamente, ansiosos para

nos dedicar logo à sua antítese orgânica. Se compreendemos que cabe apenas à intelectualidade orgânica conduzir ativamente a edificação de novas visões de mundo e consensos capazes de dar coesão e encaminhamento prático para sentimentos de classe, e que a maturidade de um programa burguês se exprime por meio de um discurso autônomo em relação às posições aristocráticas, descartamos a contribuição dos comissários reais para a realização de uma agenda industrialista. Mais do que isso, perdemos de vista a importância que os espaços de interação entre as classes agrária e média tiveram para guiar, com impressionante estabilidade, o curso da primeira experiência de capitalismo industrial do mundo.

Essa provocação parte de uma discordância que mantenho com Gramsci a respeito de sua interpretação sobre o capitalismo inglês. Mas acredito ter deixado bastante claro que não estou rejeitando, com isso, seu arcabouço teórico. Estou convencido de que, sem recorrer aos conceitos de consenso e de hegemonia, não é possível sair do impasse acerca da natureza da emergência do capitalismo industrial no século XIX, nem restabelecer satisfatoriamente uma abordagem da história que dê conta de harmonizar o passo dos fenômenos econômicos com as demais esferas da totalidade social. Se, para isso, necessitamos repensar o emprego de algumas categorias para além daquilo que foi estritamente deixado por Gramsci, é por reconhecermos a magnitude de seu labor intelectual, que se sobressaiu apesar das condições extremamente adversas nas quais redigiu seus principais trabalhos.

Toda a argumentação que sustenta minhas conclusões tem como um de seus pilares a distinção entre o sentido mais restritivo de "burguesia", enquanto conjunto de indivíduos que ocupam determinada posição nas relações de produção capitalistas, e sua dimensão enquanto movimento histórico, conjunto de forças sociais que atuam na direção de aprofundar o processo de acumulação. Direção essa que se revela quando observada dentro de uma continuidade, em uma perspectiva consequencialista, na qual o encadeamento dos processos pode explicitar sentidos não necessariamente claros para os que estavam vivenciando um dado recorte em primeira mão. Críticos dessa linha interpretativa irão acusá-la de representar mero contorcionismo intelectual para reabilitar a existência de uma "razão histórica", a qual nada mais é do que a subjetividade do historiador travestida de eixo objetivo da história. Advogo em defesa dessa razão alegando que aqueles que se opõe a ela o fazem reivindicando seus próprios modelos meta-históricos, também dotados de grandes "razões", com a desvantagem de que

produzem narrativas desconexas ou higienizadas de conflitos quando precisam explicar o surgimento do capitalismo e de sua modalidade industrial.

Se não for pelos termos acima apresentados, teremos de conceder a vitória aos proponentes de um século XIX pautado pelos arcaísmos. Supor que fenômenos de natureza burguesa devam expressar apenas processos autoconscientes, movidos por segmentos capitalistas na indústria e no comércio orientados por uma linguagem economicista, torna "burguesia" uma categoria inútil. Só encontraremos, talvez, algo como uma modernização burguesa nos Estados Unidos, devido às particularidades históricas que fizeram desse um país de razão aristocrática menos enraizada, e mesmo assim ficaremos a nos indagar o quanto o furor evangélico não foi mais determinante sobre as mentalidades do que paixões puramente capitalistas.

O ponto é que, sem conceber o espectro burguês de modo ampliado, um emaranhado social cuja ação favorece a penetração das relações que potencializam a expansão do sistema fabril, a Revolução Industrial me parece um acontecimento indecifrável. Perderíamos de vista sua totalidade no tecido social, reduzindo a industrialização a um punhado de adventos que multiplicam a produtividade, mas sem que as transformações que acompanham esse processo possam ser tidas em alguma dimensão de projeto, salvo nas elaborações frustradas de uns poucos industrialistas mais conscientes. Ou então nos colocamos na posição contraditória de assumir que a reconfiguração da sociedade induzida pelo industrialismo no século XIX se dá a partir de tendências que não estão condicionadas, fundamentalmente, pela pulsão de maximização da acumulação capitalista, e que o capitalismo industrial não ascendeu movido por dinâmicas particulares a esse modo de produção. A "burguesia em sentido amplo", portanto, me parece indispensável para salientar apropriadamente essa dialética, identificar as tendências cujo teor é qualitativamente distinto de outras estruturas das quais podem emergir.

Reafirmo, por fim, a necessidade de se conceber as hegemonias como elementos que estabelecem seus alicerces enquanto práticas, algo mais profundo do que um entendimento raso das análises discursivas pode sugerir. O condicionamento da população britânica a um padrão de sociabilidade adequado para o exercício de relações de dominação e exploração, nos termos almejados pela burguesia industrial, não foi cimentado, simplesmente, através da repetição exaustiva de palavras de ordem exaltando as fábricas, o *laissez-faire*, o autocuidado ou algum outro lema evocado seja por radicais reformistas, evangélicos em busca de expiação, conservadores lamentando a corrosão da

ordem natural da sociedade, ou qualquer imbricação entre esses arquétipos. Ele se solidificou na medida em que normatizou formas de se trabalhar, habitar, barganhar, amparar e outras ações que permeiam o cotidiano. Por esse caminho, compreendemos verdadeiramente a relevância do trabalho das comissões reais enquanto ferramentas hegemônicas. Em suas páginas, definia-se quais posturas seriam admitidas como manifestações de liberdade individual legítimas ou atitudes oficiais elogiáveis. Fora dessas fronteiras, estabelecidas a partir de paradigmas liberais, os comportamentos estavam sujeitos a repreensões que se estendiam de discursos reprobatórios ao castigo jurídico.

Há uma velha máxima, entre os historiadores, de que toda historiografia é a história de seu próprio tempo. Os rumos do presente invariavelmente tendem a direcionar nossos olhares, assim que nos debruçamos sobre o passado através de nossas pesquisas. Dilemas contemporâneos vão sempre enviesar as perguntas que nos conduzem às épocas que nos antecederam. É natural que décadas de hegemonia neoliberal inconteste tenham se refletido em uma Revolução Industrial na qual conflito e exploração ficam em segundo plano, privilegiando-se a adesão voluntária dos sujeitos às dinâmicas de mercado e industrialização, motivados ou por anseios morais ou cálculos de retorno econômico.

Também era esperado, portanto, que o fim do "Fim da História" iniciado em 2008 nos levasse a voltar a refletir sobre aspectos menos afáveis do desenvolvimento. Na medida em que o problema da desigualdade passa a ocupar lugar central no debate econômico, inclusive nos círculos ortodoxos, as contradições do sistema capitalista voltam a ser pauta incontornável. A ascensão recente de lideranças reacionárias e autoritárias embaladas por messianismo político em um ocidente que até então acreditava ter atingido, com as ditas democracias liberais, o destino inexorável da civilização, tornou mais insinuante tanto a ausência de correlação automática entre desenvolvimento capitalista e virtudes iluministas de democracia e racionalismo, quanto o fato de que as expressões políticas e culturais das subjetividades possuem condicionantes econômicos: precarização do emprego, desindustrialização, aumento do custo de vida, concentração de renda…

Se uma virada materialista irá, realmente, florescer dentro da historiografia nas décadas que vêm pela frente, é cedo para determinar, mas há sementes germinando nesse sentido. Os estudos sobre o século XIX me parecem um campo fértil, e crucial, a ser disputado nessa retomada. É nele que se concentra o desafio de analisar a emergência do capitalismo industrial em suas interseções com as estruturas que o precederam, dentro de

uma visão que se estenda do local ao global. Essa tarefa inclui desnudar projetos de dominação e as formas de exploração nas quais eles se baseiam, em uma leitura classista que não seja ingênua, dissociando as classes e os movimentos de classe da imagem de blocos econômicos monolíticos. Os relatórios das comissões reais de inquérito oferecem um testemunho acerca do quão intrincadas essas dinâmicas podem se constituir na prática social. Quase dois séculos após serem publicados, ainda escutamos seus ecos reverberando nas esquinas de nossas cidades.

Anexo - Quadros de prosopografia dos oficiais nomeados para as comissões reais de inquérito

Algumas explicações são necessárias a respeito dos critérios utilizados para organizar as informações de prosopografia dos comissários, comissários assistentes, secretários e secretários assistentes que passaram pelas comissões reais de inquérito estudadas nesta pesquisa. Escolhas metodológicas foram tomadas para que os dados levantados pudessem ser organizados no formato sintetizado que o quadro demanda. Os parágrafos abaixo fazem uma exposição dessas decisões, explicando as dificuldades encontradas e as justificativas para as soluções empregadas. Não se trata de uma blindagem preventiva contra futuras críticas: como é admitido nas páginas a seguir, há diversos pontos passíveis de questionamento. A intenção é tornar o leitor atento à presença dessas complicações, tornando sua leitura mais consciente e abrindo espaço para bem-vindas sugestões de aprimoramento.

O esforço de levantamento dos nomes a serem pesquisados foi facilitado pelo trabalho prévio de J. M. Collinge, responsável por organizar, de forma concisa, a relação de oficiais nomeados para comissões reais de inquérito referentes à Inglaterra e País de Gales entre 1815 e 1870[765]. Collinge revirou papéis burocráticos para reunir as informações referentes aos nomes de todo o comissariado e secretariado, as respectivas datas de nomeação, os pagamentos recebidos e mais alguns dados pontuais particulares a alguns inquéritos. Embora possam parecer informações simples, elas se encontram em grande medida ausentes dos relatórios entregues pelas comissões, nos quais se consta apenas o nome dos comissários e comissários assistentes, esses últimos por vezes de forma espalhada ao longo dos documentos. Alguns relatórios mencionam os secretários no corpo do texto. O trabalho de Collinge, portanto, mostrou-se um grande poupador de tempo, ao reunir em formato apropriado para consulta uma série de dados dispersos, auxiliando as pesquisas de todos aqueles que se ocupam com as comissões reais do século XIX.

Uma vez que os quadros VII, VIII e IX tratam simplesmente de relacionar a distribuição dos oficiais entre as comissões reais de inquérito estudadas, a exposição a seguir compete apenas aos quadros X, XI e XII. A ausência mais evidente nos quadros são informações relativas à propriedade imobiliária, especialmente fundiária. Com a

[765] COLLINGE, J. M (org.). *Office-Holders in Modern Britain: Volume 9, Officials of Royal Commissions of Inquiry 1815-1870*. London: University of London, 1984. Disponível em: http://www.british-history.ac.uk/office-holders/vol9. Acesso em 13/11/2020.

exceção de umas poucas propriedades escravistas caribenhas, os dados referentes à posse fundiária encontrados foram excluídos devido à dificuldade de identificar, dentro da Grã-Bretanha, informações importantes para qualificar essa propriedade, destacando-se: extensão das terras, natureza do uso (se predomina exploração econômica ou uso residencial e recreativo) e proprietário de fato (pode não ser claro, na fonte, se a propriedade pertence ao sujeito em questão ou algum familiar). Entradas em dicionários biográficos muitas vezes ignoram esse tipo de informação, inclusive entre figuras de origem nobre, talvez por tomarem como pressuposto que a existência de uma linhagem aristocrática ou da *gentry* já equivale à existência de uma propriedade fundiária considerável. Embora não conste no quadro, é seguro supor que aqueles advindos de famílias nobres possuam, eles mesmos ou parentes próximos, propriedade fundiária. Constatou-se que aqueles que se enriqueceram pelos negócios privados, mas que não possuíam alguma ascendência na nobreza, comumente adquiriram terras, embora mais uma vez não se tenha conseguido distinguir o uso ou extensão das mesmas. A sedução exercida pela terra não surpreende aos estudiosos do século XIX, ficando o aviso para que não se subestime a mesma apenas por conta de sua omissão nos quadros abaixo.

As colunas referentes à origem geográfica e familiar dos oficiais também demandam cuidados. Quase sempre, o local de origem geográfica apontado é o mesmo do nascimento do indivíduo analisado, normalmente uma região na qual ao menos um dos pais possuía vínculos familiares bem estabelecidos. A exceção óbvia foi o caso dos comissários nascidos no estrangeiro, filhos de pais britânicos que estavam vivendo no exterior. Nessas situações, apontei o local de nascimento, mas coloquei por origem a região na qual a família paterna estava estabelecida na Grã-Bretanha, quando foi possível localizá-la.

A categorização da origem familiar, por sua vez, é provavelmente o aspecto mais passível de discussão. Para todas as categorias, exceto "aristocracia" e "*gentry*", levei em consideração as duas gerações precedentes, envolvendo pais, tios de primeiro grau, avós e tios-avôs. Ao identificar, entre esses antepassados, o exercício de alguma das categorias de ocupação estabelecidas, relacionei a mesma na origem do indivíduo. Ocorre que em famílias ligadas a algum tipo de nobreza, as linhagens costumam ser destacadas, mesmo quando a conexão com aqueles antepassados que de fato desfrutaram de titulação seja mais distante ou indireta. Isso não era uma vaidade trivial. O fato de que algumas famílias prestigiadas de condados, das quais saíram futuros comissários reais de inquérito, reivindicavam sua ligação com a nobreza mesmo quando esse elo era dúbio ou tênue,

evidencia que uma origem nobre era um fator relevante na construção de trajetórias. Por essa razão, origens na aristocracia e na *gentry* são apontadas no quadro mesmo que não haja parentes com titulação entre pais, tios e avós. Explicada a razão da abordagem diferente para origens nobres e não nobres, deve-se justificar a pertinência de cada categoria designada dentro da coluna.

"Aristocracia" (A) indica pertencimento às linhagens nobres nas quais são identificados os títulos hereditários da alta nobreza britânica, ou seja, do pariato (duque, marquês, visconde, *earl* e barão, além de seus equivalentes femininos). Já a presença apenas de baronetes[766], cavaleiros, escudeiros ou *lairds* na linhagem implica uma origem na g*entry* (G). Vínculos com a aristocracia tendem a ser bastante evidentes nas fontes, o que não necessariamente ocorre dentro da *gentry*. Seguindo outros historiadores, tomei o dicionário Burke[767] como referência principal para identificar as famílias que integram a *gentry*. Também considerei aqueles advindos de famílias onde se constatou a existência das titulações típicas da *gentry*, mas que por alguma razão não são relacionados no dicionário. Alguns dos nomes pesquisados possuem trajetórias marcadas por muitas características dessa nobreza menor, tais quais uma formação escolar que passa pelas escolas públicas e as universidades ancestrais, o ingresso nos *inns of court* ou a ocupação de cargos de prestígio nos condados, como o de *lord lieutenant,* mas sem que se tenha conseguido encontrar um vínculo familiar mais palpável com a *gentry*. Nesses casos, a indicação "G [?]" sugere a possibilidade dessa origem que não pôde ser afirmada de certo. Era esperado que esse tipo de dúvida se manifestasse na pesquisa. Como posto por William Osgood Aydelotte, em seu estudo sobre a presença da *gentry* nos Comuns no

[766] É discutível se baronetes devem ou não ser contabilizados como parte da *gentry*. O baronete é o único título hereditário fora do pariato inglês. Seus detentores fazem parte dos Comuns e não dos Lordes. Tais características colocam os baronetes em uma zona cinzenta entre a aristocracia e a *gentry*. Optei por sua inclusão no segundo grupo pelo fato de que, historicamente, os baronetes tendem a ser associados com a nobreza menor terratenente, mostrando-se em uma posição social mais próxima à *gentry* do que a dos aristocratas. O dicionário de John Debrett sobre os baronetes ingleses no século XIX, se refere explicitamente aos mesmos como tendo sido originalmente selecionados entre membros distintos da *gentry* terratenente em 1611, quando o título foi criado. Nos dois séculos seguintes, a honraria passou a ser distribuída também entre nomes que se destacavam em campos diversos, incluindo o comércio e as ciências, tal qual títulos de cavalaria. DEBRETT, J. *Debret's Baronetage of England*; with alphabetical lists of such Baronetcies as have merged in the Peerage, or have become extinct. And also of the existing Baronets of Nova Scotia and Ireland. 7ª ed. London: 1839, p. iii-iv.

[767] BURKE, J. B. *Genealogical and Heraldic Dictionary of the Landed Gentry of Great Britain & Ireland*. 2 volumes. London: 1850.

século XIX, estamos nos referindo a um rótulo que "(...) não pode, em qualquer caso, ser precisamente definido"[768].

Em "negócios" (N), foi enquadrada uma gama de ocupações que inclui comerciantes, banqueiros e industrialistas ou manufatureiros. O mais problemático aqui é a reunião, dentro de um mesmo conjunto, de homens cujos empreendimentos possuíam escalas díspares. A maioria dos representantes da categoria é composta por sujeitos afluentes, ainda que haja diferentes gradações dentro desta riqueza. Estou me referindo aos envolvidos com o comércio internacional, proprietários de fábricas, grandes empreiteiros da construção civil e banqueiros. Não se conseguiu quantificar a dimensão desses empreendimentos na maior parte dos casos. Loyd e Stephenson, como é notário, eram formidavelmente ricos, certamente em um patamar muito acima dos demais. Mas mesmo entre esses outros nomes, cuja fortuna era mais incerta, é nítido que estavam envolvidos em negócios que, por sua natureza, envolvem uma escala maior do que a de simples lojistas ou proprietários de oficinas pequenas e médias. Há, contudo, um número mais reduzido de comerciantes que pertenciam à chamada *shopocracy*. O rótulo de "negócios" também não contribui para qualificar o debate historiográfico sobre o grau de distanciamento social entre financistas e mercadores dedicados ao mercado internacional, de um lado, e os industrialistas em ascensão, de outro. Uma discriminação mais pormenorizada dos diferentes perfis de negócios encontrados nas origens familiares é feita no subcapítulo 2.2.1.

A escolha por unificar profissões tradicionais e praticantes de ofícios na mesma categoria (P) também pode ser objeto de polêmica. A pesquisa se deparou com alguns pais e avós que exerciam ocupações pouco claras no direito e na medicina, sendo difícil identificar se suas funções se enquadram melhor na cultura profissional ou de ofício, tornando arriscada a classificação. Com a categoria "profissional ou ofício", acabei por reunir um leque de ocupações que inclui profissionais liberais e assalariados cujos contornos se definem menos pelo que incluem do que por aquilo que não abrangem, ou seja, militares e clérigos de todas as denominações. Esses dois últimos ganharam categorias separadas (M e C), sendo que militares que também exerciam profissões ou ofícios (caso dos cirurgiões das forças armadas, por exemplo), são classificados por

[768] AYDELOTTE, W. O. "The Business Interest of the Parliament of 1841-47." In: CLARK, G. K. *The making of Victorian England*: being the Ford lectures delivered before the University of Oxford. New York: Atheneum, 1976, p. 292, tradução livre.

ambos os códigos, P e M. Novamente, o subcapítulo 2.2.1 deve ser consultado para uma descrição mais atenta e que faça jus à diversidade de ocupações nas origens familiares.

Por “Formação escolar”, estão compreendidas não apenas as escolas propriamente ditas, voltadas para o público infantil e juvenil e sem uma perspectiva técnica, como também o ensino doméstico voltado para o letramento ou conhecimentos mais gerais, desde que não se enquadre no viés profissionalizante do aprendizado formal ou informal. Na coluna "Formação universitária” se encontram apenas experiências em universidades de fato, o que exclui algumas instituições de nível superior desgarradas dos centros universitários e de caráter profissionalizante, como os *colleges* para *physicians* e os *inns of court*. Esses foram agrupados, junto de relações de aprendizado formais e informais, entre as instituições dedicadas ao ensino mais técnico e os centros de formação militar no campo “Formação profissional ou técnica”.

Há aspectos problemáticos nessa divisão. O primeiro, de menor relevância, diz respeito à formação dos *physicians.* Principalmente entre os médicos que praticavam fora da região metropolitana, era comum que possuíssem apenas a formação médica universitária, enquanto os praticantes de Londres a complementavam com a passagem pelo *Royal College of Physicians*. Mas não se deve, com isso, ser induzido a crer que os *physicians* interioranos não gozavam de status profissional no exercício de suas funções, embora o topo do prestígio dentro da categoria de fato pertencesse aos médicos da região londrina consagrados pelo *Royal College.*

Mais delicado é o enquadramento, na mesma coluna de “Formação profissional ou técnica”, de práticas de formação para as carreiras tradicionalmente prestigiadas de *barrister* e *physician* com aprendizados para outras ocupações. Novamente, essa opção acaba por nublar, no quadro, a distinção que os contemporâneos faziam entre profissão e ofício. Agregar ainda à coluna tanto a formação em corpos militares mais técnicos (como os *Royal Engineers*) quanto para um perfil mais geral de oficialato (*Royal Military Academy*), ou mesmo o exercício da função de cirurgião dentro da marinha ou regimentos do exército, torna menos nítida a especificidade entre os campos. Por um lado, a limitação de espaço do quadro demanda alinhar dados que poderiam ser segmentados. Por outro, é verdade que a ascensão de culturas profissionalizantes em diferentes ocupações é uma realidade a partir de meados do século XIX, o que talvez atenue a impertinência de enquadrar as diferentes formações técnicas e profissionais em uma mesma coluna.

Para o campo denominado “ocupação”, preferi não utilizar categorias pré-definidas como em “origem familiar”, procurando resumir, da melhor forma possível e

em poucas palavras, o campo de especialização das atividades desempenhadas pelo sujeito. Funções ligadas à propriedade da terra, como "proprietário" ou "fazendeiro", não foram levadas em consideração, diante da já explicada decisão de não me aprofundar na questão da propriedade imobiliária. Também evitei incluir descrições ligadas ao funcionalismo público, deixando para listá-las com mais cuidado nas colunas sobre "carreira pública". Procurei, com a coluna "ocupação", destacar como as áreas de atuação e especialização vão ganhando contornos mais discerníveis no século XIX.

Na coluna "comissões reais de inquérito" relacionei apenas o envolvimento no conjunto de 8 comissões que compõem o objeto principal do estudo. O envolvimento em outras comissões reais é mencionado nos campos sobre "Carreira pública". Tanto para a carreira pública quanto para a privada, o critério para agrupar as atividades em "antes" ou "depois" é o momento de ingresso na primeira comissão (do conjunto das 8 que servem de eixo para a pesquisa) na qual o indivíduo se envolveu. Isso significa que atividades às quais o sujeito se dedicou paralelamente à sua atuação dentro da comissão, mas com as quais havia se iniciado antes de ser nomeado para o corpo de inquérito, estão alinhadas em "antes", mesmo quando o sujeito perdurou nas mesmas por um longo período, se estendendo para muito além de sua passagem na comissão.

Outra dificuldade presente na organização dos quadros foi distinguir vínculos institucionais a serem enquadrados na coluna "Participação em clubes, sociedades e outras associações" daqueles que seriam distribuídos nos espaços destinados às carreiras públicas ou privadas. O que se pretende com essa separação é discriminar atividades remuneradas ou que ocupassem um papel econômico central na trajetória dos indivíduos daquelas constituindo uma rede de sociabilidade que não tinha o ganho econômico, ao menos em um sentido direto, como finalidade. Também figuram no primeiro conjunto as funções públicas não comissionadas, como eram a maioria dos postos de comissário real de inquérito e os assentos parlamentares, dado que se tratam de cargos oficiais. Algumas das posições, contudo, não são fáceis de categorizar nesses termos, seja por não ser clara a natureza da instituição, ou por não haver certeza se a posição exercida junto a ela oferecia algum tipo de remuneração. Por mais que dúvidas neste sentido tenham ocorrido de forma minoritária, é provável que alguns dos vínculos listados como "Participação em clubes, sociedades e outras associações" tenham ocupado, na verdade, maior centralidade na carreira dos homens estudados do que eu pressupus. É verdade, também, que para os homens de perfil acadêmico ou pesquisadores independentes, a ligação com sociedades científicas pode ter tido maior contribuição para suas carreiras do que sugerido em um

primeiro momento por sua presença na coluna "Participação em clubes, sociedades e outras associações".

Separar os alinhamentos ideológicos em "Posição política" e "Posição econômica" foi uma decisão tomada na reta final da elaboração dos quadros. Essa opção é um resultado da constatação de que um sistema de classificação indo de "conservador" a "radical", passando por "liberal", ou pautado apenas em inclinações partidárias, se mostrava inconveniente para captar as articulações que podiam existir entre os posicionamentos, de um lado, relativos ao grau de transformação a ser adotado pelas instituições vigentes (tolerância religiosa, extensão do sufrágio e outros tópicos que incidam sobre privilégios do clero, monarquia e aristocracia) e, do outro, questões ligadas à regulação por parte do governo sobre relações econômicas (política protecionismo, regulação sobre trabalho, modelo de assistência aos pobres).

Em "Posição política", para aqueles que pude encontrar um alinhamento partidário mais explícito, indiquei a adesão por *whigs* ou *tories*. Quando possível, adicionei ao partido indicado adjetivos para qualificar esse posicionamento, "conservador", "moderado" e "radical", termos que também utilizei para casos nos quais consegui identificar determinados valores manifestados pelos oficiais para os quais não pude aferir a preferência partidária. Considero conservadores aqueles mais inflexíveis em relação à manutenção das instituições do *establishment*, opondo-se a bandeiras como a Emancipação Católica e sendo os mais resistentes às reformas políticas. Moderados são aqueles que, apesar de tenderem a uma postura hesitante diante de inovações políticos, conseguem expressar simpatia por algumas dessas causas. São nomes que podem ter dado acenos positivos à tolerância religiosa ou aderido tardiamente à reforma eleitoral de 1832, por exemplo. Por radicais, compreende-se que professavam de forma mais entusiasmada a expansão de direitos democráticos. Dado o corte social do conjunto de oficiais estudados, envolvendo a classe média e alta, e em se tratando de nomes selecionados pelo governo central para construir um discurso oficial sobre a realidade britânica, é importante frisar que estamos falando de um radicalismo liberal, capaz de manifestar apoio às campanhas populares por direitos políticos, mas condenando mobilizações autônomas de trabalhadores que sigam vias não institucionais, especialmente quando implicam em interromper a produção capitalista.

Na coluna "Posição econômica", utilizei as classificações "liberal", "peelista" e "protecionista". Uma vez que o conjunto de comissários é formado por homens que tendem a concordar com uma linha de regulação mínima sobre relações entre

empregadores e empregados, a diferenciação entre opiniões no campo econômico tem por referência, no quadro, fundamentalmente a questão do protecionismo, que no período estudado se manteve centrada na polêmica da manutenção ou revogação das Leis dos Cereais. Nesse aspecto, liberais correspondem aqueles que, mesmo sem o fazê-lo de maneira militante, endossam o livre mercado internacional. Peelistas são aqueles que, seguindo a linha de Robert Peel, aderem ao antiprotecionismo de modo mais pragmático, muitas vezes fazendo-o de modo gradual, convertendo-se no decorrer dos anos entre 1832 e 1846. Finalmente, "protecionista" indica comissários que se mantiveram apegados à defesa do protecionismo agrário até a extinção das Leis dos Cereais. A avaliação do posicionamento do comissariado em relação aos temas econômicos poderia ser mais aprofundada ao se considerar outros temas controversos, como política monetária, mas o modo como foi conduzida a pesquisa não permitiu esse nível de especificidade.

Passando para a religião, nota-se que informações sobre a fé religiosa parecem ter sido frequentemente omitidas de dicionários bibliográficos e outras fontes quando a figura em questão não exercia função eclesiástica, não comungava dentro de alguma comunidade dissidente ou professava o catolicismo. Anglicanos não pertencentes ao clero, portanto, parecem particularmente sujeitos a terem sua fé não destacada nesses registros, provavelmente por considerar-se que praticar a religião nacional fosse algo esperado, não digno de observação. É seguro considerar que aqueles que possuem formação e carreira vinculadas às instituições mais conservadoras, como as forças armadas e as universidades ancestrais, fossem de fé anglicana. Ao contrário das religiões não conformistas, o anglicanismo, para a maior parte dos oficiais, é inferido a partir de suas trajetórias, e não por uma referência explícita nas fontes à religião professada. Considerando que estamos tratando de figuras que, de modo geral, possuíram vida ativa dentro das instituições públicas, é normal que os mecanismos discriminatórios contra católicos e dissidentes no acesso a esses espaços tenham contribuído para a maioria anglicana dentro dos quadros. Além da denominação religiosa, para os anglicanos, também há casos em que foi possível fazer a distinção entre adesão a uma abordagem de "Alta Igreja" ou evangélica, referindo-se, respectivamente, a um entendimento mais conservador das hierarquias clericais e das liturgias ou à defesa de fazer da pregação algo mais ativo e envolvente na relação com os fiéis.

Dentre os nomes pesquisados, há intelectuais que se revelaram autores de uma quantidade elevada de obras, de tal sorte que o quadro ficaria desfigurado caso essas fossem todas mencionadas nominalmente. Também há autores que publicaram artigos,

panfletos e outros textos menores e que não puderam ser identificados pelo título. Na coluna "Obras publicadas", portanto, o que se tem é uma síntese das publicações, destacando títulos principais com ano de publicação, quando encontrados, ou uma descrição sumária de tópicos abordados pelo autor em múltiplos escritos.

O desafio mais recorrente na construção dos quadros foi deparar-se com informações referentes a nomes iguais aos dos homens pesquisados, mas sem que houvesse a certeza de que se tratava da mesma pessoa. Nomes mais comuns, que possuam apenas um sobrenome ou que tenham menor relevância histórica (especialmente comissários assistentes e secretários) são os mais sujeitos a essa situação. Onde dúvidas dessa natureza existiram, mas considerei que o dado fosse um palpite bastante provável, utilizei [?] para sinalizar a ausência de comprovação. Nos demais casos, deixei os quadros, ou mesmo linhas inteiras, em branco.

A quantidade e diversidade de fontes que compõem um levantamento de prosopografia torna um desafio apresentar as referências de maneira organizada, que ofereça praticidade para a consulta de pesquisadores interessados. Embora todos os materiais consultados estejam relacionados na bibliografia ao final deste trabalho, a organização da mesma se dá por tipo de fonte consultada, sem discernir quais referências são pertinentes aos respectivos oficiais. O formato demandado pela estrutura de tese também não se mostra conveniente para a disposição dos links de acesso às fontes digitalizadas. Em virtude disso, optei por disponibilizar os dados de prosopografia, incluindo as referências utilizadas, em formato virtual, no qual há maior facilidade para organizar de forma eficiente essas informações. Essa escolha também possibilita a realização de futuras atualizações, além de favorecer comentários por parte de outros pesquisadores.

Os dados podem ser acessados através do link: https://linktr.ee/danielsbastos

Legenda para comissões reais de inquérito

LP - Lei dos Pobres (1832-4)

ECF - Emprego de crianças em fábricas (1833)

TM - Tecelões manuais (1837-41)

EC - Emprego de crianças (1840-3)

MM - Mineração nas *Midlands* (1842-3)

ESC - Estado sanitário das cidades (1843-8)

FK - *Framework knitters* (1844-5)

ESM - Estado sanitário da Metrópole (1847-50)

Legenda para a coluna "Origem familiar" nos Quadros X, XI e XII:

A - aristocracia

G - *gentry*

N - negócios

M - militar

C - clero

P - profissional ou ofício

Quadro VII: Distribuição dos comissários por comissão real de inquérito

Nome	LP (1832-34)	ECF (1833)	TM (1837-41)	EC (1840-43)	MM (1842-43)	ESC (1843-48)	FK (1844-45)	ESM (1847-50)
Barry, Sir David		C						
Bishop, Henry	C							
Buccleuch, Duque de (Montagu Douglas Scott)						C		
Chadwick, Edwin	C. A / C	C				Integrou de forma não oficial		C
Chester, Bispo de (Sumner, John Bird)	C							
Coulson, Walter	C							
Cowell, John Welsford	C . A	C						
Cubitt, William						C		
de la Beche, Sir Henry Thomas						C		
Denison, William Thomas						C		
Drinkwater (a partir de 1837 Drinkwater Bethune), John Elliott		C						

Gawler, Henry	C							
Graham, George						C		
Grosvenor, Lord Robert								C
Hawkins, Francis Bisset		C						
Hickson, William Edward			C					
Horner, Leonard		C		C				
Jones, Richard Lambert								C
Leslie, John			C					
Lincoln, Earl de (Pelham-Clinton, Henry Pelham Fiennes)						C		
Londres, Bispo de (Blomfield, Charles James)	C							
Loudon, Charles		C						
Loyd, Samuel Jones			C					
Mackintosh, Robert James		C						
Martin, James Ranald						C		
Muggeridge, Richard Michaux			C. A				C	
Owen, Richard						C		C
Playfair, Lyon						C		
Power, Alfred	C. A	C						
Reid, David Boswell						C		
Rowan, Charles								
Saunders, Robert John				C				
Senior, Nassau	C		C					

William								
Slaney, Robert Aglionby						C		
Smith, James ,						C		
Smith, Thomas Southwood		C		C				C
Spencer, John		C						
Stephenson, Robert						C		
Stuart, James		C						
Sturges Bourne, William	C							
Thomas, Tancred					C			
Tooke, Thomas		C		C				
Traill, James	C							
Tufnell, Edward Carleton	C. A	C						
Woolriche, Stephen		C						

Fonte: COLLINGE, J. M (org.). *Office-Holders in Modern Britain: Volume 9, Officials of Royal Commissions of Inquiry 1815-1870*. London: University of London, 1984. Disponível em: <http://www.british-history.ac.uk/office-holders/vol9> Acesso em 13/11/2020.

Quadro VIII: Distribuição dos comissários assistentes por comissão real de inquérito

Nome	LP (1832-34)	ECF (1833)	TM (1837-41)	EC (1840-43)	MM (1842-43)	ESC (1843-48)	FK (1844-45)	ESM (1847-50)
Austin, Anthony			C. A	S. C				
Barham, Charles				S. C				
Burns, James Glencairn				S. C				
Carmalt, William	C. A							
Chadwick, Edwin	C. A / C	C				Integrou de forma não oficial		C

Chapman, Henry Samuel			C. A					
Chapman, John James	C. A							
Codd, Harrison Gordon	C. A							
Cowell, John Welsford	C. A	C						
Everett, Henry	C. A							
Fellows, John Michael				S. C				
Franks, Robert Hugh				S. C				
Grainger, Richard Dugard				S. C				
Harding, John Dorney			C. A					
Henderson, Gilbert	C. A							
Horne, Richard Henry (a partir de 1867 Richard Hengist Horne)				S. C				
Johnston, Patrick Francis,	C. A							
Jones, Hugh Herbert				S. C				
Jones, Rhys William				S. C				
Kennedy, John Lawson				S. C				
Keyser, Solomon			C. A					
Leifchild, John Roby				S. C				
Lewis, Arthur James	C. A							
Maclean, Charles Hope	C. A							
Majendie, Ashhurst	C. A							
Martin, Thomas				S. C				
Miles, William			C. A					

Augustus								
Mitchell, James			C. A	S. C				
Moylan, Denis Creagh	C. A							
Muggeridge, Richard Michaux			C. A				C	
Okeden, David Okeden Parry	C. A							
Otway, Caesar G.			C. A					
Pilkington, Henry	C. A							
Pilkington, Redmond W.	C. A							
Power, Alfred	C. A	C						
Pringle, John William	C. A							
Richardson, Joseph John	C. A							
Roper, Frederick				S. C				
Scriven, Samuel Swain				S. C				
Stewart, Leonard				S. C				
Stuart, Henry	C. A							
Symons, Jelinger Cookson			C. A	S. C				
Thomas, Tancred				S. C		C		
Tufnell, Edward Carleton	C. A	C						
Tweedy, John Drumelzier	C. A							
Villiers, Charles Pelham	C. A							
Walcott, Stephen	C. A							
Waring, Elijah				S. C				
Wilson, John	C. A	C						

Wood, William Rayner				S. C				
Wylde, William,	C. A							

Fonte: COLLINGE, J. M (org.). *Office-Holders in Modern Britain: Volume 9, Officials of Royal Commissions of Inquiry 1815-1870*. London: University of London, 1984. Disponível em: <http://www.british-history.ac.uk/office-holders/vol9> Acesso em 13/11/2020.

Quadro IX: Distribuição dos secretários e secretários assistentes por comissão real de inquérito

Nome	LP (1832-34)	ECF (1833)	TM (1837-41)	EC (1840-43)	MM (1842-43)	ESC (1843-48)	FK (1844-45)	ESM (1847-50)
Austin, Henry								S
Bain, Alexander								S. A
Bissett, Andrew	S (após Froude)							
Fletcher, Joseph			S	S				
Froude, J. J.	S. A							
Hobhouse, Henry						S		
Revans, John	S (após Taylor)							
Taylor, George	S							
Wilson, John	S. A	S						

Fonte: COLLINGE, J. M (org.). *Office-Holders in Modern Britain: Volume 9, Officials of Royal Commissions of Inquiry 1815-1870*. London: University of London, 1984. Disponível em: <http://www.british-history.ac.uk/office-holders/vol9> Acesso em 13/11/2020.

Quadro X: Análise prosopográfica dos comissários

Nome	N/M	Origem geográfica	Origem familiar	Formação escolar	Formação universitária	Formação profissional ou técnica	Ocupação	CRI	Idade de ingresso na CRI	Carreira pública antes do ingresso na comissão	Carreira privada antes do ingresso na comissão	Carreira pública após o ingresso na comissão	Carreira privada após o ingresso na comissão	Título de nobreza e cavalaria	Participação em clubes, sociedades e outras associações	Posição política	Posição econômica	Religião	Obras publicadas	Outras notas
Barry, David	1780-1835	Roscommon, Irlanda			Universidade de Paris	Ingressou na marinha como cirurgião assistente / *Royal College of Physicians*	Médico/ Cirurgião	ECF	53	Cirurgião da marinha / *Deputy inspector of hospitals* (1831) / Enviado especial à Rússia para estudar epidemia de cólera (1831) / Membro do Conselho de Saúde (1831)		Apontado para a comissão real de inquérito sobre a condição dos pobres na Irlanda formada em 1833, mas faleceu antes da divulgação do primeiro relatório		Cavaleiro (*Knight*) (1832)	*Fellow* da *Royal Society* (1832) / *Westminster Medical Society* [?] / *Statistical Society*	Conservador (moderado?)	Liberal [?]	Anglicano	Estudos sobre efeitos de veneno e pressão atmosférica no sangue	Casou-se com uma das irmãs de Richard Whateley, Arcebisbo de Dublin, professor de economia política e noético
Bishop, Henry		Londres, Inglaterra	N		*Oriel College*, Oxford (ingressa em 1810)		Reverendo / Acadêmico [?]	LP								Moderado	Liberal	Anglicano		Casou-se com uma das irmãs da esposa de Richard Whateley, Arcebisbo de Dublin, professor de economia política e noético
Blomfield, Charles James	1786 - 1857	Bury St Edmunds, Suffolk, Inglaterra	N / P	*Bury Grammar School* (recusou bolsa para Eton)	*Trinity College*, Cambridge (1804)			ECF	46	*Fellow* do *Trinity College*, Cambridge / Padre anglicano (1810) / Arquidiácono de Colchester (1822) / Bispo de Chester (1824-8) / *Privy Council* (1828) / Bispo de Londres (1828-56) / Câmara dos Lordes (1824-57)						Moderado / Tory (ao menos até meados da década de 1830)	Oscilante entre posicionamentos liberais e intervencionistas	Anglicano da Alta Igreja		

Chadwick, Edwin	1800 - 1890	Manchester, Lancashire, Inglaterra	P	Iniciou os estudos em uma pequena escola do Lancashire, antes de seguir para um internato em Stockport, onde permaneceu até os 10 anos. Com a mudança da família para Londres, passou a estudar com o pai e tutores privados		Aprendiz em um escritório de advocacia (ingressou com dezoito anos) / Inner Temple (*barrister* em 1830)	*Solicitor* / *Barrister*	LP / ECF / ESM	32		Escreveu para jornais, incluindo o utilitarista *Westminster Review* e o noético *London Review*, no final da década de 1820 / Secretário pessoal de Jeremy Bentham (1830)	Secretário da Comissão da Lei dos Pobres (1834-47) / Comissário da Comissão Metropolitana de Esgotos (1849) / Membro do Conselho Geral de Saúde (1848-54)	Integrou o comitê provisório da *London and Manchester Direct Railway Company*	Cavaleiro-Comendador da Ordem do Banho (*Knight Commander of the Order of the Bath*) (1889)	*British Association for the Advancement of Science* / *National Association for the Promotion of Social Science* / *Society for the Diffusion of Political Knowledge* (1834) / *Royal Society of Arts* / *Health of Towns Association* (1844) / *London Debating Society* / *Society of Arts* (vice-presidente quase continuamente entre 1872-86) / *Institute of Civil Engineers* / *Political Economy Club* / *Royal Statistical Society*	Radical benthamita	Liberal	Evangélico wesleyano		Integrou não oficialmente a Comissão real de inquérito sobre o estado sanitário das cidades (1843-8), orientando as investigações / Após sua aposentadoria da carreira pública em 1854, tentou duas vezes se eleger ao Parlamento, sem sucesso.
Coulson, Walter	1795 - 1860	Torpoint, Cornwall, Inglaterra	P	A partir dos 15 ou 16 anos passou a receber aulas privadas de Jeremy Bentham na residência desse, em Londres		Gray's Inn (*Barrister* em 1828)	*Barrister* / Jornalista	LP	37		Amanuense de Jeremy Bentham / Repórter parlamentar pelo *Morning Chronicle* / Editor do *The Globe* / Editor do *The Traveller* / Trabalho no *Globe and Traveller* (1822), formado pela fusão entre o *Globe* e o *Traveller*	*Recorder* em Penzance (1836-8) / Conselheiro da Rainha (*Queen's Counsel*) (1851) / Esteve envolvido com a comissão real responsável pela organização da Grande Exposição de 1851	*Bencher* do Gray's Inn (1851) / Tesoureiro do Gray's Inn (1853) / Representante do Gray's Inn no *Council of Legal Education* (1857)		*Political Economy Club* (1821)	Radical benthamita	Liberal			

Cowell, John Welsford	1796 - 1867	Londres [?], Inglaterra	N	Eton	*Trinity Hall*, Cambridge (ingressa em 1814)		Direito [?]	LP / ECF	37		Herdou uma propriedade escravista jamaicana				*Society for the Diffusion of Political Knowledge* (1834)			Anglicano [?]		
Cubitt, William	1785 - 1861	Dilham, Norfolk, Inglaterra		Frequentou uma escola na vila em que nasceu		Aprendiz do construtor de móveis James Lyon, em Stalham, Norfolk (1800-4)	Engenheiro / Inventor	ESC	57		Trabalhou inicialmente junto ao pai, moleiro, mas cedo se uniu a um construtor de máquinas agrícolas chamado Cook em Swanton Abbott, Norfolk, ao lado do qual desenvolveu sua primeira patente / Montador de máquinas em Horning, Norfolk (1807) / Associou-se ao empreendimento da Sra. Ransome, em Ipswich, Suffolk, onde se tornaria engenheiro-chefe e depois sócio (1812-26) / Engenheiro civil (1814-58)	Comissário da Comissão Metropolitana de Esgotos (1851-2)		Cavaleiro (1851)	*Institution of Civil Engineers* (ingressa em 1823, membro do conselho em 1831, vice-presidente em 1836, presidente em 1850-1) / *Fellow* da *Royal Society* (1830) / *Fellow* da *Royal Irish Academy*					Envolvido em obras de construção e melhoramento de portos, canais, pontes, ferrovias e outras estruturas na Inglaterra e Alemanha. Aclamado por seu papel na edificação do prédio da Grande Exibição de 1851, pelo qual recebeu o título de cavaleiro
de la Beche, Henry Thomas	1796 - 1855	Londres, Inglaterra	M	Passou por uma série de escolas menores antes de ingressar no *Royal Military College* em Marlow (1809), do qual foi afastado acusado de promover			Geólogo	ESC	47		Herdou uma propriedade escravista jamaicana, da qual começou a receber renda ao atingir 18 anos / Teve um negócio de venda de fósseis em Lyme, estabelecido com os Annings,	Comissário da Comissão Metropolitana de Esgotos (1849-51)		Cavaleiro (1842) / Companheiro da Ordem do Banho (*Companion of the Order of the Bath*) (1848)	*Fellow* da *Geological Society of London* / *Fellow* da *Royal Society* (1819) / *Paleontographica Society* (fundador e primeiro presidente em 1847)	Radical [?]				

				jacobinismo							uma família de artesãos / Passou um ano na Jamaica no início da década de 1820, procurando reverter o declínio do rendimento de sua propriedade escravista / Fundador e primeiro diretor do *Ordnance Geological Survey* (1835), depois chamado *British Geological Survey*									
Denison, William Thomas	1806 - 1871	Londres, Inglaterra	G / N	Estudou em uma escola privada em Sunbury / Eton / Após Eton, teve aulas particulares com o reverendo C. Drury	*Royal Military Academy* em Woolwitch (1819)		Engenheiro		37					Cavaleiro (1846) / Cavaleiro-Comendador da Ordem do Banho (1856)		Conservador [?]		Anglicano		
Drinkwater, John Elliott (a partir de 1837 John Elliott Drinkwater Bethune)	1801 - 1851	Ealing, Middlesex, Inglaterra	G / P / M	*Westminster School*	*Trinity College*, Cambridge	*Middle Temple* (*barrister* em 1827)	*Barrister* / Educador	ECF	32	Conselheiro jurídico do *Home Office* (1830)		Comissário da Comissão Real de Inquérito das Corporações Municipais (1833-5) / Membro do Conselho Supremo da Índia (1848-51) / Presidente do Conselho de Educação da Índia	Possuía propriedades que não foram identificadas na Escócia, as quais deixou para o irmão quando partiu para Calcutá / Fundou a *Calcutta Female School* (1849), primeira escola para mulheres na Índia (atual		*Society for the Diffusion of Useful Knowledge* (escreveu para a entidade, mesmo que talvez não fosse um membro propriamente dito)		Liberal	Anglicano [?]	Tradutor de poesias	

													Bethune College)						
Gawler, Henry	1766 - 1852	Ramridge [?], Hampshire [?], Inglaterra	A* / P		Oxford	*Lincoln's Inn*	*Barrister*	LP	66	Secretário-chefe do *Master of the Rolls* / *Clerk* da *Court of Chancery*					*Society for the Diffusion of Political Knowledge* (1834)	Radical benthamita [?]	Liberal [?]			Indicação para comissário da Lei dos Pobres veio como compensação pela extinção de sua sinecura pelo governo *whig* na *Court of Chancery*
Graham, George	1801 - 1888	Arthuret, Cumberland, Inglaterra	A / G					ESC	42	Iniciou a carreira na Cia das Índias / Major do 1° Regimento Indiano / Secretário de Bombai (1828-30) / *Registrar General* no *General Register Office* (1842-79)						Moderado	Liberal [?]	Anglicano		Indicado pelo irmão para o *General Register Office* sob a condição de jurar não fazer do cargo uma sinecura
Grosvenor, Robert	1801 - 1893	Westminster, Londres, Inglaterra	A	*Westminster School* (1810-6)	*Christ Church*, Oxford (1818-21)	*Lincoln's Inn* (1821)	*Barrister* [?] / Parlamentar	ESM	46	MP Comuns (Shaftesbury 1822-6 e Chester 1826-47) / *Comptroller of the Household* (1830-4) / Integrou o *Privy Council* de Lord Grey (1830-3) / *Treasurer of the Household* (1846-7)		MP Comuns (Middlesex 1847-57) / Câmara dos Lordes (1857-93)	Presidente e *chairman* do *London Homeopathic Hospital* a partir de sua fundação (1849) / Investiu na *Great Western Railway* (1860)	1° Barão Ebury (1857)	*Chairman* da *Metropolitan Sanitary Association* (1850) / Vice-patrono da *Incorporated Society for Improving the Condition of the Labouring Classes*	*Whig*	Liberal [?]	Anglicano evangélico		
Hawkins, Francis Bisset	1796 - 1894	Londres (?), Inglaterra	P	Eton	*Exeter College*, Oxford (formado em 1825)		*Physician*	ECF	37	*Physician* no Dispensário de Westminster (1828-32) / Primeiro professor de		Inspetor prisional (1836) / *Metropolitan commissioner of lunacy*			*Fellow* do *Royal College of Physicians* (1826) / *Fellow* da *Royal Society* (1834)			Anglicano [?]		

										Materia Medica no *King's College* (1829-35)		(1842-5) / Comissário na prisão de Pentoville (1847-8) / *Deputy Lieutenant* de Dorset (1858)							
Hickson, William Edward	1803 - 1870	Westminster, Londres, Inglaterra	P / N	Escola dominical [?]			Jornalista / Educador	TM	34		Assumiu os negócios de produção e venda de sapatos da família na condição de filho mais velho		Editor do *Westminster Review* (1840-52), do qual tornou-se proprietário		*Aldersgate Street Literary / Scientific Society*	Radical [?]	Liberal	Batista	*The Singing master* (1836) / *Try again / Schools for the Industrious Classes* / *Dutch and German Schools* (1840) / *Part Singing* (1842) / *Time and faith* — 2 vols. (1857)	Afastou-se dos negócios na década de 1840 para se dedicar à filantropia, sobretudo a causa da educação primária
Horner, Leonard	1785 - 1864	Edimburgo, Escócia	N	*Royal High School of Edinburgh*	Universidade de Edimburgo		Inspetor fabril / geólogo	ECF / EC	48		*Warden* apontado pelo conselho da *London University* (1821-31) / Assumiu um ramo dos negócios do pai, mercador de linho, aos 19 anos. Chefiou a companhia nos anos seguintes à morte do pai (1829-33)	Inspetor fabril (1833-59)			*Geological Society of London* (secretário em 1810) / Maçonaria escocesa (1813) / *Fellow* da *Royal Society* (1813) / *School of Arts of Edinburgh* (fundador em 1821), hoje *Heriot-Watt University* / *Edinburgh Academy* (fundador em 1824)	*Whig*	Liberal [?]		Traduziu *De l'instruction publique en Hollande*, de Victor Cousin (1838) / *On the Employment of Children in Factories in the United Kingdom and in some Foreign Countries* (1840) / Autor de um número não específico de trabalhos acadêmicos sobre geologia, educação e trabalho infantil e juvenil	Casou-se com Anne-Susannah, da família Loyd, de mercadores e pertencente à *gentry* / Mostrou-se mais afeito à regulação das relações de trabalho do que os demais comissários, principalmente a partir da experiência como inspetor fabril
Jones, Richard Lambert	1783 - 1863	Inglaterra					Corretor / Comerciante	ESM	64	*Councillor* da *City* londrina (1819-51)	Antes de entrar para o Conselho da *City*, possuiu um negócio	Comissário da Comissão Metropolitana de Esgotos (1849)							*Reminiscences of the Public Life of Richard Lambert*	

											de vidraçaria, pintura e encanamento / Corretor de imóveis na *City* (1825-33)							*Jones* (1863)	
Leslie, John		Londres [?], Inglaterra	P [?]				Alfaiate [?]	TM		Exerceu papel predominante dentro do conselho da *workhouse* de St. George, Hanoversquare		Comissário da Comissão Metropolitana de Esgotos (1849)				*Whig*	Liberal		Ao menos quatro panfletos exaltando a Nova Lei dos Pobres e rebatendo seus críticos, publicados entre 1834-6.	
Loudon, Charles						*Royal College of Surgeons*	Cirurgião / *Physicians*	LP					*Physician da Leamington Bathing Institution* (trabalhava na instituição em 1834, mas não é claro quando ingressou na função)		*Warmickshire Natural History and Archeaeological Society*					
Loyd, Samuel Jones	1796 - 1883	*City* de Londres, Inglaterra	N / C	Teve aulas privadas com Charles James Blomfield, futuro Bispo de Londres, antes de ir para a escola / Eton (1808-13)	*Trinity College*, Cambridge		Banqueiro / Economista	TM	41	MP Comuns (Hythe 1819-26)	Iniciou a carreira trabalhando no banco do pai, o Jones, Loyd & Co / Membro do Conselho da *London Univeristy* (1828-44)	*High Sheriff* de Warwickshire (1838) / Câmara dos Lordes (1850-83)	Assumiu a direção do Jones, Loyd & Co com a aposentadoria do pai (1844). Em 1864 o banco foi incorporado ao London and Westminster Bank. Com a aposentadoria, passou a se dedicar às suas propriedades rurais / Membro do Senado da *London Univeristy* (1850-77)	Barão Overstone (1850)	*British Association for the Advancement of Science* / *Political Economy Club* (1831, membro honorário em 1872) / *Society for the diffusion of political knowledge* (1834) / *British Relief Association* (1847-8) / *Literary Club* / *Royal Statistical Society* (presidente em 1851-3)	*Whig*	Liberal	Batizado como unitarista, mas converteu-se ao anglicanismo	*Reflections suggested by a perusal of Mr. J. Horsley Palmer's pamphlet on the causes and consequences of the pressure on the money markets* (1837) / *Remarks on the Management of the Currency* (1840) / *Thoughts on the Separation of the Departments of the Bank of*	

																			England (1844)	
Mackintosh, Robert James	1806 - 1864	Escócia	A [?] / P		*New College*, Oxford			ECF	27			Comissário da comissão real de inquérito sobre caridade em Inglaterra e Gales (1835) / Tenente-governador de Saint Christopher, Caribe (1847-50) / Governador de Antigua, Caribe (1850-5)				Radical [?]			Coautor do livro de memórias do pai (*Memories of the Life of Sir James Mackintosh,* 1836)	
Martin, James Ranald	1773 - 1874	Isle of Skye, Escócia	C / M	*Royal Academy* de Inverness		Recebeu lições de farmácia de dois doutores locais em Iverness, enquanto estava na escola / *St George Hospital*	Cirurgião / Administrador hospitalar	ESC	70	Iniciou a carreira na Cia das Índias e ingressou no Serviço Médico de Bengala (1817) / Presidente do Hospital Geral de Calcutá (1817) / Integrou o 17° e 58° regimentos na guarnição do Forte William, Calcutá (a partir de 1818) / Cirurgião militar na Primeira Guerra Anglo-Birmanesa (1824-6) / Cirurgião do *Native*	Praticou medicina de forma privada em Calcutá, paralelamente e às suas funções na carreira pública	Inspetor geral de hospitais do exército / Presidente do Conselho Médico da Cia das Índias (1843) / Comissário da comissão real de inquérito do estado sanitário do exército (1857) / Integrou órgão de inquérito não identificado sobre o estado sanitário do exército na Índia (1859)	Praticou medicina de forma privada em Londres, após deixar Calcutá no começo da década de 1840	Companheiro da Ordem do Banho (1860) / Cavaleiro (1861)	*Physical Society of Calcutta* / *Fellow* do *Royal College of Surgeons* (1845)				*Medical Topography of Calcutta* (1837) / Publicou no jornal *The Lancet* diversos relatos sobre prevenção de doenças e necessidade de tratamento da água e saneamento para Calcutá / Reeditou e expandiu *Influence of Tropical Climates on European Constitutions* em 1856, de James Johnson	

										Hospital de Calcutá									
Muggeridge, Richard Michaux	1799 - 1881	Dover, Kent, Inglaterra					*Solicitor* [?] / Jornalista / Agente parlamentar	TM / TM2	45	Porta-bandeira (*ensign*) na infantaria entre 1815-29 [?] / Superintendente do Factory Departament (1834) [?] / Agente de migração na Comissão da Lei dos Pobres (1836-44)	Editor do *Hertfordshire Mercury*, (1825-33)		Agente parlamentar (1858-77)		*Kilkenny and South-East of Ireland Archealogical Society* / Maçonaria [?]	*Whig*	Liberal		*Notes on the Irish "difficulty", with remedial suggestions* (1849)	
Owen, Richard	1804 - 1892	Lancaster, Inglaterra	N	*Grammar School* de Lancaster	Universidade de Edimburgo	Foi aprendiz de três médicos para se tornar cirurgião-apotecário, antes de concluir sua formação em medicina no hospital / *St Bartholomew's Hospital*	Paleontólogo / Biólogo / Cirurgião / Anatomista comparativo	ESC / ESM	39		Prossector do *Royal College of Surgeons* / Assistente de curador (1827-42) e curador (1842-56) do museu do *Royal College of Surgeons* / Professor de anatomia comparada e fisiologia no *Royal College of Surgeons* (1836)	Superintendente de história natural do *British Museum* (1856-84)	Curador do museu do *Royal College of Surgeons* (1849-56)	Companheiro da Ordem do Banho (1873) / Cavaleiro-Comendador da Ordem do Banho (1884)	*Fellow* da *Royal Society* / *Fellow* da *Royal Microscopical Society (Microscopical Society of London* até 1839) / *Royal Swedish Academy of Sciences* (1843) / *Royal Institute of the Netherlands* (1844) / *American Philosophical Society* (1845)	*Tory*		Anglicano	Diversas obras sobre anatomia comparada e paleontologia	Integrou a *Civil List* sob o governo de Robert Peel
Pelham-Clinton, Henry Pelham Fiennes	1811 - 1864	Londres, Inglaterra	A	Eton (1824-8)	*Christ Church*, Oxford (1829-32)			ESC	32	MP Comuns (*South Nottinghamshire* 1832-46 e *Falkirk Bourghs* 1832-51)		*First Commissioner of Woods and Forests* (1841-6) / Secretário-Chefe para a Irlanda (1846) / *Privy Council* (1841) / *Irish Privy Council* (1846) / Câmara dos Lordes (1851-64) / *Secretary of State for*		Earl de Lincoln (1811-51) / Quinto Duque de Newcsastle-under-Lyne (1851) / Cavaleiro da Ordem da Jarreteira (1860)	*Canterbury Association*, voltada para promover emigração para Nova Zelândia (1848)	Iniciou a vida política como tory, mas integrou o Partido Liberal no fim da vida	Peelista	Anglicano da Alta Igreja		

												War and the Colonies (1852-4) / *Secretary of State for the Colonies* (1859-64) / *Lord Lieutenant of Nottinghamshire* (1857-64) / *Lord Warden of the Stannares* (1862-4)							
Playfair, Lyon	1818 - 1898	Escócia (nascido em Uttar Pradesh, Bengala, Índia)	G / N / P / C	Escola paroquiana de St Andrews, Escócia, e depois na *grammar school* da mesma cidade	*Univeristy of St Andrews* (1832) / *University College* (Londres) / *Anderson's University* / Universidade de Edimburgo		Químico / Geólogo	ESC	25		Gerente de químicos de uma tinturaria próxima à Clitheroe, Lancashire (1841) / Professor de Química do *Royal Institution of Manchester* (1842)	Professor de química da *School of Mines* (1851) / Envolvido na organização da Grande Exibição de 1851 / Secretário de ciências do *Departament of Science and Art* (1853) / Professor de química da Universidade de Edimburgo (1858) / Comissário da comissão real de inquérito a respeito da peste bovina (1865-6) / MP Comuns (*Edinburgh & St Andrews Universities*, 1868-85, *Leeds South*, 1885-92)	Químico do *Geological Survey* (1845)	Cavaleiro-Grã-Cruz da Ordem do Banho (*Knight Grand Cross of the Order of the Bath* (1883) / 1° Barão Playfair (1892)	*British Association for the Advancement of Science* / *Chemical Society* (cofundador em 1841) / *Fellow* da *Royal Society* (1848)		Liberal		*The State of Large Towns in Lancashire* (1845) / Número não especificado de trabalhos científicos	
Power, Alfred	1805 - 1888	Sttafordshire, Inglaterra	P	*Grammar School* de Repton, Derbyshire	Cambridge	*Middle Temple* (*Barrister* em 1830)	*Barrister*	LP / ECF	28			Comissário assistente da Comissão da Lei dos Pobres (1834) /		Companheiro (1871) e Cavaleiro-Comendador (1874)		*Whig*		Anglicano [?]	*A paper on outdoor relief in Ireland - at Earl Spencer's*	

												Comissário-chefe do comitê de inquérito para o auxílio aos pobres na Irlanda (1861) / Vice-presidente do Conselho Local de Governo da Irlanda (aposentado em 1879)		da Ordem do Banho					*Request* (1875)	
Reid, David Boswell	1805 - 1863	Edimburgo, Escócia	P	*Royal High School* de Edimburgo	Universidade de Edimburgo (formado em 1831)	Aprendeu química se tornando assistente no empreendimento manufatureiro de Joseph Astley, antes de ingressar na universidade	*Physician* / Químico / Engenheiro	ESC	38	Assistente de química na Universidade de Edimburgo no início da década de 1830 / Apontado pelos Lordes em janeiro de 1840 para comitê responsável por implementar novo modelo de ventilação nos prédios do Parlamento após incêndio em 1834	Inventor de novo sistema de ventilação interna no início da década de 1840	Professor de fisiologia e higiene na Universidade de Winscoin-Madison, EUA (1859-60) / Inspetor médico da Comissão Sanitária do governo dos EUA (1856-63)			*Fellow* da *Royal Society* de Edimburgo (1831) / *British Association for the Advancement of Science* / *Royal Medical Society* de Edimburgo (eleito presidente do corpo de estudantes em 1826) / *Fellow* do *Royal College of Physicians* de Edimburgo (1831)				*Rudiments of Chemistry: with illustrations of the chemical phenomena of daily life* (1836) / *Elements of Chemistry* (1837) / *Textbook for Students of Chemistry* (1839) / *Illustrations of the Theory and Practice of Ventilation* (1844)	
Saunders, Robert John	1791 - 1852	Eithan, Kent, Inglaterra					Inspetor fabril	EC	49	Inspetor fabril (1833)		Esteve envolvido com o *National Factory Schools Experiment* de 1841-3, esforço experimental de educação anglicana para crianças operárias no Lancshire						Anglicano		

Scott, Walter Montagu Douglas	1806 - 1884	Midlothian, Escócia	A / C	Eton	*St. John's College*, Cambridge			ESC	37	Conselho Privado (*Privy Council*) (1842) / Lorde Guardião do Selo Privado (*Lord Keeper of the Privy Seal*) (1842-6)		Lorde Presidente do Conselho (*Lord President of the Council*) (1846) / *Chancellor* da Universidade de Glasgow (1878-84)		Duque de Buccleuch e Queensberry (1819) / Cavaleiro da Ordem da Jarreteira (*Knight of the Garter*) (1835)	*Highland Agricultural Society* (presidente em 1831-5 e 1866-9) / *Marylebone Cricket Club* (disputou duas partidas em 1841) / *Fellow* da *Royal Society* (1833) / *Society of Antiquaries* (presidente de 1862-73) / *British Association* (presidente em 1867)	Conservador / Tory	Peelista	Anglicano		
Senior, Nassau William	1790 - 1864	Coupton Beauchamp, Berkshire, Inglaterra	N / C / P	Eton	*Magdalen College*, Oxford (formado em 1811)	*Lincoln's Inn* (*Barrister* em 1819)	*Barrister* / Economista	LP / TM	42	Professor de economia política em Oxford (1825-30)	*Conveyancer* (advogado especialista em transferência de propriedade dentro da *Common Law*) (certificado na função em 1817, mas já a praticava antes)	*Master of Chancery* (1836) / Professor de economia política em Oxford (1847-52) / Apontado para a comissão real de inquérito sobre educação pública em 1864, ano de sua morte	*Trustee* da *Equity & Law Life Assurance Society* (1847)	Rejeitou título de cavaleiro	*Political Economy Club* (1823) / *Society for the diffusion of political knowledge* (1834)	Moderado	Liberal		Número muito grande de escritos sobre economia e questões sociais	Convidado a assumir cadeira de economia política no *King's College* (1831), não podendo assumir por conta do envolvimento na comissão real de inquérito da Lei dos Pobres / Recusou vaga no Conselho da Lei dos Pobres fundado em 1847
Slaney, Robert Aglionby	1791 - 1862	Hatton Grange, Shropshire, Inglaterra	G		*Trinity College*, Cambridge	*Lincoln's Inn*	*Barrister* / Parlamentar	ESC	52	MP Comuns (Shewsbury, 1826-35, 1837-41) / Chefiou os comitês parlamentares sobre educação (1838) e saúde das cidades (1840)		MP Comuns (Shewsbury, 1847-52, 1857-62) / Comissário da Comissão Metropolitana de Esgotos (1849) / Integrou o comitê parlamentar para investimentos em			*Society for the Diffusion of Useful Knowledge* / *London Statistical Society* / *Central Society of Education*	*Whig*		Anglicano [?]	*An essay on the employment of the poor* (1819) / Um ensaio sobre observação de pássaros para o público feminino (1832) / Dois livros de poesias	

												poupança das classes populares e médias (1850) e possivelmente o comitê para a lei de parcerias (1851) / *High Sheriff* de Shropshire (1854)							(1846 e 55) / *A plea to power and parliament, for the working classes* (1847) / *Short Journal of a Visit to Canada and the States of America* (1860)	
Smith, James	1789 - 1850	Glasgow, Escócia	N		Universidade de Glasgow		Engenheiro / Industrialista	ESC	54		Após concluir os estudos universitários, assumiu a fábrica de fiação de algodão do tio em Deanston, Escócia / Premiado em 1815 por invenção de ceifeira automática / Abandonou os negócios no ramo têxtil subitamente em 1842 para se estabelecer como engenheiro agrícola em Londres, especializado em drenagem do solo					Radical [?]			*Thorough Draining and Deep Working* (1831)	Entusiasta do owenismo, construiu vilas operárias planejadas em Deanston
Smith, Thomas Southwood	1788 - 1861	Martock, Somerset, Inglaterra		Academia Baptista de Bristol (enviado em 1803), a qual abandonou por romper com calvinismo	Universidade de Edimburgo (1812-6)		*Physician*	ECF / EC / ESM	45		Praticou medicina de forma privada logo após se formar / *Physician* do *London Fever Hospital* (1824)	Integrante do Conselho Central de Saúde (1848-54) / Comissário da Comissão Metropolitana de Esgotos (1849)			*Scottish Unitarian Association* (fundador em 1813) / Epidemiological Society / Diretor da *Metropolitan Association for Improving the Dwellings of the Industrious*	Radical benthamita		Criado baptista, convertido ao unitarismo	Muitos escritos sobre epidemiologia e saúde pública	

															Classes / *Health of Towns Association* (1844)					
Spencer, John								ECF												Nome demasiado comum e muito difícil de mapear
Stephenson, Robert	1803 - 1859	Willington Quay, Northumberland, Inglaterra	N / P	Iniciou os estudos formais na escola da vila de Killingworth / Seguiu para a *Percy Street Academy*, Newcastle, frequentando também a *Newcastle Literary and Philosophical Society*	Universidade de Edimburgo (estudou apenas seis meses)	Se tornou aos 15 anos aprendiz do engenheiro de mineração Nicholas Wood, mas não completou o aprendizado de três anos	Engenheiro / Industrialista	ESC	40		Trabalhou por três anos como engenheiro de mineração na Colômbia após deixar a universidade / Fundou em 1823 a *Robert Stephenson and Company* / Fundou em 1824 a *George Stephenson and Son* / Desenvolveu em 1825, junto ao pai, a primeira locomotiva de transporte de passageiros do mundo / Engenheiro chefe da *London and Birmingham Railway* (1833)	MP Comuns (Whitby 1847-59) / Comissário da Comissão Metropolitana de Esgotos (1849-52)	Por volta de 1850 estava envolvido em talvez um terço das construções ferroviárias inglesas, além da construção de pontes, obras de mineração, e outros projetos no continente europeu e na África	Rejeito título de cavaleiro oferecido pela rainha Vitória (1850) / Cavaleiro da Ordem de Leopoldo (Bélgica, 1841) / Cavaleiro da Legião de Honra (França, 1855) / Cavaleiro Grã-Cruz da Ordem de Olaf (Noruega, 1859)	*Institution of Civil Engineers* (ingressa em 1830, presidente 1855-7) / *Societé d' Études du Canal de Suez* (França, 1846) / *Fellow* da *Royal Society* (1849) / *Institution of Mechanical Engineers* (presidente entre 1849-53)	Conservador	Protecionista	Anglicano		
Stuart, James	1775 - 1849	Fife, Escócia	N / C / P	*Royal High School* de Edimburgo [?]	Universidade de Edimburgo	Aprendiz de Hugh Robertson, *solicitor* e *writer to the signet*	*Solicitor* / Inspetor fabril	ECF	58	*Deputy liutenant* e juíz de paz em Fife em anos não identificados / Após concluir sua formação como *solicitor* em ano não identificado, integrou a	Pecuarista / Coletor do fundo para viúvas da *Society of Writers to the Signet* (1818-28) / Editor do jornal londrino *Courier* (1831-6)	Inspetor fabril (1836-49)				*Whig*		Anabatista [?]	*Three Years in North America* (1833)	Seu forte *whiggismo* desencadeou tensões com poderes *tories* no condado de Fife, culminando em um duelo contra o poeta *tory* Sir Alexander

										cavalaria *yeomanry* de Fife até 1815									Boswell, no qual este é ferido de morte por Stuart em 1822. Stuart foi inocentado no julgamento mais famoso da Escócia em sua época.
Sturges Bourne, William	1769 - 1845	Winchester [?], Inglaterra	C / P / G [?]	Escola privada não identificada em Winchester / *Winchester College* (1782)	*Christ Church*, Oxford (ingressa em 1786)	*Lincoln' Inn* (*Barrister em* 1793)	*Barrister* / Parlamentar	LP	63	Após se formar *Barrister*, exerceu nas cortes do *Western Circuit* e do *King's Bench* / MP Comuns: (Hastings 1798-1802, Christchurch 1802-12, Bandon 1815-8, Ashburton 1826-30 Milborne Port 1830-1) / Chefiou o comitê parlamentar para a Lei dos Pobres (1817) e integrou o comitê sobre artesãos e mecanização (1824) / *Home Secretary* (1827) / *First Commissioner of Woods and Forests* (1827-8)					*Fellow* da *Royal Society* (1826)	Moderado / *Tory*		Anglicano		
Sumner, John Bird	1780 - 1862	Kenilworth, Warwickshire, Inglaterra	C / N	Eton (1791-8)	King's College, Cambridge (ingressa em 1798)				52	Mestre assistente no *Eton College* (1802) / *Fellow* do *King's College*, Cambridge		Arcebispo da Cantuária (*Archbishop of Canterbury*) (1848-62)			*Fellow* da *Royal Society* (1848) / Presidente da *Canterbury Association*, entidade de incentivo à	Moderado		Anglicano evangélico	Publicou muitos sermões, tratados sobre as Escrituras e outras obras religiosas.	Votou a favor da Emancipação Católica

										(1801-3) / *Fellow* do *Eton College* (1817) / Prebendário de da diocese de Durham (1820-28) / Bispo de Chester (1828-48) / Câmara dos Lordes (1828-62)					emigração para Nova Zelândia nas décadas de 1840 e 1850				*Treatise on the Records of Creation and the Moral Attributes of the Creator* (1816) e *The Evidence of Christianity derived from its Nature and Reception* (1821) parecem ter se destacado em repercussão	
Thomas, Tancred					*Christ Church*, Oxford [?]			FK										Anglicano		
Tooke, Thomas	1774 - 1858	Londres, Inglaterra (nascido em Kronstadt, Rússia)	C / P / G				Economista / Empresário	ECF / EC	59		Parceiro das firmas londrinas *Stephen Thornton & Co*. (1795) e *Astell, Tooke, & Thornton* (1826), dedicadas ao comércio com a Rússia / Membro do conselho diretor da *Australian Agricultural Company* (1824) / *Chairman* da *St. Katharine's Dock Company* (1825)		*Deputy-Governor* (1839) e *Governor* (1840-52) da *Royal Exchange Assurance Corporation* / Um dos primeiros diretores da *London and Birmingham Railway Company* (fundada em 1837)		*Political Economy Club* (1821) / *Fellow* da *Royal Society* (1821) / *Statistical Society of London*/ *Society for Suppression of Mendicity* (participou de jantar da entidade em 1821) / *British Association for the Advancement of Science*		Liberal	Anglicano	*Considerations on the State of the Currency* (1826) / *A History of Prices and of the State of Circulation* (seis volumes publicados entre 1838-57)	Passou a envolver-se mais seriamente com a disciplina econômica a partir de seus depoimentos para comitês parlamentares nos anos 1819-20, abordando os temas da retomada da conversibilidade da libra em ouro, a depressão rural, impostos alfandegários e o *Bank Charter Act*
Traill, James		Escócia	G [?]					LP				Magistrado em uma corte de polícia não identificada (1833)				*Whig*				
Tufnell, Edward Carleton	1806 - 1866	Marylebone, Middlesex, Inglaterra	G / P	Eton	*Balliol College*, Oxford	*Lincoln's Inn* (fontes divergem se concluiu a	*Barrister* [?] / Educador	LP / ECF	27			Comissário assistente da Comissão da Lei dos	Fundador, ao lado de James Phillips Kay, do *Battersea*		*Statistical Society of London* (secretário honorário em			Anglicano [?]	*Character, Objects, and Effects of Trades Unions*	Há fontes indicando que redigiu, junto de James Kay

						formação de *barrister*)						Pobres (1835-46)	*Normal College*, em Londres, primeiro instituto de formação de professores (1840)		1834-5) / *Society of Arts* (ingresso em 1853, membro do conselho em 1869-73)				(1834) / *On the Dwellings and General Economy of the Labouring Classes in Kent and Sussex* (1841)	Shuttleworth, o relatório *The Training of Pauper Children* de 1839, que integrou o quarto relatório anual da Comissão da Lei dos Pobres, mas seu nome não é creditado no documento
Woolriche, Stephen	1770 [?] - 1856 [?]						Cirurgião [?]	ECF	63 [?]										É possível que o comissário em questão seja Stephen Woolriche, um dos 300 *fellows* originais do *Royal College of Surgeons* (1843), mas não encontrei ligações entre este e a comissão real de inquérito de 1833, podendo ser apenas alguém com o mesmo nome

Fonte: elaborado com base nas fontes relacionados nas referências bibliográficas ao final da obra.

Quadro XI: Análise prosopográfica dos comissários assistentes

Nome	N/M	Origem geográfica	Origem familiar	Formação escolar	Formação universitária	Formação profissional ou técnica	Ocupação	CRI	Idade de ingresso na CRI	Carreira pública antes do ingresso na comissão	Carreira privada antes do ingresso na comissão	Carreira pública após o ingresso na comissão	Carreira privada após o ingresso na comissão	Título de nobreza e cavalaria	Participação em clubes, sociedades e outras associações	Posição política	Posição econômica	Religião	Obras publicadas	Outras notas
Austin, Anthony								TM / EC												
Barham, Charles	1804 - 1884	Cornwall, Inglaterra	N	Estudou com tutores particulares	Downing College, Cambridge (ingressa em 1821) / Seguiu para o Queen's College, Cambridge / Estudou ainda em Paris, Edimburgo e Bologna		*Physician*	EC	36		Após se formar como *physician*, praticou em Tavistock, Devonshire, antes de se estabelecer em 1837 em Truro, Cornwall / *Physician* no *Royal Cornwall Infirmary* (1838-73) / Integrou o *provisional committee* da *Truro and Saint Agnes Railway* (1845) / Consultor médico da *Truro Friendly Society*	Magistrado em Truro (1856) // Prefeito de Truro (1858)			*Royal Institution of Cornwall* (secretário em 1837-59, presidente a partir de 1859) / *British Medical Association* (presidente do braço sudoeste da entidade)				Autor de numerosos artigos, destacando-se pelos estudos na relação entre clima e saúde	
Burns, James Glencairn	1794 - 1865	Dumfries and Galloway, Escócia	P	*Dumfries Grammar School* / *Bluecoat School* (escola de caridade) / *Christ's Hospital* (1802-9)			Militar	EC	46	Enviado à Índia em 1811 como cadete da Cia das Índias / Integrou o 15° Regimento de Infantaria Nativa de Bengala (1815) / *Indian Commissariat* (1818) / Voltou à Inglaterra como capitão em 1831, retornando à		Referência em estudos sobre o Oriente, foi um examinador frequente de língua hindustâni no *Cheltenham College*, Gloucestershire / Aposentou-se como tenente-coronel			*Miners' Association of Cornwall and Devon* (integrou o conselho e participou da fundação em 1860)					

										Índia em 1833 / Juiz e coletor de impostos em Çahar, Azerbaijão (1833) / Retornou definitivamente à Inglaterra como major em 1839									
Carmalt, William							Reverendo (denominação não identificada)	LP										Publicou carta anônima dedicada a George Canning (parlamentar e futuro primeiro-ministro) em 1823 opinando sobre as reformas a serem implementadas na Lei dos Pobres	Testemunhou diante do comitê parlamentar para o pagamento de salários complementados por recursos da Lei dos Pobres (1824) / Não encontrei evidência de que o mesmo William Carmalt autor da carta anônima de 1823 é o mesmo comissário assistente de 1832-4, mas parece improvável ser coincidência
Chapman, Henry Samuel	1803 - 1881	Kennington, Surrey, Inglaterra	C / P	Tutores particulares		*Middle Temple* (*barrister* em 1840)	*Barrister* / jornalista / administrador colonial	TM	34	Retornou à Inglaterra em 1835 como um delegado comissionado, responsável por levar as demandas da Assembleia Legislativa canadense para a metrópole	Entrou para um banco na Inglaterra, antes de emigrar para o Canadá em 1823 / Comerciante comissionado durante os primeiros anos no Canadá / Fundador do *Montreal Daily Advertiser*	Juíz da Suprema Corte da Nova Zelândia (1843) / Secretário Colonial em Van Diemen's Land, Austrália (1852) / Eleito para o *Victorian Legislative Counci*l por	Fundador e editor do *New Zeland Journal* (1840-3)		Secretário do braço metropolitano da Liga Anti-Lei dos Cereais	Radical		Anglicano, simpático ao catolicismo	*New Zealand Portfolio, Papers on Subjects of Importance to the Colonists* (1843) / *Parliamentary Government; or Responsible Ministries for the Australian*	

											(1833), primeiro diário do Canadá /	South Bourke, Evelyn e Mornington (1855-6) / Eleito para a *Victorian Legislative Assembly* por St Kilda (56-8) / Duas vezes indicado como advogado geral de Victoria, Austrália (1857 e 58-9) / Juíz da Suprema Corte de Victoria (1862) / Novamente eleito para Suprema Corte da Nova Zelândia (1864) / Professor de direito na Universidade de Melbourne (1860) // *Chancellor* da Universidade de Otago, Nova Zelândia (1875)							*Colonies* (1854)	
Chapman, John James	1790 - 1867	Whitby, North Yorkshire, Inglaterra					Militar	LP	42	Se aposentou como segundo capitão da Artilharia Real em 1829		Publicou um relatório para a comissão responsável por inquirir sobre a fronteira dos burgos (1837)			Fellow da *Royal Society* (1836)					
Codd, Harrison Gordon	1792 - 1840	Londres, Inglaterra (nascido na França)	M				Magistrado	LP	40	Posto não identificado no *War-Office*, no *Horse Guards* (principal		Magistrados no *Worshipp-Street Police-office* (cerca de / Magistrado		Nomeado Escudeiro pelo Duque de Sussex						Destacou amizade com Nassau Senior em seu diário pessoal

										QG do exército britânico) / *Deputy lord-liutenant* de Middlesex (1824-40) / Magistrado com funções não identificadas em Kensington, Londres		na *Marylebone Police Court* (1839)							
Everett, Henry		Salisbury [?], Wiltshire [?], Inglaterra				Middle Temple [?]	*Barrister* [?]	LP				*High Sheriff* de Wiltshire (1838)			Diretor honorário da *Metropolitan Conservative Newspaper Company* (1836)	Conservador [?]				
Fellows, John Michael	1796 ou 1797 - 1864	Nottingham [?], Inglaterra						EC	43 ou 44	*Sheriff deputy* em Nottingham (1813) / Comissário da comissão de inquérito sobre a caridade em Inglaterra e Gales (1835)					*Nottingham Imperial Union of Odd Fellows*				Processado em 1843 por se recusar a pagar o *Church rate*
Franks, Robert Hugh	1795 - 1844	Londres, Inglaterra					Comerciante	EC	45		Chapeleiro em Londres, decretou falência em 1837								Publicou quatro artigos no *Sunday Herald* em 1833, pelos quais foi processado por difamação pelo escriturário da *Merchant Taylor's Company* / Devedor insolvente, esteve numa audição referente à uma dívida em 1839 / Parece ter se mudado para a Cidade do Cabo após passar pela comissão

																			real de inquérito. Sua família se estabeleceu no mundo colonial
Grainger, Richard Dugard	1801 - 1865	Birmingham, Inglaterra	P	*Grammar school* não identificada em Birmingham		*Royal Militar Academy* de *Woolwich* / *St Thomas Hospital*, Londres / Escola de anatomia do irmão, Edward Grainger, em Londres	Cirurgião / anatomista / Fisiologista	EC	39		Assumiu aos 22 anos a direção e deu aulas na escola de anatomia de seu irmão, quando a saúde deste decaiu. A escola fechou em 1842, quando foi apontado para dar aulas no hospital	Professor de anatomia e fisiologia do *St Thomas's Hospital* (1842-60) / Convocado em 1849 pelo Conselho de Saúde como inspetor para acólera, apresentando o relatório / / Inspetor pelo *Burials Act* (1853-65) / Comissário na comissão de inquérito sobre trabalho infantil (1862)	Proprietário e editor do *Medico-Chirurgical Review* (ao lado de Gavin Milroy)		*Health of Towns Association* (1844) / *Fellow* do *Royal College of Surgeons* (1845) / *Fellow* da *Royal Society* (1846) / *Christian Medical Association* (contribuiu para fundação) / *Epidemiological Society*			Não-conformista sabatista	*Elements of general anatomy* (1829) / *bservations on the Structure & Functions of the Spinal Cord* (1837)	
Harding, John Dorney	1809 - 1868	Rockfield, Monmouthshire, País de Gales	C	Chatterhouse	*Oriel College*, Oxford (graduado em 1830)	*Inner Temple* (*Barrister* em 1835)	*Barrister*	TM	28	Após se tornar *barrister*, praticou em cortes do *Doctors' Common*, entidade a qual permaneceu vinculado por toda carreira		Advogado Geral da Rainha (1852-62) / Integrou o *Queen's Council* 1858		Cavaleiro (1852)					*Society for the propagation of the gospel* (1865)	
Henderson, Gilbert	1797 - 1861	Liverpool, Inglaterra	P [?]			*Lincoln's Inn*	*Barrister*	LP	35			*Recorder* de Liverpool (1843) / Praticou nas *Quarter Sessions*	Diretor da *London and Brighton Railway Company* (1846)							
Horne, Richard Henry (a partir de 1867 Richard Hengist Horne)	1802 - 1884	Londres, Inglaterra	M	Escola indeterminada em Edmonton / *Royal Millitary College*			Poeta	EC	38	*Midshipman* no navio *Libertad*, servindo na marinha mexicana na guerra de independênc		Comissário assistente para as terras da coroa em *Heathcote*, Austrália (183-4) /	Subeditor da revista semanal *Household Words* (1849-52) / Ao chegar na Austrália			Radical		Não-conformista unitarista [?]	Publicou poemas a partir de 1828 e tragédias a partir de 1837 / Se tornou	Recebeu pensão de 50 libras anuais na Civil List em 1874, subindo para 100 libras a

				em Sandhurst,						ia contra a Espanha / Editor do Monthly Repository (ou New Montlhky?) em 1836-7, periódico unitarista e radical		*Goldfield Commissione*r na corrida do ouro de Waranga, Austrália (1854) / Presidente da *Victorian Sewerage and Water Commission*	em 1852, dedicou-se inicialmente à mineração de ouro / Secretário honorário de uma vinícola de capital aberto em Rushworth, a *Goulburn Vineyard Proprietary*. O empreendimento foi pioneiro na produção de vinho australiano, mas não obteve sucesso						conhecido pela publicação do poema épico *Orion* (1843)	partir de 1880
Johnston, Patrick Francis (Patrick Francis Campbell-Johnston após a morte da mãe)	1802 - 1892	Carnsalloch, Dumfriesshire, Escócia	A / G / M / P					LP	30			Comissário da Lei dos Pobres na Irlanda / Comissário da comissão de caridade em Inglaterra e Gales (1835) / *Deputy lieutenant* em Dumfries / Comissário em uma comissão especial em Portugal	*Provisional committee* da *Goole, Doncaster, Sheffield, Ashton-under-Lyne, and Manchester and Great Grimsby Junction Railway* (1845), que se fundiu com a *South Yorkshire Coal Railway* (1846) / *Provisional committee* da *Direct Western Railway* (1845)	Cavaleiro Comendador da Ordem de Cristo, Portugal					Presbiteriano		
Jones, Hugh Herbert								EC												
Jones, Rhys William							Engenheiro civil	EC							*Institute of Civil Engineers* (1864)					

Kennedy, John Lawson	1789 - 1863	Nairnshire, Escócia	N / P			*Middle Temple* (*Barrister* em 1839)	*Barrister*	EC	51				Diretor da *Manchester and Bolton Railway* / *Provisional committee* da *Preston & Wyre Extension and Darwen Junction Railway* (1845) / *Trustee* de estradas na região de *New Galloway*, Escócia (década de 1850)							
Keyser, Solomon		Londres, Inglaterra					Corretor financeiro	TM							Auditor do *Jew's Hospital*, (1814) / *Society of Friends of Foreigners in Distress* (participou de jantar em 1821)			Judeu		Apontado nos jornais como corretor financeiro operando na *City* londrina e credor de outros homens de negócios / Fortemente envolvido com a comunidade judaica, aparece entre doadores da *Jew's Infant School*, *Londres* (1841)
Leifchild, John Roby		Londres [?], Inglaterra	C / P				Ministro evangélico	EC										Não-conformista sabatista [?]	Autor de biografia sobre o pai (1864) / Escritos criticando Darwin nas décadas de 1860-70	
Lewis, Arthur James	? - 1865	Londres, Inglaterra				*Middle Temple* (*Barrister* em 1828)	*Barrister*	LP				Integrante da *court of proprietors* da Cia das Índias Orientais /			Standing Counsel da *Deposit and General Life Assurance*					

												Membro adicional do Conselho do Governador de Bombaim (1862) / Advogado Geral na Índia (posto que ocupava quando faleceu)			*Company* (1853)					
Maclean, Charles Hope	1802 - 1840	Kimalie, Argyll, Escócia	A / G		*Balliol College*, Oxford	*Middle Temple* (*Barrister* em 1829)	*Barrister*	LP	30						*Statistical Society*, Londres (secretário)					Praticou no *Home Circuit* e nas *Surrey Sessions*, não identifiquei se antes de ser nomeado comissário de inquérito
Majendie, Ashhurst	1784 - 1867	Londres, Inglaterra	G	*Dedham School*	Universidade de Edimburgo		*Barrister*	LP	48			Magistrado e *deputy lieutenant* por Essex ao morrer	Conselho diretor da *Colne Valley and Halsted Railway Company* (1856) / Membro do *turnpike trust* de Essex		*Geological Society* (membro do conselho em 1826) / *Fellow* da *Royal Society* (1821) / *Essex Archeological Society* (presidiu encontro na ausência do presidente da entidade em 1858) / *Hickford Agricultural and Conservative Club* (sediou encontros em 1858 e 61) / *Society for the Propagation of the Gospel* (sediou encontro em 1866)	Conservador		Anglicano		
Martin, Thomas								EC											
Miles, William Augustus	1796 - 1851	Inglaterra	M	*Wincheste r* (ingressa em 1812) / *Haileybur y, indepen*			Comissário de polícia	TM	41	Assistente do escriturário do *Privy*		Comissário da comissão real de inquérito sobre			*Royal Institution of Cornwall* (arqueologia) / *Ethnological*	Radical [?]			Publicou em 1836 panfleto em forma de carta para	Assim como o pai, alegava ser filho bastardo da

				*dent schoo*l (ingressa em 1813, expulso em 1815)						*Council* (1829-30)		caridade em Inglaterra e Gales (1835) / Comissário assistente da Lei dos Pobres na Irlanda / Superintendente de polícia (1840 ou 41), comissário de polícia (1843-7) e magistrado de polícia (1847-9) em Sidney			*Society of London* / *Statistical Society*, Londres / *Muséum d'Histoire Naturelle*, Paris				John Russell advogando pela criação de polícia unificada para Inglaterra e Gales	família real, no caso, de George, Príncipe de Gales e futuro monarca George IV / Mencionado no relatório final da comissão real de inquérito sobre forças policiais de 1839 como alguém que auxiliou nas investigações, mas não consta que tenha assumido alguma função oficial no órgão
Mitchell, James	1787 - 1844	Aberdeen ou arredores, Escócia	C	*King's College*, Aberdeen				TM / EC	50	Secretário da *British Annuity Company* (1824 até poucos anos antes da morte) / Atuário das estatísticas levantadas pela comissão real de inquérito sobre o trabalho de crianças em fábricas de 1833	Após chegar em Londres em 1805, foi professor escolar e particular / Secretário da *Star Assurance Company* (1820)				Fellow da *Geological Society* (1832) / *Mathematical Society of London* / *Society of Scottish Antiquaries*				Numerosas publicações sobre geologia, astronomia, química, matemática, latim, história, relato de viagens e ciências em geral. A partir de 1832, suas obras majoritariamente permaneceram como manuscritos, abordando geologia, botânica e o estágio do desenvolvimento tecnológico industrial	Trabalho com as duas comissões reais alegadamente prejudicou sua saúde de modo irrecuperável
Moylan, Denis Creagh	1794 - 1849	Cork, Irlanda	G, N [?]	*Stonyhurst College*, escola católica		*Lincoln' Inn* (admitido em 1824,	*Barrister*	LP	38	Praticou no *Midland Circuit* (1831-49)		Assessor da *court of requests* de *Westminster*						Católico	*The opinions of Lord Holland, as recorded in*	

				independente (1806-11)		*barrister* em 1829)						(1846) / Juiz da *county court* de *Westminster* (1847-9)							*the Journals of the House of Lords* (1841) / Traduziu a novela *Histoire du Chevalier des Grieux et de Manon Lescaut*, de Antoine François Prévost (1841) / Estava trabalhando em uma tradução comentada de *O Príncipe*, de Maquiavel, quando morreu / Dois panfletos sobre questões jurídicas na década de 1840	
Okeden, David Okeden Parry	1774 - 1833	Dorsetshire, Inglaterra	M / G [?]	*Winchester*			*Barrister*	LP	58	*Sheriff* de Dorsetshire (1824 e 1826) / Praticou na *quarter session* de Dorsetshire (1824-33)	*Trustee* do *turnpike* da *Crainborne Chase and the New Forest Road*					Radical			*Letter to the Members in Parliament for Dorset* (1830), advogando por mudanças nas Leis dos Pobres	Casou em 1817 com Harriet Jane Capell (sua segunda esposa), sobrinha do Marquês de Angleses
Otway, Caesar G.	1809 - 1867	Arredores de Limerick, Irlanda	C / M / G [?]		*Trinity College*, Universidade de Dublin			TM	28			Inspetor da Lei dos Pobres na Irlanda (1839 até cerca de 1853)			*Royal Irish Academy*					Irmã, Jane, é citada no dicionário da *gentry* de Burke, por ter se casado com um membro da família Sadleir, irlandesa / Família da esposa,

																			Elizabeth Hannah Bath no condado de Donegal, na Irlanda
Pilkington, Henry	1787 - 1859	Doncaster, South Yorkshire, Inglaterra	G / P		*Oriel College*, Oxford (1805-10)	*Gray's Inn* (ingressa em 1812, *barrister* em 1815)	*Barrister*	LP	45			Comissário assistente da Comissão da Lei dos Pobres (1834-6) / Agente local da Comissão de Dízimo (1837-9) / Comissário assistente da Comissão de Dízimo (1840)								Irmão mais velho de Redmond William Pilkington, também comissário assistente na comissão real de inquérito sobre a Lei dos Pobres de 1832-4
Pilkington, Redmond Willian	1789 - 1844	Doncaster, South Yorkshire, Inglaterra	G / P	*Charterhouse*			Arquiteto / Agrimensor / Jurista	LP	43	Magistrado em Middlesex	Agrimensor de *Charterhouse* (1824) / Arquiteto do Earl de Radnor em Salilsbury (1826)		Agrimensor do *Sun Fire Assurance* office (1838)						Irmão mais novo de Redmond William Pilkington, também comissário assistente na comissão real de inquérito sobre a Lei dos Pobres de 1832-4
Pringle, John William (John Watson Pringle a partir de 1837)	Entre 1790 e 1793 - 1861		M			*Royal Military Academy* (1807) / *Royal Engineers* (ingressou como segundo-tenente em 1809) /	Engenheiro / Militar / Geólogo	LP	Entre 39 e 42	Esteve em Waterloo e terminou a guerra como segundo-capitão / Superintendente do *Geological Survey of Ireland* (1826) / Examinador da *Royal Military Academy* (1830) / Promovido a capitão em 1830		Aposentado dos *Royal Engineers* em 1833	Conselho diretor da *London and Croydon Railway* (1839)		*Geological Society of London* (membro do conselho em 1831-2 e 1833-4)				Casou-se com Emily Malthus (1847), uma das filhas do economista Thomas Malthus
Richardson,	1807 - 1842		N / P		*Oriel College*, Oxford	*Lincoln's Inn* (*barrister* em 1832)	*Barrister*	LP	25										

Joseph John																			
Roper, Frederick								EC											
Scriven, Samuel Swain	1883	Gloucestershire [?], Inglaterra					Cirurgião	EC				Cirurgião do *Royal North Gloucester Regiment of Militia* (1855-80)			*Fellow* do *Royal College of Surgeons* (1856)					
Stewart, Leonard	1777 ou 1778 - 1849	Nasceu nas Bermudas			Universidade de Edimburgo (formado em 1818)	*Royal College of Physicians* (licenciado em 1825)	*Physician*	EC	52 ou 53	*Physician* do *Farringdon Dispensary*	*Physician* do *Artists' Annuity, Benevolent, and Amicable Funds* (não é claro se antes ou depois de ingressar na comissão real de inquérito)				*Medico-Chirurgical Society* (membro do conselho em 1849) / Presidente da *Westminster Medical Society* / Presidente da *London Medical Society*				*Remarks on the Present State of the Medical Profession* (1826) / *On the Tendency to Disease of Body and Mind in Refined Life* / Contribuiu regularmente com a *Medical Gazette* e outros periódicos do campo / Outras obras sobre medicina	
Stuart, Henry																			
Symons, Jelinger Cookson	1809 - 1860	West Ilsley, Berkshire, Inglaterra	G / C / P [?]		*Corpus Christ College*, Cambridge	*Middle Temple* (*Barrister* em 1843)	*Barrister* / Inspetor escolar	TM / EC	28			Comissário assistente da Comissão de Dízimo (dispensado em 1840) / Praticou no *Oxford Circuit* / Comissário da comissão de inquérito sobre educação no País de Gales (1847) / Inspetor escolar (1848)	Editor da *Law Magazine* e do *English Journal of Education* / *Provisional committee* da *Direct London, Portsmouth, and Chichester, and Direct Portsmouth and Chatham Railway* (1845)					Anglicano	Mais de vinte obras publicadas, abrangendo ciências diversas, economia, literatura, indústria e política. Seu trabalho mais conhecido parece ter sido *Tactics for the Times: as Regards the Condition and Treatment of the Dangerous*	Dispensado da Comissão de Dízimo em 1840 por ter criticado o clero em uma palestra sobre educação nacional para trabalhadores em Cheltenham / O relatório apresentado pela comissão para a educação em Gales em 1847, da qual Symons

																			Classes (1849)	foi um dos três comissários, foi acusado de ser tendencioso ao menosprezar a língua, cultura e rede de ensino galegas, privilegiando o olhar anglicano sobre um país majoritariamente dissidente / Lembrado em um de seus obituários como segundo nome mais importante na reforma educacional
Tweedy, John Drumelzier	? - 1834	Yorkshire [?], Inglaterra						LP		Promovido de *cornet* para tenente na *Richmond Forester Yeomanry Cavalry* (1826) / *Distributor of stamps* no distrito de Morley e Arbrigg / *Returning officer* pelo burgo de Halifax, Yorkshire										
Villiers, Charles Pelham	1802 - 1898	Londres, Inglaterra	A	Escola de *Thomas Wright*	East India Company College / St	*Lincoln's Inn* (*barrister* em 1827)	*Barrister* / Político	LP	30			Examinador de testemunhas	Diretor da *South Midland*	Rejeitou oferta de título no	*British Anti-Slavery Society* / Liga	Radical bentha mita				Considerado grande nome do livre-

				Hill, Kessington	John's College, Cambridge (ingressa em 1820, formado em 1824)							na *Court of Chancery* (1833-52) / MP Comuns (Wolverhampton 1835-85) / Membro de comitê parlamentar sobre impostos alfandegários (1840) / *Judge Advocate General* (1852-8) / Presidente do Conselho da Lei dos Pobres (1859-1866)	*Railway* / *Provisional committee* da *Direct Western Railway* (1845) / Diretor da *General Life Assurance Company* / Presidente da *The Birbeck Building Society* / Patrono da *Victoria Assurance Society* (1870)	pariato (1885)	Anti-Lei dos Cereais / *Reform Club* / *Political Economy Club* (1847) / Fellow da Royal Society (1865)					mercado no Parlamento antes das eleições de Cobden e Bright
Walcott, Stephen	1806 - 1887	Nascido em Barbados				*Lincoln's Inn* (*barrister* em 1829)	*Barrister*	LP	26			Secretário-chefe do governo do Canadá (1835-8) / Secretário da *Colonial Land and Emigration Commission* e da *South Australia Colonial Commission* (1840) / *Second Colonial Land and Emigration Commissioner* (1860), depois *sole Commissioner* (1877-8)		*Knight Commander of the Order of St Michel and Saint George* (1877)	Conselho diretor da *The Colonial Life Assurance Company*					
Waring, Elijah	1787 - 1857 [?]	Alton, Hampshire, Inglaterra [?]					Mercador [?]	EC	53		Fundador e editor do *The Cambrian Visitor* (1813, o periódico existiu por poucos meses) [?] / Vendedor de ações da *Vale of Neath and*				*Swansea and Neath Auxiliary Society for Universal Peace* [?] / *Chairman* da Bristol *Seamen's Friend Society* [?]	Radical [?]		Criado como quaker, se tornou metodista wesleyano na vida adulta [?]	Publicou artigos reformistas no jornal galês *The Cambrian* [?] / *Recollections and Anecdotes of Edward Williams, the Bard of*	Apontado como mercador pelo *Dictionary of Welsh Biography*, mas não foi possível identificar o ramo / Não encontrei comprovação de que este

											South Wales Brewery Company (1839) [?]								*Glamorgan* [?]	Elijah Waring seja o comissário assistente da comissão real de inquérito. Seu engajamento político pela reforma parlamentar e o fato de que residiu em Bristol durante o período da comissão, bem próximo do sul de Gloucesters hire, onde teria sido subcomissário, sugerem que sim
Wilson, John								LP / EC												
Wood, William Rayner	1811 - 1884	Leeds, Lancashire, Inglaterra	N / C / G	*Manchester Grammar School*	*Manchester New College* / Universidade de Londres (aprovado em 1840)		Mercador	EC	29		Ingressou nos negócios da família (pai e avô eram mercadores cujo ramo não foi identificado)	Juíz de paz / *Deputy lieutenant* do Lancashire (1846)	*Trust* do *Manchester New College* / Vice-presidente do *Manchester and Salford Savings Bank* (1877)		*National Public School Association* / Câmera de Comércio de Manchester / *Fellow* da *Manchester Statistical Society*	Liberal		Unitarista		Um dos seus obituários o cita como parlamentar eleito pelo sul do Lancashire em 1832, mas trata-se de um equívoco, o eleito foi seu pai, George William Wood
Wylde, William,	1788 - 1877	Nottingham, Inglaterra	M [?]				Oficial de artilharia	LP	44	*Royal Regiment of Artillery* (1803) / Primeiro tenente (1803) / Capitão (1812)		Tenente-General (1863) / General (1866) / *Master Gunner St James's Park's* (1868) / *Equerry* e depois *Groom of the Bedchamber* do príncipe			*Real Orden de Isabel la Católica*, Espanha / *Companion of the Order of the Bath* (1840)					Lutou na primeira guerra carlista na Espanha na década de 1830 / O nome William Wylde aparece nos jornais apontado como magistrado em

												Albert, esposo da rainha Vitória							*Nottingham* e integrante do *provisional committee* da *Newark and Sheffield Railway*, mas é provável que seja outro indivíduo (ou dois), talvez parente, com o mesmo nome, dado que nos dois casos o nome aparece acompanhado pelo tratamento de *esquire*, e não título militar

Fonte: elaborado com base nas fontes relacionados nas referências bibliográficas ao final da obra.

Quadro XII: Análise prosopográfica dos secretários e secretários assistentes

Nome	N/M	Origem geográfica	Origem familiar	Formação escolar	Formação universitária	Formação profissional ou técnica	Ocupação	CRI	Idade de ingresso na CRI	Carreira pública antes do ingresso na comissão	Carreira privada antes do ingresso na comissão	Carreira pública após o ingresso na comissão	Carreira privada após o ingresso na comissão	Título de nobreza e cavalaria	Participação em clubes, sociedades e outras associações	Posição política	Posição econômica	Religião	Obras publicadas	Outras notas
Austin, Henry	1811 ou 1812 - 1861	Londres, Inglaterra	P			Aprendiz de Robert Stephenson, com o qual trabalho na construção de ferrovias	Engenheiro civil / Sanitarista	ESM	36 ou 35	Em 1829 e 1837, esteve nas expedições lideradas pelo tenente Thomas Waghron com vista a estabelecer rotas via terra para índia		Engenheiro-chefe, secretário (1848-52) e inspetor superintendente (1852-4) do Conselho Geral de Saúde / Inspetor chefe sob o Ato de Saúde Pública (1854-8) e sob o Ato de Governo Local (1858-61)			*Metropolitan Improvement Society* (secretário honorário em 1842) / *Health of Towns Association* (secretário honorário em 1845-7)				Além de obras sobre saneamento, colaborou com Chadwick em algumas obras de teatro amadoras na década de 1830	Casou com Letitia Mary em 1837, irmã de Charles Dickens

Bain, Alexander	1818 - 1903	Aberdeen, Escócia	P / M	Deixou a escola aos 11 anos para trabalhar como tecelão / Assistiu aulas no Instituto de Mecânica de Aberdeen e na Biblioteca Pública de Aberdeen, seu autodidatismo o levou à faculdade	*Marischal College*, Aberdeen (ingressa em 1836) / Universidade de Edimburgo		Psicologista / Educador	ESM	29	Professor de filosofia moral substituto no Marischal College (1841-4) / Professor de matemática e linguística na *Anderson's University*, Glascow (1845)		Secretário assistente do Conselho Geral de Saúde (1848) / Comissário da Comissão Metropolitana de Esgotos (1849) / Examinador em lógica e filosofia moral pela Universidade de Londres (1857-62 e 1864-9) / Examinador de ciência moral pelo Serviço Civil Indiano (1858-70) / Professor de lógica e literatura inglesa da Universidade de Aberdeen (1860) / Reitor da Universidade de Aberdeen (1881-7)				Radical benthamita		Cético	Escreveu regularmente para o *Westminster Review* a partir de 1840 / Suas obras mais notáveis foram sobre psicologia, destacando-se *The Senses and the Intellect* (1855) e *The Emotions and the Will* (1859) / Muitos trabalhos em lógica, gramática, filosofia moral, ciências naturais e sobre a vida e o pensamento de James e John Stuart Mill	Amigo próximo de John Stuart Mill / Há registro de que cogitou se candidatar em 1882 para os Comuns, pelo Partido Liberal
Bissett, Andrew						*Lincoln 's Inn* [?]	*Barrister* [?]	LP											*Bissett on the Law of Partnership, Railway, and Other Joint-Stock Companies* (1847) [?]	O anúncio da obra publicada por um *barrister* com esse nome foi identificado em 1847, mas sem comprovação de que seja o mesmo Andrew Bissett que passou pela comissão real de inquérito

Fletcher, Joseph	1813 - 1852					*Middle Temple* (ingressa em 1838, *barrister* em 1841)	*Barrister* / Inspetor escolar / Estatístico	TM / EC	24			Inspetor escolar com jurisdição sobre a *British and Foreign School Society* (1844)	Diretor da *Dissenters and General Life and Fire Assurance Company* (ao menos desde 1845) / Editor do *Statistical Journal*		*Statistical Society of London* (secretário honorário, eleito para o conselho em 1839) / *British Association for the Advancement of Science* (membro do conselho e secretário da seção de estatística)				*Summary of the Moral Statistics of England and Wales* (1850) / *Statistics of the Farm School System of the Continent and the Education of Pauper and Criminal Children* (1851) / *Education: National, Voluntary and Free* (1851)	
Froude, J. J								LP												
Hobhouse, Henry	1811 - 1862	Pitcombe, Somerset, Inglaterra	G/ P	*Eton*	*Balliol College*, Oxford		*Barrister*	ESC	32						Há muitos integrantes na família com o mesmo nome, vinculados a muitas associações, destacadamente sociedades agrícolas	*Whig*				
Revans, John		Kent [?], Inglaterra [?]						LP				Secretário da Royal Commission on the Poorer Classes in Ireland (1833-6) / Comissário assistente da Comissão da Lei dos Pobres (1836-41)	Conselho diretor da *The Safety Life Assurance Company* (ao menos desde 1854) [?]			Radical benthamita			*Observations on the timber trade* (1831) / *Remarks on the navigation laws* (1831) / *Evils of the State of Ireland, their Causes, and their Remedy; a Poor Law* (1836)	
Taylor, George	1772 - 1851	Inglaterra	P [?] / G [?]					LP	60										Escrevia para o *Quarterly Review*	Proprietário de terra em Durham / Antiquarista / Conseguiu pequenas indicação

																			para carreira pública para si e os filhos graças à amizade com Charles Arbuthnot, secretário do tesouro (1809-23)
Wilson, John								LP / ECF											

Fonte: elaborado com base nas fontes relacionados nas referências bibliográficas ao final da obra.

Bibliografia

Obras completas

ARRUDA, J. J. A. *A Grande Revolução Inglesa, 1640-1780* - Revolução Inglesa e Revolução Industrial na Construção da Sociedade Moderna. São Paulo: Hucitec, 1996.

ASHWORTH, H. *Recollections of Richard Cobden, M.P, and the Anti-Corn Law League*. London: Cassell Peter & Galpin, 1877. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=rn2mtAEACAAJ&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s> Acesso em 22/11/2022.

BEIER, L. A. *The Problem of the Poor in Tudor and Early Stuart England*. [E-book]: Taylor & Francis. 2004.

BENTHAM, J. *An Introduction to the Principles of Morals and Legislation*. 2 volumes. 2º ed. London: 1823. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=qWcAAAAAMAAJ&hl=pt-BR> Acesso em 22/11/2022.

BLACKBURN, R. *The Overthrow of Colonial Slavery*, 1776-1848. 2ª reimpressão. London: Verso, 1996.

BOYER, G. R. *An Economic History of the English Poor Law*, 1750-1850. [E-book]: Cambridge University Press, 2006.

BRIGGS, A. *The Age of Improvement*, 1783-1867. 2ª ed. New York: Routledge, 2014.

CLARK, G. *A Farewell to Alms:* A Brief Economic History of the World. Princeton: Princeton University, 2007.

CLARK, G. K. *The making of Victorian England*: being the Ford lectures delivered before the University of Oxford. New York: Atheneum, 1976.

COSS, P. *The Origins of the English Gentry*. [E-book]: Cambridge University Press, 2005.

CRAIG. F. W. S. *British parliamentary elections results*, 1832-1885. London: MacMillian, 1977.

CHALMERS, T. *On Political Economy*, in connexion with the moral state and moral prospects of society. 2 volumes. Glasgow: 1832. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=FRlAAAAAYAAJ&hl=pt-BR&pg=PR1#v=onepage&q&f=false> Acesso em 13/05/2021.

CHARLESWORTH, L. *Welfare's Forgotten Past*: A Socio-Legal History of the Poor Law. [E-book]: Routledge, 2009.

COOPER, A. A. *Speeches of the Earl of Shaftesbury*, K.G. - upon subjects having relation chiefly to the claims and interests of the labouring class. London: 1868. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=5FlDAAAAcAAJ&hl=pt-BR> Acesso em 22/11/2022.

CORRIGAN, P (org.). *Capitalism, State Formation and Marxist Theory* - Historical Investigations. Tiptree: Quartet Books, 1980.

COUTINHO, C. N. *Gramsci*: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

DAUNTON, M. J. *Progress and poverty*: an economic and social history of Britain, 1700-1850. New York: Oxford University, 1995.

DAVIDSON, N. *How Revolutionary Were the Bourgeois Revolutions?* Chicago: Haymarket, 2012.

DEANE, P. *The First Industrial Revolution*. 2ª ed. Cambridge: Cambridge University, 1979.

DEFOE, D. *Giving Alms, no Charity*, and Employing the Poor a Grievance to the Nation, Being an Essay upon this Great Question. London: 1704. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=hy26AAAAIAAJ&hl=pt-BR> Acesso em 22/11/2022.

ELIAS, N. *O Processo Civilizador*. 2 volumes. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

ENGELS, F. *The Condition of the Working Class in England*. [E-book]: Penguin Books, 1987.

EVANS, E. J. *Political Parties in Britain 1783-1867*. [E-book]: *Taylor & Francis*, 2001.

FRASER, D. *The Evolution of the British Welfare State*: A History of Social Policy since the Industrial Revolution. 2ª ed. [E-book]: MacMillan, 1984.

FOSTER, J. *Class Struggle and the Industrial Revolution* - Early industrial capitalism in three English towns. [E-book]: Taylor and Francis, 2005.

GASKELL, P. *Artisans and Machinery*: the moral and physical condition of the manufacturing population considered with reference to mechanical substitutes for human labour. London: 1836, p. vii-xi. Disponível em: <https://books.google.com.br/books/about/Artisans_and_Machinery.html?id=eZlDAAAcAAJ&redir_esc=y> Acesso em 22/11/2022.

GASKELL, P. *The Manufacturing Population of England,* its moral, social and physical conditions, and the changes which have arisen from the use of steam machinery; with an examination of infant labour. London: 1833. Disponível em: <https://books.google.com.br/ books?id=etFGvcK-dYwC&hl=pt-BR> Acesso em 22/11/2022.

GEREMEK, B. *A Piedade e a Forca*: História da miséria e da caridade na Europa. Lisboa: Terramar, 1986.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, A. *Cuadernos de la cárcel*: Edición crítica del Instituto Gramsci - A cargo de Valentino Gerratana. v. 4. México, D. F: Ediciones Era, 1986.

GRIFFIN, E. *Liberty's Dawn*: A People's History of the Industrial Revolution. Cornwall: Yale University, 2013.

HALE, W. *An Appeal to the Public, in Defence of the Spitalfields Act:* with remarks on the causes which have led to the miseries and moral deterioration of the poor. London: 1822. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=ZIZeAAAAcAAJ&hl=pt-BR> Acesso em 22/11/2022.

HARRIS, W. *The History of the Radical Party in Parliament*. London: Kegan Paul, Trench & Co, 1885. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=jtQlAAAAMAAJ&hl=pt-BR&redir_esc=y> Acesso em 22/11/2022.

HAYEK, F. A (org.). *Capitalism and the Historians*. Chicago: Pheonix Books, 1963.

HILL, C. *A Revolução Inglesa de 1640*. Lisboa: Presença, 1981.

HILL, C. *O Mundo de ponta-cabeça*: ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

HILL, C. *Reformation to Industrial Revolution*, 1530-1780. [E-book]: Verso, 2018.

HILL, C. *The Century of Revolution,* 1603-1714. [E-book]: Routledge, 2002.

HINDLE, S. *On the Parish?* The micro-politics of poor relief in rural England, 1550-1750. [E-book]: Oxford University Press, 2004.

HILTON, B. *A Mad, Bad and Dangerous People?* England 1783-1846. New York: Clarendon University Press, 2006.

HILTON, B. *The Age of Atonement:* the influence of evangelicalism on social and economic thought, 1795-1865. Oxford: Clarendon, 1988.

HOBSBAWM, Eric. *Como mudar o mundo*: Marx e o marxismo, 1840-2011. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

HOBSBAWM, E. *The Age of Capital,* 1848-1875. 9ª reimpressão. London: Abacus, 1995.

HOBSBAWM, E. *The Age of Empire*. New York: Vintage Books, 1989.

HOBSBAWM, E. *The Age of Revolution,* 1789-1848. New York: Vintage Books, 1996.

HUFTON, O. H. *The Poor of Eighteenth-Century France*, 1750-1789. Oxford: Clarendon, 1974.

HUMPHRIES, J. *Childhood and Child Labour in the British Industrial Revolution*. Cambridge: Cambridge University, 2010.

JONES, G. S. *Outcast London:* A Study in the Relationship Between Classes in Victorian Society. [E-book]: Verso, 2013.

JOYCE, P. *Democratic Subjects*: The self and the social in nineteenth-century England. Cambridge: Cambridge University, 1994.

JOYCE, P. *The Rule of Freedom* - Liberalism and the Modern City. [E-book]: Verso, 2003.

KAY, J. P. *The moral and physical condition of the working classes employed in the cotton manufacture in Manchester.* Manchester: 1832. Disponível em: <https://archive.org/details/ moralphysicalcon00kaysuoft> Acesso em 22/11/2022.

KIRBY, P. *Child Labour in Britain*, 1750-1870. [E-book]: Palgrave Macmilliam, 2003.

KIRBY, P. *Child Workers and Industrial Health in Britain,* 1780-1850. [E-book]: The Boydell, 2013.

LANDES, D. S. *Prometeu Desacorrentado:* Transformação Tecnológica e Desenvolvimento Industrial na Europa Ocidental, desde 1750 até Nossa Época. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

MALTHUS, T. *An Essay on the Principle of Population*. [E-book]: Electronic Scholarly Publishing Project, 1998. Disponível em: <http://www.esp.org/books/malthus/ population/malthus.pdf> Acesso em 13/05/2021.

MALTHUS, T. *Princípios da Economia Política.* São Paulo: Nova Cultura, 1996.

MANCHESTER CHAMBER OF COMMERCE. *The Corn Laws*. An authentic report of the late important discussions in the Manchester Chamber of Commerce, on the destructive effects of the corn laws, upon the trade and manufactures of the country. London: 1839. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id= LYQEAAAAQAAJ&hl=pt-BR> Acesso em 22/11/2022.

MANDEVILLE, B. *The Fable of the Bees* - or Private Vices, Public Benefits. New York: Capricorn Books, 1962.

MARX, K. *O Capital*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MCLEAN, D. *Public Health and Politics in the Age of Reform: Cholera, the State and the Royal Navy in Victorian Britain*. London: I. B. Tauris, 2006.

MILL, J. S. *Principles of Political Economy* - with some of their applications to social philosophy. 2 volumes. London: 1848. Disponível em: <https://books.google.br/ books?id=hloBAAAAQAAJ&hl=pt-BR> Acesso em 13/05/2021.

MORE, C. *Understanding the Industrial Revolution*. [E-book]: Routledge: 2000.

NORTH, D. C. *Understanding the Process of Economic Change*. Princeton: Princeton University, 2005.

OBSERVATIONS *on the Ruinous Tendency of the Spitalfields Act to the Silk Manufacture of London*: to which is added a reply to Mr. Hale's appeal to the public in defence of the act. 3ª ed. London: 1822. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=KIJPAQAAMAAJ&hl=pt-BR> Acesso em 22/11/2022.

O'GORMAN, F. *The Long Eighteenth Century*: British Political and Social History, 1688-1832. 2ª ed. [E-book]: Bloomsbury, 2016.

OWEN, R. *Observations on the effect of the manufacturing system:* with hints for the improvement of those parts of it which are more injurious to health and morals. 2ª ed. London: 1817. Disponível em: <https://archive.org/details/observationsonef00owenrich> Acesso em 22/11/2022

PATRIQUIN, L. *Agrarian Capitalism and Poor Relief in England, 1500-1860*: Rethinking the Origins of the Welfare State. [E-book]: Palgrave MacMillian, 2007.

PERKIN, H. *The Origins of Modern English Society*. 2ª ed. [E-book]: Routledge, 2005.

PERSKY, J. *The Political Economy of Progress*: John Stuart Mill and modern radicalism. [E-book]: Oxford University, 2016.

POLANYI, K. *A Grande Transformação*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POMERANZ, K. *The Great Divergence:* China, Europe, and the Making of the Modern World Economy. Princeton: Princeton University, 2008.

RICARDO, D. *On the Principles of Political Economy and Taxation*. [E-book]: Batoche Books, 2001. Disponível em: <https://socialsciences.mcmaster.ca/econ/ugcm/3ll3/ricardo/Principles.pdf> Acesso em 13/05/2021.

ROGERS, J. *Reminiscences of a workhouse medical officer*. Londres: 1889. Disponível em: <https://books.google.com.br/books/about/Joseph_Rogers_M_D.htmlid=LnIXAQAAMAAJ&redir_esc=y> Acesso em 22/11/2022.

ROYLE, E. *Modern Britain* – A Social History, 1750-2011. 3ª ed. [E-book]: Bloomsbury Academic, 2012.

SAFLEY, T. M. *The Reformation of Charity*: The Secular and the Religious in Early Modern Poor Relief. Boston e Leiden: Brill Academic Publisher, 2003.

SEIBOLD, B. S. *Emily Hobhouse and the Reports on the Concentration Camps During the Boer War, 1899-1902*: Two Different Perspectives. Stuttgart: ibidem-Verlag, 2011.

SENIOR, N. W. *Letters on the Factory Act*, as it affects the Cotton Manufacture, addressed to the Right Honourable the President of the Board of Trade. London: 1837. Disponível em: <https://archive.org/details/lettersonfactory00senirich> Acesso em 22/11/2022.

SENIOR, N. W. *Two Lectures on Population*, delivered before the University of Oxford, in eastern term, 1828. London: 1831. Disponível em: <https://books.google.com.br/books/about/Two_Lectures_on_the_Checks_to_Population.html?id=kQt9Kg-chXAC&redir_esc=y> Acesso em 13/05/2021.

SEOANE, M. *Informe acerca de los principales fenómenos observados en la propagación del cólera indiano por Inglaterra y Escocia, y sobre el modo de propagarse aquella enfermedad*. London: 1832. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=-3-i2DNfG5UC&hl=pt-BR> Acesso em 22/11/2022.

SLACK, P. *The English Poor Law*, 1531-1782. [E-book]: Macmillan, 1990.

SCOTT, J. *The Upper Classes* - property and privilege in Britain. London: Palgrave, 1982.

SMITH, A. *The Wealth of Nations*. [E-book]. Disponível em: <https://political-economy.com/wealth-of-nations-adam-smith/> Acesso em 12/05/2021.

SMITH, M. *Thomas Tooke and the Monetary Thought of Classical Economics*. [E-book]: Routledge, 2011.

SOARES, L. C. *A Albion Revisitada* - ciência, ilustração e comercialização do lazer na Inglaterra do século XVIII. Rio de Janeiro: 7 Letras, Faperj, 2007.

TAYLOR, A. J. *Laissez-faire and State Intervention in Nineteenth-century Britain*. London: MacMillan, 1972.

TAYLOR, W. C. *Factories and the Factory System;* from parliamentary documents and personal examination. London: 1844. Disponível em: <https://books.google.com.br/books/about/Factories_and_the_Factory_System.html?id=dXs4AAAAMAAJ&redir_esc=y> Acesso em 22/11/2022.

TAYLOR, W. C. *Notes on a tour in the manufacturing districts of Lancashire*; in a series of letters to His Grace the Archbishop of Dublin. Londres: 1842. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=EvE9AAAAcAAJ&hl=pt-BR> Acesso em 22/11/2022.

THE CONDITION *and treatment of the children employed in the mines and collieries of the United Kingdom.* Carefully compiled from the appendix to the first report of the commissioners appointed to inquire into this subject. With copious extracts from the evidence, and illustrative engravings. London: 1842. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=TS1vx7eHjUkC&hl=pt-BR> Acesso em 22/11/2022.

TIERNEY, B. *Medieval Poor Laws* – A sketch of canonical theory and its application in England. Los Angeles: University of California, 1959.

TILLY, C. *Popular Contention in Great Britain, 1758-1834.* Boulder: Paradigm Publishers, 2005.

THOMPSON, E. P. *The Making of the English working class*. New York: Vintage Books, 1966.

THOMPSON, F. M. L. *The Rise of Respectable Society* - A Social History of Victorian Britain, 1830-1900. [E-book]: William Collins, 2016.

TOWNSEND, J. *A Dissertation on the Poor Laws*. Londres: 1817. Disponível em: <https://books.google.com.br/books/about/A_Dissertation_on_the_Poor_Laws.html?id=PZJPAAAAYAAJ&redir_esc=y> Acesso em 22/11/2022.

URE, A. *The Philosophy of Manufactures:* or, an exposition of the scientific, moral and commercial economy of the factory system of Great Britain. London: 1835. Disponível em: <https://books.google.com.br/books/about/The_Philosophy_of_Manufactures.html?id=-984AAAAMAAJ&redir_esc=y> Acesso em 22/11/2022.

VILAR, P. *Iniciación al vocabulario del análisis histórico*. 6ª ed. Barcelona: Crítica, 1999.

VRIES, J. *The Industrious Revolution*: Consumer Behavior and the Household Economy, 1650 to the Present. Cambridge: Cambridge University, 2008.

WEBB, B; WEBB, S. (org.). *English Local Government*. English Poor Law History. Part II: The Last Hundred Years. v. 2. 1929. Reimpressão, London: Frank Cass & Co, 1963.

WOOD, E. M. *A Origem do Capitalismo.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WOODS, R. *The demography of Victorian England and Wales***.** [E-book]: Cambridge University Press, 2004.

Capítulos de livro

ALLEN, R. C. “Agriculture during the industrial revolution, 1700-1850”. In: FLOUD, R; JOHNSON, P (org.). *The Cambridge Economic History of Modern Britain.* Volume I: Industrialisation, 1700-1860. Cambridge: Cambridge University, 2004.

ATKINSON, D. “‘The Library of the Scottish Peasantry’: Street Literature in Aberdeen in 1828.” In: *Street Literature of the Long Nineteenth Century: Producers, Sellers, Consumers*. ATKINSON, D; ROUD, S. (org.). *Street Literature of the Long Nineteenth Century: Producers, Sellers, Consumers*. [E-book]: Cambridge Scholars Publishing, 2017.

AYDELOTTE, W. O. “The Business Interest of the Parliament of 1841-47.” In: CLARK, G. K. *The making of Victorian England*: being the Ford lectures delivered before the University of Oxford. New York: Atheneum, 1976.

BENTHAM, J. “Tracts on Poor Laws and pauper management.” In: BENTHAM, J. *The Works of Jeremy Bentham*, v. 8. Edinburg: 1853. Disponível em: <http://bev. berkeley.edu/PE%20100/On%20Pauper%20Laws%20-%20Bentham.pdf> Acesso em 22/11/2022.

BRENNER, R. “Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe”. In: *The Brenner Debate*: Agrarian Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe. [E-book]: Cambridge University, 2002

BRENNER, R. “The Agrarian Roots of European Capitalism”. In: BRENNER, R (org.). *The Brenner Debate*: Agrarian Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe. [E-book]: Cambridge University, 2002

BURNS, A; INNES, J. “Introduction.” In: BURNS, A; INNES, J. (org.). *Rethinking the Age of Reform:* Britain 1780-1850. 2ª reimpressão. Cambridge: Cambridge University, 2004.

BURGESS, G. “Introduction.” In: BURGESS, G; FESTENSTEIN, M (org.). *English Radicalism,* 1550-1850. [E-book]: Cambridge University, 2007.

BURGESS, G. “Radicalism and the English Revolution.” In: BURGESS, G; FESTENSTEIN, M (org.). *English Radicalism,* 1550-1850. [E-book]: Cambridge University, 2007.

BRIGGS, A. “The Language of 'Class' in Early Nineteenth-Century England.” In: BRIGGS, A; SAVILLE, J (org.). *Essays in labour history*. 2ªed. New York: Palgrave Macmillian, 1967.

BRULAND, K. “Industrialisation and technological change.” In: FLOUD, R; JOHNSON, P (org.). *The Cambridge Economic History of Modern Britain.* Vol. I: Industrialisation, 1700-1860. Cambridge: Cambridge University, 2004.

CANNADINE, D. “The present and the past in the English Industrial Revolution.” In: BERLANSTEIN, L. B (org.). *The Industrial Revolution and Work in Nineteenth-Century Europe*. [E-book]: Routledge, 2005.

CLARK, G. “Too Much Revolution: Agriculture in the Industrial Revolution, 1700-1860.” In: MOKYR, J (org.). *The British Industrial Revolution* - An Economic Perspective. 2ª ed. [E-book]: Westview, 1999.

FELDMAN, D; LAWRENCE, J. “Introduction.” In: FELDMAN, D; LAWRENCE, J (org.). S*tructures and Transformations in Modern British History*. Cambridge: Cambridge University, 2011.

HANDLEY, S; MCWILLIAM, R; NOAKES; L. “Introduction.” In: HANDLEY, S; MCWILLIAM, R; NOAKES; L (org.). *New Directions in Social and Cultural History*. [E-book]: Bloomsbury, 2018.

HANLY, M. “The economy of makeshifts and the role of the poor law: a game of chance?” In: KING, S; TOMKINS, A. (org.). *The Poor in England 1700-1850* - An economy of makeshifts. Manchester: Manchester University, 2003

HARLING, P. "Parliament, the state, and 'Old Corruption': conceptualizing reform, c. 1790-1832.” In: BURNS, A; INNES, J. (org.). *Rethinking the Age of Reform:* Britain 1780-1850. 2ª reimpressão. Cambridge: Cambridge University, 2004.

HILL, C. “The Norman Yoke.” In: HILL, C. *Puritanism and Revolution* - Studies in Interpretation of the English Revolution of the Seventeenth Century. New York: St. Martin’s, 1997.

HOBSBAWM, E. “Historians and Economists: II.” In: HOBSBAWM, E. *On History*. [E-book]: Orion Books, 2010.

INNES, J. “The ‘mixed economy of welfare’ in early modern England: assessments of the options from Hale to Malthus (c. 1683-1803).” In: Daunton, M. (org.). *Charity, self-interest and welfare in the English past*. [E-book]: University College London, 2005.

INNES, J. “Forms of ‘government growth’ 1780-1830.” In: FELDMAN, D; LAWRENCE, J (org.). *Structures and Transformations in Modern British History*. New York: Cambridge University, 2011.

INNES, J. “'Reform' in English public life: the fortunes of a word.” In: BURNS, A; INNES, J. (org.). *Rethinking the Age of Reform:* Britain 1780-1850. 2ª reimpressão. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

JONES, C. “Some recent trends in the history of charity.” In: Daunton, M. (org.). *Charity, self-interest and welfare in the English past*. [E-book]: University College London, 2005.

JONES, G. S. “Introduction.” In: JONES, G. S. *Languages of Class*: studies in English working class history, 1832-1982. Cambridge: Cambridge University, 1996.

JONES, G. S. “Rethinking Chartism.” In: JONES, G. S. *Languages of Class*: studies in English working class history, 1832-1982. Cambridge: Cambridge University, 1996.

KING, S; TOMKINS, A. “Introduction.” In: KING, S; TOMKINS, A. (org.). *The Poor in England 1700-1850* - An economy of makeshifts. Manchester: Manchester University, 2003.

LANDES, D. S. “The Fable of the Dead Horse: or, the Industrial Revolution Revisited.” In: MOKYER, J (org.). *The British Industrial Revolution* – An Economic Perspective. 2ª ed. Boulder: Westview, 1999.

MOKYR, J. “Accounting the Industrial Revolution.” In: FLOUD, R; JOHNSON, P (org.). *The Cambridge Economic History of Modern Britain.* Volume I: Industrialisation, 1700-1860. Cambridge: Cambridge University, 2004.

MOKYR, J. “Editor's Introduction: The New Economic History and the Industrial Revolution.” In: MOKYER, J (org.). *The British Industrial Revolution* – An Economic Perspective. 2ª ed. Boulder: Westview, 1999.

MOKYR, J. “The Institutional Origins of the Industrial Revolution.” In: HELPMAN, E (org.). *Institutions and Economic Performance*. Cambridge, Massachusetts, Harvard University, 2008.

PICKSTONE, J. V. “Dearth, dirt and fever epidemics: rewriting the history of British ‘public health’, 1780-1850.” In: RANGER, T; SLACK, P. *Epidemics and Ideas*: essays on the historical perception of pestilence. Reimpressão. New York: Cambridge University, 1999.

PHILP, M. “Disconcerting ideas: explaining popular radicalism and popular loyalism in the 1790s.” In: BURGES, G; FESTENSTEIN, M (org.). 1550-1850. [E-book]: Cambridge University, 2007.

RICHARDS, P. “State Formation and Class Struggle, 1832-48.” In: CORRIGAN, P (org.). *Capitalism, State Formation and Marxist Theory* - Historical Investigations. Tiptree: Quartet Books, 1980.

ROSE, E. P. F. “Military men: Napoleonic warfare and early members of the Geological Society.” In: LEWIS, C. L. E; KNELL, S. J. *The Making of the Geological Society of London*. London: The Geological Society, 2009.

ROSEN, F. “Jeremy Bentham’s radicalism.” In: BURNS, A; INNES, J. (org.). *Rethinking the Age of Reform:* Britain 1780-1850. 2ª reimpressão. Cambridge: Cambridge University, 2004.

SHORE, H. “Crime, criminal networks and the survival strategies of the poor in early eighteenth-century London.” In: KING, S; TOMKINS, A. (org.). *The Poor in England 1700-1850* - An economy of makeshifts. Manchester: Manchester University, 2003.

TAYLOR, M. “Empire and parliamentary reform: the 1832 Reform Act revisited.” In: BURNS, A; INNES, J. (org.). *Rethinking the Age of Reform:* Britain 1780-1850. 2ª reimpressão. Cambridge: Cambridge University, 2004.

THAME, P. “Old people and their families in the English Past.” In: Daunton, M. (org.). *Charity, self-interest and welfare in the English past*. [E-book]: University College London, 2005

THOMPSON, E. P. “Algumas observações sobre classe e ‘Falsa Consciência’.” In: NEGRO, A. L; SILVA, S. (org.). *As peculiaridades dos ingleses* – e outros artigos. Campinas: Unicamp, 2001,

THOMPSON, E. P. “As peculiaridades dos ingleses.” In: NEGRO, A. L; SILVA, S (org.). *As peculiaridades dos ingleses* – e outros artigos. Campinas: Unicamp, 2001.

THOMPSON, E. P. “A economia moral da multidão inglesa no século XVIII.” In: THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2005

THOMPSON, E. P. “Economia moral revisitada.” In: THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

THOMPSON, E. P. “Folclore, antropologia e história social.” In: NEGRO, A. L; SILVA, S. (org.). *As peculiaridades dos ingleses* – e outros artigos. Campinas: Unicamp, 2001.

THOMPSON, E. P. “Nota sobre ‘As peculiaridades dos ingleses’”. In: NEGRO, A. L; SILVA, S (org.). *As peculiaridades dos ingleses* – e outros artigos. Campinas: Unicamp, 2001.

THOMPSON, F. M. L. “Editorial preface.” In: THOMPSON, F. M. L (org.). *The Cambridge Social History of Britain*, 1750-1950. Volume I: Regions and Communities. Cambridge: Cambridge University, 1996.

TOMKINS, A. “Pawnbroking and the survival strategies of the urban poor in 1770s York.” In: KING, S; TOMKINS, A. (org.). *The Poor in England 1700-1850* - An economy of makeshifts. Manchester: Manchester University, 2003.

VOTH, H. “Living standards and the urban environment.” In: FLOUD, R; JOHNSON, P (org.). *The Cambridge Economic History of Modern Britain.* Volume I: Industrialisation, 1700-1860. Cambridge: Cambridge University, 2004.

WILLIAMS, R. “Base e superestrutura na teoria da cultura marxista.” In: WILLIAMS, R. *Cultura e Materialismo.* São Paulo: Unesp, 2011.

Artigos publicados em periódicos e anais de eventos

ANDERSON, P. “Origins of the present crisis.” *New Left Review I*, n. 23, jan.-fev, 1964, p. 26-53.

ANDERSON, P. “Socialism and Pseudo-Empiricism.” *New Left Review I*, n. 35, jan.-fev. 1966, p. 2-42.

ARNSTEIN, W. L. “The Myth of the Triumphant Victorian Middle Class.” *The Historian*, v. 37, n. 2, fevereiro de 1975, p. 209-210.

ARRUDA, J. J. A. “David Landes, um historiador desacorrentado.” *Economia e Sociedade*, v. 12, junho de 1999, p. 87-107.

BERG, M; HUDSON, P. “Rehabilitating the Industrial Revolution.” *The Economic History Review*, New Series, v. 45, n. 1, fevereiro de 1992, p. 24-50.

BLAUG, M. “The Myth of the Old Poor Law and the Making of the New.” *The Journal of Economic History*, v. 23, n. 2, junho de 1963, p. 151-184.

BLAUG, M. “The Poor Law Report Reexamined.” *The Journal of Economic History*, v. 24, n. 2, junho de 1964, p. 229-245.

BROCKINGTON, F. “Public Health at the Privy Council 1831-34.” *Journal of the History of Medicine and Allied Sciences*, v. 16, n. 2, 1961, p. 161–85.

CAIN, P. J; HOPKINS, A. G. “Gentlemanly Capitalism and British Expansion Overseas I. The Old Colonial System, 1688-1850.” *The Economic History Review*, v. 39, n. 4, novembro de 1986, p. 501-525.

CANGIANI, M. “Karl Polanyi's Institutional Theory: Market Society and Its ‘Disembedded’ Economy.” *Journal of Economics Issues*, v. XLV, n. 1, março de 2011, p. 177-197.

CLAMP, P. G. “Robert J. Saunders, Factory Inspector, and his National Factory Schools Experiment, 1841-1843.” *Journal of Educational Administration and History*, v. 18, n. 1, 1986, p, 23-33.

CRAFTS, N. F. R; HARLEY, C. K. “Output Growth and the Industrial Revolution: A Restatement of the Crafts-Harley View.” *The Economic History Review*, New Series, v. 45. n. 4, novembro de 1992, p. 703-30.

FREIXA, C; LECCARDI, C. “O conceito de geração nas teorias sobre juventude.” *Revista Sociedade e Estado*, v. 25, n. 2, maio-agosto de 2010, p. 185-204.

GALA, P. “A Teoria Institucional de Douglass North.” *Revista de Economia Política*, v. 23, n. 2 (90), abril-junho de 2003, p. 89-105.

GRIFFIN, E. “Diets, Hunger and Living Standards During the British Industrial Revolution.” *Past & Present*, v. 239, n. 1, maio de 2018, p. 71-111.

HAMLIN, C. “Edwin Chadwick and the Engineers, 1842-1854: Systems and Antisystems in the Pipe-and-Brick Sewers War.” *Technology and Culture*, v. 33, n. 4, outubro de 1992, p. 680-709.

HARLING, P. “Rethinking ‘Old Corruption’.” *Past & Present*, v. 147, n. 1, maio de 1995, p. 127-158.

HARTWELL, R. M. “The Rising Standard of Living in England, 1790-1850.” *Economic History Review*, n. 13, 1961, p. 397-416.

HARTWELL, R. M. “The Standard of Living. An Answer to Pessimists.” *Economic History Review*, n. 16, 1963, p. 135-146.

HENRIQUES, U. R. Q. “An Early Factory Inspector: James Stuart of Dunearn.” *The Scottish Historical Review*, v. 50, n. 149, pt. 1, abril de 1971, p. 18-46.

HOBSBAWM, E. J. “The British Standard of Living, 1790-1850.” *Economic History Review*, n. 10, 1953, p. 47-68.

HOBSBAWM, E. J. “The Standard of Living During the Industrial Revolution. A Discussion.” *Economic History Review*, n. 16, 1963, p. 119-134.

HOLT, H. M. E. “Assistant Commissioners and Local Agents: Their Role in Tithe Commutation, 1836-1854.” *The Agricultural History Review,* v. 32, n. 2, 1984, p. 189-200.

HUMPHRIES, J. “Enclosures, Common Rights and Women: The Proletarization of Families in the Late Eighteenth and Early Nineteenth Centuries.” *The Journal of Economic History*, v. 50, n. 1, março de 1990, p. 17-42.

KEARNS, G. “Private Property and Public Health Reform in England, 1830-1870.” *Soc. Sci. Med,* v. 26, n. 1, 1988, p. 187-99.

LEVY, S. L. “Nassau W. Senior, British Economist, in the Light of Recent Researches: I.” *Journal of Political Economy*, v. 26, n. 4, abril de 1918, p. 347-365.

LOCKWOOD, T. J. “A History of Royal Commissions.” *Osgoode Hall Law Journal*, v. 5, n. 2, outubro de 1967, p. 172-209.

LUKÁCS, G. “A reprodução da sociedade como totalidade.” *Estudos de Sociologia*, v. 1, n. 1, 1996, p. 3-13.

MACKINNON, M. “English Poor Law Policy and the Crusade Against Outrelief.” *The Journal of Economic History*, v. 47, n. 3, setembro de 1987, p. 603-625.

MANDLER, P. “Tories and Paupers: Christian Political Economy and the Making of the New Poor Law.” *The Historical Journal*, n. 33, 1990, p. 81-103.

MARTIN, B. “Leonard Horner: a portrait of an inspector of factories.” *International Review of Social History*, v. 14, n. 3, 169, p. 412-43.

MCWILLIAM, R. “Back to the Future: E. P. Thompson, Eric Hobsbawm and the remaking of nineteenth-century British history.” *Social History*, n. 39, v. 2, 2014, p. 149-159.

NARDINELLI, C. “Child Labor and the Factory Acts.” *The Journal of Economic History*, v. 40, n. 4, dezembro de 1980, p. 739-755.

NORTH, D. C; WEINGAST, B. R. “Constitutions and Commitment: The Evolution of Institutional Governing Public Choice in Seventeenth-Century England.” *The Journal of Economic History*, v. 49, n. 4 , dezembro de 1989, p. 803-832.

PORTER, A. “'Gentlemanly capitalism' and empire: The British experience since 1750?” *The Journal of Imperial and Commonwealth History*, v. 18, n. 3, 1990, p. 265-295.

POUND, R. “Legal Profession in England from the End of the Middle Ages to the Nineteenth Century.” *Notre Dame Law Review*. v. 19, n. 4, 1944, p. 315-333.

PURDY, F. “The Statistics of the English Poor Rate before and since the Passing of the Poor Law Amendment Act.” *Journal of the Statistical Society of London*, v. 23, n. 3, setembro de 1860, p. 286-329.

RICHARDS, P. “The State and Early Industrial Capitalism: The Case of the Handloom Weavers.” *Past & Present*, n. 83, maio de 1979, p. 91-115.

RINGEN, K. “Edwin Chadwick, the Market Ideology, and Sanitary Reform: on the Nature of the 19th Century Public Health Movement.” *International Journal of Health Services*, v. 9, n. 1, 1979, p. 107-120.

ROIZ, D. S. “A interpretação da ‘história total’ no pensamento de Fernand Paul Braudel entre 1949 e 1958.” *Biblos*, v. 23, n. 1, 2009, p. 185-217.

ROWE, V. A. “The Quaker Presence in Hertford in the Nineteenth Century.” *Journal of the Friends Historical Society*, v. 55, 1986, p. 80-111.

ROSE, E. P. F. “The Military Background of John W. Pringle, in 1826 Founding Superintendent of the Geological Survey of Ireland.” *Irish Journal of Earth Sciences*, v. 17, 1998/1999, p. 61-70.

SHAW-TAYLOR,. “Parliamentary Enclosure and the Emergence of an English Agricultural Proletariat.” *The Journal of Economic History*, v. 61, n. 3, setembro de 2001, p. 640-662.

SHORT, K. R. M. “The English Indemnity Acts 1726-1867.” *Church History*, v. 43, n. 3, setembro de 1973, p. 366-376.

SOLAR, P. M. “Poor Relief and English Economic Development before the Industrial Revolution.” *The Economic History Review*, New Series, v. 48, n. 1, favereiro de 1995, p. 1-22.

SOUZA, L. E. S; PREVIDELLI, M. F. S. C. “Algumas considerações sobre a contribuição de Malthus ao Pensamento Econômico.” *Anais do XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas*, Niterói: UFF/ABPHE, 2017. Disponível em <https://www.abphe.org.br/congresso/xii-congresso-niteroi?pagename =Textos%20Completos>. Acesso em 2/10/2019.

TAYLOR, M. “As guinadas lingüísticas na história social britânica.” *História Social*, n. 4/5, 1997/1998, p. 77-90.

TAYLOR, M. “The Beginnings of Modern British Social History?” *History Workshop Journal*, n. 43, primavera de 1997, p. 155-176.

WEST, E. G. “Adam Smith’s Two Views on the Division of Labour.” *Economica*, New Series, v. 31, n. 121, fevereiro de 1964, p. 22-32.

WORDIE, J. R. “The Chronology of English Enclosure, 1500-1914.” *The Economic History Review*, New Series, v. 36, n. 4, novembro de 1983, p. 483-505.

Teses

FILTNESS, D. *Poverty, saving banks and the development of self-help*, c. 1775-1834. Thesis presented for the degree of PhD. Cambridge: University of Cambridge, 2013. Disponível em: <https://www.repository.cam.ac.uk/handle/1810/245077> Acesso em 22/11/2022.

LEWIS, R. A. *Edwin Chadwick and the public health movement*, 1832-1854. Thesis presented for the degree of PhD. Birmingham: University of Birmingham, 1949.

Dicionários (impressos)

BOOTHMAN, D. “Inglaterra”. In: LIGUORI, G; VOZA, P. (org.). *Dicionário Gramsciano*. São Paulo: Boitempo, 2007.

BURKE, J. *A Genealogical and Heraldic History of the Commoners of Great Britain and Ireland*, enjoying territorial possessions or high official rank, but uninvested with heritable honours. 4 volumes. London: 1836. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=qf4GAAAAQAAJ&hl=pt-BR> Acesso em 22/11/2022.

BURKE, J; BURKE, J. B. *Genealogical and Heraldic Dictionary of the Landed Gentry of Great Britain & Ireland*. Volume III: Supplement, Corrigenda and General Index. London: 1850. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=9NDTAAAAMAAJ&hl =pt-BR> Acesso em 22/11/2022.

BURKE, J. B. *Genealogical and Heraldic Dictionary of the Landed Gentry of Great Britain & Ireland*. 2 volumes. London: 1850. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=QXOaP8pHr8AC&hl=pt-BR> Acesso em 22/11/2022.

COSPITO, G. “Hegemonia.” In: LIGUORI, G; VOZA, P. (org.). *Dicionário Gramsciano*. São Paulo: Boitempo, 2007.

DEBRETT, J. *Debret's Baronetage of England*; with alphabetical lists of such Baronetcies as have merged in the Peerage, or have become extinct. And also of the existing Baronets of Nova Scotia and Ireland. 7ª ed. London: 1839. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=7CEIAAAAQAAJ&hl=pt-BR> Acesso em 22/11/2022.

DODD, C. H. *The peerage, baronetage, and knightage, of Great Britain and Ireland, including all the titled classes*. Sixth year. London: 1846. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=VdkNAAAAQAAJ&hl=pt-BR> Acesso em 22/11/2022.

ELMES, J. *A Topographical Dictionary of London and Its Environs*; containing descriptive and critical accounts of all the public and private buildings, offices, docks, squares, streets, lanes, wards, liberties, charitable institutions, commercial, charitable, scholastic and other establishments, with lists of their officers, patrons, incumbents of livings, etc. etc. etc. in the British Metropolis. London: 1831. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=8I4wAQAAMAAJ&hl=pt-BR> Acesso em: 29/11/2022.

LA PORTA, Leilo. "Coerção." In: LIGUORI, G; VOZA, P. (org.). *Dicionário Gramsciano*. São Paulo: Boitempo, 2007.

LA PORTA, Leilo. "Consenso." In: LIGUORI, G; VOZA, P. (org.). *Dicionário Gramsciano*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MURRAY, Sir. J. A. H (org.). *A New English Dictionary on Historical Principles:* Founded Mainly on the Materials Collected by the Philological Society. v. 8. pt. 1. Oxford: Clarendon Press, 1914. Disponível em: <https://archive.org/details/in.ernet.dli. 2015.31856/page/n7/ mode/2up> Acesso em 22/11/2022.

SKEPTON, A (org.). *A Biographical Dictionary of Civil Engineers in Great Britain and Ireland*. London: Thomas Telford, The Institution of Civil Engineers, 2002.

VOZA, P. "Bloco Histórico." In: LIGUORI, G; VOZA, P. (org.). *Dicionário Gramsciano*. São Paulo: Boitempo, 2007.

VOZA, P. "Intelectuais tradicionais." In: LIGUORI, G; VOZA, P. (org.). *Dicionário Gramsciano*. São Paulo: Boitempo, 2007.

WALFORD, E. The county families of the United Kingdom; or, Royal manual of the titled and untitled aristocracy of Great Britain & Ireland. London: 1860. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=Z-gNAAAAQAAJ&hl=pt-BR> Acesso em 22/11/2022.

Relatórios de comissões reais de inquérito (por ordem de publicação)

GREAT BRITAIN. Factories Inquiry Commission. *First Report of the Central Board of His Majesty's Commissioners appointed to collect Information in the Manufacturing Districts, as to the Employment of Children in Factories, and as to the Propriety and Means of Curtailing the Hours of their Labour:* with minutes of evidence, and reports by the district commissioners. London: 1833. Disponível em: <https://parlipapers. proquest.com/parlipapers> Acesso em 22/11/2022.

GREAT BRITAIN. Factories Inquiry Commission. *Second report of the Central Board of His Majesty's Commissioners appointed to collect information in the Manufacturing Districts, as to the Employment of Children in Factories, and as to the Propriety and Means of Curtailing the Hours of their Labour*: with minutes of evidence and reports by the medical commissioners. London: 1833. Disponível em: <https://parlipapers. proquest.com/parlipapers> Acesso em 22/11/2022.

GREAT BRITAIN. Factories Inquiry Commission. *Supplementary Report of the Central Board of His Majesty's Commissioners appointed to collect information in the Manufacturing Districts, as to the Employment of Children in Factories, and as to the Propriety and Means of Curtailing the Hours of their Labour*. 2 volumes. London: 1834. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=jypDAAAAcAAJ&hl=pt-BR> Acesso em 22/11/2022.

GREAT BRITAIN. Poor Law Commission. *Report from His Majesty's commissioners for inquiring into the administration and practical operation of the Poor Laws*. London: 1834. Disponível em: <https://parlipapers.proquest.com/parlipapers> Acesso em 22/11/2022.

GREAT BRITAIN. Municipal Corporations Commission. *First report of the commissioners appointed to inquire into the municipal corporations in England and Wales*. London: 1835. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id= yXBTAAAAcAAJ&hl=pt-BR> Acesso em 22/11/2022.

GREAT BRITAIN. Poor Law Commission. *Fourth Annual Report of the Poor Law Commissioners for England and Wales;* with appendices, A, B & C. London: 1838. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=SMDxAAAAMAAJ&hl=pt-BR> Acesso em 22/11/2022.

Kay, J. P. *The training of pauper children*. A report published by the poor law commissioners in their fourth annual report. London: 1839. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=SMDxAAAAMAAJ&hl=pt-BR> Acesso em 22/11/2022.

Kay, J. P. *The training of pauper children*. A report published by the poor law commissioners in their fourth annual report. London: 1839. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=SMDxAAAAMAAJ&hl=pt-BR> Acesso em 22/11/2022.

GREAT BRITAIN. Constabulary Force Commission. *First Report of the Commissioners Appointed to Inquire as to the Best Means of Establishing an Efficient Constabulary Force in the Countries of England and Wales*. London: 1839. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=E1ADAAAAQAAJ&hl=pt-BR> Acesso em 22/11/2022.

GREAT BRITAIN. Hand-Loom Weavers Commission. *Hand-loom weavers.* Report of the Commissioners. London: 1841. Disponível em: <https://parlipapers.proquest.com/ parlipapers> Acesso em 22/11/2022.

CHADWICK, E. *Report to Her Majesty's Principal Secretary of State for the Home Department, from the Poor Law Commissioners, on an Inquiry into the Sanitary Condition of the Labouring Population of Great Britain; with appendices*. London: 1842. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=lzK5iitgFpUC&hl=pt-BR> Acesso em 22/11/2022.

GREAT BRITAIN. Children's Employment Commission. *First Report of the Commissioners*. Mines. London: 1842. Disponível em: <https://parlipapers.proquest. com/parlipapers> Acesso em 22/11/2022.

GREAT BRITAIN. Children's Employment Commission. *Second Report of the Commissioners*. Trades and Manufactures. London: House of Commons, 1843. Disponível em: <https://parli papers.proquest.com/parlipapers> Acesso em 22/11/2022.

CHADWICK, E. *Report on the sanitary condition of the labouring population of Great Britain* - A supplementary report on the results of a special inquiry into the practice of interment in towns. London: 1843. Disponível em: <https://wellcomecollection.org/ works/xzx78kqh/items?canvas=1> Acesso em 22/11/2022.

GREAT BRITAIN. Midland Mining Commission. *Midland Mining Commission*. First Report. South Staffordshire. London: 1843. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=7VMSAAAAYAAJ&hl=pt-BR> Acesso em 22/11/2022.

GREAT BRITAIN. Health of Towns Commission. *First report of the commissioners for inquiring into the state of large towns and populous districts*. 2 volumes. London: 1844. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id =rwMAAAAAQAAJ&hl=pt-BR> Acesso em 22/11/2022.

GREAT BRITAIN. Health of Towns Commission. *Second report of the commissioners for inquiring into the state of large towns and populous districts*. 2 volumes. London: 1845. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id= CfsTAAAAIAAJ&hl=pt-BR> Acesso em 22/11/2022.

GREAT BRITAIN. Frame-Work Knitters Commission. *Report of the Commissioner Appointed to Inquire into the Condition of the Frame-Work Knitters*. With appendices. London: 1845. Disponível em: <https://parlipapers.proquest.com/parlipapers> Acesso em 22/11/2022.

GREAT BRITAIN. Metropolitan Sanitary Commission. *First Report of the Commissioners appointed to inquire whether any and what special means may be requisite for the improvement of the health of the Metropolis,* with minutes of evidence. London: 1848. Disponível em: <https://parlipapers.proquest.com/parlipapers> Acesso em 22/11/2022.

GREAT BRITAIN. Metropolitan Sanitary Commission. *Second report of the commissioners appointed to inquire whether any and what special means may be requisite for the improvement of the health of the Metropolis,* with minutes of evidence. London: 1848. Disponível em: <https://parlipapers.proquest.com/parlipapers> Acesso em 22/11/2022.

Relatórios de comitês parlamentares de inquérito (por ordem de publicação)

GREAT BRITAIN. Parliament. *Report from the Committee on the Framework-Knitters petitions*. London: 1812. Disponível em: <https://parlipapers.proquest.com/parlipapers> Acesso em 22/11/2022.

GREAT BRITAIN. Parliament. *Second Report from the Committee on the Framework-Knitters petitions*. London: 1812. Disponível em: <https://parlipapers.proquest.com/ parlipapers> Acesso em 22/11/2022.

GREAT BRITAIN. Parliament. *Report from the select committee on the Poor Laws*; with the minutes of evidence taken before the committee. London: 1817. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=bmG-ugEACAAJ&hl=pt-BR> Acesso em 22/11/2022.

GREAT BRITAIN. Parliament. *Report from the Committee on the Framework-Knitters petitions:* together with the minutes of evidence taken before them. London: 1819. Disponível em: <https://parlipapers.proquest.com/parlipapers> Acesso em 22/11/2022.

GREAT BRITAIN. Parliament. *Report from the select committee, to whom the several petitions complaining of the depressed state of the agriculture of the United Kingdom, were referred*. London: 1821. Disponível em: <https://parlipapers.proquest.com/parli papers> Acesso em 22/11/2022.

GREAT BRITAIN. Parliament. *Report from the Committee on the 'Bill to Regulate the Labour of Children in the Mills and Factories of the United Kingdom*: with the minutes

of evidence, appendix and index. London: House of Commons, 1832. Disponível em: <https://parlipapers.proquest.com/parlipapers> Acesso em 22/11/2022.

GREAT BRITAIN. Parliament. *Report from the select committee on agriculture;* with the minutes of evidence taken before them, and an appendix and index. London: 1833. Disponível em: <https://parlipapers.proquest.com/parlipapers> Acesso em 22/11/2022.

GREAT BRITAIN. Parliament. *Report from Select Committee on Hand-Loom Weavers' Petitions;* with the minutes of evidence, and index. London: 1834. Disponível em: <https://parlipapers.proquest.com/parlipapers> Acesso em 22/11/2022.

GREAT BRITAIN. Parliament. *Report from Select Committee on Hand-Loom Weavers' Petitions;* with the minutes of evidence, and index. London: 1835. Disponível em: <https://parlipapers.proquest.com/parlipapers> Acesso em 22/11/2022.

GREAT BRITAIN. Parliament. *Report from the select committee on the health of towns;* together with the minutes of evidence taken before them, and an appendix, and index. London: 1840. Disponível em: <https://archive.org/details/b24398044> Acesso em 22/11/2022.

Páginas na internet

Australian dictionary of national biography. Disponível em: <https://adb.anu.edu.au/biographies/project/?name=australian-dictionary-biography-volume-2> Acesso em 9/12/2021.

KING, H. "William Augustus Miles (1798-1851)."

NEALE, R. S. "Chapman, Henry Samuel (1803-1881)."

Legacy of British Slave-ownership. Disponível em: <https://www.ucl.ac.uk/lbs> Acesso em 7/3/2021.

"John Welsford Cowell."

"Patrick Playfair."

"Thomas Nassau [also given as Nassau Thomas] Senior."

Oxford Dictionary of National Biography. Disponível em: <https://www.oxforddnb.com> Acesso em 7/3/2021.

ALBORN, T. L. "Fletcher, Joseph (1813–1852), statistician and school inspector."

ALDRICH, R. "Hickson, William Edward (1803–1870), author and educationist". In: *Oxford Dictionary of National Biography*.

ARBUTHNOT, A. "Denison, Sir William Thomas (1804–1871), army officer and colonial governor." In: *Oxford Dictionary of National Biography*.

ARNON, A; MURRAY, G. H. "Tooke, Thomas (1774–1858), economist". In: *Oxford Dictionary of National Biography*.

BARTRIP, P. "Horner, Leonard (1785–1864), factory inspector, geologist, and educationist."

BOASE, G. C; CLEWLOW, E. "Graham, John (1794-1865), bishop of Chester". In: *Oxford Dictionary of National Biography*.

BOASE, G. C; TUCKER, J. "Chapman, Henry Samuel (1803–1881), journalist and colonial judge."

BREATHNACH, C. "Barry, Sir David (1780–1835), army surgeon and physiologist". In: *Oxford Dictionary of National Biography*.

BROOKE, J. "Barham, Charles Foster (1804–1884), physician."

BURNS, A. "Blomfield, Charles James (1786–1857), bishop of London."

CARLYLE, E; MCCONNELL, A. “Wrottesley, John, second Baron Wrottesley (1798–1867), landowner and astronomer.”

CHEAPE, H. “Smith, James, of Deanston (1789–1850), textile industrialist and agricultural engineer.”

CLARKE, E; MATTHEW, H. C. G. “Slaney, Robert Aglionby (1792–1862), politician”

Corrigan, P. R. D. “Tufnell, Edward Carleton (1806–1886), civil servant and educationist.”

COWIE, L. W. “Grosvenor, Robert, first Baron Ebury (1801–1893), politician.”

DEANE, P. “Senior, Nassau William (1790–1864), political economist.”

DINGLEY, R. “Horne, Richard Hengist [formerly Richard Henry] (1802–1884), writer.”

EASTWOOD, D. “Bourne, William Sturges (1769–1845), politician and poor-law reformer.”

GILLIN, E. J. “Reid, David Boswell (1805–1863), chemistry teacher and ventilation engineer.”

GOODAY, G. J. N. “Playfair, Lyon, first Baron Playfair (1818–1898), politician and chemist.”

GREGORY, F. E. C. “Rowan, Sir Charles (1782?–1852), army officer and police officer.”

GRUBER, J. W. “Owen, Sir Richard (1804–1892), comparative anatomist and palaeontologist.”

HAMILTON, J. A; MATTHEW, H. C. G. “Lefevre, Charles Shaw-, Viscount Eversley (1794–1888), speaker of the House of Commons.”

HAMLIN, C. “Austin, Henry (1811/12–1861), civil engineer and sanitarian.”

HARRISON, M. “Martin, Sir James Ranald (1793–1874), surgeon and medical administrator.”

HELENIAK, K. M. “Redgrave, Samuel (1802–1876), art historian and civil servant.”

HERVEY, N. “Grainger, Richard Dugard (1801–1865), anatomist and physiologist.”

HIGGS, E. “Graham, George (1801–1888), civil servant.”

HOBHOUSE, H. “Cubitt, Sir William (1785–1861), civil engineer and millwright.”

Howe, A. C. “Villiers, Charles Pelham (1802–1898), politician.”

JACKSON, B. “Ker, (John) Bellenden [formerly John Bellenden Gawler] (1764–1842), botanist and man of fashion.”

KIRBY, M. W. “Stephenson, Robert (1803–1859), railway and civil engineer.”

MANDLER, P. “Chadwick, Sir Edwin (1800–1890), social reformer and civil servant.”

MOONEY, H. “Coulson, Walter (1795–1860), newspaper editor and barrister.”

MOONEY, H; RIGG, J. M. “Richardson, Sir John (1771–1841), judge.”

MOSS, M. S. “Stuart, James (1775–1849), landowner, politician, and factory inspector.”

MUNSELL, D. “Clinton, Henry Pelham Fiennes Pelham-, fifth duke of Newcastle under Lyme (1811–1864), politician.”

OSBORNE, P. “Mitchell, James (1787–1844), scientific writer.”

PORT, M. “Pilkington, William (1758–1848), surveyor and architect.”

PRIOR, K. “John Elliot Drinkwater (1801–1851), administrator in India and educationist.”

RICHARDS, G. “Bain, Alexander (1818–1903), psychologist.”

REED, M. “Loyd, Samuel Jones, Baron Overstone (1796–1883), banker.”

REYNOLDS, K. D. “Scott, Walter Francis Montagu-Douglas-, fifth duke of Buccleuch and seventh duke of Queensberry (1806–1884), magnate and politician mistress of the robes.”

SCOTLAND, N. “Sumner, John Bird (1780–1862), archbishop of Canterbury.”

SECORD, J. “ Beche, Sir Henry Thomas De la (1796–1855), geologist.”

SHEPHERD, J. “Symons, Jelinger Cookson (1809–1860), barrister and inspector of schools.”

WEBB, R. K. “Smith, (Thomas) Southwood (1788–1861), Unitarian minister and physician.”

Royal College of Physicians. Disponível em: <https://history.rcplondon.ac.uk/ inspiring-physicians> Acesso em 6/12/2022.

“LEONARD Steward.”

MUNK, W. “Sir David Barry.”

MUNK, W. “Francis Bisset Hawkins.”

The History of Parliament. Disponível em: <https://www.historyofparliamentonline.org/research> Acesso em 28/11/2022.

ESCOTT, M. “SLANEY, Robert Aglionby (1791-1862), of Walford, Salop and 16 Tavistock Square, Mdx.” In: FISHER, D. R (org.). *The History of Parliament:* the House of Commons, 1820-1832. 7 volumes. Cambridge: Cambridge University, 2009.

FARREL, S. “Dorset.” In: FISHER, D. R (org.). *The History of Parliament:* the House of Commons, 1820-1832. 7 volumes. Cambridge: Cambridge University, 2009.

FISHER, D. R. “Hertford.” In: FISHER, D. R (org.). *The History of Parliament:* the House of Commons, 1820-1832. 7 volumes. Cambridge: Cambridge University, 2009.

Outr*as páginas*

BIRD, A. “From Hastings to Camberra: a brief history of Royal Commissions of Inquiry.” *Sidney University Law Society*. Disponível em: <https://www.suls.org.au/law-in-society-2019 -content/2020/10/11/from-hastings-to-canberra-a-brief-history-of-royal-commissions-of-inquiry> Acesso em 13/11/2020.

COLLINGE, J. M (org.). *Office-Holders in Modern Britain:* Volume 9, Officials of Royal Commissions of Inquiry 1815-1870. London: University of London, 1984. Disponível em: <http://www.british-history.ac.uk/office-holders/vol9> Acesso em 13/11/2020.

“JOHN Roby Leifchild”. *Darwin Correspondence Project*. Disponível em: <https://www.darw inproject.ac.uk/letter/?docId=nameregs/nameregs_2874.xml> Acesso em 28/11/2021.

WEBB, A. “Sir David Barry.” In: WEBB, A. *Comprising Sketches of Distinguished Irishmen, Eminent Persons Connected with Ireland by Office or by their Writings*. Dublin: 1878. Disponível em: <https://www.libraryireland.com/biography/SirDavidBarry.php> Acesso em 9/12/2021.

WILLIAMS, G. J. “WARING ELIJAH (c. 1788 - 1857) merchant, author and publisher.” *Dictionary of Welsh Biography*. Disponível em: <https://biography.wales/article/s-WARI-ELI -1788> Acesso em 30/11/2022.

Jornais e periódicos de época[769]

Aberdeen Evening Express
28 de julho de 1893, p. 2
Aberdeen Free Press
17 de julho de 1880, p. 3
Aberdeen Press and Journal
27 de outubro de 1847, p. 3
6 de março de 1936, p. 8
Age, The
21 de dezembro de 1834, p. 14
Albion and the Star
5 de outubro de 1832, p. 1
Allnut’s Irish Land Schedulle
6 de fevereiro de 1865, p. 2
Annual Register, The
1844, p. 267-8
Argus, The
29 de julho de 1887, p. 5
Aris's Birmingham Gazette
19 de outubro de 1829, p. 3
13 de maio de 1839, p. 3
Armagh Guardian
13 de julho de 1860, p. 6
Ashton Weekly Reporter, and Stalybridge and Dukinfield Chronicle, The
22 de abril de 1871, p. 8
Asiatic Journal and Monthly Miscellany, The
v. II, third series, 1844, p. 199
Atlas, The
18 de novembro de 1843, p. 5
22 de novembro de 1845, p. 5
29 de novembro de 1845, p. 15
10 de novembro de 1849, p. 10
11 de novembro de 1854, p. 16
8 de outubro de 1864, p. 8
Ayr Advertiser, or, West Country Journal
8 de julho de 1886, p. 8

[769] Com exceção do *British Medical Journal*, *Bradshaw’s Railway Gazette, The Gentleman’s Magazine, and Historical Chronicle, The Gentleman’s Magazine, New Series, Asiatic Journal and Monthly Miscellany, Provincial Medical and Surgical Journal*, *The Times* e do *The Annual Register*, todos os periódicos estão disponíveis em: <https://www.britishnewspaperarchive.co.uk/> Acesso em 6/12/2022.

Baldwin's London Weekly Journal
7 de junho de 1828, p. 1
28 de maio de 1836, p. 3
Bath Chronicle and Weekly Gazette
22 de março de 1855, p. 3
2 de setembro de 1880, p. 7
Belfast Commercial Chronicle
14 de junho de 1826, p. 2
Belfast Morning News
7 de agosto de 1871, p. 4
Bell's Life in London and Sporting Chronicle
25 de novembro de 1838, p. 2
Bell's New Weekly Messenger
20 de outubro de 1844, p. 7
24 de novembro de 1844, p. 7
18 de outubro de 1846, p. 8
Bell's Weekly Messenger
23 de março de 1834, p. 8
20 de julho de 1834, p. 16
27 de março de 1847, p. 6
13 de dezembro de 1847, p. 7
Berkshire Chronicle
18 de julho de 1835, p. 3
Bicester Herald
21 de fevereiro de 1879, p. 6
Birmingham Journal
8 de novembro de 1845, p. 4
Blackburn Standard
19 de março de 1845, p. 1
12 de julho de 1854, p. 3
19 de maio de 1860, p. 3
19 de fevereiro de 1873, p. 1
Bolton Chronicle
21 de outubro de 1837, p. 3
30 de dezembro de 1843, p. 4
16 de agosto de 1845, p. 3
27 de dezembro de 1851, p. 4
Bombay Gazette
2 de agosto de 1852, p. 4
Bradford Observer
10 de abril de 1834, p. 3
Bradshaw's Railway Gazette
1 de outubro de 1845, p. 26
Brighton Gazette

15 de agosto de 1839, p. 1
10 de agosto de 1843, p. 1
29 de janeiro de 1846, p. 1
10 de abril de 1862, p. 2
14 de agosto de 1862, p. 5

Bristol Mirror

12 de janeiro de 1828, p. 2
26 de dezembro de 1835, p. 3
22 de outubro de 1842, p. 8

Bristol Times and Mirror

5 de setembro de 1840, p. 3
4 de novembro de 1843, p. 3

British Medical Journal

v. 2, n. 1772, 15 de dezembro de 1894, p. 1410–1411

British Press

26 de janeiro de 1808, p. 1
2 de fevereiro de 1826, p. 1
15 de fevereiro de 1826, p. 1

Broad Arrow

18 de dezembro de 1869, p. 27

Buckingham Express

22 de janeiro de 1898, p. 2

Bucks Advertiser & Aylesbury News

14 de abril de 1860, p. 8

Bucks Gazette

21 de setembro de 1833, p. 2

Bucks Herald

15 de setembro de 1855, p. 3

Bury and Norwich Post

7 de janeiro de 1824, p. 2
2 de setembro de 1884, p. 3

Caledonian Mercury

21 de setembro de 1809, p. 2
2 de abril de 1825, p. 4
19 de abril de 1841, p. 4
18 de maio de 1864, p. 1

Cardiff and Merthyr Guardian, Glamorgan, Monmouth, and Brecon Gazette

18 de junho de 1836, p. 2
12 de maio de 1838, p. 3
1 de maio de 1852, p. 3
12 de novembro de 1859, p. 8
8 de novembro de 1867, p. 6

Cardiff Times

5 de setembro de 1862, p. 3

Carlisle Patriot
25 de novembro de 1854, p. 8
Cambridge Chronicle and Journal
25 de fevereiro de 1825, p. 2
10 de julho de 1847, p. 5
Cambridge Independence Press
18 de fevereiro de 1882, p. 6
Champion and Weekly Herald, The
21 de maio de 1838, p. 9
Charlise Journal
11 de maio de 1844, p. 3
7 de novembro de 1835, p. 2
Charlise Patriot
16 de dezembro de 1843, p. 3
Chelmsford Chronicle
13 de janeiro de 1837, p. 3
22 de novembro de 1839, p. 2
13 de abril de 1883, p. 1
Cheltenham Chronicle
15 de maio de 1834, p. 3
22 de dezembro de 1842, p. 2
Cheltenham Examiner
11 de abril de 1860, p. 8
9 de outubro de 1861, p. 4
19 de abril de 1871, p. 8
19 de julho de 1876, p. 8
1 de maio de 1878, p. 3
Cheltenham Journal and Gloucestershire Fashionable Weekly Gazette
26 de outubro de 1840, p. 4
10 de novembro de 1851, p. 2
Chester Chronicle
12 de novembro de 1830, p. 1
*Cirencester Times and Cotswold Advertis*er
11 de maio de 1857, p. 2
18 de abril de 1859, p. 1
Clare Journal, and Ennis Advertiser
29 de novembro de 1849, p. 3
1 de janeiro de 1866, p. 2
Clonmel Chronicle
16 de maio de 1855, p. 3
3 de novembro de 1860, p. 2
Clonmel Herald
4 de fevereiro de 1835, p. 2
Congleton & Macclesfield Mercury, and Cheshire General Advertiser

4 de maio de 1895, p. 4
Coventry Standard
31 de março de 1837, p. 4
Cork Constitution
21 de agosto de 1862, p. 2
25 de setembro de 1872, p. 3
1 de outubro de 1878, p. 1
Corn Examiner
26 de abril de 1844, p. 1
11 de fevereiro de 1846, p. 3
13 de julho de 1849, p. 3
Cornish Telegraph, The
4 de setembro de 1867, p. 3
Cumberland Pacquet, and Ware's Whitehaven Advertiser
6 de julho de 1841, p. 2
15 de abril de 1851, p. 4
Daily Telegraph & Courier (London)
18 de julho de 1871, p. 9
Derby Mercury
22 de novembro de 1826, p. 1
11 de novembro de 1840, p. 3
16 de agosto de 1843, p. 3
8 de fevereiro de 1865, p. 1
Derbyshire Advertiser and Journal
3 de março de 1854, p. 3
11 de julho de 1890, p. 6
Derbyshire Courier
10 de julho de 1841, p. 3
26 de abril de 1845, p. 1
Derbyshire Times and Chesterfield Herald
12 de março de 1859, p. 4
Derry Journal
8 de outubro de 1851, p. 4
Devizes and Wiltshire Gazette
10 de novembro de 1831, p. 3
Downpatrick Recorder
16 de abril de 1864, p. 4
25 de janeiro de 1873, p. 4
Dorset County Chronicle
14 de abril de 1825, p. 4
1 de dezembro de 1825, p. 1
6 de abril de 1826, p. 4
17 de março de 1831, p. 3
7 de abril de 1831, p. 4

12 de abril de 1832, p. 1
15 de novembro de 1838, p. 1
27 de junho de 1861, p. 20
20 de fevereiro de 1862, p. 20
Dublin Daily Express
18 de janeiro de 1855, p. 4
Dublin Evening Mail
22 de outubro de 1861, p. 3
15 de setembro de 1862, p. 1
7 de junho de 1864, p. 3
Dublin Evening Packet and Correspondent
6 de maio de 1845, p. 1
6 de janeiro de 1855, p. 3
20 de setembro de 1856, p. 2
Dublin Evening Post
11 de dezembro de 1824, p. 2
27 de abril de 1837, p. 1
9 de maio de 1837, p. 1
12 de outubro de 1854, p. 1
19 de julho de 1855, p. 3
23 de junho de 1866, p. 1
8 de maio de 1869, p. 3
Dublin Medical Press
8 de abril de 1868, p. 32
Dublin Morning Register
7 de outubro de 1833, p. 3
11 de outubro de 1837, p. 1
29 de julho de 1842, p. 4
Dublin Weekly Nation
15 de dezembro de 1855, p. 13
Dublin Weekly Register
12 de junho de 1830, p. 7
2 de maio de 1846, p. 1
Dumfries and Galloway Standard
2 de julho de 1856, p. 1
13 de julho de 1859, p. 1
Dundee Advertiser
19 de dezembro de 1895, p. 2
15 de dezembro de 1898, p. 2
Dundee Courier
7 de junho de 1864, p. 3
19 de novembro de 1873, p. 3
18 de novembro de 1884, p. 6
9 de maio de 1885, p. 3

Dundee Evening Telegraph
15 de abril de 1893, p. 3
25 de janeiro de 1894, p. 2
Dunfermline Saturday Press
21 de maio de 1864, p. 2
Durham County Advertiser
6 de novembro de 1835, p. 4
24 de maio de 1867, p. 1
Eastern Daily Press
11 de outubro de 1876, p. 3
Edinburgh Evening News
16 de maio de 1885, p. 2
24 de setembro de 1886, p. 4
25 de outubro de 1886, p. 2
2 de agosto de 1889, p. 2
Eddowes's Journal, and General Advertiser for Shropshire, and the Principality of Wales
6 de dezembro de 1843, p. 1
14 de maio de 1862, p. 8
Enniskillen Chronicle and Erne Packet
4 de janeiro de 1827, p. 4
Era, The
14 de janeiro de 1849, p. 15
Eskdale and Liddesdale Advertiser
23 de julho de 1884, p. 2
Essex Herald
10 de fevereiro de 1839, p. 1
25 de fevereiro de 1851, p. 1
Essex Standard
27 de janeiro de 1837, p. 4
3 de outubro de 1856, p. 6
6 de agosto de 1858, p. 1
20 de outubro de 1858, p. 2
25 de outubro de 1861, p. 4
20 de outubro de 1865, p. 2
15 de agosto de 1866, p. 2
17 de maio de 1867, p. 4
16 de outubro de 1867, p. 2
12 de julho de 1886, p. 1
Evening Freeman, The
8 de maio de 1851, p. 3
Evening Mail
12 de janeiro de 1831, p. 3
31 de janeiro de 1831, p. 1
3 de dezembro de 1847, p. 8

30 de outubro de 1848, p. 1
18 de novembro de 1853, p. 3
28 de outubro de 1867, p. 6
2 de agosto de 1889, p. 7
21 de setembro de 1903, p. 8

Examiner, The
25 de dezembro de 1841, p. 11
21 de setembro de 1861, p. 6

Falkirk Herald
10 de fevereiro de 1870, p. 3

Fermanagh Herald
16 de dezembro de 1905, p. 13

Fife Free Press, & Kirkcaldy Guardian
15 de outubro de 1904, p. 5
30 de outubro de 1909, p. 5

Fife Herald
22 de novembro de 1849, p. 3
20 de maio de 1885, p. 6
30 de julho de 1886, p. 2

Fifeshire Advertiser
1 de julho de 1905, p. 1

Fifeshire Journal
26 de janeiro de 1854, p. 6

Framlingham Weekly News
22 de março de 1884, p. 3
22 de maio de 1886, p. 4

Freeman's Journal
10 de maio de 1820, p. 3
28 de agosto de 1852, p. 1
13 de março de 1865, p. 3
13 de novembro de 1890, p. 6

Friend of India and Statesman
4 de outubro de 1860, p. 20
1 de novembro de 1860, p. 20
10 de abril de 1862, p. 17

Frome Times
14 de junho de 1865, p. 4

The Gentleman's Magazine, and Historical Chronicle
v. 103, p. 467.

The Gentleman's Magazine, New Series
v. 3, p. 220
v. 5, p. 643
v. 13, p. 94-5 e 551
v. 17, p. 561

v. 22, p. 109 e 432-3
v. 31, p. 546 e 432-3
Glasgow Gazette
11 de setembro de 1852, p. 3
Glasgow Evening Citizen
10 de novembro de 1884, p. 2
Glasgow Herald
2 de dezembro de 1893, p. 8
Globe
2 de fevereiro de 1826, p. 3
10 de maio de 1831, p. 3
21 de fevereiro de 1838, p. 3
22 de novembro de 1839, p. 4
7 de janeiro de 1842, p. 4
29 de abril de 1845, p. 1
11 de outubro de 1845, p. 6
25 de maio de 1847, p. 1
4 de fevereiro de 1853, p. 1
22 de fevereiro de 1853, p. 1
7 de março de 1853, p. 1
31 de janeiro de 1877, p. 6
12 de julho de 1886, p. 4
1 de dezembro de 1893, p. 5
4 de janeiro de 1901, p. 9
Glossop Record
2 de novembro de 1867, p. 4
Gloucester Journal
30 de março de 1867, p. 1
Gore's Liverpool General Advertiser
15 de janeiro de 1846, p. 3
Grays & Tilbury Gazette, and Southend Telegraph
29 de setembro de 1900, p. 3
Halifax Express
5 de novembro de 1835, p. 3
24 de outubro de 1840, p. 4
Hamilton Advertiser
11 de junho de 1836, p. 3
19 de outubro de 1839, p. 4
29 de fevereiro de 1868, p. 2
Hampshire Chronicle
22 de dezembro de 1800, p. 4
12 de agosto de 1822, p. 3
22 de janeiro de 1827, p. 4
29 de julho de 1839, p. 3

25 de novembro de 1865, p. 5
Hampshire Independent
12 de fevereiro de 1840, p. 1
24 de março de 1849, p. 1
Hendon & Finchley Times
22 de fevereiro de 1889, p. 3
Hereford Journal
20 de outubro de 1852, p. 5
Hereford Times
26 de fevereiro de 1842, p. 1
19 de maio de 1860, p. 5
Herts Advertiser
29 de agosto de 1870, p. 8
Herts Guardian, Agricultural Journal, and General Advertiser
28 de maio de 1861, p. 2
Hobart Town Courier and Van Diemen's Land Gazette
29 de março de 1845, p. 4
Home News for India, China and the Colonies
7 de maio de 1849, p. 16
24 de agosto de 1850, p. 10
9 de dezembro de 1858, p. 27
18 de fevereiro de 1867, p. 29
Homeward Mail from India, China and East
27 de outubro de 1873, p. 20
Hull Advertiser and Exchange Gazette
9 de junho de 1843, p. 6
Hunty Express
16 de novembro de 1895, p. 6
Illustrated London News
2 de julho de 1842, p. 16
22 de abril de 1854, p. 10
21 de abril de 1860, p. 13
14 de julho de 1860, p. 4
15 de fevereiro de 1862, p. 8
12 de novembro de 1864, p. 23
18 de maio de 1867, p. 22
22 de junho de 1867, p. 23
9 de novembro de 1867, p. 23
29 de março de 1884, p. 15
23 de junho de 1888, p. 10
31 de agosto de 1895, p. 23
Indian News, The
22 de fevereiro de 1848, p. 6
Isle of Wight County and South of England Reporter

22 de agosto de 1891, p. 8
Ipswich Journal, The
27 de novembro de 1847, p. 2
21 de outubro de 1848, p. 4
Irish Times
19 de março de 1870, p. 7
John Bull
26 de novembro de 1849, p. 13
13 de março de 1852, p. 14
11 de abril de 1853, p. 12
25 de março de 1876, p. 16
John o' Groat Journal
4 de agosto de 1843, p. 3
25 de janeiro de 1850, p. 3
Kendal Mercury
10 de abril de 1841, p. 4
14 de outubro de 1843, p. 3
26 de novembro de 1853, p. 6
21 de setembro de 1861, p. 8
Kentish Independent
29 de outubro de 1853, p. 1
13 de novembro de 1858, p. 8
Kentish Weekly Post or Canterbury Journal
25 de junho de 1833, p. 3
11 de fevereiro de 1834, p. 3
Lady's Own Paper
26 de abril de 1856, p. 13
16 de fevereiro de 1861, p. 11
2 de novembro de 1867, p. 11
Leamington Advertiser, and Beck's List of Visitors
17 de abril de 1862, p. 2
Leamington Spa Courier
29 de abril de 1833, p. 2
17 de agosto de 1833, p. 3
13 de fevereiro de 1836, p. 3
Leeds Intelligencer
11 de janeiro de 1840, p. 3
5 de outubro de 1844, p. 5
18 de outubro de 1845, p. 7
24 de agosto de 1850, p. 6
Leeds Mercury
10 de abril de 1841, p. 7
Leeds Times
17 de janeiro de 1846, p. 1

Leicester Guardian
30 de dezembro de 1865, p. 2
Leicester Herald
12 de novembro de 1836, p. 1
Leicester Journal
25 de agosto de 1843, p. 1
19 de abril de 1844, p. 3
18 de abril de 1845, p. 4
8 de setembro de 1848, p. 1
27 de janeiro de 1865, p. 8
15 de dezembro de 1871, p. 8
Leighton Buzzard Observer and Linslade Gazette
12 de maio de 1891, p. 1
Limerick Chronicle
22 de junho de 1853, p. 1
Lincolnshire Chronicle
24 de agosto de 1866, p. 2
5 de outubro de 1838, p. 3
18 de setembro de 1840, p. 1
18 de outubro de 1839, p. 1
Liverpool Standard and General Commercial Advertiser
26 de fevereiro de 1833, p. 3
22 de maio de 1840, p. 8
26 de junho de 1840, p. 4
3 de setembro de 1841, p. 4
21 de janeiro de 1842, p. 9
16 de agosto de 1842, p. 7
9 de fevereiro de 1847, p. 14
Liverpool Mail
7 de dezembro de 1861, p. 5
21 de fevereiro de 1863, p. 8
London City Press
22 de agosto de 1863, p. 5
London Courier and Evening Gazette
2 de abril de 1814, p. 1
8 de abril de 1837, p. 4
London Daily News
17 de novembro de 1853, p. 5
London Evening Standard
9 de julho de 1827, p. 1
22 de maio de 1828, p. 3
13 de junho de 1834, p. 4
9 de outubro de 1837, p. 4
28 de fevereiro de 1839, p. 4

13 de abril de 1839, p. 4
24 de março de 1840, p. 4
11 de novembro de 1848, p. 4
25 de março de 1852, p. 4
27 de abril de 1843, p. 4
14 de agosto de 1846, p. 1
18 de outubro de 1848, p. 1
17 de setembro de 1849, p. 4
23 de fevereiro de 1849, p. 4
1 de agosto de 1850, p. 3
23 de agosto de 1852, p. 4
30 de abril de 1856, p. 3
5 de setembro de 1856, p. 1
1 de abril de 1857, p. 4
12 de outubro de 1867, p. 7
29 de dezembro de 1892, p. 2
17 de agosto de 1909, p. 8

London Gazette, The
25 de abril de 1815, p. 7.
17 de abril de 1846, p. 9.

Londonderry Sentinel
30 de julho de 1852, p. 1

Longford Journal
7 de dezembro de 1878, p. 4

Maidstone Journal and Kentish Advertiser
18 de fevereiro de 1834, p. 3
5 de setembro de 1837, p. 3
28 de dezembro de 1858, p. 4

Manchester Courier and Lancashire General Advertiser
18 de maio de 1850, p. 11
19 de abril de 1877, p. 4

Manchester Evening News
4 de novembro de 1884, p. 3

Manchester Times
19 de março de 1847, p. 8
23 de setembro de 1854, p. 6
6 de janeiro de 1877, p. 1

Mayo Constitution
10 de dezembro de 1835, p. 1

Merthyr Telegraph, and General Advertiser for the Iron Districts of South Wales
11 de julho de 1873, p. 4

Military Register
20 de abril de 1814, p. 3

Monmouthshire Beacon

15 de junho de 1839, p. 2
9 de março de 1850, p. 4
27 de maio de 1865, p. 4
30 de dezembro de 1865, p. 1
2 de janeiro de 1869, p. 4
18 de julho de 1874, p. 6

Monmouthshire Merlin

22 de fevereiro de 1840, p. 2
6 de setembro de 1856, p. 5

Morning Advertiser

3 de outubro de 1842, p. 1
7 de setembro de 1844, p. 1
9 de dezembro de 1844, p. 3
22 de julho de 1846, p. 1
16 de outubro de 1847, p. 2
9 de janeiro de 1861, p. 6
14 de agosto de 1866, p. 3
6 de janeiro de 1871, p. 8
23 de fevereiro de 1871, p. 8

Morning Chronicle

29 de julho de 1819, p. 4
12 de março de 1821, p. 2
15 de fevereiro de 1838, p. 5
18 de outubro de 1856, p. 4
21 de dezembro de 1859, p. 6

Morning Herald (London)

7 de abril de 1862, p. 1

Morning Post

9 de setembro de 1802, p. 4
28 de setembro de 1803, p. 2
18 de janeiro de 1813, p. 4
4 de maio de 1826, p. 4
5 de novembro de 1831, p. 4
14 de outubro de 1833, p. 2
10 de junho de 1834, p. 2
25 de agosto de 1835, p. 1
14 de setembro de 1835, p. 1
9 de novembro de 1835, p. 3
18 de novembro de 1835, p. 3
10 de junho de 1839, p. 5
23 de setembro de 1839, p. 4
22 de dezembro de 1845, p. 8
19 de outubro de 1847, p. 5
25 de julho de 1848, p. 7

19 de julho de 1849, p. 3
8 de novembro de 1849, p. 8
1 de outubro de 1851, p. 2
13 de maio de 1852, p. 3
24 de novembro de 1853, p. 8
9 de março de 1858, p. 3
22 de abril de 1858, p. 2
26 de dezembro de 1864, p. 3
Morphet Herald
18 de novembro de 1882, p. 5
Naval & Military Gazette and Weekly Chronicle of the United Service
6 de agosto de 1836, p. 12
27 de janeiro de 1838, p. 14
13 de outubro de 1866, p. 15
17 de agosto de 1881, p. 20
Newcastle Courant
26 de julho de 1844, p. 1
1 de novembro de 1867, p. 5
Newcastle Guardian and Tyne Mercury
24 de junho de 1865, p. 6
Newcastle Journal
13 de abril de 1833, p. 4
Newry Telegraph
15 de abril de 1837, p. 3
News, The (London)
5 de abril de 1807, p. 3
North Devon Gazette
9 de fevereiro de 1886, p. 5
North London News
4 de outubro de 1862, p. 7
Northampton Mercury
12 de outubro de 1833, p. 3
27 de setembro de 1834, p. 1
29 de outubro de 1836, p. 1
30 de setembro de 1837, p. 1
18 de setembro de 1841, p. 2
16 de outubro de 1841, p. 3
12 de janeiro de 1861, p. 4
Northern Chronicle and General Advertiser for the North of Scotland
18 de janeiro de 1896, p. 3
Northern Standard
27 de novembro de 1858, p. 1
Northern Star and Leeds General Advertiser
23 de julho de 1842, p. 1

Northern Whig
27 de julho de 1852, p. 1
25 de agosto de 1855, p. 1
15 de janeiro de 1876, p. 6
Norwich Mercury
30 de dezembro de 1874, p. 3
Nottingham Journal
30 de setembro de 1836, p. 1
17 de setembro de 1841, p. 1
14 de janeiro de 1865, p. 1
Nottingham Review and General Advertiser for the Midland Counties
21 de agosto de 1829, p. 4
2 de novembro de 1832, p. 2
22 de novembro de 1833, p. 3
26 de setembro de 1834, p. 1
11 de março de 1836, p. 3
6 de maio de 1836, p. 3
6 de agosto de 1841, p. 8
17 de setembro de 1841, p. 1
24 de setembro de 1841, p. 1
12 de janeiro de 1844, p. 2
15 de março de 1850, p. 2
Nottinghamshire Guardian
25 de setembro de 1846, p. 2
23 de setembro de 1847, p. 2
23 de agosto de 1860, p. 5
8 de dezembro de 1876, p. 2
Oxford Journal
12 de maio de 1787, p. 3
13 de julho de 1811, p. 2
Oxford University and City Herald
16 de junho de 1810, p. 3
26 de agosto de 1815, p. 2
31 de maio de 1828, p. 3
18 de dezembro de 1830, p. 3
Paisley & Renfrewshire Gazette
8 de abril de 1876, p. 2
Perry's Bankrupt Gazette
14 de dezembro de 1833, p. 5
24 de novembro de 1838, p. 8
Perthshire Courier
18 de maio de 1815, p. 4
Pictorial Times
21 de dezembro de 1844, p. 16

Police Gazette
25 de junho de 1880, p. 4
Pontypool Free Press
7 de abril de 1877, p. 3
Portsmouth Times and Naval Gazette
29 de julho de 1865, p. 7
Press (London)
30 de agosto de 1856, p. 23
Preston Chronicle
13 de setembro de 1851, p. 5
Preston Herald
19 de junho de 1886, p. 10
Provincial Medical and Surgical Journal
v. 13, n. 6, 21 de março de 1849, p. 168
Public Ledger and Daily Advertiser
28 de maio de 1811, p. 1
17 de janeiro de 1816, p. 1
30 de julho de 1819, p. 4
23 de março de 1821, p. 4
5 de abril de 1822, p. 1
20 de maio de 1822, p. 2
8 de novembro de 1832, p. 4
25 de abril de 1833, p. 4
11 de novembro de 1833, p. 3
12 de março de 1834, p. 1
15 de março de 1837, p. 4
30 de setembro de 1839, p. 3
24 de dezembro de 1841, p. 1
22 de junho de 1842, p. 1
20 de janeiro de 1848, p. 2
24 de abril de 1854, p. 1
30 de junho de 1854, p. 2
9 de outubro de 1860, p. 4
Reading Mercury
21 de dezembro de 1839, p. 2
Royal Cornwall Gazette
8 de outubro de 1847, p. 4
2 de novembro de 1860, p. 6
Saint James's Chronicle
31 de maio de 1828, p. 4
5 de fevereiro de 1829, p. 2
10 de outubro de 1837, p. 2
8 de abril de 1845, p. 1
19 de janeiro de 1847, p. 2

7 de outubro de 1848, p. 1
13 de janeiro de 1849, p. 1
20 de novembro de 1849, p. 2
1 de maio de 1853, p. 4
11 de dezembro de 1852, p. 4
22 de junho de 1854, p. 4
23 de setembro de 1858, p. 3
25 de agosto de 1860, p. 8

Salisbury and Winchester Journal
11 de maio de 1818, p. 4
21 de julho de 1823, p. 4
10 de maio de 1824, p. 3
15 de novembro de 1824, p. 4
23 de julho de 1827, p. 3
26 de julho de 1830, p. 3
25 de outubro de 1830, p. 4
11 de abril de 1831, p. 4
20 de junho de 1831, p. 4
31 de outubro de 1831, p. 4
16 de abril de 1832, p. 3
28 de outubro de 1833, p. 1
21 de julho de 1834, p. 1
17 de novembro de 1834, p. 4
11 de maio de 1835, p. 4
9 de maio de 1836, p. 3
27 de dezembro de 1841, p. 3
26 de novembro de 1842, p. 1
12 de junho de 1875, p. 4
10 de setembro de 1892, p. 4

Saunders's News-Letter
9 de julho de 1863, p. 4
21 de julho de 1868, p. 4

Scotsman, The
28 de julho de 1859, p. 2
12 de dezembro de 1864, p. 5
17 de fevereiro de 1868, p. 3
23 de janeiro de 1872, p. 5

Sheffield Daily News, and Morning Advertiser
2 de março de 1859, p. 2

Sheffield Daily Telegraph
21 de julho de 1866, p. 9
13 de novembro de 1867, p. 3
8 de abril de 1873, p. 6
30 de abril de 1877, p. 1

Sheffield Independent
30 de abril de 1836, p. 3
19 de janeiro de 1839, p. 7
21 de agosto de 1852, p. 5
3 de dezembro de 1864, p. 5
Shields Daily Gazette
30 de setembro de 1893, p. 1
19 de setembro de 1903, p. 5
Shipping and Mercantile Gazette
9 de novembro de 1843, p. 1
14 de agosto de 1845, p. 1
2 de outubro de 1845, p. 2
20 de março de 1847, p. 1
13 de maio de 1847, p. 1
15 de setembro de 1847, p. 1
Shrewsbury Chronicle
20 de setembro de 1844, p. 1
South London Press
19 de fevereiro de 1881, p. 13
South Wales Daily News
5 de julho de 1873, p. 2
Southern Reporter and Cork Commercial Courier
30 de dezembro de 1826, p. 2
23 de abril de 1836, p. 3
13 de julho de 1837, p. 2
Southern Times and Dorset County Herald
28 de abril de 1855, p. 5
7 de julho de 1883, p. 1
St. Andrews Citizen
2 de outubro de 1897, p. 8
St. Jame's Gazette
21 de julho de 1882, p. 14
9 de outubro de 1889, p. 7
5 de dezembro de 1890, p. 15
19 de janeiro de 1894, p. 7
17 de janeiro de 1898, p. 4
Staffordshire Advertiser
31 de março de 1832, p. 4
30 de novembro de 1833, p. 3
18 de julho de 1835, p. 1
27 de maio de 1837, p. 3
6 de janeiro de 1838, p. 4
7 de abril de 1838, p. 1
22 de setembro de 1841, p. 4

18 de abril de 1857, p. 2
Stamford Mercury
6 de outubro de 1815, p. 3
14 de fevereiro de 1817, p. 3
26 de setembro de 1834, p. 1
Star (London)
30 de julho de 1842, p. 4
Statesman (London)
16 de abril de 1810, p. 4
Suffolk and Essex Free Press
10 de outubro de 1867, p. 8
Suffolk Chronicle; or Weekly General Advertiser & County Express, The
24 de janeiro de 1857, p. 2
30 de janeiro de 1858, p. 3
20 de abril de 1861, p. 4
21 de dezembro de 1861, p. 4
2 de agosto de 1862, p. 7
9 de agosto de 1862, p. 4
12 de março de 1864, p. 7
9 de julho de 1864, p. 4
19 de agosto de 1865, p. 5
Sun (London)
4 de outubro de 1808, p. 4
26 de maio de 1821, p. 1
13 de dezembro de 1821, p. 4
12 de janeiro de 1831, p. 2
19 de dezembro de 1834, p. 4
24 de julho de 1835, p. 1
30 de agosto de 1841, p. 3
8 de janeiro de 1842, p. 3
15 de novembro de 1842, p. 4
7 de março de 1844, p. 7
21 de março de 1844, p. 6
18 de setembro de 1844, p. 7
29 de abril de 1845, p. 1
14 de agosto de 1845, p. 6
25 de setembro de 1845, p. 8
13 de novembro de 1845, p. 5
18 de março de 1847, p. 1
17 de agosto de 1850, p. 4
10 de maio de 1853, p. 5
21 de agosto de 1861, p. 2
Surrey Comet
24 de outubro de 1868, p. 8

Sussex Agricultural Express
22 de janeiro de 1859, p. 4
23 de agosto de 1892, p. 4
18 de janeiro de 1818, p. 4
Tablet
9 de dezembro de 1843, p. 2
5 de janeiro de 1861, p. 1
Thames Gazette
17 de abril de 1860, p. 4
Times, The
8 de agosto de 1834, p. 2
9 de agosto de 1834, p. 5
25 de agosto de 1834, p. 2
Times of India
17 de julho de 1862, p. 1
Torquay Times, and South Devon Advertiser
28 de outubro de 1892, p. 8
Tower Hamlets Independent and East End Local Advertiser
29 de janeiro de 1910, p. 6
Usk Observer
21 de abril de 1860, p. 5
Volunteer Service Gazette and Military Dispatch
6 de abril de 1872, p. 14
Warder and Dublin Weekly Mail
30 de dezembro de 1837, p. 1
16 de janeiro de 1841, p. 1
21 de novembro de 1846, p. 2
Warwick and Warwickshire Advertiser
8 de outubro de 1836, p. 3
Waterford Mail
3 de dezembro de 1860, p. 2
Waterford News
1 de fevereiro de 1861, p. 2
Weekly Dispatch (London)
3 de fevereiro de 1833, p. 7
10 de fevereiro de 1833, p. 7
Weekly Freeman's Journal
7 de dezembro de 1878, p. 8
Weekly Irish Times
16 de junho de 1888, p. 3
Weekly True Sun
3 de maio de 1840, p. 1
Wells Journal
29 de abril de 1854, p. 1

West Cumberland Times
21 de novembro de 1894, p. 1
West Kent Guardian
28 de janeiro de 1843, p. 8
West Middlesex Gazette
19 de julho de 1902, p. 6
West Somerset Free Press
26 de fevereiro de 1881, p. 5
West Sussex Gazette
22 de fevereiro de 1855, p. 4
Western Courier, West of England Conservative, Plymouth and Devonport Advertiser
5 de novembro de 1851, p. 2
Weston-super-Mare Gazette, and General Advertiser
23 de junho de 1860, p. 3
Westmorland Gazette
23 de maio de 1835, p. 3
1 de fevereiro de 1840, p. 3
Wexford Conservative
16 de julho de 1842, p. 4
Wexford Independent
14 de abril de 1847, p. 2
Wicklow News-Letter and County Advertiser
15 de novembro de 1802, p. 8
Wigan Observer and District Advertiser
24 de maio de 1899, p. 3
Wilts and Gloucestershire Standard
28 de dezembro de 1839, p. 2
16 de julho de 1853, p. 8
7 de julho de 1883, p. 4
15 de junho de 1889, p. 8
Wiltshire Independent
15 de fevereiro de 1838, p. 3
29 de junho de 1865, p. 4
Windsor and Eton Express
7 de outubro de 1843, p. 2
9 de agosto de 1851, p. 3
Wolverhampton Chronicle and Stafford Advertiser
27 de agosto de 1834, p. 1
12 de novembro de 1834, p. 3
17 de janeiro de 1844, p. 4
30 de maio de 1866, p. 6
Wolverhampton Express and Star
26 de maio de 1876, p. 1
Woman's Signal

11 de julho de 1895, p. 1

Worcestershire Chronicle

6 de janeiro de 1847, p. 1

7 de fevereiro de 1849, p. 4

Wrexham Advertiser

7 de junho de 1873, p. 6

Y Genedl Gymreig

18 de março de 1880, p. 2

York Herald

9 de julho de 1808, p. 3

8 de novembro de 1828, p. 3

Yorkshire Gazette

14 de julho de 1821, p. 3

27 de julho de 1822, p. 2

20 de dezembro de 1834, p. 3

6 de junho de 1840, p. 8

5 de março de 1853, p. 3

Outras fontes

CARMALT, W. *A Letter to the Right Honourable George Canning on the Principle and the Administration of the English Poor Laws*. London: 1823. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=zp04AQAAMAAJ&hl=pt-BR> Acesso em 22/11/2022.

GREAT BRITAIN. War Office. *A List of the Officers of the Army and Royal Marines on Full, Retired, and Half-Pay*: with an index. London: 1840. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=zvRMAQAAMAAJ&hl=pt-BR> Acesso em 28/11/2022.

JONES, R. L. *Reminiscences of the Public Life of Richard Lambert Jones, Esq*: Formerly Member of the Court of Common Council of the City of London. London: 1863. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=bRcMAAAAYAAJ &hl=pt-BR> Acesso em 28/11/22.

LEATHAM, W. *Letters to William Rayner Wood, Merchant, Manchester*: Containing Remarks on the Evidence of the Members of the Manchester Chamber of Commerce, and Others, Given Before the Committee of the House of Commons, on the Currency; in the Sitting of 1840. London: 1841. Disponível em: <https://archive.org/details/moralphysicalcon00kaysuoft> Acesso em 22/11/2022.

LESLIE, J. *A letter to the industrious classes on the operation of the Poor Laws as affecting their independence and comfort*. London: 1835. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=rg6djLC1kwsC&hl=pt-BR&source=gbs_similarbooks> Acesso em 22/11/2022.

LESLIE, J. *A practical illustration of principles upon which the Poor Law Amendment Act is founded*, as exhibited in the administration of the poor rates in the parish of St. George, Hanover Square, for the year ending lady-day, 1835. 4ª ed. London: 1835. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=a1diAAAAcAAJ&hl=pt-BR&source=gbs_similarbooks> Acesso em 22/11/2022.

LESLIE, J. *Further illustrations of the principles upon which a Metropolitan Poor Rate is administered in the Parish of St. George, Hanover Square*, with a few desultory

observations on the principles upon which poor laws are founded: and as the proposed extension of that system to Ireland. London: 1836. Disponível em: <https://www.google.com.br/books/edition/Further_illustrations_of_the_principles/oPXDiRdO60kC?hl=pt-BR&gbpv=0> Acesso em 22/11/2022.

LESLIE, J. *Remarks on the present state of the poor law question*, with illustrations of the advantages arising to the poor by means of the workhouse system of relief. 2ª ed. London: 1834. Disponível em: <https://books.google.com.br/books/about/Remarks_on_the_Present_State_of_the_Poor.html?id=rTTiZubMYNAC&redir_esc=y> Acesso em 22/11/2022.

LEWES, C. L. *Dr. Southwood Smith* - A retrospect. [E-book]: 1898. Disponível em: <https://reader.bookfusion.com/books/390216-dr-southwood-smith-a-retrospect> Acesso em 28/11/2022.

ROGERS, C. *Genealogical Memoirs of the Family of Robert Burns and of the Scottish House of Burnes*. London: 1877. Disponível em: <https://archive.org/details/genealogicalmemo00rogeuoft> Acesso em 28/11/2022.

SHAW, A. M. *Historical Memoirs of the House and Clan of Mackintosh and of the Clan Chattan*. London: 1880. Disponível em: <https://archive.org/details/historicalmemoir00mack> Acesso em 22/11/2022.